

GESTÃO ESTRATÉGICA

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Dezembro 2007

Relatório **4**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



Programa Operacional
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDEA

GESTÃO ESTRATÉGICA
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Relatório 4

Dezembro de 2007



Ficha Técnica

Título	Gestão Estratégica da RLVT - Relatório 4
Edição	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	Paula Cunha João Afonso
Equipa Externa / Peritos	Isabel Guerra Manuel Laranja Vanessa de Sousa
Apoio Interno Design e Paginação Apoio à Edição	Ester Fernandes DSDR Gabinete de Apoio à Presidência

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt
Impressão	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Dezembro de 2007
ISBN	978-972-8872-15-1

ÍNDICE

A	A.1	INTRODUÇÃO	7
		. Nota metodológica	10
		. Semáforos	11
B	DOMÍNIO TERRITÓRIO		19
	B.1	Síntese	21
	B.2	Ordenamento do Território	25
		B.2.1 Conservação e Preservação Ambiental	25
		B.2.2 Organização do Território	28
	B.3	Qualidade de Vida	32
		B.3.1 Qualidade Ambiental Geral	32
	B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção	65
		B.4.1 Atractividade	65
		B.4.2 Conectividade	74
		B.4.3 Mobilidade	85
	Índice de Gráficos		97
C	DOMÍNIO PESSOAS		101
	C.1	Síntese	103
	C.2	Contexto Demográfico	107
	C.3	Recursos Humanos	142
		C.3.1 Educação	142
		C.3.2 Formação Profissional e Ensino Tecnológico	160
		C.3.3 Emprego e Desemprego	164
	C.4	Ordenamento do Território	205
		C.4.1 Cultura	205
	C.5	Qualidade de Vida	214
		C.5.1 Bem-estar Físico	214
	C.6	Coesão Social	234
		C.6.1 Polarização dos Rendimentos	234
		C.6.2 Pobreza	245
	Índice de Gráficos		257
D	DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES		265
	D.1	SUB-DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	267
		D.1.1 Síntese	269
		D.1.2 Dinâmica Económica	271
		D.1.2.1 Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade	271
		D.1.2.2 Dinâmica Empresarial e de Emprego	276
		D.1.3 Competitividade Internacional	283
		D.1.3.1 Especialização Produtiva	283
		D.1.3.2 Grau de Abertura	285
		D.1.3.3 Posição Competitiva	289
		D.1.4 Factores de Crescimento	291
		D.1.4.1 Dinâmica de Investimento	291
		D.1.4.2 Formação de Recursos Humanos	292
	Índice de Gráficos		294
	D.2	SUB-DOMÍNIO INOVAÇÃO	295
		D.2.1 Síntese	297
		D.2.2 Actividades de I&D	300
		D.2.3 Transferência de Tecnologia e Inovação	307
	Índice de Gráficos		314

INTRODUÇÃO

AI

O projecto “**Gestão Estratégica da RLVT**”, desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, constitui uma experiência inovadora no campo da aplicação prática da monitorização da gestão estratégica de uma região. Estes seis anos de trabalho e de vida do projecto, com a edição de vários documentos e relatórios que em muito têm servido para melhorar os processos de decisão, a definição de estratégias e de prioridades para o desenvolvimento da nossa Região – contribuíram decisivamente para uma nova fase de reflexão e de apoio à elaboração da “Estratégia Regional, Lisboa 2020” e ao Programa Operacional Regional de Lisboa (2007-2013).

O “**Relatório 4**”, que segue a lógica dos anteriores (Relatório 0, 1, 2 e 3), e se baseia na actualização estatística dos indicadores que sustentam as principais dimensões de análise seleccionadas em cada um dos domínios de monitorização definidos – Território, Pessoas e Organizações - apresenta dados até 2004/2006.

A reflexão crítica que aqui se faz pretende dar conta da evolução da RLVT desde o ano de 2000 até à data mais recente em que foi possível actualizar os dados, no entanto, não deixa de ser afectada pela debilidade e fragilidade de alguns dos suportes de informação existentes. A apresentação dos dados é feita por diferentes níveis (concelhos, distritos, NUTS III e NUTS II) e varia ao longo do documento, em função do nível de desagregação espacial a que a informação estatística se encontra disponível.

A estrutura deste Relatório, organizado pelos domínios de monitorização referidos, volta, à semelhança do “Relatório 3”, a apresentar a metodologia de “semáforos” que permite perceber, de forma rápida e visualmente apelativa, as alterações e mudanças ocorridas na Região de acordo com as dimensões de análise seleccionadas.

Nota metodológica

O “Relatório 4”, no seguimento dos anteriores relatórios, integra os indicadores possíveis de obter e trabalhar, em especial através da informação estatística disponível nas estatísticas oficiais ainda, e sempre que possível, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Apesar da alteração das NUTS em 2002, que conduziu em 2007 a uma nova delimitação das Regiões, sendo a Região de Lisboa integrada pelas NUTS III da “Grande Lisboa” e da “Península de Setúbal”, o projecto “ Gestão Estratégica” continua a monitorizar a Região composta pelas 5 NUTS III (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo).







Assim, entendeu-se neste relatório divulgar também informação estatística respeitante à nova Região de Lisboa, permitindo uma análise para ambas as regiões. Na comparação que se faz com outras regiões capitais, da Europa a 27, dado o EUROSTAT já ter aderido à nova nomenclatura, indicam-se apenas os dados para a nova Região de Lisboa.

Semáforos

Como no anterior relatório, tentou-se aqui caracterizar, de uma forma sintética e gráfica, o posicionamento relativo e a evolução desde o ano 2000 da RLVT em cada um dos domínios de monitorização e de acordo com as dimensões de análise seleccionadas para este projecto.

Figura 1
Tipologia de sistematização dos indicadores de monitorização

Com o objectivo de facilitar a apreensão dos resultados obtidos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, construiu-se uma tipologia de classificação dos diferentes indicadores utilizados que permite posicionar a Região e caracterizar a sua evolução recente:

POSIÇÃO ACTUAL		EVOLUÇÃO 2000-2005	
A classificação relativa à posição actual avalia a actual performance da Região em comparação, com a média do espaço nacional (só no Domínio Organizações, e para alguns indicadores, a comparação é feita com a média da União Europeia). Recorre-se à seguinte simbologia:		A classificação relativa à evolução recente analisa o sentido da variação recente comparativamente à evolução verificada no espaço nacional (só no Domínio Organizações, e para alguns indicadores, a comparação é feita com a média da União Europeia). Recorre-se à seguinte simbologia:	
	Indica um posicionamento mais favorável do que a média		Indica uma evolução positiva da Região
	Indica um posicionamento semelhante à média		Indica uma relativa estabilização da evolução da Região
	Indica um posicionamento menos favorável que a média		Indica uma evolução negativa da Região

A.1 - INTRODUÇÃO

Figura 2

Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Dimensões e Sub-dimensões de Análise

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
B	Domínio Território		
B.2	Ordenamento do Território		
B.2.1	Conservação e preservação ambiental	●	↑
B.2.2	Organização do território	●	↑
B.3	Qualidade de Vida		
B.3.1	Qualidade ambiental geral	●	↑
B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção		
B.4.1	Atractividade	●	↑
B.4.2	Conectividade	●	↑
B.4.3	Acessibilidade	●	↑
C	Domínio Pessoas		
C.2	Recursos Humanos		
C.2.1	Educação	●	=
C.2.2	Formação profissional	●	↓
C.2.3	Emprego e desemprego	●	↓
C.3	Ordenamento do Território		
C.3.1	Cultura	●	↑
C.4	Qualidade de Vida		
C.4.1	Bem-estar físico	●	↑
C.5	Coesão Social		
C.5.1	Polarização dos rendimentos	●	↑
C.5.2	Pobreza	●	=

A.1 - INTRODUÇÃO

Figura 2
(continuação)

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
D	Domínio Organizações		
D.1.	Competitividade e Internacionalização		
D.1.2	Dinâmica Económica		
D.1.2.1	Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade	●	=
D.1.2.2	Dinâmica empresarial e de emprego	●	↓
D.1.3	Competitividade Internacional		
D.1.3.1	Especialização produtiva	●	↑
D.1.3.2	Grau de abertura	●	↓
D.1.3.3	Posição competitiva	●	↑
D.1.4	Factores de Crescimento		
D.1.4.1	Dinâmica de investimento	●	↓
D.1.4.2	Formação de recursos humanos	●	↑
D.2	Inovação		
D.2.2	Actividade de I&D	●	↑
D.2.3	Transferência de Tecnologia	●	↑

A.1 - INTRODUÇÃO

Figura 3

Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Indicadores

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
B	DOMÍNIO TERRITÓRIO		
B.2	Ordenamento do Território		
B.2.1	Conservação e preservação ambiental		
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e paisagem	●	↓
B.2.2	Organização do território		
	- Valor dos prédios transaccionados	●	↑
B.3	Qualidade de Vida		
B.3.1	Qualidade ambiental geral		
	Abastecimento de água:		
	- Grau de cobertura	●	↑
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção....	●	↓
	- Tratamento	●	=
	Águas residuais:		
	- Grau de cobertura	●	↑
	- Tratamento: % população	●	↑
	- Tratamento: % água	●	↑
	Resíduos sólidos:		
	- Produção	●	↑
	- Recolha selectiva	●	↑
	- Despesas das Câmaras Municipais com gestão	●	↑
	Electricidade:		
	- Consumo	●	↑
B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atractão		
B.4.1	Atractividade		
	- Dormidas hóspedes nacionais: total/1000 hab.	●	↑
	- Dormidas hóspedes estrangeiros: total/1000 hab.	●	↑
B.4.2	Conectividade		
	Tele-serviços		
	- Televisão por cabo: assinantes	●	↑
	- Caixas Multibanco	●	↑
	Inserção internacional		
	- Comércio internacional	●	↑
B.4.3	Acessibilidade		
	- Acidentes com vítimas e com vítimas mortais	●	↑
	- Aeroporto	●	↑

A.1 - INTRODUÇÃO

**Figura 3
(continuação)**

C	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
C	DOMÍNIO PESSOAS		
C.2.	Recursos Humanos		
C.2.1.	Educação		
	- Variação dos alunos por ciclo de ensino	●	↓
	- Evolução dos alunos em ensino superior	●	↓
	- Taxa de retenção/ desistências 1º ciclo	●	↓
	- Taxa de retenção/ desistências 2º ciclo	●	↓
	- Taxa de retenção/ desistências 3º ciclo	●	↑
	- % de agregados com posse de computador	●	↓
	- % de agregados com acesso à Internet	●	↑
	- % de indivíduos que utiliza o computador	●	=
C.2.2.	Ensino Profissional e Ensino Tecnológico		
	- % de alunos do 3º ciclo em ensino profissional	●	↑
	- % de alunos do secundário em ensino profissional	●	↓
	- % de alunos do secundário em ensino tecnológico	●	↓
C.2.3.	Emprego e Desemprego		
	- Taxa de actividade	●	↓
	- Taxa de actividade – Homens	●	↓
	- Taxa de actividade – Mulheres	●	↑
	- Inactivos por 100 empregados	●	↑
	- Taxa de emprego	●	=
	- % de activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população	●	↑
	- % de quadros superiores e especialistas no total da população empregada	●	↓
	- Remunerações médias mensais dos trabalhadores	●	↑
	- Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo	●	↑
	- % de contratos sem termo	●	↓
	- Taxa de desemprego	●	↑
	- Taxa de desemprego feminino	●	=
	- % de mulheres na estrutura do desemprego	●	↑
	- Evolução do número de desempregados	●	↓
	- Taxa de desemprego jovem	●	=
	- % de desempregados jovens na estrutura de desemprego	●	↓
	- % de desempregados à procura do 1º emprego na estrutura do desemprego	●	↓
	- % de desempregados há mais de um ano na estrutura do desemprego	●	↑
	- % de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego	●	↑
C.3.	Ordenamento do Território		
C.3.1.	Cultura		
	- % de despesas em actividades em actividades culturais no conjunto das despesas autárquicas	●	↑
	- Despesas municipais em cultura por habitante (valor em €)	●	↑
	- Espectadores de cinema por habitante	●	↓
	- Taxa de utilização de cinema	●	↓

A.1 - INTRODUÇÃO

Figura 3
(continuação)

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
C	DOMÍNIO PESSOAS		
C.4.	Qualidade de vida		
C.4.1.	Bem-estar físico		
	- Taxa de mortalidade infantil	●	↓
	- Médicos por 1000 habitantes	●	=
	- Número de habitantes por médico (de centro de saúde)	●	↑
	- Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes	●	↓
C.5	Coesão Social		
C.5.1	Polarização de rendimentos		
	- Poder de compra per capita	●	=
	- Valor médio das pensões	●	↑
	- Diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005)	●	=
	- Disparidade no ganho mensal segundo o género	●	↑
C.5.2.	Pobreza		
	- % de pensionistas na população	●	↑
	- % de pensionistas de velhice no conjunto da população com mais de 65 anos	●	↑
	- % de beneficiários do RSI na população	●	↓

A.1 - INTRODUÇÃO

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO desde 2000
D	DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES		
D.1	Sub-Domínio Competitividade e Internacionalização		
D.1.2	Dinâmica Económica		
D.1.2.1	Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade		
	- Dimensão Económica da região (% do VAB nacional)	●	↑
	- PIB per capita nas regiões capitais da União Europeia - Posição face à média da União Europeia	●	↓
	- PIB per capita comparação com média nacional	●	=
	- Produtividade	●	=
	- Taxa de utilização de recursos humanos	●	=
D.1.2.2	Dinâmica Empresarial e de emprego		
	- Taxa de actividade	●	↑
	- Taxa de variação do emprego	●	↓
	- Taxa de Desemprego	●	↓
	- Taxa de Desemprego de Longa duração	●	↓
D.1.3	Competitividade Internacional		
D.1.3.1	Especialização produtiva		
	- Indicador de Especialização Produtiva	●	↑
D.1.3.2	Grau de Abertura		
	- Peso das Exportações e Expedições no PIB	●	↓
	- Taxa de Abertura	●	↓
	- Orientação para o Mercado Externo	●	↓
	- Peso da Região LVT no País - Comércio Internacional	●	↓
D.1.3.3	Posição Competitiva		
	- Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região	●	↑
D.1.4	Factores de Crescimento		
D.1.4.1	Dinâmica de Investimento		
	- Taxa de investimento	●	↓
D.1.4.2	Formação dos Recursos Humanos		
	- Nível Educacional - Posição face à média da União Europeia	●	↑
D.2	Sub-Domínio Inovação		
D.2.2	Actividades de I&D		
	- Número de investigadores em % de população activa	●	↑
	- Investigadores em I&D em % da população e Despesas de I&D em % do PIB	●	↑
	- I&D empresarial da região	●	=
	- Patentes registadas pela região	●	↓
D.2.4	Transferência de Tecnologia		
	- Nº de projectos consórcio	●	↓
	- Empresas com inovação no produto/processo	●	↑
	- Despesas com inovação	●	=
	- Financiamento da inovação	●	↓
	- Fontes de inovação	●	=
	- Principais barreiras à inovação	●	=

DOMÍNIO TERRITÓRIO

B

▪ **Apreciação geral**

A análise do comportamento dos indicadores do domínio “Território” no período 2000-2005, sugere os seguintes comentários:

A RLVT registou no período em análise uma evolução globalmente positiva, melhorando em vários dos indicadores monitorizados neste domínio. Devemos, no entanto, ter em conta, que alguns apresentam oscilações significativas ao longo do período, e que outros registam subidas muito ligeiras, o que exige algum cuidado na sua interpretação. De forma geral, a RLVT apresenta uma situação actual muito melhor face à situação registada no início da década, melhorando a sua performance a nível nacional ao apresentar valores médios superiores aos registados no país. Mas não podemos deixar de referir que esta evolução foi desigual em termos sectoriais e geográficos. Alguns aspectos devem merecer uma maior atenção por parte dos municípios quando se caminha para uma aproximação às médias europeias.

Quando analisamos a Região de Lisboa (nova NUTSII), a situação na maioria dos indicadores é muito mais positiva e a evolução registada no período mais significativa que a registada na RLVT.

Apesar da falta de indicadores de comparação europeia, e dado que a informação disponibilizada pelo EUROSTAT respeita apenas à nova NUTS II Região de Lisboa, podemos afirmar, ao nível deste domínio de monitorização, que a Região de Lisboa se aproxima das médias europeias, apesar de ainda relativamente abaixo da média da UE15, mas superior quando comparada ao nível da UE25.

Numa apreciação por dimensões de análise neste domínio, e tendo em conta a informação disponível ao longo do período, regista-se ao nível do **“Ordenamento do território”** uma diminuição das despesas dos municípios com a protecção da biodiversidade e das paisagens (a quebra foi significativa a partir de 2002, em especial na AML e no Oeste). As sub-regiões como o Médio Tejo e a Lezíria recuperaram a partir de 2003, mantendo-se a RLVT abaixo dos valores do país. Ao nível do mercado imobiliário, o valor das transacções subiu ao longo do período, em especial na Grande Lisboa, o que revela ainda uma forte pressão construtiva, em especial nas

zonas fortemente urbanizadas. Este indicador indirecto da edificabilidade é particularmente intenso na AML. A RLVT continua a manter neste indicador valores superiores aos de Portugal.

Ao nível da dimensão “**Qualidade de Vida**” destaque-se que a RLVT prosseguiu a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento do caudal de água captado para esse efeito. As assimetrias intra-regionais são, hoje, relativamente ténues nestes domínios, embora persistam bolsas problemáticas em diversos municípios. Taxas de cobertura concelhias próximas dos 100% devem constituir uma meta prioritária a concretizar a curto prazo. No entanto, as despesas das câmaras municipais com a protecção do recurso de água registaram um decréscimo significativo a este nível, apresentando valores inferiores à média nacional.

Já a generalização da cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais está mais atrasada, mantendo praticamente os mesmos valores que no início da década. Destaque-se que as sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo apresentam valores ainda muito inferiores à média regional. Quanto ao tratamento dessas águas, a percentagem de população servida por estações de tratamento aumentou mais de 30% de 2000 para 2004, o que revela um esforço regional nesta área. Destaque-se que a Península de Setúbal é aqui a sub-região mais atrasada. A taxa de tratamento das águas residuais domésticas registou uma subida significativa no período em análise, no entanto a média regional é ainda em 2004 ligeiramente inferior à média nacional.

Quanto aos resíduos sólidos e tendo em conta os indicadores disponíveis, a Região tem vindo a diminuir a quantidade que produz destes resíduos, os quilos recolhidos por habitante, e apesar da ligeira subida registada em 2005, continuam inferiores às quantidades recolhidas no início da década. A Grande Lisboa continua a ser a Sub-região que mais resíduos produz anualmente. Mas a evolução mais significativa no período em análise prende-se com a recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, passando dos 3% de recolha selectiva em 2000 para cerca de 21% em 2005. A Região ultrapassa significativamente a média nacional. As despesas municipais com recolha e tratamento de resíduos sólidos aumentaram também nos últimos anos, revelando uma maior preocupação dos municípios nesta matéria.

O indicador de pressão sobre o ambiente - consumo de electricidade - revela para o conjunto da Região taxas de variação moderadas ao longo do período em análise. No entanto, uma leitura desagregada por concelhos permite identificar uma evolução mais intensa nas áreas com maior poder de compra e na faixa litoral. O consumo de electricidade, apesar de moderado, apresenta taxas anuais de crescimento na ordem dos 5%, que colocam em causa os compromissos de produzir electricidade final com origem em fontes renováveis (cerca de 39% até 2010), dado que este consumo supera a capacidade de incremento da produção de energias renováveis, continuando a produção sendo essencialmente hidráulica na região.

Na dimensão de análise "**Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção**", os indicadores referentes à atractividade do território, quer a nível nacional quer internacional, e neste caso muito associados ao turismo, revelaram-se instáveis nos últimos anos. Apesar de em 2004 e 2005 a RLVT ter registado uma subida no número de dormidas de hóspedes nacionais e estrangeiros, a Região continua a manter uma distância significativa em relação à média nacional. Apenas a Sub-região da Grande Lisboa conseguiu superar as médias nacionais e apenas no indicador referente ao número de dormidas de hóspedes estrangeiros. Esta divergência é inaceitável tendo em conta que a RLVT, enquanto principal região do país, não pode perder capacidade atractiva em termos nacionais e, em particular, internacionais.

A nível europeu, e apenas para a Região de Lisboa (nova NUTSII) foi possível estabelecer alguma comparação. A Região continua a estar muito dependente do turismo internacional, 65% das dormidas são de hóspedes estrangeiros, no entanto, encontra-se ainda afastada dos valores registados por regiões capitais como Viena, Amesterdão e Budapeste. Foi ainda possível constatar que a Região de Lisboa é uma das regiões europeias que maior diversidade de alojamentos turísticos oferece.

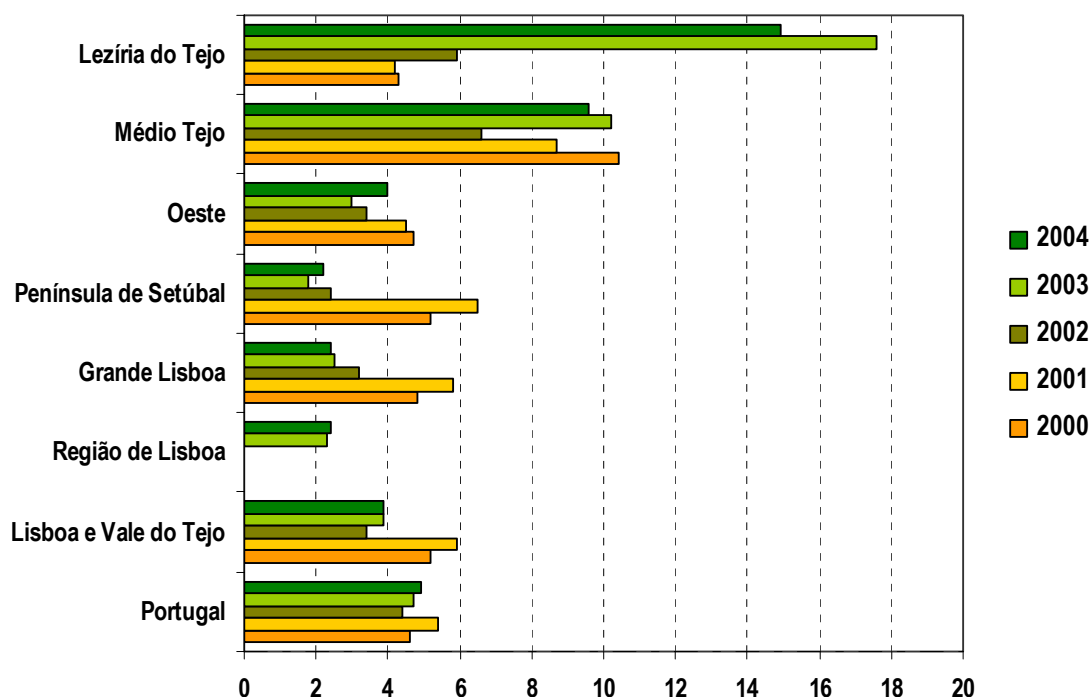
Quanto à conectividade regional, a evolução neste período foi significativa. Quer o número de alojamentos cablados e respectivos assinantes, quer o número de caixas Multibanco por mil habitantes, com médias bastante superiores às registadas no país. A inserção internacional, neste domínio monitorizada pelo indicador *valor do comércio internacional intra e extra-comunitário*, revela também uma melhoria, ainda que ligeira, nos últimos 6 anos.

Quanto aos indicadores da mobilidade, destaque-se uma melhoria, ainda que muito moderada e inferior à desejada para uma região europeia, ao nível dos acidentes, dos feridos e do n.º de mortos registados nas estradas. Esta questão agrava-se quando a RLVT, e em especial a Região de Lisboa, ocupam uma posição privilegiada a nível europeu quanto à densidade de auto-estradas existentes no seu território. Mais uma vez se concluí que estamos perante um problema de cultura dos nossos automobilistas.

Registe-se, nos indicadores monitorizados quanto ao aeroporto de Lisboa, um aumento do fluxo de passageiros e uma estagnação no fluxo de mercadorias, que vêm reforçar a necessidade da construção de um novo aeroporto para esta Região.

Gráfico1

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens
(euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

O total de euros por habitante despendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da Região de Lisboa e Vale do Tejo durante 2004, neste domínio, manteve-se idêntico ao registado em 2003 (3,9 euros por habitante). Tendo em conta a evolução registada desde 2000, é de salientar a quebra registada a partir de 2002, contrariando a tendência dos anos anteriores em que o valor da RLVT era superior ao do país. A descida deveu-se, sobretudo, às sub-regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste. Por outro lado, agravam-se as disparidades no interior da Região, com o crescimento significativo das despesas nas sub-regiões do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo (que atinge um valor máximo em 2003 com 17,6 euros por habitante). No entanto, apesar de manterem valores altos, sofrem uma descida em 2004, ao contrário das regiões Oeste e Península de Setúbal que revelam um ligeiro aumento nesse mesmo ano.

B.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

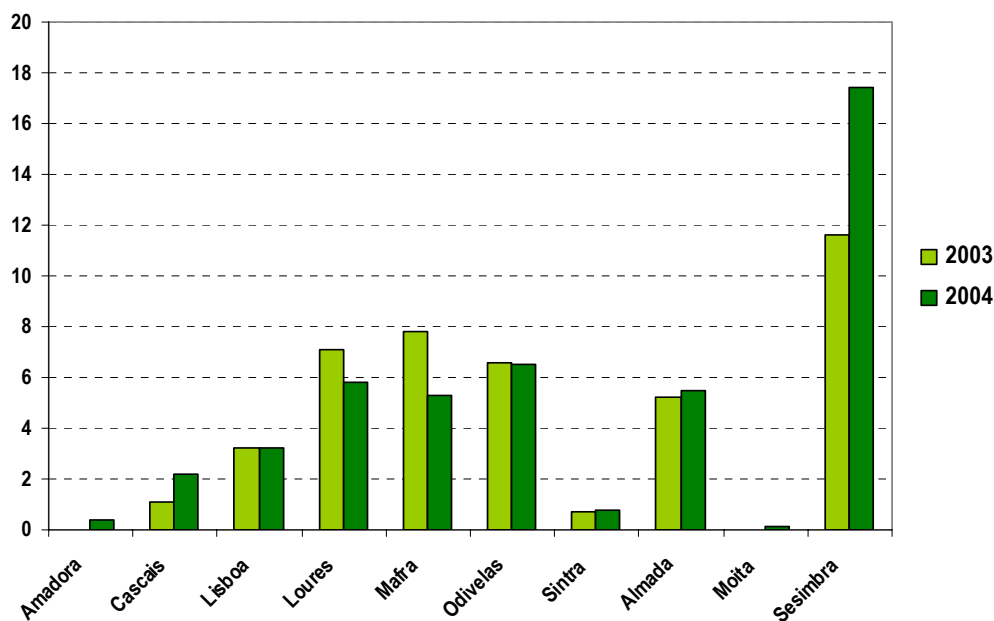
B.2.1 – CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

São os concelhos com uma forte presença de áreas florestais que apresentam maiores despesas com a biodiversidade e paisagem, como Constância, Sardoal, Alpiarça, Cartaxo e Santarém no Vale do Tejo, e também Sesimbra e Sobral de Monte Agraço na Península de Setúbal e Oeste.

Sublinhe-se que a inexistência de dados em 2002, 2003 e 2004 para alguns concelhos do arco ribeirinho da Península de Setúbal e da Grande Lisboa dificulta uma leitura equilibrada da incidência deste indicador na RLVT.

Gráfico 2

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da AML (euros por habitante)



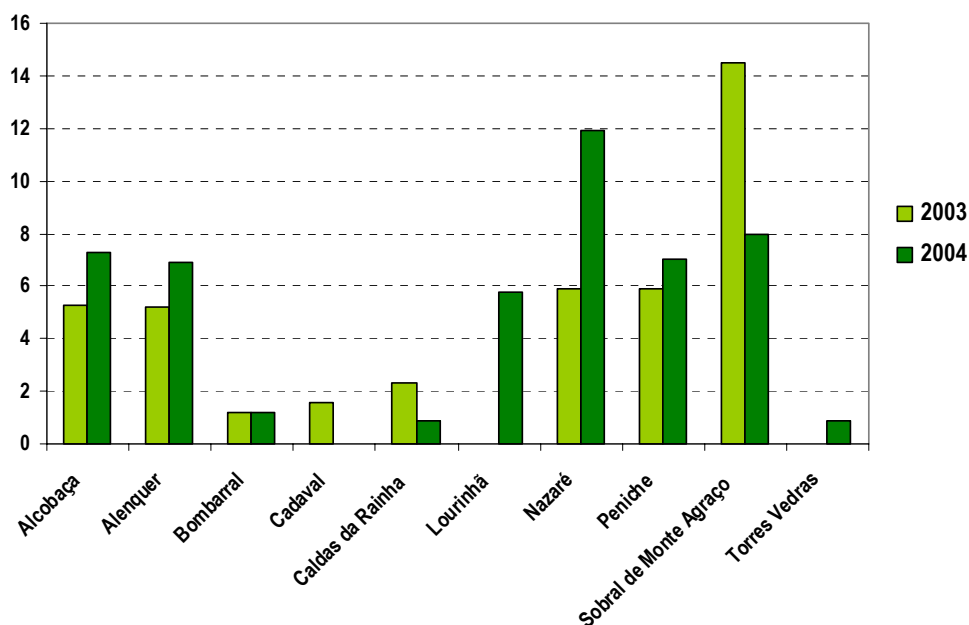
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

B.2.1 – CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Gráfico 3

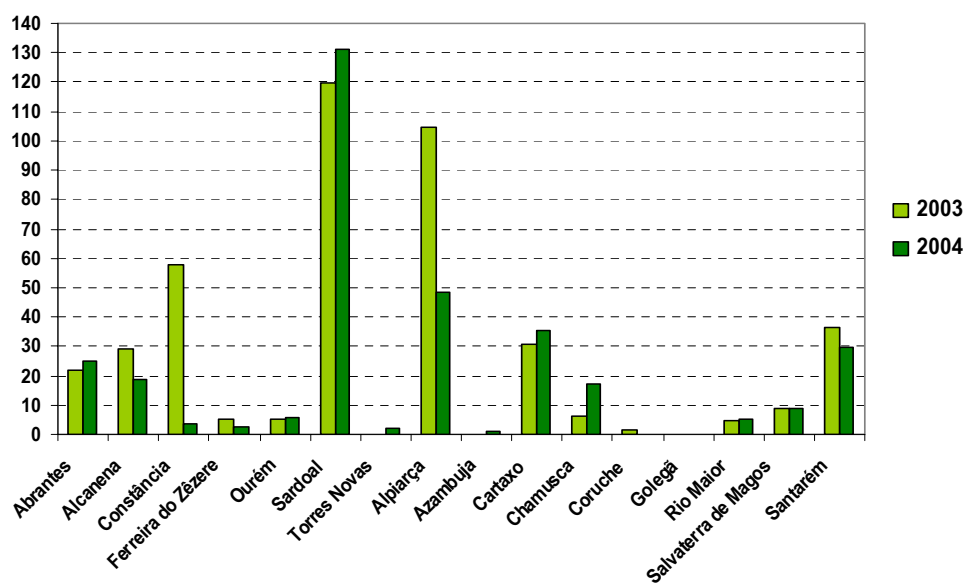
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos do Oeste (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

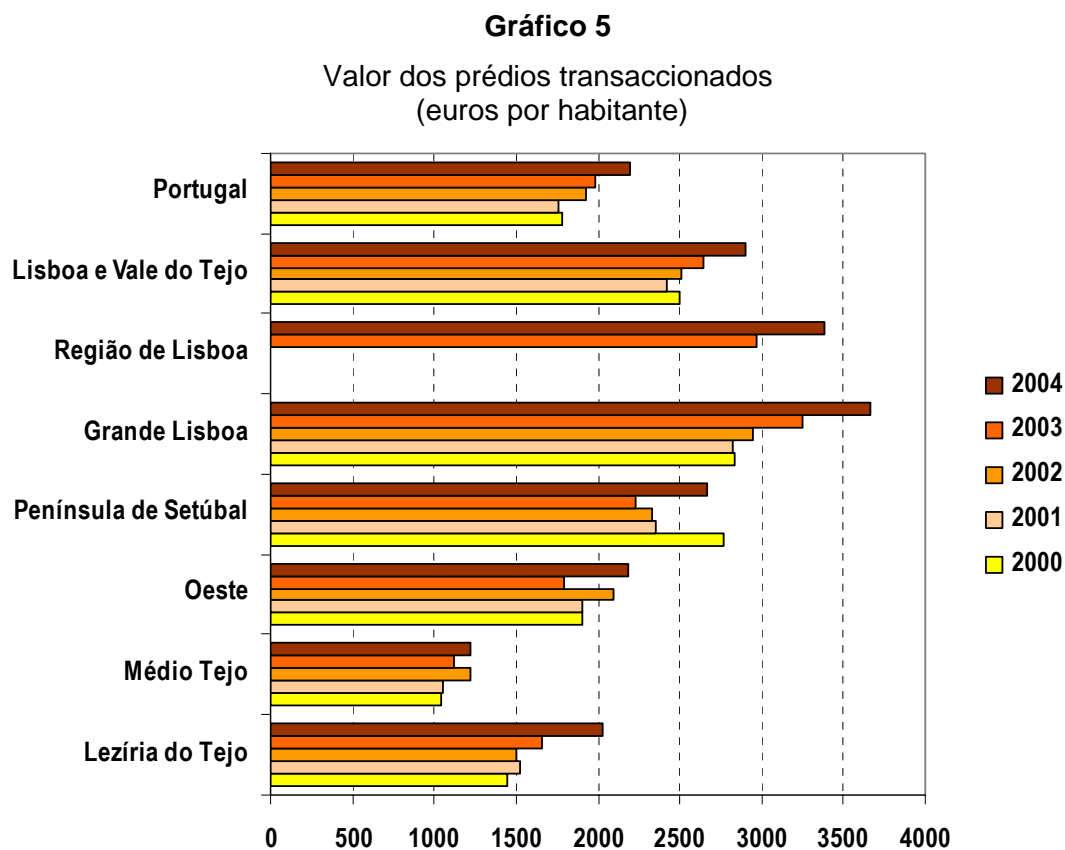
Gráfico 4

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos do Vale do Tejo (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

a) Dinâmica do mercado imobiliário



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Tendo em conta o período de 5 anos em análise, a tendência geral tem sido um crescimento do valor dos prédios transaccionados na Região de Lisboa e Vale do Tejo que acompanha a evolução a nível nacional, com excepção do ano de 2002, em que se registou um ligeiro recuo. O crescimento verificado deve-se, sobretudo, à sub-região da Grande Lisboa, que em 2004 atinge o valor mais alto registado nos últimos 5 anos: 3.666 euros por habitante. Esta situação contribui para que a nova NUTS II Região de Lisboa apresente também um valor mais alto que o registado na RLVT e no país. De salientar que a sub-região da Península de Setúbal, que no período em análise foi registando um decréscimo anual, embora ainda com valores superiores aos das restantes sub-regiões, teve um aumento significativo em 2004, passando dos 2.229 (2003) para 2.662 euros por habitante.

B.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

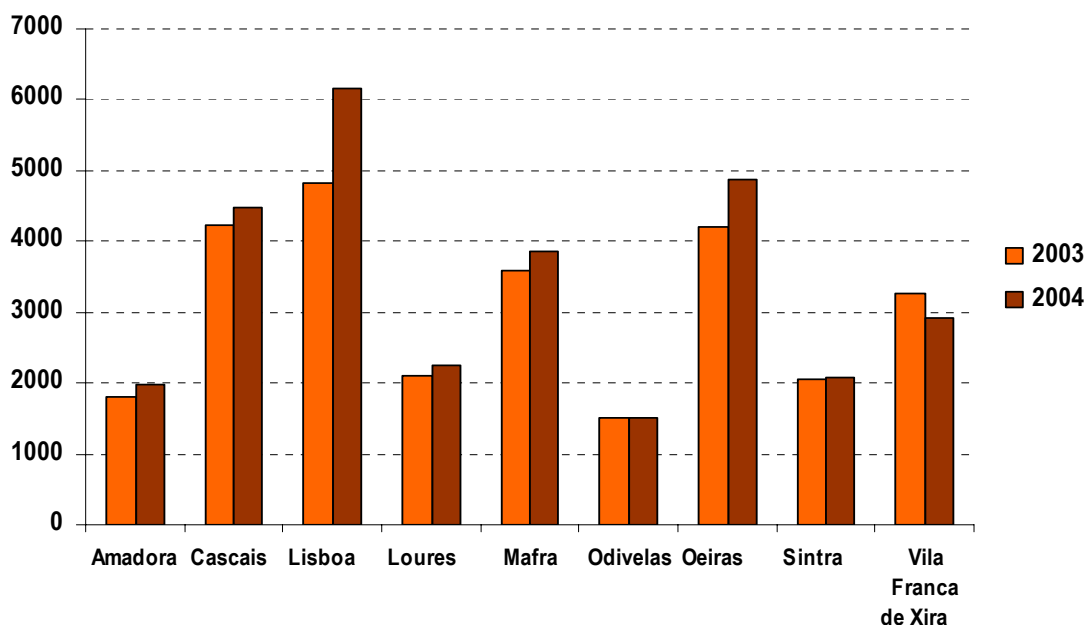
B.2.2 – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Registe-se que a sub-região da Lezíria do Tejo sofreu também um aumento significativo de 2003 para 2004, de 1.656 euros para 2.025 euros por habitante, respectivamente.

Uma análise da distribuição deste indicador por concelho revela a persistência de uma forte incidência metropolitana, pois concentram-se aqui as capitações superiores, de 4-6 mil euros, envolvendo áreas intensamente urbanizadas (eixo Cascais-Lisboa, por exemplo) mas também municípios periurbanos de feição rural (em especial Óbidos com uma subida significativa de 2003 para 2004), e no litoral, como a Nazaré. Destaque ainda para a margem sul do Tejo, concelhos como Sesimbra, Alcochete e Montijo que continuam a ser afectados pelo impacto da Ponte Vasco da Gama. Sublinhe-se também que o maior aumento registado entre 2003 e 2004 em toda a RLVT foi o do município de Palmela, que passou dos 3.304 euros para 5.333 euros por habitante.

Gráfico 6

Valor dos prédios transaccionados
por concelhos da sub-região da Grande Lisboa
(euros por habitante)



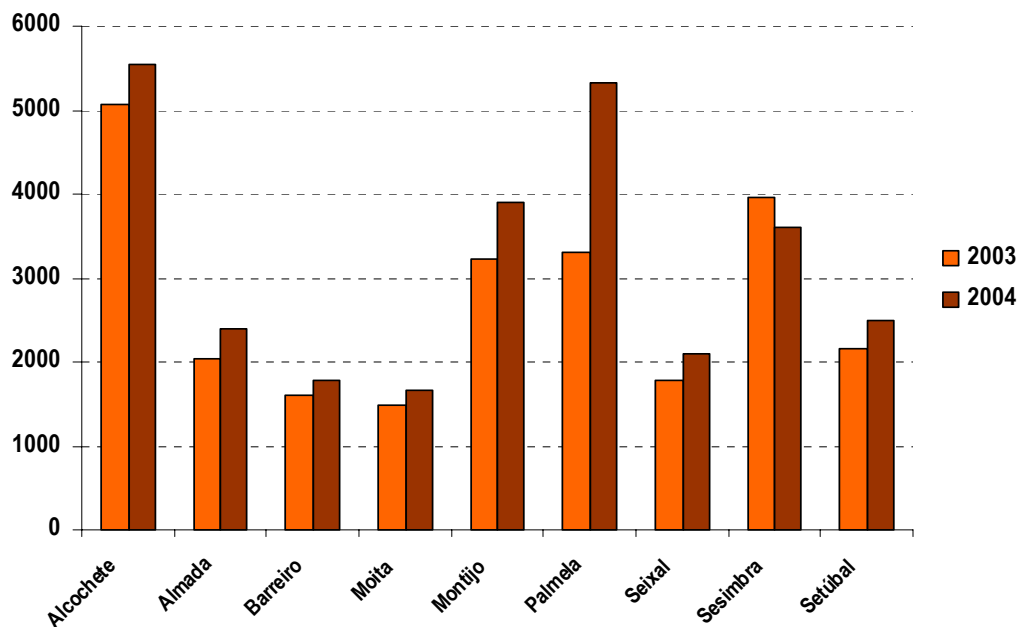
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

B.2.2 – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Gráfico 7

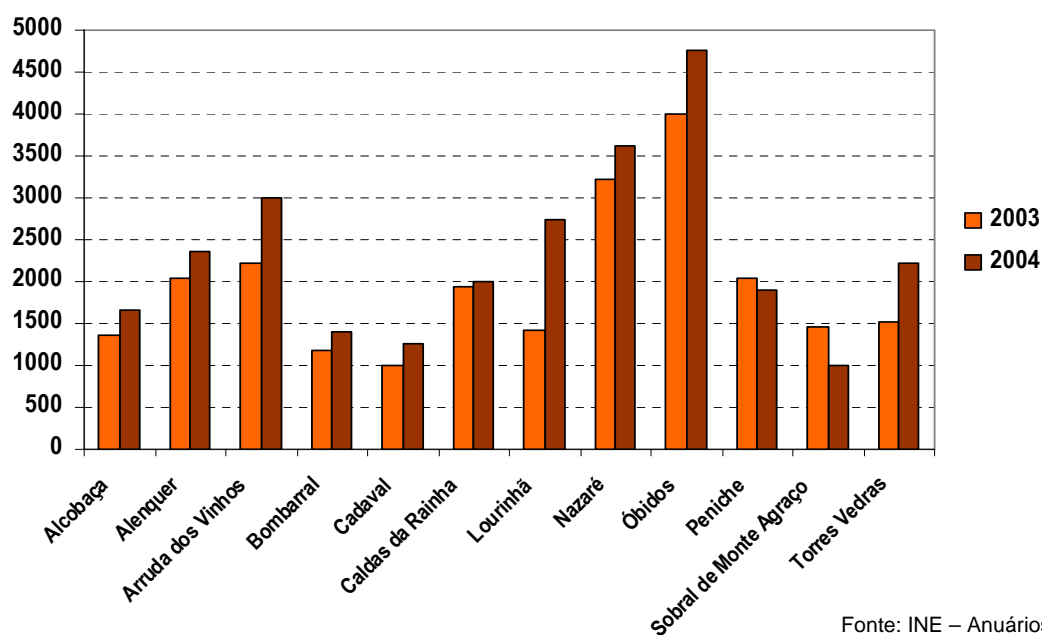
Valor dos prédios transaccionados por concelhos da sub-região da Península de Setúbal (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 8

Valor dos prédios transaccionados por concelhos da sub-região do Oeste (euros por habitante)



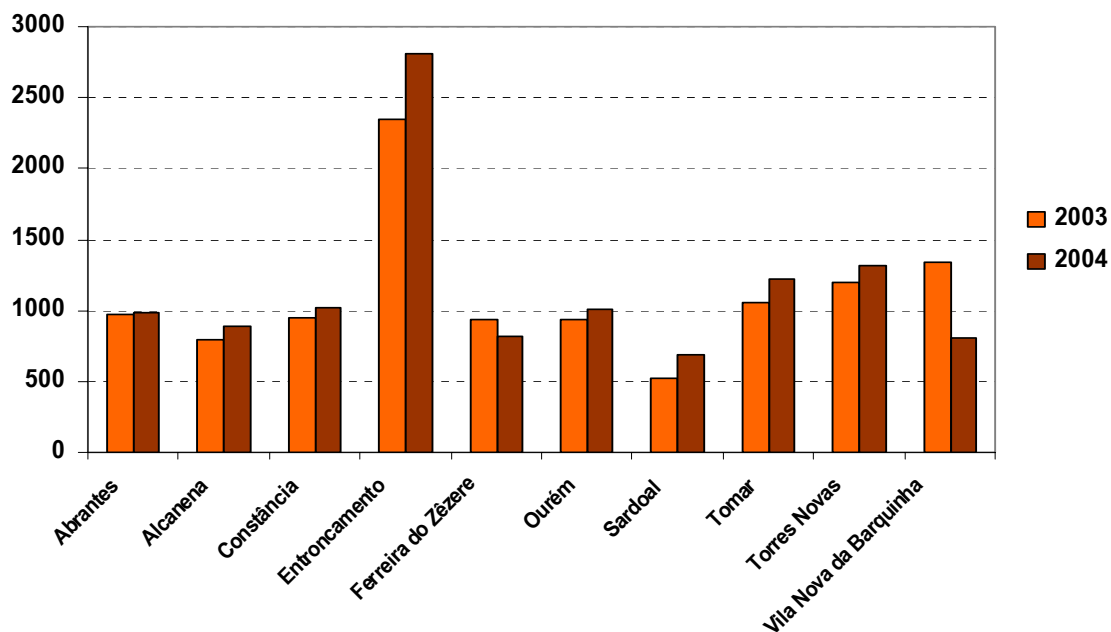
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

B.2.2 – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Gráfico 9

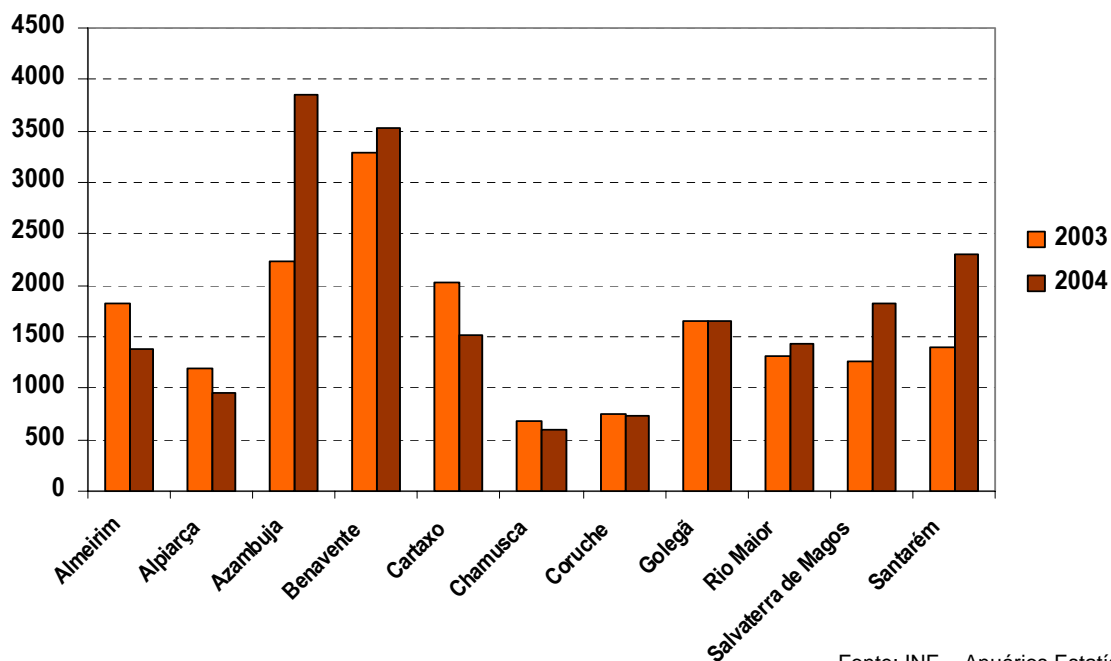
Valor dos prédios transaccionados por concelhos da sub-região do Médio Tejo
(euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 10

Valor dos prédios transaccionados por concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo
(euros por habitante)

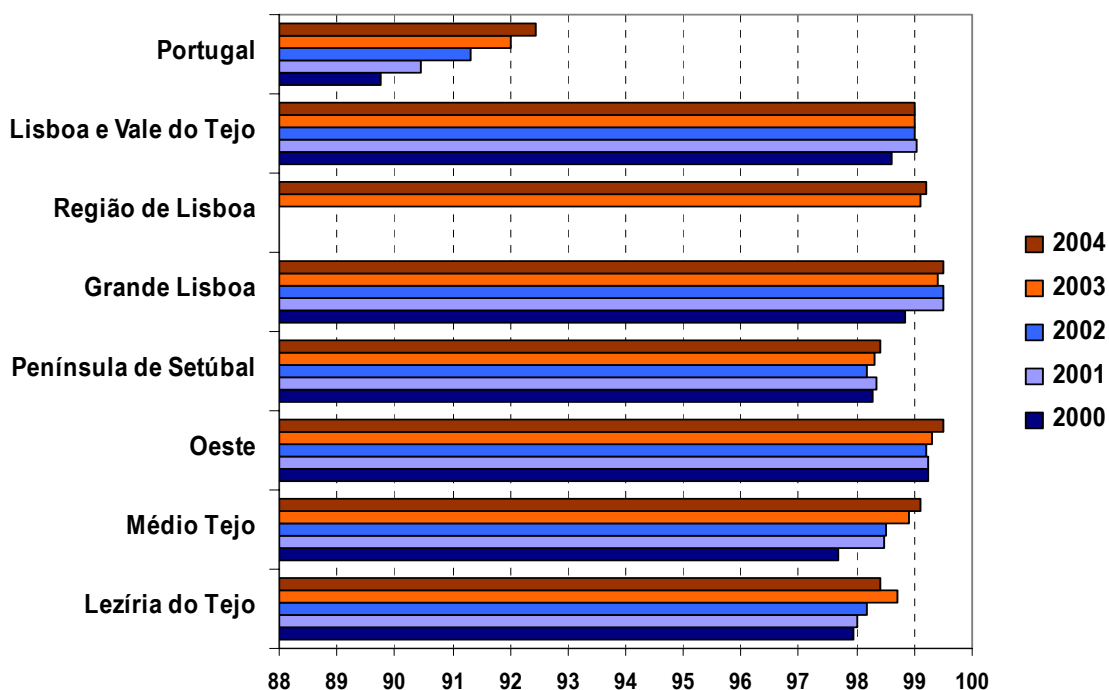


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

a) Abastecimento de Água

Gráfico 11

Cobertura: população com acesso domiciliário a água (em %)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

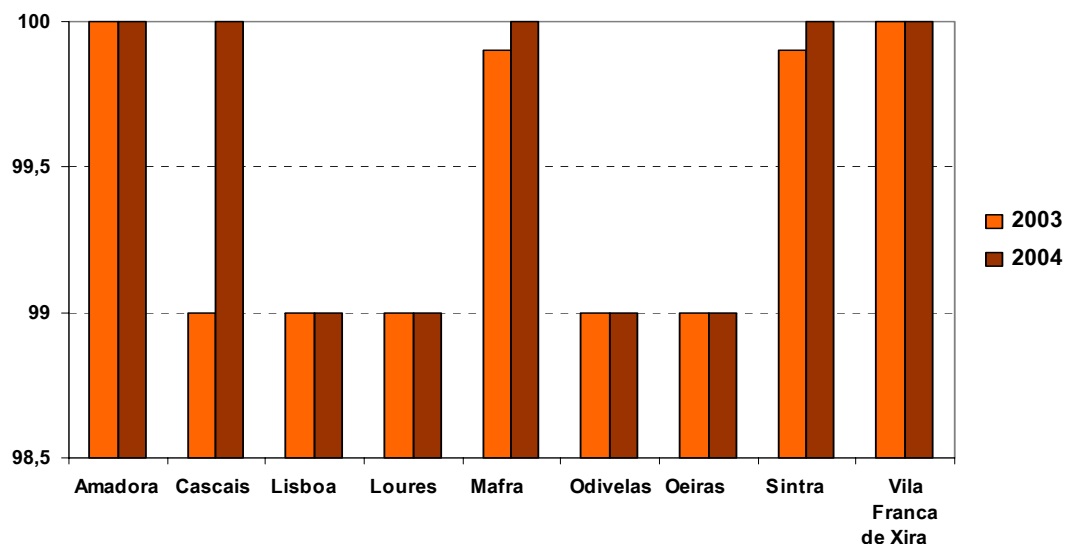
Nota: Os dados do concelho de Loures em 2000 incluem o concelho de Odivelas

O acesso domiciliário a água é praticamente universal na Região, sendo a taxa de cobertura bastante superior à média nacional (99% para a RLVT e 92% para Portugal em 2004). Ao longo do período em análise e apesar deste panorama positivo, deve-se salientar o pequeno retrocesso nas sub-regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal nos anos de 2002 e 2003, mas que em 2004 voltam a retomar, e mesmo a atingir, valores mais altos. As sub-regiões da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo continuam a apresentar os valores mais baixos no contexto regional, ambas com 98,4%. Ao nível municipal, é de referir que grande parte dos concelhos atingiu em 2004 os 100% de cobertura, no entanto destacam-se ainda de forma desfavorável e atendendo aos valores percentuais que apresentam, os concelhos de Palmela (90%), Montijo (94%) e Azambuja (95%).

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 12

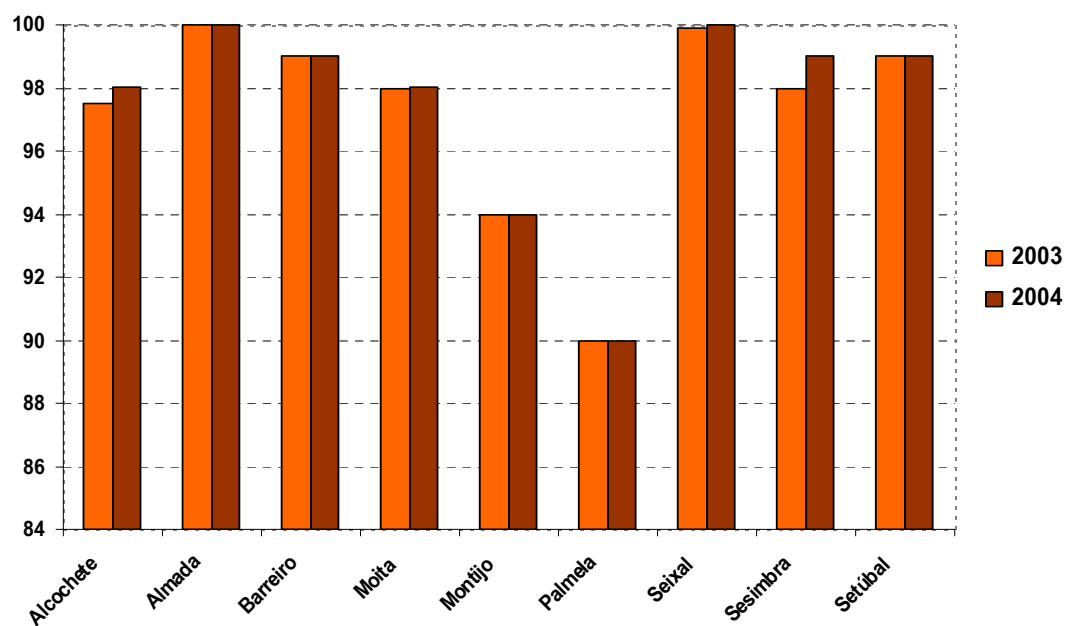
Cobertura: população com acesso domiciliário a água por concelhos na sub-região da Grande Lisboa (em %)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 13

Cobertura: população com acesso domiciliário a água por concelhos na sub-região da Península de Setúbal (em %)



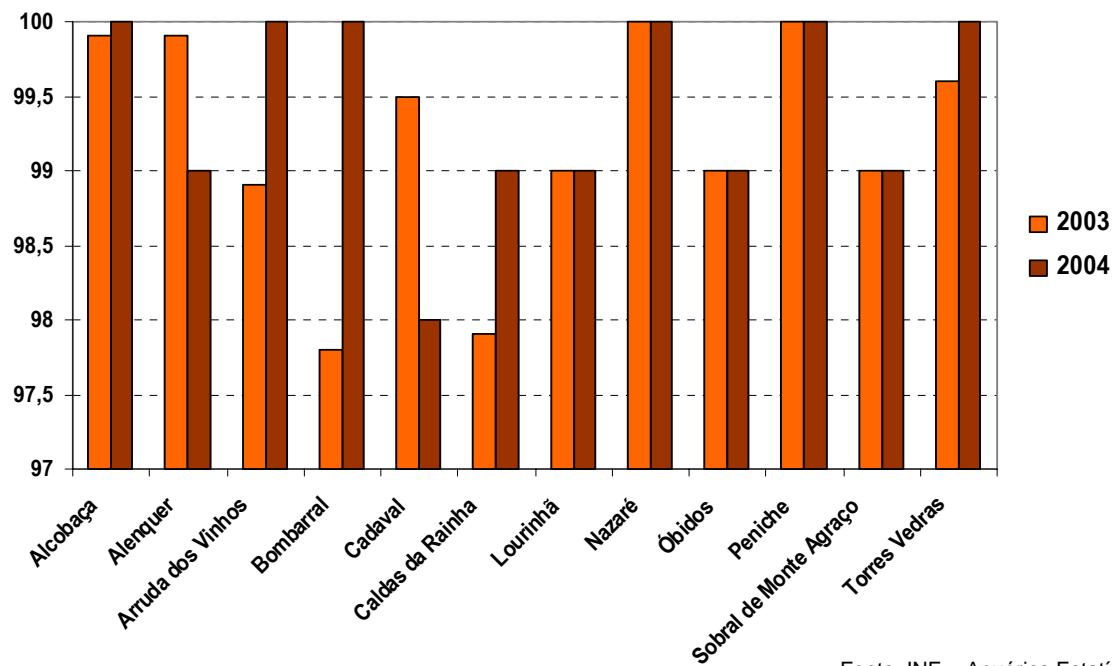
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 14

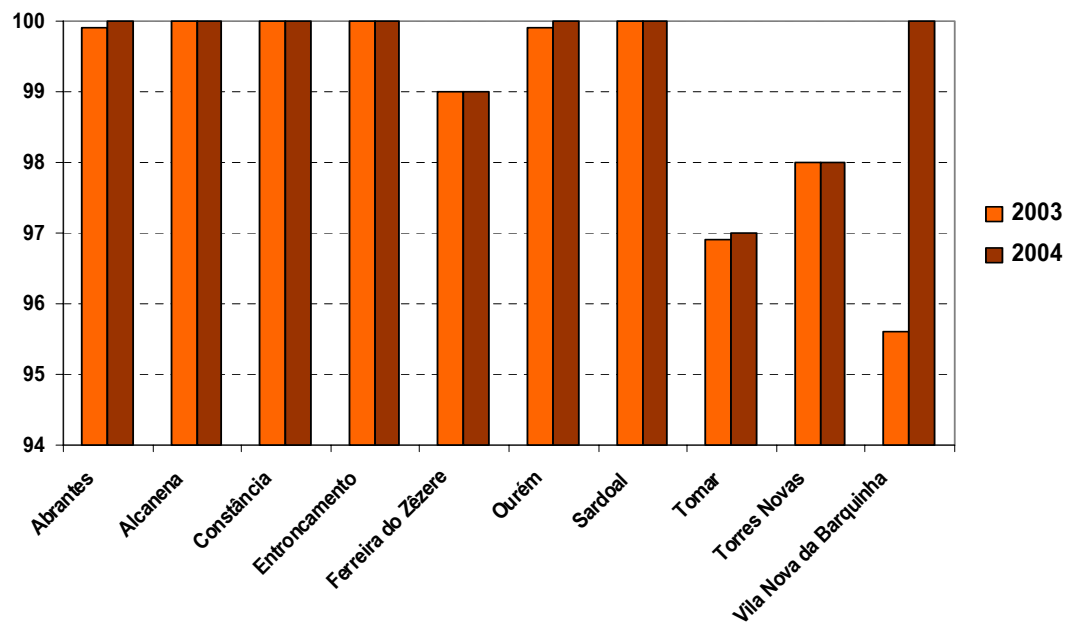
Cobertura: população com acesso domiciliário a água por concelhos na sub-região do Oeste (em %)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 15

Cobertura: população com acesso domiciliário a água por concelhos na sub-região do Médio Tejo (em %)

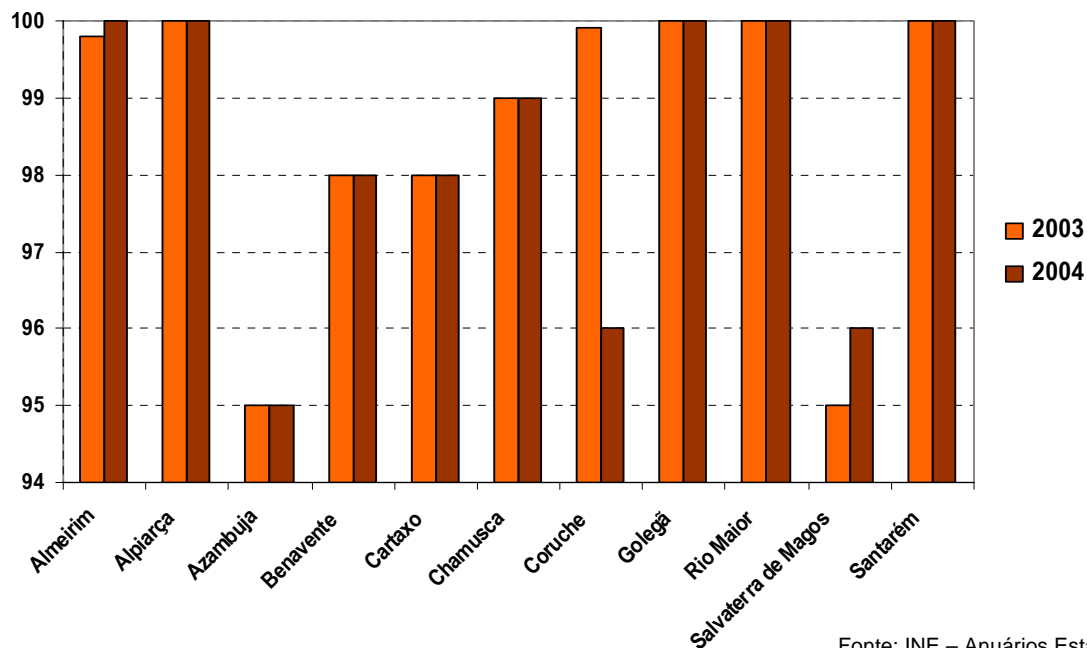


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 16

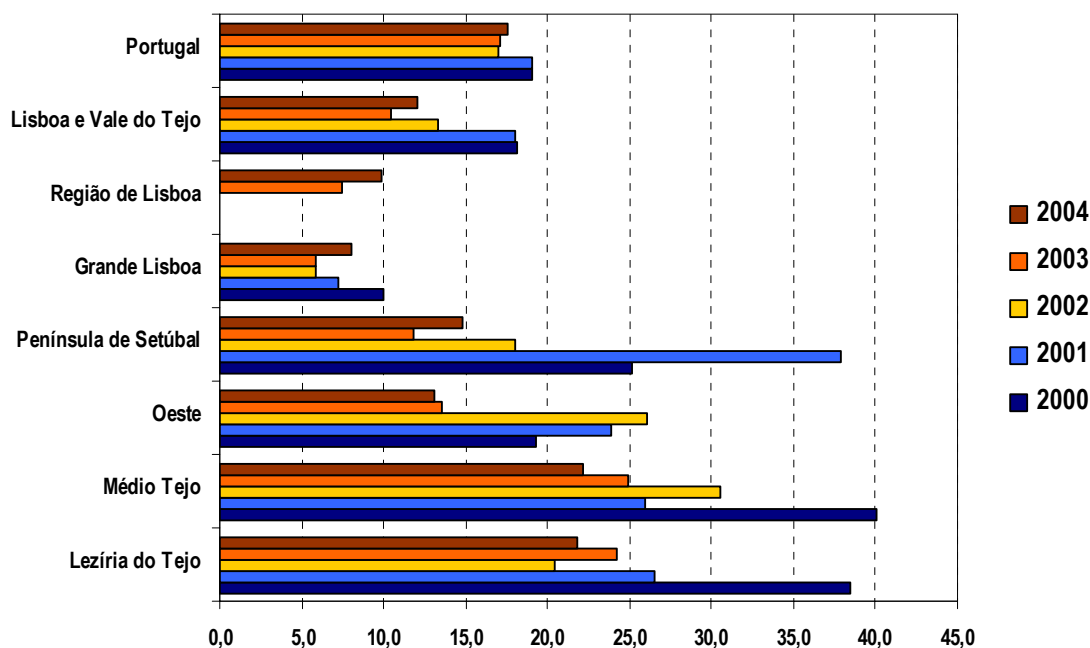
Cobertura: população com acesso domiciliário a água por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo (em %)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 17

Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Este indicador, pela sua natureza, pode apresentar oscilações relevantes entre anos sucessivos. A sua utilização para comparar apenas dois anos deve, por isso, ser prudente.

A média anual de euros por habitante dispendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da RLVT com protecção do recurso de água começou a diminuir de uma forma acentuada a partir de 2001/2002, passando de 18 euros ao valor mínimo de 10,4 euros, em 2003. Em 2004 dá-se um ligeiro aumento, mas nunca atingindo os valores do início da década, predominando uma tendência de desinvestimento relativo. A RLVT continua a posicionar-se aquém da média nacional apesar de esta ter demonstrado também uma diminuição no mesmo período.

A nível regional, e também sub-regional, existem disparidades inter-municipais elevadas, o concelho de Constância atinge em 2004 uma média de 110 euros por habitante e o concelho de Cascais e Sintra 0,1 Euros por habitante.

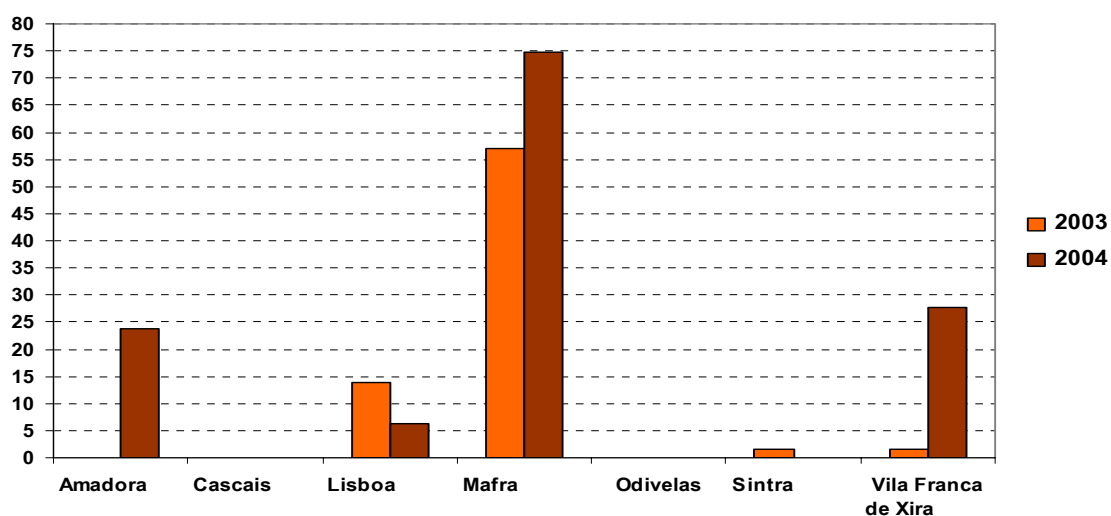
B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

As baixas captações registadas parecem revelar um desinvestimento relativo das autarquias num domínio de extrema importância para a saúde e qualidade de vida da população.

Gráfico 18

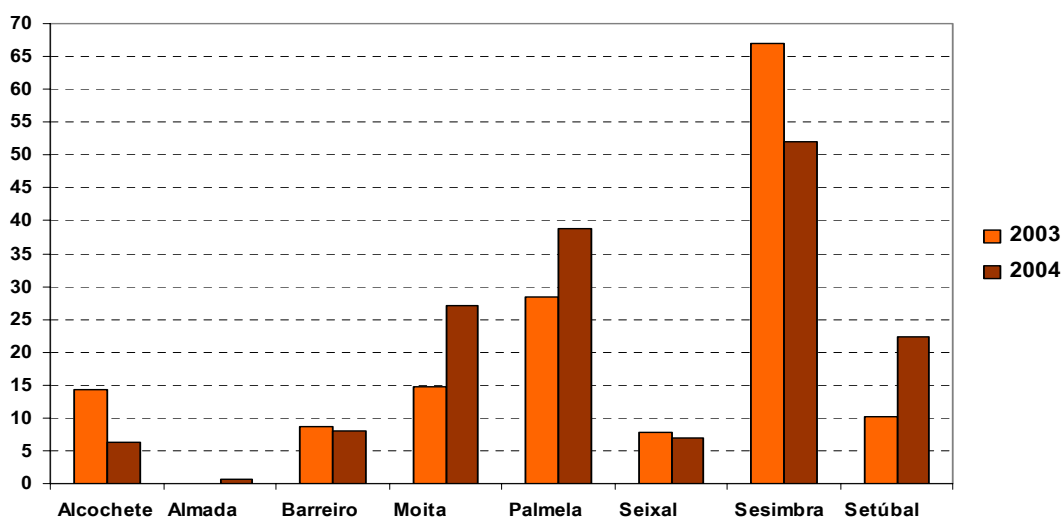
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por concelhos na sub-região da Grande Lisboa (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 19

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por concelhos na sub-região da Península de Setúbal (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 20

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por concelhos na sub-região do Oeste (euros por habitante)

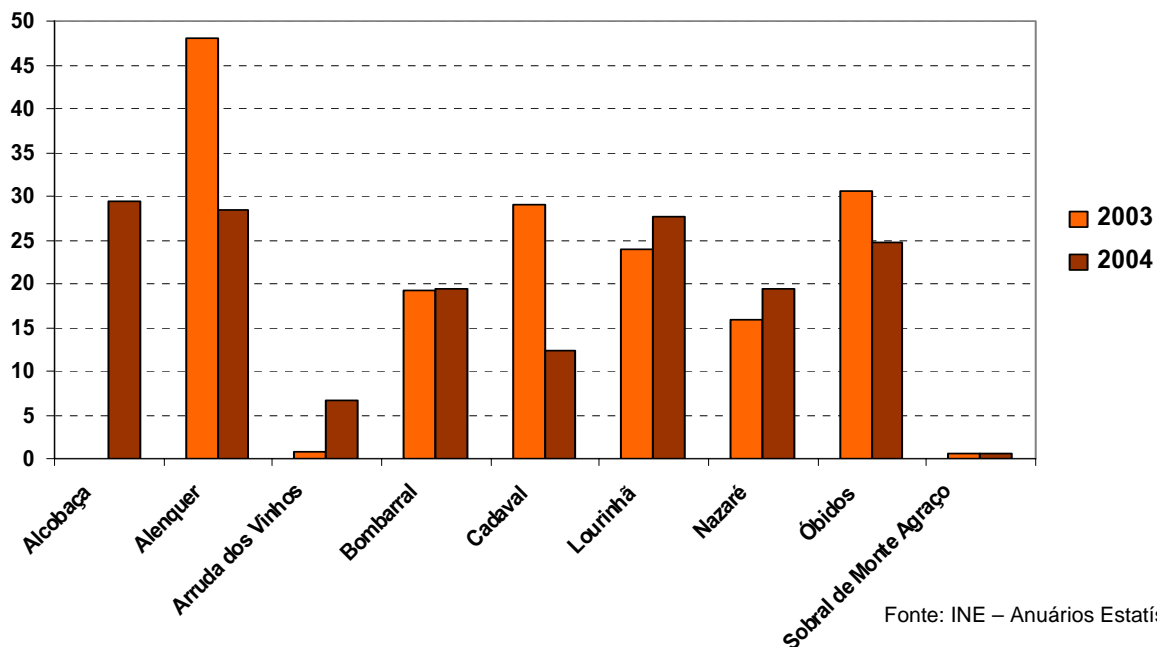
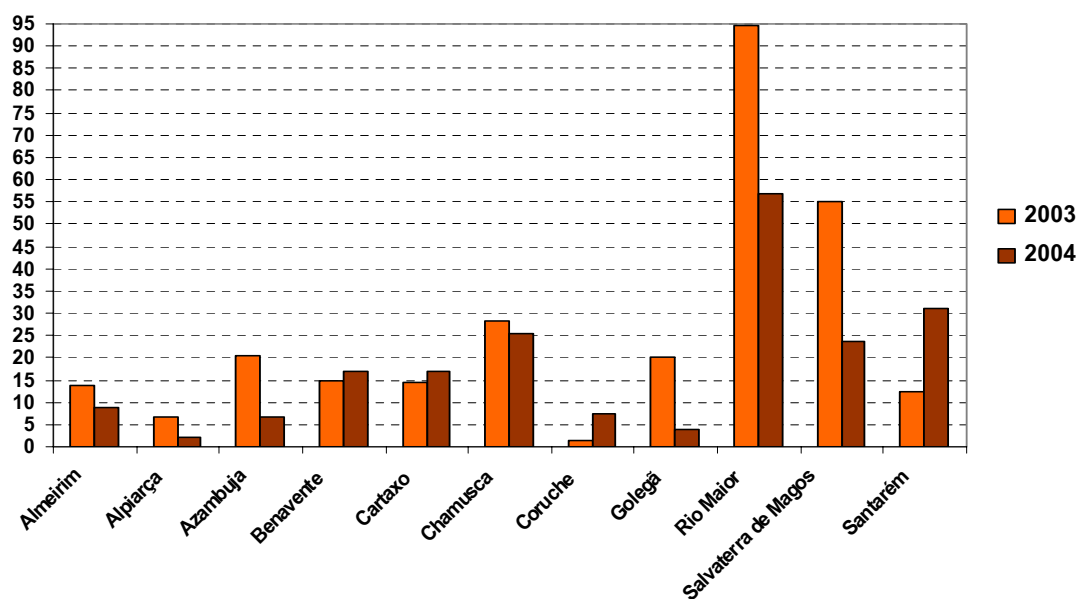


Gráfico 21

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por concelhos na sub-região do Médio Tejo (euros por habitante)



B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 22

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo (euros por habitante)

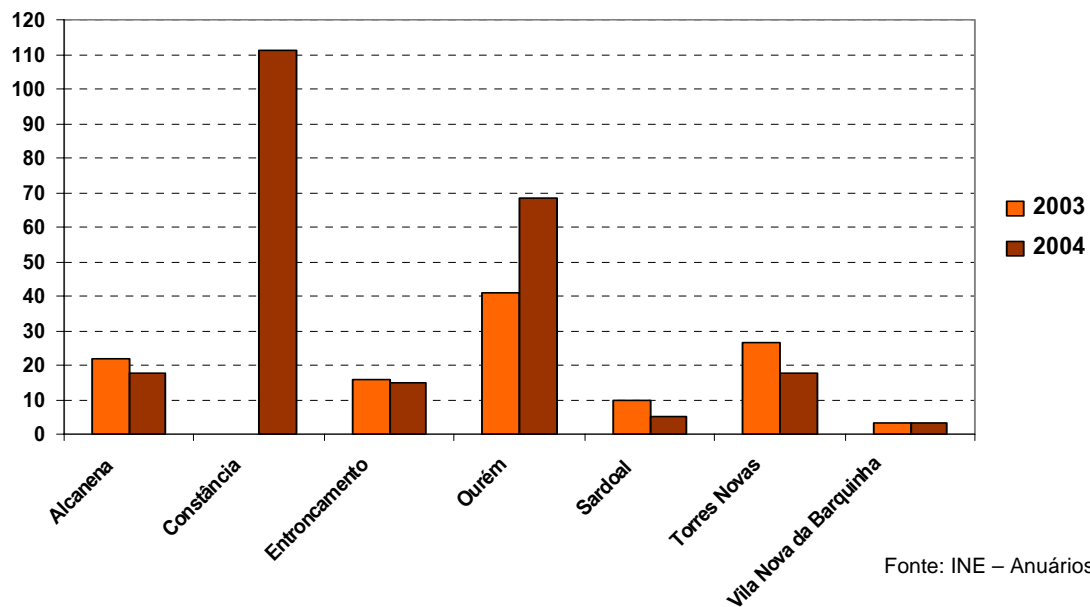
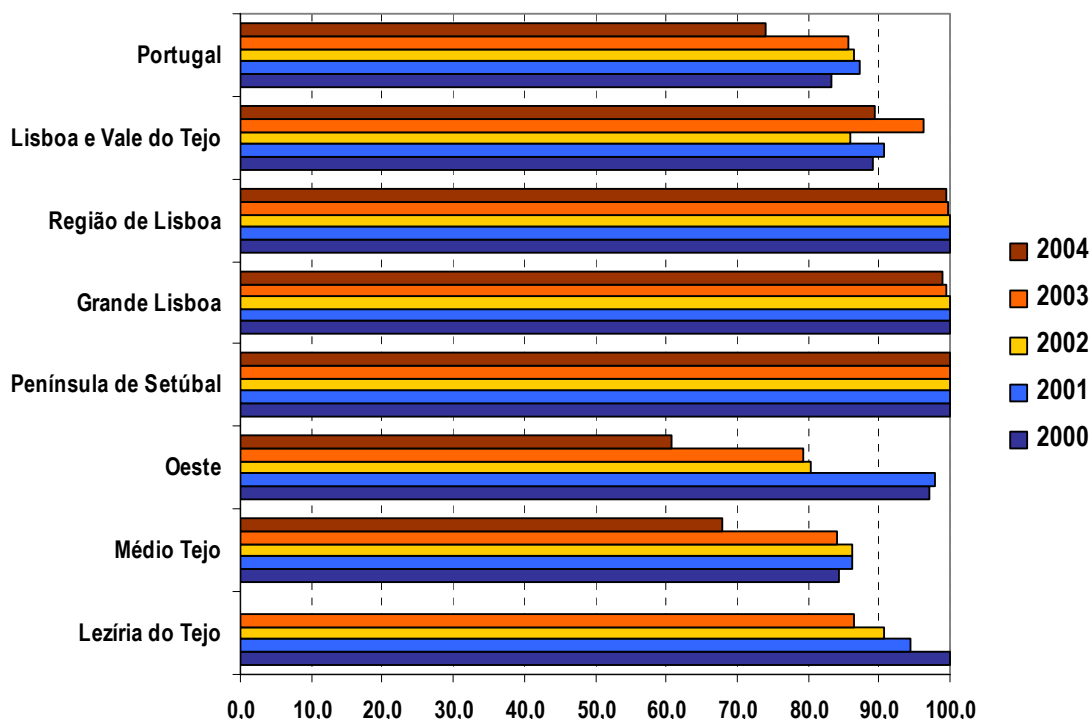


Gráfico 23

Tratamento: % de caudal captado sujeito a tratamento



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Nos anos de 2000 e 2001 foi bastante positiva a situação da RLVT no que se refere ao tratamento do caudal captado para abastecimento humano, sempre superior ao valor registado a nível nacional. Em 2002 a Região regista um ligeiro decréscimo, recuperando depois em 2003 em que atinge o valor máximo dos últimos 5 anos: 96,4%. Em 2004 volta a descer para os 89,5%, descida esta que se deve às sub-regiões do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste. A falta de dados para muitos concelhos da Lezíria do Tejo, bem como situações irregulares de alguns concelhos com descidas na ordem dos 70%, entre 2003 e 2004, não permitem uma análise segura destes resultados.

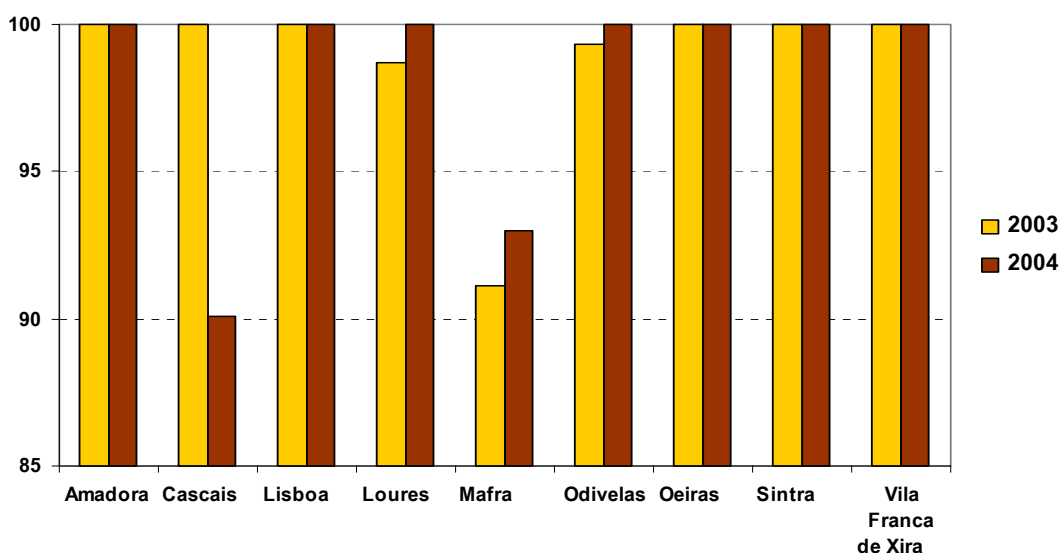
Nas sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, em que no início da década o tratamento do caudal captado era da ordem dos 100%, apresentam uma ligeira descida em 2003 (99,7%) e 2004 (99,5%), devido à inclusão do concelho de Mafra na Grande Lisboa e cujo tratamento atinge apenas os 93%, acrescido de uma descida no concelho de Cascais de 100% em 2003 para 90% em 2004.

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Se a maior parte dos municípios da Região afirmaram garantir taxas de tratamento de 100%, ainda persistem situações menos favoráveis, já registadas em anos anteriores, como Peniche, Azambuja e Torres Novas. Registe-se algumas situações novas - e que causam alguma perplexidade - para municípios que já tinham atingido os 100% em 2003 e que em 2004 sofreram uma descida, como é o caso de Cascais, Abrantes, Cadaval, Alcobaça, Entroncamento, Sardoal, Tomar, Cartaxo e Santarém.

Gráfico 24
% de caudal captado sujeito a tratamento
por concelhos da Grande Lisboa

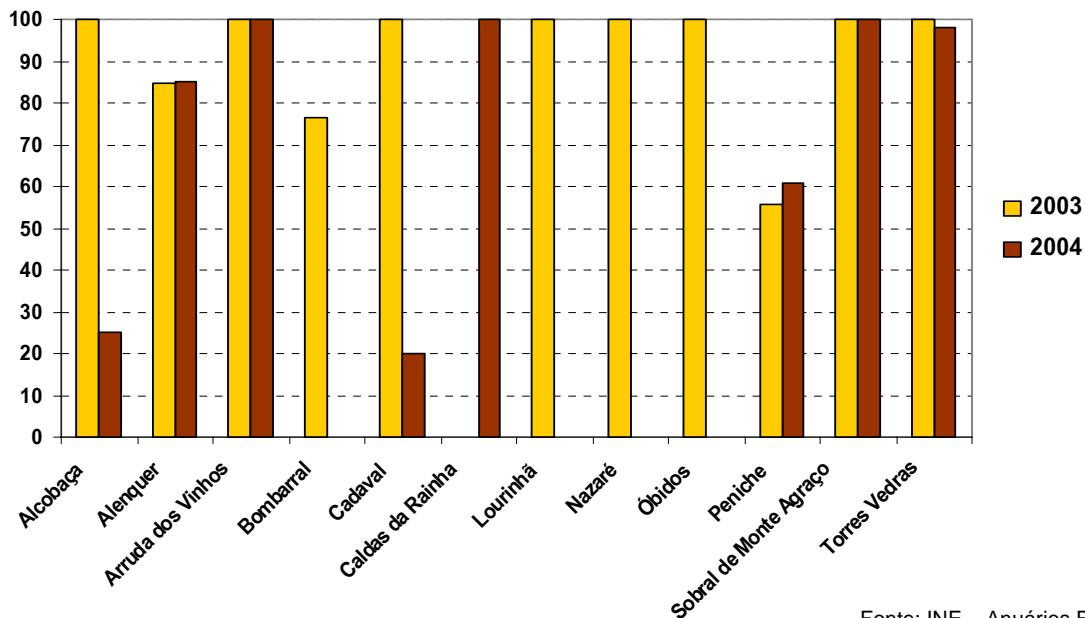


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 25

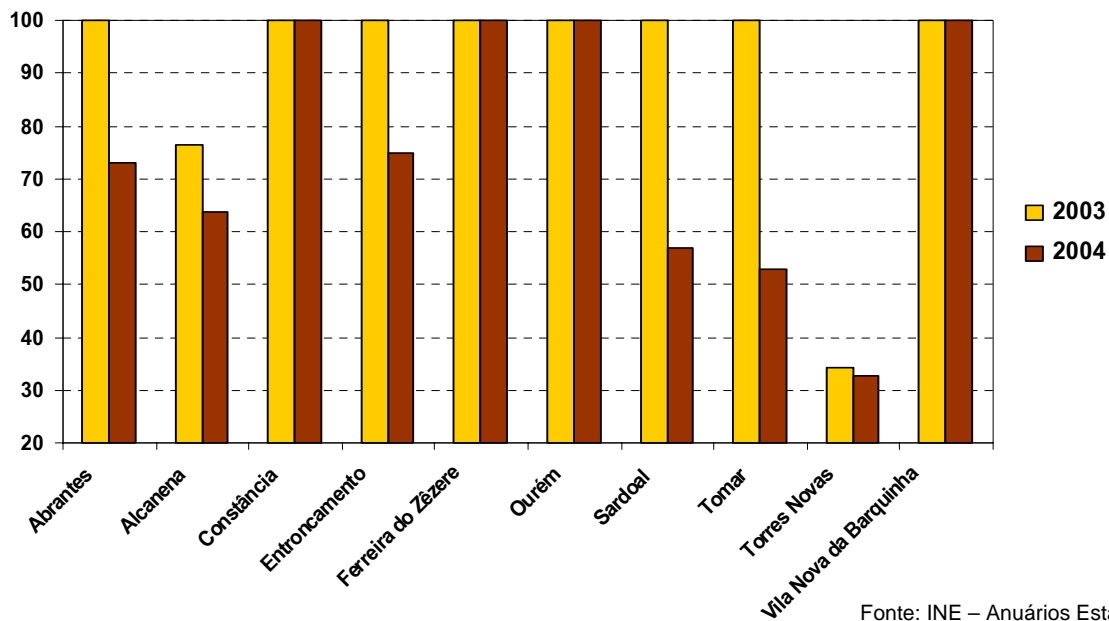
% de caudal captado sujeito a tratamento
 por concelhos do Oeste



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 26

% de caudal captado sujeito a tratamento
 por concelhos do Médio Tejo

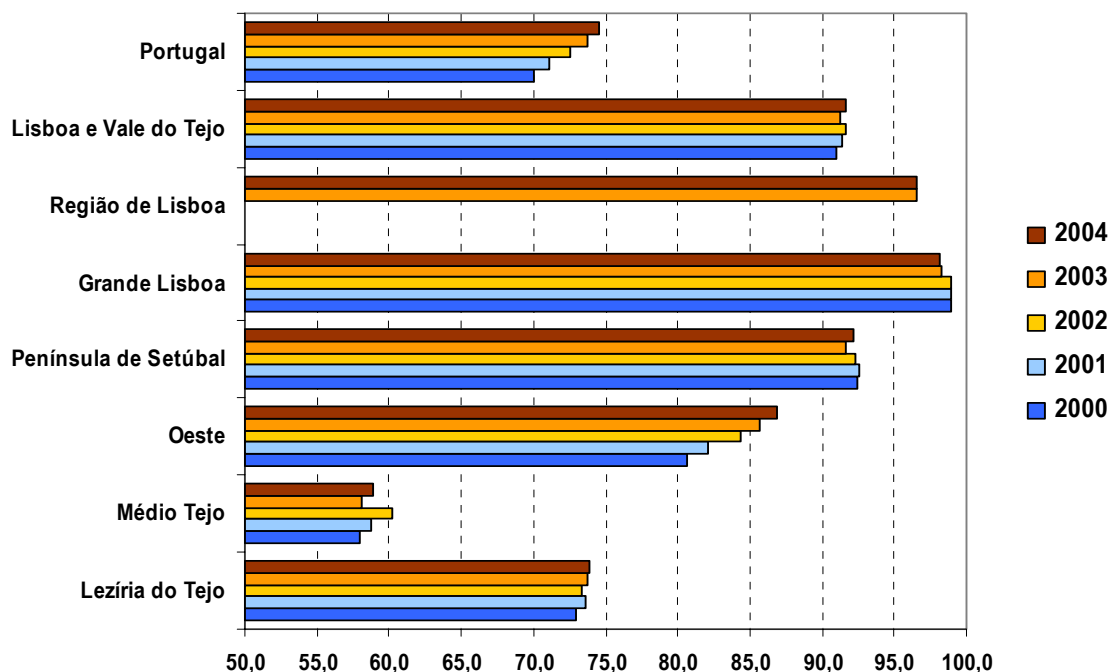


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

b) Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Gráfico 27

Cobertura: população servida com sistemas de drenagem de águas residuais (em%)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

O progresso verificado neste domínio na Região de Lisboa e Vale do Tejo, entre 2000 e 2004, foi muito reduzido (o grau de cobertura passou de 91,0% para 91,6%). Verifica-se que persistem assimetrias relevantes entre sub-regiões e entre concelhos. Se na Grande Lisboa a cobertura é praticamente total (98,1% em 2004) e a Península de Setúbal apresenta um valor inferior (92,2%), não podemos deixar de salientar o ligeiro retrocesso nos dois últimos anos. As situações mais problemáticas continuam a registar-se nas sub-regiões do Vale do Tejo, com taxas de cobertura entre os 58,9% e os 73,9% em 2004, valores ainda muito aquém do que é desejado para um país desenvolvido. Registe-se, no entanto, o esforço da sub-região Oeste, com um crescimento, ainda que mais lento que o desejado, de 80,7% em 2000 para 86,8% em 2004.

É de salientar os concelhos com uma cobertura ainda muito baixa face à média regional: destaque na AML para Mafra (74%), Palmela (73%) e Sesimbra (70%); no Oeste para Sobral de Monte Agraço (60%); no Médio Tejo para Tomar (35%), Ourém (37%) e a pior situação de toda a região em Ferreira do Zêzere (12%); na Lezíria do

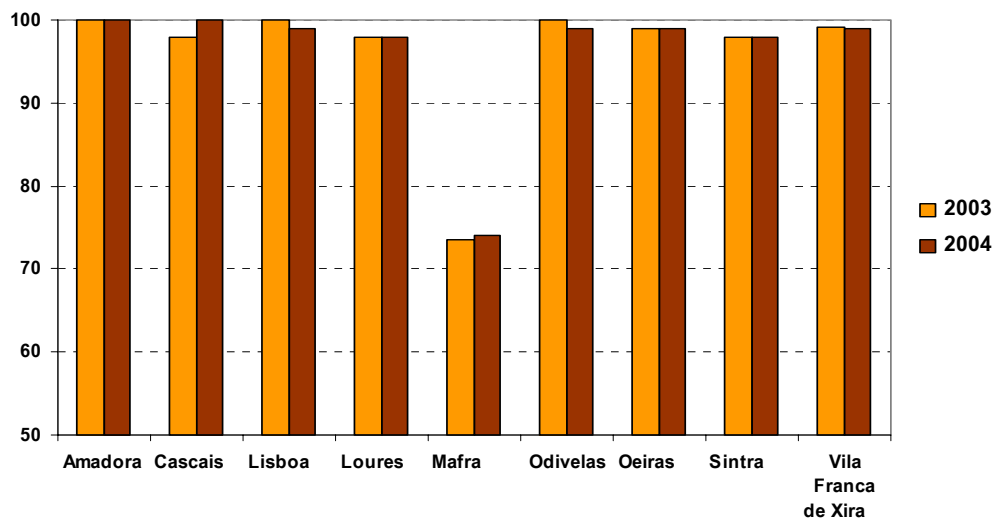
B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Tejo para os concelhos de Coruche (55%), Chamusca (59%) e Salvaterra de Magos (60%).

Gráfico 28

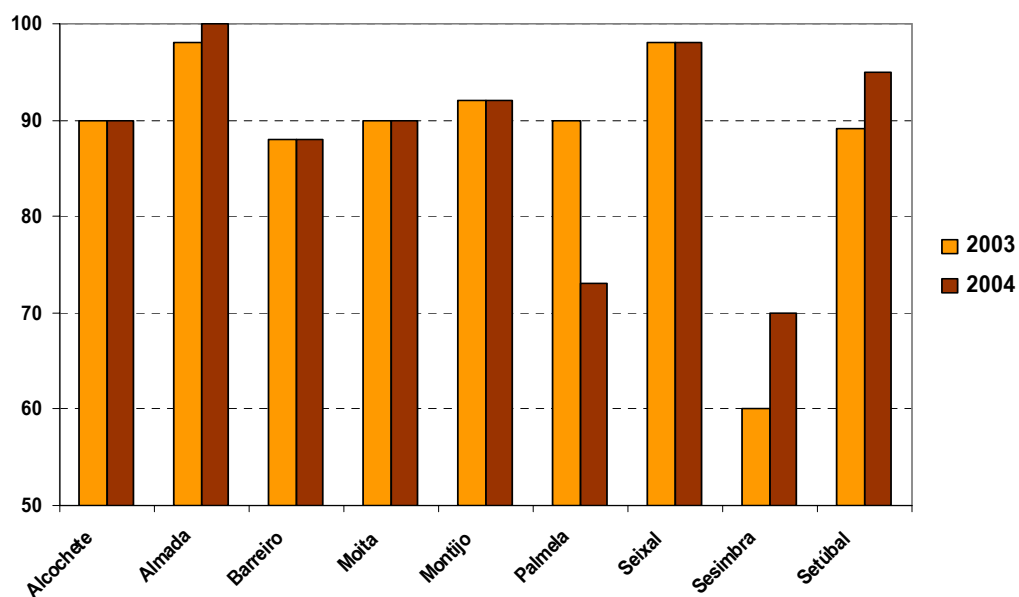
% de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais por concelhos da Grande Lisboa



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 29

% de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais por concelhos da Península de Setúbal



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 30

% de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais por concelhos do Oeste

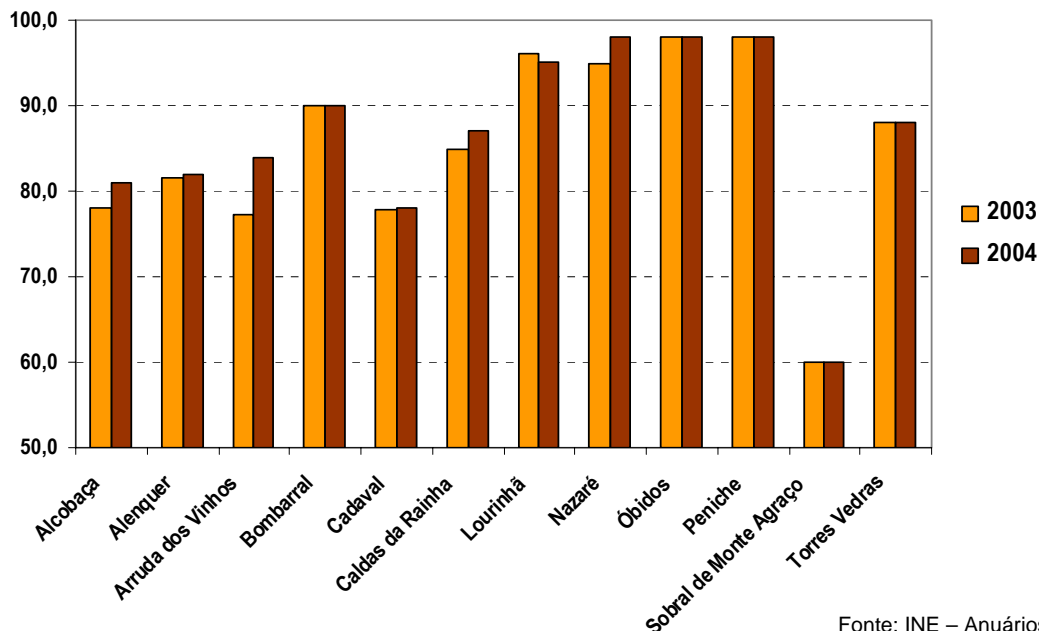
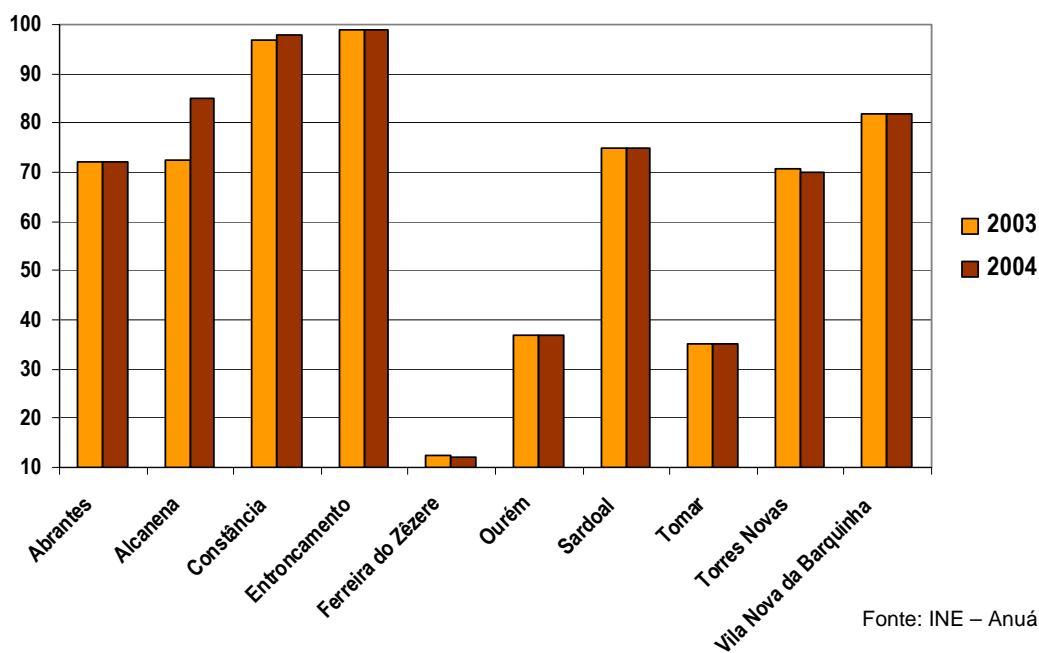


Gráfico 31

% de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais por concelhos do Médio Tejo

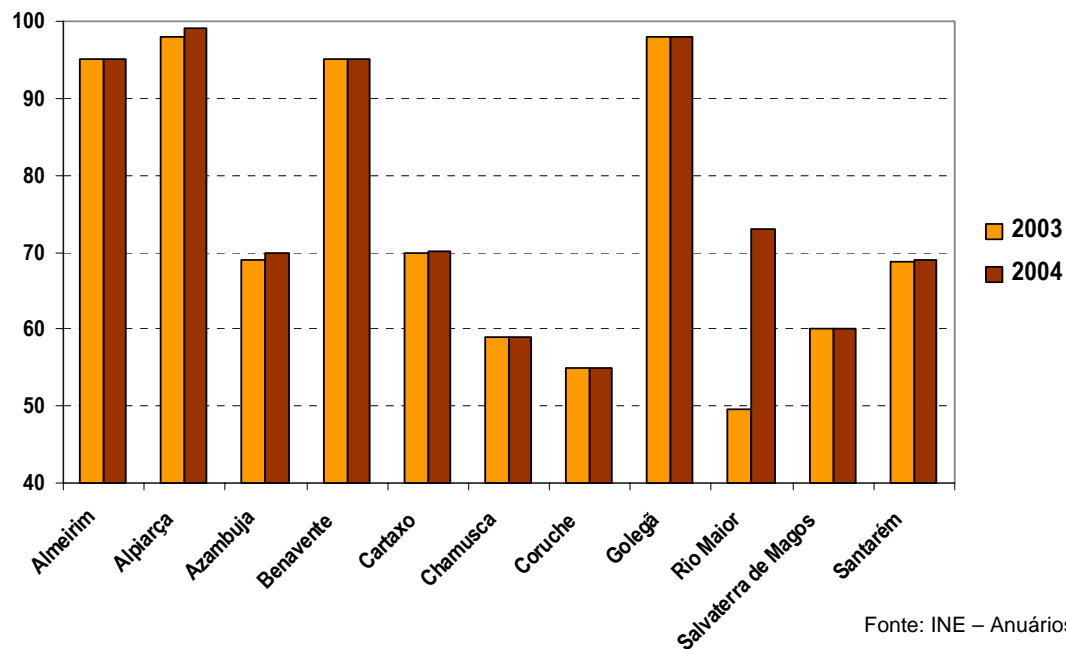


B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 32

% de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais por concelhos da Lezíria do Tejo



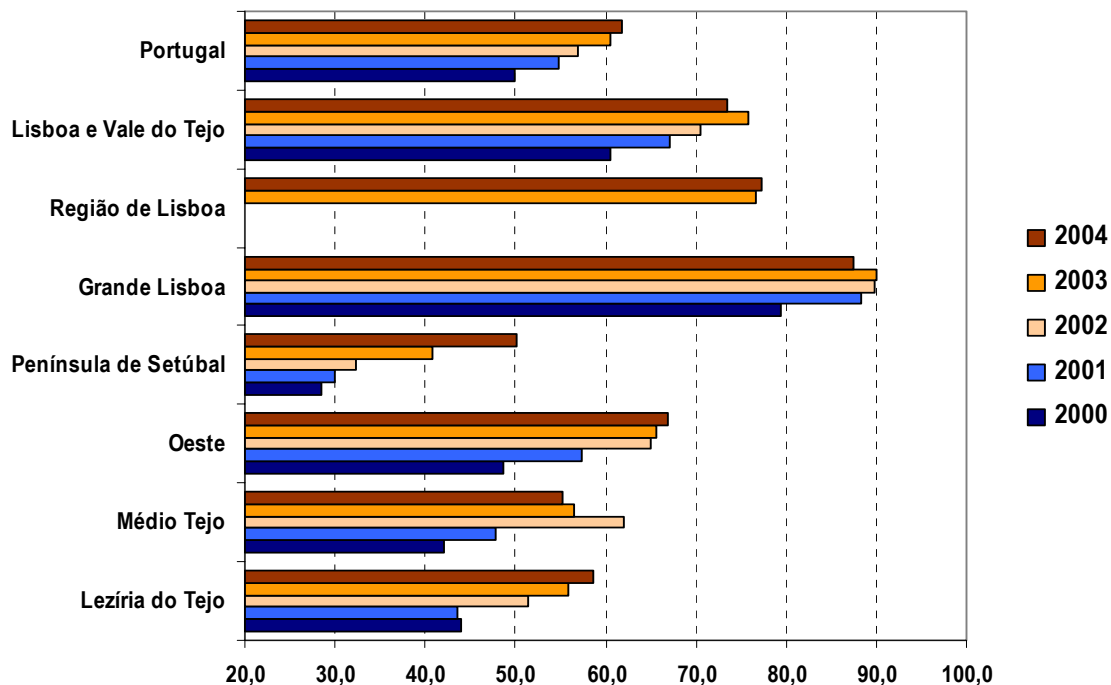
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 33

Tratamento: % de população servida com estações de tratamento de águas residuais



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

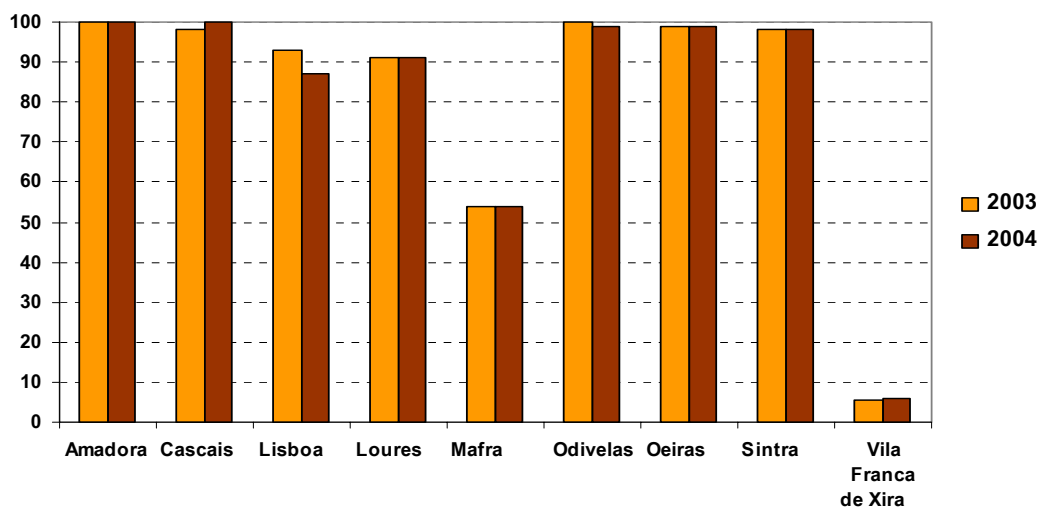
A RLVT, que veio a registar desde 2000 uma melhoria da % de população servida com estações de tratamento de águas residuais, embora com ritmos diversificados entre as sub-regiões, sofreu uma ligeira quebra, passando de 75,9% em 2003 para 73,5% em 2004, apesar de manter ainda uma percentagem superior à registada no país (apenas 61,7% em 2004). A sub-região da Grande Lisboa continua a destacar-se de forma positiva, atingindo o seu máximo em 2003 com 90%, apesar de descer em 2004 para os 87,5%. No pólo oposto, a Península de Setúbal apresenta ainda uma média muito baixa (50,2%) embora se deva registar o esforço de subida de 22% de 2000 para 2004. A Lezíria do Tejo registou um crescimento idêntico, passando de 43,9% em 2000 para 58,6% em 2004. Ao contrário, a sub-região do Médio Tejo registou uma quebra significativa nos últimos anos, depois de em 2002 ter atingido os 62%, desceu para 55,3% em 2004. As situações mais deficitárias encontram-se nos municípios que ainda apresentam valores percentuais inferiores a 20% e que se repartem pelas cinco sub-regiões: Vila Franca de Xira (6%), Moita (10%), Bombarral (14%), Ferreira do Zêzere (12%), Azambuja (6%) e Coruche (6%).

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 34

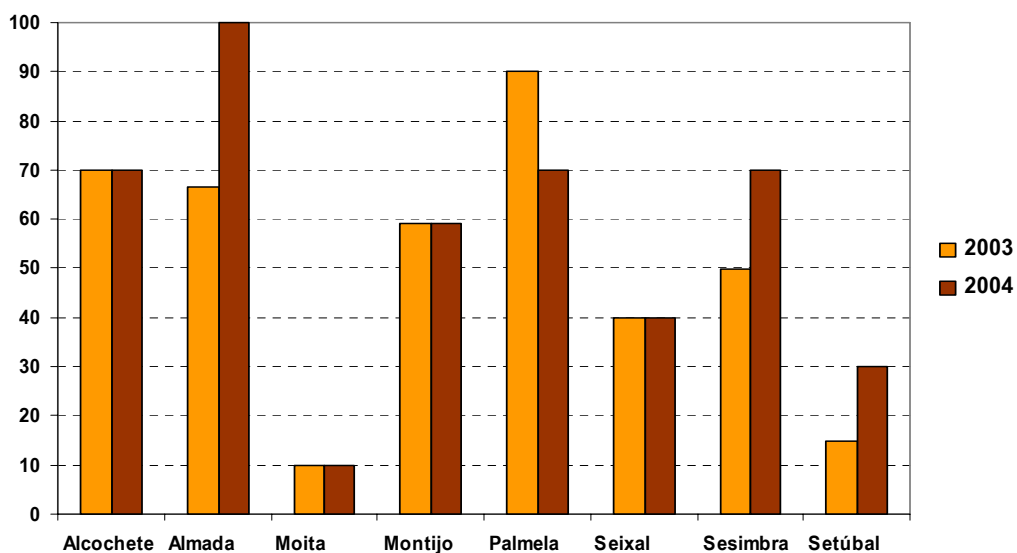
% de população servida com estações de tratamento de águas residuais por concelhos da Grande Lisboa



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 35

% de população servida com estações de tratamento de águas residuais por concelhos da Península de Setúbal



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 36

% de população servida com estações de tratamento de águas residuais por concelhos do Oeste

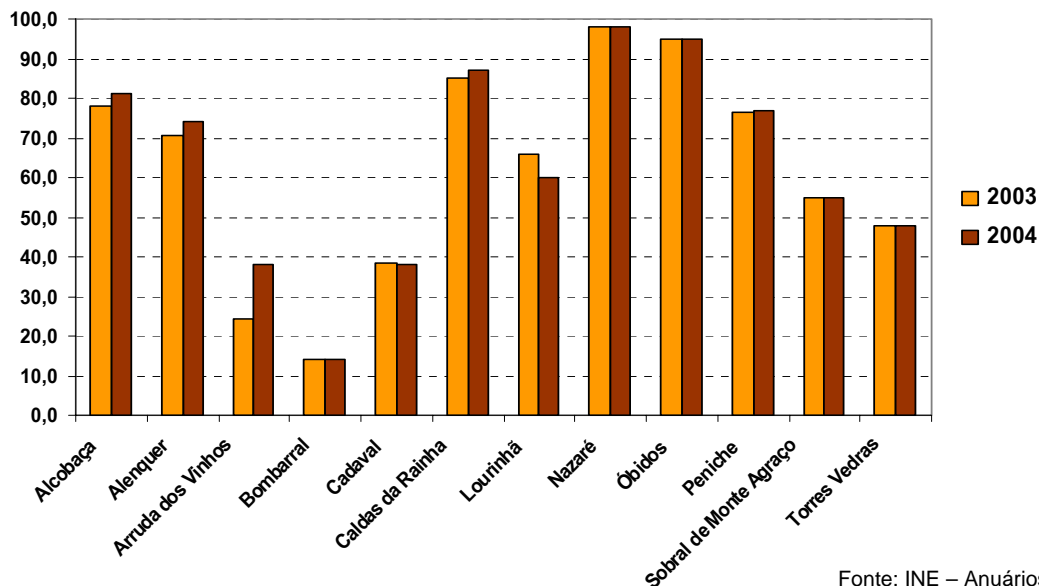
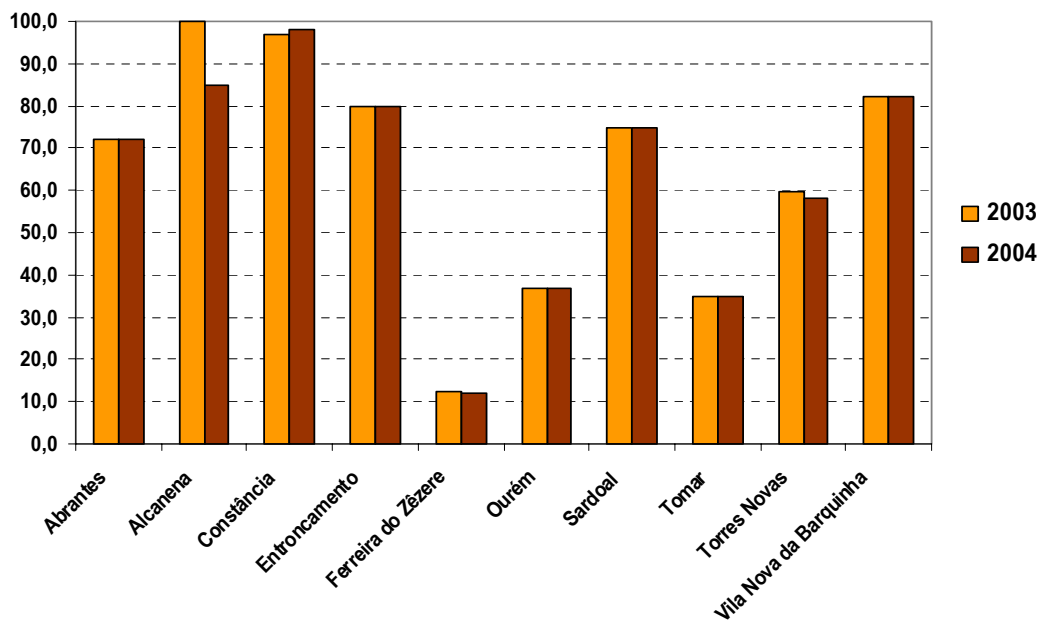


Gráfico 37

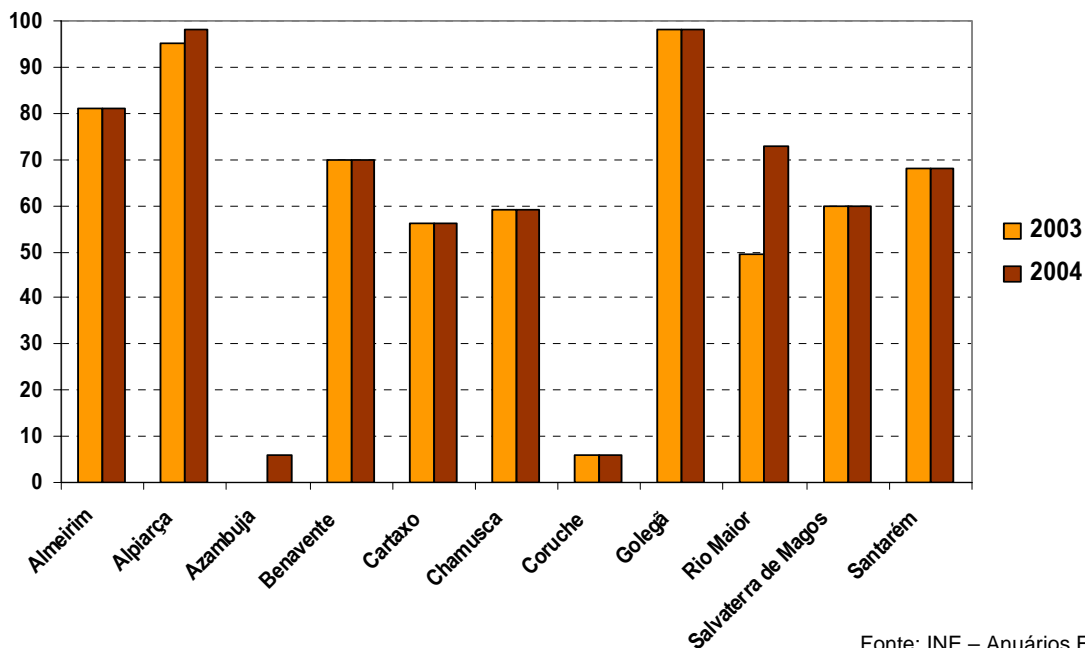
% de população servida com estações de tratamento de águas residuais por concelhos do Médio Tejo



B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 38

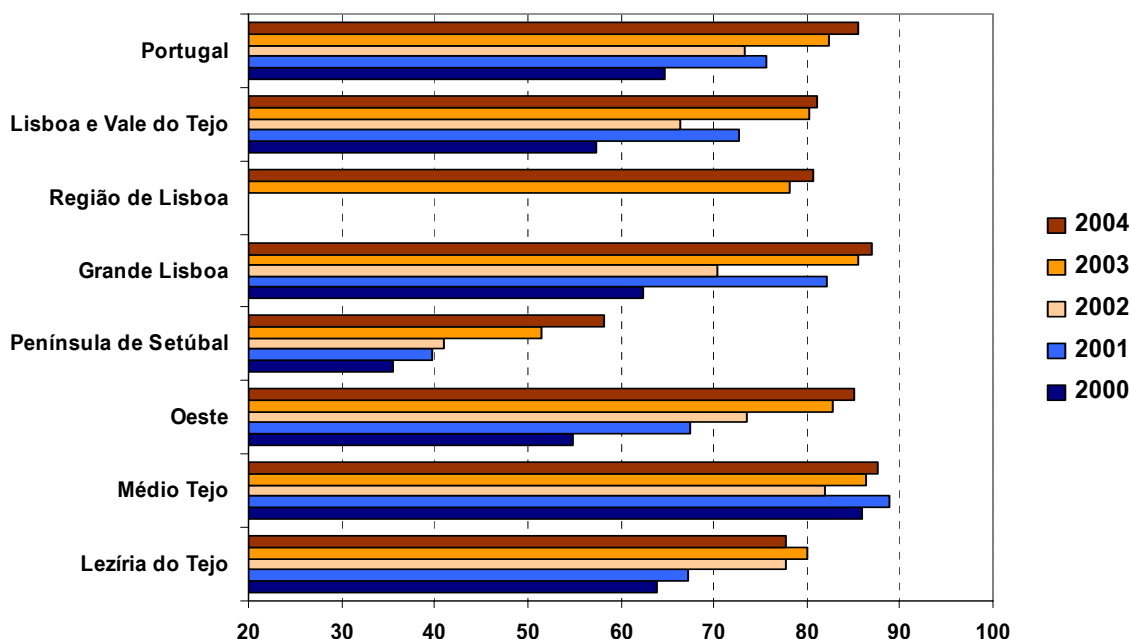
% de população servida com estações de tratamento de águas residuais por concelhos da Lezíria do Tejo



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 39

Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas



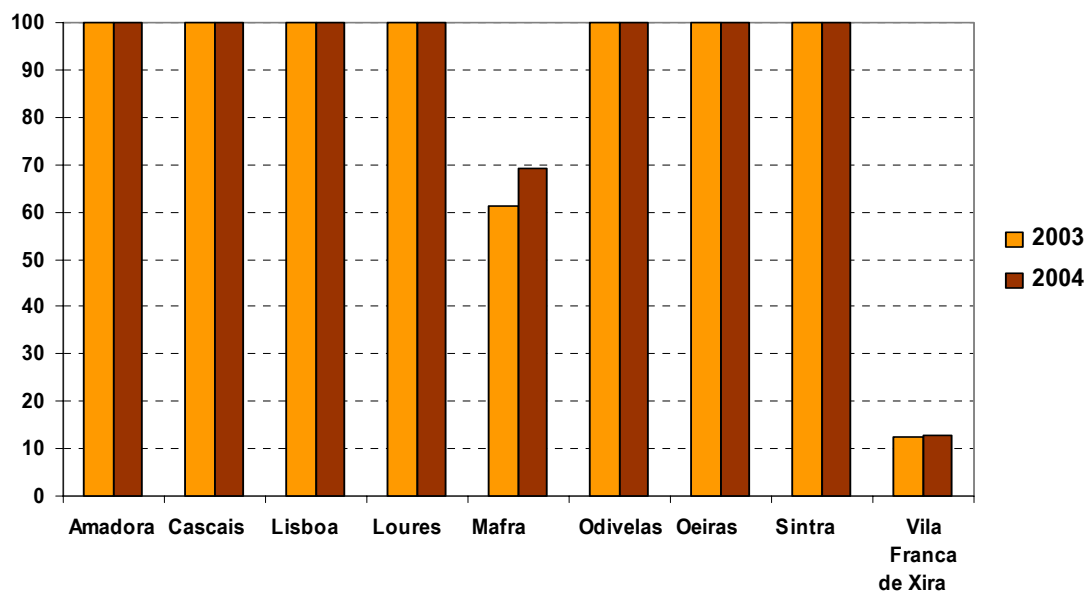
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

No período em análise registou-se uma melhoria significativa na RLVT neste domínio, com uma variação positiva superior a 23%. Apesar da descida em 2002 (para os 66,5%), a Região atinge o seu valor mais alto no tratamento das águas domésticas residuais em 2004 com 81,2%. Este é o único indicador em que a NUT III Médio Tejo ocupa, há vários anos, a posição mais favorável no contexto da Região, atingindo os 87,7% em 2004, estando a Grande Lisboa com uma média muito próxima (86,9%). A sub-região da Península de Setúbal continua a ocupar o lugar menos favorável, apesar do crescimento registado ao longo dos últimos cinco anos (de 35,5% em 2000 para 58,3% em 2004). Alguns municípios da Região apresentam taxas ainda claramente deficitárias (inferiores a 30%): Vila Franca de Xira (12,6), Moita (22,8%), Bombarral(13%), Ourém (16,4%), Azambuja (2,4%) e Coruche (7,2%). De registar a melhoria significativa de muitos concelhos que em 2004 atingiram os 100%, como Almada, Sesimbra, Alenquer, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Santarém.

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 40

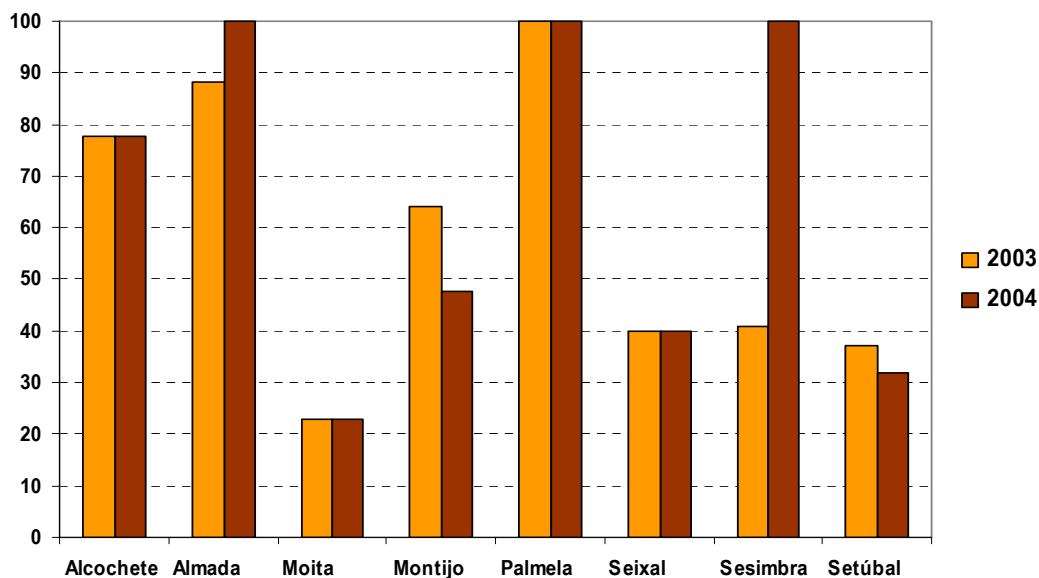
Taxa de tratamento de águas residuais domésticas por concelhos da Grande Lisboa



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 41

Taxa de tratamento de águas residuais domésticas por concelhos da Península de Setúbal



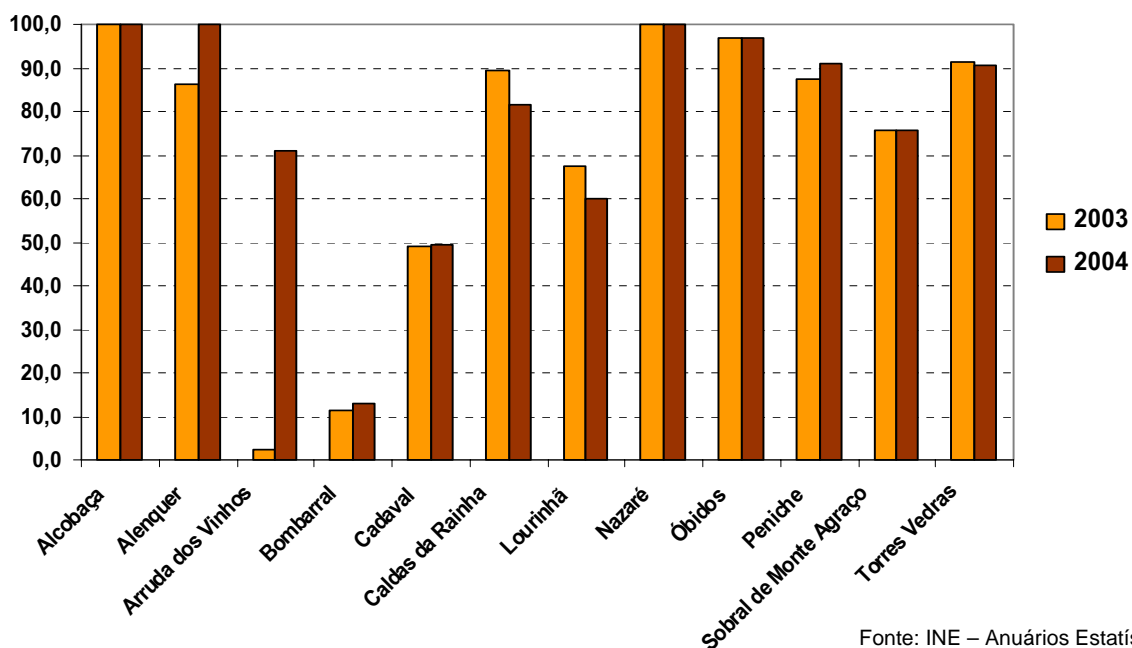
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Nota: Não existem dados para o concelho do Barreiro

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 42

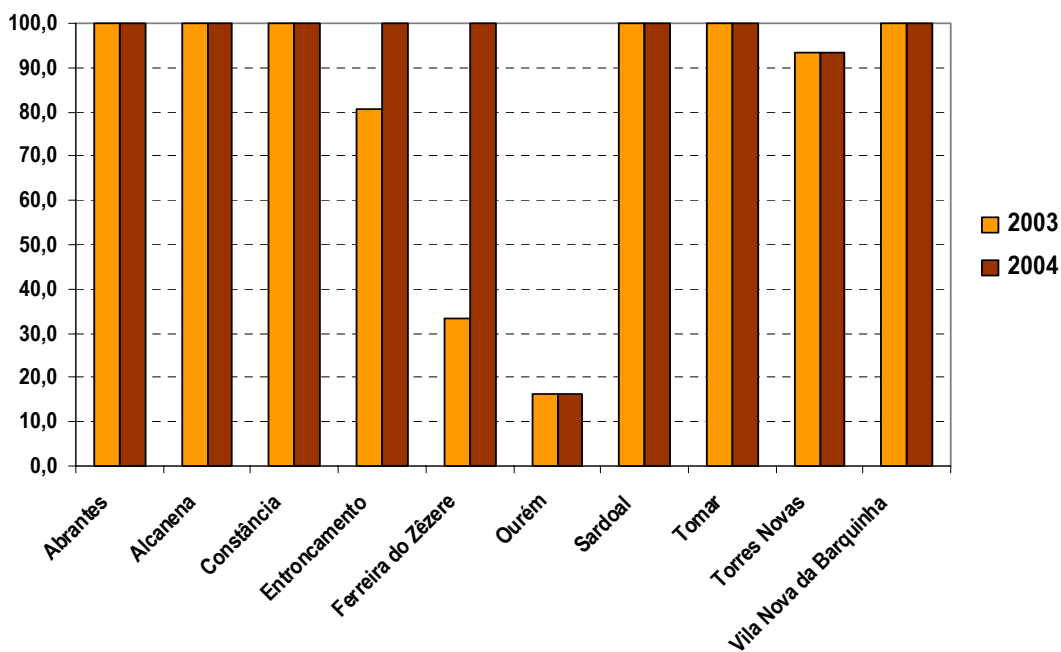
Taxa de tratamento de águas residuais domésticas por concelhos do Oeste



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 43

Taxa de tratamento de águas residuais domésticas por concelhos do Médio Tejo

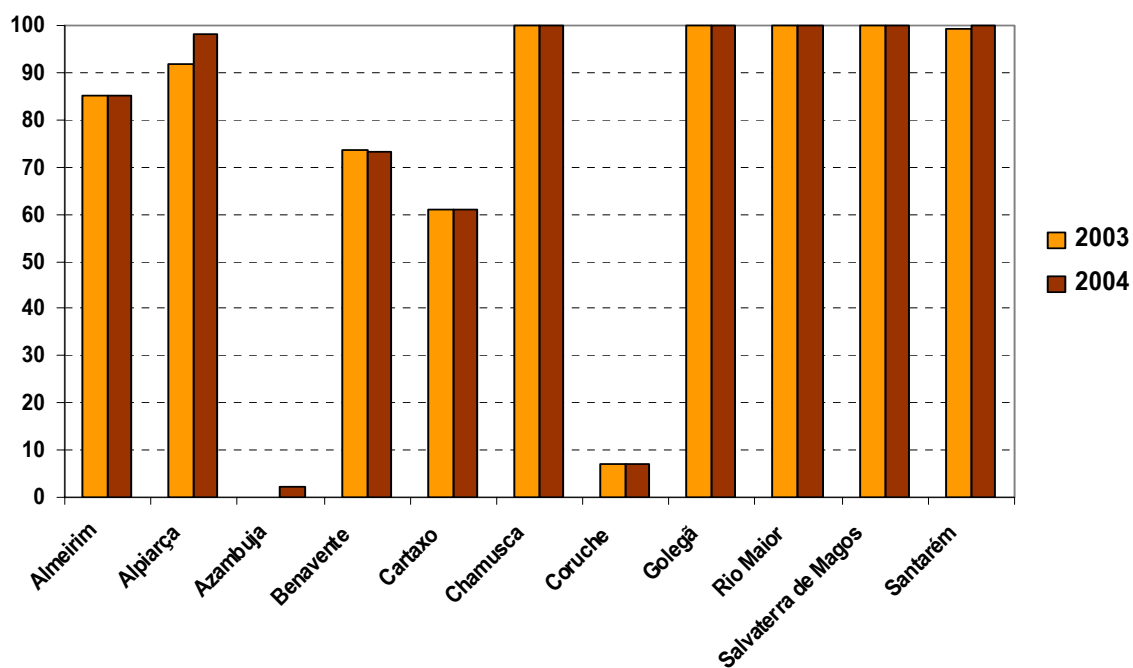


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 44

Taxa de tratamento de águas residuais domésticas por concelhos da Lezíria do Tejo



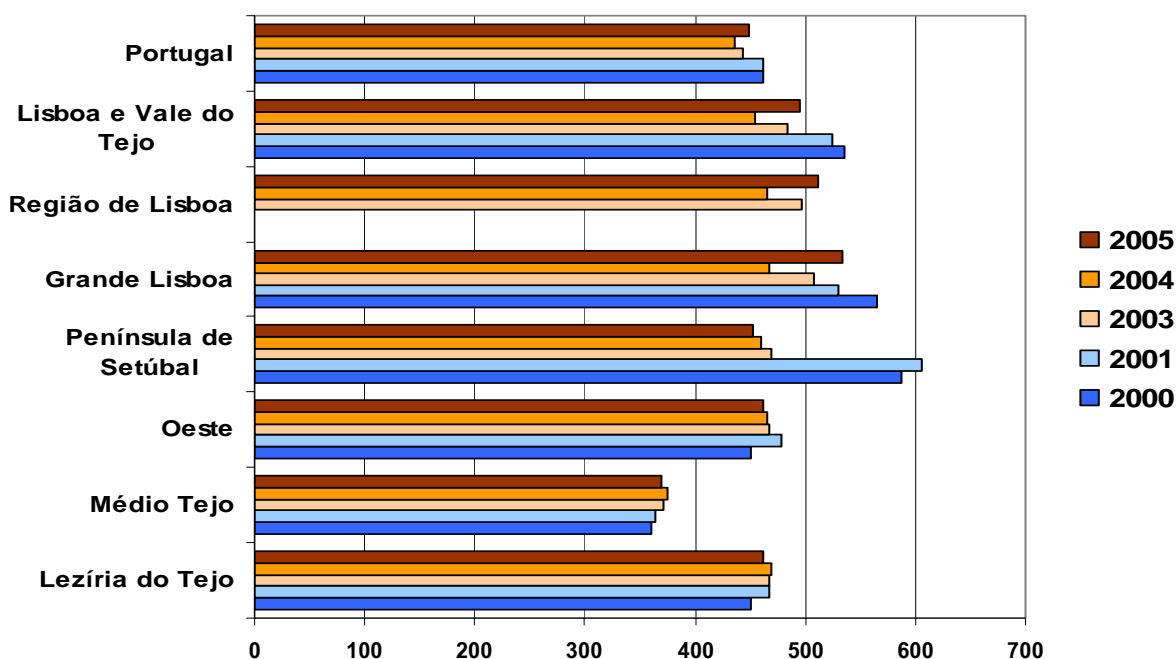
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

c) Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos

A falta de informação disponível para os indicadores relativos à cobertura e tratamento de resíduos sólidos urbanos (não publicados pelo INE) não permitiu uma actualização desta sub-dimensão de análise no presente relatório. Acrescente-se que a informação que se encontra disponível permitiu actualizar os indicadores de recolha de resíduos, mas apenas ao nível das NUTS II e NUTS III, não permitindo uma análise ao nível dos concelhos da RLVT. O indicador das despesas correntes dos Municípios na gestão dos resíduos foi o único possível de actualizar a este nível de desagregação.

Gráfico 45

Recolha: Resíduos Sólidos Urbanos recolhidos por habitante (em Kg)



Nota: Não se encontram disponíveis dados para o ano de 2002

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

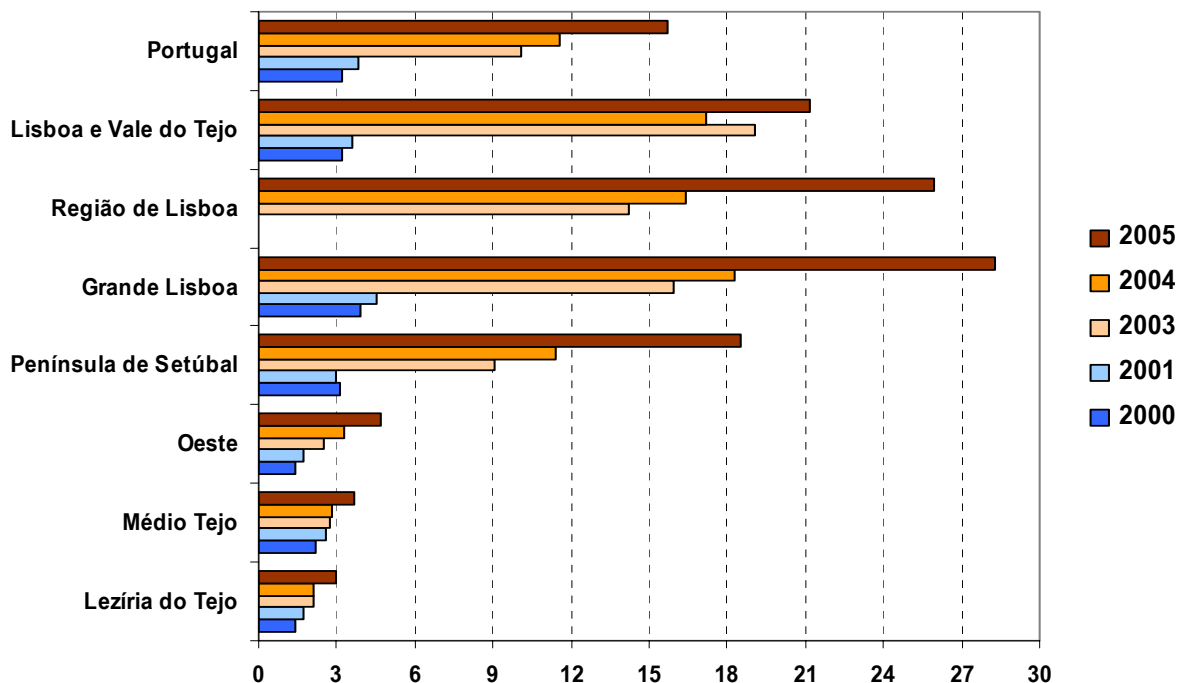
O total de resíduos sólidos urbanos recolhidos anualmente na Região, por habitante servido, diminuiu aproximadamente 7% entre 2000 (535,7 kg) e 2005 (494,2 kg), mantendo-se ainda acima dos valores médios nacionais (448,7 kg em 2005). De salientar que o Médio Tejo continua a apresentar as menores capitações de toda a Região, enquanto as maiores capitações registam-se, a partir de 2003 na Grande Lisboa, que ultrapassa a Península de Setúbal, atingindo em 2004 os 534,3 Kg por habitante.

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 46

Recolha: Resíduos Sólidos Urbanos com recolha selectiva
(em %)



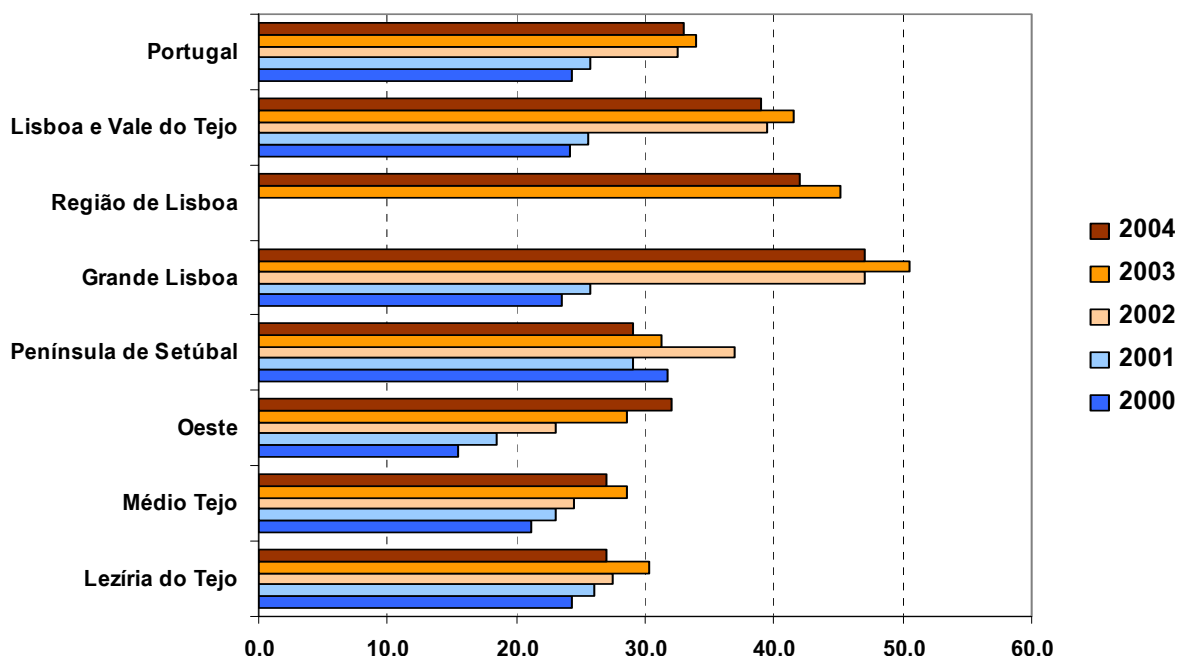
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Nota: Não se encontram disponíveis dados para o ano de 2002

Tendo agora em conta a recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos (RSU), é clara a melhoria registada na Região entre 2000 e 2005 (variação positiva de aproximadamente 18%), distanciada da média nacional, no entanto, ainda a um nível modesto para uma região europeia. Ao nível das sub-regiões, os valores mais favoráveis cabem à Grande Lisboa que atinge em 2005 28,3% de resíduos com recolha selectiva. As sub-regiões mais rurais continuam a apresentar valores muito baixos, não tendo registado um aumento significativo nos últimos 5 anos (nenhuma das 3 sub-regiões atingiu ainda os 5% de RSU com recolha selectiva), à semelhança do que aconteceu na AML.

Gráfico 47

Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos - recolha e tratamento (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Entre 2000 e 2004 acelerou-se a tendência para o reforço das despesas correntes das autarquias da RLVT com a recolha e o tratamento de resíduos, em especial a partir de 2002. Se em 2000 se registam 24,2 euros, a capitação alcançada em 2004 atingiu os 39,0 euros por habitante, e que apesar de ligeiramente inferior ao valor de 2003 (41,5), é claramente superior à capitação do país (com apenas 33 euros por habitante).

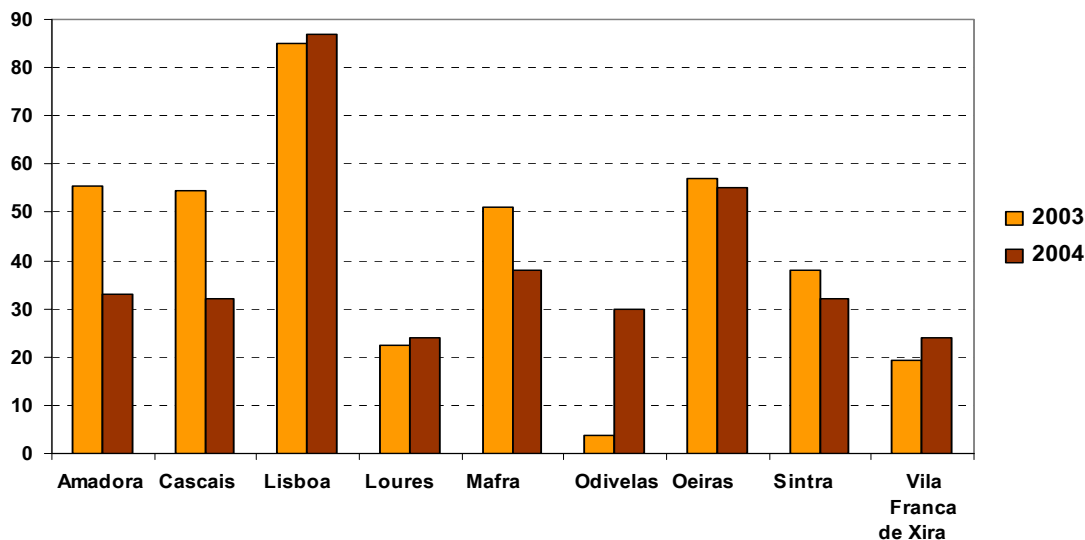
Existem, contudo, disparidades intra-regionais relevantes, de facto, só a Grande Lisboa revelou um aumento significativo (atingindo os 50,5 euros em 2003 e 47 euros em 2004), a sub-região da Península de Setúbal, que ocupava no início da década a posição mais favorável no contexto regional, atingindo em 2002 os 36,9 euros, registou uma descida a partir de 2003, atingindo em 2004 apenas 29 euros por habitante. De registar o crescimento anual na sub-região Oeste ao longo do período em análise, ultrapassando em 2004 a Península de Setúbal. As capitações mais elevadas em 2004 registam-se nos concelhos de Lisboa (87 euros), Oeiras (55 euros), Palmela (56 euros), Sesimbra (75 euros), Sobral de Monte Agraço (69 euros) e Peniche (58 euros). Destacam-se, com valores ainda muito baixos, os concelhos de Alcochete (7 euros), Moita (9 euros), Cadaval (7 euros) e Chamusca (10 euros).

B.3 QUALIDADE DE VIDA

B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 48

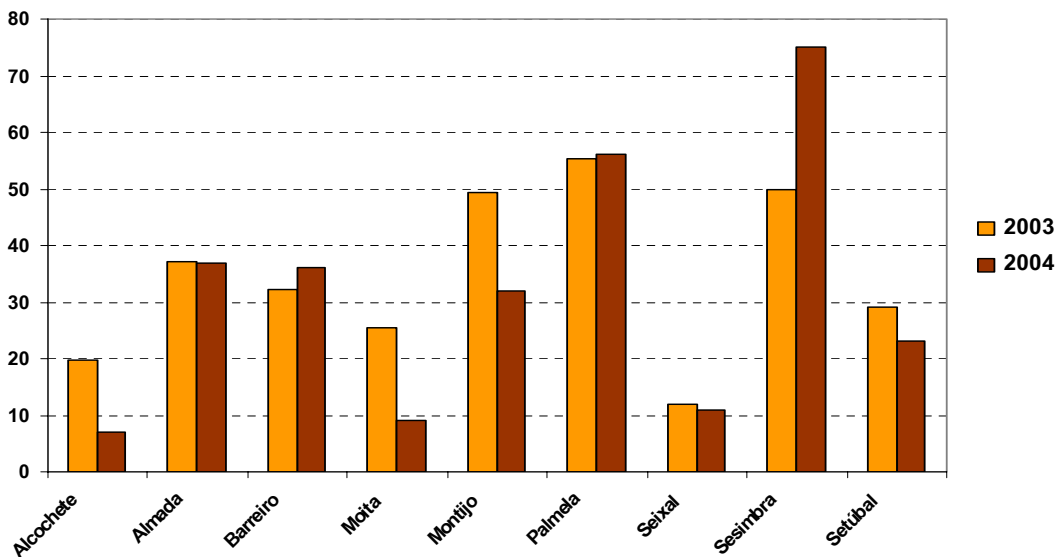
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos por concelhos da Grande Lisboa (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 49

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos por concelhos da Península de Setúbal (euros por habitante)

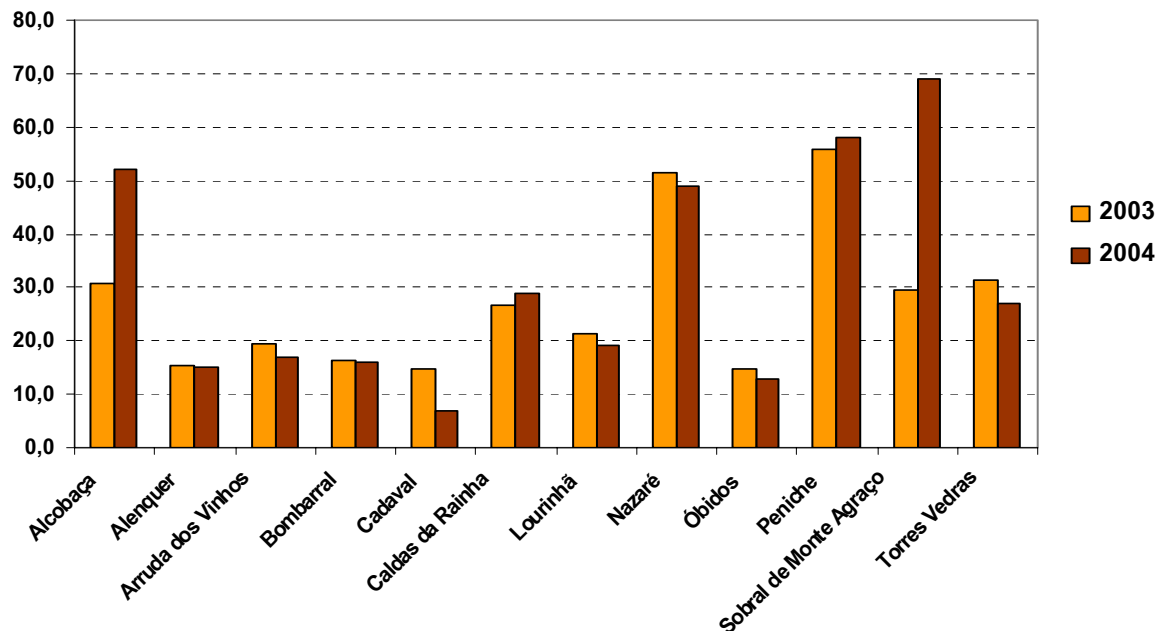


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 50

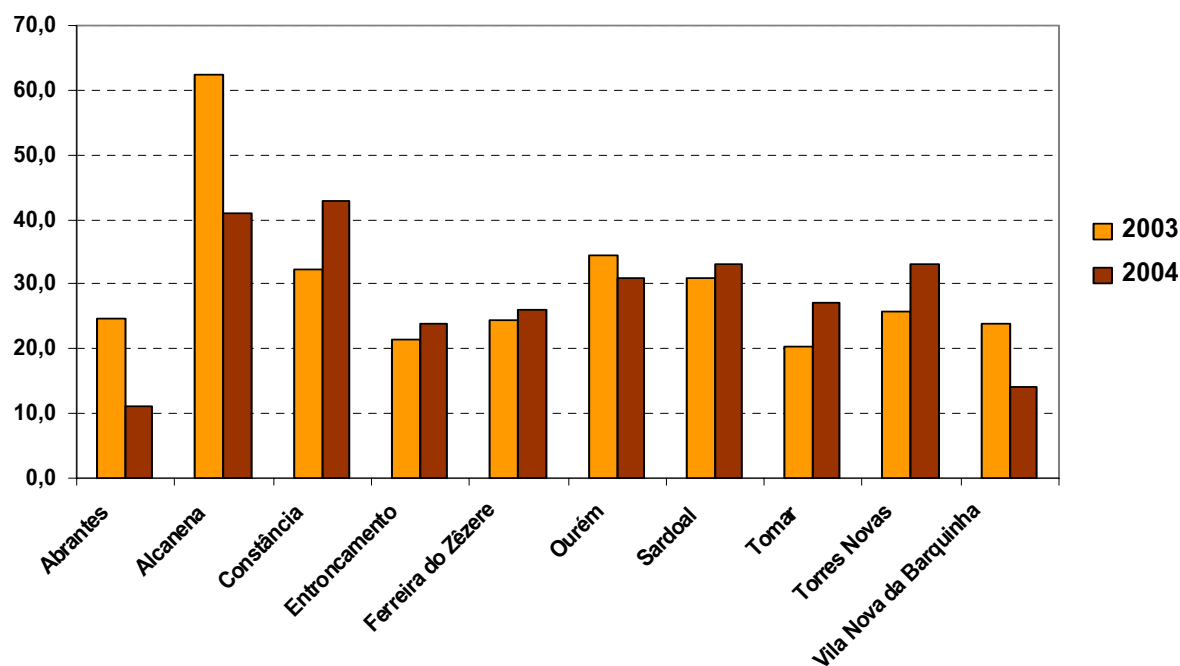
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos por concelhos do Oeste (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 51

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos por concelhos do Médio Tejo (euros por habitante)

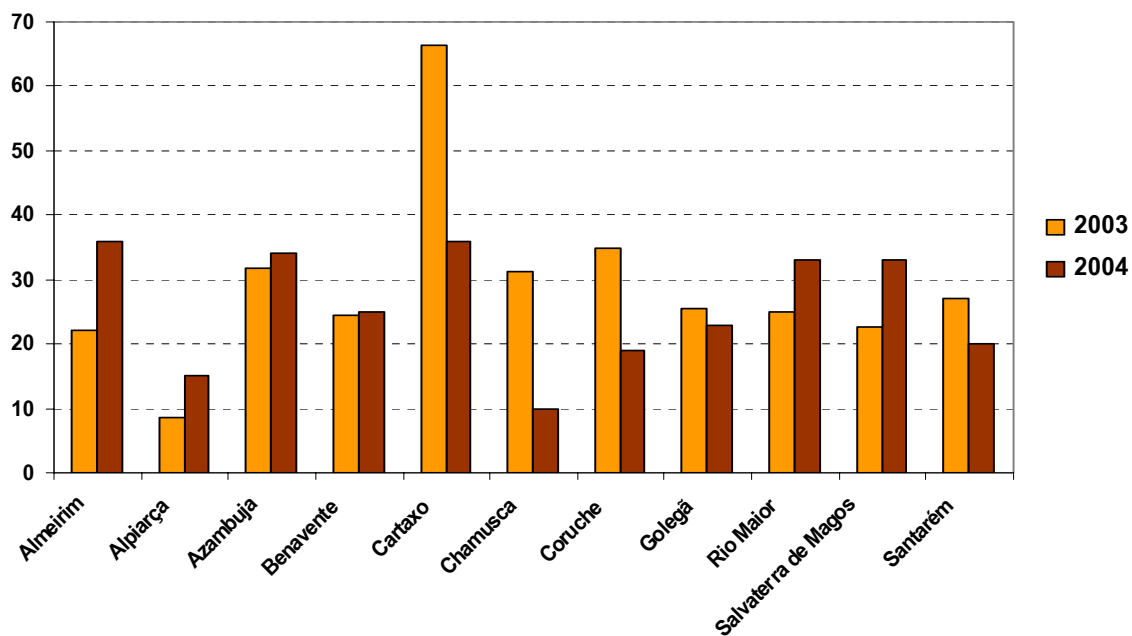


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 52

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos por concelhos da Lezíria do Tejo (euros por habitante)

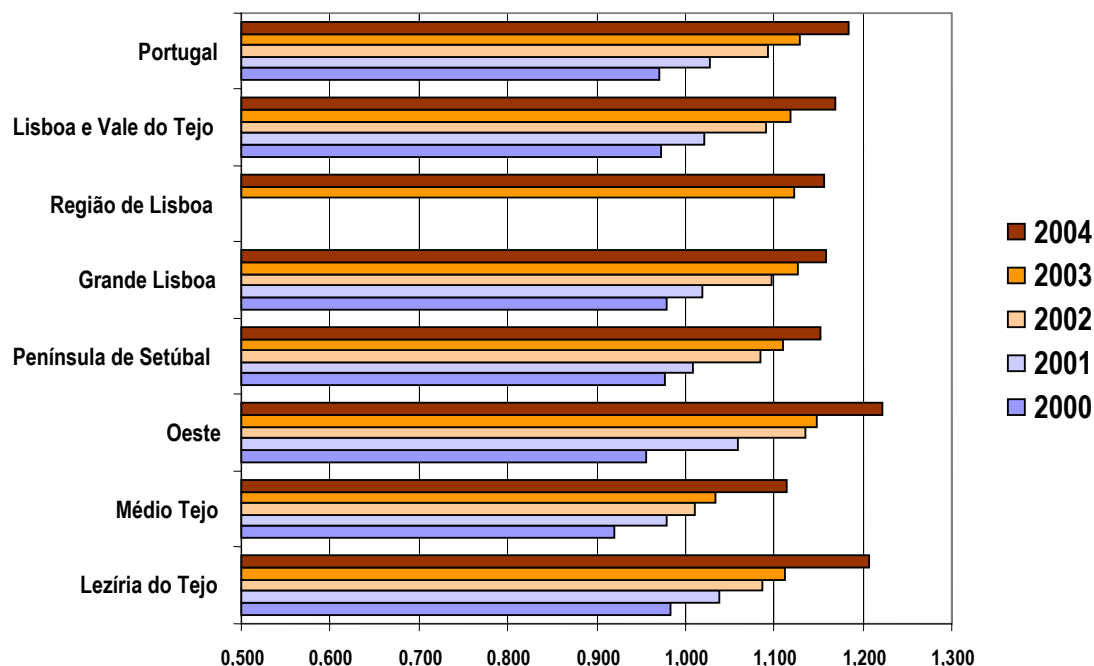


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

d) Electricidade

Gráfico 53

Consumo: total de consumo doméstico de energia
(mil KWH por habitante)



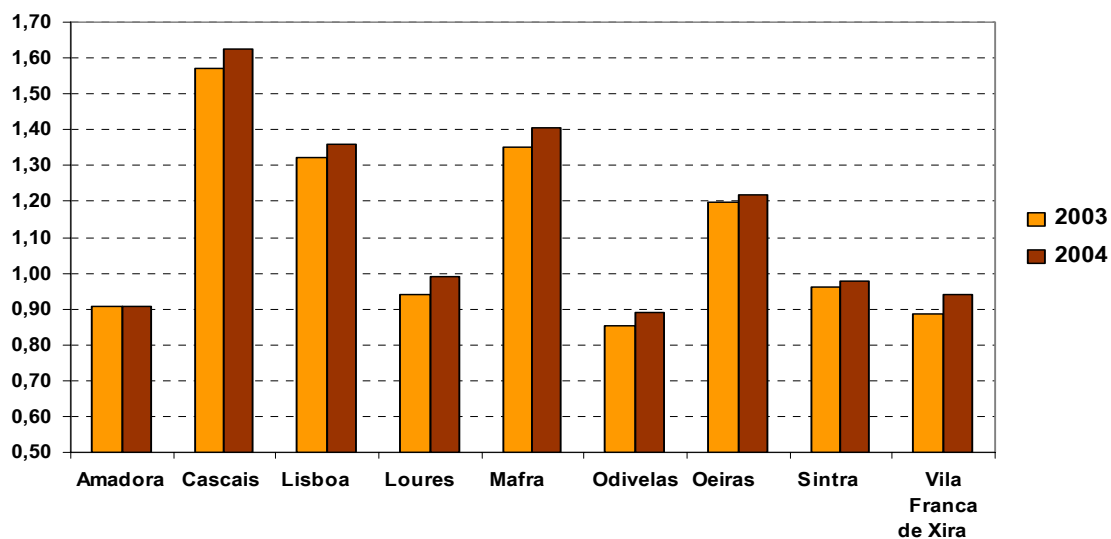
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

A RLVT, que só em 2001 ultrapassou os mil kWh de consumo doméstico anual médio de energia por habitante servido (1,03 mil kWh), tem, ao longo do período em análise, apresentado um crescimento médio anual idêntico ao registado no país. Após a subida significativa em 2002, atingiu em 2004 o seu valor máximo, com um consumo médio de energia por habitante de 1,170 mil kWh. As capitações anuais aumentaram também em todas as sub-regiões, registando já em 2004 valores superiores aos 1,100 mil kWh por habitante. De destacar as sub-regiões do Oeste e da Lezíria do Tejo, respectivamente 1,221 mil kWh e 1,201 mil kWh, atingidos em 2004 e que ultrapassam claramente os valores da Grande Lisboa (1,158 mil kWh). Ao nível municipal, os valores máximos registados continuam a ser nos concelhos de Cascais (1,626), Óbidos (1,545), Sesimbra (1,494), Mafra (1,405) e Lisboa (1,360). As capitações mais baixas ocorrem em municípios da Área Metropolitana de Lisboa com presença de subúrbios desqualificados, como Odivelas (0,889), Amadora (0,907) Vila Franca de Xira (0,942) e Moita (0,954).

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 54

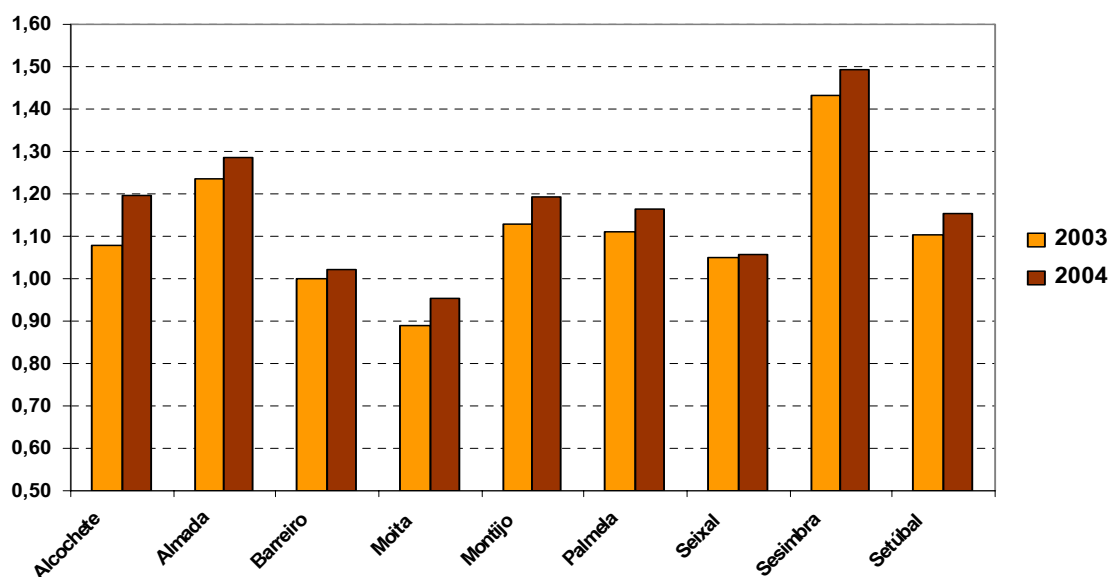
Consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos da Grande Lisboa



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 55

Consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos da Península de Setúbal



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 56

Consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos do Oeste

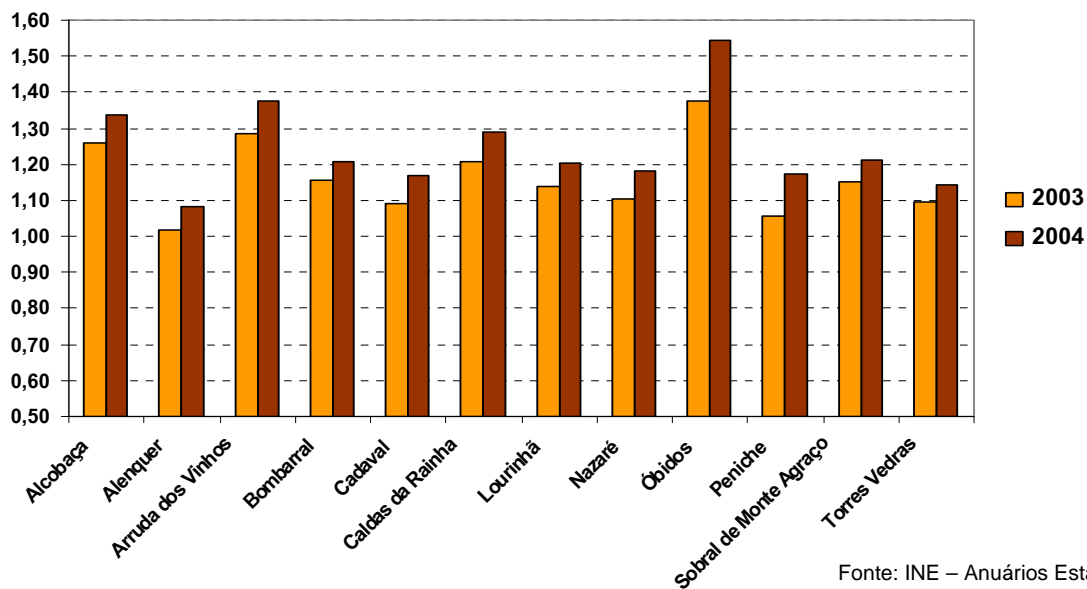
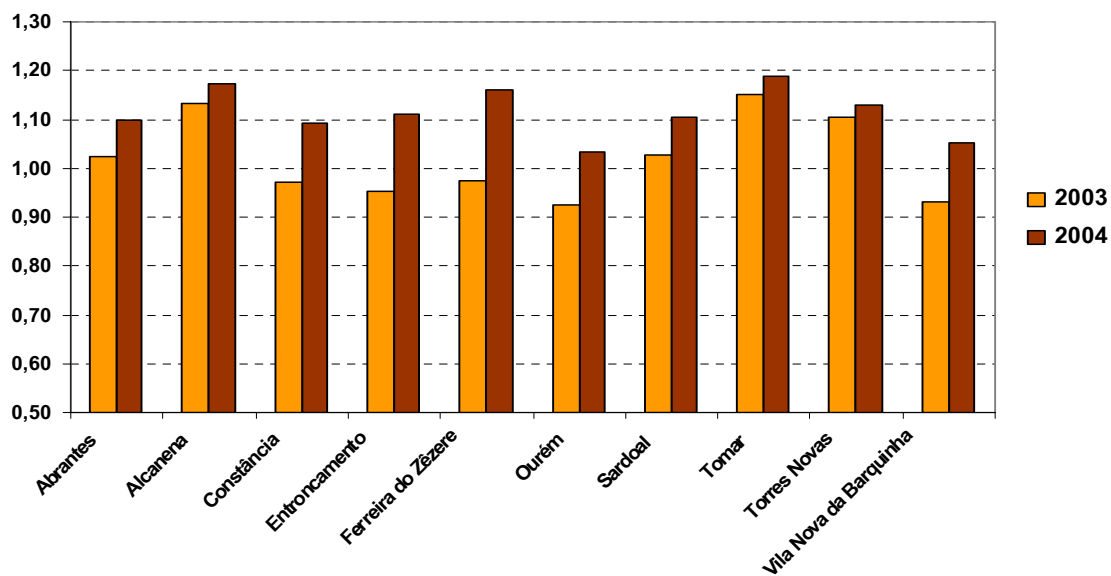


Gráfico 57

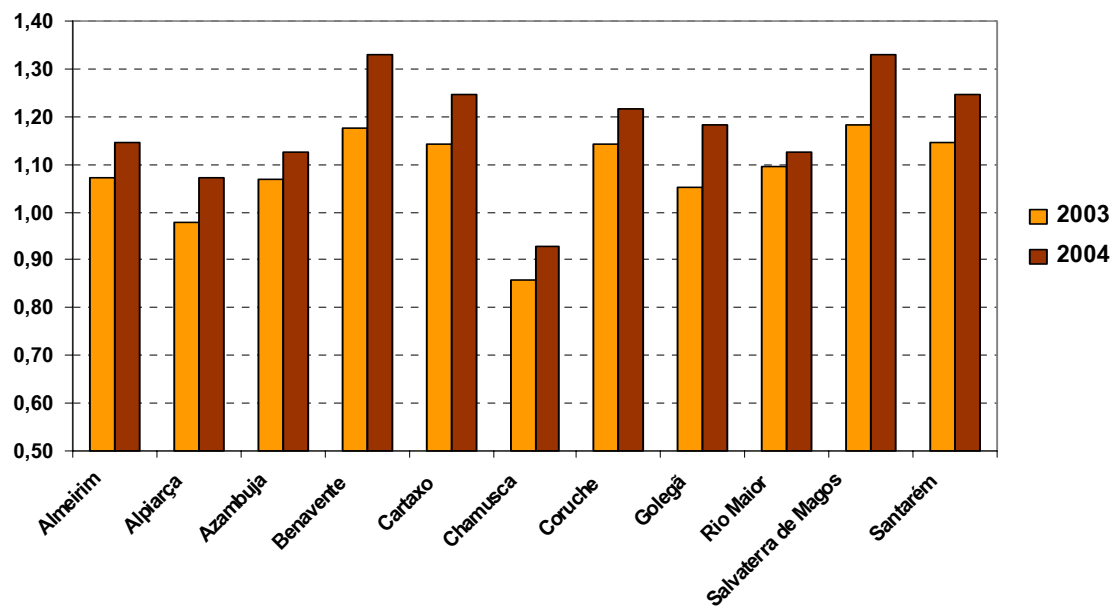
Consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos do Médio Tejo



B.3 QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – QUALIDADE AMBIENTAL GERAL

Gráfico 58

Consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos da Lezíria do Tejo

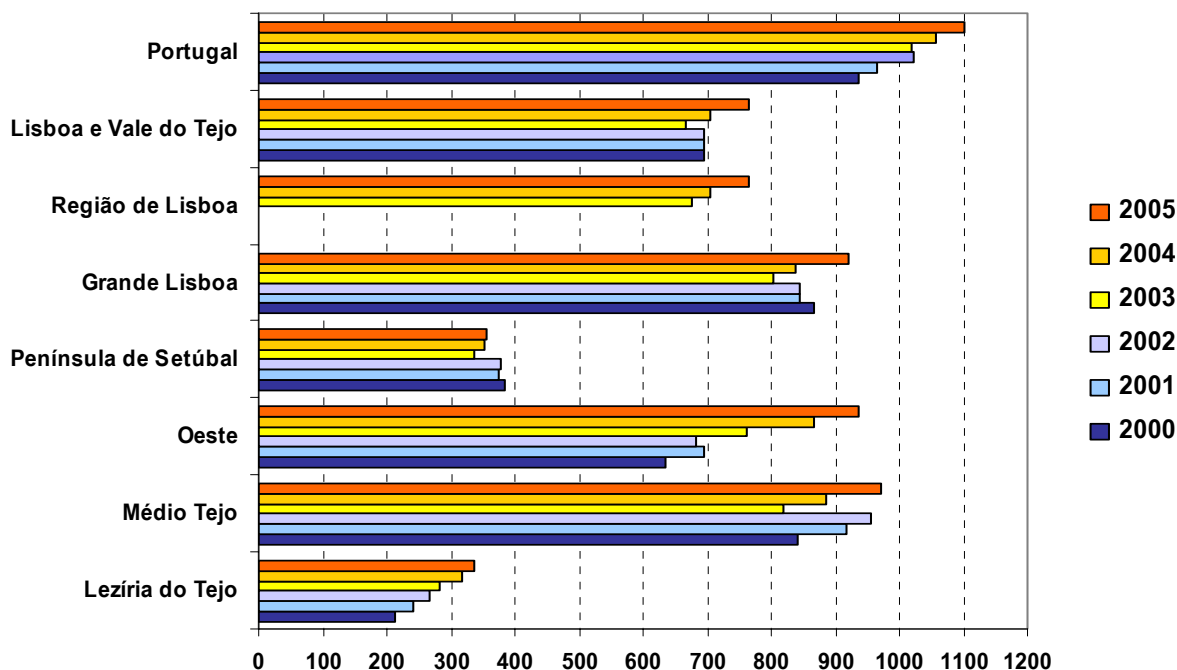


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

a) Nível nacional

Gráfico 59

Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Este indicador revelou-se algo instável ao longo do período em análise, agravando a distância em relação à média nacional e com fortes diferenças entre as sub-regiões. A RLVT, apesar do retrocesso em 2003 e a ligeira subida em 2004, apresenta uma subida significativa em 2005, atingindo as 766 dormidas de hóspedes nacionais por habitante, embora ainda longe da média do país, com 1102 dormidas por mil habitantes no mesmo ano. Se tivermos em conta o aumento registado na RLVT de 2000 a 2005, ele não ultrapassa os 10%. De salientar que, no conjunto da Região, a sub-região do Oeste tem revelado um crescimento contínuo, ultrapassando as dormidas médias da Grande Lisboa em 2005, com 938 dormidas por mil habitantes. A sub-região do Médio Tejo, após a descida significativa em 2003, atinge em 2005 o valor máximo de toda a Região, com uma média de 970 dormidas nacionais. Tendo em conta os últimos dois anos em análise, os concelhos mais atractivos continuam a ser Nazaré, Peniche, Cascais e Sesimbra, muito associados ao turismo de sol e praia. Temos os concelhos de Lisboa, Tomar e Óbidos (este último a registar um grande

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

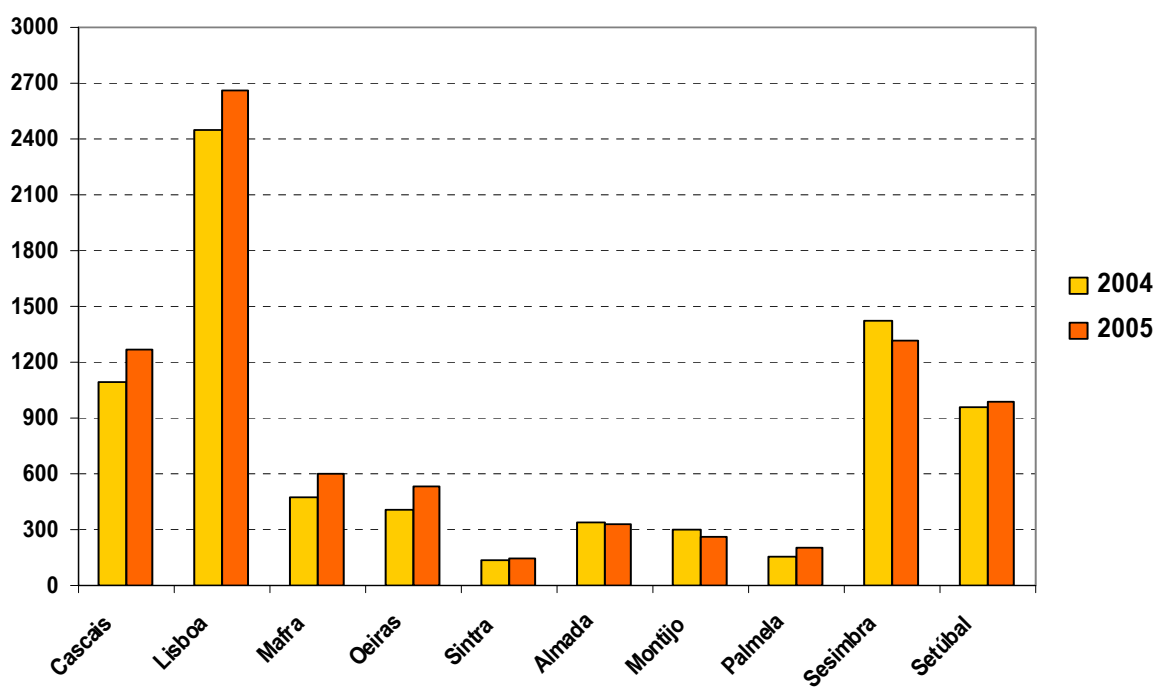
B 4.1 - ATRACTIVIDADE

crescimento anual e o valor mais alto de toda a RLVT) associado ao turismo histórico-cultural, e temos ainda o concelho de Ourém, associado ao turismo religioso.

Apesar de neste relatório a análise ser feita, sempre que possível, ao nível dos concelhos das 5 sub-regiões da RLVT (NUTS III), a falta de informação estatística para muitos municípios levou a que aqui se optasse por apresentar os dados por concelhos agregados para três sub-regiões: AML, Oeste e Vale do Tejo.

Gráfico 60

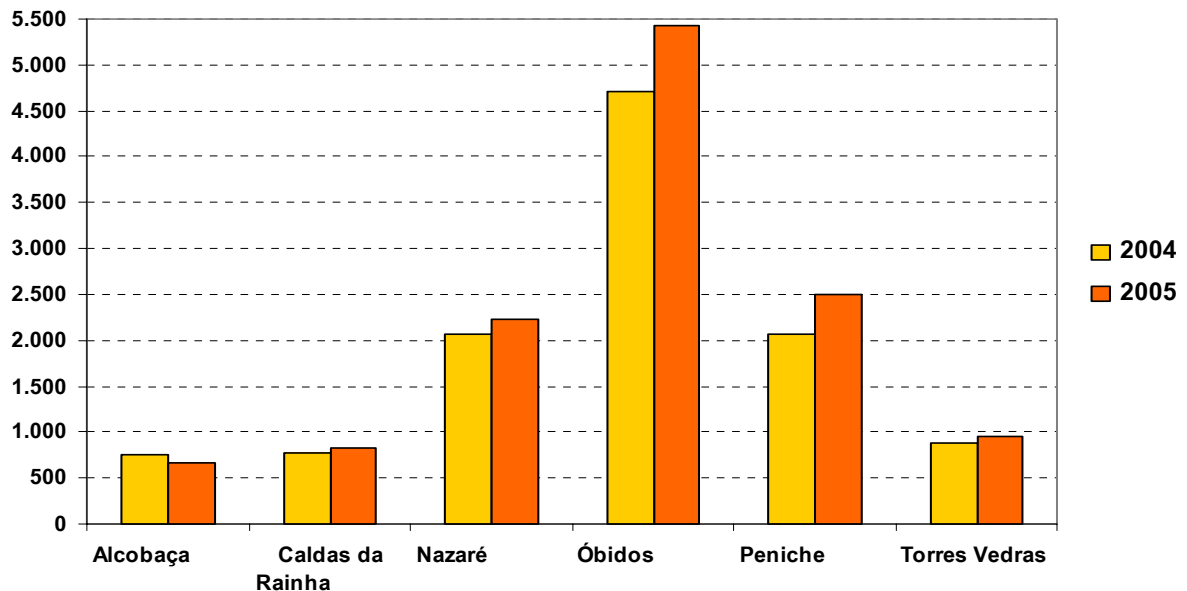
Total de dormidas de hóspedes nacionais nos concelhos da AML
(por mil habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 61

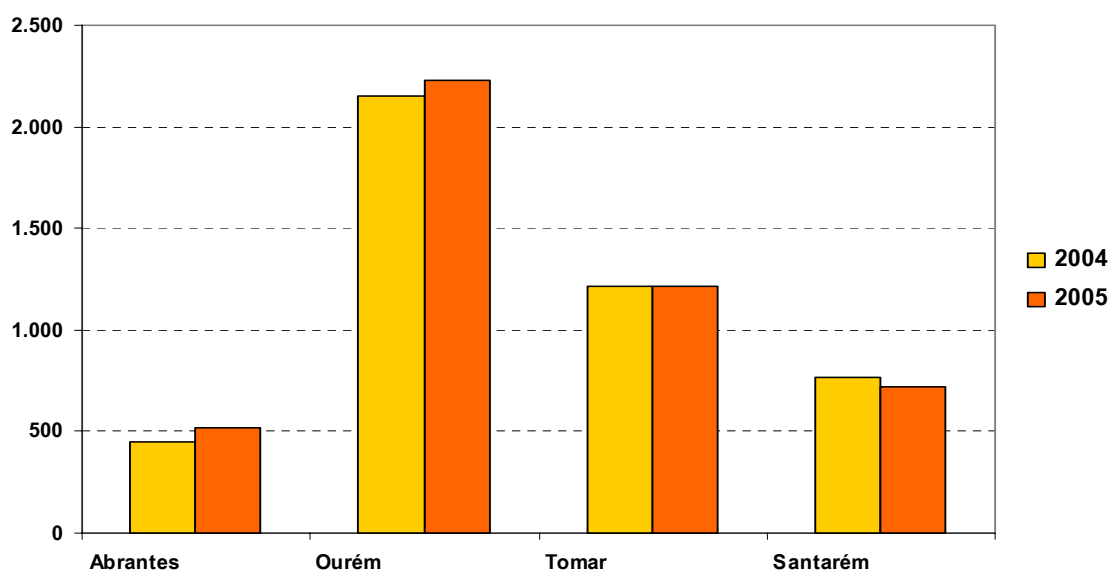
Total de dormidas de hóspedes nacionais nos concelhos do Oeste
(por mil habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 62

Total de dormidas de hóspedes nacionais nos concelhos do Vale do Tejo
(por mil habitantes)

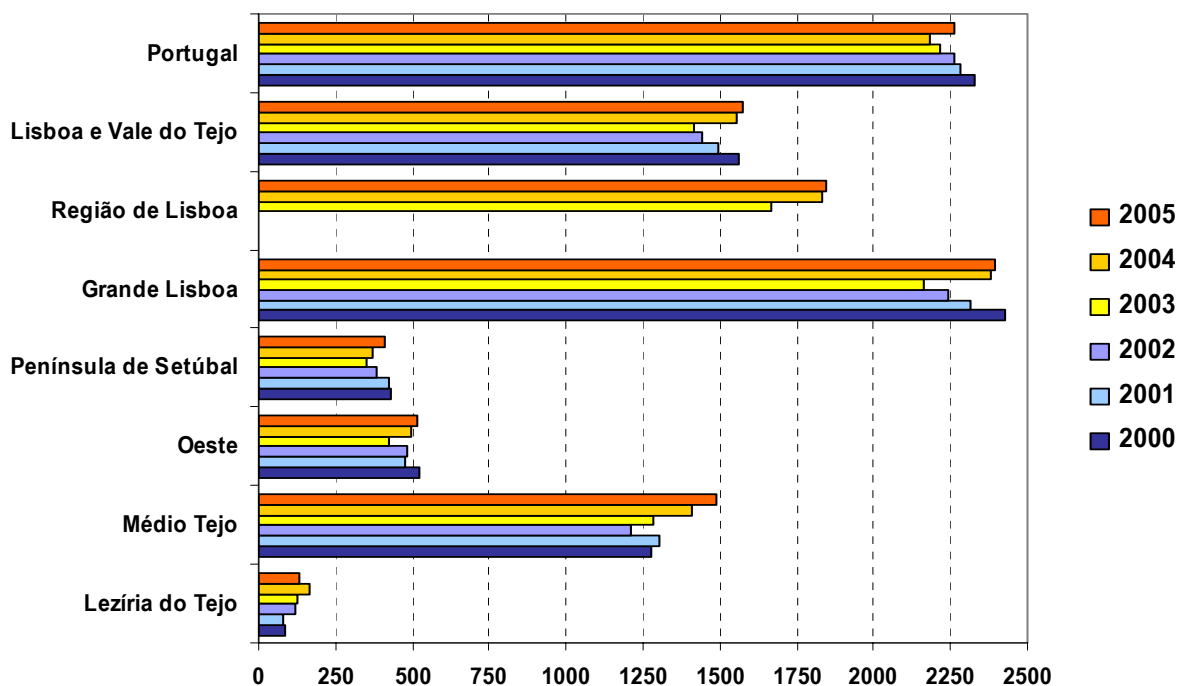


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

b) Nível internacional

Gráfico 63

Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

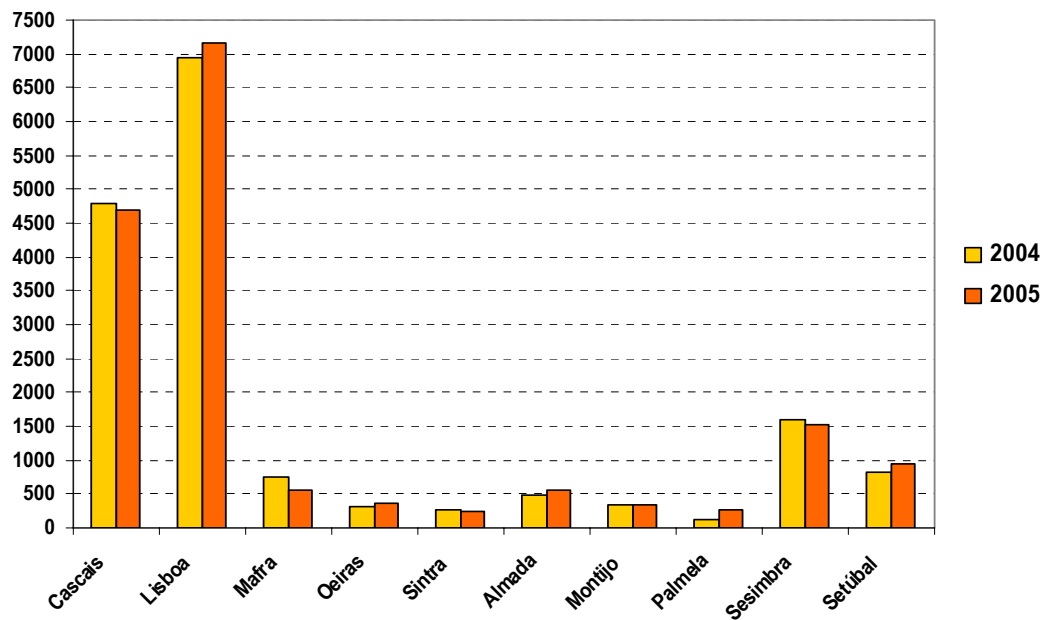
A evolução relativamente moderada que a RLVT tem demonstrado desde o ano de 2000, quanto ao total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes (de 1493 dormidas em 2001 passou para 1574 em 2005), só melhorou em 2004. Esta situação tem sido idêntica à registada no país, com uma evolução também negativa no início da década. A subida em 2004 do número de dormidas de hóspedes estrangeiros, como também a registada ao nível dos hóspedes nacionais, poderá ter explicação na realização do “Euro 2004”. Ao nível das sub-regiões, o Médio Tejo continua a ser a sub-região, depois da Grande Lisboa (com 2392 dormidas por mil habitantes), a registar os valores mais altos e idênticos à média da RLVT, atingindo em 2005 as 1485 dormidas de hóspedes estrangeiros. Este valor deve-se ao concelho de Ourém, e ao reforço da sua capacidade atractiva pelo turismo religioso de Fátima, atingindo as 6166 dormidas em 2005, valor bastante positivo no conjunto da Região situando-o na 2ª posição, depois do concelho de Lisboa (7164) e antes do de Óbidos

(5796), concelho em que a média de dormidas de hóspedes estrangeiros cresceu significativamente nos últimos anos.

Para este indicador também se optou por apresentar a nível gráfico os dados por concelhos agregados para três sub-regiões: AML, Oeste e Vale do Tejo.

Gráfico 64

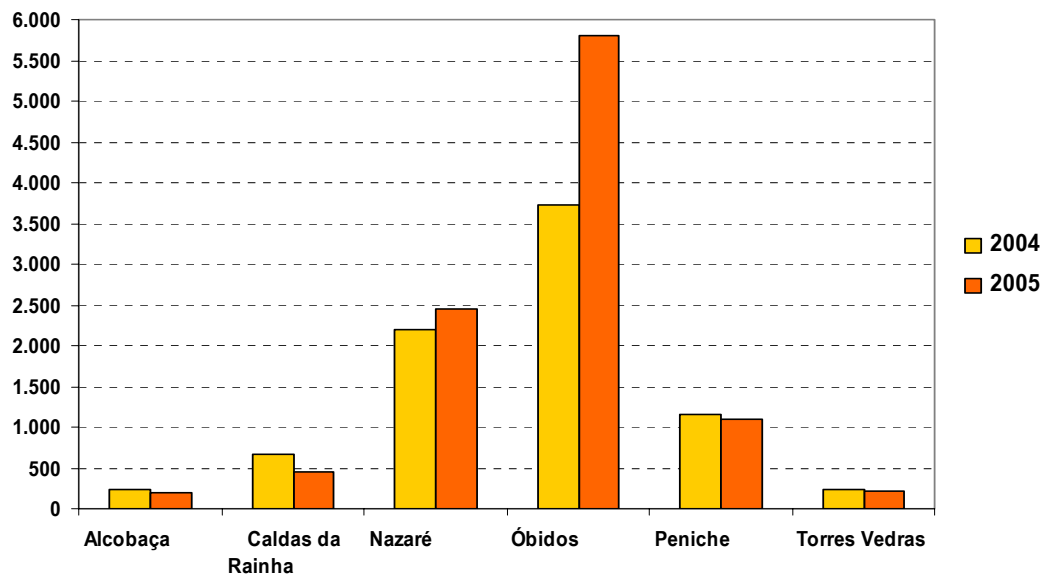
Dormidas de hóspedes estrangeiros nos concelhos da AML
(por mil habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 65

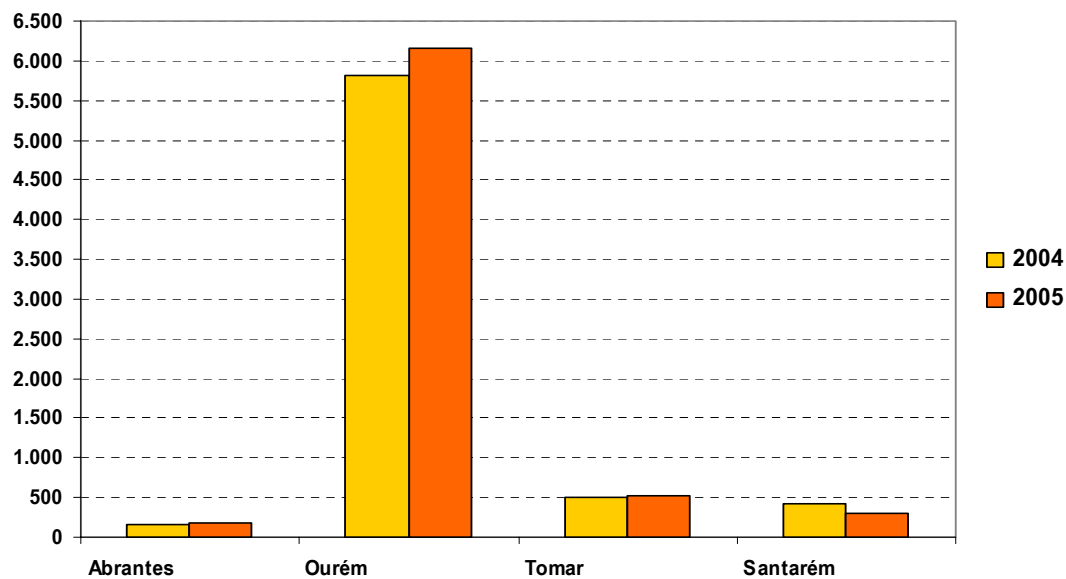
Dormidas de hóspedes estrangeiros nos concelhos do Oeste
(por mil habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 66

Dormidas de hóspedes estrangeiros nos concelhos do Vale do Tejo
(por mil habitantes)



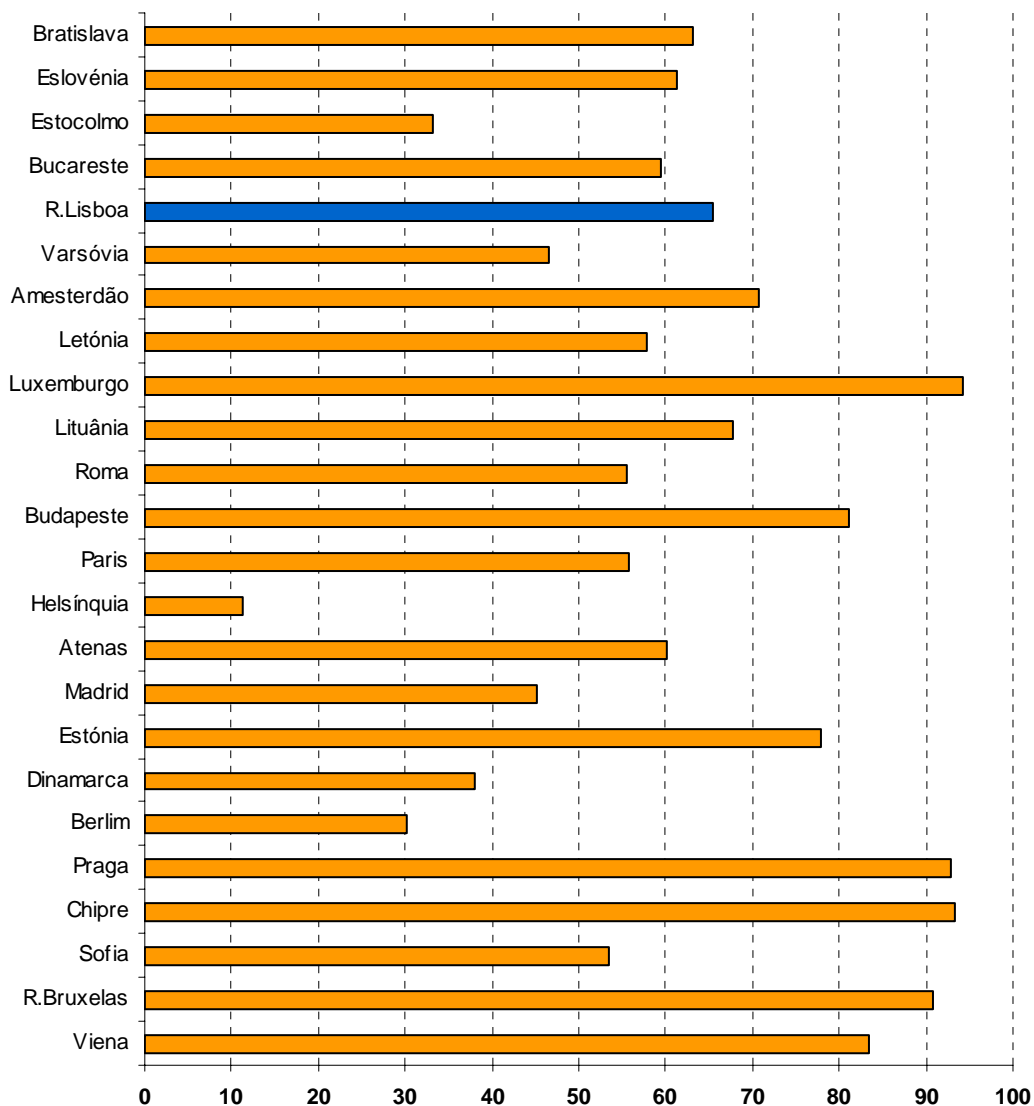
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Relativamente à posição da Região de Lisboa (nova NUTSII) no contexto europeu e tendo em conta a informação disponível, os gráficos seguintes permitem-nos salientar a dependência do turismo internacional nesta Região (65% das dormidas em 2003). A Região de Lisboa é apenas superada por regiões capitais extremamente turísticas como Viena, Amesterdão, Budapeste e Bruxelas, também elas capitais de países de pequena dimensão. Contrariamente, destacam-se regiões como Madrid, Berlim, Estocolmo e Helsínquia que não atingem os 50% de dormidas de hóspedes estrangeiros, ou até mesmo Roma e Paris, cujos hóspedes nacionais são de extrema importância para a actividade deste sector.

Quanto ao nº de camas em estabelecimentos hoteleiros e similares face ao total de camas disponíveis, a Região de Lisboa com mais de 50% de oferta neste segmento revela uma diferenciação significativa do tipo de alojamentos turísticos. Cerca de 40% das camas existentes encontram-se repartidas por parques de campismo, turismo residencial e turismo de habitação, característico de uma região diferenciada ao nível do território (urbana, rural e com uma extensão de praia significativa). A maioria das regiões capitais parecem não oferecer uma diferenciação de estabelecimentos hoteleiros como a Região de Lisboa.

Gráfico 67

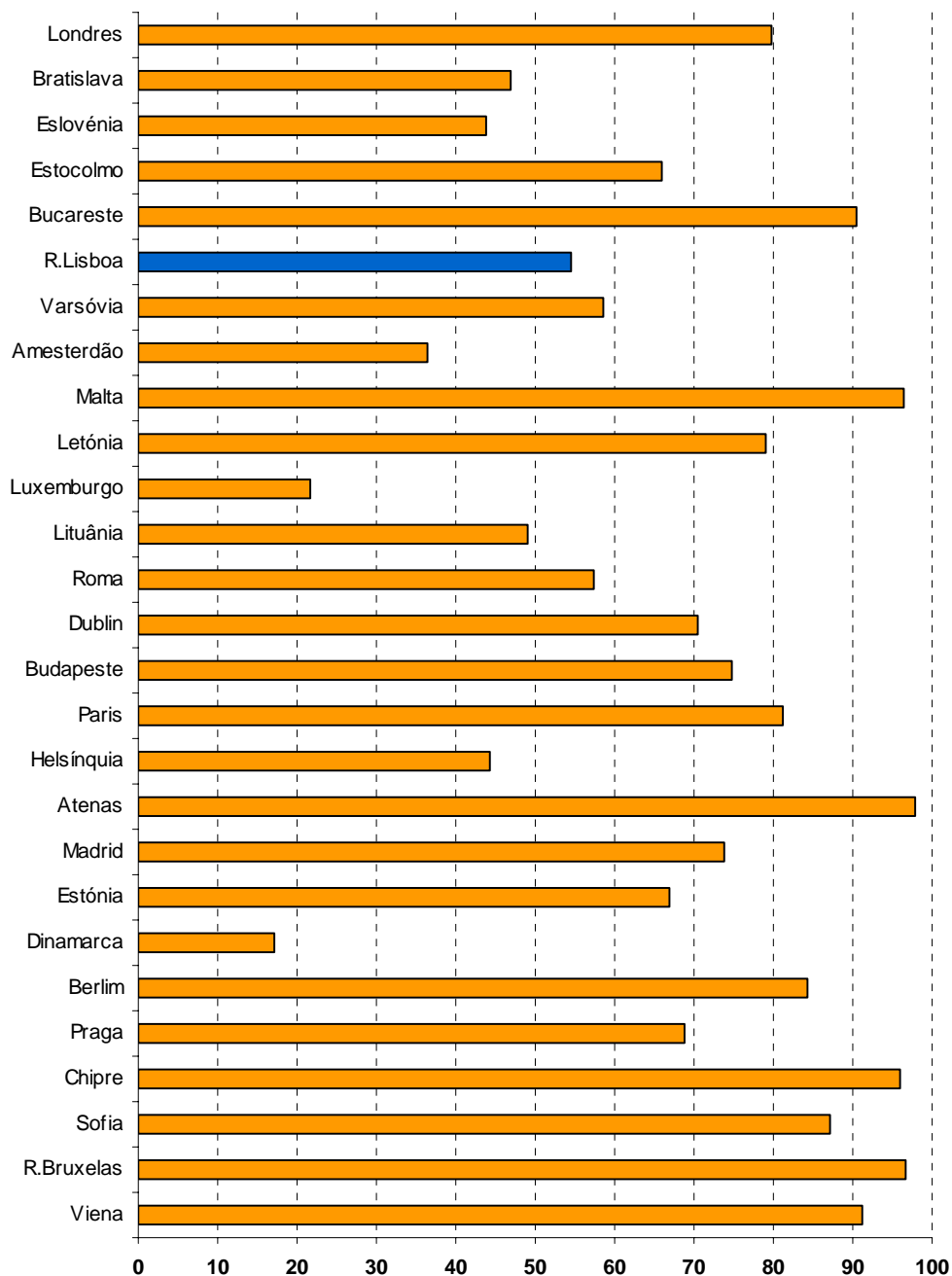
% de dormidas de hóspedes estrangeiros, em hotéis e parques de campismo, face ao total de dormidas (2003)



Fonte: EUROSTAT 2005

Gráfico 68

% de camas em hotéis e estabelecimentos similares face ao total de camas, em 2003

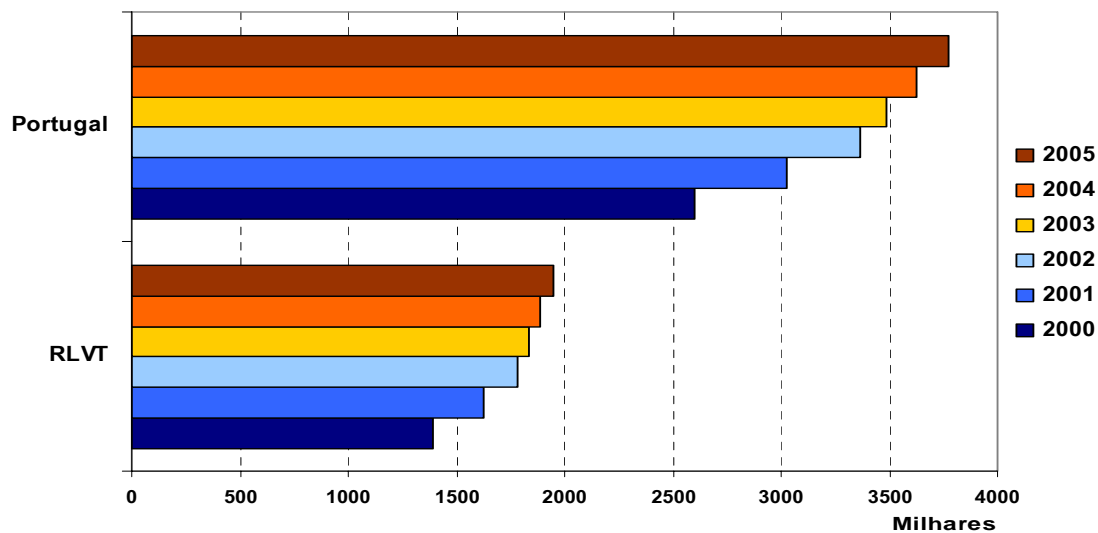
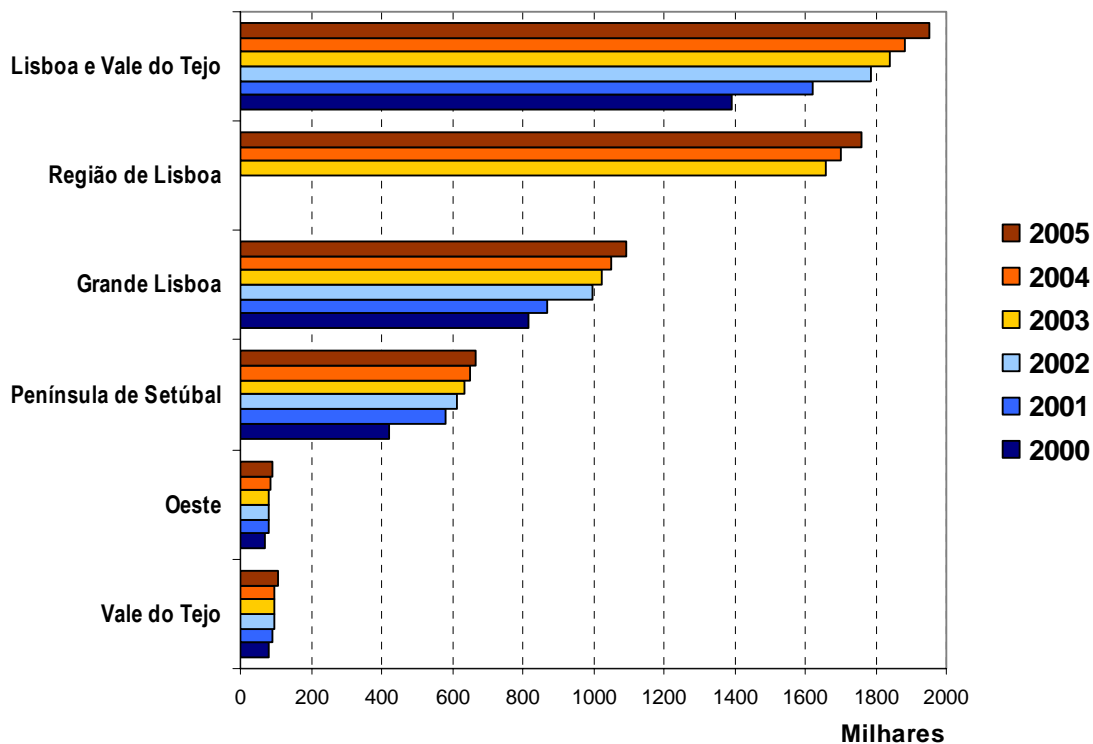


Fonte: EUROSTAT 2005

a) Tele-serviços

Gráficos 69 e 70

Televisão por cabo: n.º de alojamentos cablados

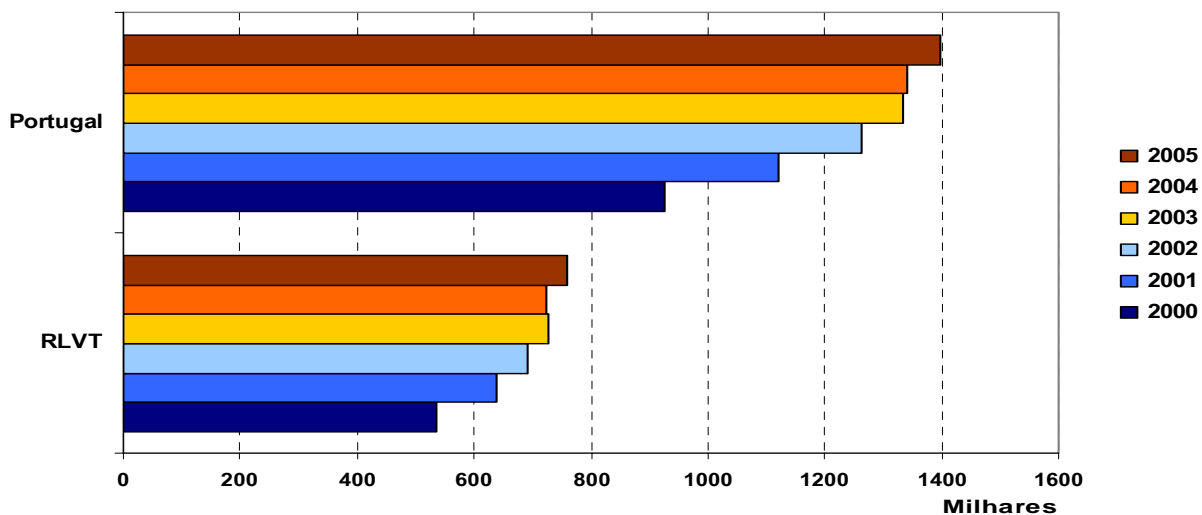
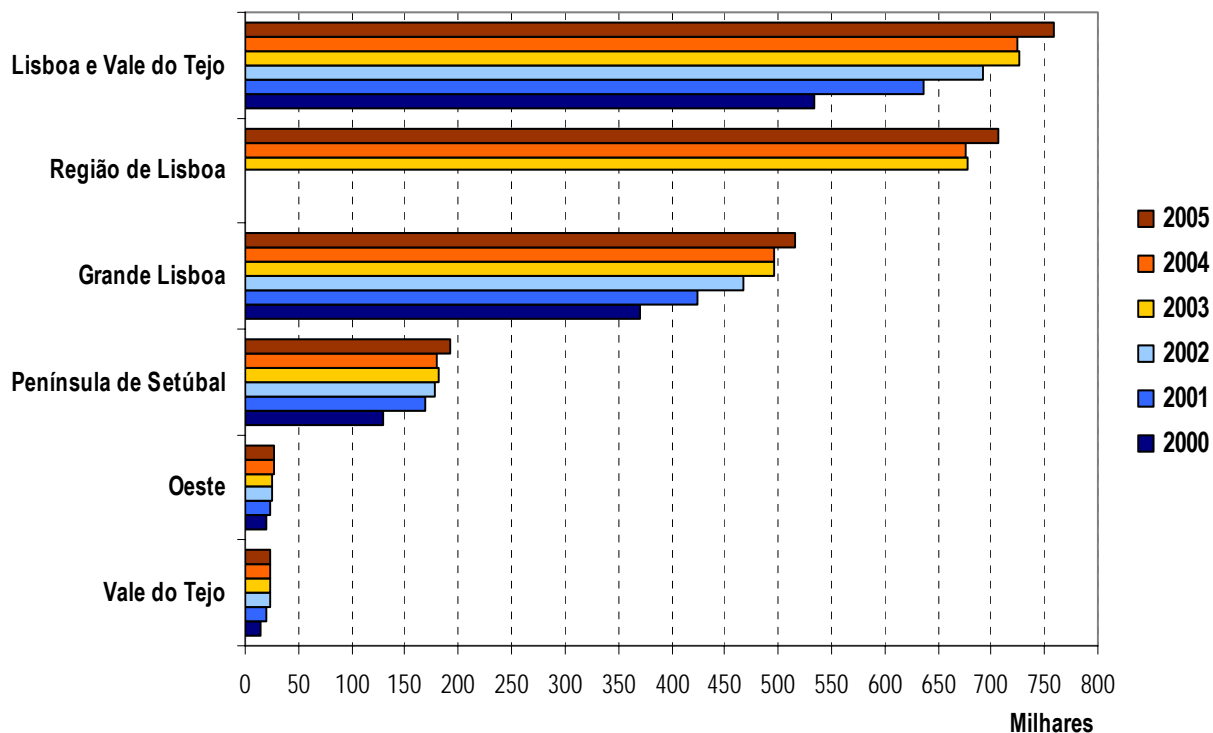


Fonte: ANACOM - 2007

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO
B 4.2 - CONECTIVIDADE

Gráficos 71 e 72

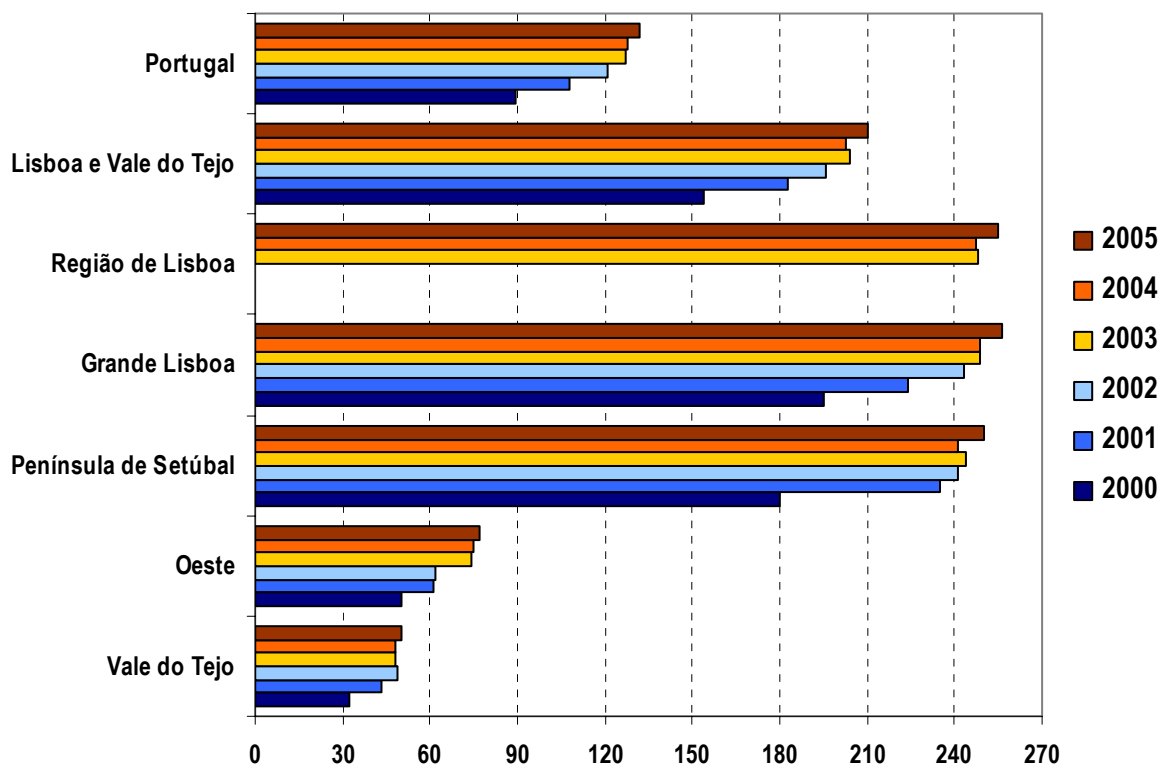
Televisão por cabo: n.º de assinantes



Fonte: ANACOM - 2007

Gráficos 73

Televisão por cabo: n.º de assinantes por mil habitantes



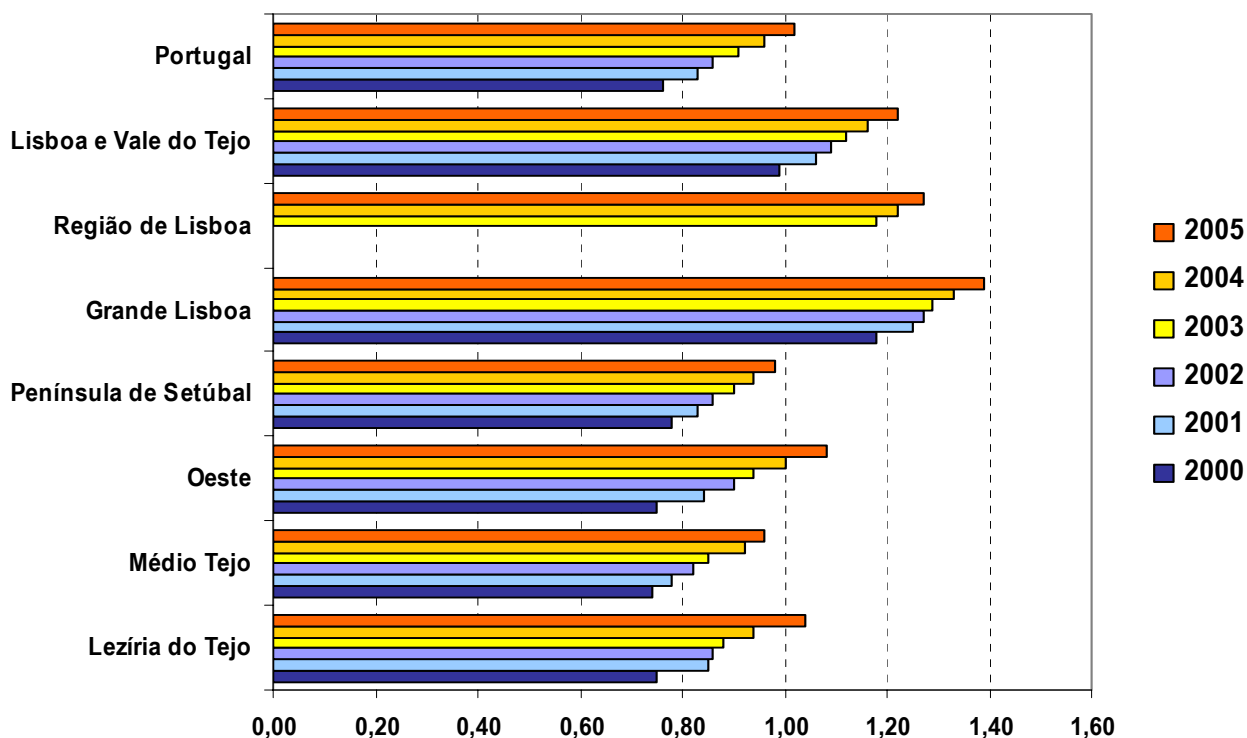
Fonte: ANACOM - 2007

A posição favorável da RLVT no contexto nacional continua a basear-se nos resultados das duas NUTIII da Área Metropolitana de Lisboa, tendo ambas ultrapassando o valor dos 250 assinantes por mil habitantes, em 2005. A NUTIII Oeste, e sobretudo as duas sub-regiões do Vale do Tejo (aqui consideradas de forma conjunta), possuem taxas de penetração muito inferiores às que se verificam na AML. Refira-se, que apesar do crescimento do n.º de assinantes por mil habitantes ao longo do período em análise, houve uma ligeira quebra de 2003 para 2004, no entanto a média regional continua superior à média registada no país.

Quanto ao número de alojamentos cablados, a RLVT apresenta a maior cobertura a nível nacional, representando 52% do total de alojamentos cablados no país. A maior cobertura do território regional é assegurada pela Grande Lisboa e pela Península de Setúbal.

Gráfico 74

Total de caixas multibanco por 1000 habitantes

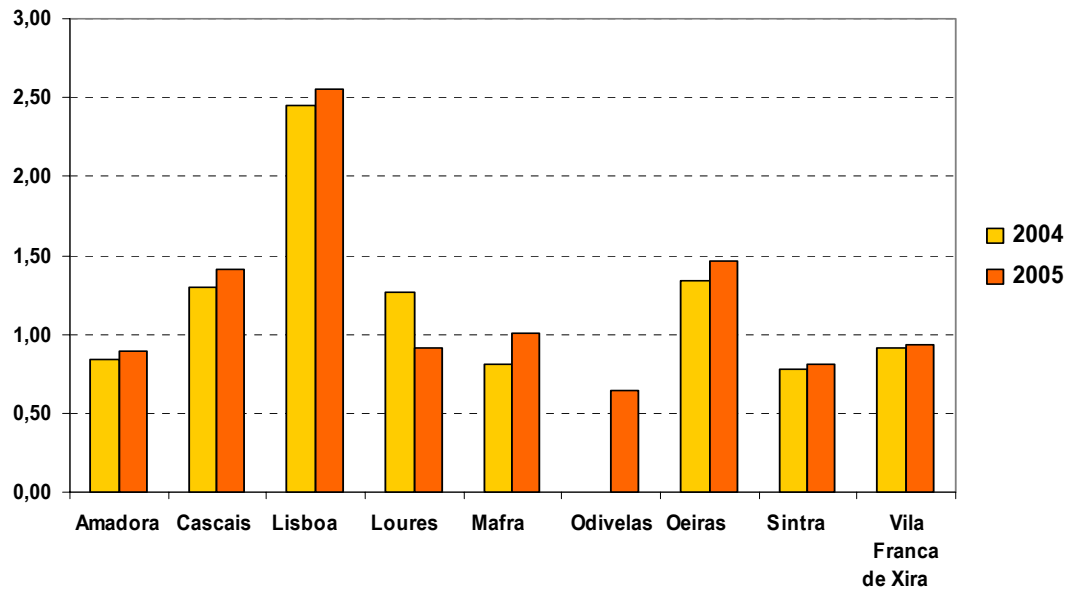


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Ao longo do período em análise, a Região de Lisboa e Vale do Tejo tem registado um aumento significativo, ainda que regular, do total de caixas Multibanco por mil habitantes, atingindo, em 2005, a média de 1,22 caixas, muito superior à média verificada no país, que só neste ano atingiu 1 caixa por mil habitantes. Mantém-se as assimetrias, com a Grande Lisboa a atingir o valor máximo de 1,39 caixas por mil habitantes enquanto o Médio Tejo chegou apenas a 0,96. De registar que houve uma melhoria significativa na maioria dos concelhos, mas continua a ser o concelho de Lisboa a deter, de forma destacada, a primeira posição (2,5 caixas por mil habitantes), seguindo-se o concelho de Alcochete, que registou uma subida muito significativa a partir de 2003, apresentando o valor de 2,2 caixas por mil habitantes em 2005. Registam-se valores ainda baixos (inferiores a 0,5) nos concelhos de Ferreira do Zêzere e Alpiarça.

Gráfico 75

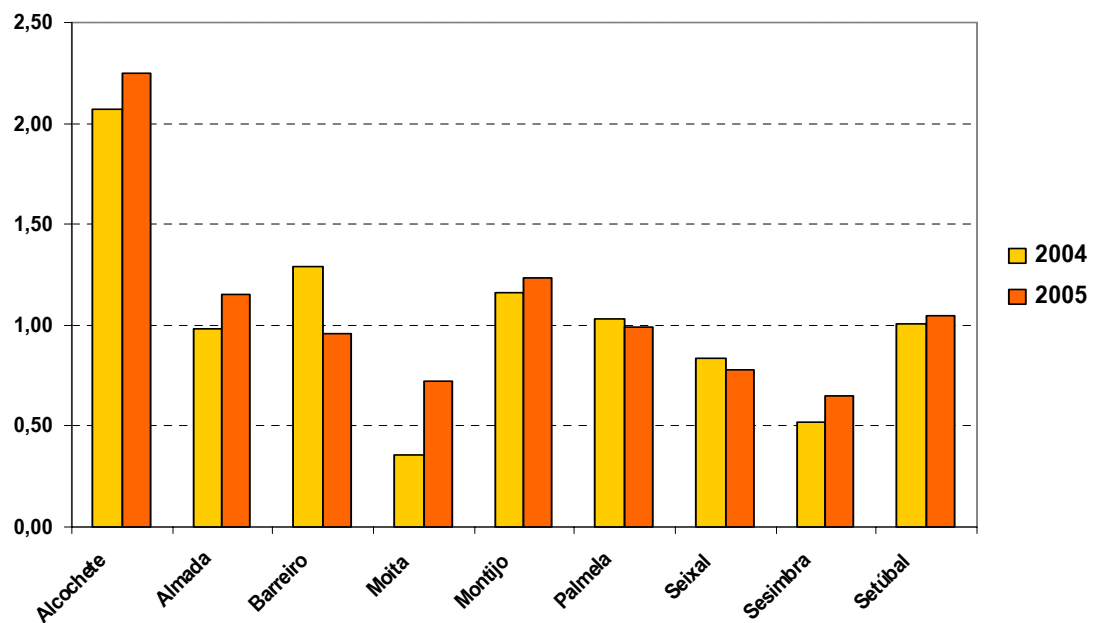
N.º de caixas Multibanco por concelhos da Grande Lisboa
(por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 76

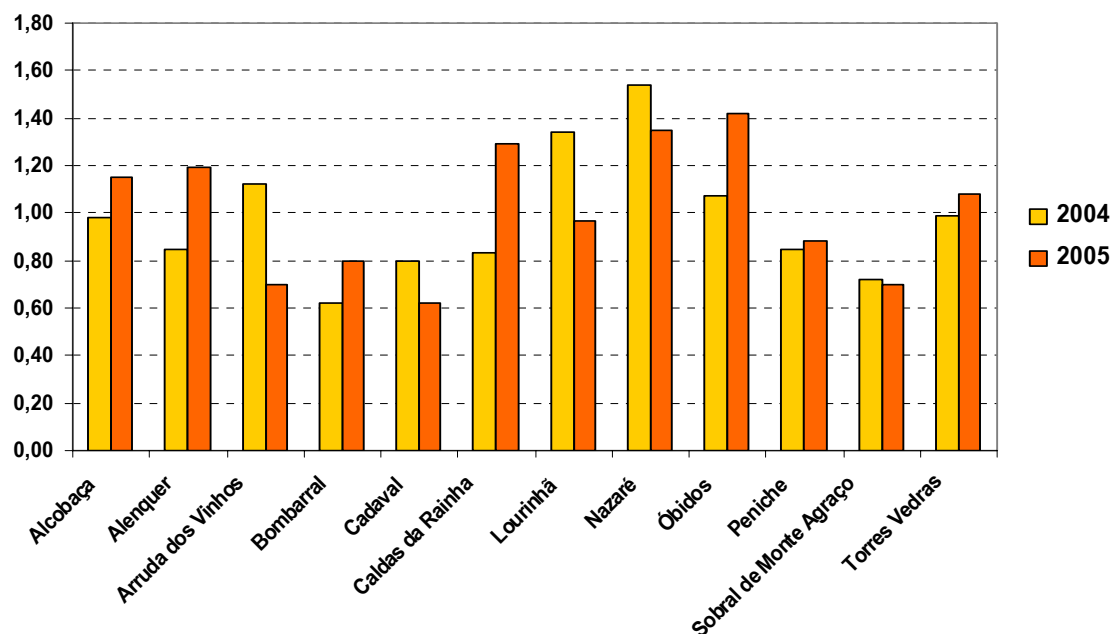
N.º de caixas Multibanco por concelhos da Península de Setúbal
(por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 77

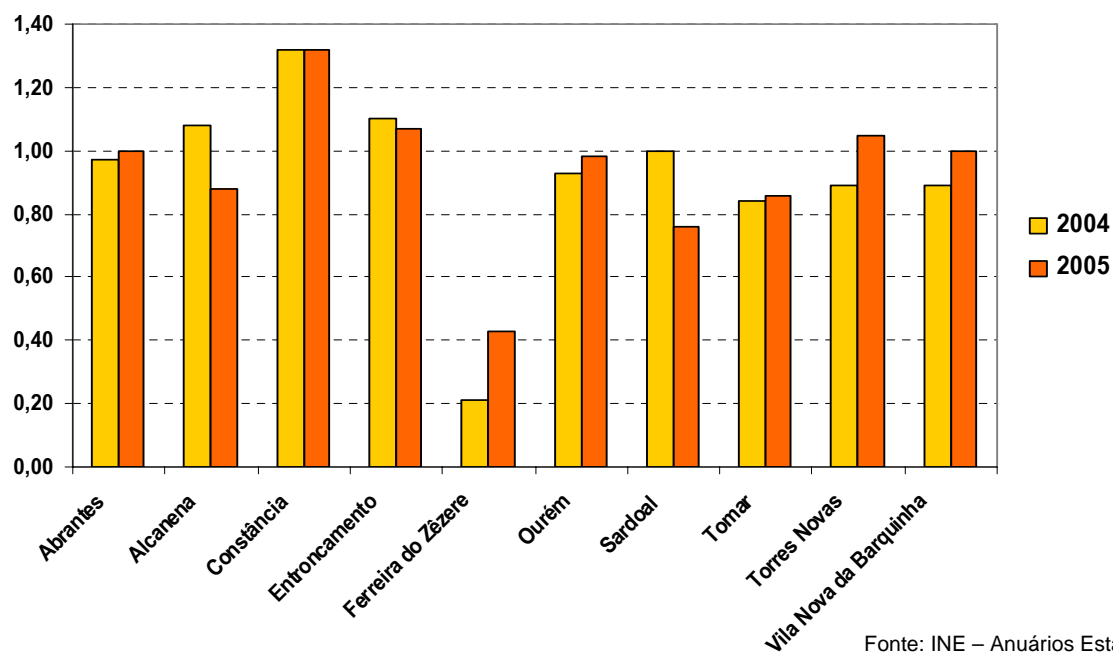
N.º de caixas Multibanco por concelhos do Oeste
 (por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 78

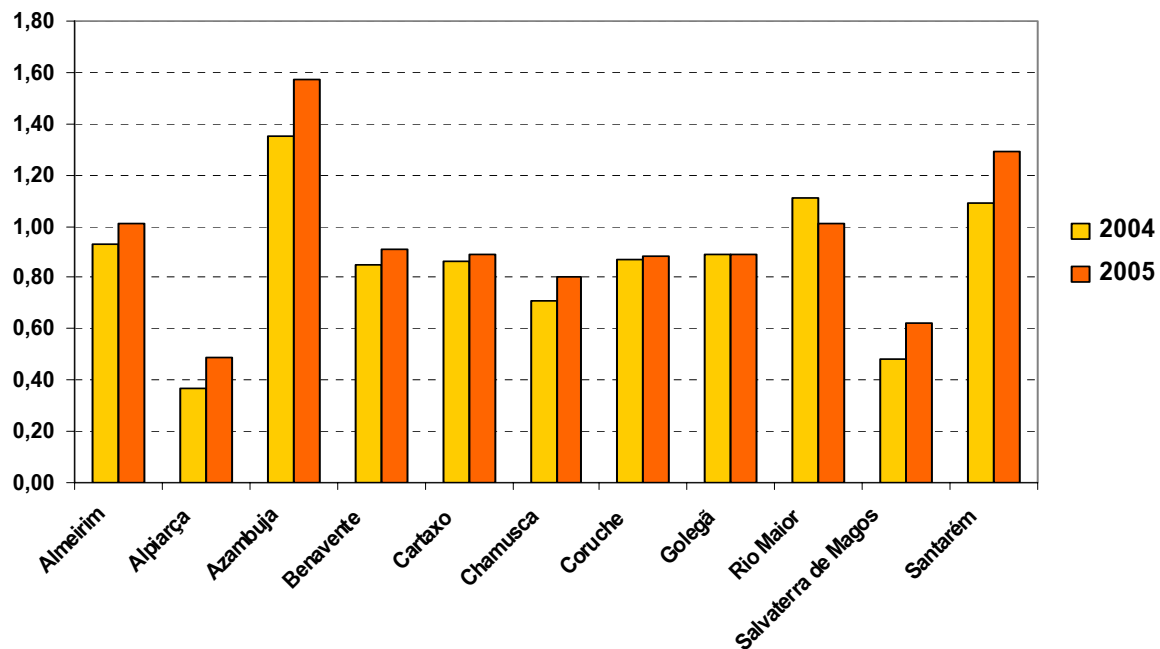
N.º de caixas Multibanco por concelhos do Médio Tejo
 (por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 79

N.º de caixas Multibanco por concelhos da Lezíria do Tejo
(por 1000 habitantes)

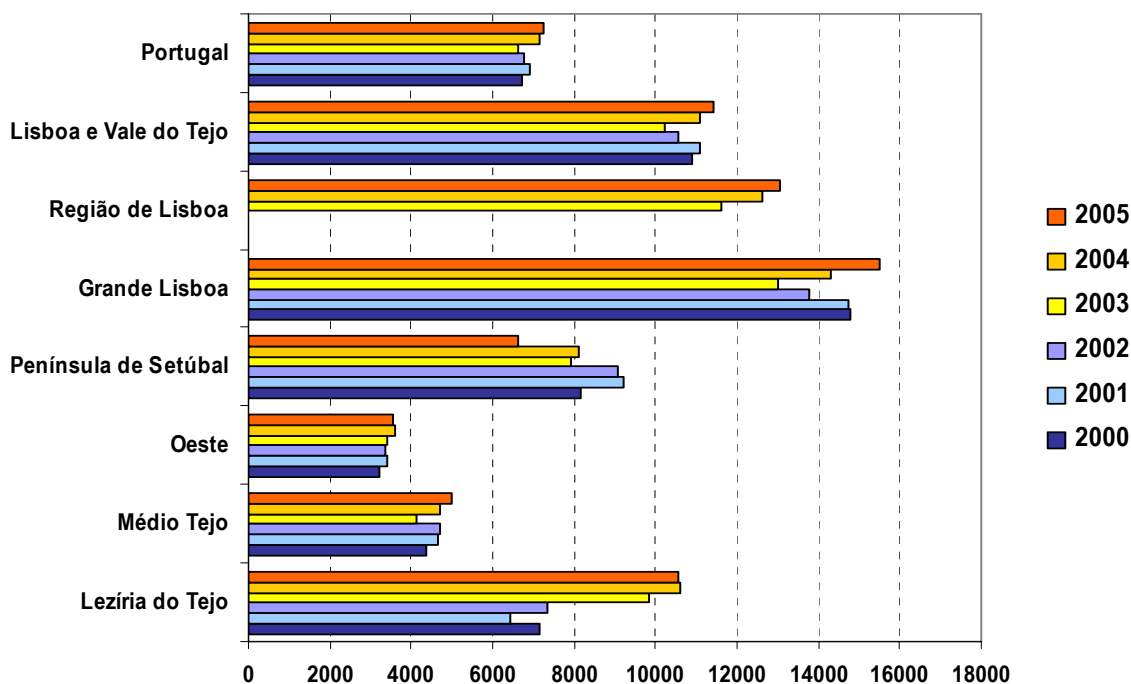


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

b) Inserção internacional

Gráfico 80

Valor do comércio internacional intra e extra-comunitário
 (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

O valor do comércio internacional (intra e extra-comunitário) da RLVT por habitante, que no início da década atingiu os 11 080 euros por habitante, sofreu uma quebra significativa em 2002 e 2003, só recuperando a partir de 2004 e atingindo em 2005 o valor máximo de 11 443 euros por habitante. A evolução negativa registada na RLVT teve igual expressão no todo nacional, que também só em 2005 atingiu o valor mais alto dos últimos 6 anos (7 261 euros), apesar de registar ainda uma capitação muito abaixo da RLVT.

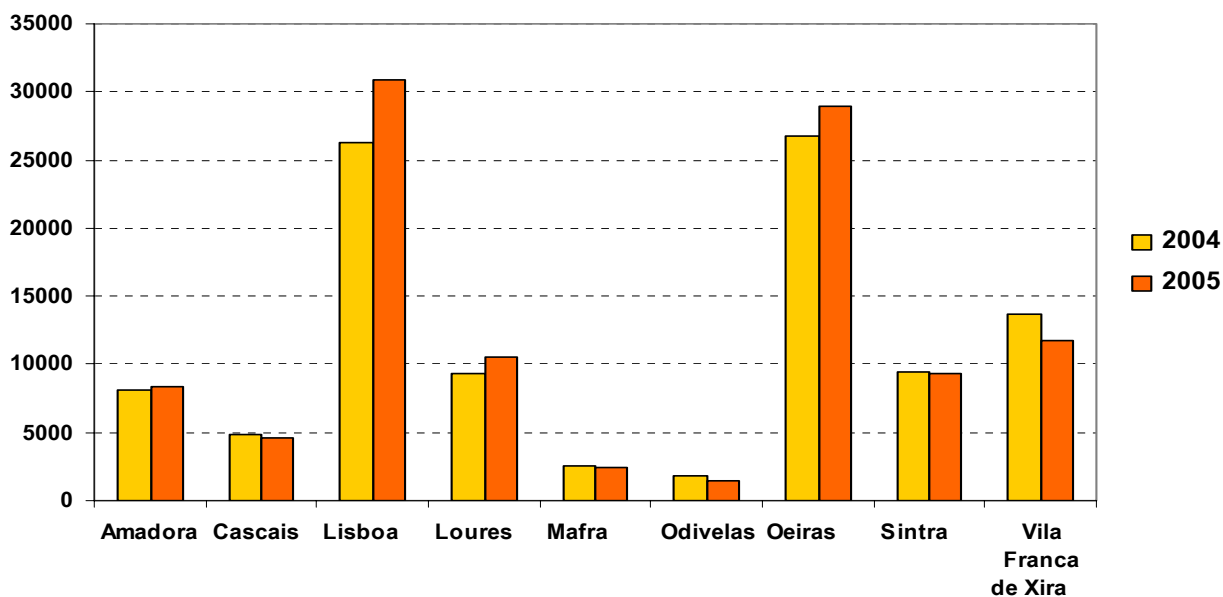
Apesar de se ter registado um ligeiro recuo, de 2001 para 2002, em todas as sub-regiões (excepto a Lezíria do Tejo), todas revelam uma subida em 2004 regressando assim aos valores de 2001. Destaque-se a Península de Setúbal que não recuperou da mesma forma e apresenta em 2005 um retrocesso significativo (desce dos 8 125 para os 6 642), com explicação na descida do concelho de Palmela (que passa de 58

396 em 2004 para 43 968 em 2005) afectado pela diminuição da produção da Auto-Europa.

A sub-região da Grande Lisboa continua a destacar-se claramente das restantes, obtendo uma capitação no último ano de 15 517 euros devido, em especial, aos concelhos de Lisboa e Oeiras. Destaque para a Lezíria do Tejo, que ocupa desde 2003 o 2º lugar no ranking regional, ultrapassando a Península de Setúbal. Esta posição encontra justificação no facto de tratar-se de uma região mais industrializada e com a presença de unidades industriais, em especial nos concelhos da Azambuja e Benavente.

Gráfico 81

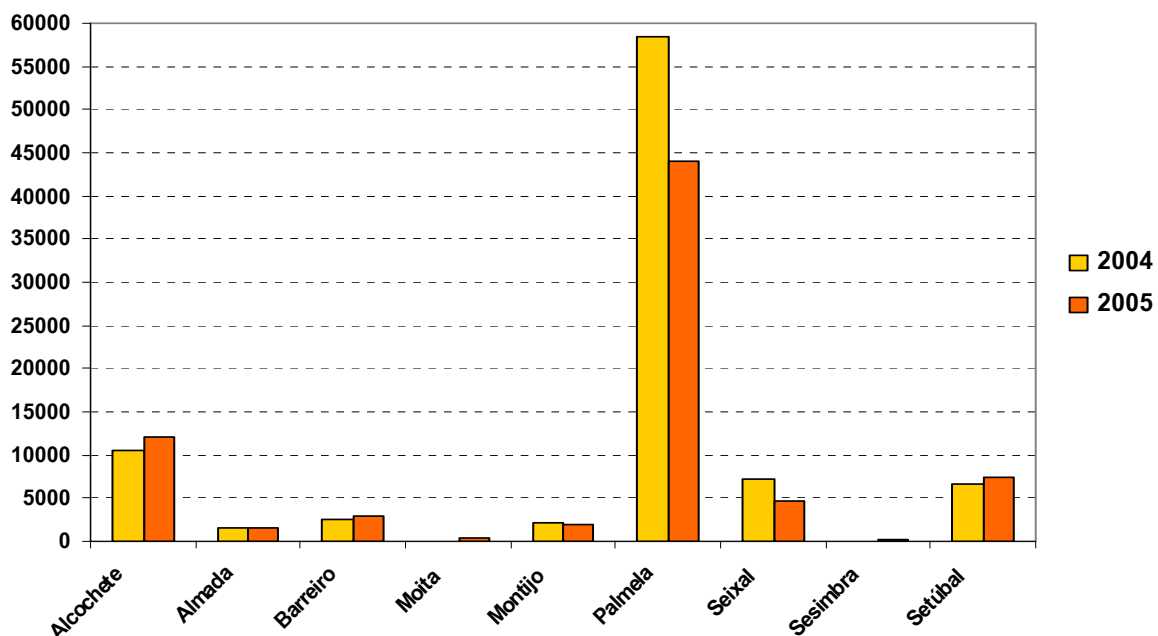
Valor do comércio internacional por concelhos da Grande Lisboa
(euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 82

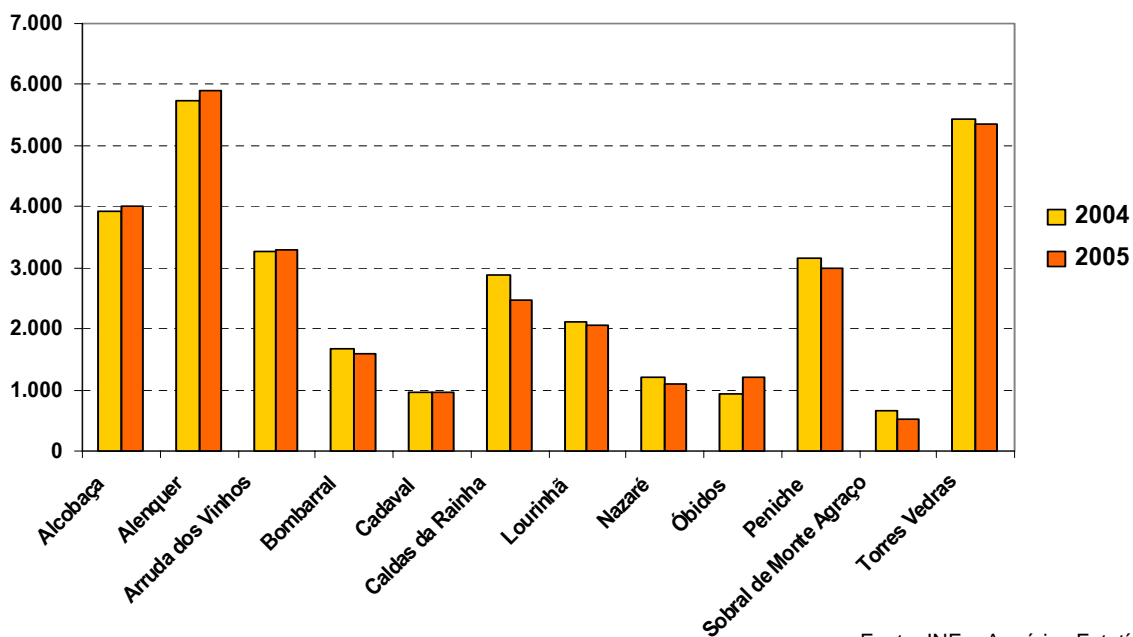
Valor do comércio internacional por concelhos da Península de Setúbal
 (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 83

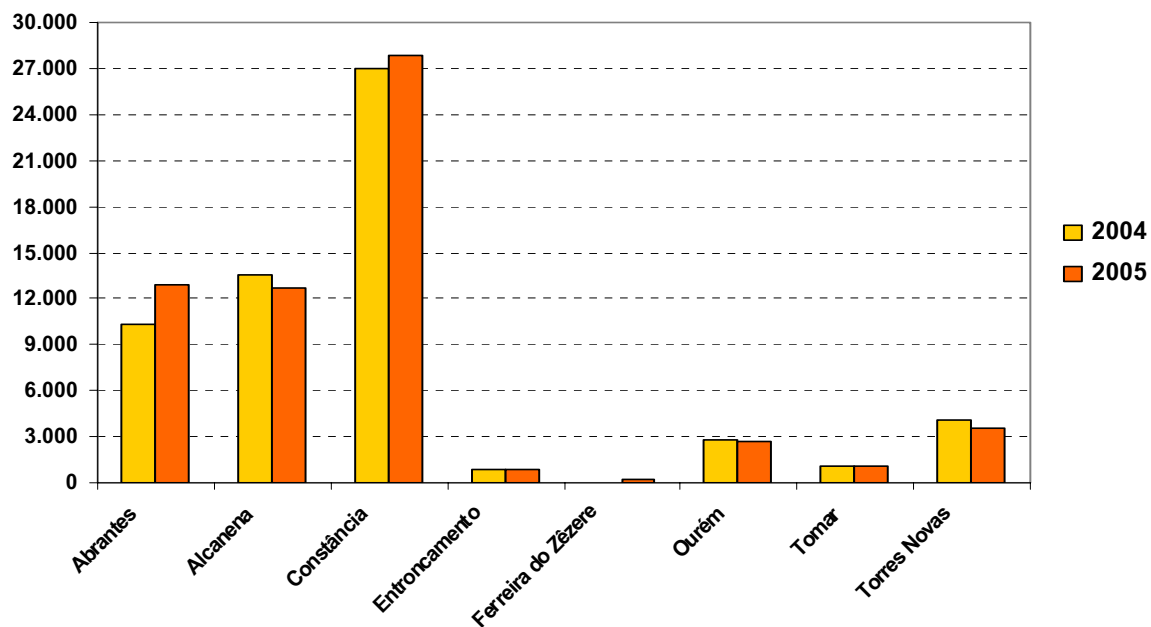
Valor do comércio internacional por concelhos do Oeste
 (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 84

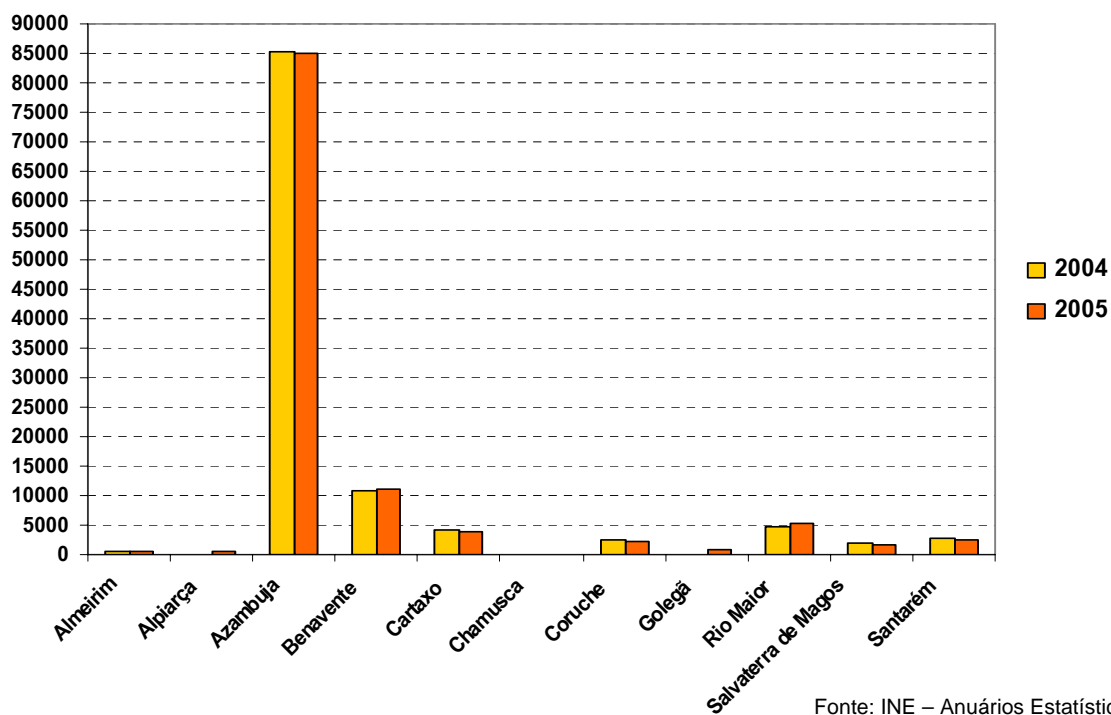
Valor do comércio internacional por concelhos do Médio Tejo
 (euros por habitante)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 85

Valor do comércio internacional por concelhos da Lezíria do Tejo
 (euros por habitante)

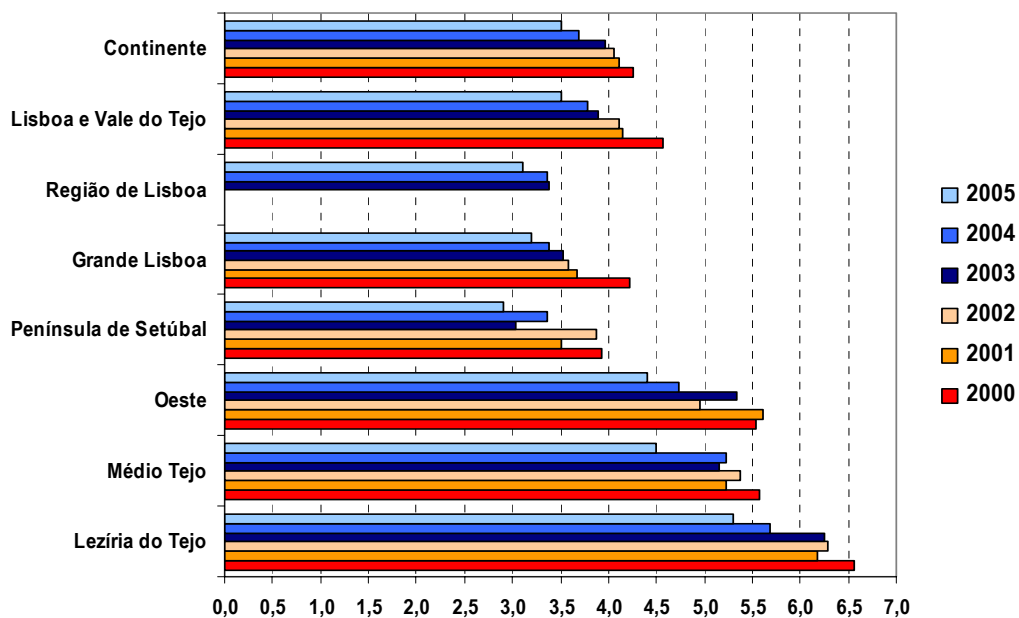


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO
B.4.3 - MOBILIDADE

Gráfico 86

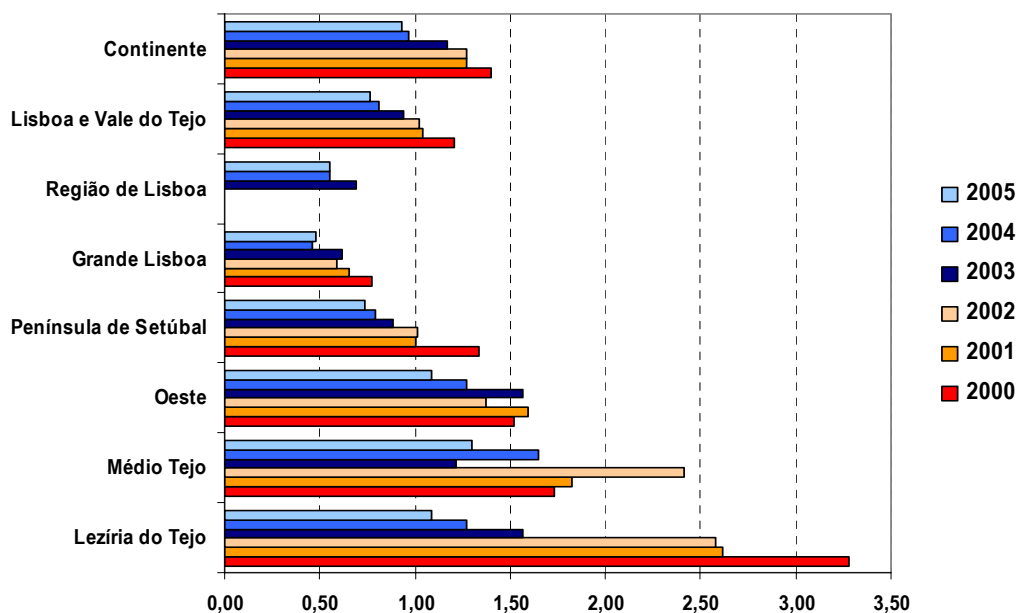
N.º de acidentes com vítimas por 1000 habitantes



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 87

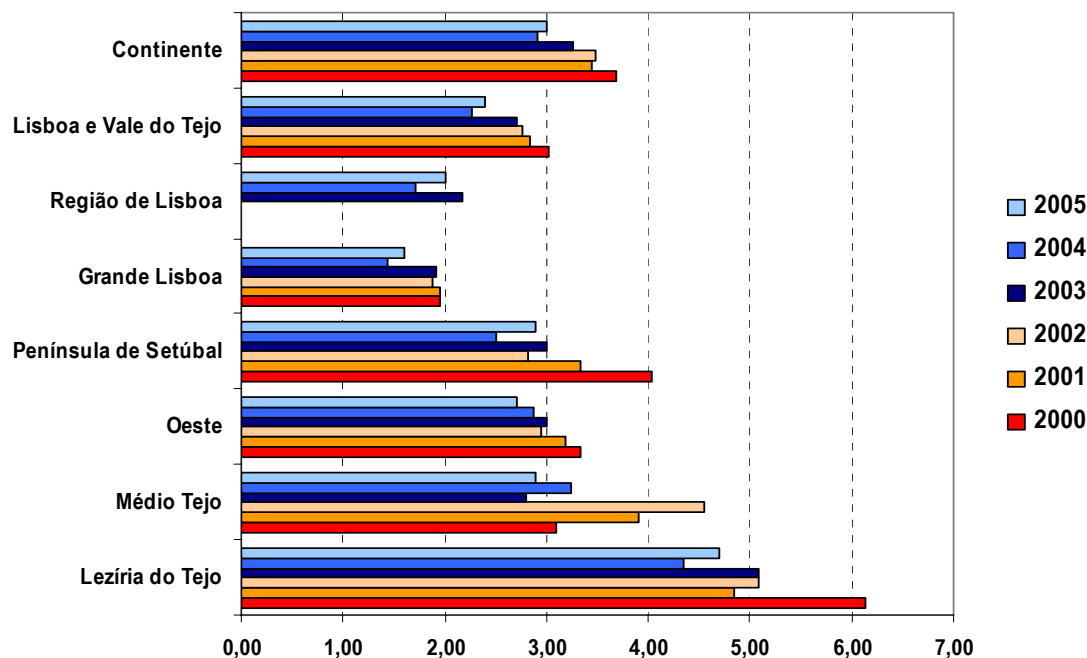
N.º de acidentes com vítimas mortais por 10 000 habitantes



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 88

N.º de mortos por 100 acidentes de viação com vítimas



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Os indicadores dos totais de “acidentes com vítimas”, “acidentes com vítimas mortais” e “n.º de mortos por 100 acidentes com vítimas” registados na RLVT, constituem indicadores directos da segurança nas estradas, e indirectos sobre os níveis de desenvolvimento da Região, numa óptica que engloba um conjunto diversificado de factores, desde a qualidade da rede viária existente, até à própria cultura cívica prevalente nos nossos automobilistas.

De forma geral, a RLVT tem acompanhado o país, num crescimento positivo da redução do número de acidentes e de mortos rodoviários, embora na Região o número de acidentes com vítimas por mil habitantes ao longo do período em análise seja ligeiramente superior à média nacional, em 2005 a Região registou uma média de acidentes igual à do Continente (3,5). Quanto ao número de acidentes com vítimas mortais por 10000 habitantes, a RLVT registou sempre valores inferiores aos do continente nos últimos 6 anos, reduzindo quase para metade (de 1,2 em 2000 para 0,8 em 2005). Numa análise mais pormenorizada, através do indicador do número de mortos por 100 acidentes com vítimas, apesar de verificar-se uma descida no período em análise, em 2005 esta tendência inverte-se, registando-se um aumento da média do nº de mortos por 100 acidentes na RLVT, e também no continente.

Numa análise ao nível das sub-regiões é muito evidente o destaque da Lezíria do Tejo, apresentando em 2 indicadores os valores mais elevados da Região: no número de acidentes com vítimas registou, em 2005, 5,3 acidentes por mil habitantes e no número de mortos por 100 acidentes com vítimas registou 4,7 mortos, enquanto a média da RLVT foi de 2,4 mortos. Apenas no indicador do n.º de acidentes com vítimas mortais por 10000 habitantes, a sub-região do Médio Tejo ultrapassa a lezíria desde o ano de 2004.

Quanto aos concelhos da Grande Lisboa em que se verificaram mais acidentes com vítimas (por mil habitantes), destacam-se: Lisboa (4,9), Mafra (4,2) e Oeiras (3,2), apesar de uma ligeira diminuição registada em 2005. Destaque ainda para os concelhos da Amadora e de Loures, cujo o número de acidentes com vítimas aumentou de 2004 para 2005. Refira-se que o concelho da Amadora foi ao longo do período em análise o concelho com menos acidentes nesta sub-região, perdendo em 2005 esta posição.

Na Península de Setúbal, registou-se um maior número de acidentes em Palmela (5,6), no Montijo (4,5) e em Alcochete (3,7), sendo que esta sub-região foi a única que viu diminuir o nº de acidentes em todos os seus concelhos de 2004 para 2005.

No Oeste, o número médio de acidentes por 1000 habitantes é já, na maioria dos concelhos, superior ao da Área Metropolitana de Lisboa, registando-se um maior número de acidentes em concelhos como Óbidos (7,4), Alcobaça (6,1) e Sobral de Monte Agraço (4,7). O concelho do Bombarral, que em 2004 era o segundo concelho com maior número de acidentes nesta sub-região, diminuiu significativamente de 2004 para 2005 (de 6,7 para 4,6).

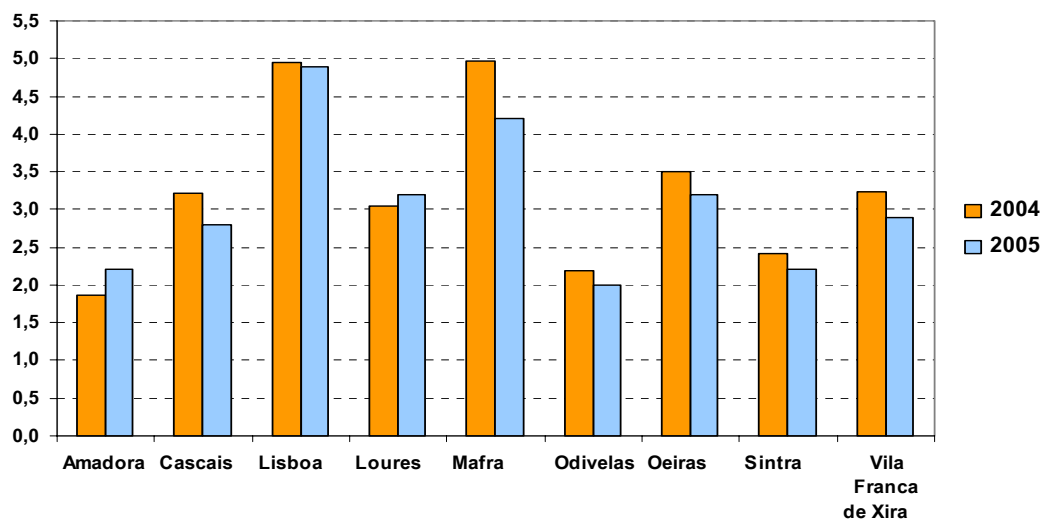
No Vale do Tejo, que são as duas sub-região da RLVT com um maior número de acidentes com vítimas por mil habitantes (superior aos 4 acidentes por mil habitantes em 2005), destaque no Médio Tejo para os concelhos Ferreira do Zêzere (7), Sardoal (6) e Constância (5,8), e na Lezíria para os concelhos de Benavente (6,8) e Azambuja (5,5). Refira-se, que o valor mais baixo nesta sub-região é de 4,5 acidentes com vítimas por mil habitantes, registado no concelho de Almeirim.

Este indicador merece também uma comparação a nível europeu, apesar dos dados disponíveis respeitarem apenas à nova NUTS II – Região de Lisboa, o que desde já faz diminuir a posição negativa que a região capital portuguesa tinha no panorama europeu. Em 2001 a RLVT ocupava na Europa dos 27 o 2º lugar em acidentes e mortes nas estradas, a par da Eslovénia, e com a Região de Londres a ocupar o 1º lugar. Em 2003, e tendo em conta apenas o nº de mortos por milhão de habitantes, a Região de Lisboa salta para meio da tabela, com cerca de 70 mortos, ultrapassada pelos novos países da União Europeia e por algumas regiões capitais como Londres, Dublin e Helsínquia.

Se tivermos em conta a densidade das auto-estradas, a RLVT ocupava já em 2001 uma posição privilegiada na Europa dos 27, na 7ª posição. Os valores agora disponíveis, de 2003, e apenas para a Região de Lisboa, situam-na na 1ª posição, atingindo mais de 22Km de auto-estrada por 100km². O cruzamento destes dados torna difícil entender o registo tão elevado de acidentes com vítimas e mortos numa região com qualidade rodoviária significativa, o que nos pode levar a interpretar, e já referido em anteriores relatórios, que se trata, acima de tudo, de um problema de condução e de cultura dos nossos automobilistas.

Gráfico 89

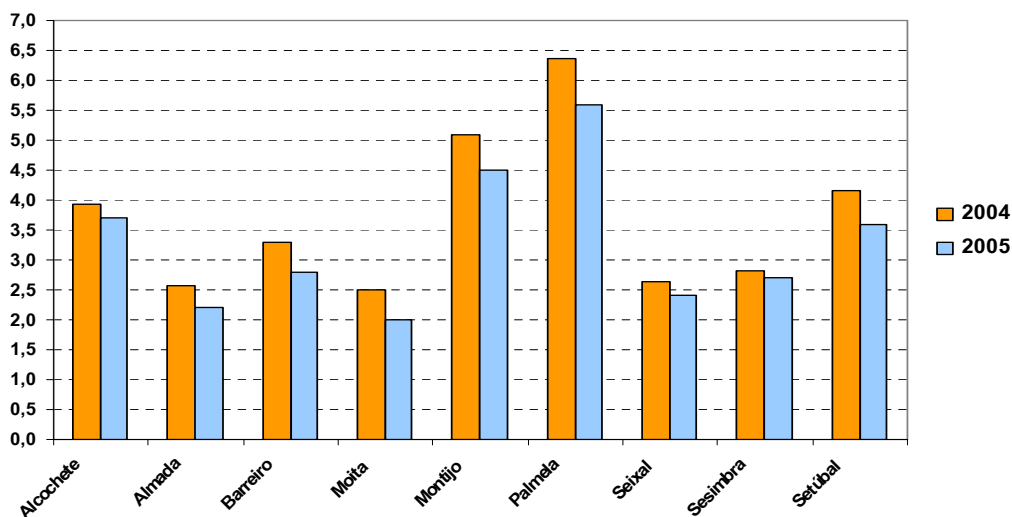
N.º de acidentes com vitimas por concelhos da Grande Lisboa
 (por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 90

N.º de acidentes com vitimas por concelhos da Península de Setúbal
 (por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 91

N.º de acidentes com vitimas por concelhos do Oeste
 (por 1000 habitantes)

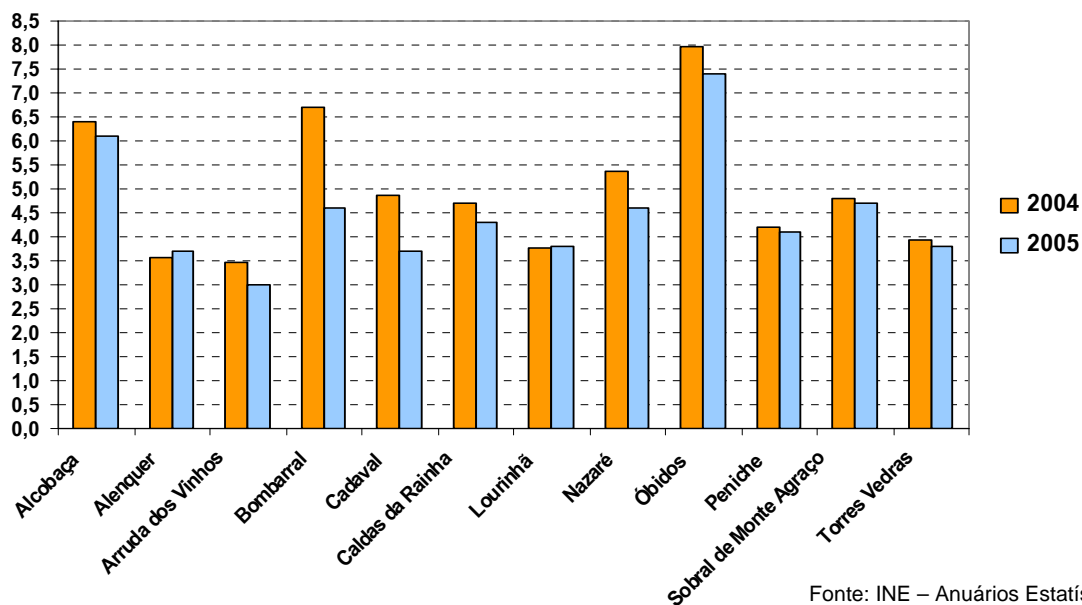


Gráfico 92

N.º de acidentes com vitimas por concelhos do Médio Tejo
 (por 1000 habitantes)

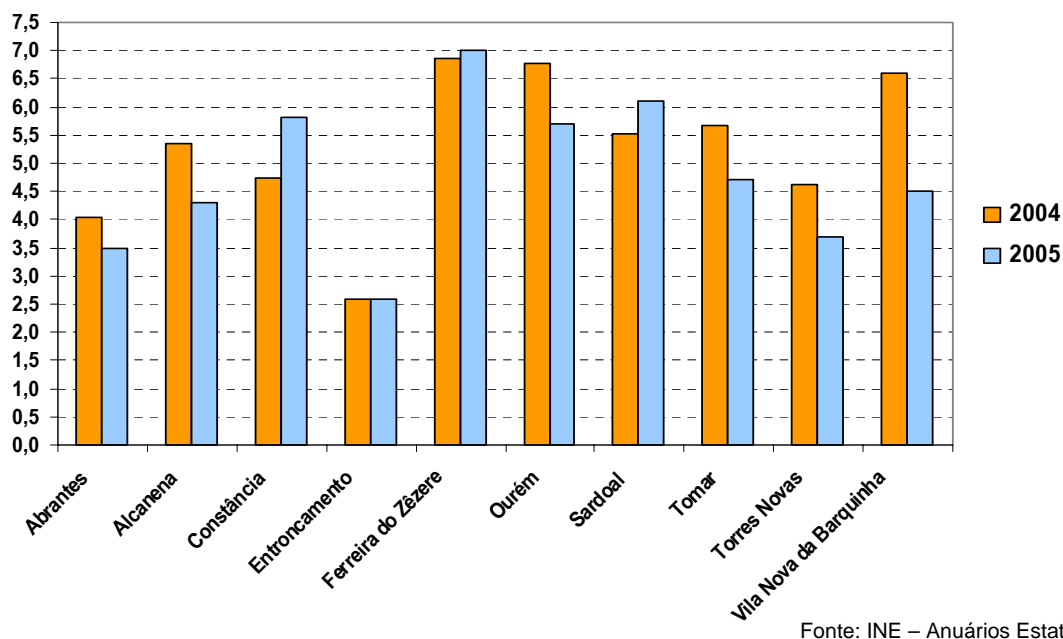
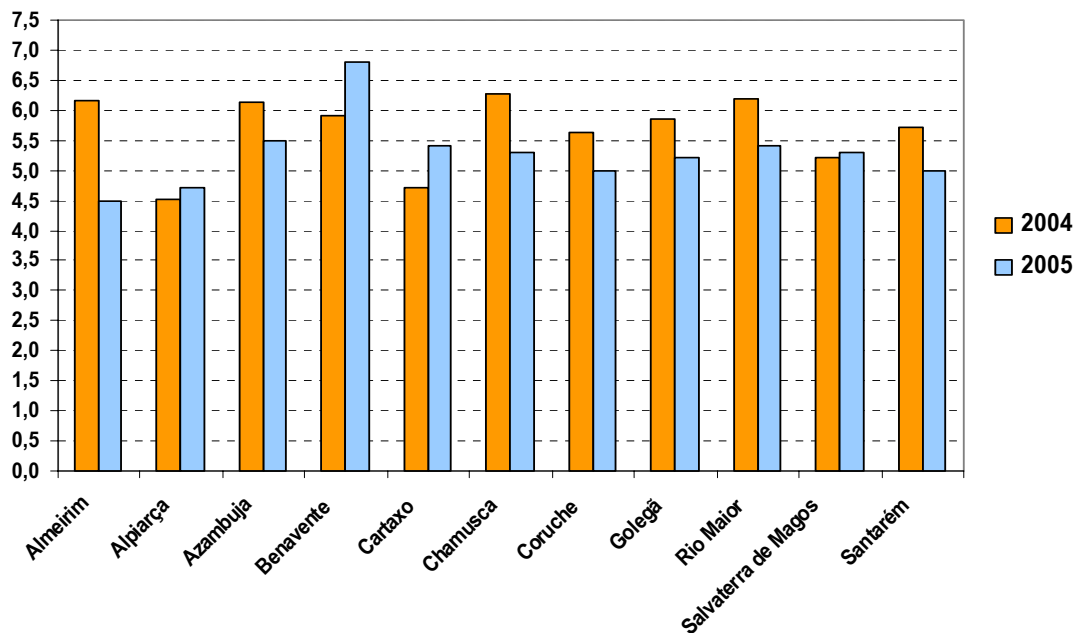


Gráfico 93

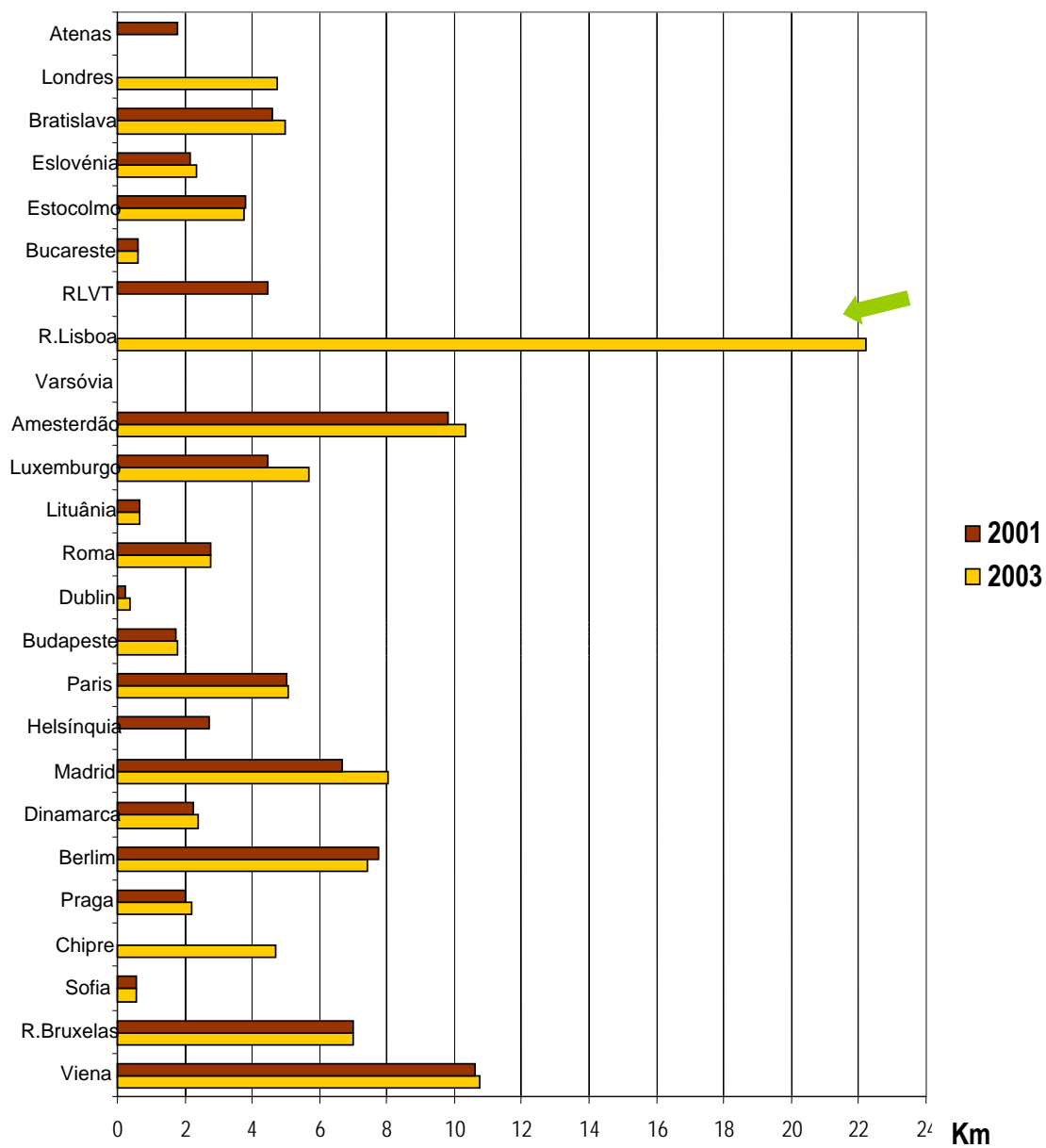
N.º de acidentes com vítimas por concelhos da Lezíria do Tejo
(por 1000 habitantes)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 94

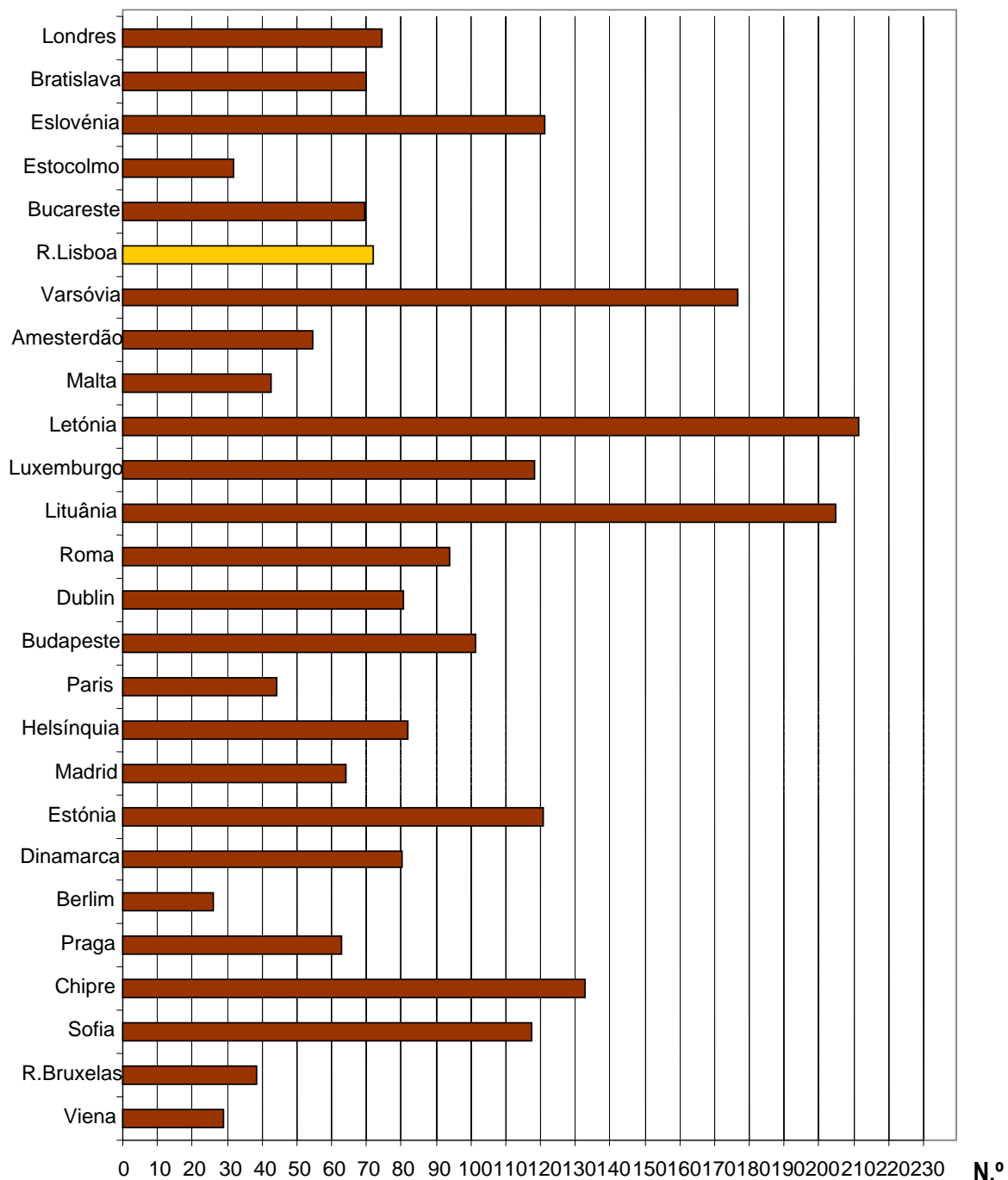
Densidade das auto-estradas nas regiões capitais europeias
 (n.º de Km por 100Km²)



Fonte: EUROSTAT - 2006

Gráfico 95

Mortes nas estradas nas regiões capitais europeias
por milhão de habitantes em 2003



Fonte: EUROSTAT - 2006

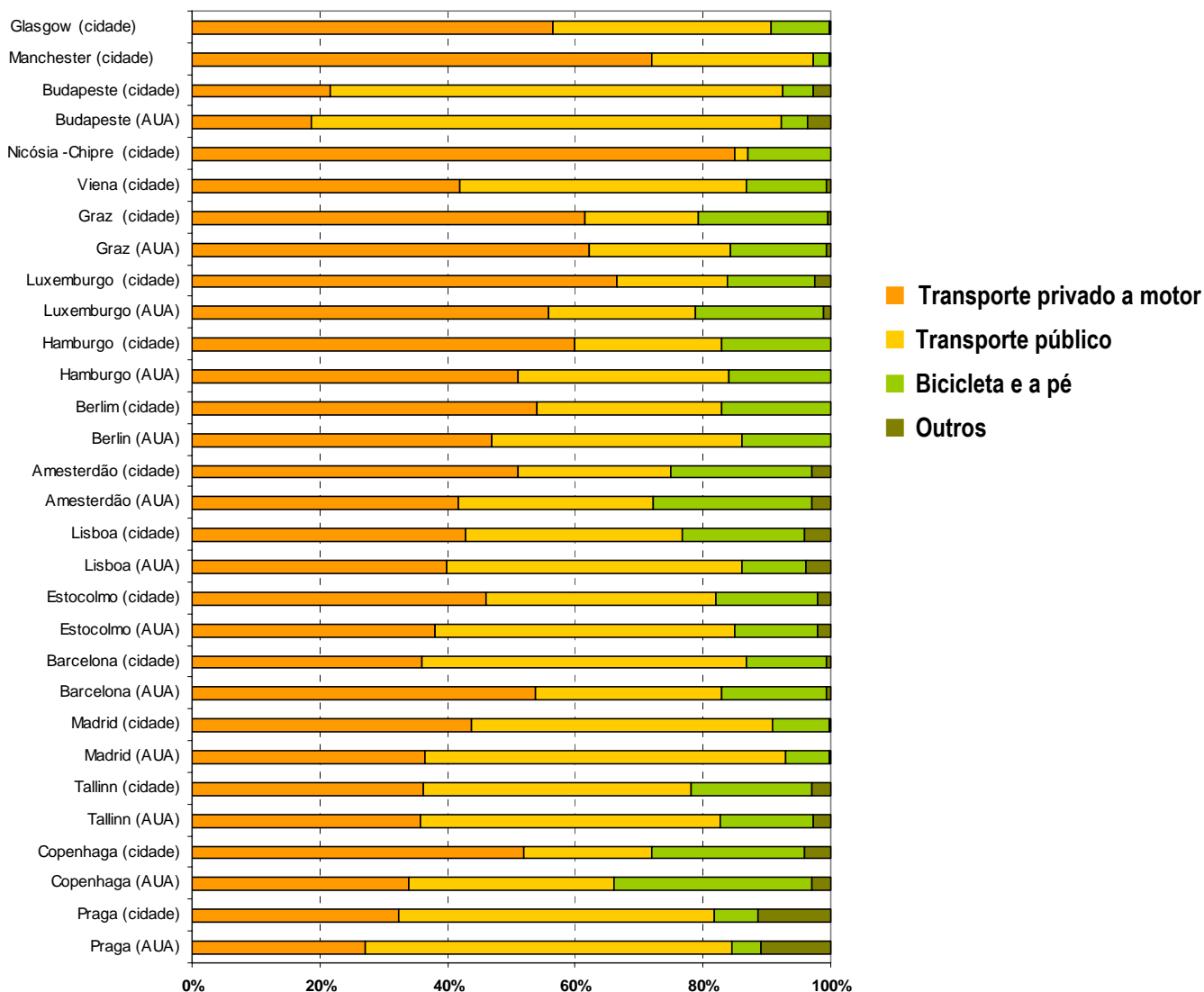
B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

B.4.3 - MOBILIDADE

O seguinte gráfico permite-nos visualizar o tipo de transporte utilizado nas deslocações para o trabalho em algumas cidades das regiões europeias, a dois níveis: dos que vivem dentro das cidades, e dos que vivem na 2ª coroa (caracterizado pelo EUROSTAT por Área Urbana Alargada). Lisboa ultrapassa os 40% de uso de transporte privado apesar da maioria dos que vivem na 2ª coroa já utilizarem preferencialmente os transportes públicos.

Gráfico 96

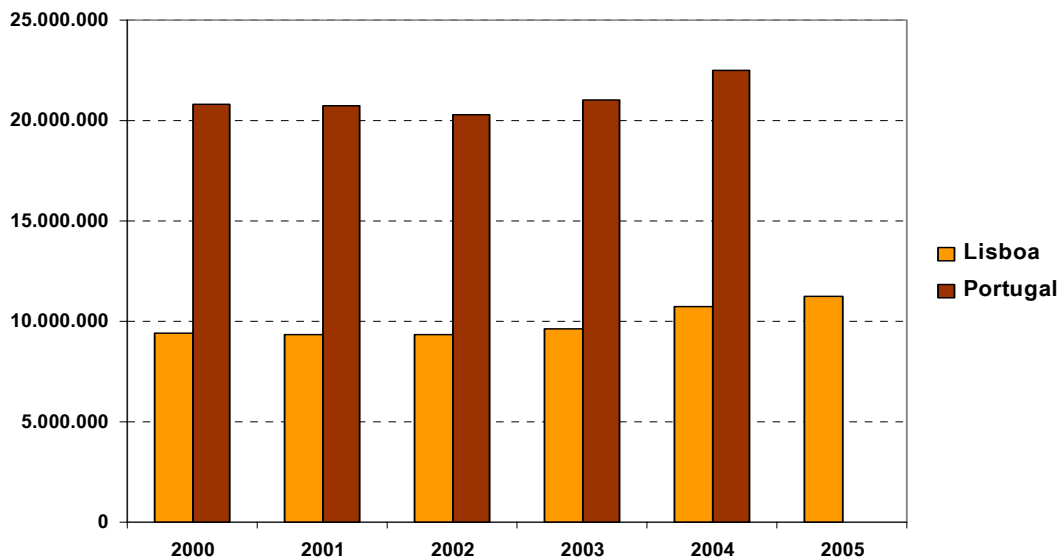
Principal meio de transporte utilizado nas deslocações para o trabalho
AUA – Área Urbana Alargada (definição EUROSTAT)



Fonte: EUROSTAT - 2005

Gráfico 97

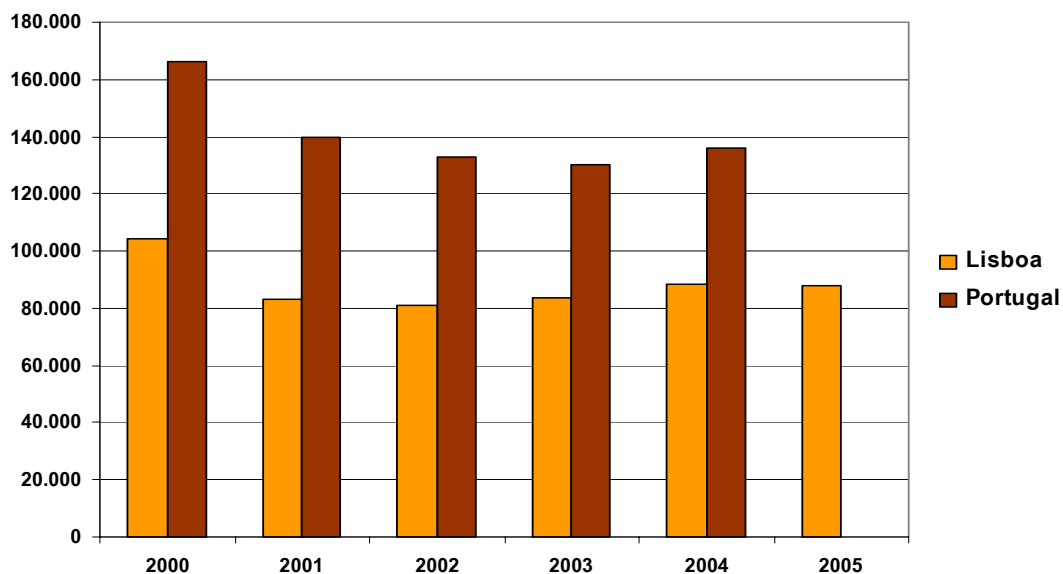
N.º de passageiros comerciais nos aeroportos



Fonte: ANA – 2005 / INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 98

Carga comercial registada nos aeroportos
(em toneladas)



Fonte: ANA – 2005 / INE – Anuários Estatísticos

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

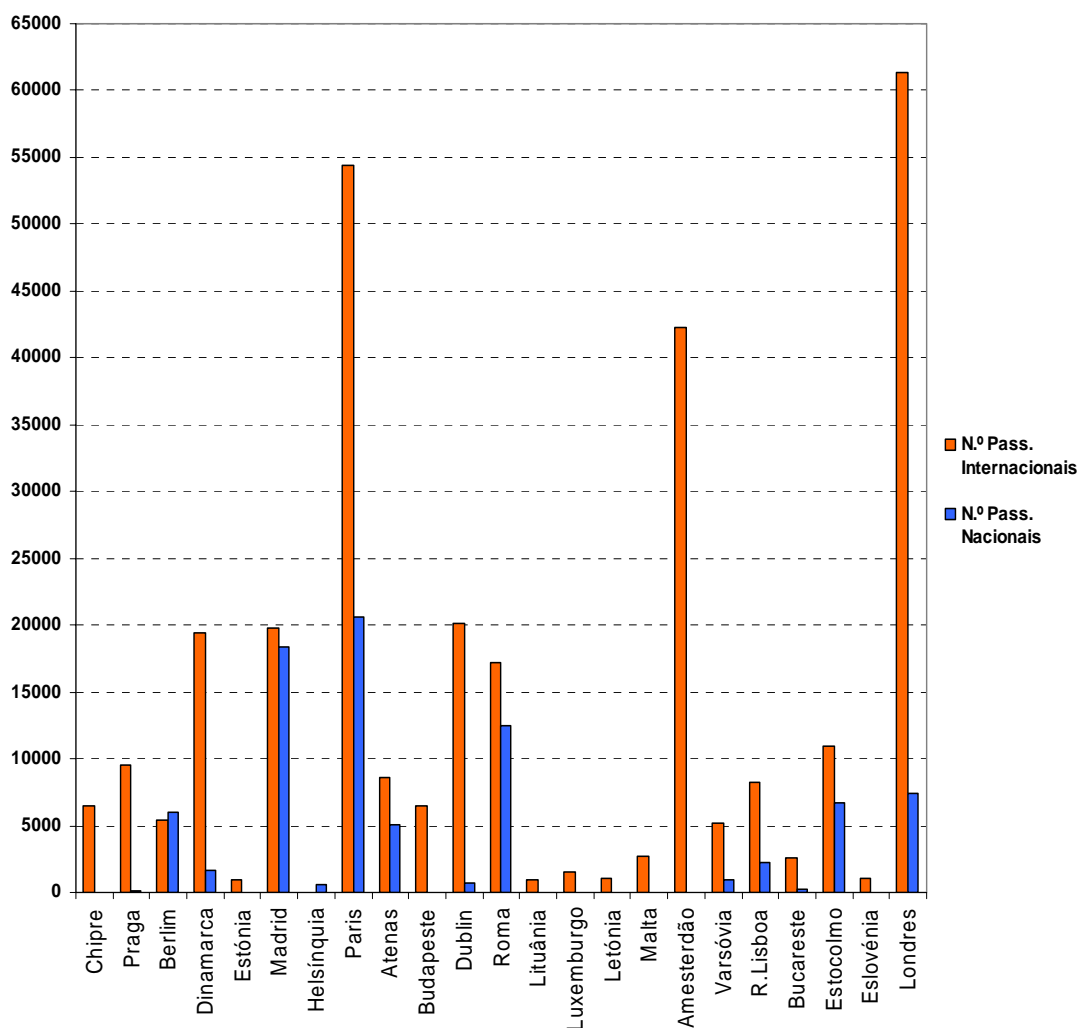
B.4.3 - MOBILIDADE

Quanto ao tráfego de passageiros do Aeroporto da Portela, continua a verificar-se um aumento significativo, atingindo em 2005 mais de 11 milhões de passageiros. Em relação à carga comercial em tráfego, que estabilizou nos últimos anos, sofreu em 2005 uma diminuição, provavelmente devido ao facto de o aeroporto estar a atingir uma situação limite nesta área.

Se tivermos em conta os valores disponíveis das regiões capitais europeias quanto ao número de passageiros nos seus aeroportos, em 2004, Lisboa continua a ocupar uma posição bastante baixa, ao mesmo nível que Atenas, superando apenas algumas capitais europeias dos novos países da União.

Gráfico 99

N.º de passageiros comerciais nos aeroportos das capitais europeias - 2004
(em milhares)



Fonte: EUROSTAT - 2006

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante) 2000 - 2004	25
2	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante), concelhos da AML 2003-2004	26
3	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante) concelhos do Oeste 2003-2004	27
4	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante) concelhos do Vale do Tejo 2003-2004	27
5	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) 2000 - 2004	28
6	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) concelhos da Grande Lisboa 2003-2004	29
7	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) concelhos da Península de Setúbal 2003-2004	30
8	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) concelhos do Oeste 2003-2004	30
9	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) concelhos do Médio Tejo 2003-2004	31
10	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante) concelhos da Lezíria do Tejo 2003-2004	31
11	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, 2000 - 2004	32
12	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, concelhos da Grande Lisboa 2003-2004	33
13	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, concelhos da Península de Setúbal 2003-2004	33
14	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, concelhos do Oeste 2003-2004	34
15	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, concelhos do Médio Tejo 2003-2004	34
16	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água, concelhos da Lezíria do Tejo 2003-2004	35
17	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante), 2000 - 2004	36
18	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante) concelhos da Grande Lisboa 2003-2004	37
19	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante) concelhos da Península de Setúbal 2003-2004	37
20	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante), concelhos do Oeste 2003-2004	38
21	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante), concelhos do Médio Tejo 2003-2004	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

22	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante), concelhos da Lezíria do Tejo 2003-2004	39
23	Tratamento: caudal captado sujeito a tratamento (%), 2000-2004	40
24	Tratamento: caudal captado sujeito a tratamento (%), Grande Lisboa	41
25	Tratamento: caudal captado sujeito a tratamento (%), Oeste	42
26	Tratamento: caudal captado sujeito a tratamento (%), Médio Tejo	42
27	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, 2000 - 2004	43
28	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, Grande Lisboa, 2003 - 2004	44
29	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, Península de Setúbal, 2003 - 2004	44
30	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, Oeste, 2003 - 2004	45
31	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, Médio Tejo, 2000 - 2004	45
32	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, Lezíria do Tejo, 2000 - 2004	46
33	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais , 2000 - 2004	47
34	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais, Grande Lisboa 2003-2004	48
35	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais, Península de Setúbal 2003-2004	48
36	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais , Oeste, 2003-2004	49
37	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais, Médio Tejo, 2003-2004	49
38	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais , Lezíria do Tejo, 2003-2004	50
39	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, 2000-2004	51
40	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, Grande Lisboa, 2003-2004	52
41	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, Península de Setúbal, 2003-2004	52
42	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, Oeste, 2003-2004	53
43	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, Médio Tejo, 2003-2004	53
44	Tratamento: Taxa de tratamento de águas residuais domésticas, Lezíria do Tejo, 2003-2004	54
45	Recolha: RSU recolhidos por habitante (Kg) 2000-2005	55
46	Recolha: RSU com recolha selectiva (em %) 2000 - 2005	56
47	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), 2000 - 2004	57
48	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), Grande Lisboa	58

ÍNDICE DE GRÁFICOS

49	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), Península de Setúbal	58
50	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), Oeste	59
51	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), Médio Tejo	59
52	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante), Lezíria do Tejo	60
53	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), 2000 - 2004	61
54	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), Grande Lisboa	62
55	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), Península de Setúbal	62
56	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), Oeste	63
57	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), Médio Tejo	63
58	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante), Lezíria do Tejo	64
59	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, 2000 - 2005	65
60	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, AML	66
61	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, Oeste	67
62	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, Vale do Tejo	67
63	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, 2000 - 2005	68
64	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, AML	69
65	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, Oeste	70
66	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, Vale do Tejo	70
67	% de dormidas de hóspedes estrangeiros em hotéis e parques de campismo face ao total de dormidas, nas regiões capitais europeias (2003)	72
68	% de camas em hotéis e estabelecimentos similares face ao total de camas, nas regiões capitais europeias (2003)	73
69 e 70	Televisão por cabo: N.º de alojamentos cablados, 2000 - 2005	74
71 e 72	Televisão por cabo: N.º de assinantes, 2000 - 2005	75
73	Televisão por cabo: N.º de assinantes por mil habitantes, 2000 - 2005	76
74	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, 2000 - 2005	77
75	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelhos da Grande Lisboa, 2004 - 2005	78
76	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelhos da Península de Setúbal, 2004 - 2005	78
77	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelhos do Oeste, 2004 - 2005	79
78	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelhos do Médio Tejo, 2004 - 2005	79

79	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes, por concelhos da Lezíria do Tejo, 2004 - 2005	80
80	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), 2000 - 2005	81
81	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), Grande Lisboa	82
82	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), Península de Setúbal	83
83	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), Oeste	83
84	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), Médio Tejo	84
85	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante), Lezíria do Tejo	84
86	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, 2000 - 2005	85
87	Acidentes com vítimas mortais por 10.000 habitantes, 2000 - 2005	85
88	Mortos por 100 acidentes de viação com vítimas, 2000 - 2005	86
89	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, Grande Lisboa	89
90	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, Península de Setúbal	89
91	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, Oeste	90
92	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, Médio Tejo	90
93	Acidentes com vítimas por 1000 habitantes, Lezíria do Tejo	91
94	Densidade das auto-estradas nas regiões capitais europeias (2001 e 2003)	92
95	Mortes nas estradas nas regiões capitais europeias por milhão de habitantes (2003)	93
96	Principal meio de transporte utilizado nas deslocações para o trabalho em algumas regiões europeias	94
97	N.º de passageiros comerciais no aeroporto de Lisboa, 2000-2005	95
98	Carga comercial registada no aeroporto de Lisboa, 2000 - 2005	95
99	N.º de passageiros comerciais nos aeroportos das regiões capitais europeias em 2004	96

DOMÍNIO PESSOAS

C



Apreciação geral

Este Relatório 4 emerge numa conjuntura onde as dificuldades económicas do país se continuam a verificar e são poucos os indicadores com sinal positivo no que se refere à área “Pessoas” muito centrada na qualificação, emprego e rendimentos. Claro que a maior região do País apresenta valores nos indicadores que são superiores às médias nacionais, em quase todos os níveis analisados, mas a sua comparação internacional, e mais preocupante ainda a sua evolução nos últimos anos, continua a apresentar grandes debilidades.

Um envelhecimento controlado pelos fenómenos migratórios

A região mantém o seu crescimento demográfico e o envelhecimento da população embora se verifique que não é ainda alarmante pois é largamente compensado pelas entradas de imigrantes. A Grande Região de Lisboa com os seus 3,6 milhões de habitantes representa 1/3 da população do país e a área metropolitana com 2,8 milhões de habitantes representa mais de ¼ (26%) da população nacional. As migrações internacionais vêem a sua importância aumentar até se tornarem a principal componente do crescimento demográfico no início dos anos 90.

Um sistema de ensino em evolução demasiado lenta

O sistema de ensino apresenta indicadores de desigual tendência. Enquanto no primeiro ciclo, desde o ano lectivo 2001/2002 se regista uma tendência de diminuição do abandono e da retenção, no 2º ciclo elevam-se substancialmente as taxas de retenção e de abandono sendo mais negativas do que as registadas ao nível nacional.

Em comparação com as regiões capitais europeias, Lisboa é a 4ª capital com menor percentagem de estudantes em ensino vocacional – 4,8% em 2005 sendo mesmo ultrapassada por todas as restantes regiões portuguesas. Mesmo considerando a totalidade dos alunos que frequentam o ensino tecnológico e acrescentando os alunos de ensino profissional, Lisboa está ainda longe das metas previstas de cobertura – 35% para 2013 e 50% para 2020, quando em 2004/2005 perfazia 21,9%. Para a

região de Lisboa chegar a esta meta terá de aumentar em cerca de 60% o actual número de alunos nestes tipos de ensino (no conjunto), o que significa oferecer cerca de 1.500 novos alunos/ano em ensino tecnológico e profissional no período de programação financeira do QREN.

Um agravamento do desemprego

Também as dinâmicas do mercado de trabalho apresenta graves dificuldades em conseguir incluir todos nomeadamente os mais jovens, fortemente penalizados na actual conjuntura. Inversamente, as mulheres que aumentam a sua inserção no mercado estando com níveis de desemprego inferiores aos homens, situação que é frequente em contexto de crise devido aos mais baixos salários femininos.

Acompanhando a tendência de crescimento continuado da taxa de desemprego desde 2002, Lisboa é a 2ª região do país com a taxa de desemprego mais elevada no 2º trimestre de 2007 – 9% - sendo apenas ultrapassada pela região Norte com uma taxa de desemprego de 9,4%.

Na comparação com as capitais europeias, Lisboa é a 9ª capital com a taxa de desemprego mais elevada – distante, no entanto, de Berlim, com uma taxa de desemprego de 19,4%, e de Praga com 3,5%, em 2005. Situação idêntica se identifica na análise da taxa de desemprego feminino. Berlim mantém a mais elevada taxa de desemprego feminino (17,1%) e Dublin a mais baixa (3,8%), elevando Lisboa uma posição no ranking (8ª capital com a taxa de desemprego feminino mais elevada em 2005).

Apesar dos indicadores serem de alerta para a região, deve salientar-se que, em termos absolutos, a RLVT, ou mesmo só a AML, têm vindo a perder desempregados desde 2004. As variações mensal e homóloga do desemprego, em Julho de 2007, disso são exemplificativas. Apenas se regista uma variação mensal positiva do desemprego no Oeste (1,98%) e praticamente residual no Médio Tejo (0,08%). A variação homóloga dos desempregados foi, em todas as sub-regiões, negativa – menos acentuada no Oeste (com perda anual de 6,5%) e mais na Península de Setúbal que registou uma diminuição de 15,5% de desempregados de Julho de 2006 a Julho de 2007.

Esta situação de incapacidade de absorção dos activos, é sentida pelos cidadãos da capital, pois as sondagens internacionais referenciam que, quer na percepção sobre as oportunidades de emprego, quer na percepção sobre a facilidade em encontrar habitação a um preço razoável, se destaca um posicionamento negativo dos lisboetas. Lisboa é a 3ª capital com menor valor no índice sintético que mede a percepção sobre as oportunidades de emprego (19% em 2006). O maior optimismo no acesso ao emprego era sentido pelos residentes de Praga e Copenhaga.

Na análise da percepção sobre a facilidade em encontrar habitação a um preço razoável, os habitantes de Braga revelam a posição mais optimista, com um índice de 68%, tendo Lisboa um valor baixo no índice – situado em 12% - acompanhando a percepção dos habitantes de outras cidades como Amesterdão, Copenhaga e Londres.

Deterioração do poder de compra

Ao nível dos rendimentos e apesar de um trabalhador de Lisboa ganhar, em média, mais 250€/mês do que um trabalhador português no conjunto do país, é muito nítida a deterioração do poder de compra da população da região. Na análise da evolução dos rendimentos das famílias, a região de Lisboa é a segunda que apresentava maiores perdas. De 1999 a 2003, as famílias da região registaram uma perda de 12,7% no seu rendimento. Só a região Centro e Algarve acompanharam a região de Lisboa ao registarem perdas nos rendimentos, se bem que consideravelmente menos acentuadas. Refira-se que na comparação internacional emerge a cidade de Atenas que registou uma variação positiva, superior a 40%.

Não é só nos rendimentos que se registam perdas. A Grande Lisboa vem manifestando a tendência de diminuição no poder de compra, se bem que se mantenha com valores bem mais elevados do que as restantes sub-regiões e mesmo do que o país. As sub-regiões Oeste e Vale do Tejo têm poderes de compra muito próximos e registaram um aumento do poder de compra de 2004 para 2005.

As dificuldades das famílias portuguesas estão bem expressas nos seus níveis de rendimentos que sendo baixos estão ainda em tendência decrescente. Lisboa apresentava a 9ª posição no conjunto das capitais europeias com um rendimento mais baixo, em 2004 pese embora apresente, no contexto do país o valor mais elevado.

Um sistema de saúde ainda com debilidades

Apesar das dificuldades em ter acesso a elementos de informação que permitam um olhar sobre a situação do sistema de saúde, a análise dos diferentes indicadores disponíveis apresenta indicadores de sinal positivo. De facto, há tendências positivas na diminuição da taxa de mortalidade infantil e uma melhoria muito significativa no decréscimo dos novos casos de SIDA (de 2002 a 2005, a RLVT apresentava uma média de 655 novos casos de SIDA por ano mas em 2006, surgiram apenas 32 novos casos, 30 dos quais na AML).

Mas há outros sinais menos positivos no que se refere à cobertura de protecção na saúde – em todas as sub-regiões da Região de Lisboa é visível o aumento do número de habitantes por médico dos centros de saúde. Na Península de Setúbal e Vale do Tejo ultrapassa-se, em 2004, o rácio de 1500 habitantes por médico.

a) Variação da População – tendência de crescimento, em muito devido à imigração

A região de Lisboa apresenta uma tendência de crescimento da população, no entanto, as dinâmicas intra-regionais são diferenciadas. O crescimento demográfico deve-se sobretudo ao crescimento migratório mais do que crescimento natural, e é sobretudo a Península de Setúbal, que apresenta maior variação apresentando um crescimento de 8,4% enquanto que a Grande Lisboa tem 3,7%, entre 2001 e 2006. Neste período a AML captou mais de 100.000 novos habitantes, mas o conjunto das restantes sub-regiões da RLVT também tiveram um aumento idêntico.

Todas as sub-regiões têm manifestado diminuição nas taxas de variação anual da população entre 2001 a 2006. De qualquer forma essa variação tem sido sempre positiva pelo que não se afiguram tendências de diminuição da tendência polarizadora da região ao nível nacional.

De referir que as restantes regiões portuguesas do continente registam o mesmo perfil de crescimento de Lisboa, se bem que manifestem perdas no crescimento migratório e mais baixas taxas de crescimento natural (exceção feita às regiões autónomas e Norte com valores próximos de Lisboa neste indicador).

No quadro europeu, Lisboa é a nona capital com maior crescimento da população. Madrid é a capital com maior valor neste indicador, entre 2000 e 2004, em muito devido a um crescimento migratório elevado do norte de Africa (próximo das 20 por mil pessoas). É nos países do Leste europeu que se encontram as maiores perdas populacionais quer devidas ao crescimento natural, quer migratório negativos.

Entre 2004 e 2005, mais de 16.000 estrangeiros solicitaram estatuto de residente na RLVT, mas cerca de 93% desses pedidos provieram da AML. No entanto, verifica-se uma tendência de diminuição desses pedidos em todas as sub-regiões o que pode revelar um abrandamento nos fenómenos migratórios de massa que têm vindo a manifestar-se na região e no país.

Ao nível intra-regional as performances concelhias são bastante distintas. A cidade de Lisboa continua a perder população (cerca de 2% ao ano), a par de Loures e Amadora se bem que estes últimos não tenham perdas tão significativas. Na Grande Lisboa,

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira revelam os maiores crescimentos populacionais, entre 2001 e 2006.

Para o mesmo período, na Península de Setúbal, as perdas populacionais são visíveis nos concelhos de Barreiro e Almada. É nesta sub-região que se encontram os concelhos com maiores crescimentos de população de toda a região – Alcochete e Sesimbra que têm médias de crescimento anual superiores a 4%.

Alcobaça e Nazaré são os concelhos do Oeste que perdem população no período considerado. Os maiores ganhos populacionais são visíveis em Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço, com médias anuais de cerca de 2%. No Médio Tejo apenas três concelhos têm vindo a registar tendências de crescimento populacional, a saber, Entroncamento, Ourém e Vila Nova da Barquinha. Todos os restantes concelhos da sub-região ou estabilizam a sua população, ou perdem entre 2001 e 2006.

Situação similar pode ser identificada na Lezíria do Tejo. Apenas quatro concelhos revelam tendências de crescimento da sua população: Benavente, Cartaxo, Rio Maior e Salvaterra de Magos.

Tabela 1
População e Variação de 2001 a 2006

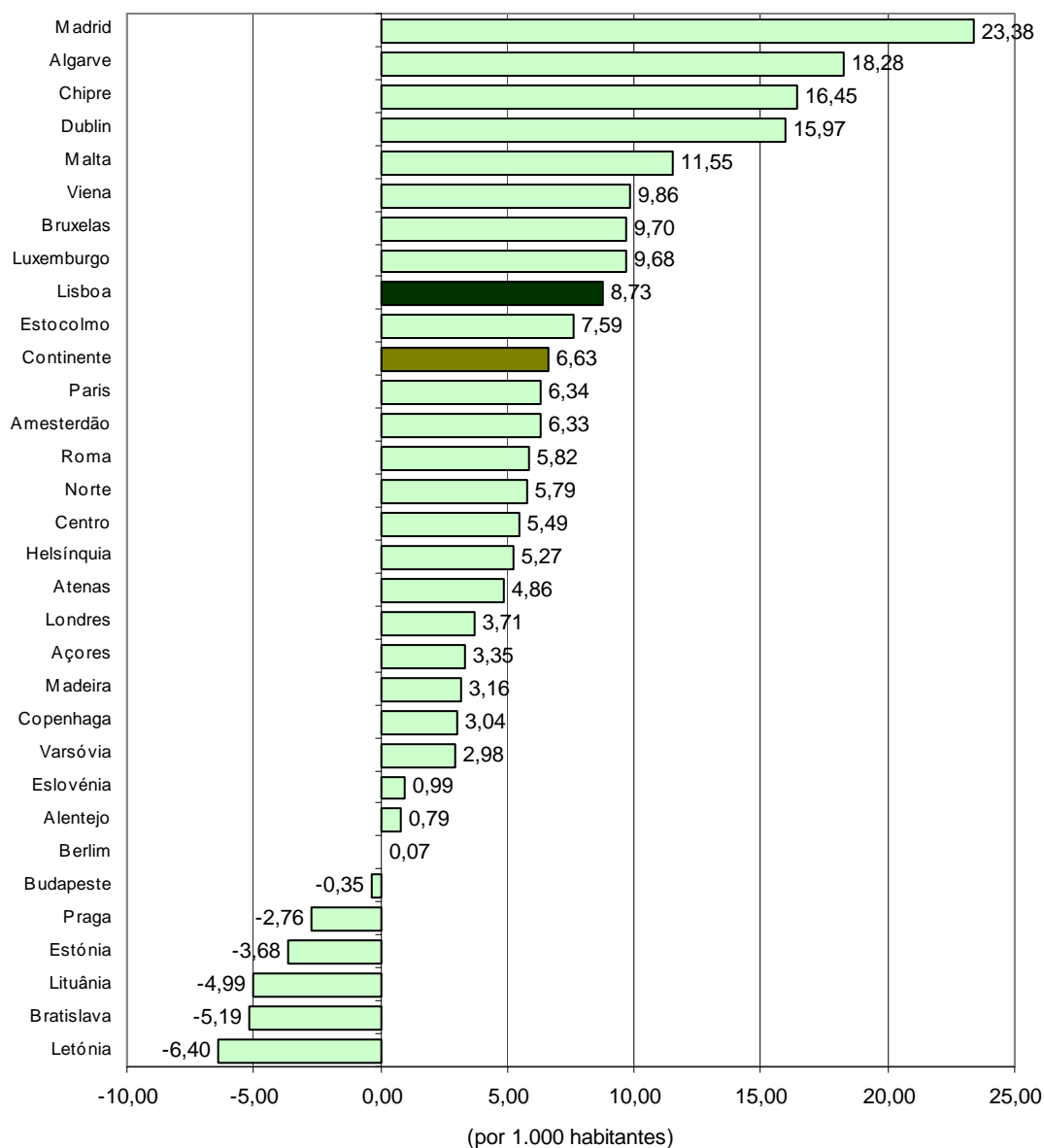
REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		Taxa de Variação
	2001	2006	
Portugal	10.356.117	10.599.095	2,3
Lisboa	2.661.850	2.794.226	5,0
RLVT	3.468.901	3.633.516	4,7
Oeste	340.129	359.362	5,7
Grande Lisboa	1.947.261	2.019.529	3,7
Península de Setúbal	714.589	774.697	8,4
Médio Tejo	226.090	231.207	2,3
Lezíria do Tejo	240.832	248.721	3,3

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 1

Taxa de crescimento da população nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, média de 2000 a 2004

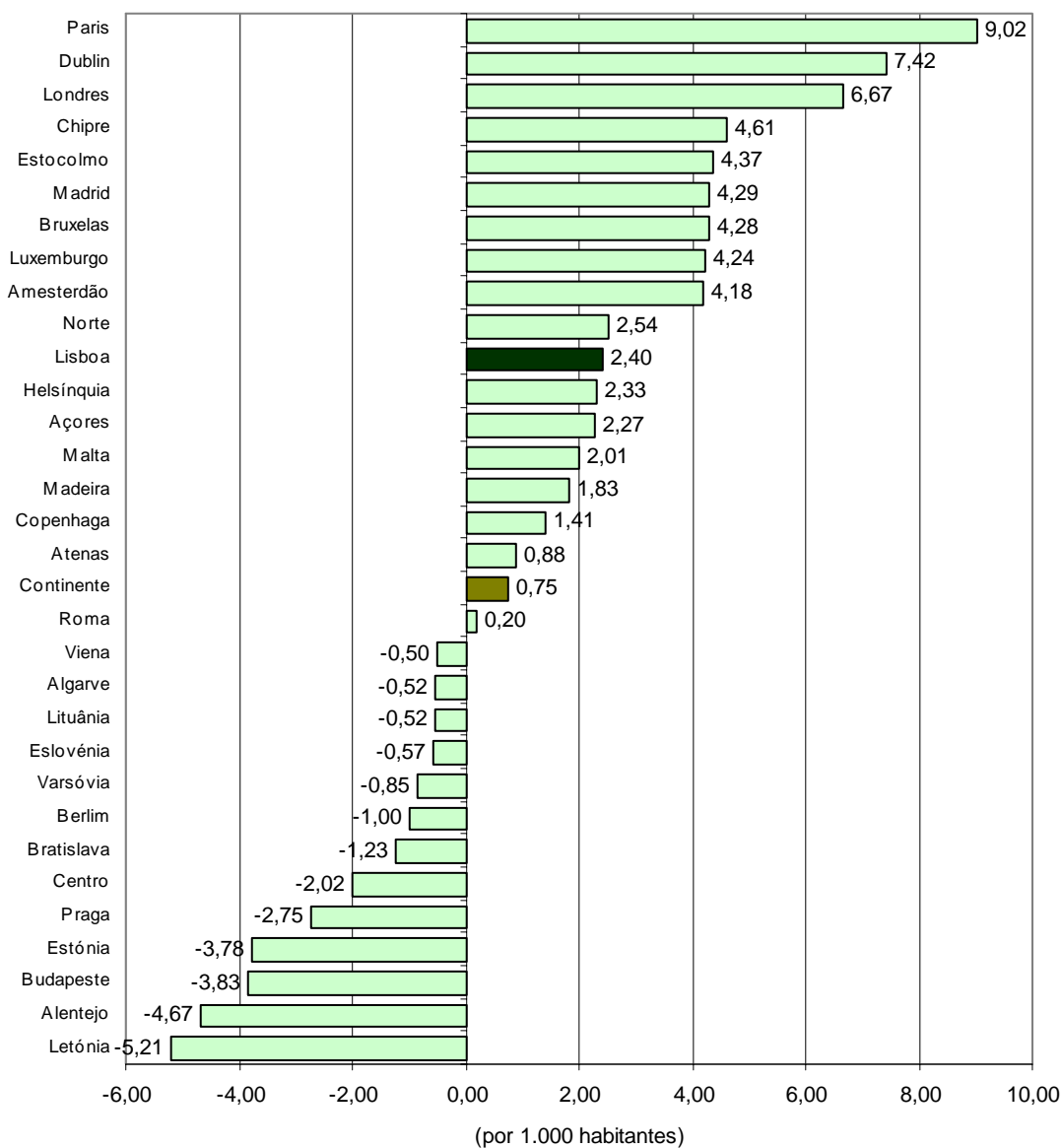


Fonte: EUROSTAT

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 2

Taxa de crescimento natural nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, média de 2000 a 2004

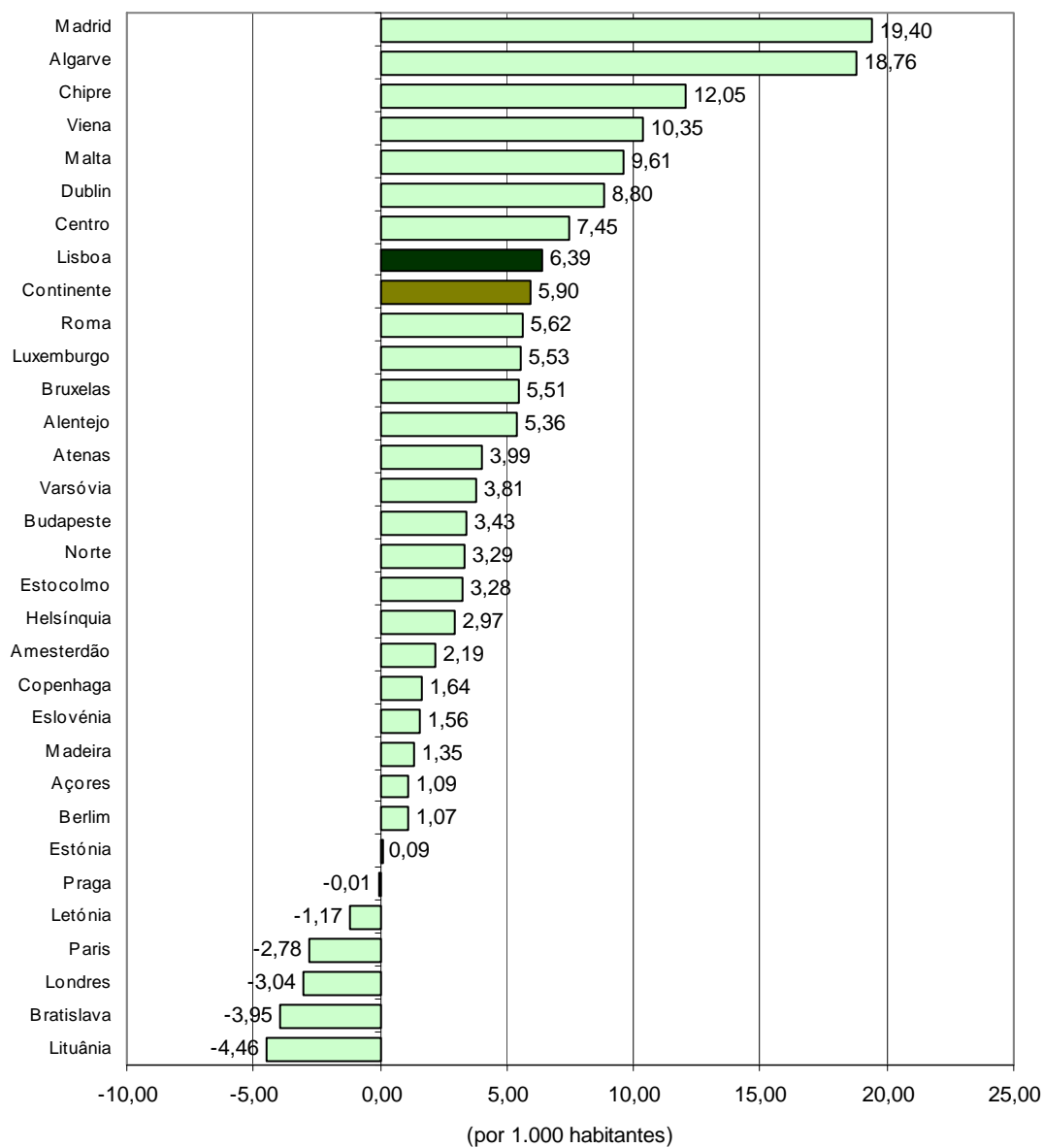


Fonte: EUROSTAT

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 3

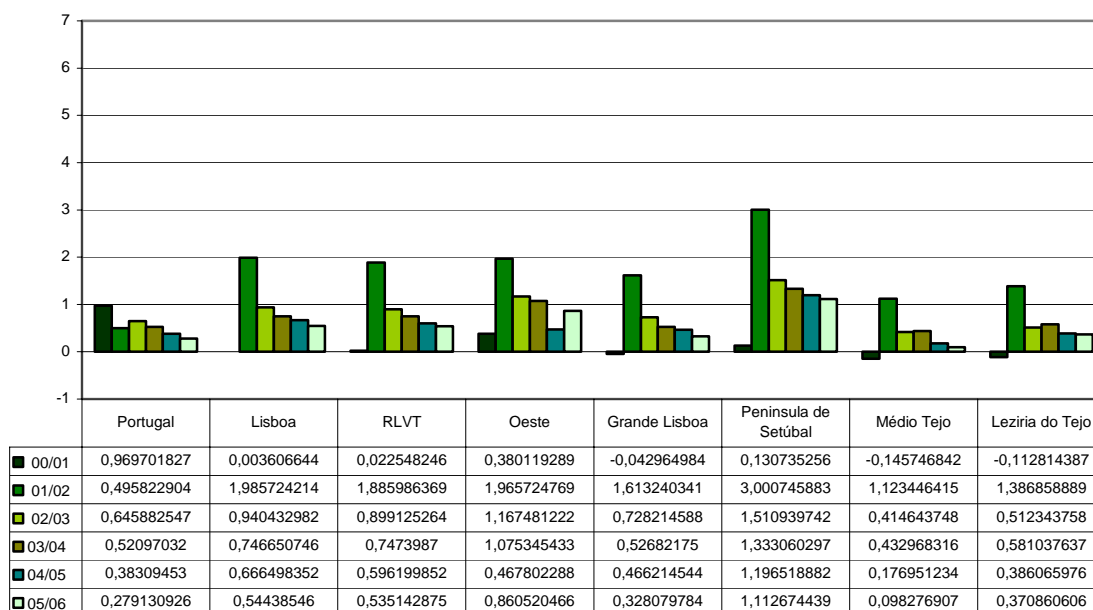
Taxa de crescimento migratório nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, média de 2000 a 2004



Fonte: EUROSTAT

Gráfico 4

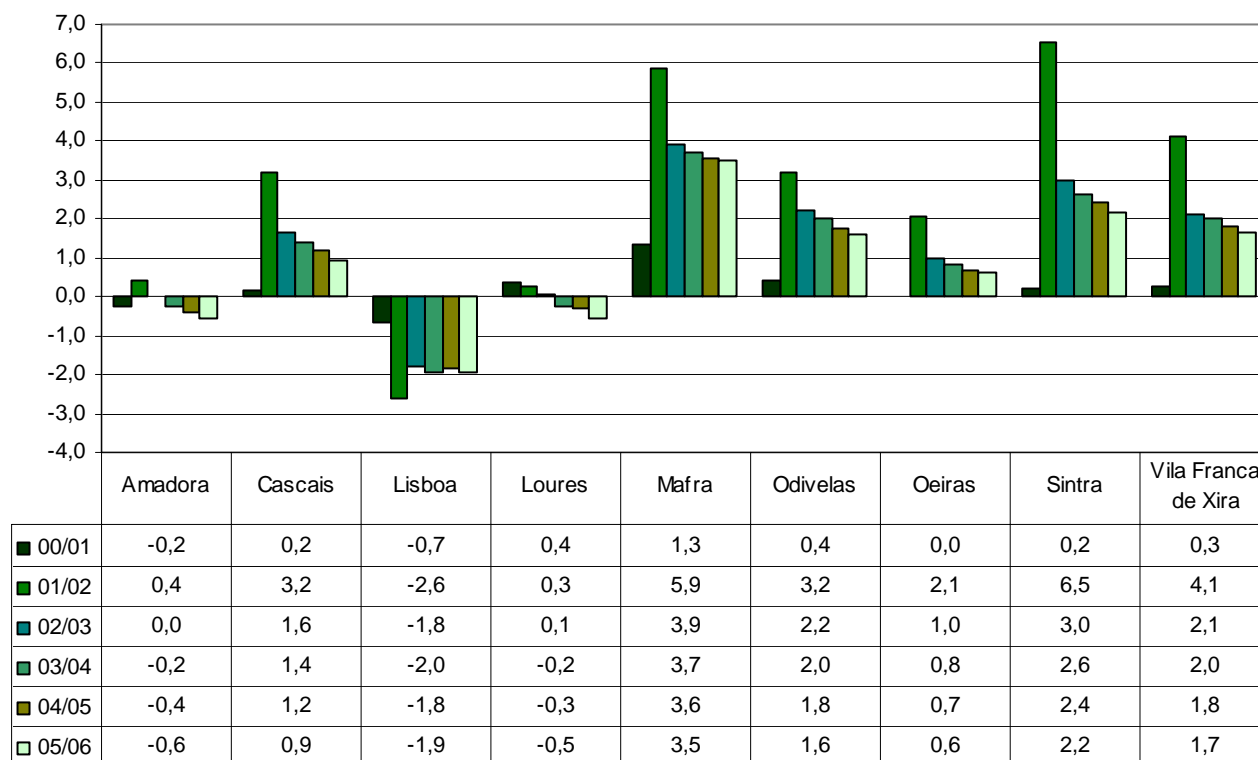
Taxa de Variação da População Residente, por sub-regiões (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 5

Taxa Variação da População Residente nos concelhos da sub-região de **Grande Lisboa** (2000 – 2006)

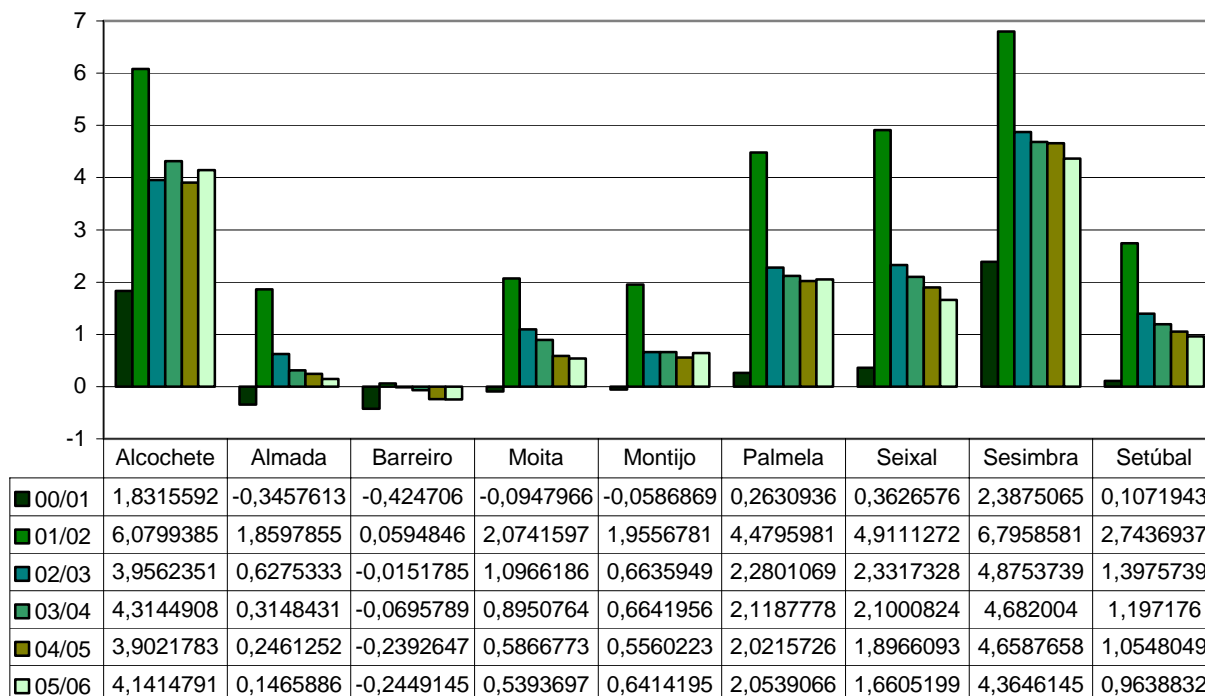


Fonte: INE

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 6

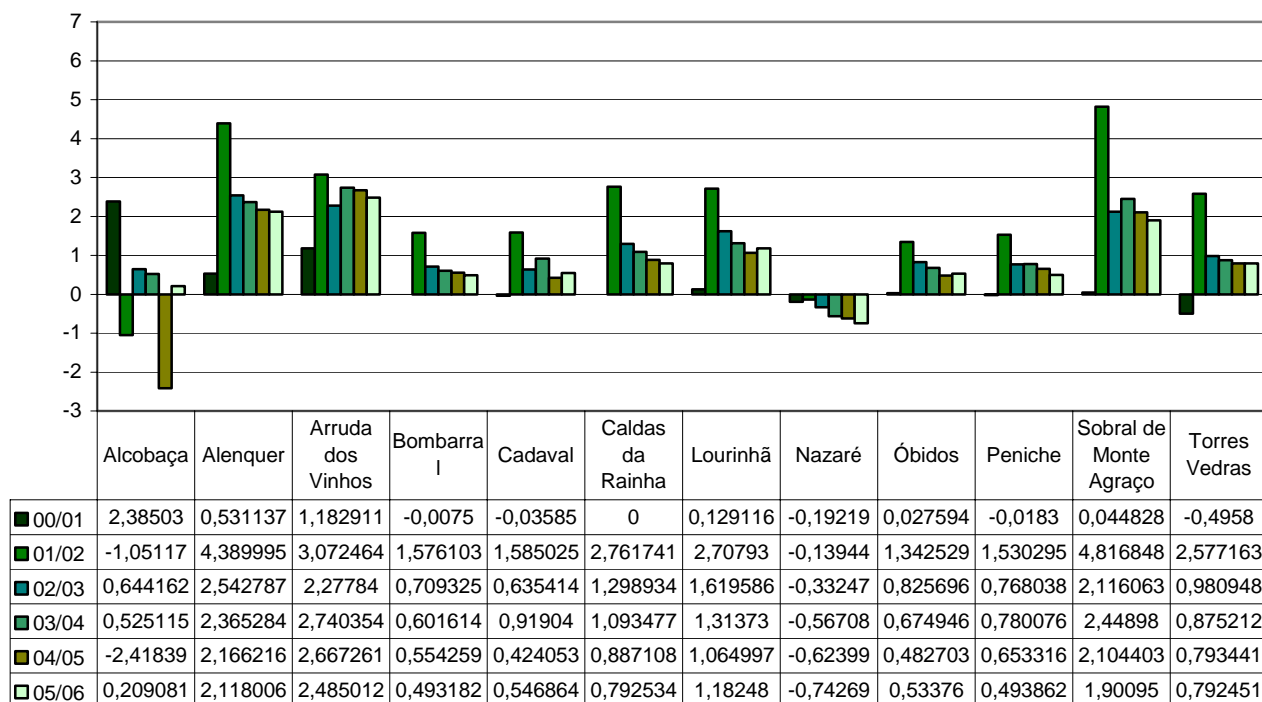
Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 7

Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região Oeste (2000 – 2006)

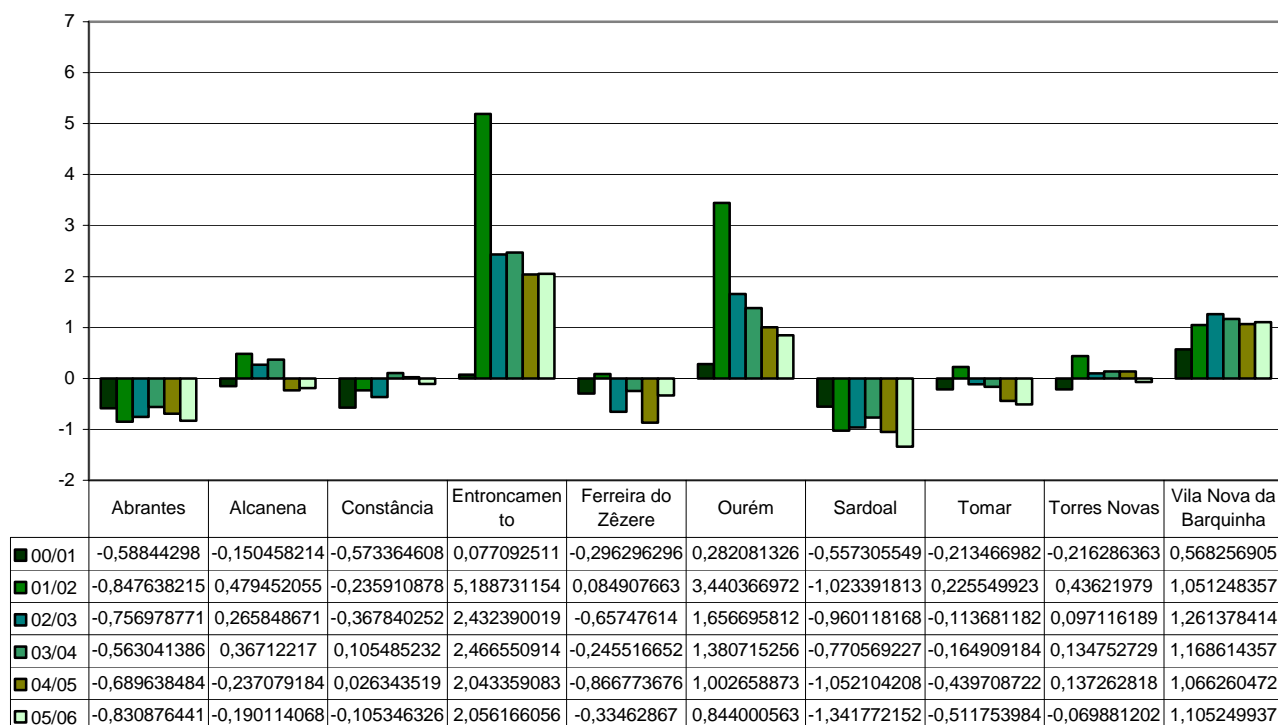


Fonte: INE

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 8

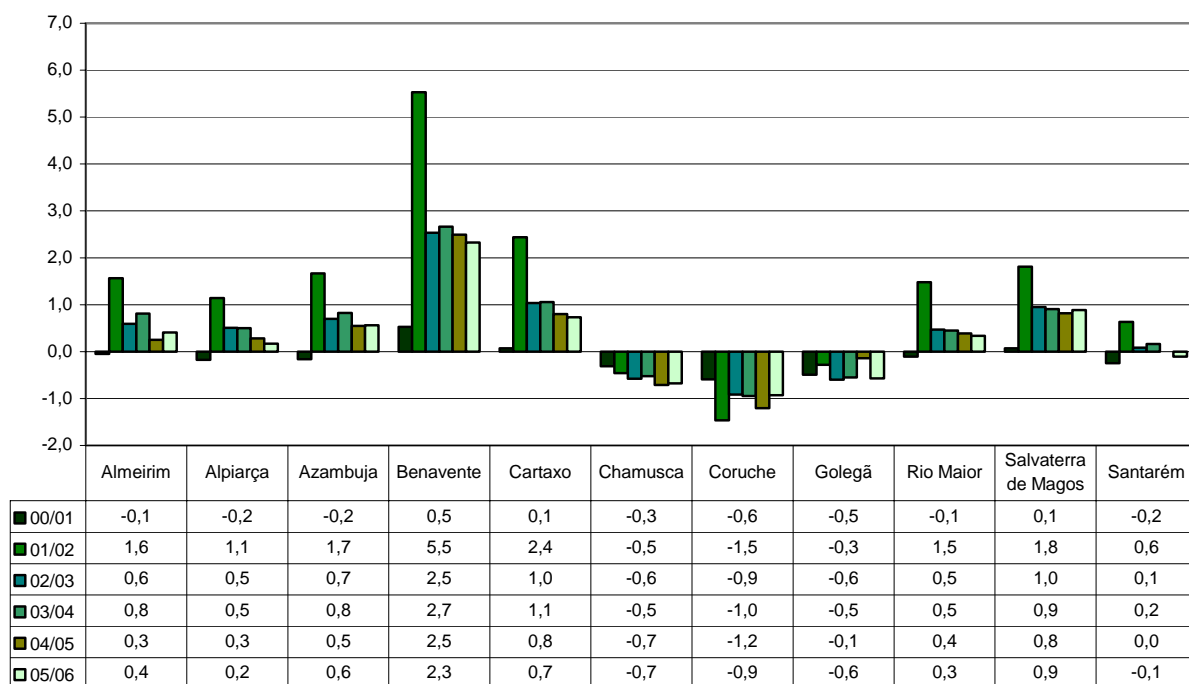
Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região do **Médio Tejo** (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 9

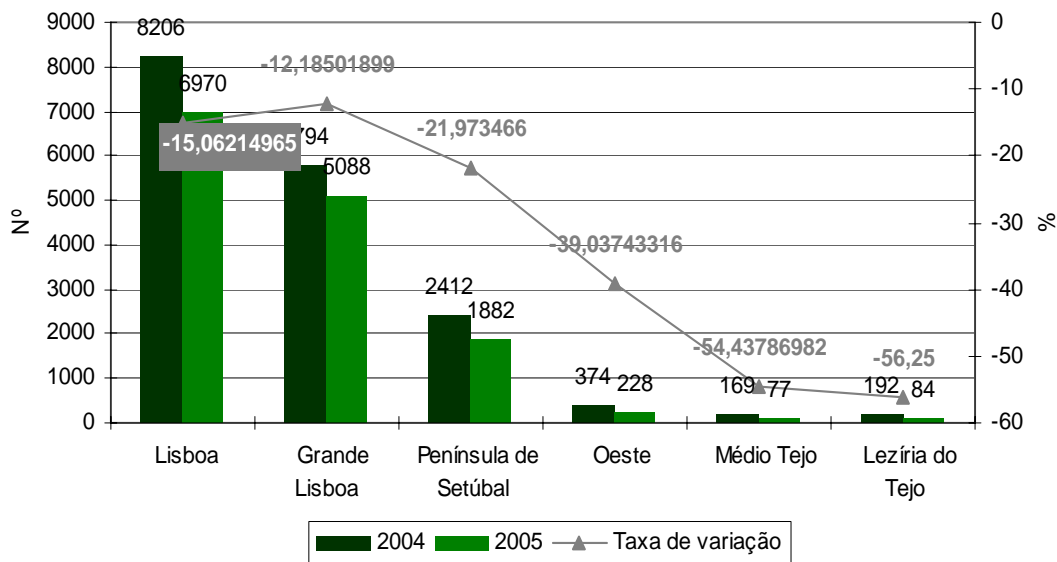
Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região do **Lezíria do Tejo** (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 10

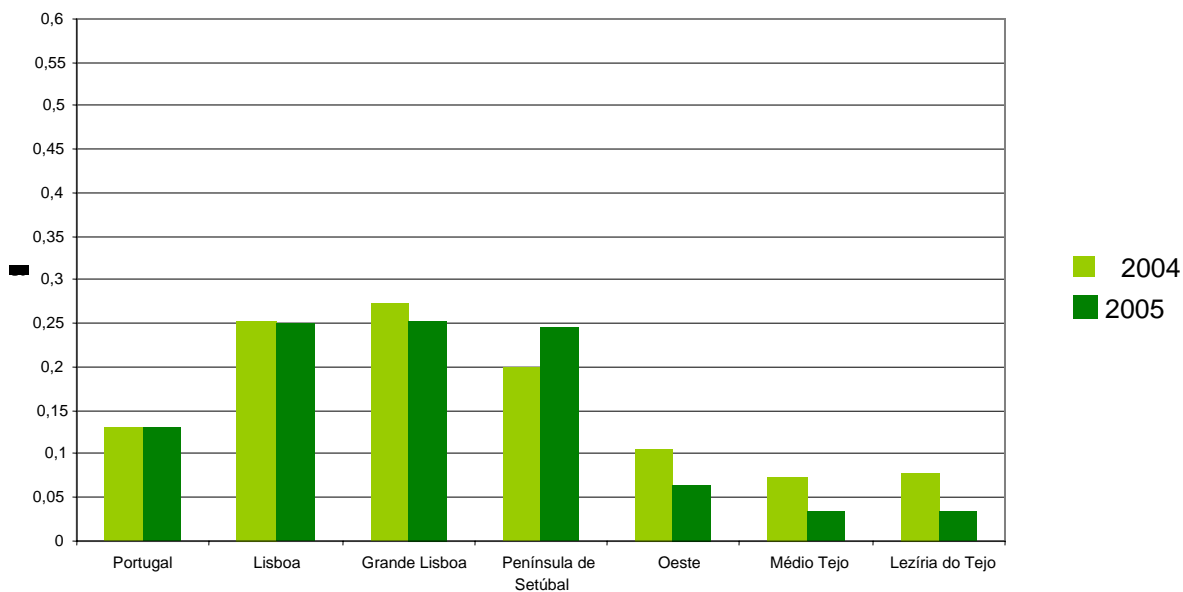
População estrangeira que solicitou o estatuto de residente, 2004 e 2005 e taxa de variação 2004/2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 11

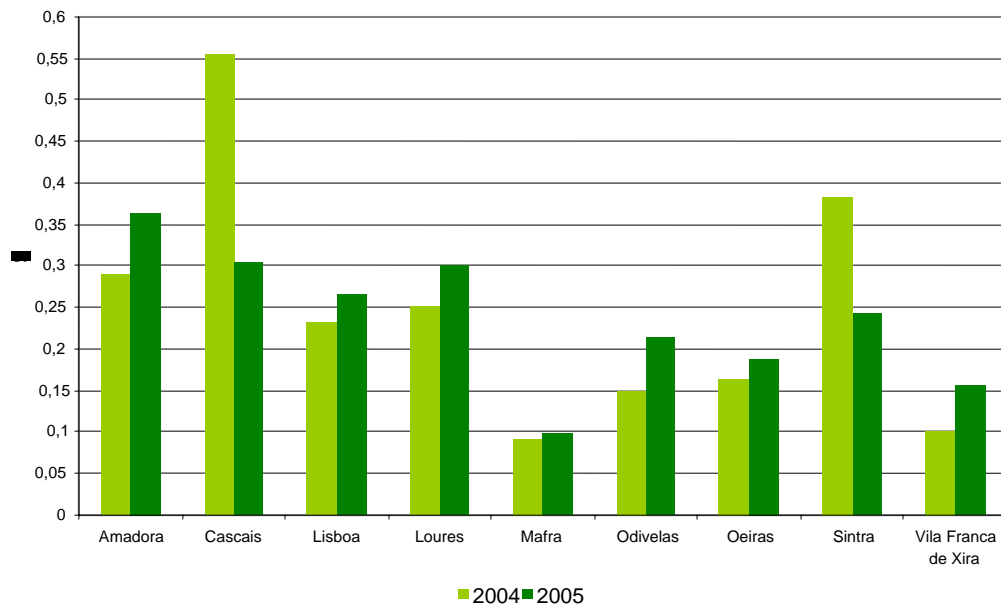
% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 12

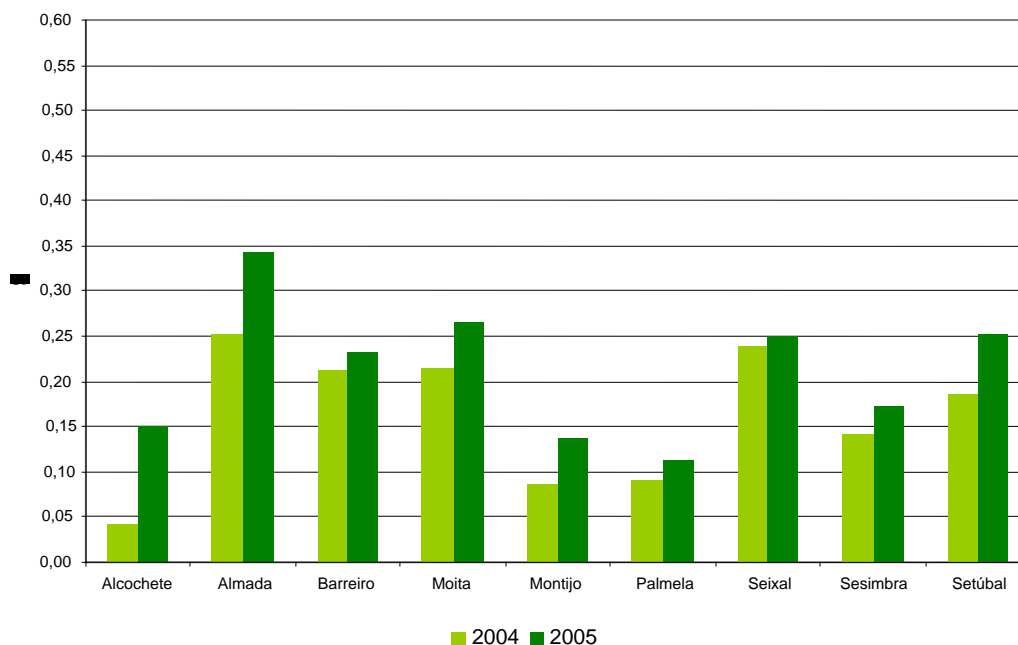
% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 13

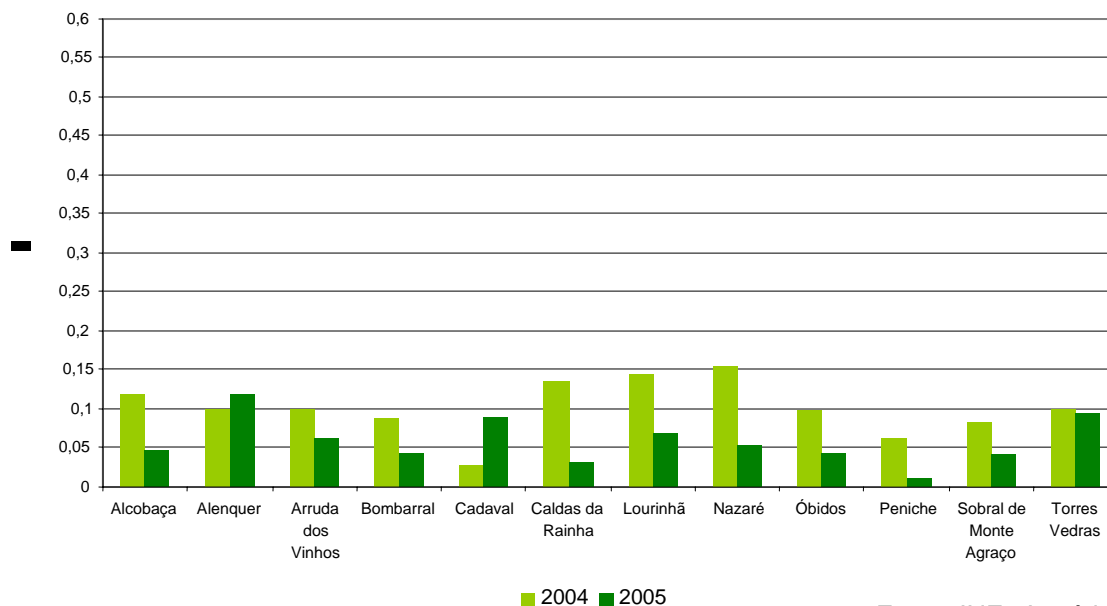
% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 14

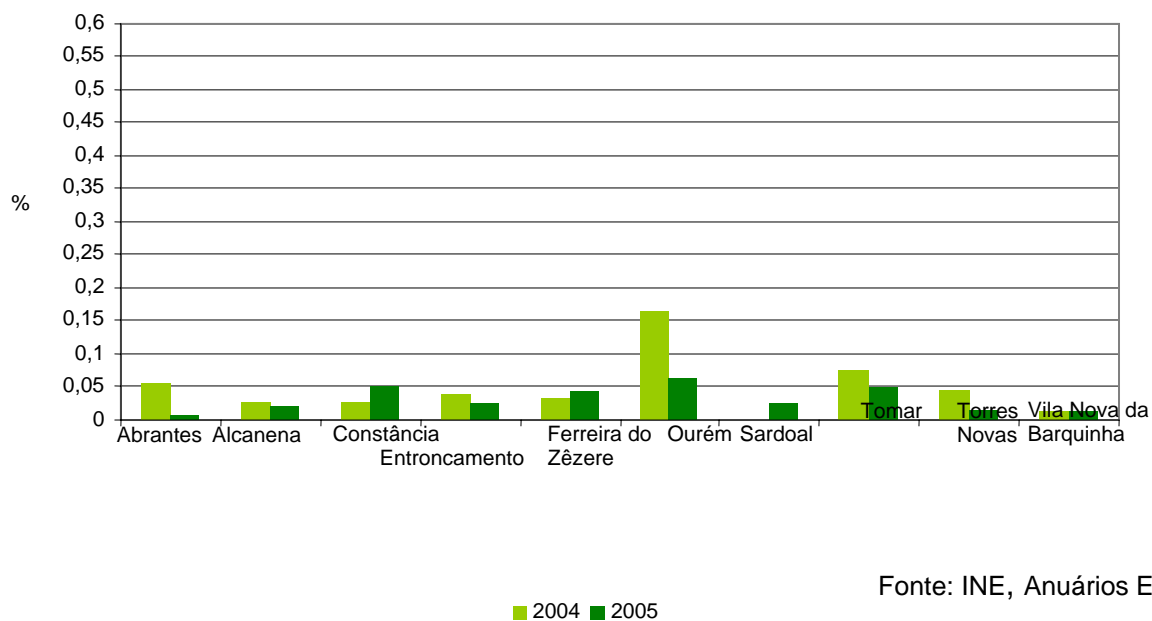
% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos do **Oeste**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 15

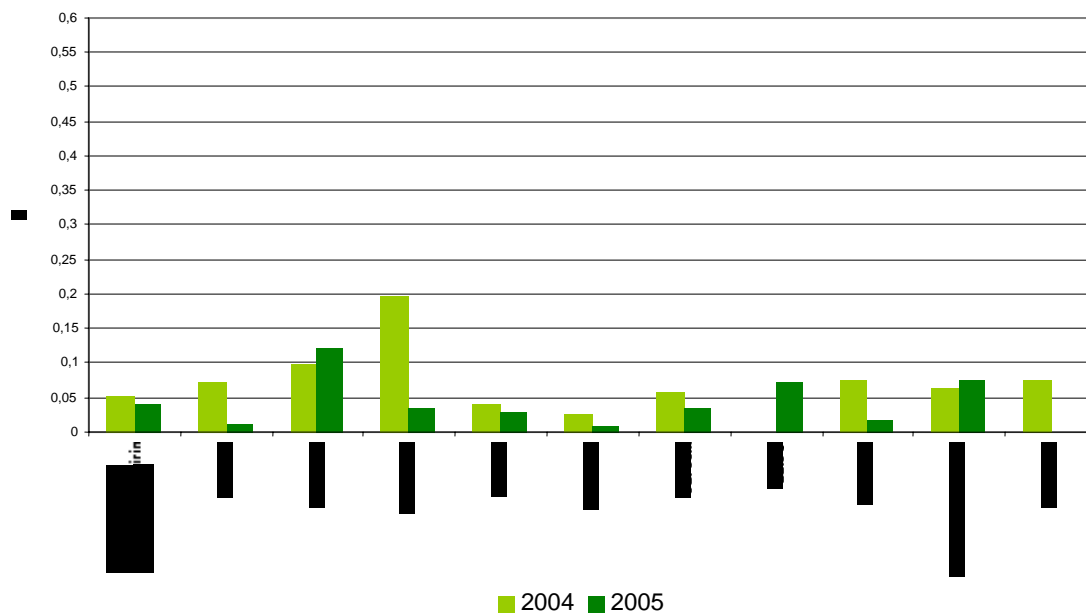
% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos do **Médio Tejo**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 16

% de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

b) Distribuição da população no território

A região continua a polarizar uma parte significativa da população portuguesa. Só a AML concentra 26,4% do total da população nacional, mas se se tiver em consideração a RLVT essa representação eleva-se para 34,3%. Desde 2001 que se verifica uma tendência para a sedimentação desta posição regional.

Na análise da representação dos diferentes concelhos ao nível sub-regional não se verificam diferenças significativas no período de 2000 a 2006. Esta escala temporal já nos permite, no entanto, aferir de algumas tendências que cabe aqui destacar.

Assim, na Grande Lisboa mantém-se a maior representação, em termos populacionais, nos concelhos de Lisboa e Sintra, no entanto, com tendências evolutivas opostas. Lisboa tem vindo a perder representação da sua população – 29,2% em 2000 e 25,2% em 2006 – que se relaciona com a perda, em termos absolutos da população. No entanto, mantém-se como o concelho com mais população na sub-região. Por seu lado, Sintra passou de uma representação de 18,6% em 2000, para 21,2% em 2006, igualmente associada a crescimentos positivos no seu efectivo populacional. De referir que é nestes dois casos que se registam maiores mudanças ao nível de toda a região.

Na Península de Setúbal, Almada e Seixal congregam mais de 40% da população da sub-região, se bem que o primeiro concelho tenha vindo a diminuir a sua população em termos relativos face a ganhos ligeiros do segundo.

Torres Vedras vai mantendo a sua representação na região Oeste, sendo o concelho com mais população – 21,3% em 2006 – seguindo-se os concelhos de Alcobaça (com perdas relativas ligeiras de 16,4% em 2000 para 15,5% em 2006), Caldas da Rainha (com tendência de manutenção da sua representação sub-regional) e Alenquer (com ganhos ligeiros – cerca de 1% no período em análise). De sublinhar que no caso de Alcobaça não se verifica apenas a perda em termos relativos, mas também foi possível identificar perdas absolutas na análise da taxa de variação no período considerado.

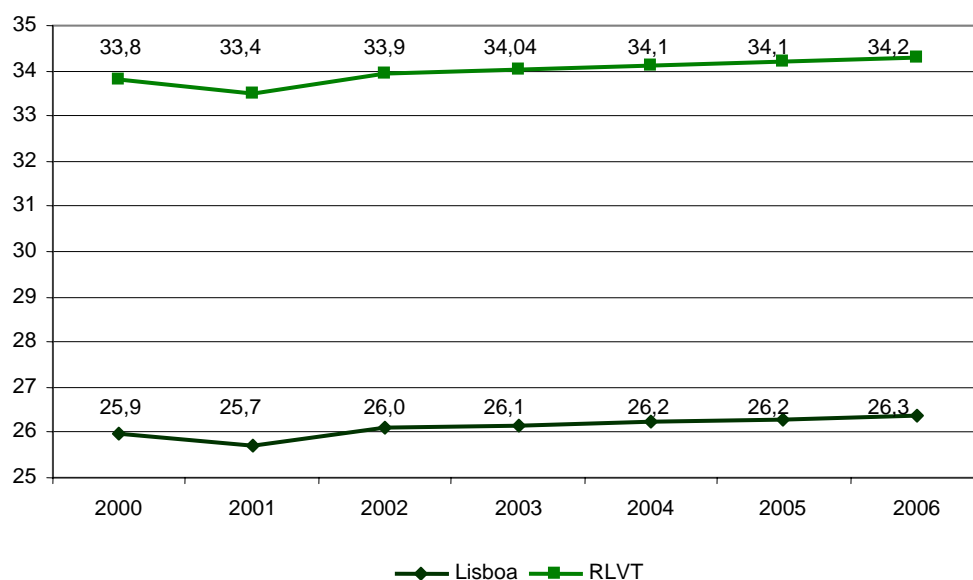
C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Ourém é o concelho do Médio Tejo com mais população, tendo vindo a sedimentar a sua capacidade de captação e manutenção populacional – representava em 2000, 20,4% da população sub-regional passando para 21,7% em 2006. Abrantes e Tomar, apesar de serem concelhos com representação em termos populacionais, têm vindo a diminuir a representação da sua população no quadro sub-regional. Tais tendências estão claramente associadas à variação da população em cada caso – Ourém é dos poucos concelhos da sub-região com aumento populacional, sendo que os outros dois concelhos aqui referidos tiveram perdas dos seus efectivos populacionais no período em análise.

Na Lezíria do Tejo mantém-se o destaque para Santarém, se bem que se registre uma diminuição ligeira da percentagem da sua população face ao total da sub-região – 26,4% em 2000 e 25,8% em 2006. Apenas Benavente evidencia uma tendência de mudança, com 9,6% de população sub-regional em 2000 e 10,9% em 2006. Tal como se verificou na análise da taxa de variação este foi também o concelho com maior crescimento da sua população no período de 2000 a 2006, o que se está a reflectir na distribuição da população na sub-região.

Gráfico 17

% de população na Região de Lisboa e na RLVT face ao país (2000 – 2006)

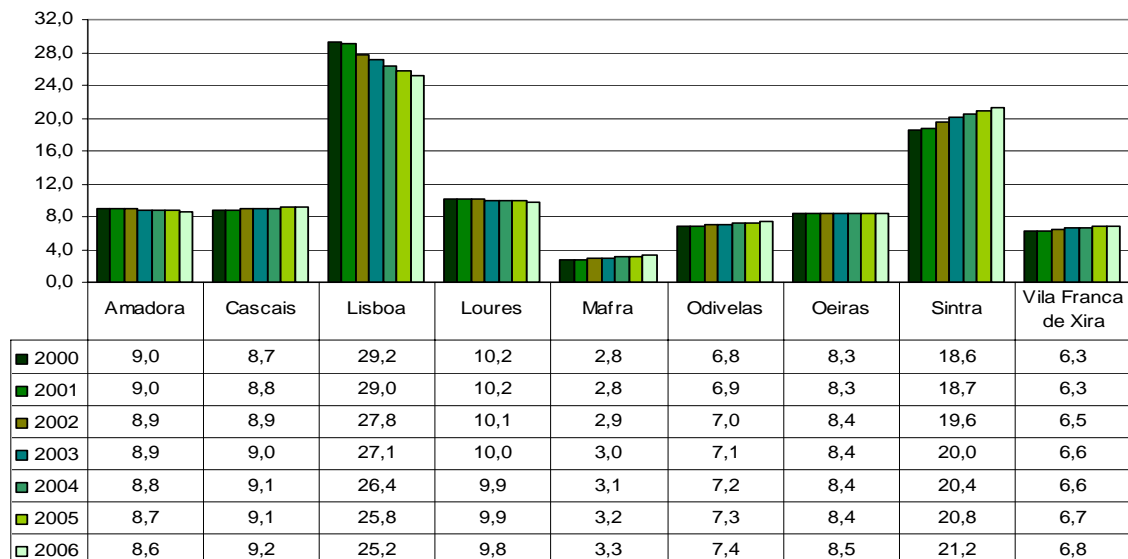


Fonte: INE, Anuários Estatísticos

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 18

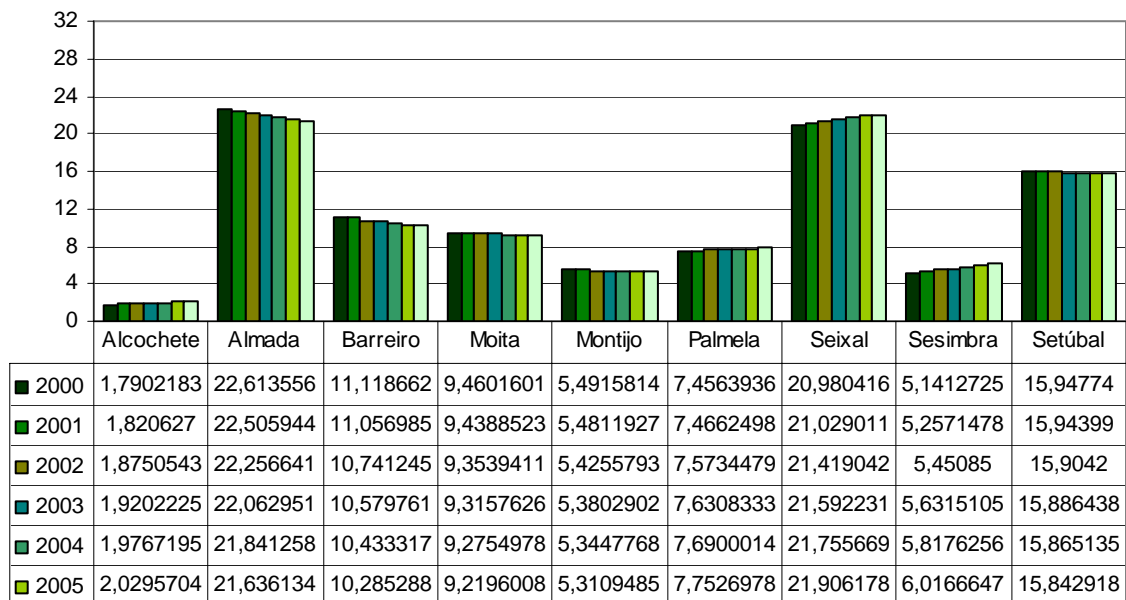
Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Grande Lisboa** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 19

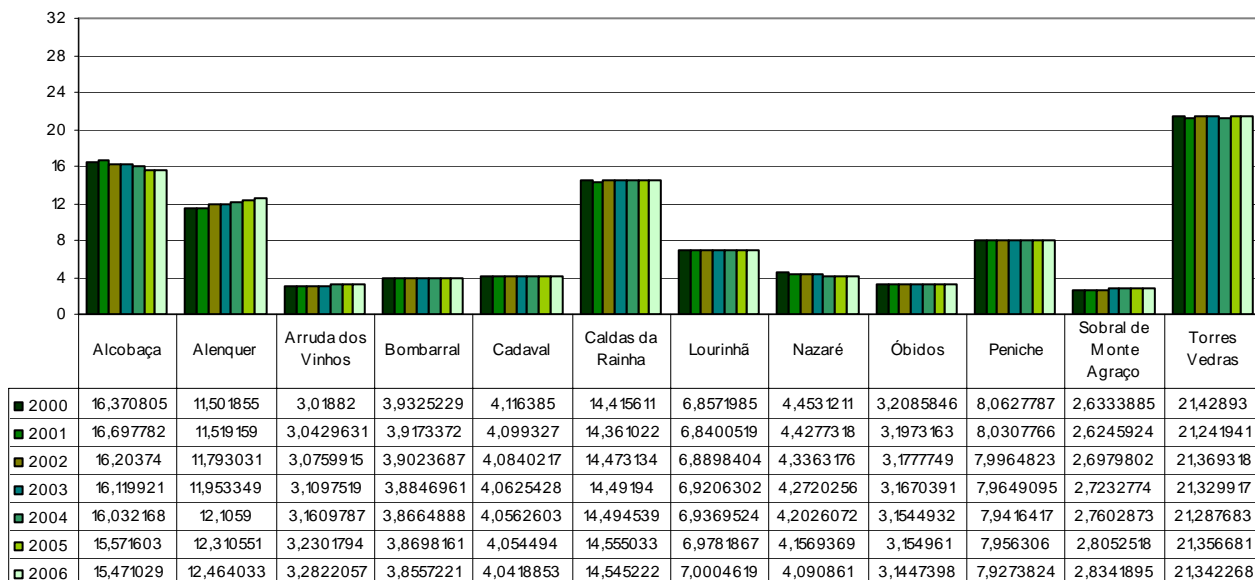
Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Península de Setúbal** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 20

Distribuição da População por concelhos da sub-região Oeste (2000 – 2006)

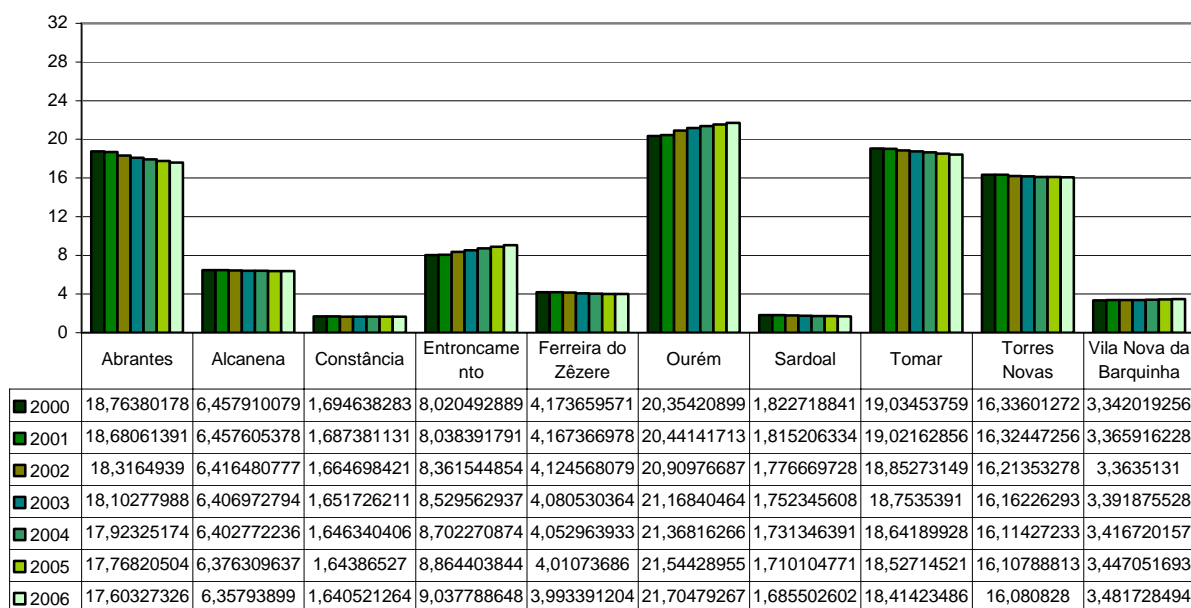


Fonte: INE

Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 21

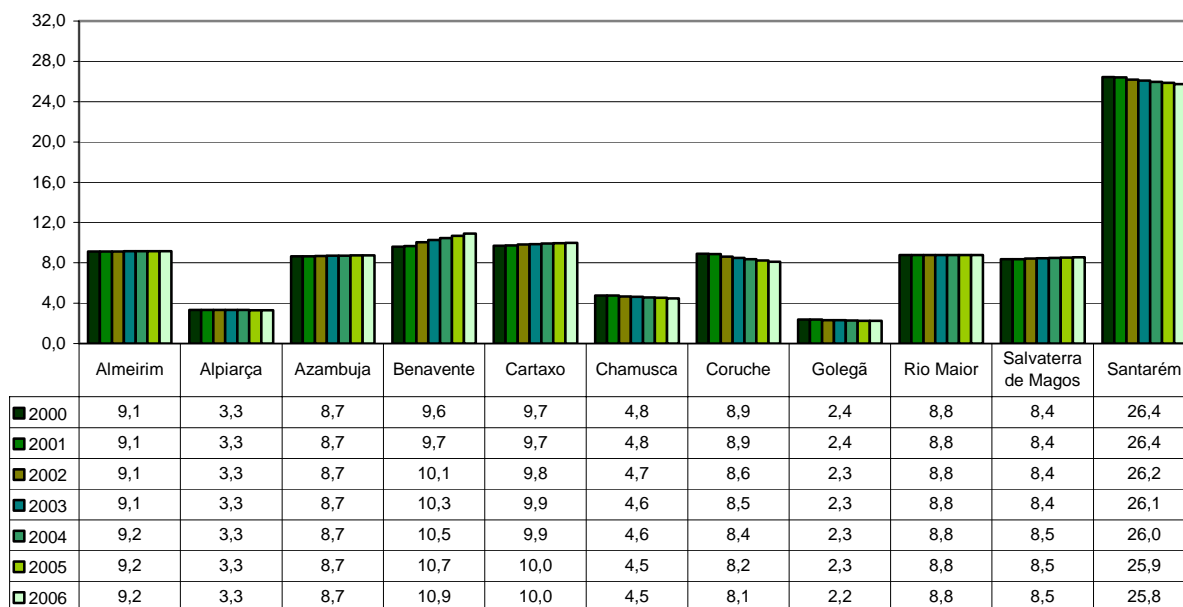
Distribuição da População por concelhos da sub-região do Médio Tejo (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 22

Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Lezíria do Tejo** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

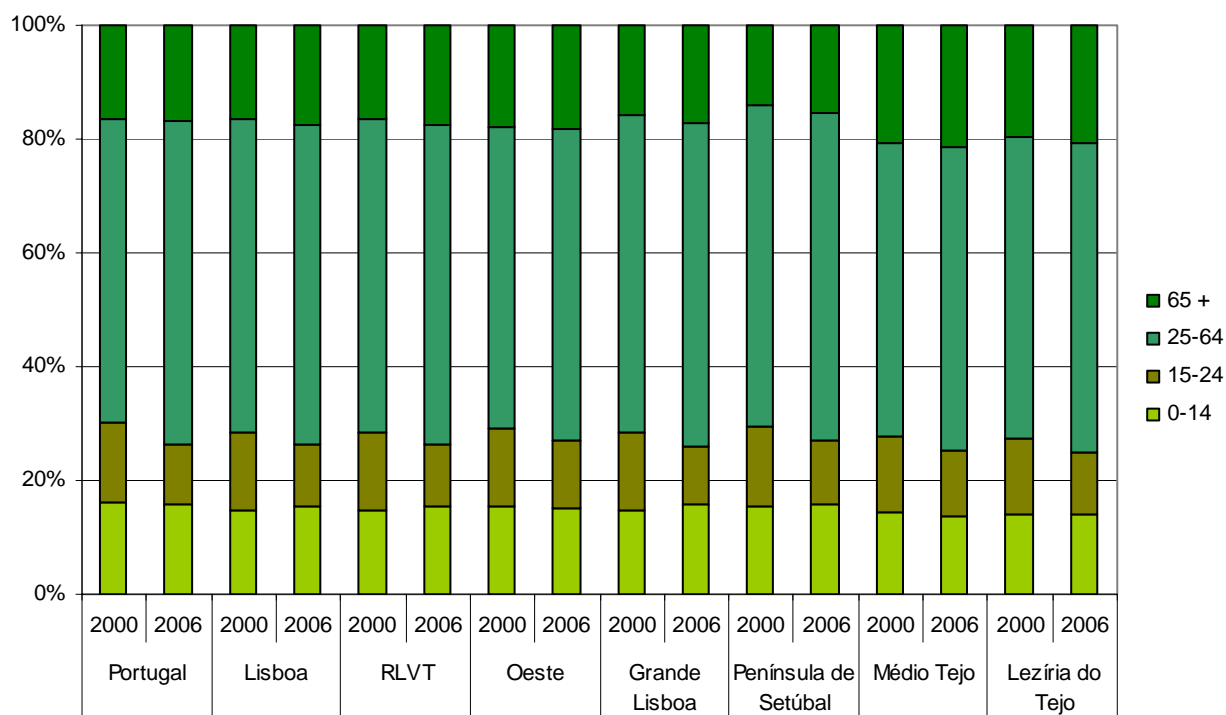
c) Estrutura Etária

A distribuição da população segundo a estrutura etária manifesta a manutenção da tendência de envelhecimento já apresentada em relatórios anteriores. Em todas as sub-regiões regista-se um perda de representação na população com menos de 24 anos e ganhos percentuais na população com mais de 65. No entanto, registam-se ligeiras diferenças ao nível sub-regional.

A AML manifesta ganhos na representação da população com menos de 15 anos, e menor representação da população com mais de 65 anos, o que pode assinalar alguma tendência de atenuação do envelhecimento. É no Vale do Tejo que se registam maiores representações na população com mais de 65 anos. Obviamente estes resultados repercutem-se nos índices de envelhecimento e dependência.

Gráfico 23

População segundo os grupos etários (2000 e 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

d) Índice de Envelhecimento

Reflexos da sua estrutura etária, todas as sub-regiões apresentam uma tendência de aumento no índice de envelhecimento. A única sub-região em que o número de jovens com menos de 15 anos é superior ao de indivíduos com mais de 65 é a Península de Setúbal (com um índice de envelhecimento de 98,4 em 2006).

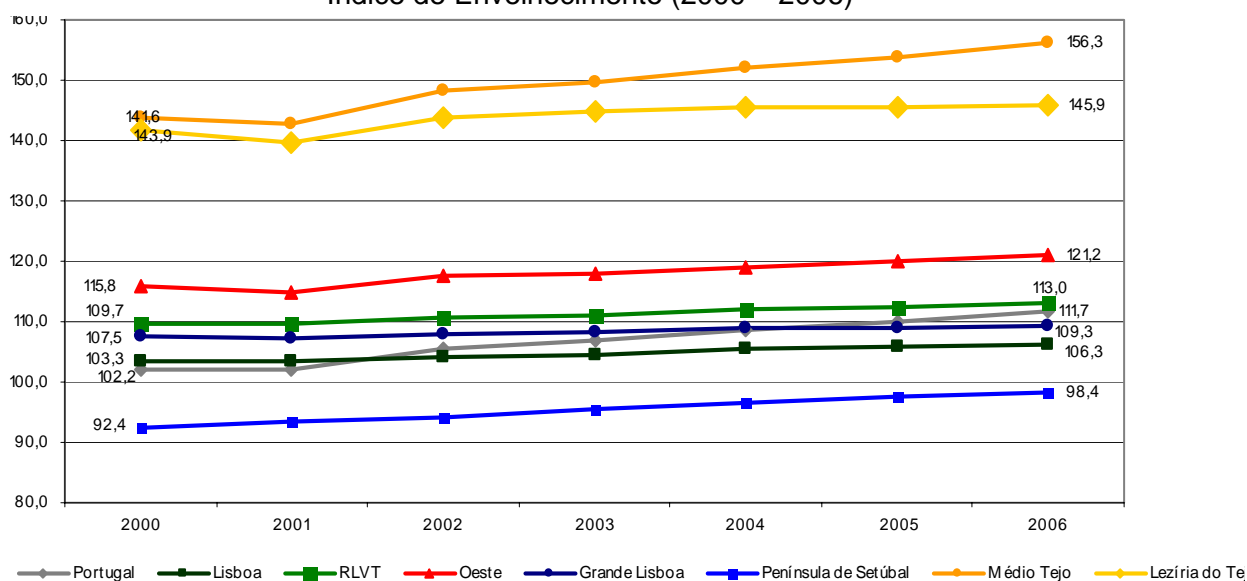
O Médio Tejo apresenta o maior valor no índice – 156 em 2006 – com tendência mais acentuadas de crescimento do envelhecimento da sua população, por comparação com os acréscimos registados nas restantes sub-regiões.

Sintra e Seixal são os concelhos da região com menor índice de envelhecimento, se bem que com tendência ligeira de aumento – têm pouco mais de 70 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 com menos de 15.

Lisboa, Mafra, Alcochete e Montijo são os únicos concelhos da região que registam tendências ligeiras de diminuição do indicador.

As situações mais problemáticas recaem sobre os concelhos de Ferreira do Zêzere e Sardoal, no Médio Tejo, e Chamusca e Coruche na Lezíria do Tejo, com mais de 2 indivíduos com mais de 65 anos por cada um com menos de 15.

Gráfico 24
Índice de Envelhecimento (2000 – 2006)

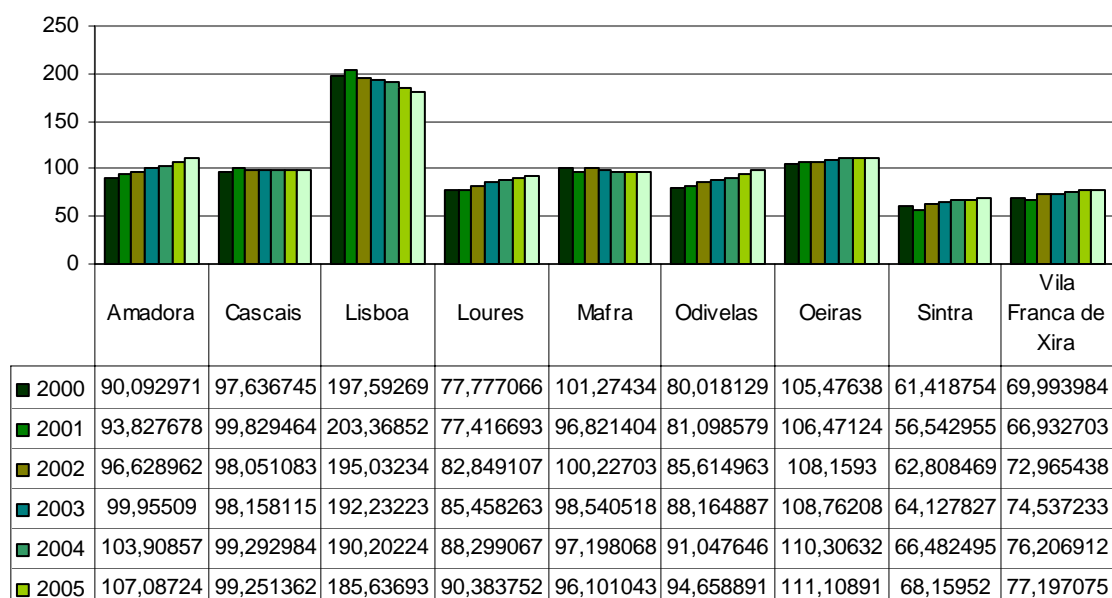


Fonte: INE, Anuários Estatísticos

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 25

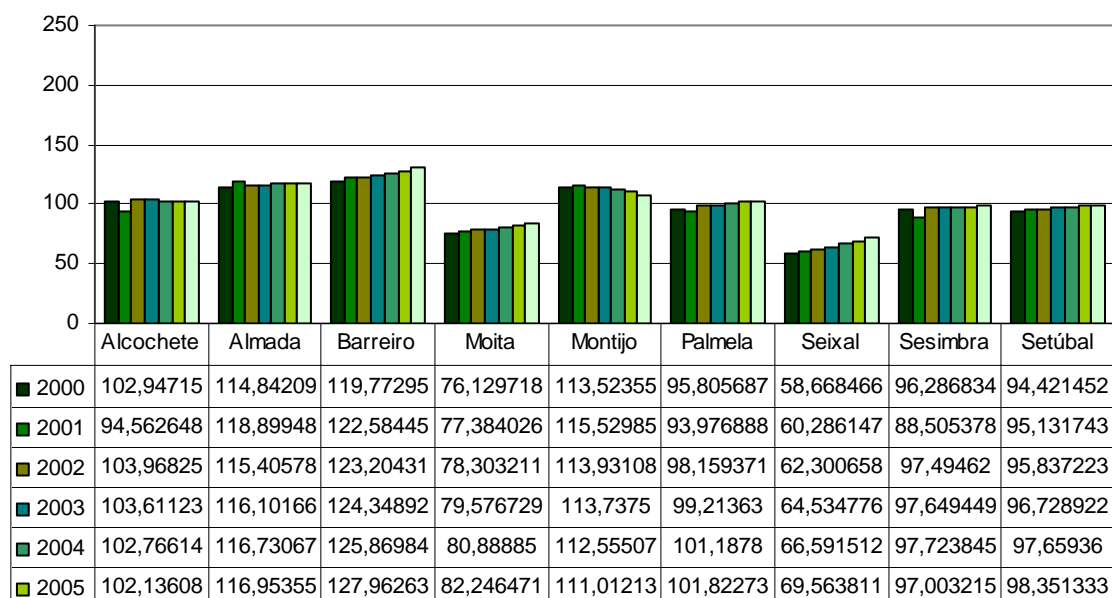
Índice de Envelhecimento na **Grande Lisboa** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

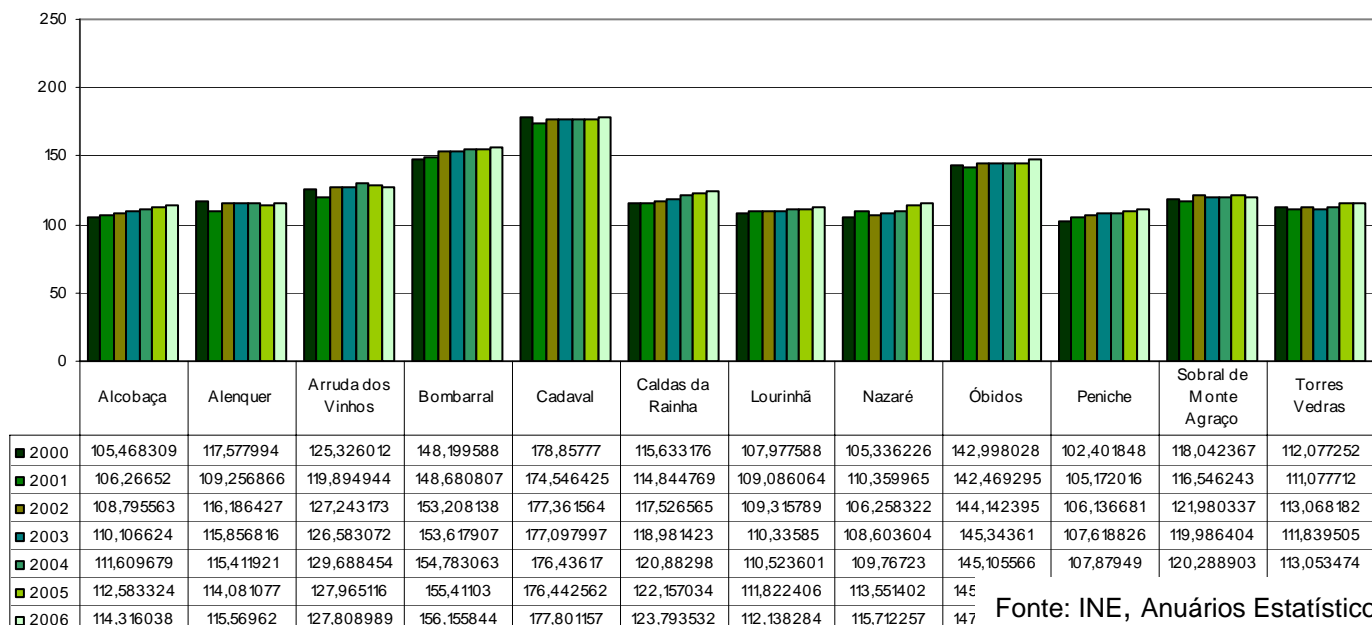
Gráfico 26

Índice de Envelhecimento na **Península de Setúbal** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 27
Índice de Envelhecimento no **Oeste** (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 28
Índice de Envelhecimento no **Médio Tejo** (2000 – 2006)

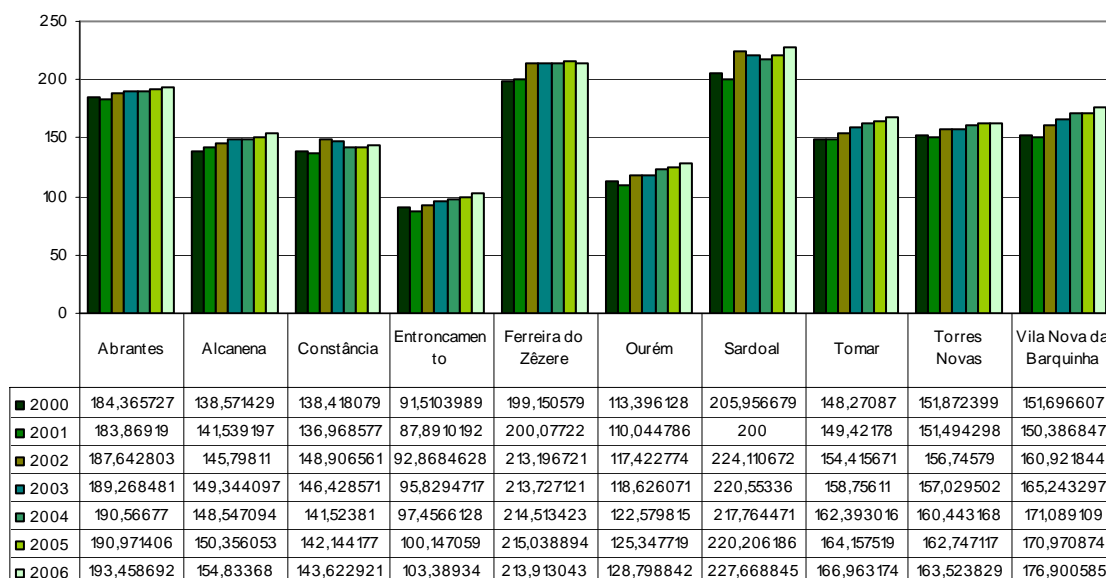
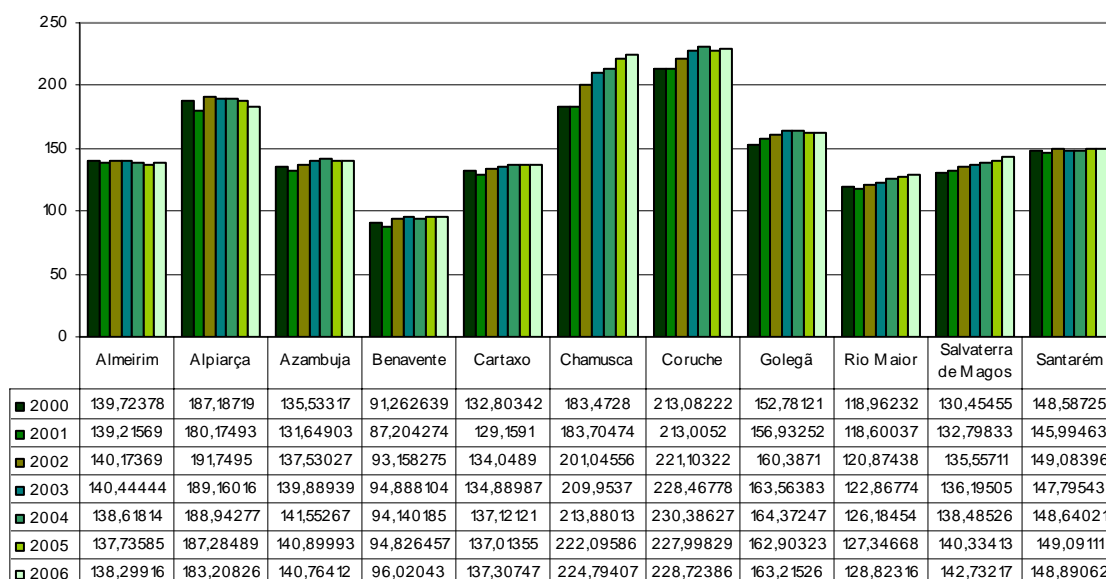


Gráfico 29
Índice de Envelhecimento na **Lezíria do Tejo** (2000 – 2006)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

e) Índices de Dependência

Decorrente da tendência de envelhecimento registada também se verificam níveis de dependência, da população em idade não activa face à população em idade activa, elevados apontando assim ainda a presença de camadas mais rejuvenescidas da população.

Ao nível europeu, Lisboa apresenta valores na dependência de jovens abaixo da mediana do conjunto das capitais europeias. Em 2005, apresenta uma média de 23 indivíduos com menos de 15 anos por cada 100 com idades entre os 15 e os 64. Dublin é a capital com mais jovens no conjunto da população em idade activa e Berlim apresenta a performance menos positiva – com índices de dependência de jovens de 29,7 no primeiro caso e 17,1 no segundo. Comparativamente com as outras regiões nacionais, são as regiões autónomas e Norte que apresentam uma maior capacidade de regeneração da população activa, com valores no índice de dependência de jovens mais elevados do que os registados em Lisboa. Tal associa-se, necessariamente às dinâmicas positivas destas regiões em termos de crescimento natural, como verificado anteriormente.

A desigualdade interna está presente, aliás como nos restantes contextos europeus pelo envelhecimento do coração das metrópoles. No conjunto das capitais europeias, Lisboa é a 3ª cidade com maior índice de dependência de idosos – 24 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 com idades entre os 15 e 64 – sendo apenas ultrapassada pela Letónia¹ e Roma. No entanto, ao nível nacional as sub-regiões do Alentejo, Centro e Algarve ocupam os primeiros lugares no ranking deste indicador. Dublin aparece novamente com dinâmicas positivas em termos de capacidade de regeneração demográfica e de capacidade de rejuvenescimento, com o menor valor no índice de dependência de idosos (15,6 em 2005).

No entanto, a tendência da região de Lisboa não é assim tão preocupante quando se compara com as realidades do Oeste e das sub-regiões do Vale do Tejo. Apesar da Grande Lisboa e da Península de Setúbal manifestarem uma tendência de crescimento mais acentuado no índice de dependência total, revelam valores mais baixos quando comparados com as restantes sub-regiões – ambas tinham um rácio de

¹ País que tem apenas uma região, razão pela qual não se coloca o nome da capital.

menos de 49 indivíduos em idade não activa por cada 100 em idade activa, em 2006. O Médio Tejo revela uma tendência de manutenção do índice de dependência total se bem que seja a sub-região com valor mais elevado no indicador – em 2006 revelava um índice de dependência total de 54.

Oeste e Lezíria do Tejo apresentam tendências ligeiras de crescimento deste índice, com valores mais elevados do que as médias nacionais e da RLVT.

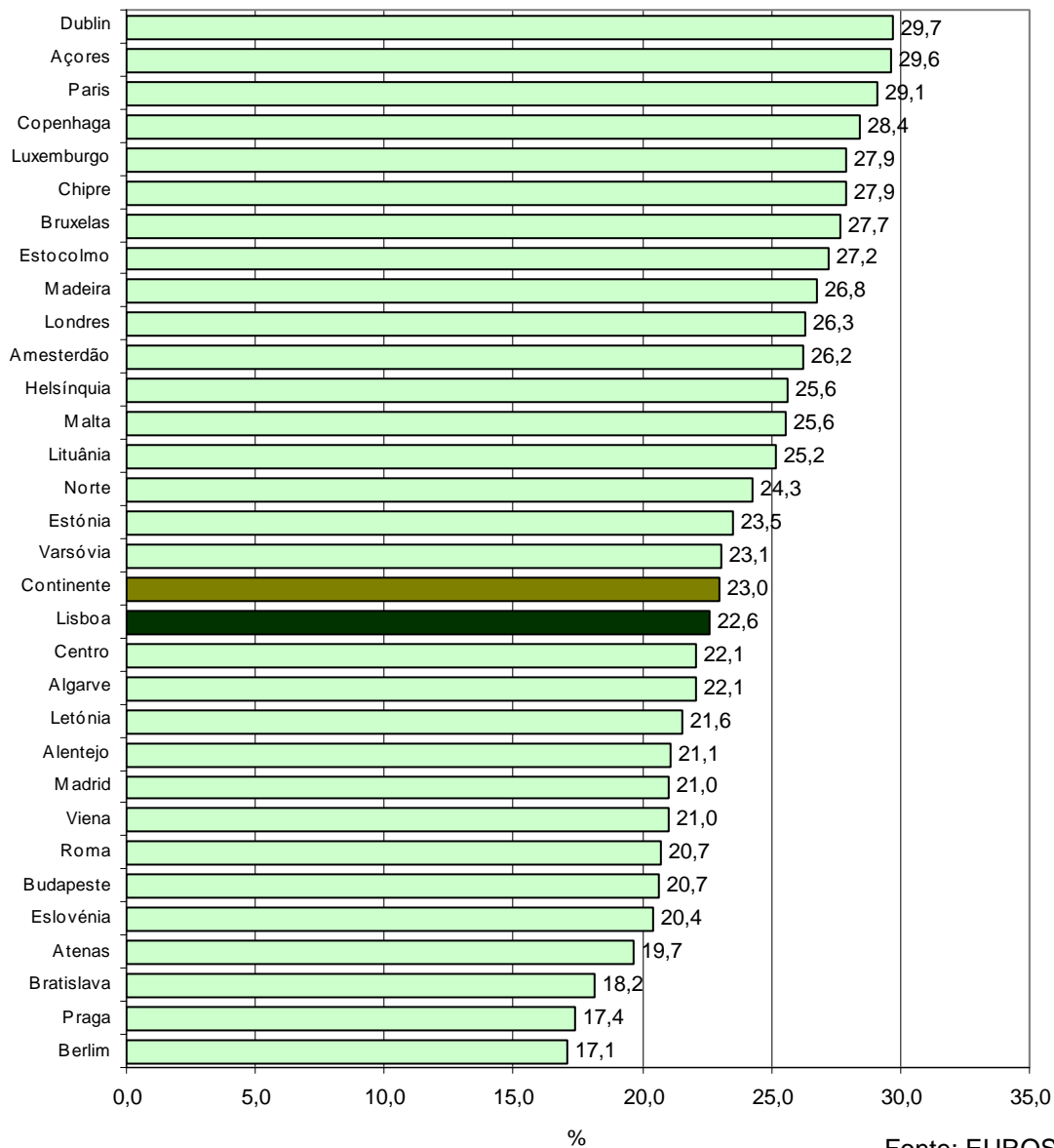
Seixal é o concelho com menor índice de dependência total de toda a região, o que se justifica pelos índices de envelhecimento mais baixos e pela capacidade de atracção populacional.

No entanto, há vários concelhos que manifestam ligeira diminuição neste índice, no período compreendido entre 2000 e 2006, a saber: Bombarral e Lourinhã no Oeste; Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal e Tomar no Médio Tejo; e, Golegã na Lezíria do Tejo. Esta diminuição será mais devida ao engrossamento da população em idade activa do que a uma capacidade de regeneração demográfica dado que em todos estes concelhos se verificou um aumento do índice de envelhecimento.

Registe-se que, em paralelo, Ferreira do Zêzere e Sardoal, apesar destas tendências ligeiras de decréscimo no índice de dependência total, mantêm-se como os concelhos com valor mais elevado no indicador em toda a região – com mais de 60 indivíduos em idade inactiva por cada 100 em idade activa.

Gráfico 30

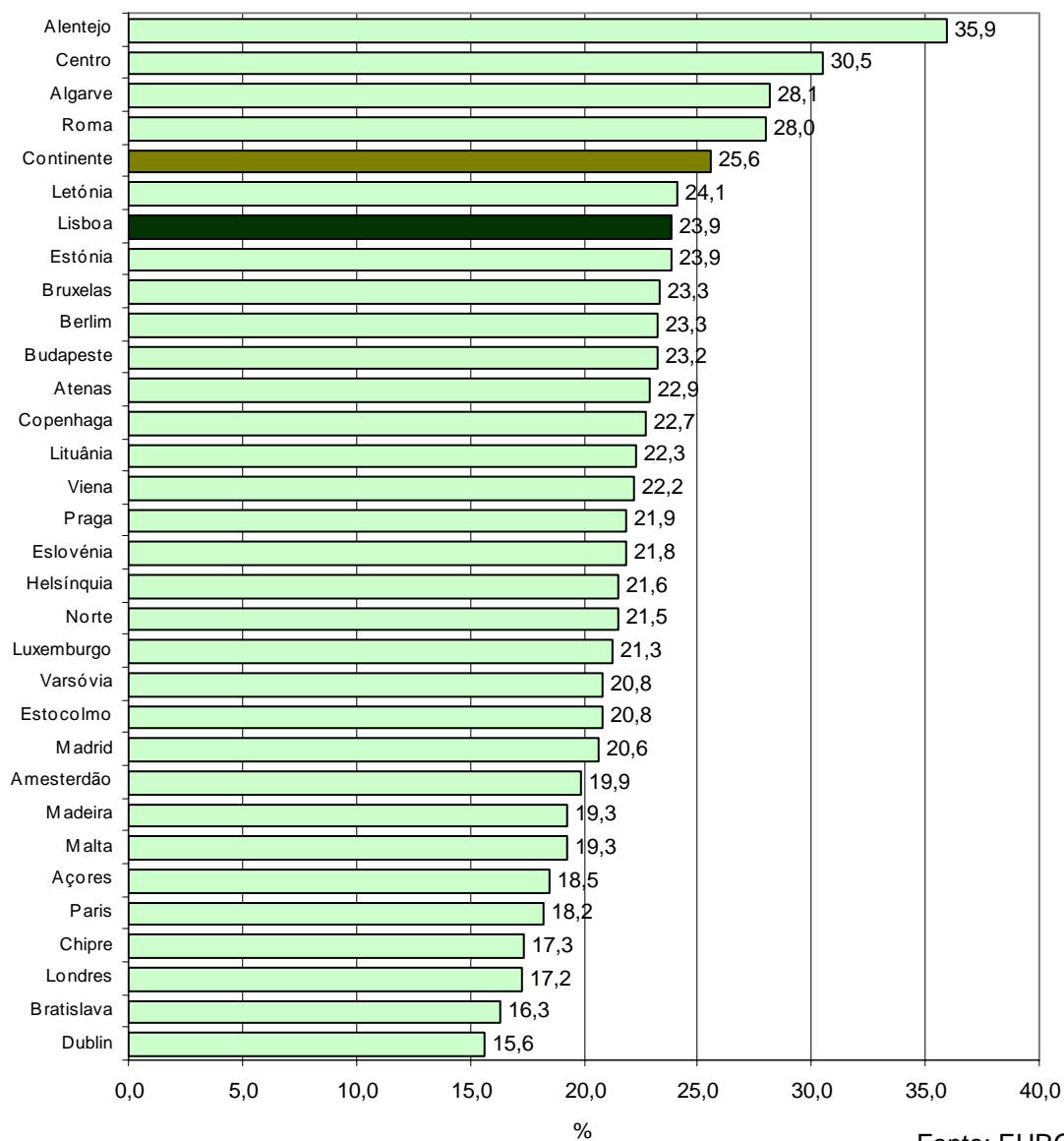
Índice de dependência de jovens nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2005



Fonte: EUROSTAT

Gráfico 31

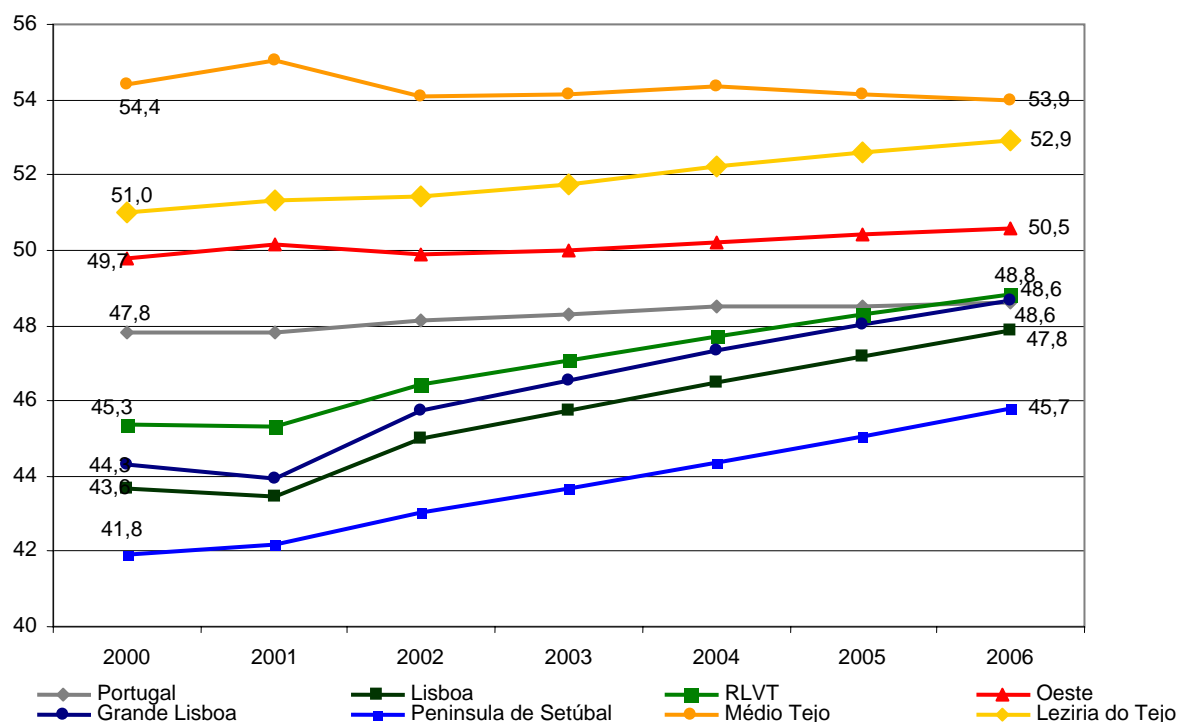
Índice de dependência de idosos nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2005



Fonte: EUROSTAT

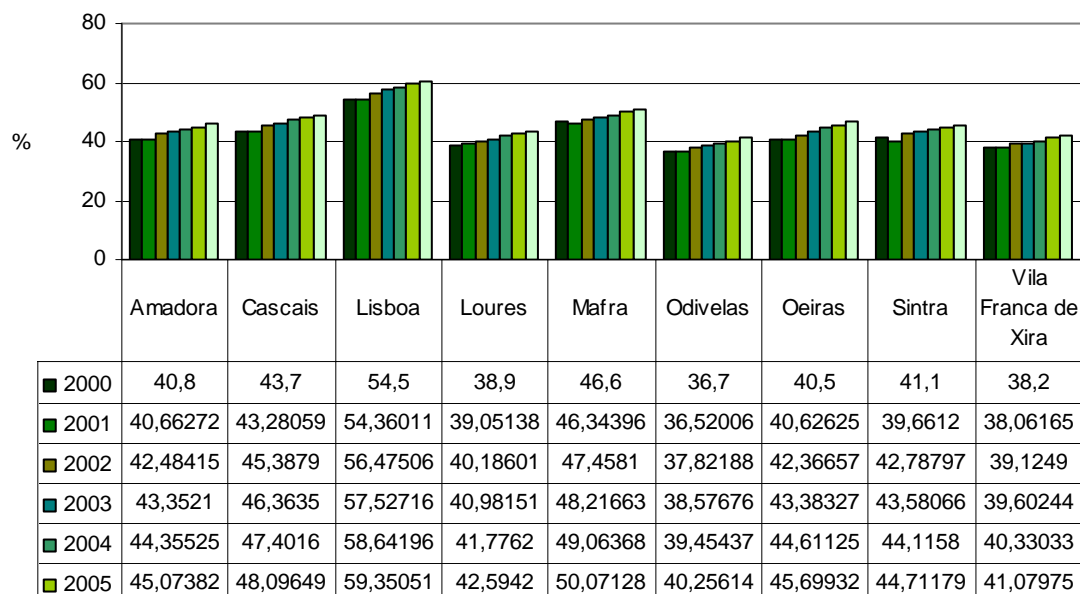
C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 32
Índice de Dependência Total (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 33
Índice de Dependência na Grande Lisboa (2000 – 2006)

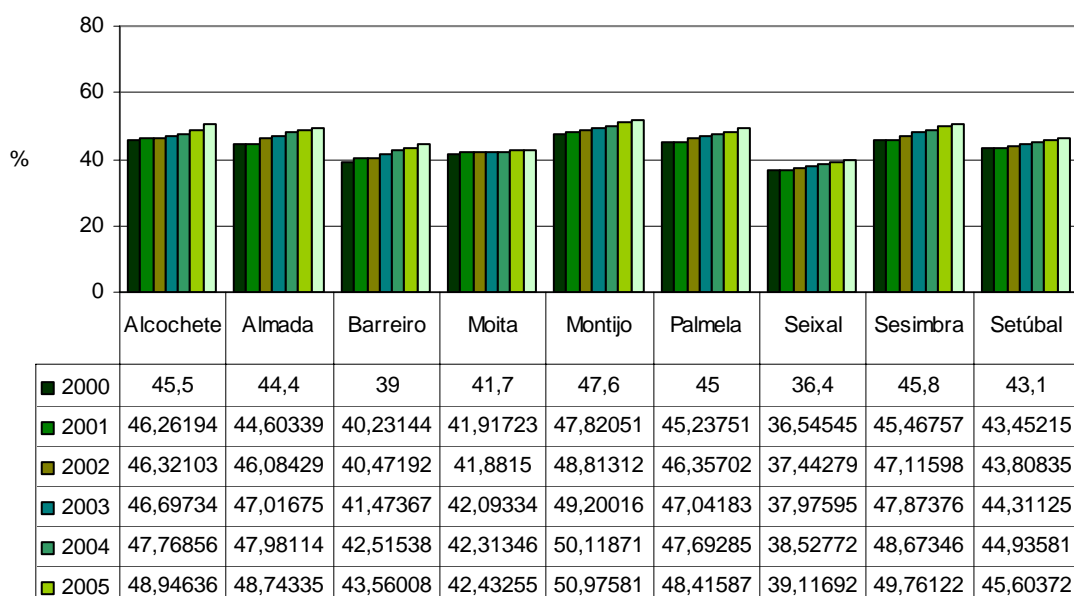


Fonte: INE

C.2 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Gráfico 34

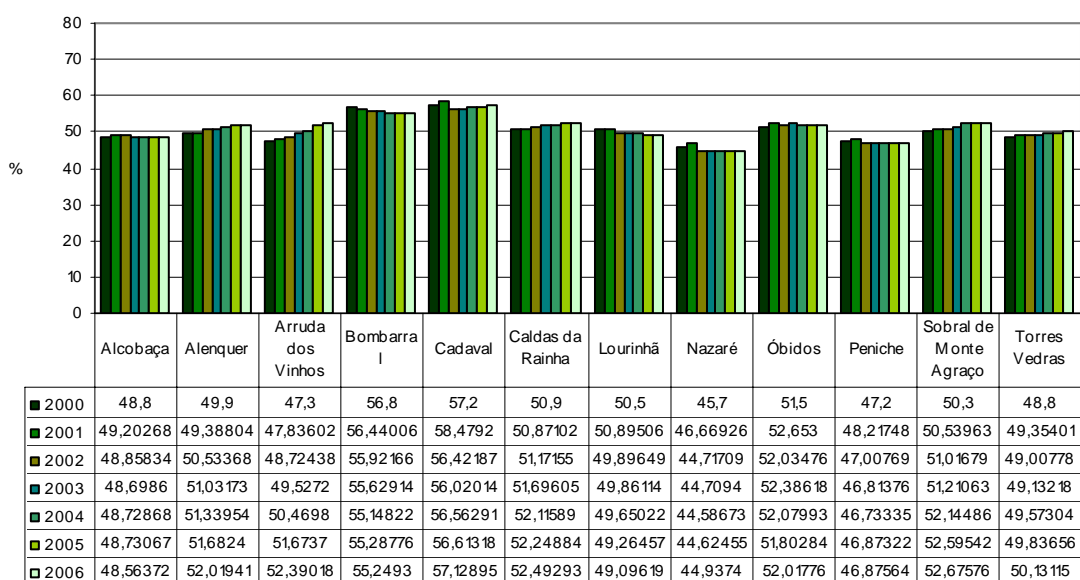
Índice de Dependência na **Península de Setúbal** (2000 – 2006)



Fonte: INE

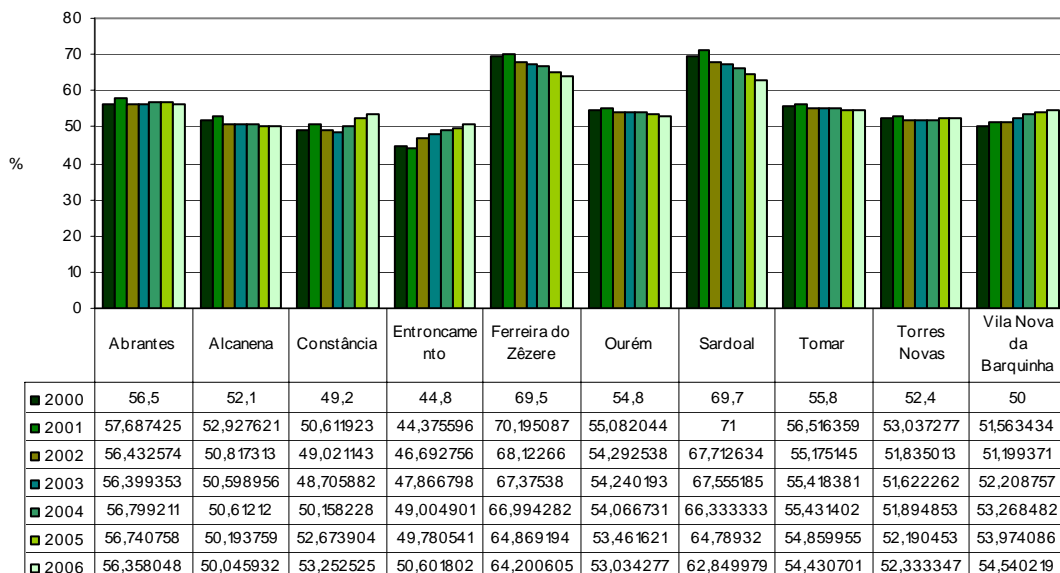
Gráfico 35

Índice de Dependência no **Oeste** (2000 – 2006)



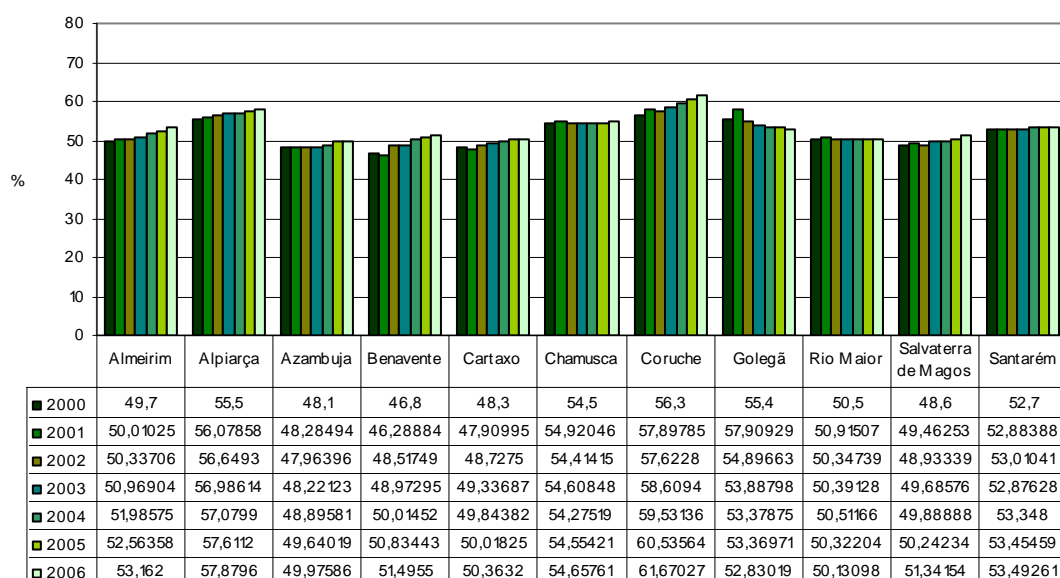
Fonte: INE

Gráfico 36
Índice de Dependência no Médio Tejo (2000 – 2006)



Fonte: INE

Gráfico 37
Índice de Dependência na Lezíria do Tejo (2000 – 2006)



Fonte: INE

f) Mudanças nos contextos familiares

Não é novidade que as alterações demográficas registadas são resultado de mudanças sociais e culturais importantes nas famílias.

Um dos indicadores que nos permite avaliar tendências futuras do contexto demográfico respeita à idade média da mulher quando nasce o 1º filho e as informações recolhidas permitem concluir pela manutenção da tendência de crescimento da idade dos primeiros filhos.

Apenas no Médio Tejo se registou uma diminuição deste indicador, de 2004 para 2005 – passando de uma média de 27,9 anos para 27,6. Esta sub-região, acompanha o Oeste ao ter os valores mais baixos na idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho, abaixo dos valores registados para o país. A Grande Lisboa é aquela que revela valores mais elevados – em 2005, em média uma mulher tinha cerca de 30 anos quando nasceu o seu primeiro filho.

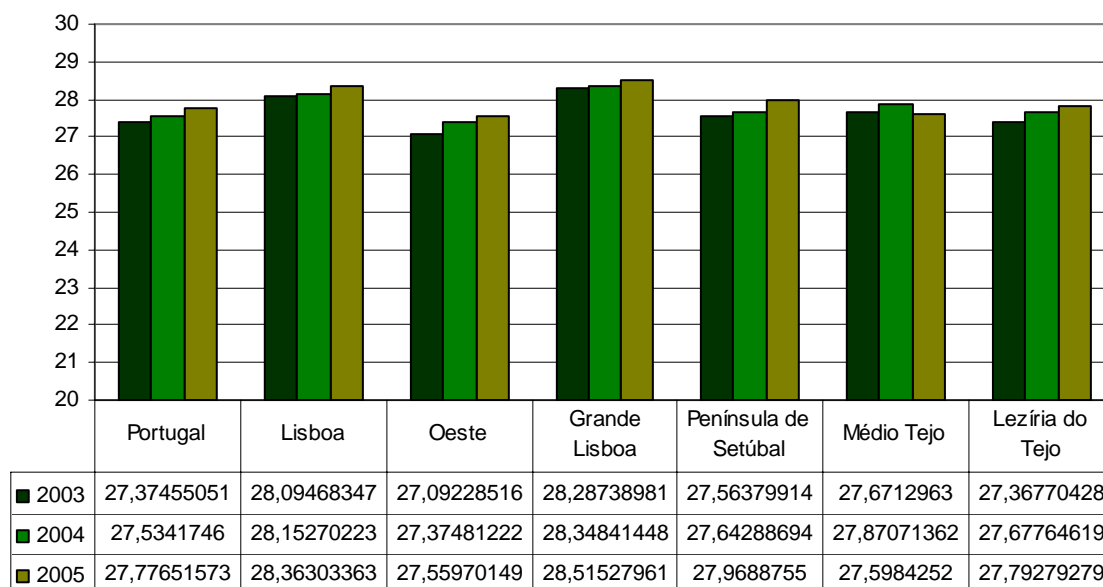
No entanto, estas transformações na estrutura são acompanhadas da mudanças em termos de modos de vida e da partilha de papéis familiares. É interessante verificar que, apesar das licenças de paternidade ficarem aquém das licenças de maternidade, esse valor tem vindo a aumentar em todas as sub-regiões. O Médio Tejo é a sub-região em que a representação das licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimento de filhos era maior em 2005 – cerca de 37%. É na Grande Lisboa que se regista um valor mais baixo no indicador.

De sublinhar que não há uma tendência de unilinearidade na evolução deste indicador. A série temporal existente (2004 a 2005) não nos permite, por isso, tirar grandes ilações. Se bem que na maior parte dos concelhos se verifique um aumento do indicador, muitos há em que se regista uma diminuição.

Óbidos e Golegã são os concelhos em que a percentagem de licenças de paternidade é menor. O aumento mais significativo neste indicador deu-se em Peniche – 18,4% em 2004 e 31% em 2005. Alcanena e Ourém, além de aumentarem o valor no indicador, de 2004 para 2005, são os concelhos da RLVT com valores mais elevados – em cada 10 licenças há cerca de 4 de paternidade.

Gráfico 38

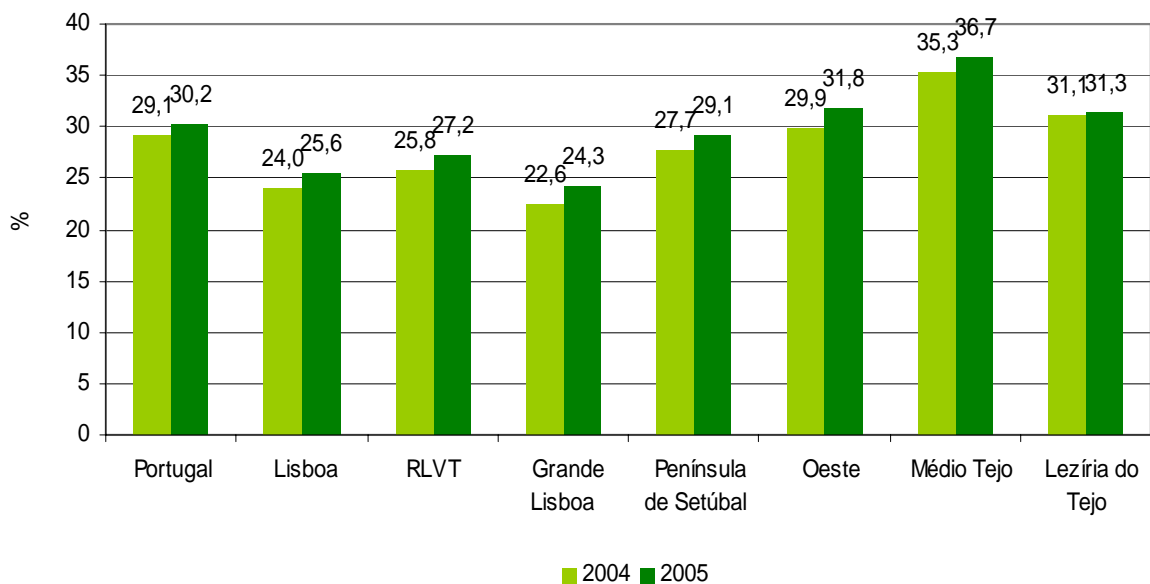
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (2003-2005)



Fonte: INE

Gráfico 39

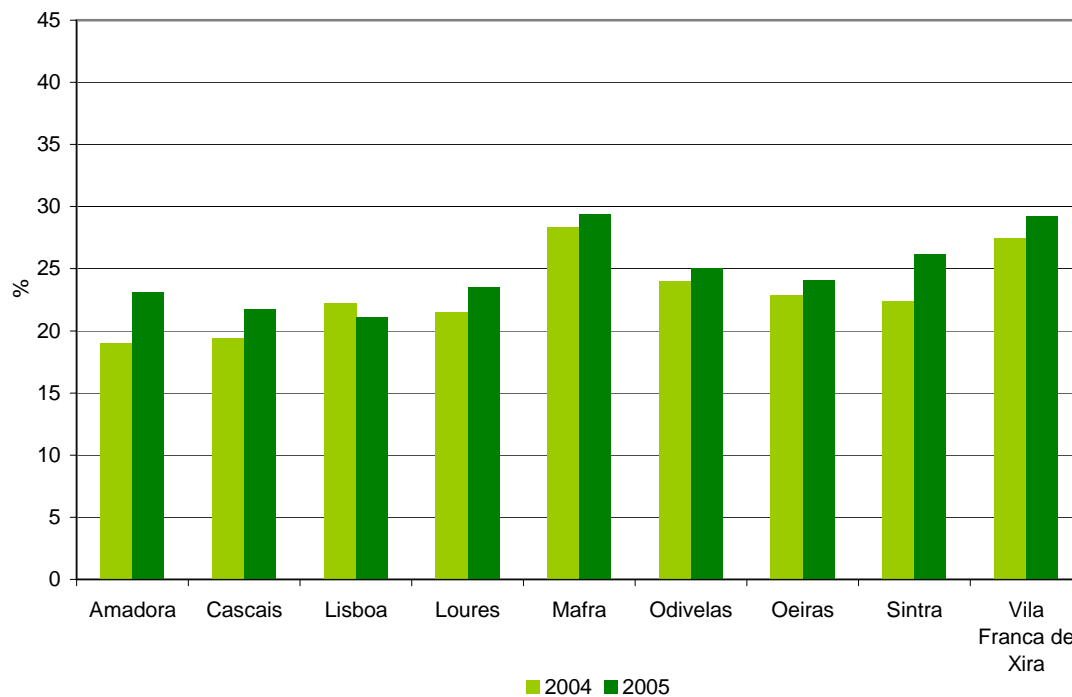
% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 40

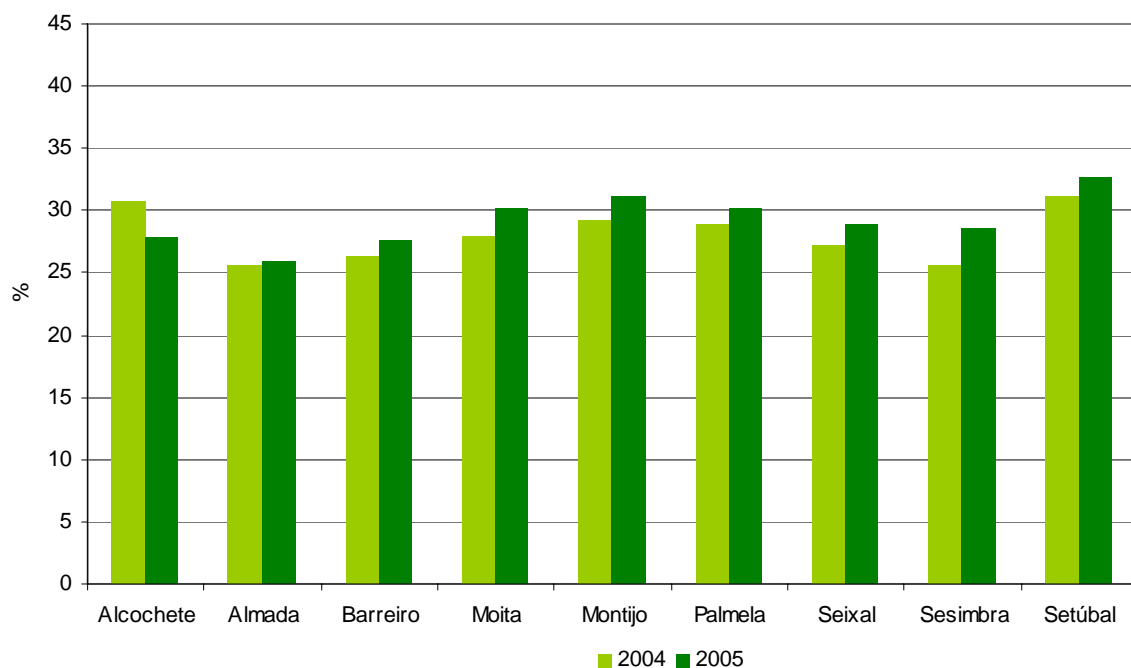
% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 41

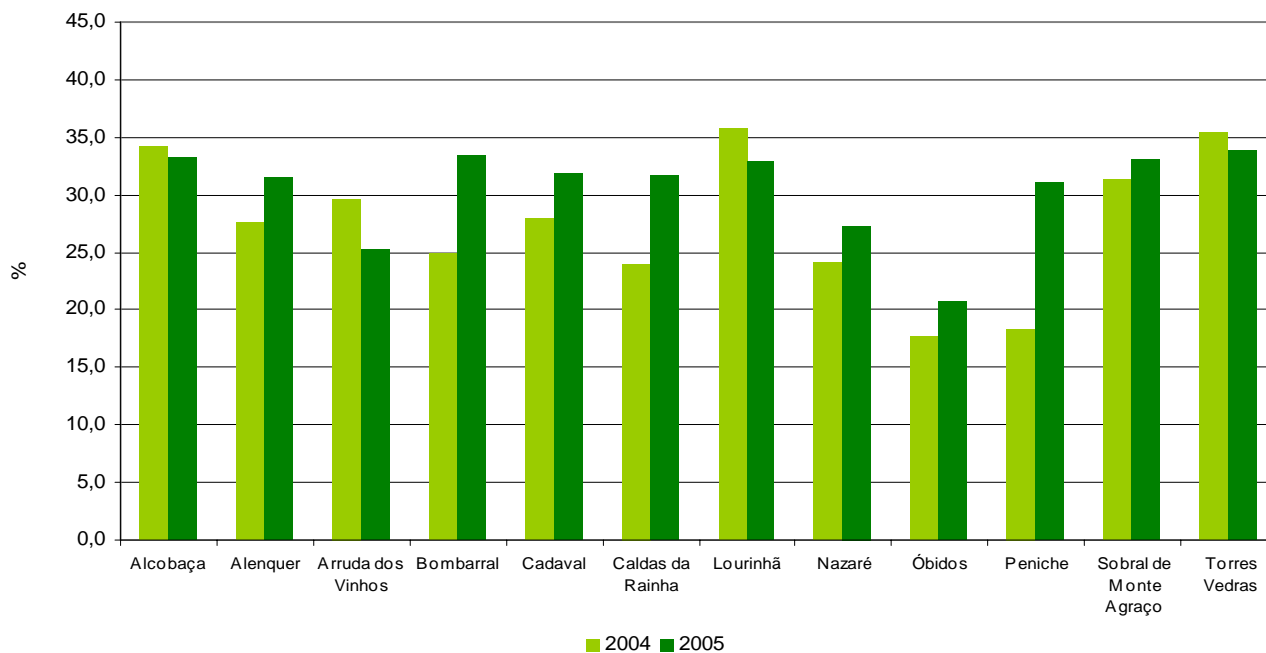
% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 42

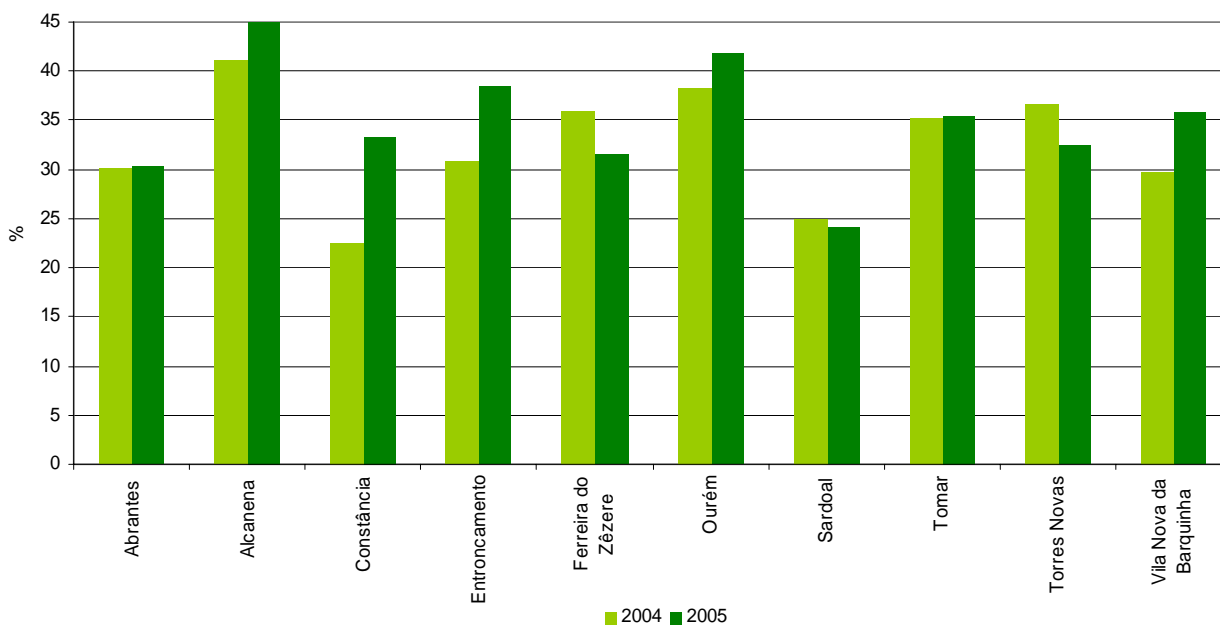
% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos concelhos do **Oeste**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 43

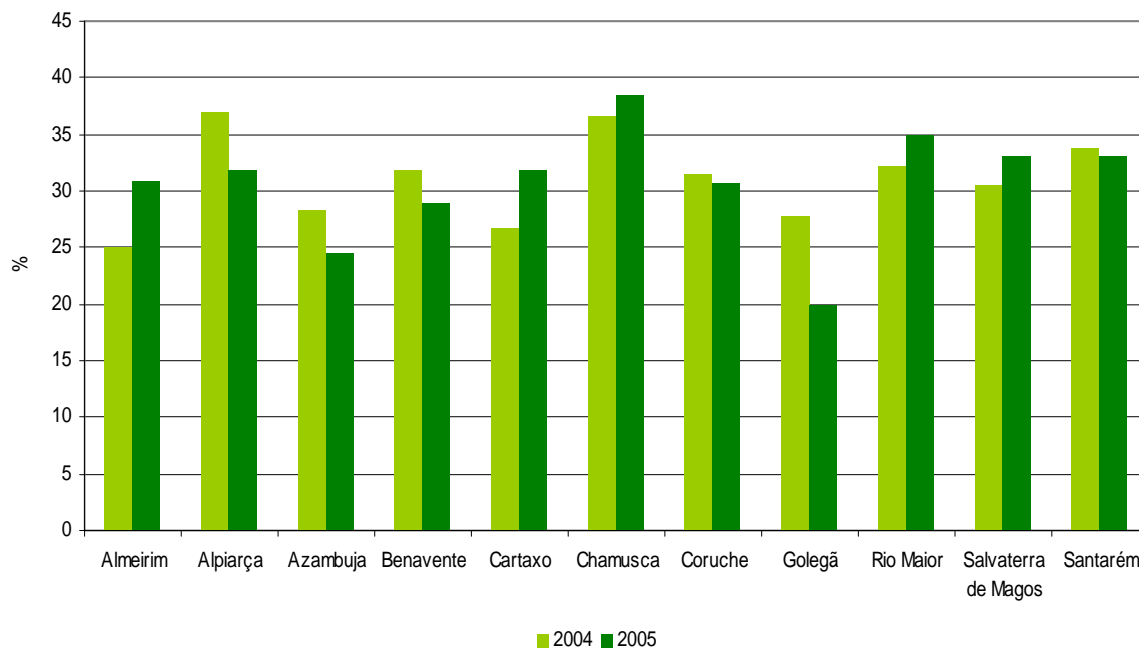
% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos do **Médio Tejo**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

Gráfico 44

% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2004 e 2005



Fonte: INE, Anuários Estatísticos

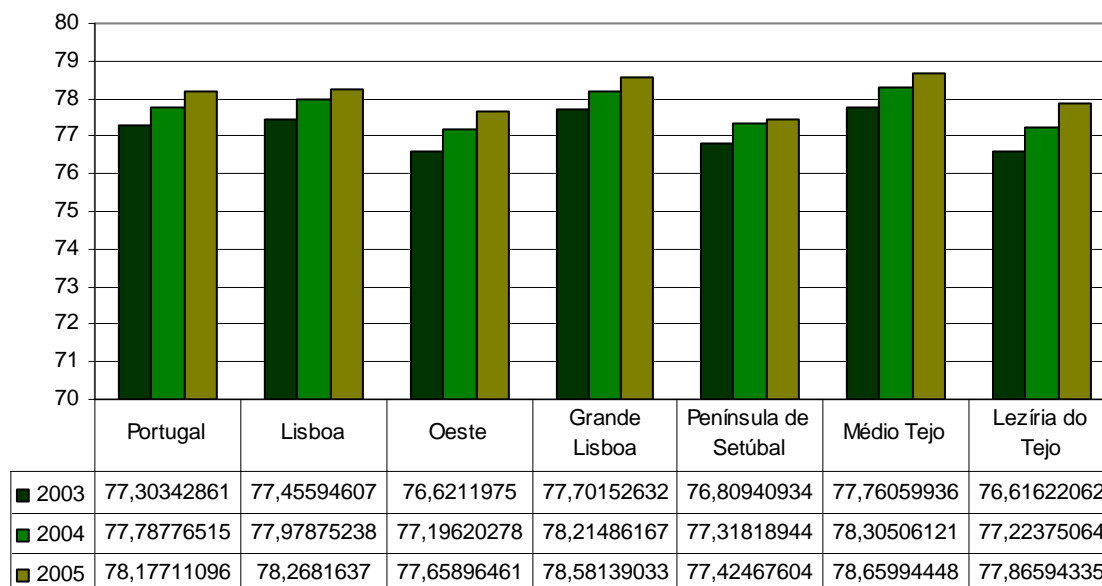
g) Esperança de vida

A par com as mudanças familiares que o alargamento da idade do primeiro filho, o decréscimo da dimensão das famílias, e outros indicadores, que mostram a profundidade do paradigma da “transição demográfica” outros indicadores de sinal mais positivo têm contudo contribuído para justificar as tendências de envelhecimento. É conhecido também o contributo da melhoria da qualidade de vida para o aumento da esperança de vida, longevidade que vai pesar nas dinâmicas demográficas e, sobretudo, nos sistemas de protecção social.

Verifica-se uma tendência de aumento da esperança média de vida à nascença sem que se registem diferenças significativas na performance regional face à nacional, e mesmo quando se comparam as diferentes sub-regiões da RLVT. Apresentamos apenas os valores extremos: em média uma pessoa do Médio Tejo vive mais 1,3 anos do que outra da Península de Setúbal (esperança média de vida no primeiro caso de 78,7 e no segundo de 77,4 anos).

Gráfico 45

Esperança média de vida à nascença (2003-2005)



Fonte: INE

Ao nível da qualificação dos recursos humanos a região, como capital do país, encontra-se numa situação positiva que ombreia com as diferentes regiões capitais europeias e regiões nacionais.

A região de Lisboa ultrapassa todas as regiões nacionais quer na % de estudantes em ensino superior face aos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e 24 anos, quer na % de estudantes em ensino superior na estrutura de ensino (81,7% no primeiro caso, em 2004, e 24,4% no segundo, em 2005).

No conjunto das capitais europeias, Lisboa situa-se acima da posição mediana em ambos os indicadores. Chipre e Malta² são os países da União Europeia com menor representação de estudantes em ensino superior, seguidos de Londres e Dublin.

Praga, Viena, Bruxelas e Bratislava são as capitais com uma representação de estudantes de ensino superior maior do que o número de jovens entre os 20 e 24 anos – o que se justifica ou pela capacidade de atracção de públicos com idades superiores ou de públicos vindos de outras regiões/ países.

Na estrutura de ensino, Praga manifesta igualmente uma maior percentagem de estudantes em ensino superior – 37,1% do total de estudantes, em 2005.

Quando analisada a % de adultos dos 25 aos 64 anos com ensino superior, aparece Lisboa com uma posição muito aquém das restantes capitais. Em 2005, apenas 20% da população dos 25 aos 64 anos tinha atingido o ensino superior, quando em Londres e Bruxelas esse valor se eleva para o dobro.

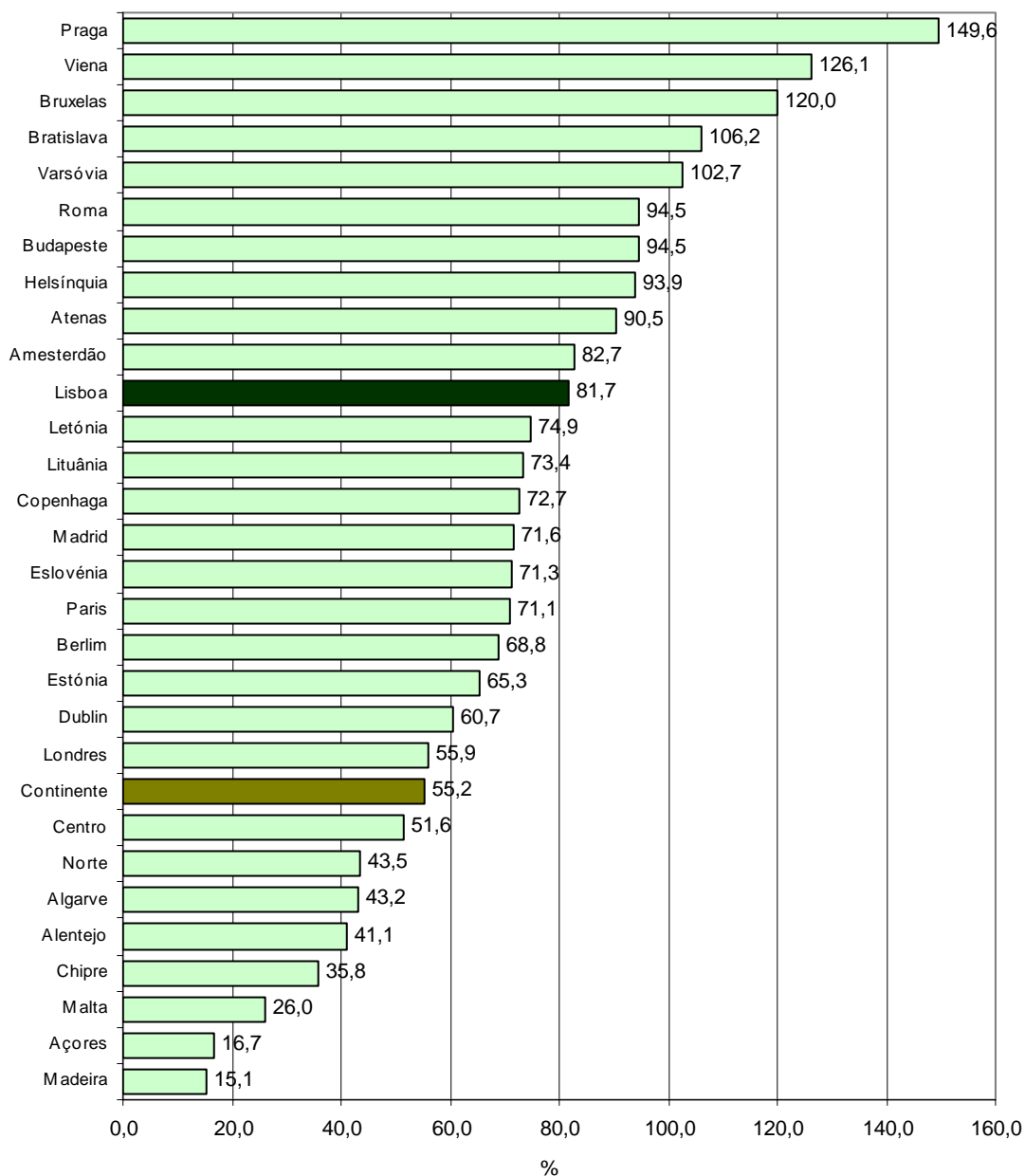
Relativamente à formação ao longo da vida a performance regional é muito débil – apenas Atenas tem uma menor % de adultos em educação e formação comparativamente com Lisboa (2,4% no primeiro caso e 4,8% neste último). De referir que a região ainda está bastante distante da meta traçada para 2013 – 12,5%. É nas capitais europeias que se encontram maiores valores neste indicador. Estocolmo, Helsínquia, Londres e Copenhaga são as capitais europeias em que, em 2005, mais de 20% dos adultos se encontrava em processos de educação e de formação.

² Coloca-se o nome do país dado que apenas têm essa região.

C.3 – RECURSOS HUMANOS C.3.1 – Educação

Gráfico 46

Estudantes do ensino superior em % de jovens dos 20 aos 24 anos nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, em 2004



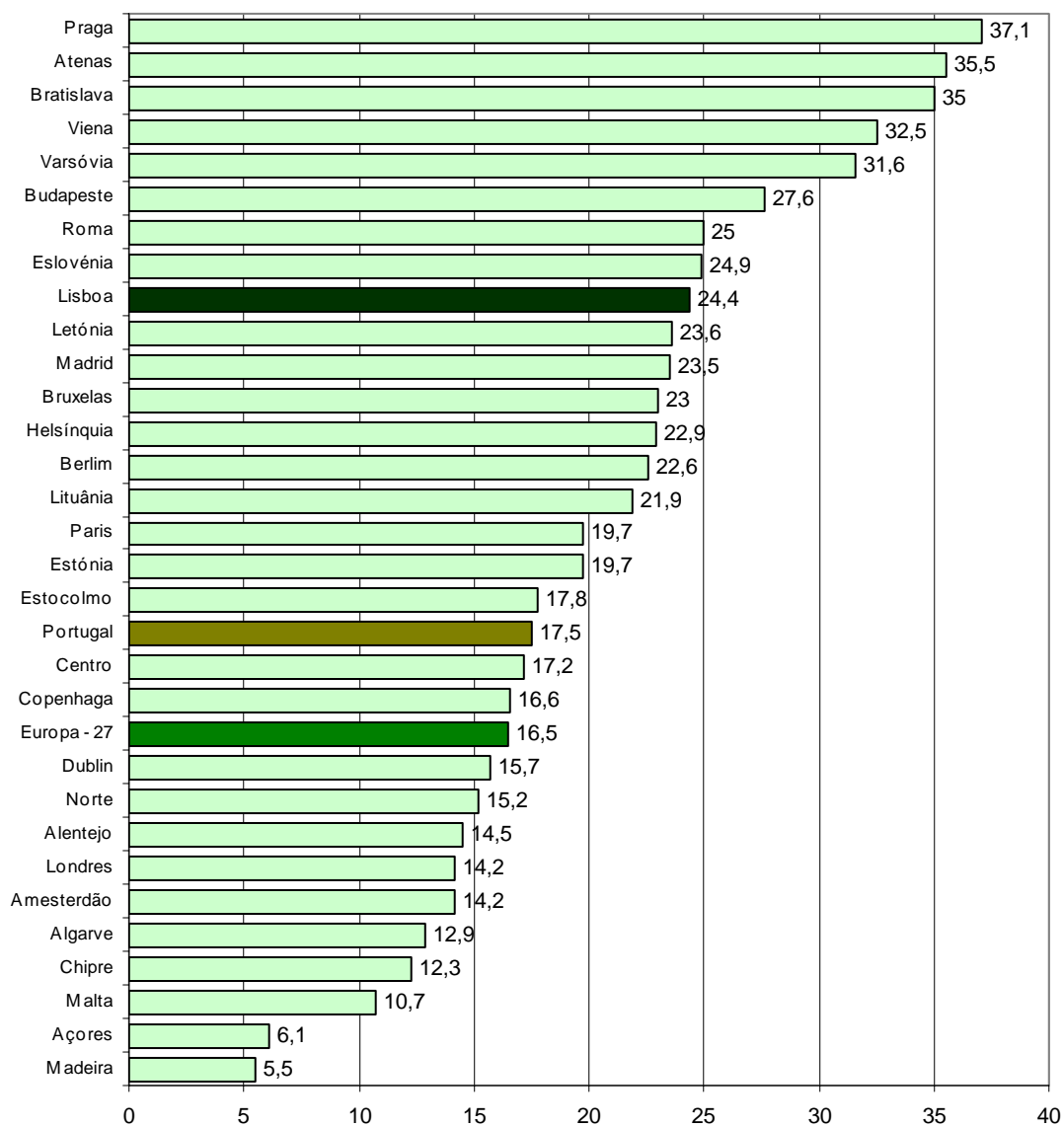
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 47

% de estudantes de níveis 5 ou 6 no conjunto dos estudantes nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, em 2005



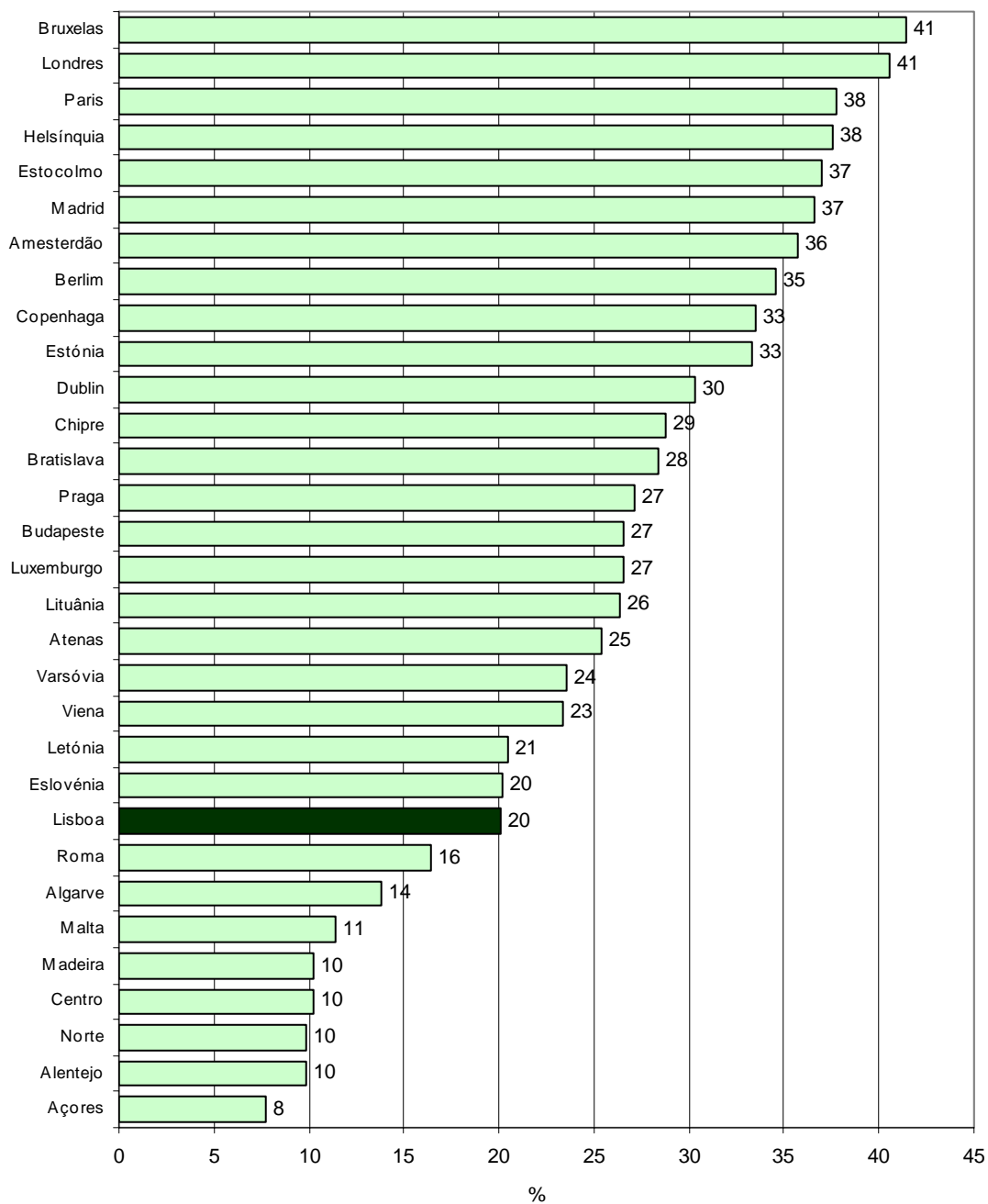
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 48

% de população dos 25 aos 64 anos com ensino superior, regiões capitais europeias e regiões portuguesas, em 2005



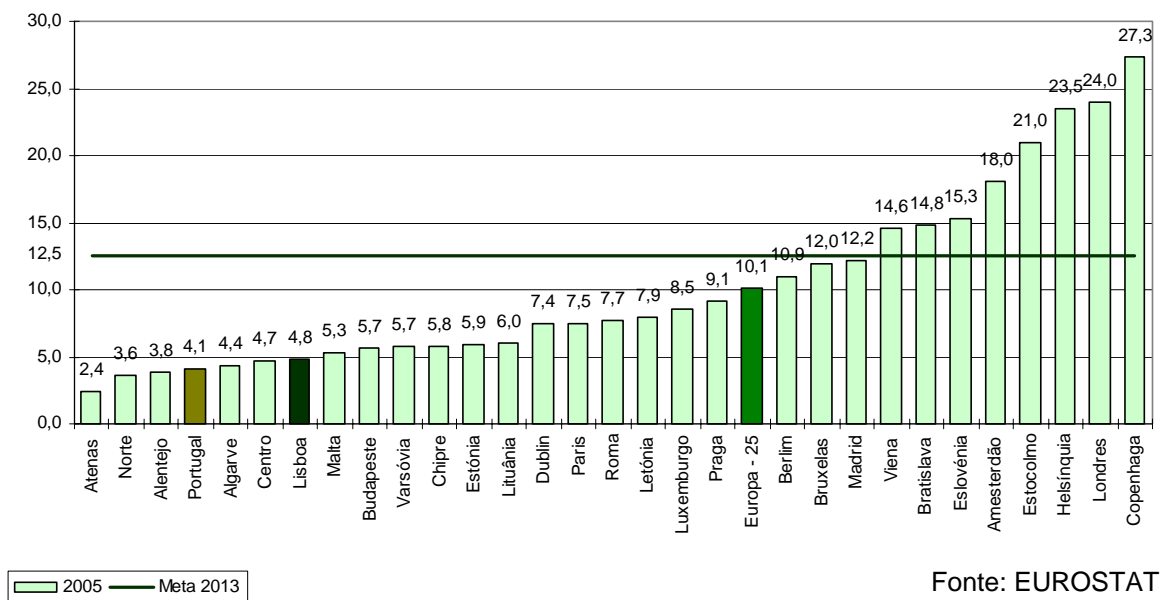
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 49

% de adultos em educação e formação (25-64 anos), nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, em 2005



Fonte: EUROSTAT

a) Alunos por ciclo de ensino

Da análise da distribuição dos alunos por cada ciclo de ensino e sub-região verificamos que esta está mais associada ao perfil da oferta do que à procura. Assim, em todas as sub-regiões se regista um aumento da % de estudantes em pré-escolar – o que se relaciona com o aumento do investimento neste nível de ensino (mais de 15% da estrutura de jovens estudantes no Oeste e Médio Tejo no ano de 2004/2005). O número de alunos em pré-escolar aumenta em praticamente todas as sub-regiões com excepção do Oeste, que tem vindo a registar oscilações na sua estrutura de alunos.

É na Grande Lisboa que se regista uma maior % de estudantes em ensino superior. Apesar desta sub-região perder neste grupo escolar, as restantes sub-regiões têm acréscimos ligeiros. A variação do número de alunos por ciclo de ensino é distinta em função do território em análise. De referir, no entanto, que de 2000/2001 a 2004/2005 a RLVT perdeu perto de 20.000 alunos. Se apenas nos centrarmos na AML são visíveis perdas no efectivo de alunos no secundário e superior. Tal justifica-se mais pelas perdas registadas na Grande Lisboa do que na Península de Setúbal. Esta última sub-região destaca-se pela perda continuada de alunos inscritos no 3º ciclo (desde 2000/2001 que se identificam perdas anuais superiores a 2%).

A sub-região Oeste apresenta uma situação problemática na sua estrutura de ensino. Nos últimos 2 anos lectivos em análise, teve perdas em todos os níveis de ensino (excepção feita ao pré-escolar que tem manifestado tendências ora de crescimento ora de diminuição).

A situação do Médio Tejo não difere significativamente da identificada para o Oeste. Desde 2000/2001 tem vindo a perder população escolar no 3º ciclo – perda de 10,6% em 2000/2001 e de 7,2% em 2004/2005. As oscilações ligeiras positivas no número de alunos do 1º, 2º ciclo e secundário, não são suficientes para compensar as perdas continuadas que se vêm registando.

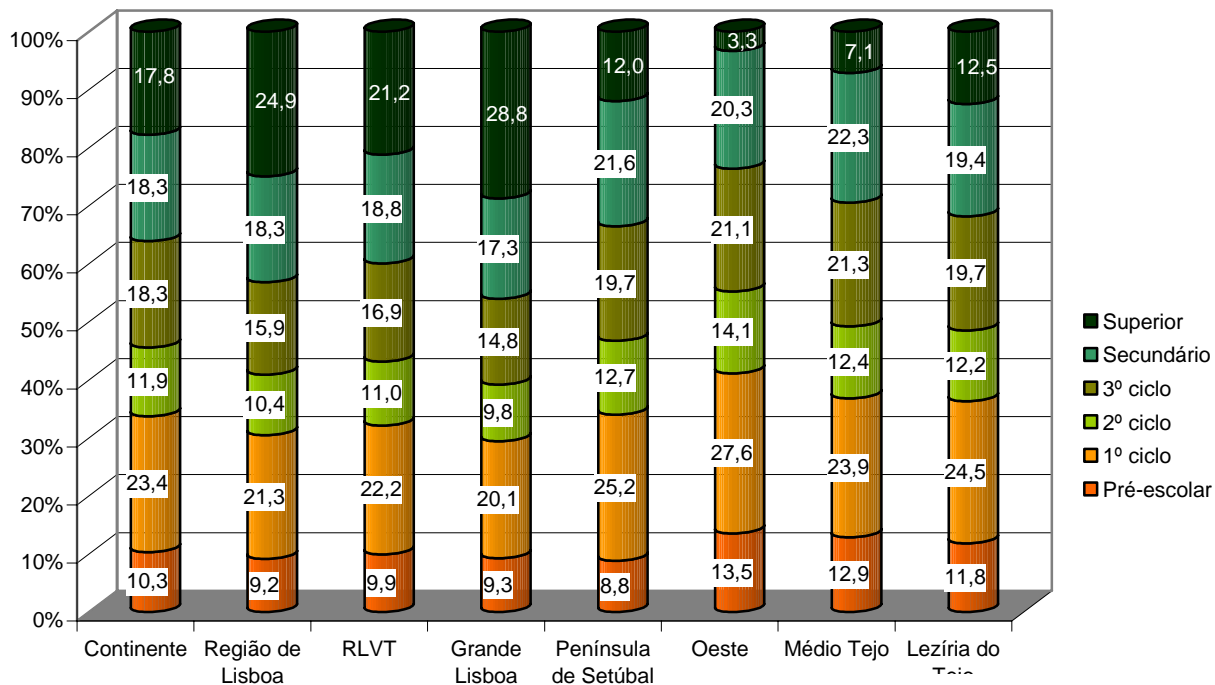
A Lezíria do Tejo acompanha esta performance negativa. No 3º ciclo e superior tem perdas em todos os anos lectivos. Só no 2º ciclo se regista uma variação positiva do número de alunos inscritos, desde 2001/2002.

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 50

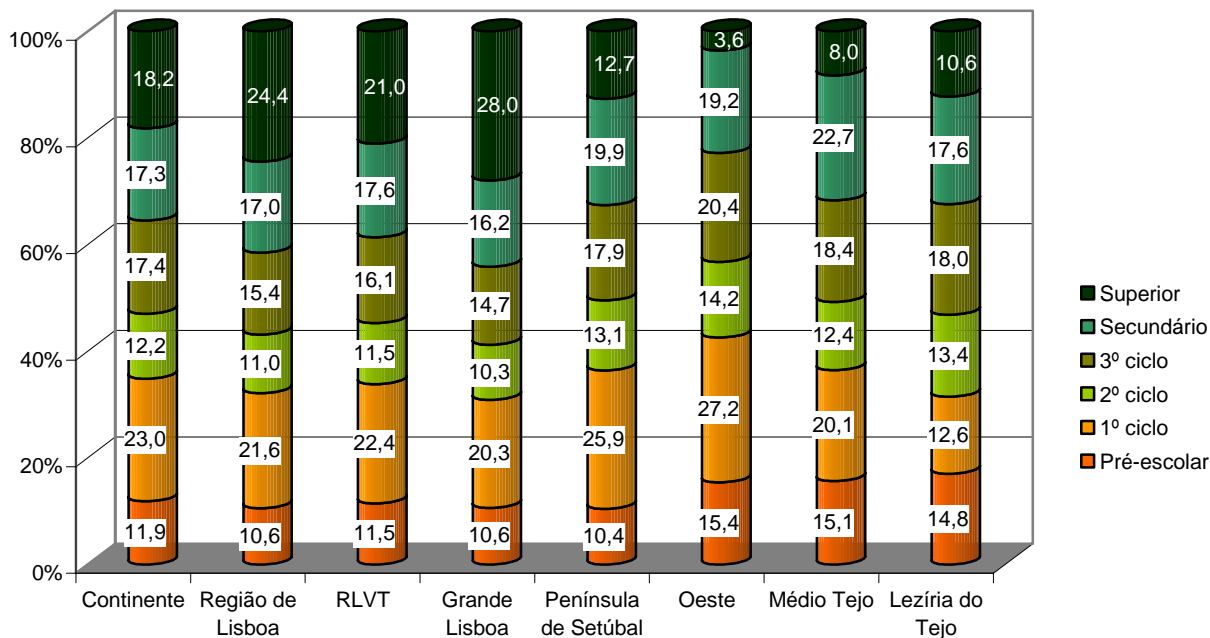
% de alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 00/01)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 51

% de alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 04/05)

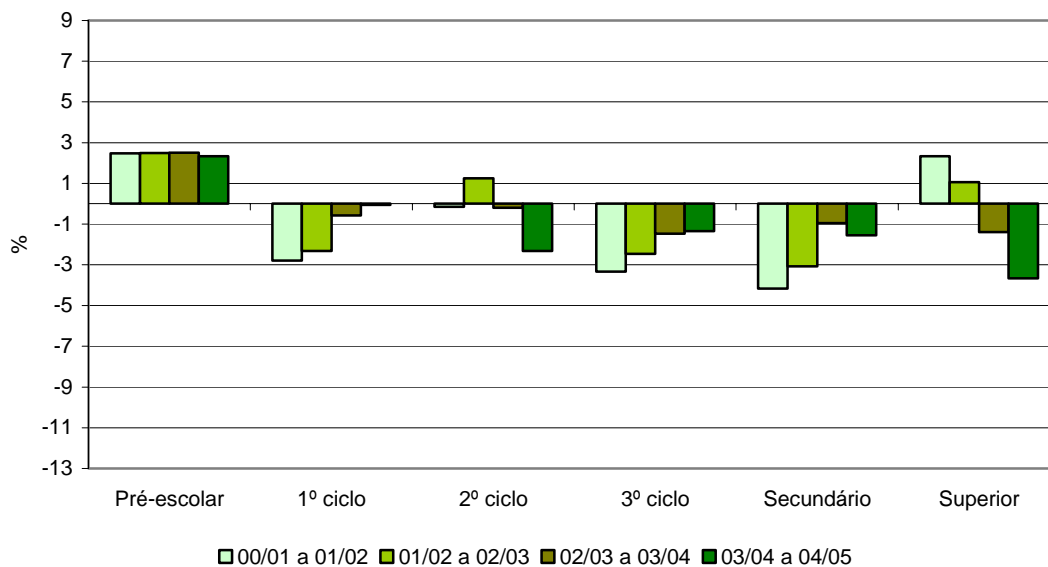


Fonte: DAPP - ME

C.3 – RECURSOS HUMANOS
C.3.1 – Educação

Gráfico 52

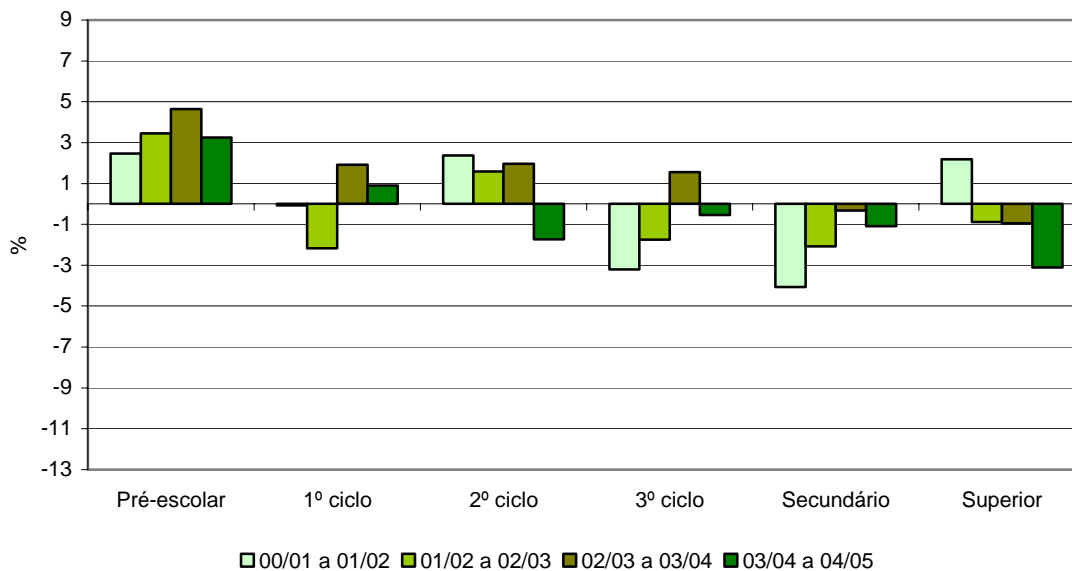
Variação de alunos por ciclo de ensino - Continente



¹ Fonte: DAPP – ME e INE

Gráfico 53

Variação de alunos por ciclo de ensino – Região de Lisboa

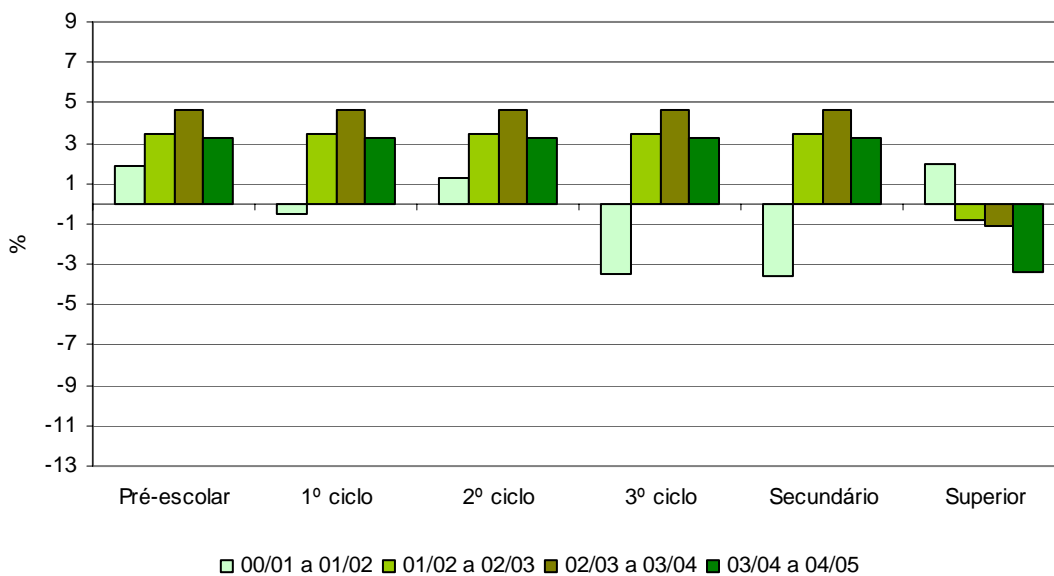


Fonte: DAPP – ME e INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS
C.3.1 – Educação

Gráfico 54

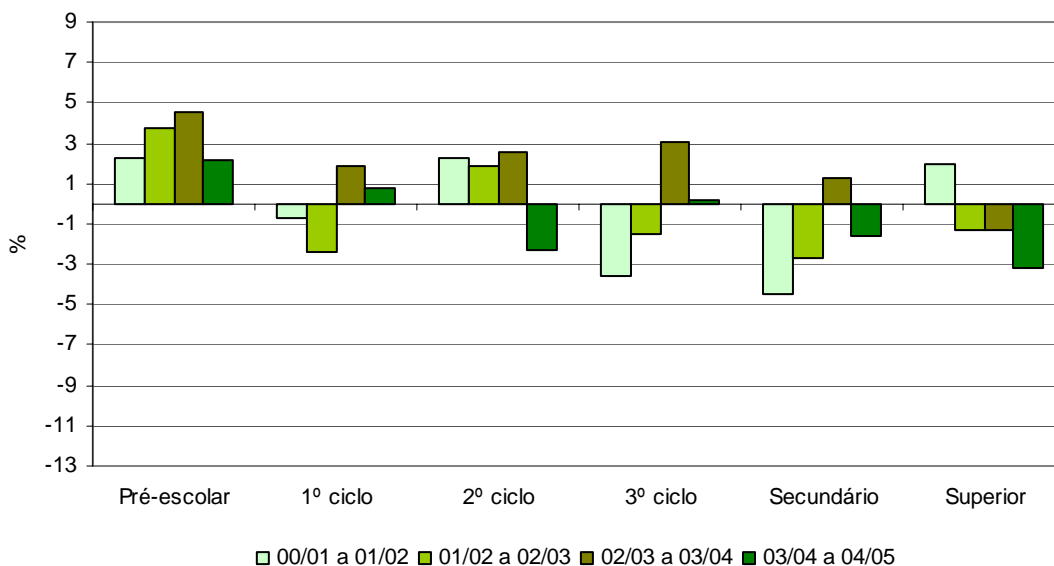
Variação de alunos por ciclo de ensino - RLVT



Fonte: DAPP – ME e INE

Gráfico 55

Variação de alunos por ciclo de ensino – Grande Lisboa



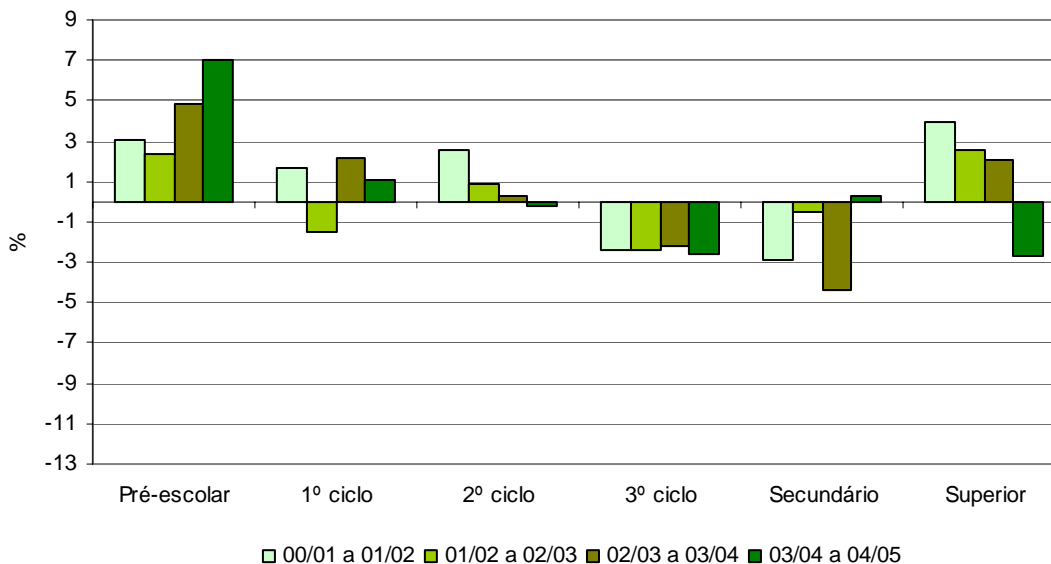
Fonte: DAPP – ME e INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 56

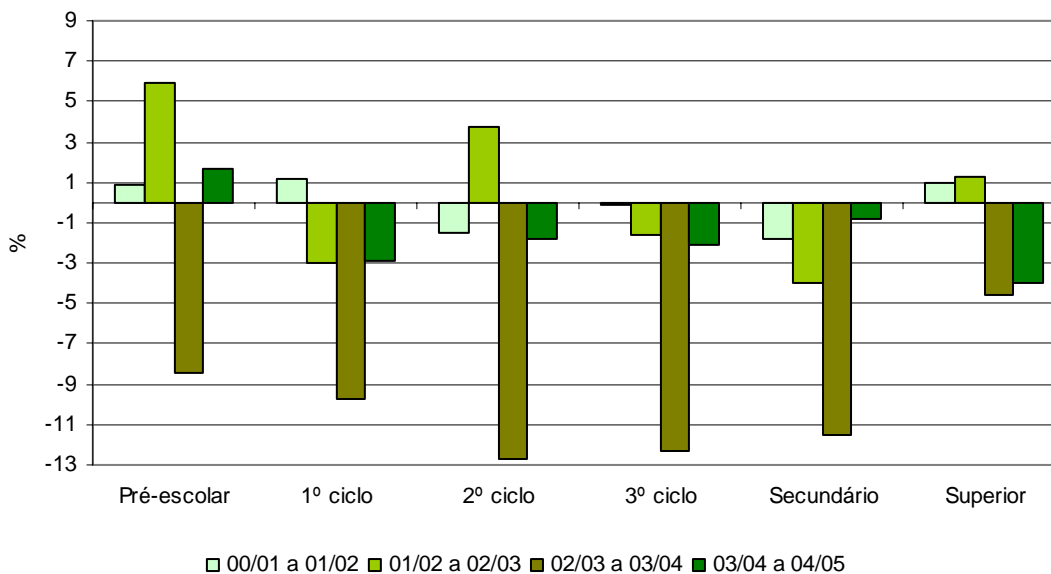
Variação de alunos por ciclo de ensino – **Península de Setúbal**



Fonte: DAPP – ME e INE

Gráfico 57

Variação de alunos por ciclo de ensino – **Oeste**

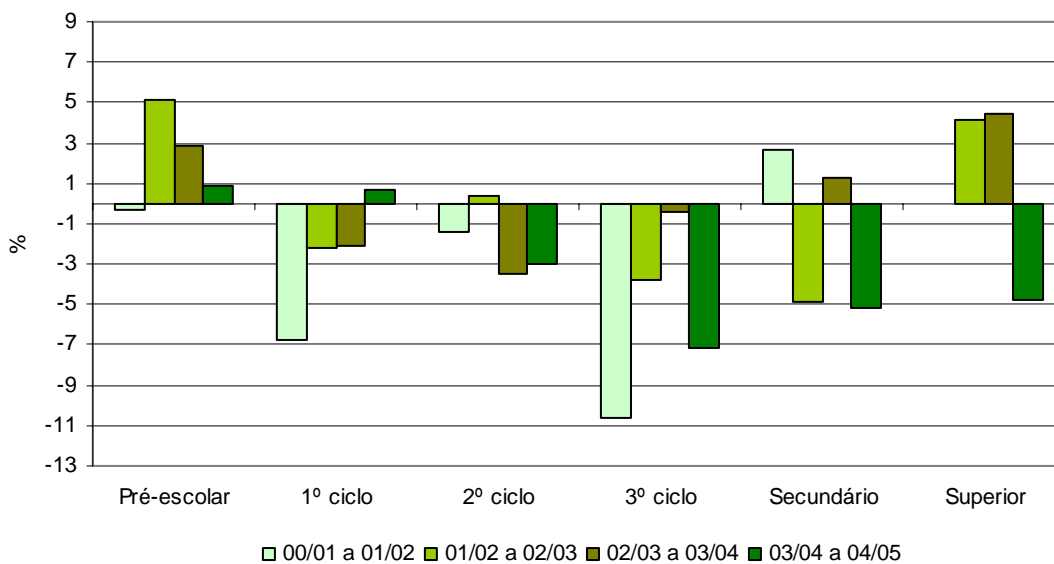


Fonte: DAPP – ME e INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS
C.3.1 – Educação

Gráfico 58

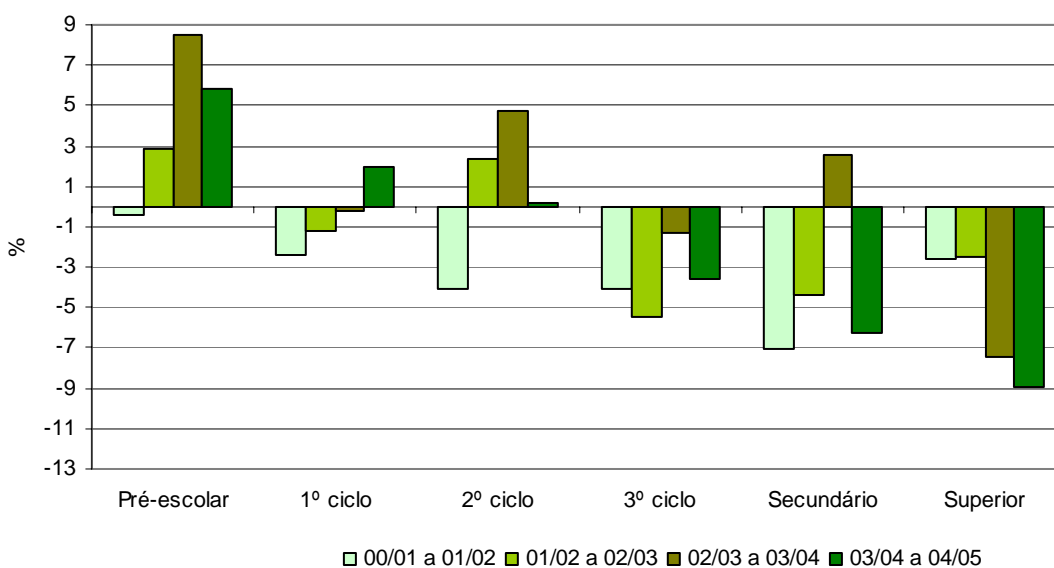
Variação de alunos por ciclo de ensino – **Médio Tejo**



Fonte: DAPP – ME e INE

Gráfico 59

Variação de alunos por ciclo de ensino – **Lezíria do Tejo**



Fonte: DAPP – ME e INE

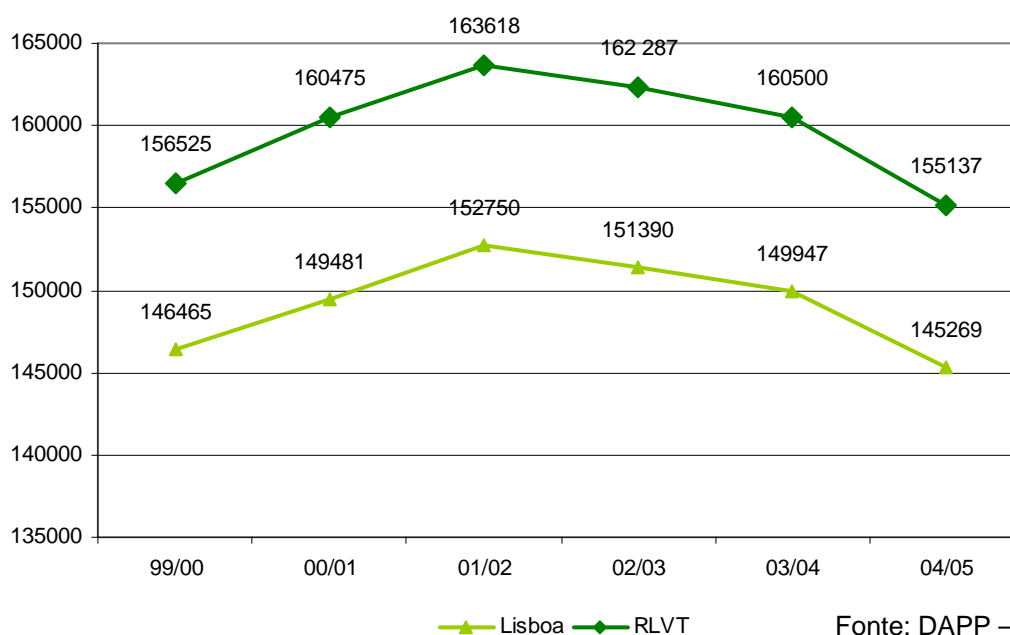
b) Ensino Universitário

A evolução do número de alunos inscritos em ensino universitário acompanha a tendência identificada para cada uma das sub-regiões. Assim, desde 2001/2002 que se regista uma diminuição do número de alunos, atingindo em 2004/2005 valores mais baixos do que os verificados em 1999/2000 altura em que a tendência era de crescimento. Em 2001/2002 a RLVT tinha 163.618 estudantes de ensino superior baixando, em 2004/2005 para 155.137 – o que equivale a uma perda de mais de 8.000 alunos, ou seja, uma perda superior a 2.800 alunos/ano.

Um outra tendência que tem vindo a ser assinalada, e que não representa novidade de maior, respeita à cada vez maior representação do ensino público na estrutura do ensino superior. Há diferenças não significativas da AML face à RLVT (a primeira tem perto de 2% a mais de representação no ensino privado). Se em 96/97, 55% dos alunos do ensino superior estudavam em Universidades/ Institutos públicos, esse valor aumenta para mais 14 valores percentuais em 04/05.

Gráfico 60

Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na Região de Lisboa e na RLVT, 99/00 a 04/05

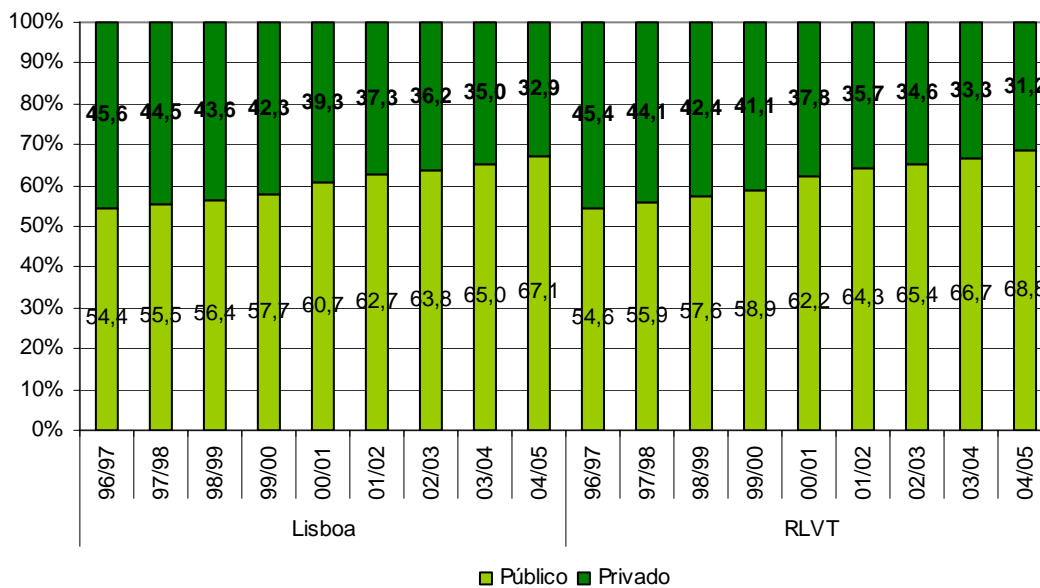


C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 61

Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino, na Região de Lisboa e na RLVT, 99/00 a 04/05



Fonte: DAPP – ME e INE

c) Retenção e Abandono Escolar por Ciclos de Ensino³

Na análise das taxas de retenção e desistências verificam-se diferentes tendências, quer por ciclo de ensino quer por região embora de difícil leitura dada a mudança dos critérios de avaliação no sistema de ensino.

No referente ao 1º ciclo, desde o ano lectivo 2001/2002 que se regista uma tendência de diminuição do abandono e retenção. A sub-região Oeste e Médio Tejo conseguiram ter valores neste indicador, em 2004/2005, inferiores a 5%. A Lezíria do Tejo apresentava, nesse mesmo ano, uma taxa de retenção e desistência de 6,6%. Os valores regionais são, em média, ligeiramente superiores aos registados no país.

No 2º ciclo elevam-se substancialmente as taxas de retenção e de abandono. Apesar de se registar uma tendência generalizada de diminuição do valor deste indicador em todas as sub-regiões (excepção feita ao Médio Tejo que eleva 2 pontos percentuais no indicador em 2004/2005 face ao ano anterior), a performance regional é mais negativa do que a registada ao nível nacional. A RLVT tinha, em 2004/2005 uma taxa de retenção/ desistências no 2º ciclo de 13,9% quando no país se registava uma taxa de 12,1%. Acompanhando a situação verificada ao nível do 1º ciclo, são as regiões da Península de Setúbal e da Lezíria do Tejo que mantêm as posições mais negativas no indicador.

De sublinhar que o Médio Tejo é a sub-região que tem, em todos os ciclos de ensino analisados, as menores taxas de desistência e retenção escolar.

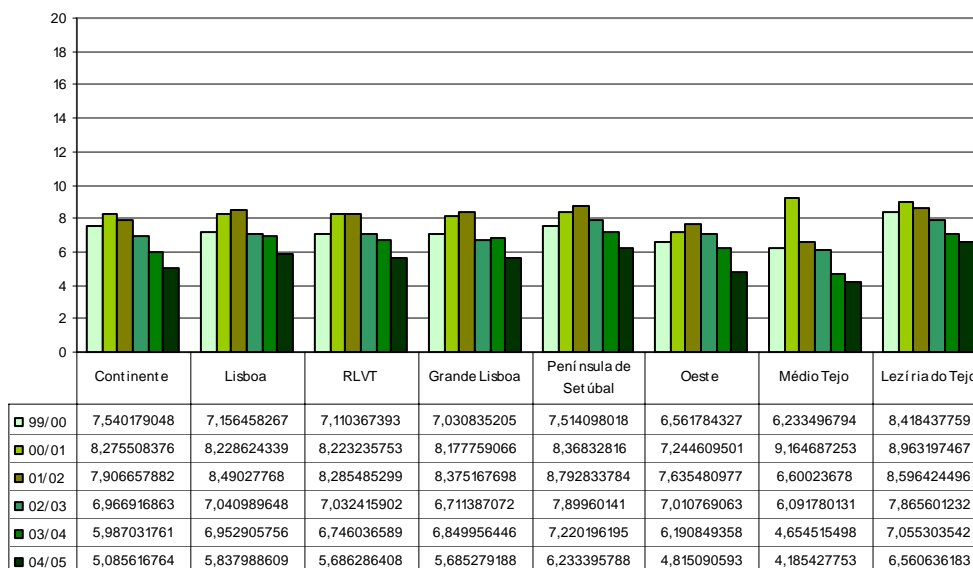
³ Actualmente, apenas estão acessíveis dados que conjugam o insucesso com o abandono, razão pela qual este indicador é apresentado desta forma.

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 62

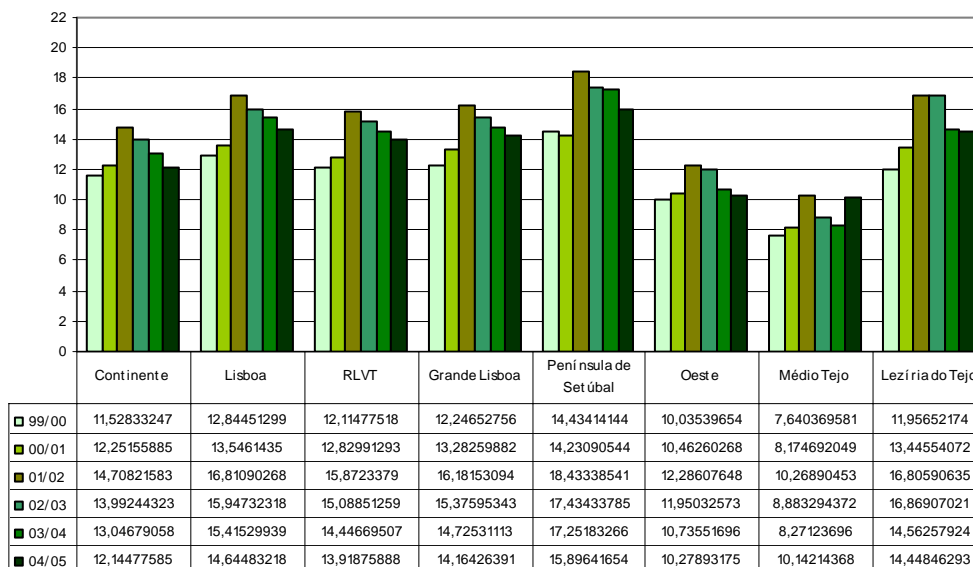
Taxa de retenção/ desistências no 1º ciclo, 99/00 a 04/05



Fonte: DAPP – ME e INE

Gráfico 63

Taxa de retenção/ desistências no 2º ciclo, 99/00 a 04/05

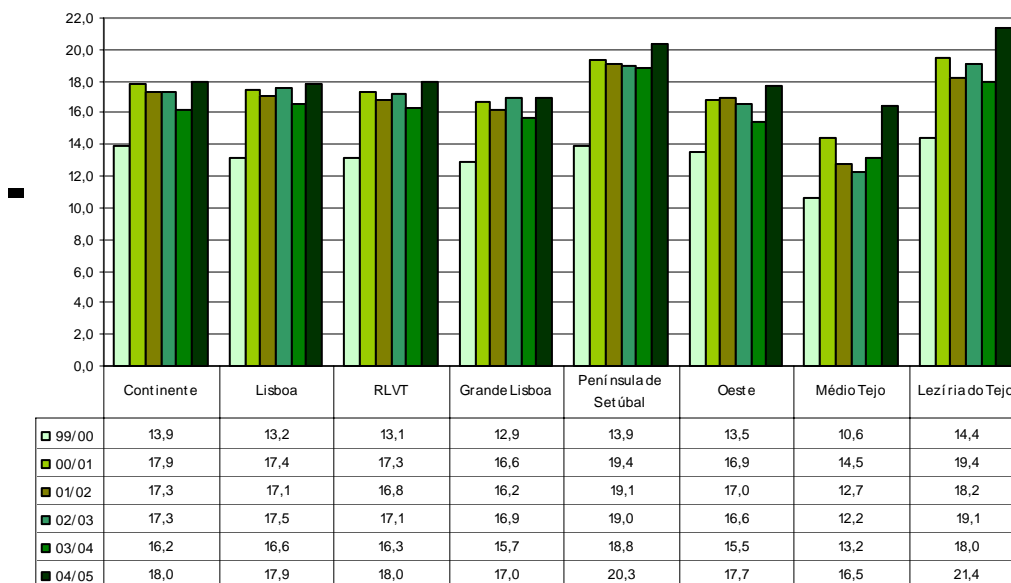


Fonte: DAPP – ME e INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS
C.3.1 – Educação

Gráfico 64

Taxa de retenção/ desistências no 3º ciclo, 99/00 a 04/05



Fonte: DAPP – ME e INE

c) Acesso às novas tecnologias de informação

Numa fase em que as tecnologias se tornam centrais como forma de comunicação e de trabalho a capacidade de generalização do acesso torna-se um elemento de medida da inclusão.

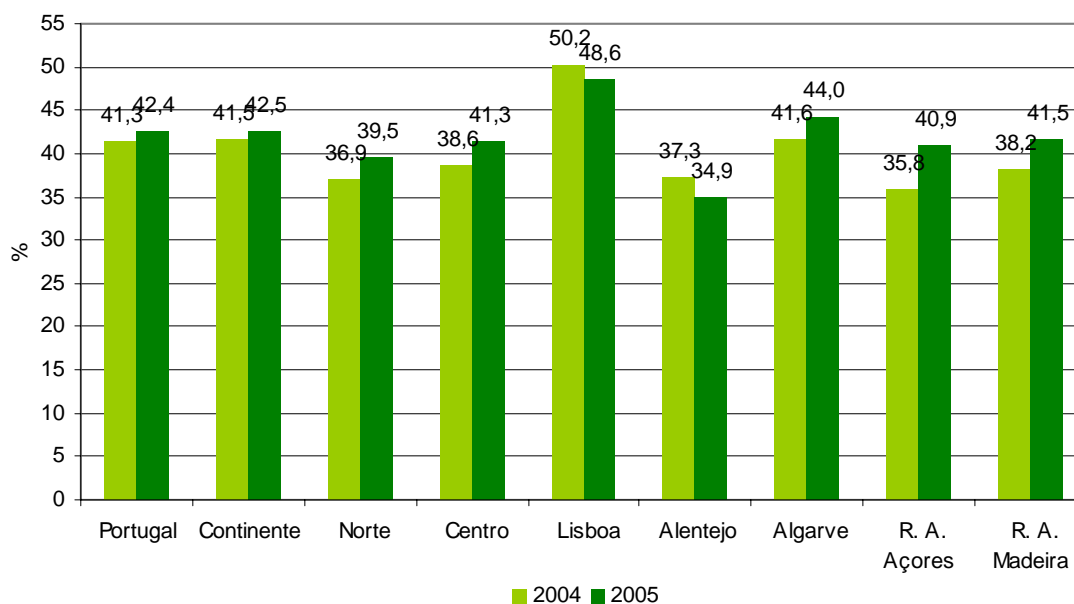
A região de Lisboa assume a posição dianteira, nos diferentes indicadores de medida de acesso a estas novas tecnologias. A região do Alentejo mantém os valores mais baixos nos diferentes indicadores em análise. Refira-se, no entanto, que a reduzida série temporal existente não nos permite aferir de tendências evolutivas.

Cerca de metade dos agregados domésticos da região de Lisboa possuem um computador, se bem que se tenha registado uma diminuição do indicador de 2004 para 2005.

Lisboa apresenta 37,4% dos agregados com acesso à Internet, uma subida face a 2004 em que o valor do indicador se situava em 33,4%. Em 2005, os Açores acompanhavam a região com o valor mais elevado no acesso à Internet.

Praticamente metade da população da região de Lisboa utiliza o computador – em 2004, 47,9% baixando ligeiramente em 2005 para 47,5%.

Gráfico 65
% de agregados domésticos com posse de computador, 2004 e 2005



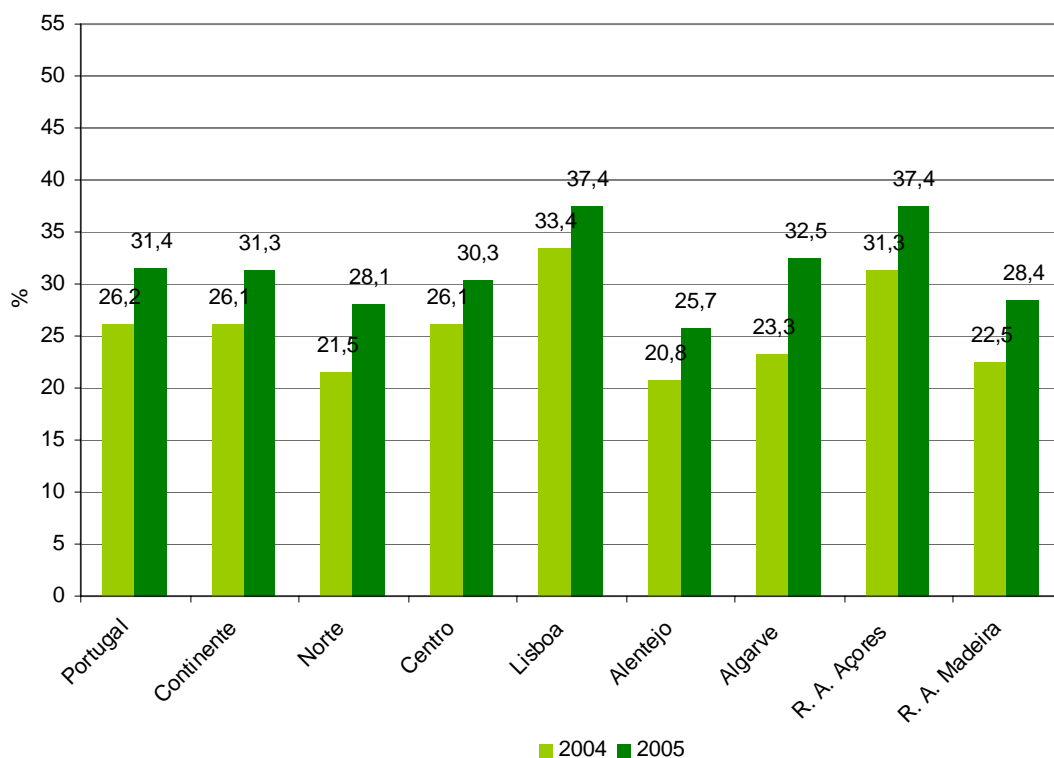
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.1 – Educação

Gráfico 66

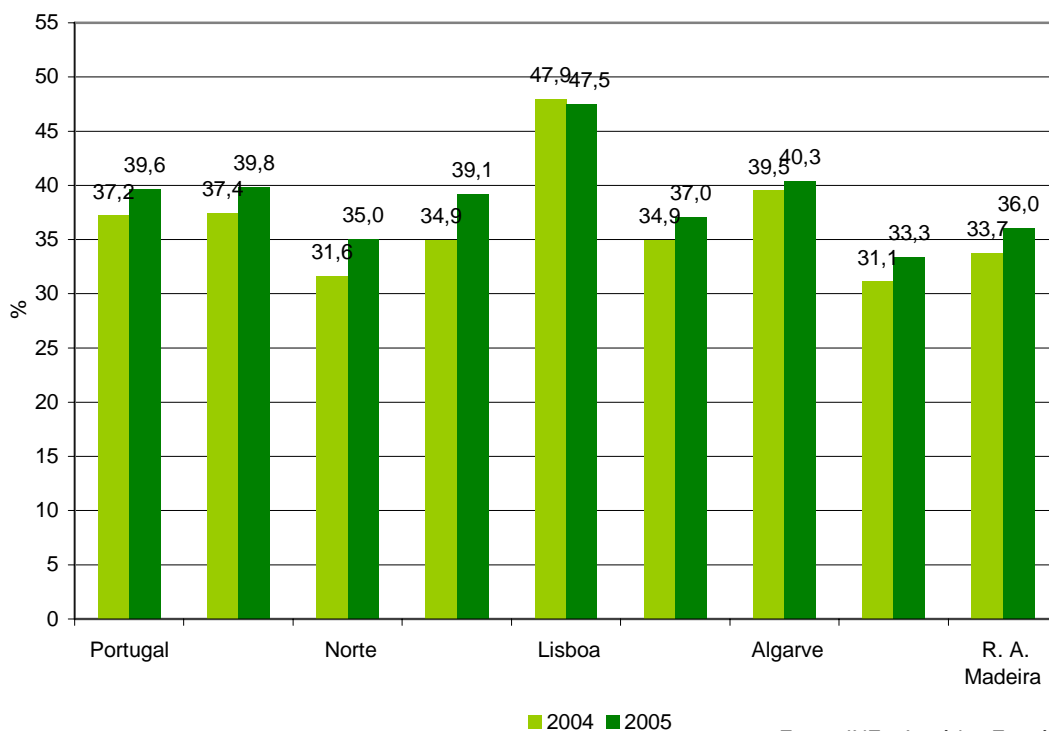
% de agregados domésticos com acesso à Internet, 2004 e 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 67

% de indivíduos que utilizam o computador, 2004 e 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

a) Alunos em Ensino Profissional e Ensino Tecnológico

A acompanhar os resultados débeis da região ao nível da formação ao longo da vida está a formação profissional e o ensino tecnológico. Em comparação com as regiões capitais europeias, Lisboa é a 4ª capital com menor % de estudantes em ensino vocacional – 4,8% em 2005. É ultrapassada por todas as restantes regiões portuguesas. Londres isola-se das restantes capitais com 29% de estudantes em ensino vocacional.

Embora se tenham verificado acréscimos regulares no efectivo de alunos do 3º ciclo em ensino profissional, em 2004/2005 a % destes alunos no total era de 2,5% na RLVT e de 2,9% na AML.

No ensino secundário, a situação é mais positiva mas o ensino profissional ainda tem um papel residual. A região apresenta valores mais baixos na % de alunos do secundário em ensino profissional face ao país, mas revela tendência de crescimento do indicador. Há, no entanto, variações sub-regionais – a Península de Setúbal e o Oeste registaram diminuição da % destes alunos no último ano lectivo m análise (a primeira passou de 19% em 2003/2004 para 4,8% em 2004/2005 e a segunda de 7% para 5,8%). O Médio Tejo e a Lezíria do Tejo são as sub-regiões com valores mais elevados no indicador.

Quanto ao ensino tecnológico, este tem uma representação de estudantes mais significativa do que o ensino profissional. Até 2003/2004 a tendência regional apontava para a diminuição da representação dos alunos em ensino tecnológico na estrutura do ensino secundário, que se inverte ligeiramente de 2003/2004 para 2004/2005. Também neste tipo de ensino a % de alunos na RLVT é inferior ao país, mas superior à AML. É no Oeste que se registam valores mais elevados.

Somando os alunos em ensino tecnológico com os alunos de ensino profissional verificamos que Lisboa está muito longe das metas previstas – 35% para 2013 e 50% para 2020, quando em 2004/2005 perfazia 21,9%. Para a região de Lisboa chegar à meta de 2013 terá de aumentar em cerca de 60% o seu actual número de alunos

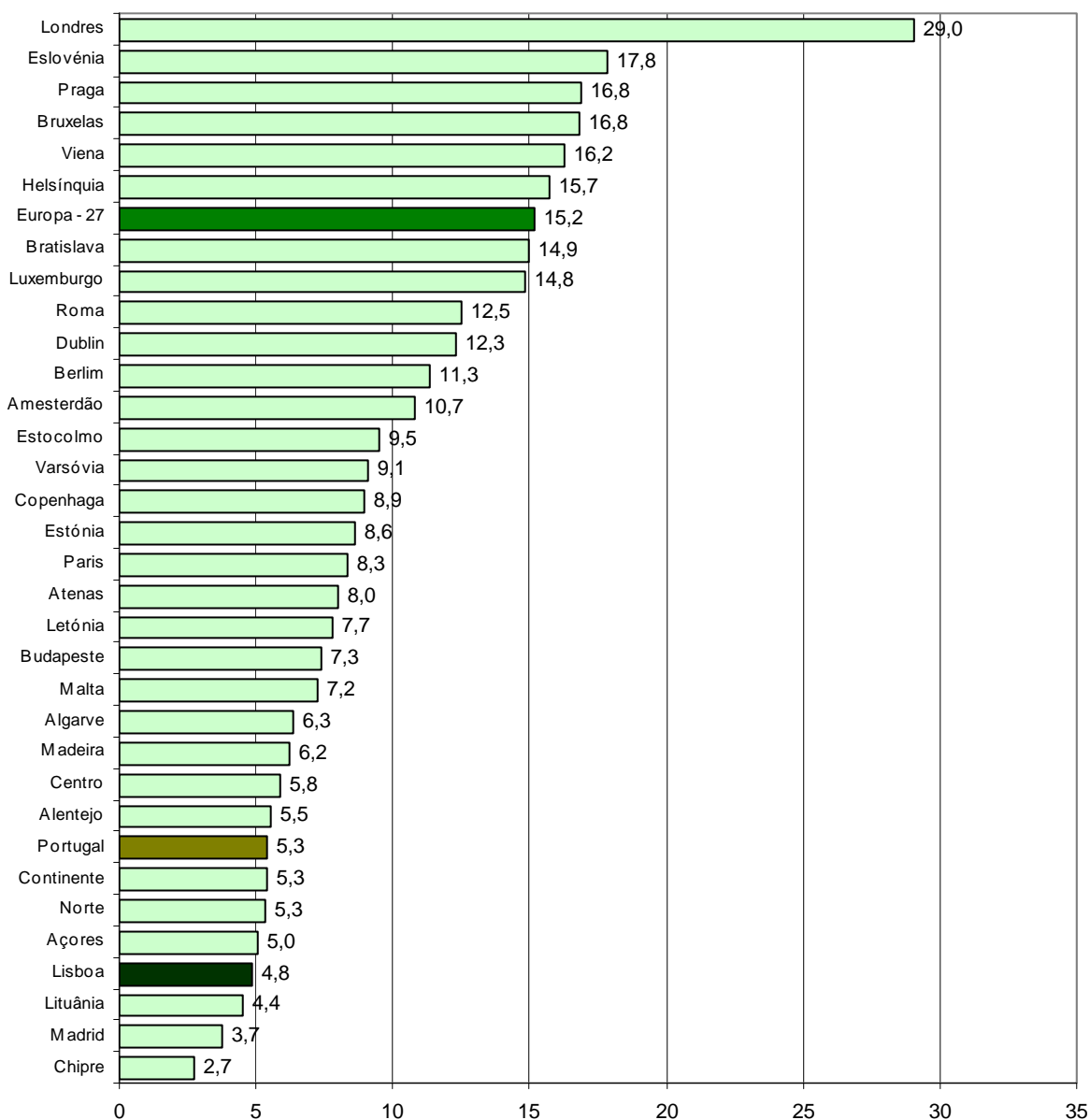
C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.2 – Formação Profissional e Ensino Tecnológico

nestes tipos de ensino (no conjunto), o que significa ter cerca de 1.500 novos alunos/ano em ensino tecnológico e profissional.

Gráfico 68

% de estudantes em ensino vocacional, nas regiões capitais europeias e nas regiões portuguesas (2005)



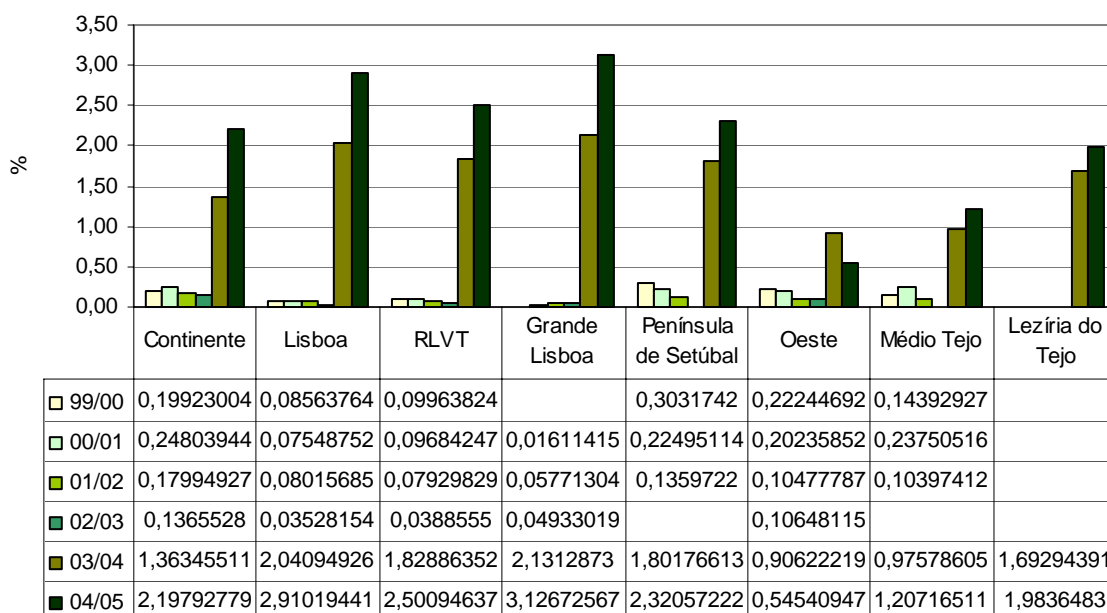
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.2 – Formação Profissional e Ensino Tecnológico

Gráfico 69

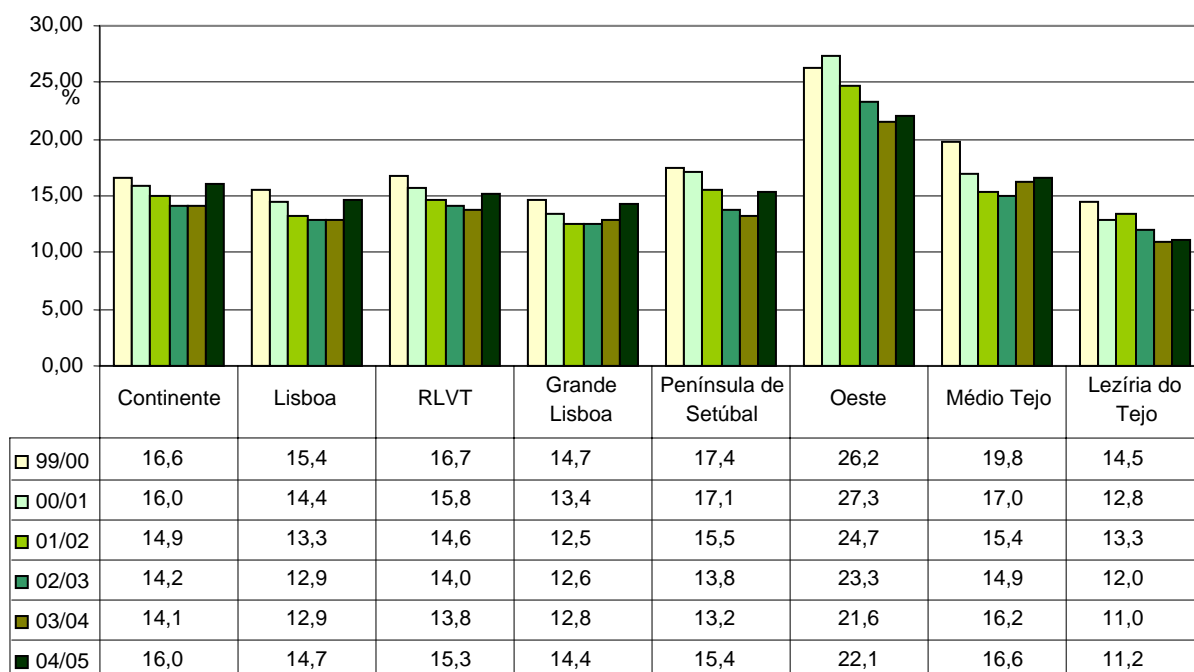
% de alunos do 3º ciclo inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 04/05)



Fonte: Ministério da Educação

Gráfico 70

% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 04/05)



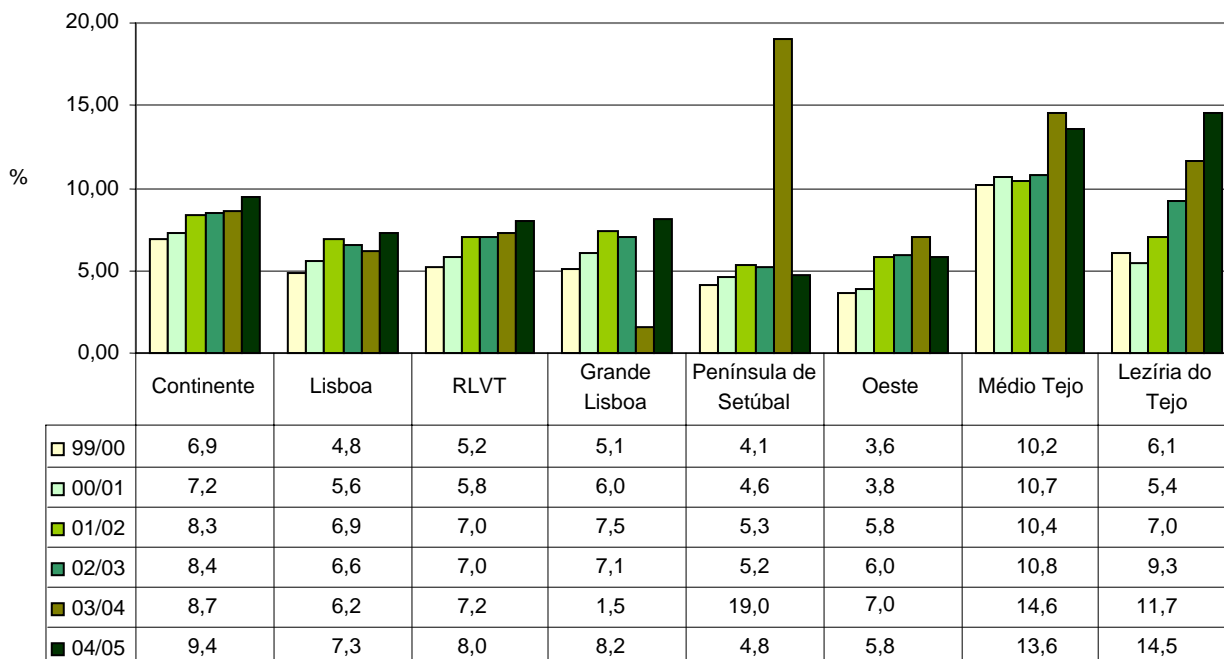
Fonte: Ministério da Educação

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.2 – Formação Profissional e Ensino Tecnológico

Gráfico 71

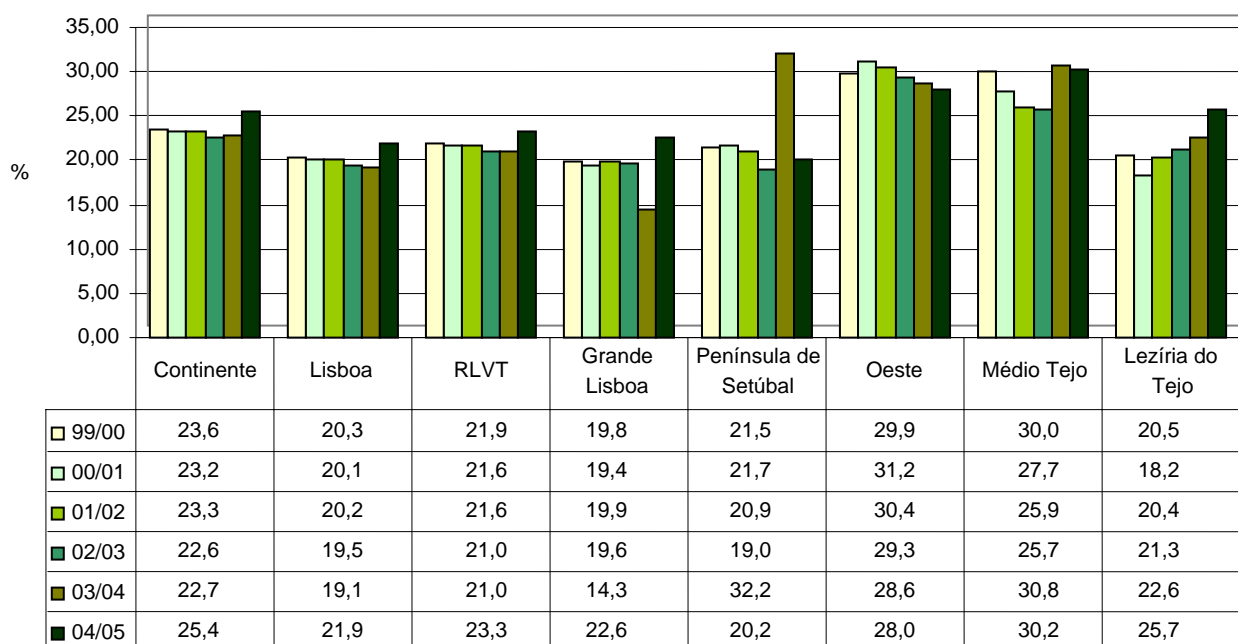
% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino tecnológico
(ano lectivo 99/00 a 04/05)



Fonte: Ministério da Educação

Gráfico 72

% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino profissional e ensino tecnológico
(ano lectivo 99/00 a 04/05)



Meta Lisboa 2013 - 35%; 2020 - 50%

Fonte: Ministério da Educação

C.3 – RECURSOS HUMANOS

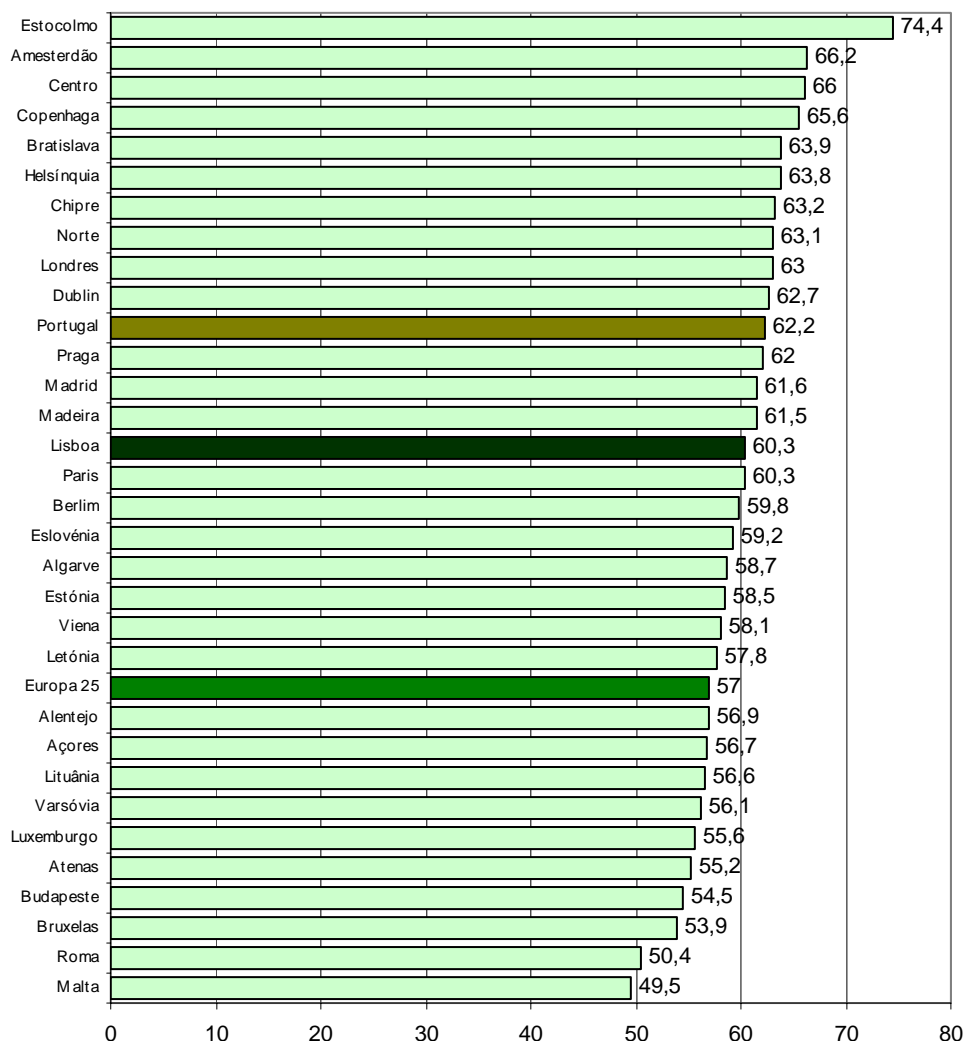
C.3.3 –Emprego e Desemprego

A região de Lisboa apresenta valores muito próximos das restantes capitais europeias no que respeita à percentagem de população activa. Em 2005, registava uma taxa de actividade de 60,3%, ocupando uma posição mediana no conjunto das regiões portuguesas. Estocolmo isolava-se com uma taxa de actividade de 74,4%. Esta cidade é igualmente a que apresenta uma taxa de actividade feminina mais baixa.

Lisboa tinha, em 2005, uma taxa de actividade feminina de 54,8%, sendo a 7ª cidade com valor mais elevado neste indicador. Ao nível nacional, são as regiões Centro e Norte que apresentam valores mais elevados do que Lisboa, em termos da actividade feminina. Roma e Malta apresentam os valores mais baixos quer na taxa de actividade total quer na taxa de actividade feminina.

Gráfico 73

% de população activa total, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)



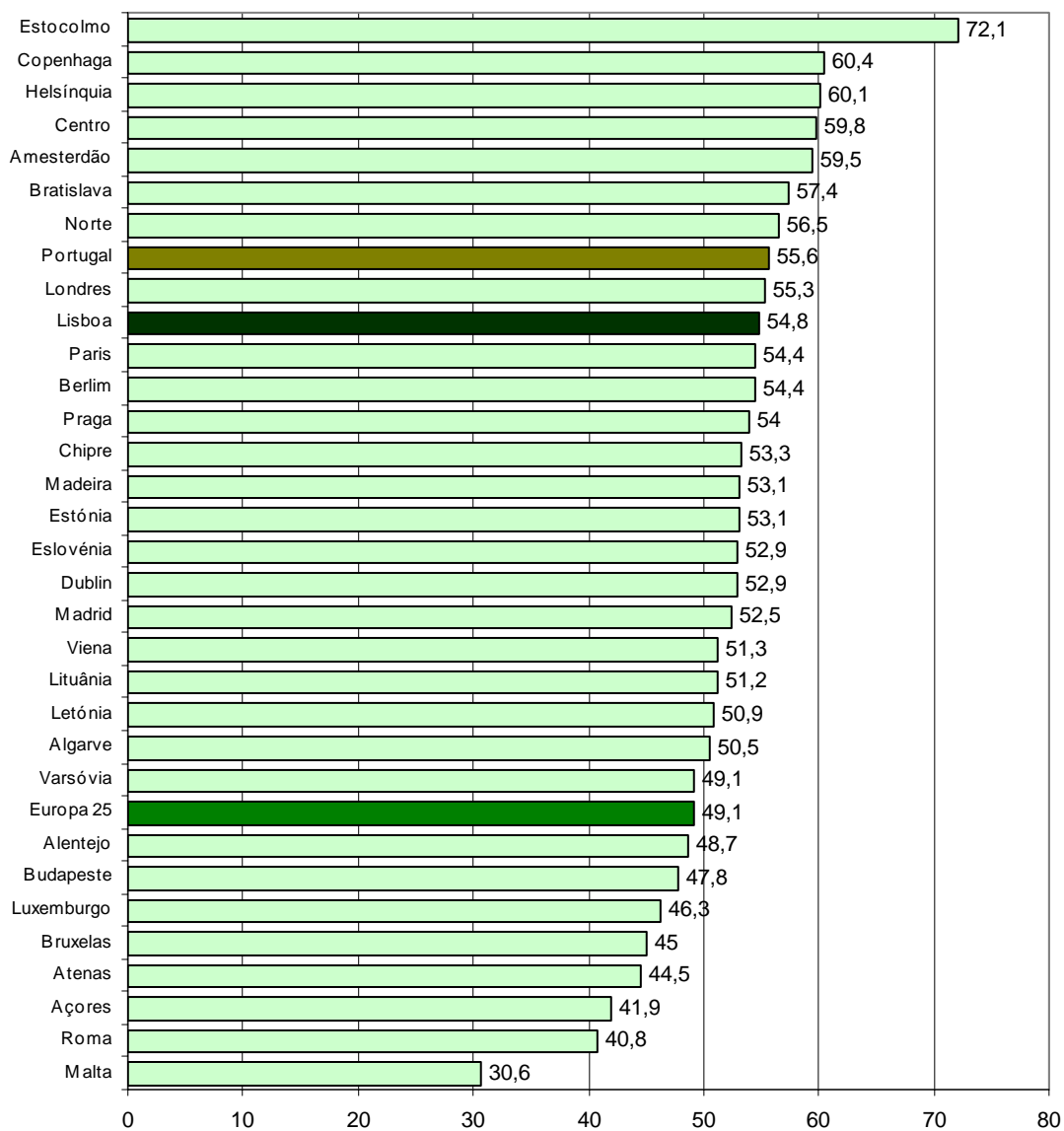
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 74

% de população activa feminina, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)



Fonte: EUROSTAT

a) Taxa de Actividade e Inactividade

Na análise da evolução da taxa de actividade média anual desde 2000, denota-se uma tendência de estabilização quer para a região quer para o país. Lisboa mantém sempre valores mais baixos na taxa de actividade tendo por comparação o país, apresentando, em 2007, um valor no indicador de 51%.

O comportamento evolutivo das taxas de actividade segundo o género é ligeiramente diferenciado. Apesar das taxas de actividade masculina serem superiores às taxas de actividade feminina, as primeiras têm vindo a manifestar uma ligeira tendência de decréscimo revelando-se o inverso para estas últimas. Em 2002, na região, registava-se uma taxa de actividade masculina de 56,5%, reduzindo-se para 54,6% em 2007. Já nas taxas de actividade feminina verificava-se, em 2002, um valor de 46,7% elevando-se para 47,6% em 2007. Obviamente que ambos os indicadores estão intrinsecamente associados e reveladores de uma tendência de equidade no acesso ao mercado de trabalho – nem sempre com igual coincidência no que se reporta às garantias de sucesso e de resultados desse acesso, como teremos oportunidade de verificar nos vários indicadores em análise.

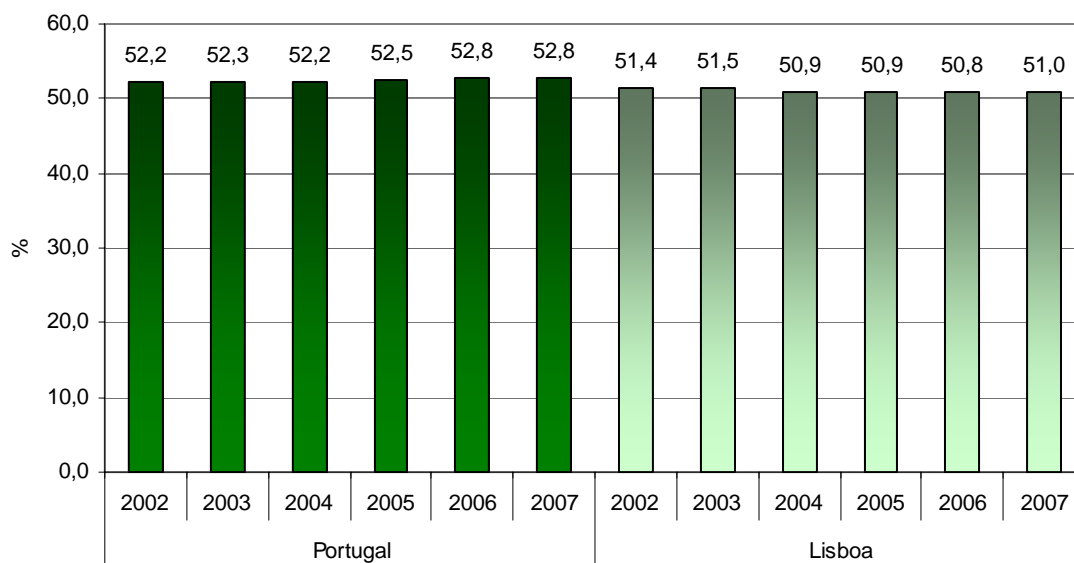
A população inactiva revela a taxa de esforço de uma qualquer sociedade para garantir os mecanismos de protecção social que lhe são exigidas. Em Lisboa, para além de se registar uma tendência de aumento do rácio dos inactivos face aos activos, verifica-se que os primeiros já ultrapassam os últimos. Assim, em 2002, a região tinha uma relação de 102 inactivos por 100 activos, elevando a relação de 106 para 100 em 2007. Em todos os anos – 2002 a 2007 – a percentagem de inactivos é superior na região comparativamente com o país.

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 75

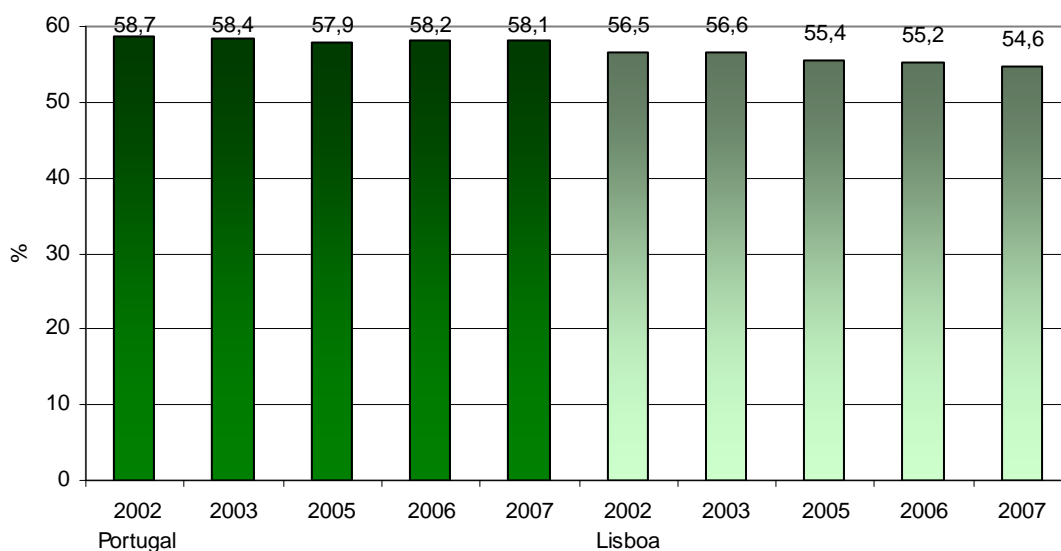
Taxa de actividade média anual (2002 a 2007)⁴



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

Gráfico 76

Taxa de actividade média anual – Homens (2002 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

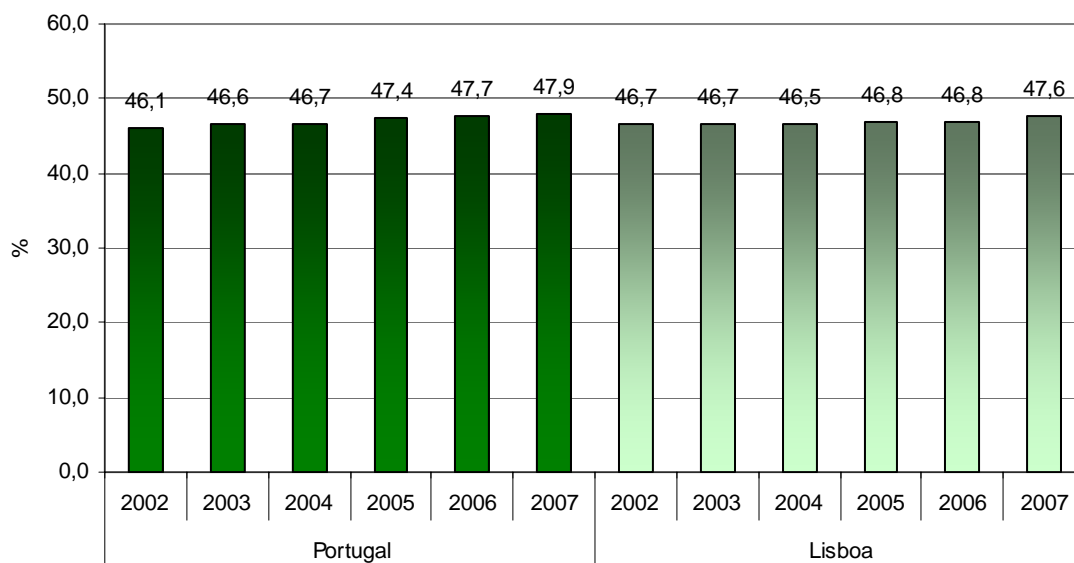
⁴ A diferença nos valores apresentados a nível nacional e os existentes no EUROSTAT justificam-se pela diferenciação nos métodos de cálculo. A taxa de actividade pode ser calculada tendo por denominador a população em idade activa ou a soma da população activa e da população inactiva (quando conhecida) – no primeiro caso o valor do indicador diminui por relação ao último que é mais realista em termos da medida da actividade total.

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 77

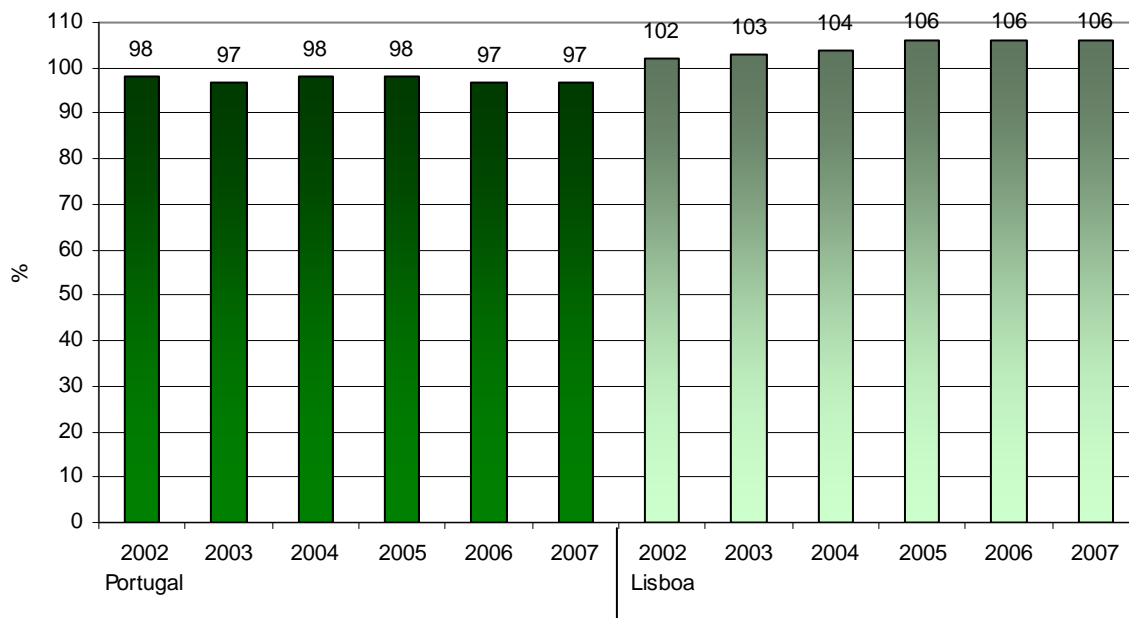
Taxa de actividade média anual – Mulheres (2002 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

Gráfico 78

Inactivos por 100 empregados (2002 a 2007)

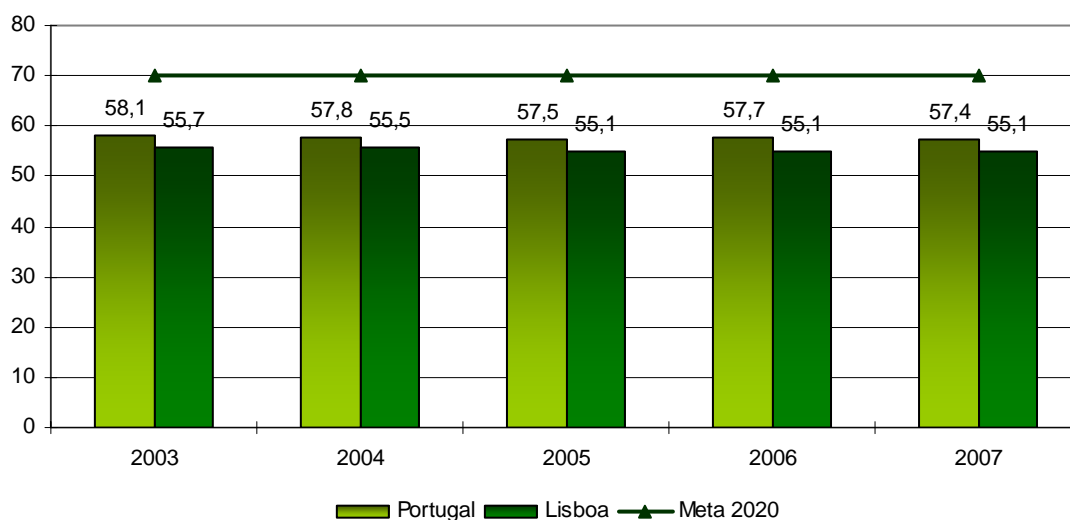


Fonte: INE - Anuários Estatísticos

b) Taxa de Emprego

Relativamente à taxa de emprego denota-se um ligeiro afastamento da região face às metas delimitadas. Em 2003, Lisboa apresentava uma taxa de emprego de 55,8% diminuindo para 55,1% em 2007, quando a meta regional para 2020 se situa em 70%. Igual tendência de decréscimo ligeiro se denota ao nível nacional, pese embora se identifiquem valores mais elevados do que os registados para a região – em 2003, Portugal apresentava uma taxa de emprego de 58,2% e em 2007 de 57,4%.

Gráfico 79
Taxa de emprego médio anual (2003 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

c) Escolarização da Mão-de-obra

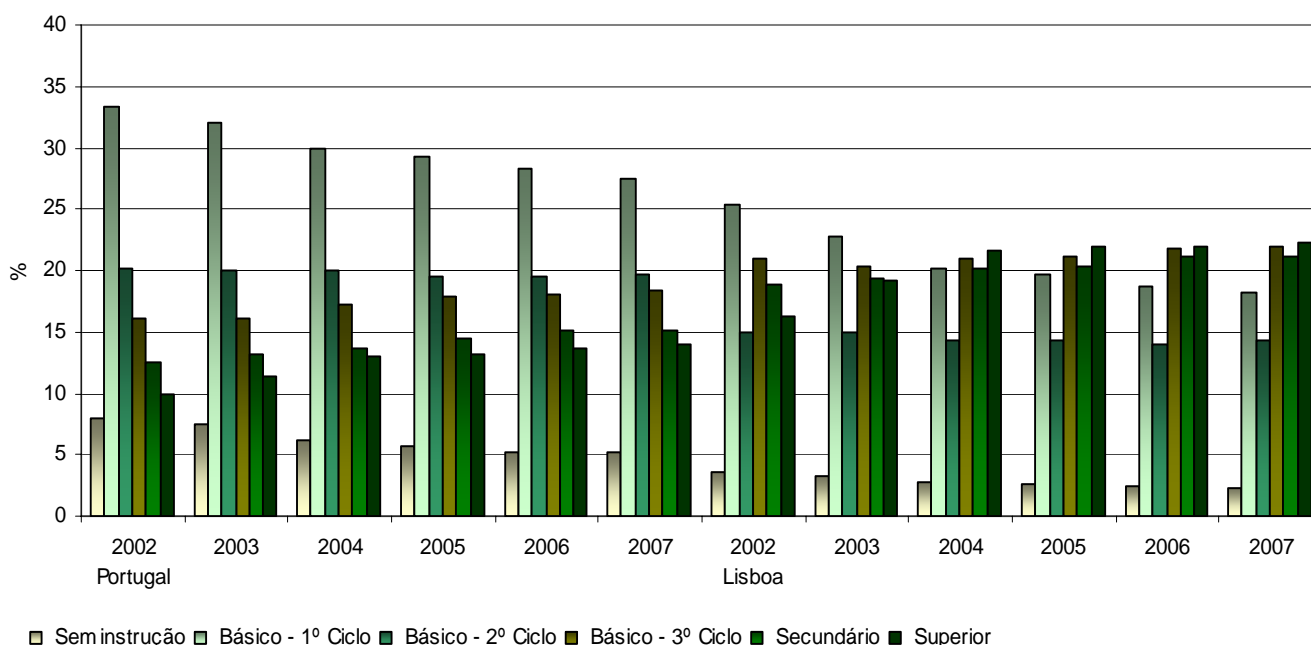
É claramente evidente a maior escolarização da população activa regional na comparação com o país. Não são visíveis mudanças estruturantes na estrutura de habilitações da população activa de 2002 para 2007, ao nível regional, não se tirando conclusão similar para o país.

Assim, a região apresenta uma percentagem muito reduzida de população activa sem qualquer instrução, tendo uma população activa com igual representatividade nos 3º ciclo, secundário e superior (mais de 20% de população activa com cada um destes níveis de ensino). Ao nível nacional, conclui-se por uma estrutura da população activa menos escolarizada mas com tendências evolutivas favoráveis – em 2002, tinha apenas 23% de população activa com nível secundário ou superior elevando-se para 29% em 2007. A população activa sem instrução ou com o 1º ciclo do ensino básico representava, em Portugal, em 2002, mais de 40% da população activa total baixando para cerca de 33% em 2007.

A qualificação da população activa regional é realmente contrastante com a realidade nacional. Em 2005, metade da população activa da região tinha atingido, pelo menos, a escolaridade obrigatória, quando ao nível nacional apenas 36,2% dos activos se enquadrava nesse perfil.

Gráfico 80

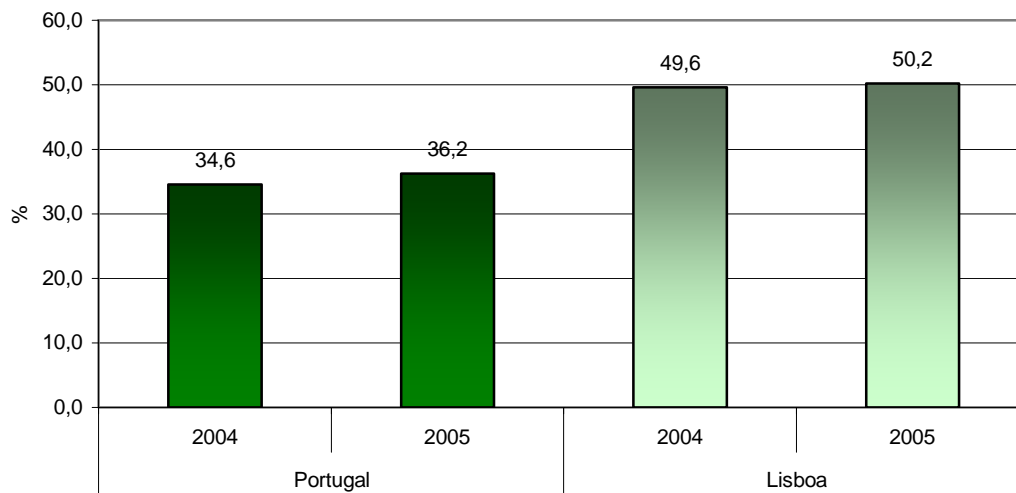
População activa segundo o nível de instrução (2002 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

Gráfico 81

% de Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população
(2004 e 2005)



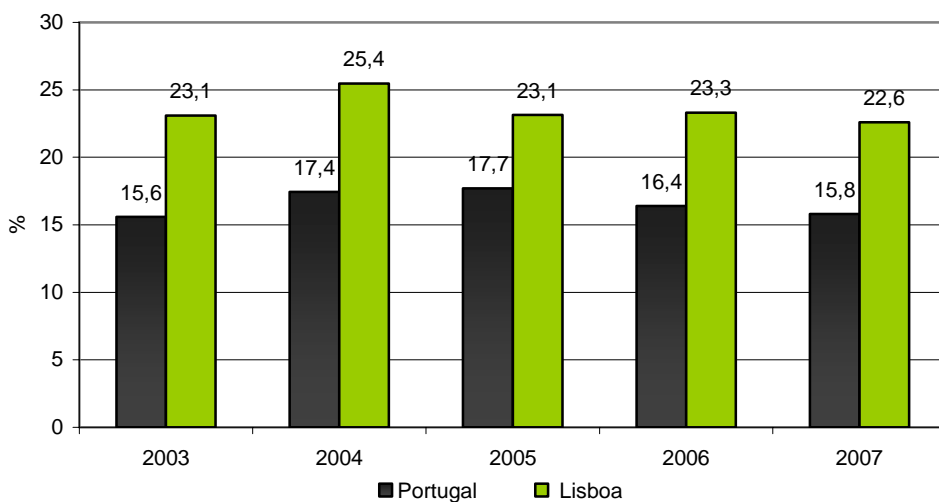
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

d) Qualificação dos trabalhadores

A situação favorável da região face ao país replica-se na análise da percentagem de quadros superiores e especialistas no conjunto da população empregada – que representa, em 2007, 22,6% na região e 15,8% no país. No entanto, não se pode deixar de sublinhar a ligeira tendência de decréscimo dos valores deste indicador, desde 2004, quer na região quer no país.

Gráfico 82

% de quadros superiores e especialistas no total da população empregada (2003 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

e) Remuneração dos trabalhadores

Não é novidade que a região de Lisboa “soma pontos” em muitos dos indicadores de caracterização do mercado de trabalho – em termos de escolarização e conseqüentemente na qualificação da mão-de-obra. Tal acaba por se reproduzir na remuneração dos trabalhadores. Um trabalhador de Lisboa ganhava, em média, mais 250€/mês do que um trabalhador português no conjunto.

Mantém-se, igualmente, a tendência de remuneração diferenciada da mão-de-obra pelas diferentes sub-regiões. A Grande Lisboa tinha, em 2003, os seus trabalhadores a ganharem, em média, 1149€/mês, o que representa a maior variação salarial anual ao nível regional. Os trabalhadores menos remunerados, em termos médios, eram os do Oeste (709€/mês). A menor variação anual dos salários deu-se, no entanto, na Lezíria do Tejo.

Da análise concelhia conclui-se pela existência de maiores elevações salariais de 2002 para 2003 nos concelhos de Alcochete e de Oeiras, no entanto tratam-se de realidades completamente distintas no que respeita aos valores médios das remunerações. Oeiras mantém-se, ao nível regional, como o concelho onde os trabalhadores são, em média, mais bem remunerados – em 2003, 1426€/mês – seguindo-se o concelho de Lisboa com remunerações médias mensais de 1283€/mês. A Grande Lisboa é, efectivamente, a sub-região onde se verificam as maiores disparidades na remuneração dos trabalhadores por concelho. De referir que um trabalhador de Mafra ganha, em média, duas vezes menos do que um trabalhador de Oeiras.

Apenas 3 concelhos em toda a região apresentavam, em 2003, uma remuneração média inferior a 600€/mês, a saber: Lourinhã (Oeste), Ferreira do Zêzere e Sardoal (Médio Tejo).

Mas as disparidades de remuneração nos territórios são ainda mais acentuadas quando se introduz a variável habilitações literárias. A diferença dos salários dos trabalhadores licenciados face aos trabalhadores com o 1º ciclo chega a ser superior a 1600€ - caso de Oeiras (Grande Lisboa) e Azambuja (na Lezíria do Tejo). As disparidades só não são mais acentuadas no concelho de Oeiras porque o aumento

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

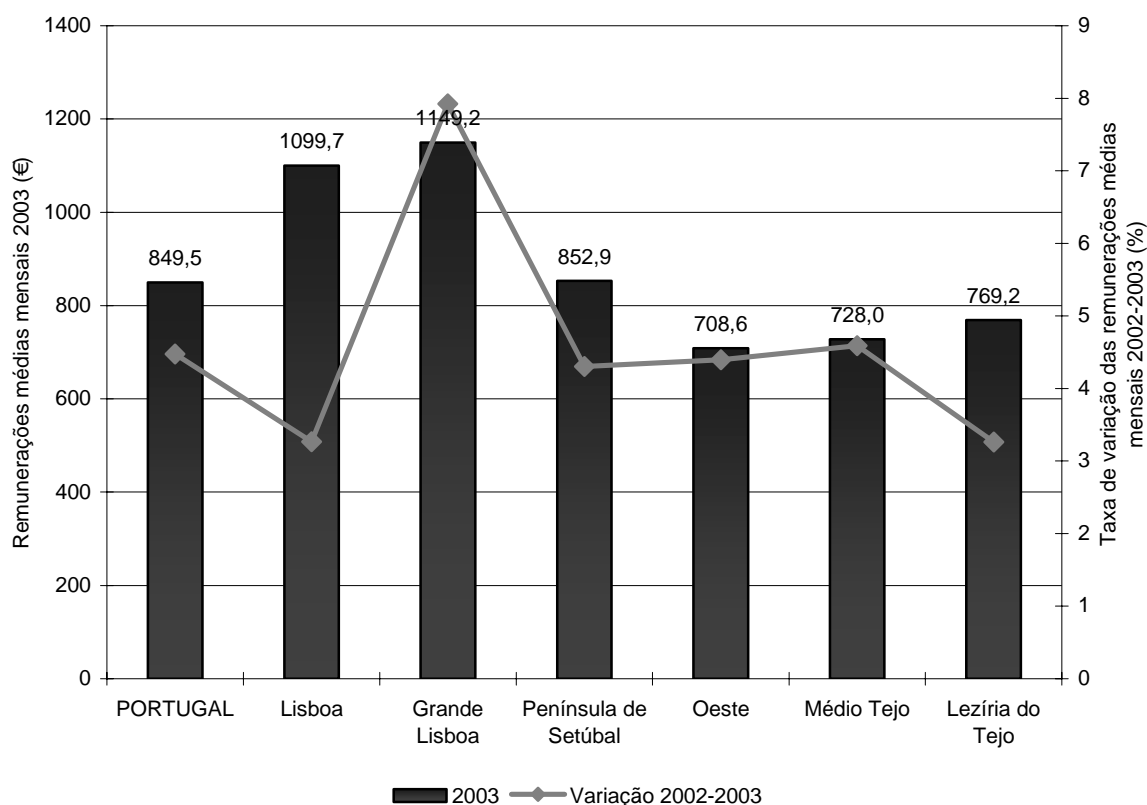
dos salários médios dos trabalhadores menos escolarizados foi maior do que nos trabalhadores com licenciatura. A Grande Lisboa é a sub-região onde as disparidades se revelam mais assinaláveis e o Médio Tejo apresenta valores mais baixos – o que se justificará por variações salariais mais elevadas nos trabalhadores com escolaridade inferior ao 1º ciclo do que as registadas nos trabalhadores com o ensino superior.

É no concelho de Ferreira do Zêzere que se verificam menores disparidades nas remunerações em função das habilitações.

Independentemente das diferenças existentes conclui-se claramente pelo aumento das remunerações em função das habilitações literárias.

Gráfico 83

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003 e taxa de variação 2002-2003



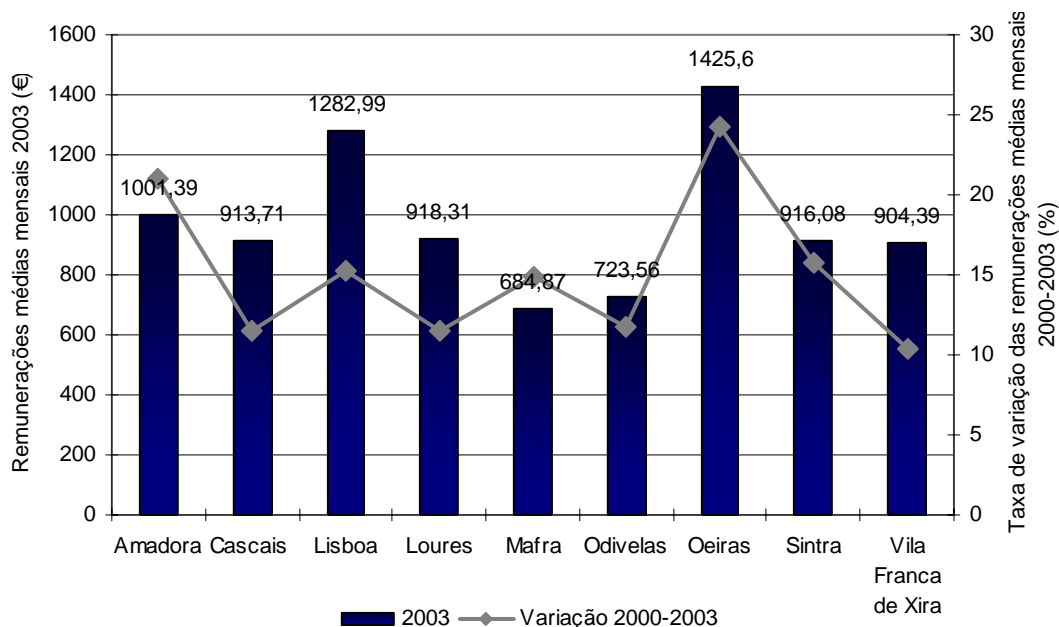
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 84

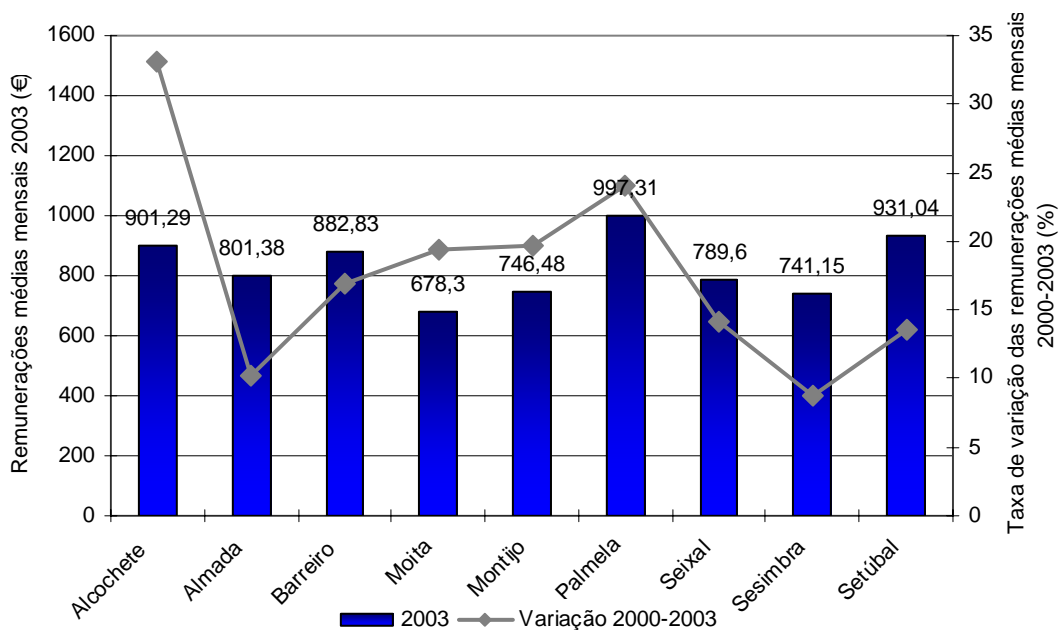
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003
(Grande Lisboa) e taxa de variação 2000-2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 85

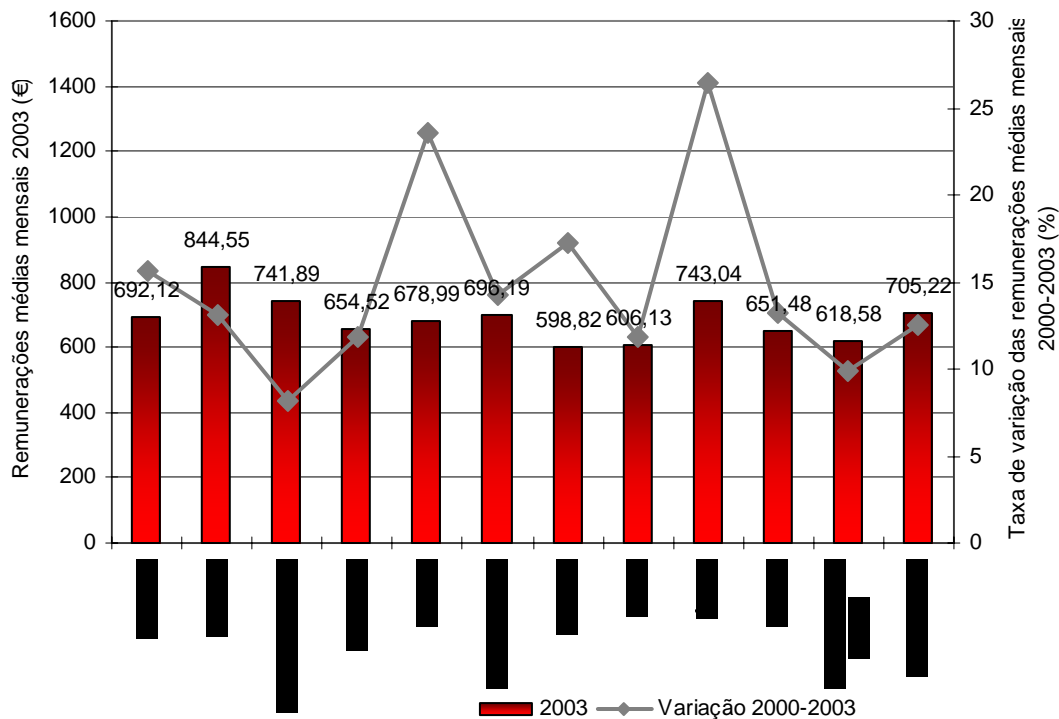
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003
(Península de Setúbal) e taxa de variação 2000-2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 86

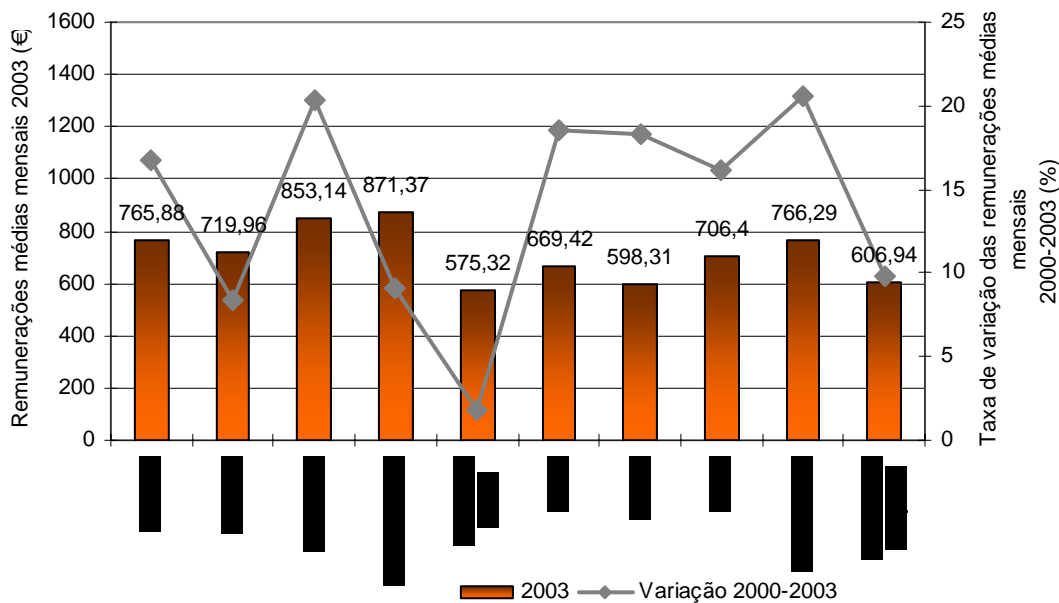
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003 (Oeste) e taxa de variação 2000-2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 87

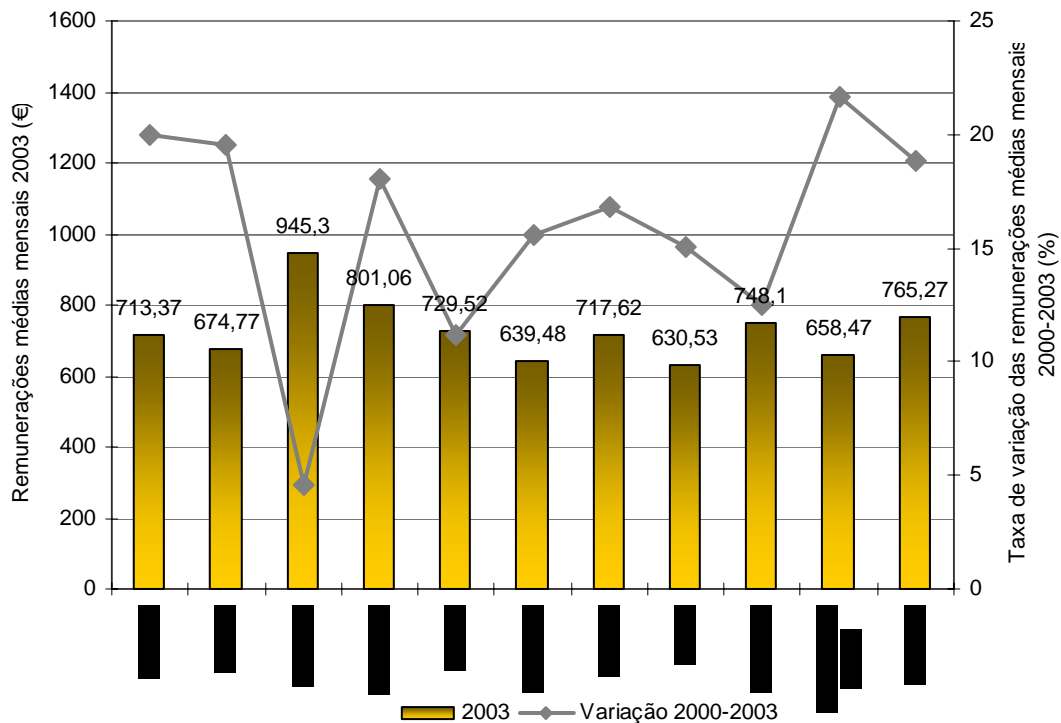
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003 (Médio Tejo) e taxa de variação 2000-2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 88

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas em 2003 (Lezíria do Tejo) e taxa de variação 2000-2003



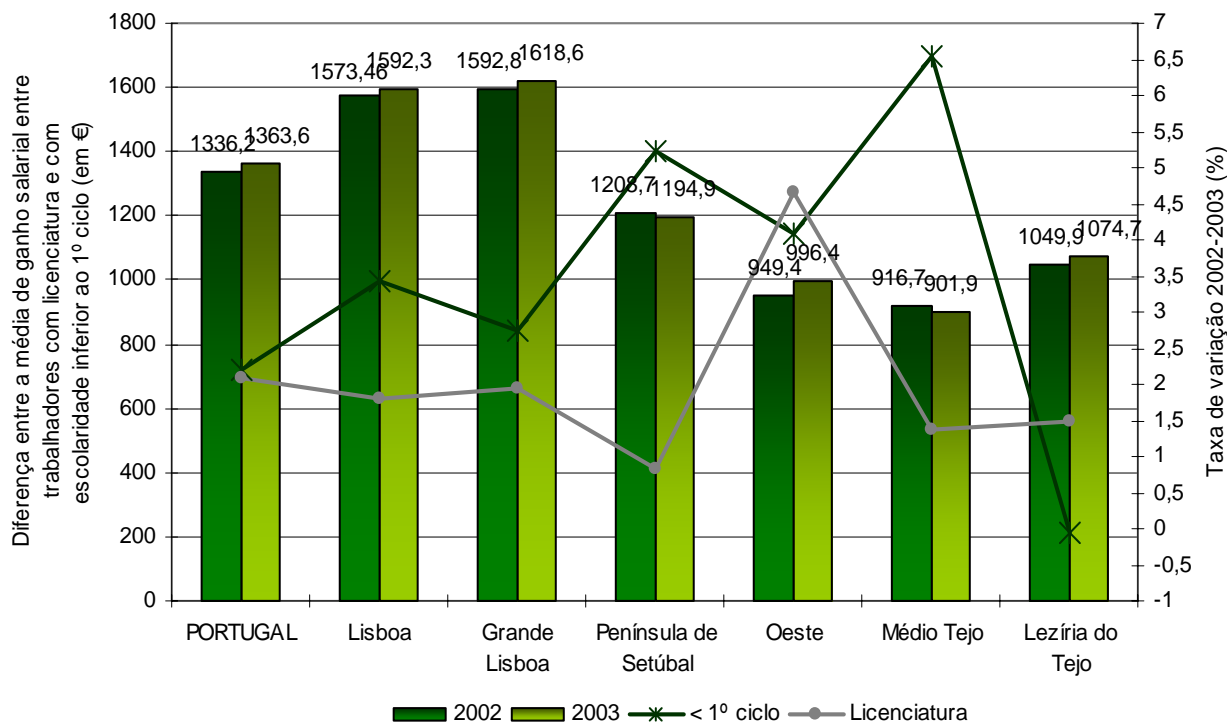
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 89

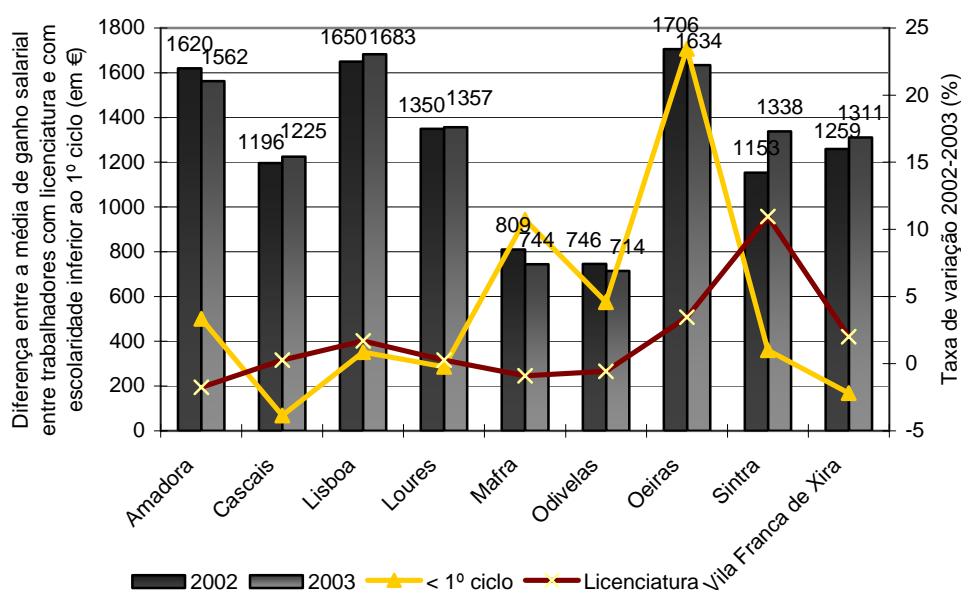
Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003



Fonte: INE

Gráfico 90

Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Grande Lisboa)



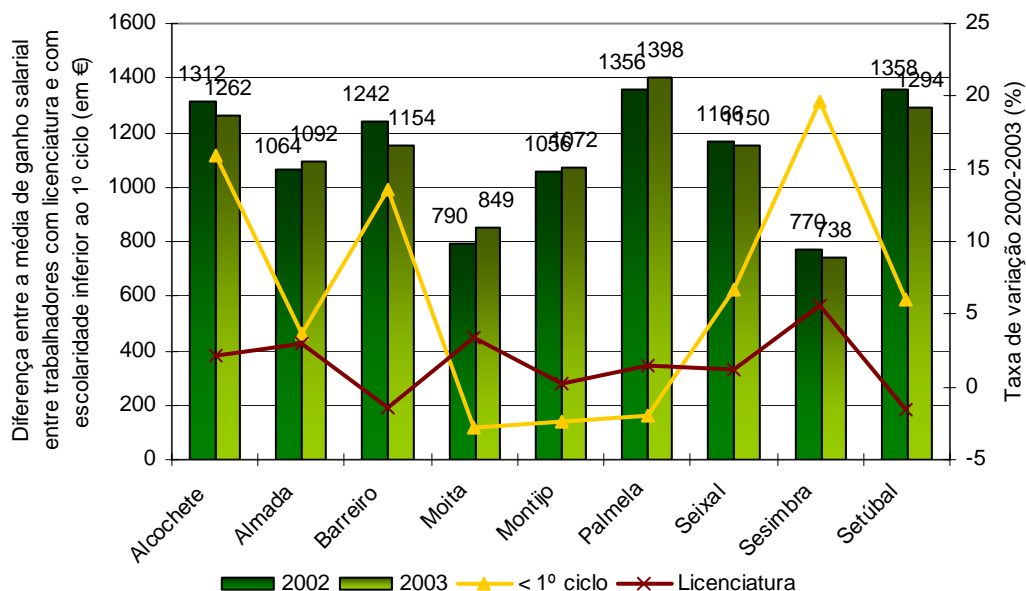
Fonte: INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 91

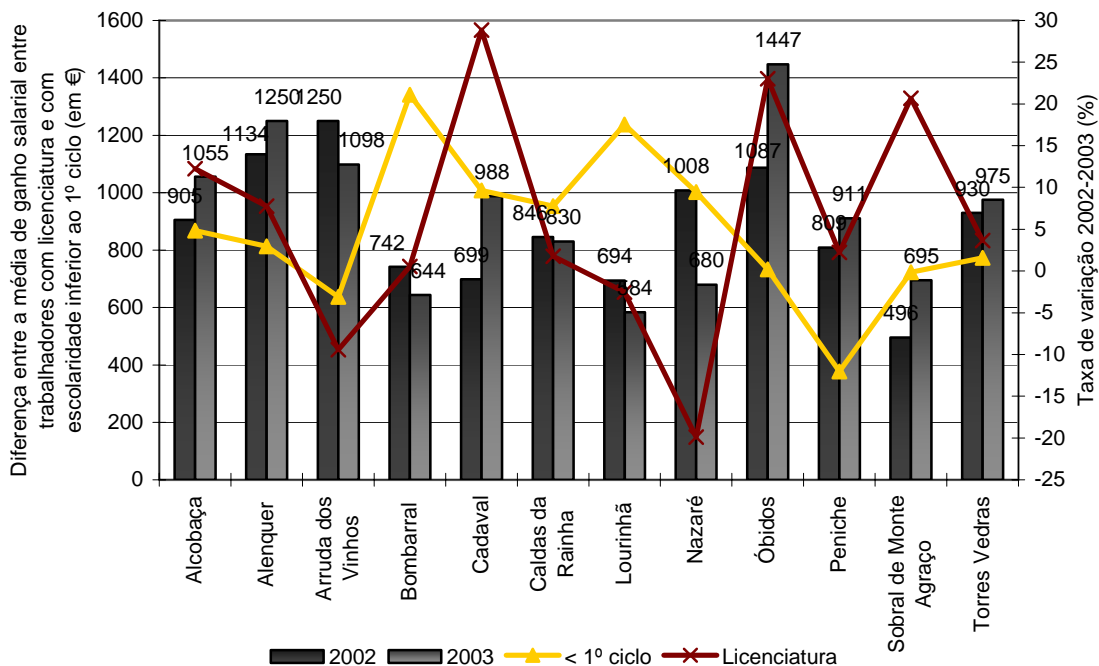
Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Península de Setúbal)



Fonte: INE

Gráfico 92

Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Oeste)



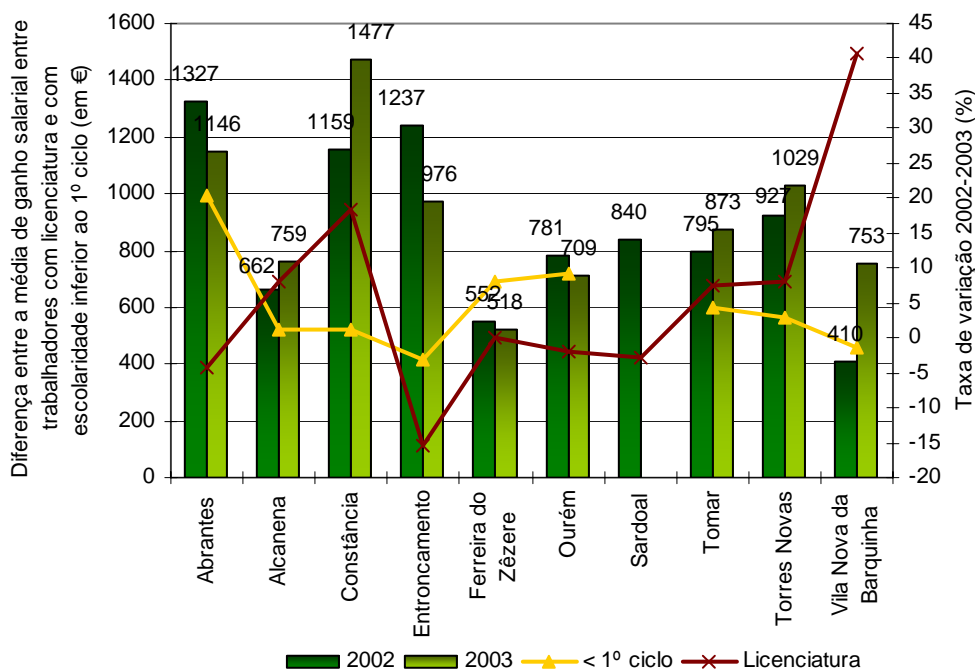
Fonte: INE

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 93

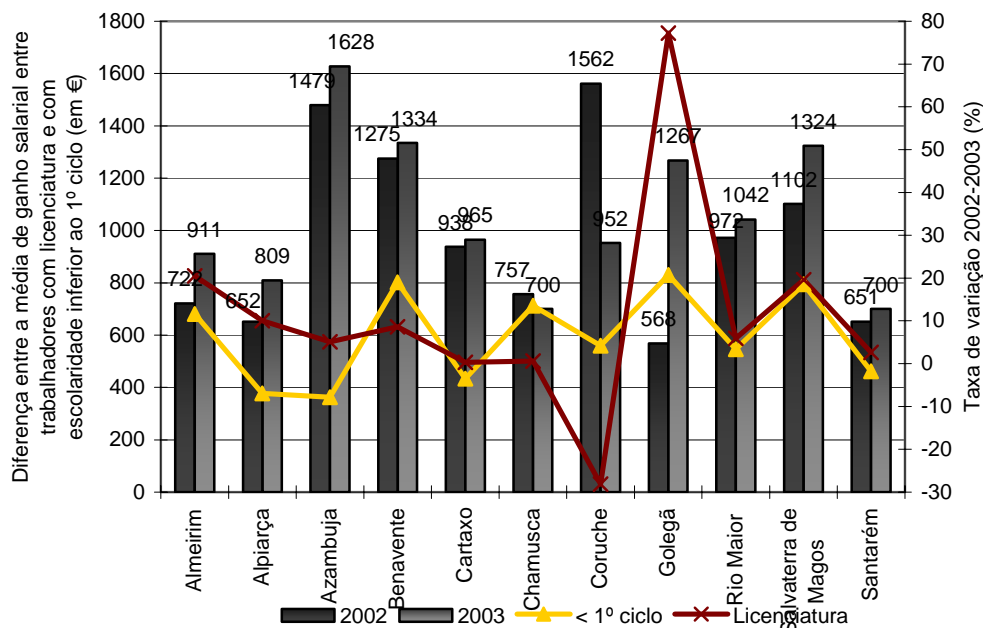
Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Médio Tejo)



Fonte: INE

Gráfico 94

Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Lezíria do Tejo)



Fonte: INE

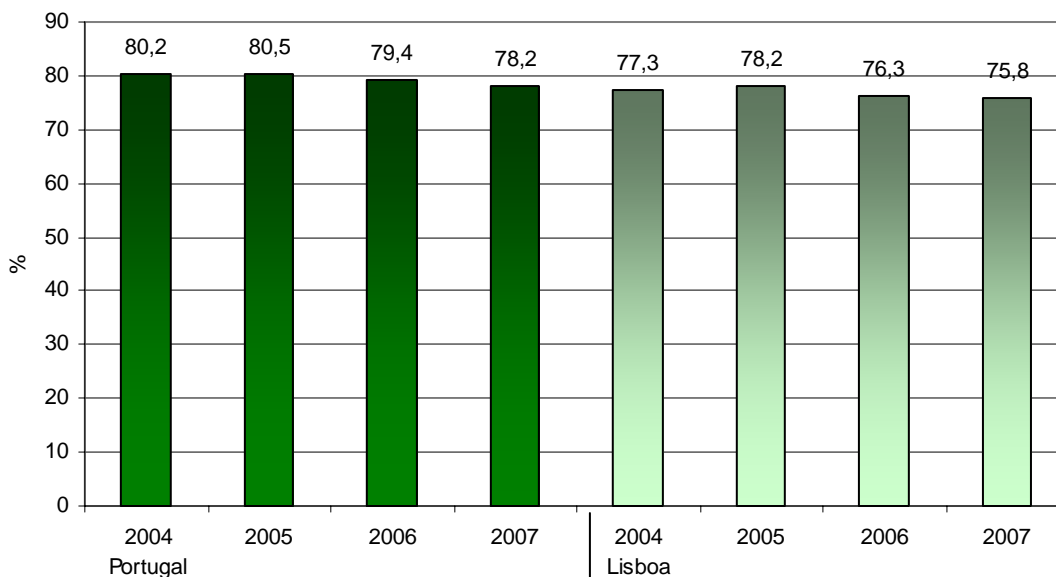
f) Contratos sem termo

Os contratos sem termo apoiam à leitura sobre as condições de inserção no mercado de trabalho onde tendem a aumentar os níveis de precariedade. Apesar de se registar uma ligeira diminuição da percentagem de contratados sem termo, Lisboa apresenta valores menores de precariedade de contratos do que o país.

Em 2004 a região tinha 77,3% dos trabalhadores das empresas com contratos sem termo e, em 2007, 75%. Tendência similar se regista para o país, se bem que com valores mais elevados no indicador – 80,2% em 2004 e 78,2% em 2007.

Gráfico 95

% de contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem (2004 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos e Inquérito ao Emprego

g) Desemprego

Na análise do desemprego a situação de Lisboa revela a necessidade de uma atenção especial. Acompanhando a tendência de crescimento continuado da taxa de desemprego desde 2002, Lisboa é a 2ª região do país com a taxa de desemprego mais elevada no 2º trimestre de 2007 – 9% - sendo apenas ultrapassada pela região Norte com uma taxa de desemprego de 9,4%.

Um dado curioso é revelado pelos dados deste último trimestre na análise do desemprego feminino – pela primeira vez mais baixo do que o desemprego masculino, na região de Lisboa (8,4% de taxa de desemprego feminino e 8,9% de taxa de desemprego global). Ao nível nacional mantêm-se as distâncias nas taxas de desemprego feminino – que se elevam de 6% em 2002 para 9,7% em 2007.

Na comparação com as capitais europeias, Lisboa é a 9ª capital com a taxa de desemprego mais elevada – distante, no entanto, de Berlim, com uma taxa de desemprego de 19,4%, e de Praga com 3,5%, em 2005. Situação idêntica se identifica na análise da taxa de desemprego feminino. Berlim mantém a mais elevada taxa de desemprego feminino (17,1%) e Dublin a mais baixa (3,8%), elevando Lisboa uma posição no ranking (8ª capital com a taxa de desemprego feminino mais elevada em 2005).

Apesar dos indicadores serem de alerta para a região, deve sublinhar-se o facto de, em termos absolutos, a RLVT, ou mesmo só a AML, têm vindo a perder desempregados desde 2004. A variação mensal e homóloga do desemprego em Julho de 2007 disso são exemplificativas. Apenas se regista uma variação mensal positiva do desemprego no Oeste (1,98%) e praticamente residual no Médio Tejo (0,08%). A variação homóloga dos desempregados foi, em todas as sub-regiões, negativa – menos acentuada no Oeste (com perda anual de 6,5%) e mais na Península de Setúbal que registou uma diminuição de 15,5% de desempregados de Julho de 2006 a Julho de 2007.

Da análise da variação mensal e homóloga, para o período considerado, por concelhos, as conclusões são similares. Cadaval e Peniche no Médio Tejo, e Ourém no Médio Tejo são as excepções às tendências em curso ao nível regional – são os únicos concelhos com um aumento mensal e anual do número de desempregados.

Oeiras e Loures na Grande Lisboa, Alcanena e Torres Novas no Médio Tejo e Golegã na Lezíria são os concelhos que viram diminuir o número de desempregados, de Julho de 2006 a Julho de 2007, em mais de 20%.

Relativamente à taxa de desemprego jovem, Lisboa apresentava, em 2005, um valor próximo da média europeia (18,3% num caso e 18,7% no outro). Bruxelas e Varsóvia ultrapassavam, nesse ano, os 30% no indicador e abaixo dos 10% encontravam-se Bratislava, Praga, Copenhaga, Dublin e Amesterdão.

A taxa de desemprego jovem é superior na região por comparação ao país, se bem que durante os dois primeiros trimestres de 2007 se registre uma diminuição deste indicador em comparação com o ano anterior – em 2006, a região tinha uma taxa de desemprego jovem de 19,7% baixando para 17,4% em 2007. Portugal apresentava, no início deste ano, uma taxa de desemprego jovem de 17,4%.

De referir que a região ainda está longe de alcançar a meta proposta para 2013 (12%) razão que justifica a tomada de medidas urgentes para a solução de um problema que não dá mostras de significativa mudança.

Na análise de carácter regional conclui-se que tem vindo a diminuir a representação dos jovens na estrutura do desemprego, o que pode resultar mais das mudanças demográficas em curso do que de efectivas mudanças estruturais – assim, em 2004, representavam 12,3% passando para 11% em 2007, na RLVT. De referir que a performance mais positiva recai sobre a AML – com uma representação de jovens na estrutura de desemprego de 11,3% em 2004 e de 10% em 2007. Há alguns concelhos da região que invertem estas tendências, a saber: Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourém, Alpiarça, Chamusca e Salvaterra de Magos – todos concelhos do Vale do Tejo.

Sublinha-se a situação mais problemática ao nível do desemprego dos jovens nos concelhos de Lourinhã, Torres Novas, Ferreira do Zêzere e Ourém, onde esses representam mais de 20% na estrutura de desemprego.

A integração dos jovens será menos problemática nos concelhos de Odivelas e Oeiras onde esses não chegam a representar 8% do total dos desempregados registados.

Relativamente à representação dos desempregados à procura do 1º emprego, esta tem mostrado variações desde 2002, na região de Lisboa. Em Portugal, este tipo de desempregados tem vindo a estabilizar à volta dos 13%, mas em Lisboa, apesar de mostrar valores mais baixos, tinha em 2006, 12% de desempregados à procura do 1º emprego, depois do acréscimo verificado desde 2004, voltando a diminuir nos dois primeiros trimestres de 2007, para os 10,1%.

Os desempregados segundo o tempo em que se encontram nesta situação, apresentam uma tendência de aumento da sua representação desde 2002 a 2006 – no primeiro ano representavam em Portugal 37,6% dos desempregados e em Lisboa 40,2%, elevando para 37,6% e 54,6%, respectivamente. Este é um claro indicador da dificuldade existente na reintegração no mercado de trabalho. Mais uma vez se verifica um distanciamento face às metas traçadas para 2013 (35%).

Mesmo se verificando uma tendência de aproximação do desemprego feminino ao masculino e registando-se uma diminuição dos valores absolutos do desemprego, a representação das mulheres na estrutura do desemprego tem vindo a aumentar. Em 2004 representava 53,8% do total de desempregados da RLVT elevando-se para 56,5% em 2007. Apenas se evidencia uma tendência inversa na Lezíria do Tejo – passando de 59,4% para 56,2% no período considerado. Oeste e Médio Tejo são as sub-regiões onde as mulheres representam mais de 60% do total de desempregados.

Lisboa, Loures, Odivelas e Oeiras são os concelhos de toda a região com tendência para a equidade de género na estrutura de desemprego. Lisboa apresenta a tendência de manutenção de mais homens do que mulheres na estrutura de desemprego – diferenças residuais mas não menosprezáveis num quadro em que o sucesso tende a ser muito menor no público feminino (48,2% em 2004 e 49,9% em 2007).

São vários os concelhos em que a representação feminina no desemprego é preocupante, ultrapassando os 60% do total do desemprego. Sublinha-se a performance negativa dos concelhos de Coruche e Cadaval que, em Julho de 2007, apresentavam 69,3% e 71,1% de mulheres desempregadas face ao total.

Por fim, no que respeita à representação dos desempregados licenciados na estrutura do desemprego, verifica-se uma tendência de aumento. No entanto, tal deve ser visto

como resultado do maior investimento escolar da população. Só o cálculo da taxa de desemprego deste grupo populacional nos permitira tirar ilações mais conclusivas. De qualquer forma, a Grande Lisboa mantém-se como a região com maior representação de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego (10,7% em Julho de 2004 e 11,9% em Julho de 2007). Cascais (14,6%), Lisboa (16,5%) e Oeiras (18,1%) são os concelhos com valores mais elevados neste indicador em Julho de 2007. Cadaval, Sardoal e Salvaterra de Magos são os concelhos da região com percentagem de licenciados na estrutura de desemprego inferior a 5%.

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 96

Evolução da taxa de desemprego por NUTS II (2002 a 2007)

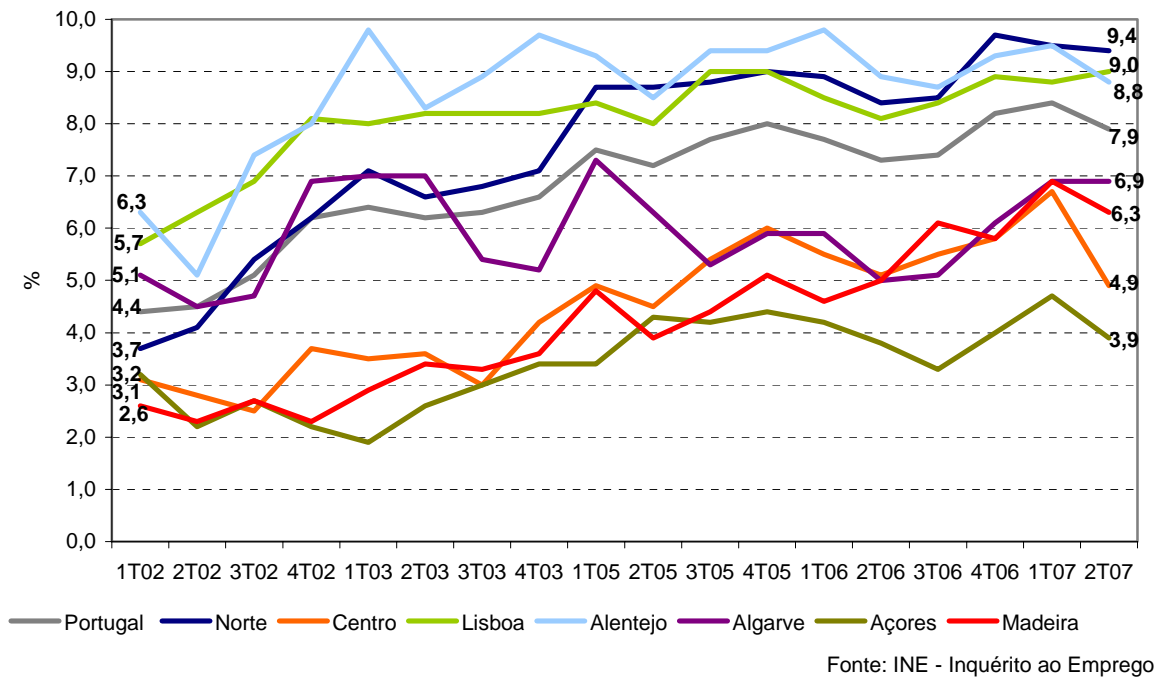
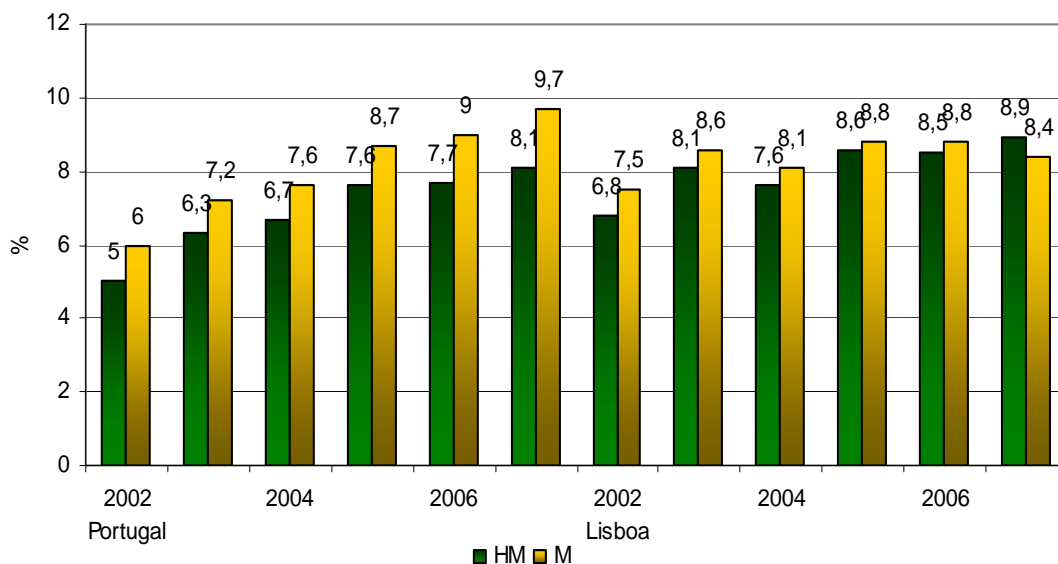


Gráfico 97

Taxa de desemprego total e feminino

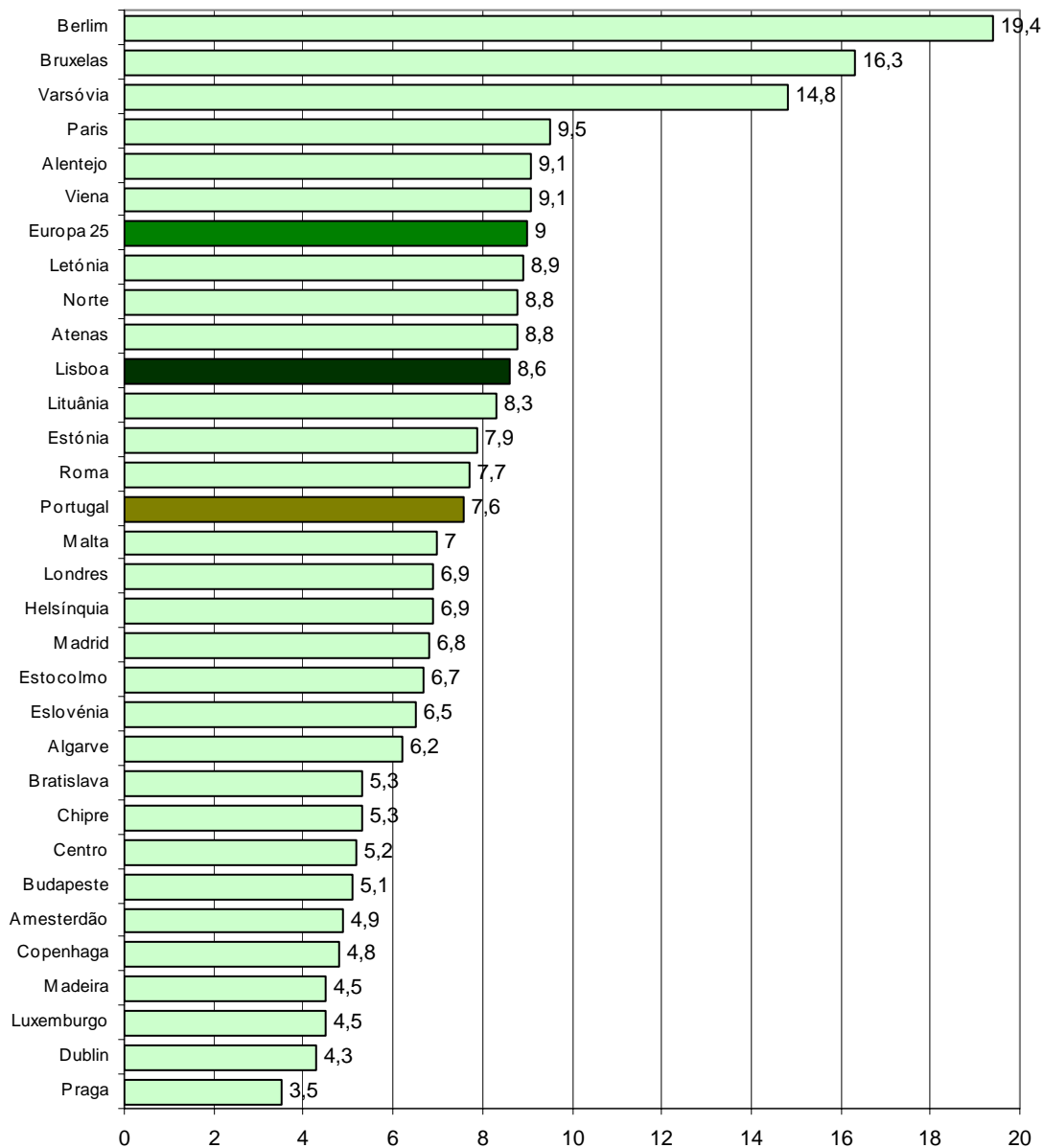


C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 98

Taxa de desemprego, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)



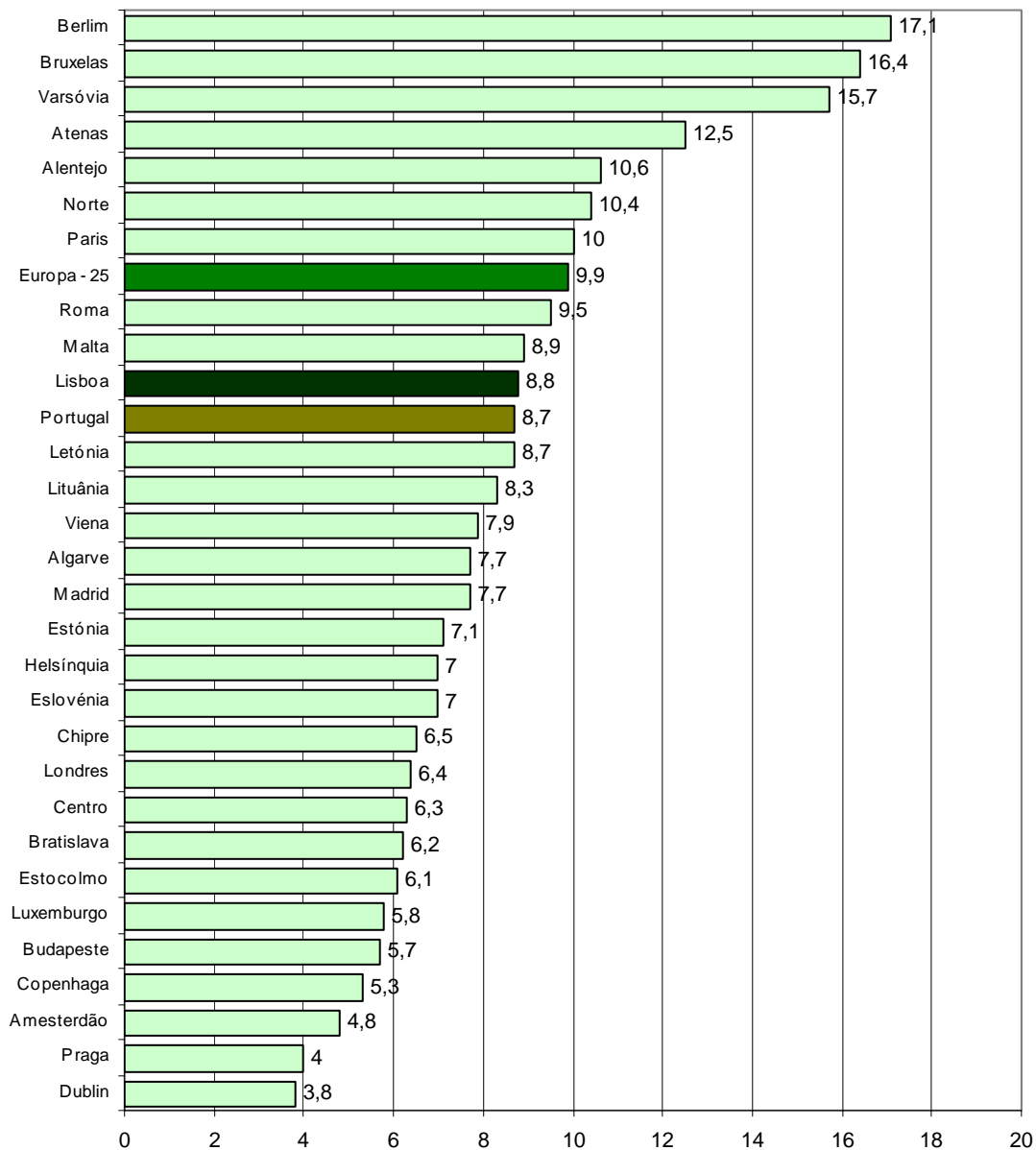
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 99

Taxa de desemprego feminino, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)



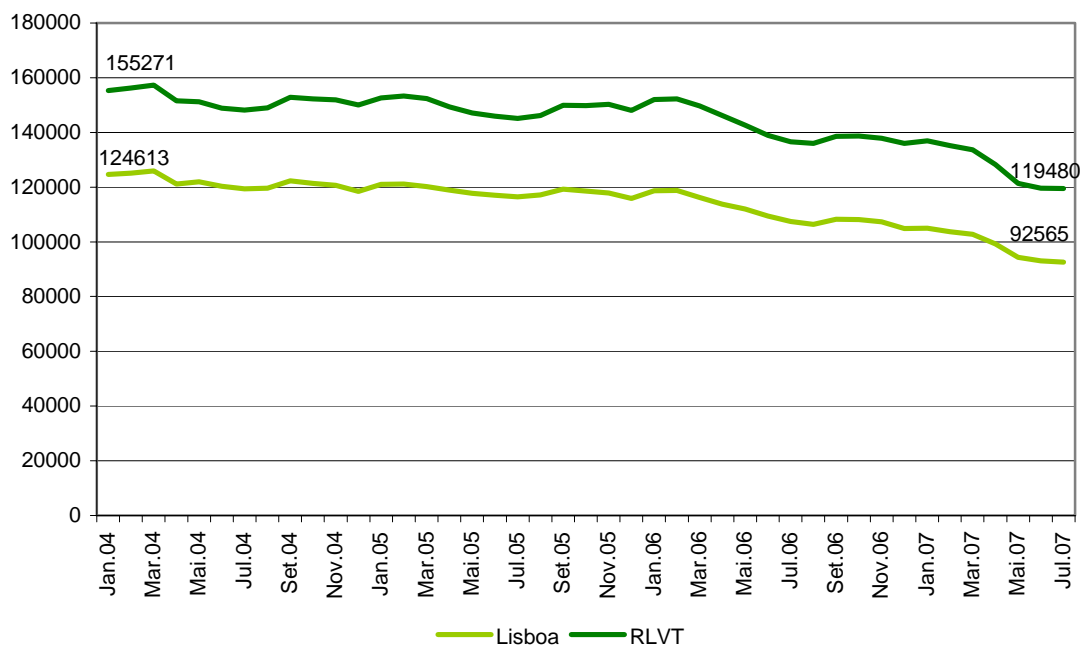
Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 100

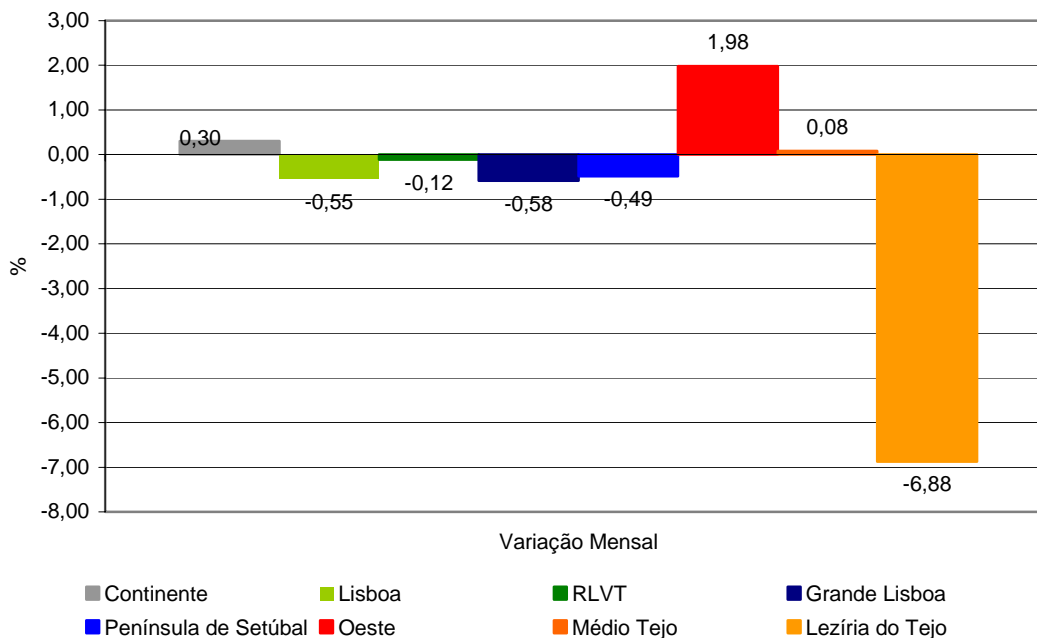
Evolução do número de desempregados, em Lisboa e na RLVT (2004 a 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 101

Variação mensal do número de desempregados (Junho a Julho de 2007)



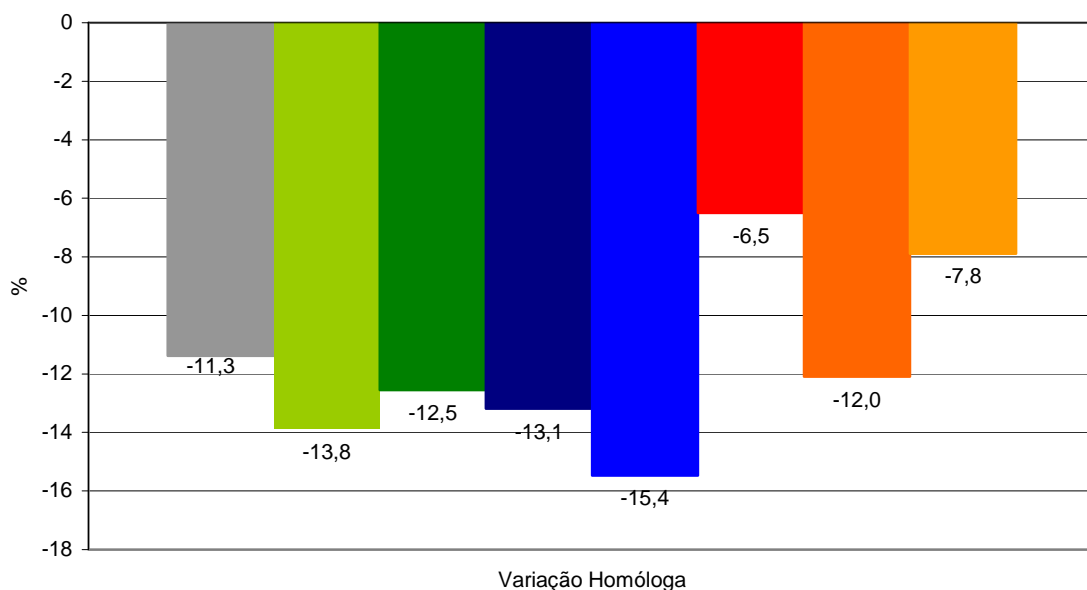
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 102

Variação homóloga do número de desempregados (Julho de 2006 e 2007)

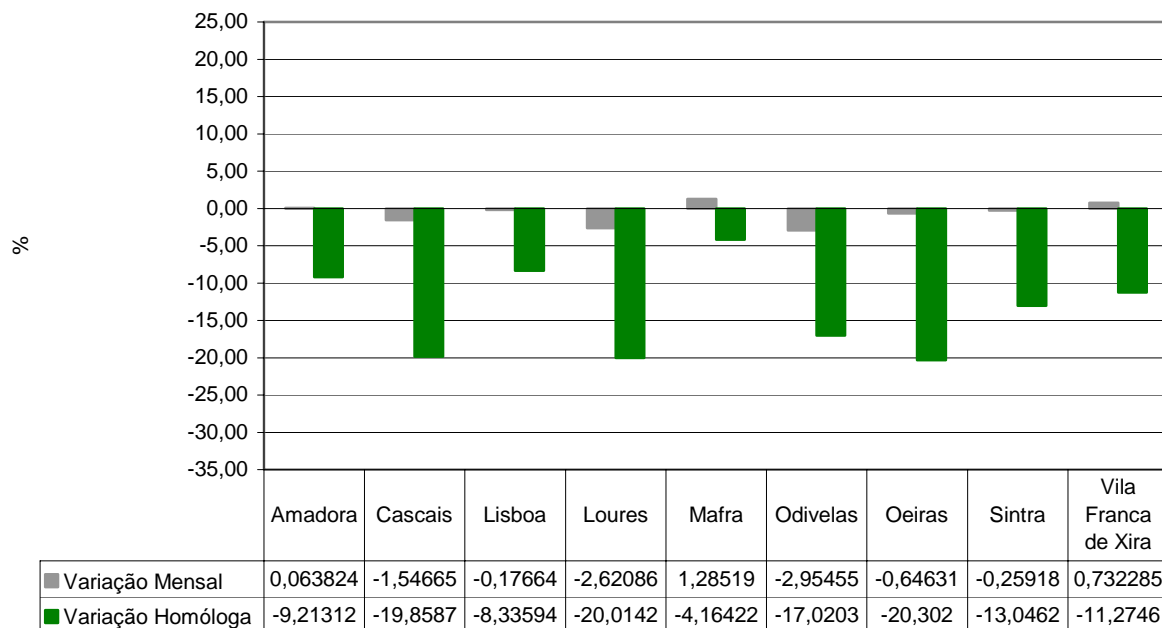


■ Continente
 ■ Lisboa
 ■ RLVT
 ■ Grande Lisboa
 ■ Península de Setúbal
 ■ Oeste
 ■ Médio Tejo
 ■ Lezíria do Tejo

Fonte: IEFP

Gráfico 103

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, na **Grande Lisboa** (Julho de 2007)



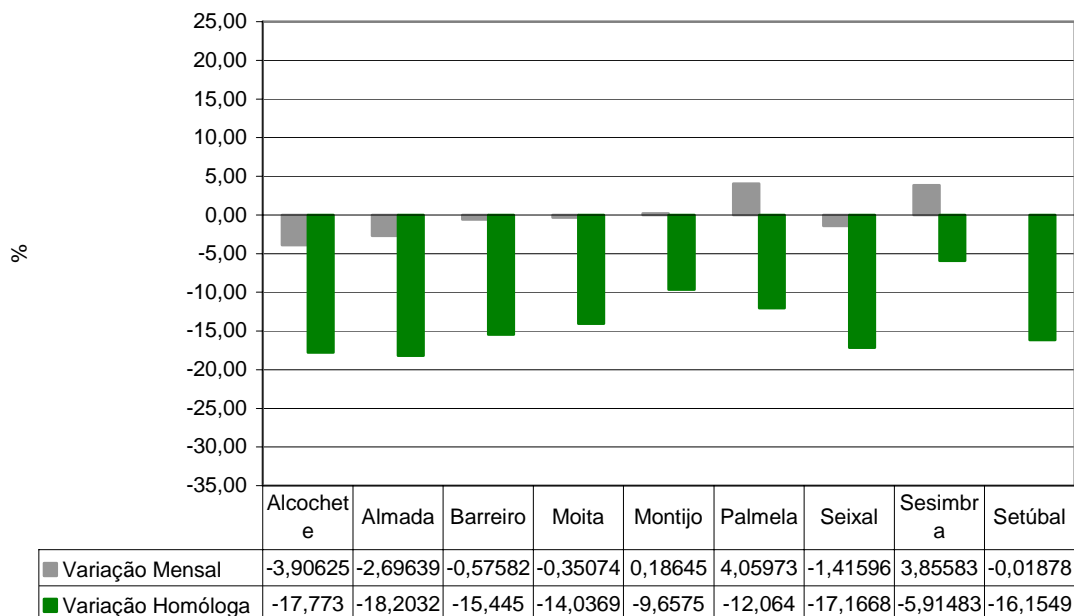
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 104

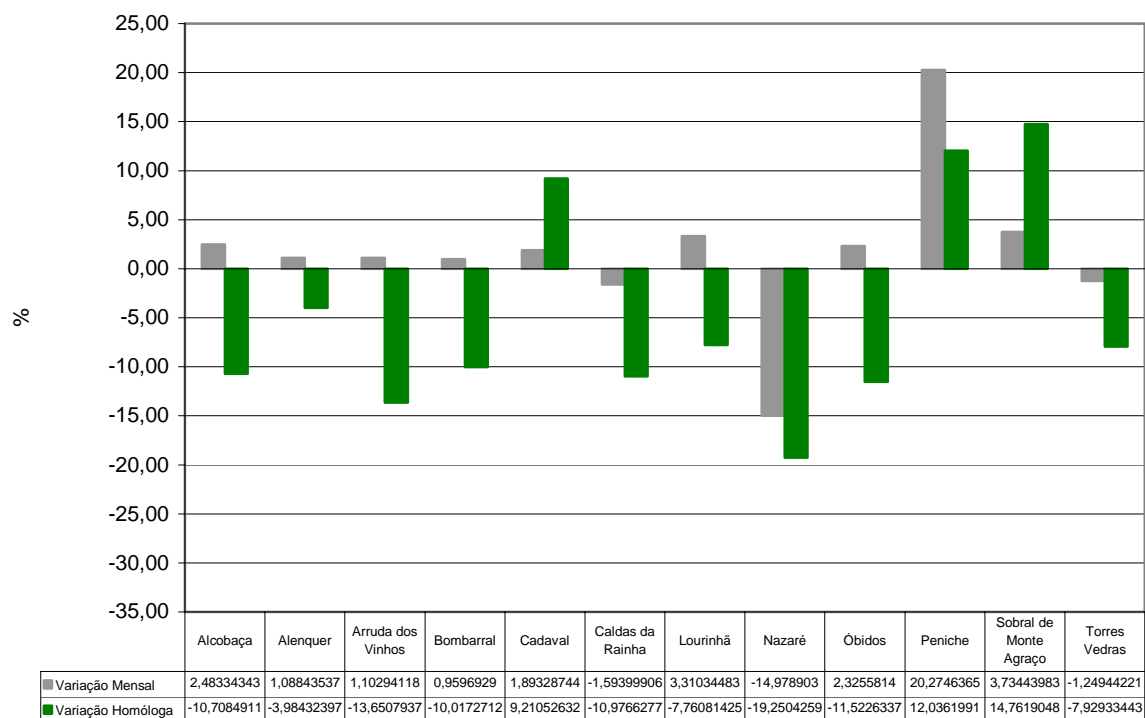
Variação mensal e homóloga do número de desempregados, na **Península de Setúbal** (Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 105

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, no **Oeste** (Julho de 2007)



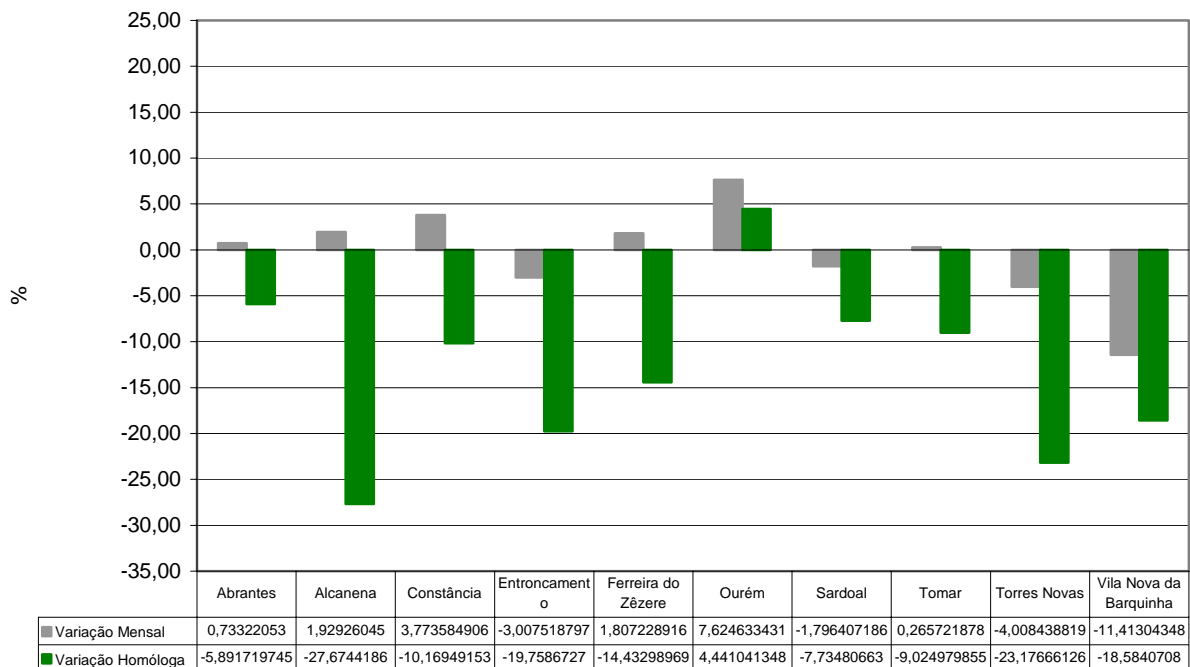
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 106

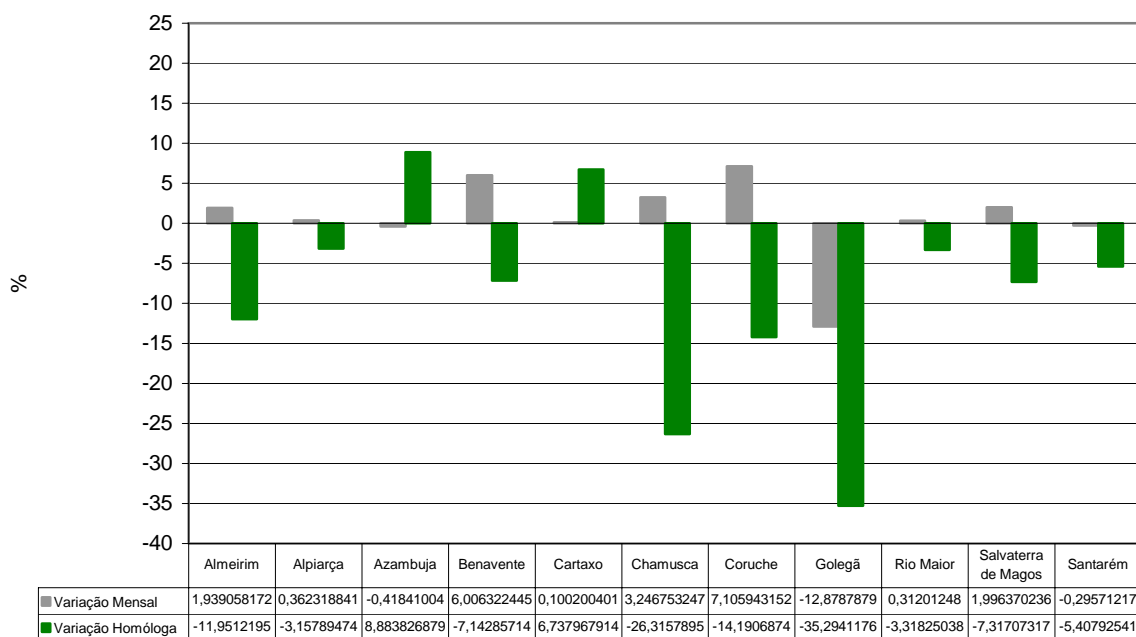
Variação mensal e homóloga do número de desempregados, no **Médio Tejo** (Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 107

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, na **Lezíria do Tejo** (Julho de 2007)



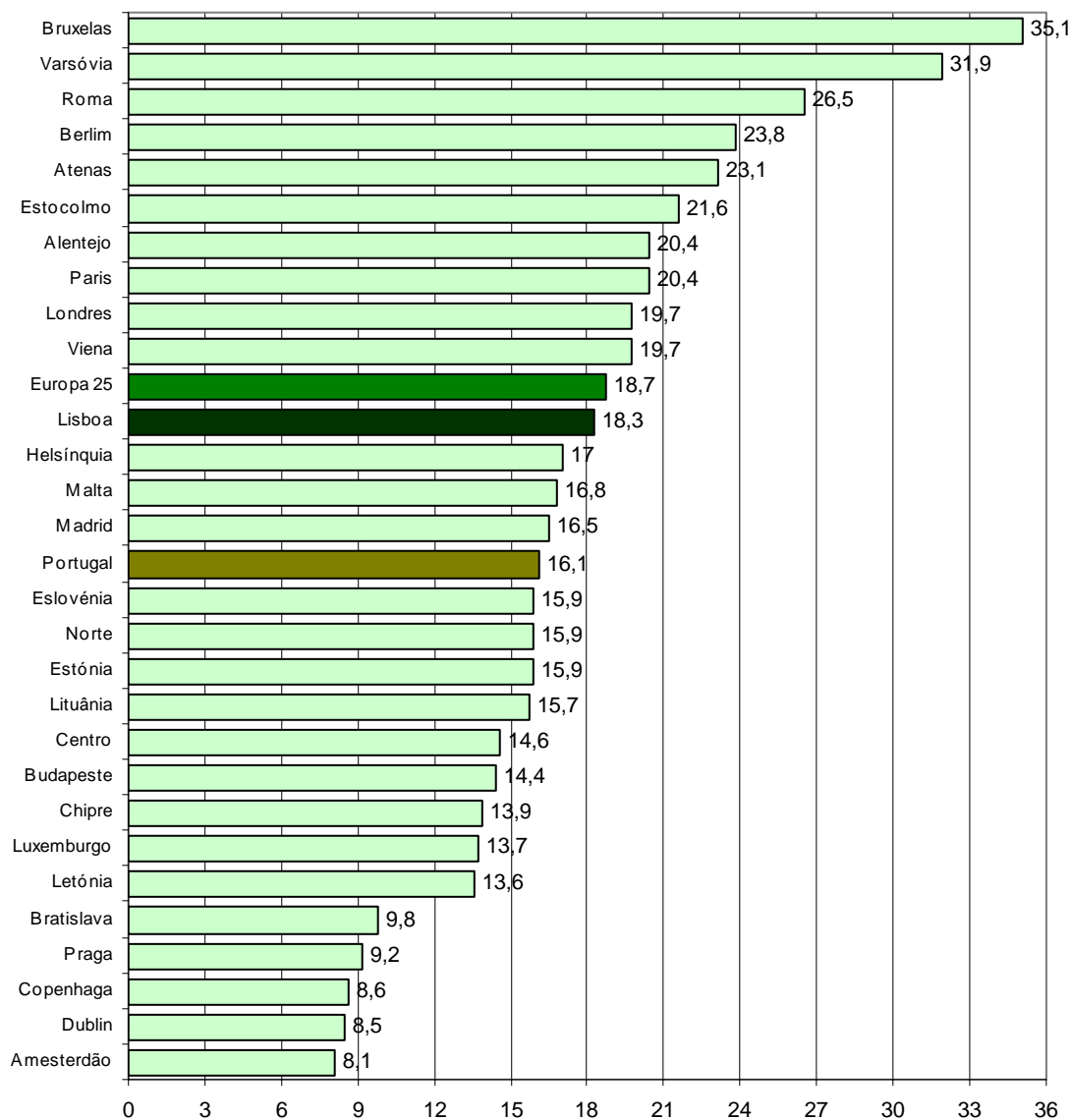
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 108

Taxa de desemprego jovem, (15-24 anos), nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)



Fonte: EUROSTAT

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

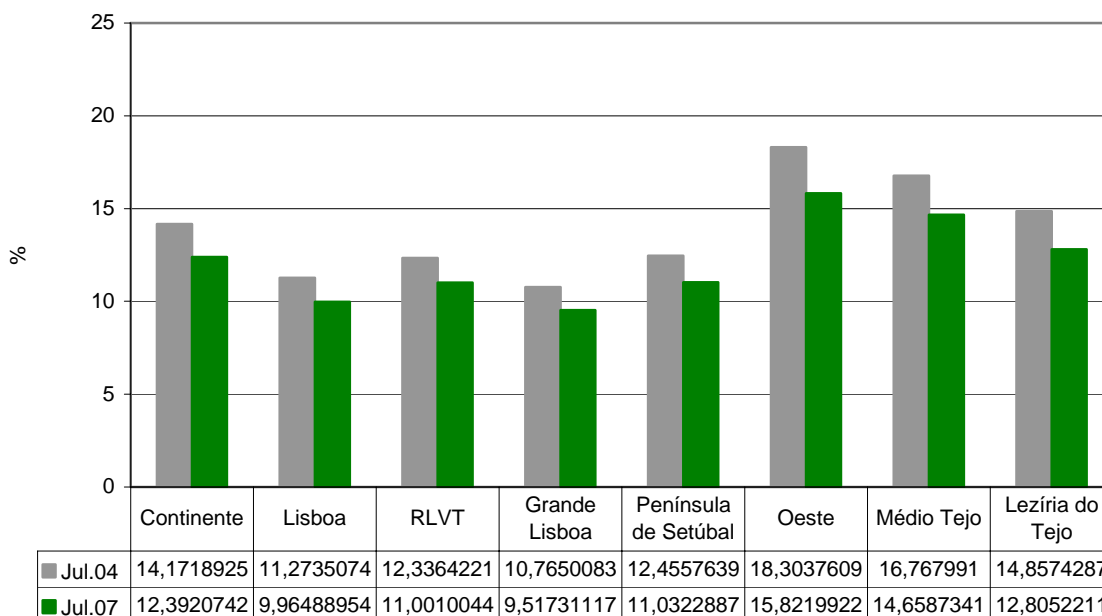
Gráfico 109

Taxa de desemprego jovem (15-24 anos)



Gráfico 110

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego (Julho de 2004 a Julho de 2007)



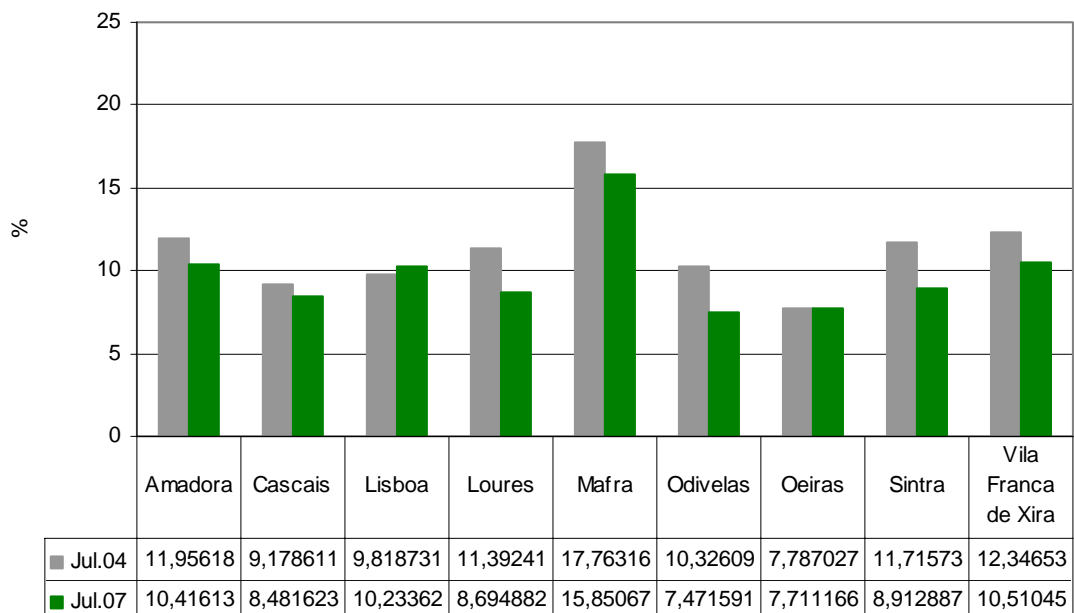
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 111

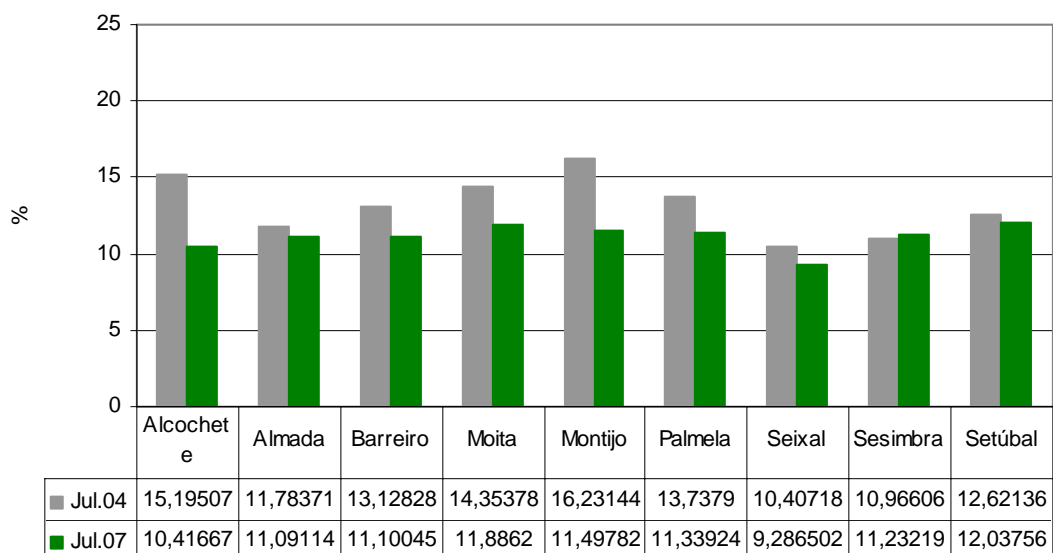
% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, na **Grande Lisboa** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 112

% de desempregados com menos de 25 anos na estrutura de desemprego, na **Península de Setúbal** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



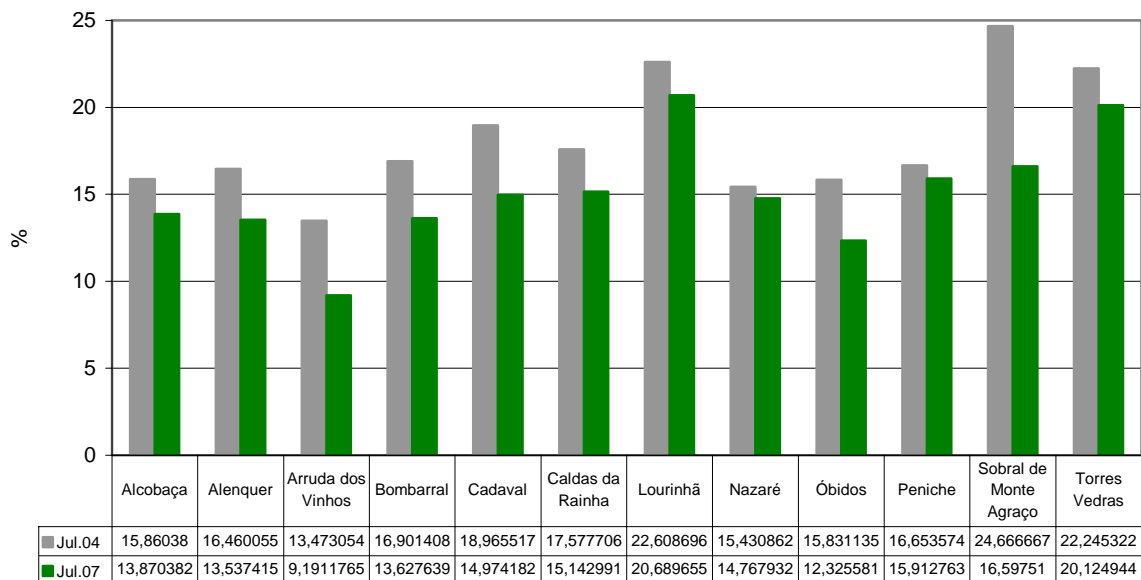
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 113

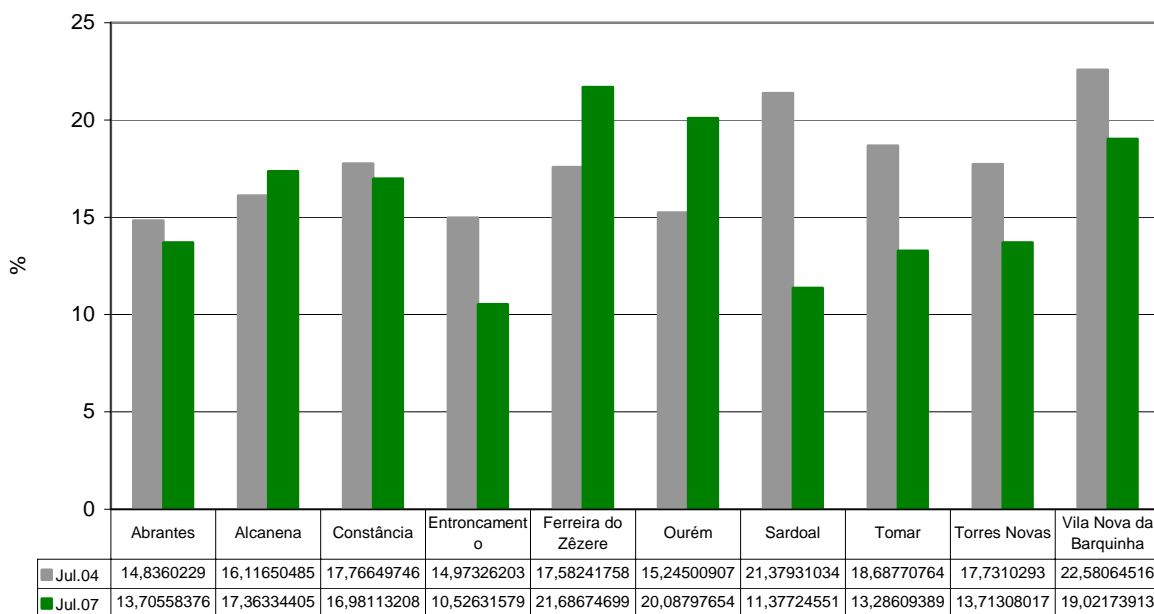
% de desempregados com menos de 25 anos na estrutura de desemprego, no **Oeste**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 114

% de desempregados com menos de 25 anos na estrutura de desemprego, no **Médio Tejo**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



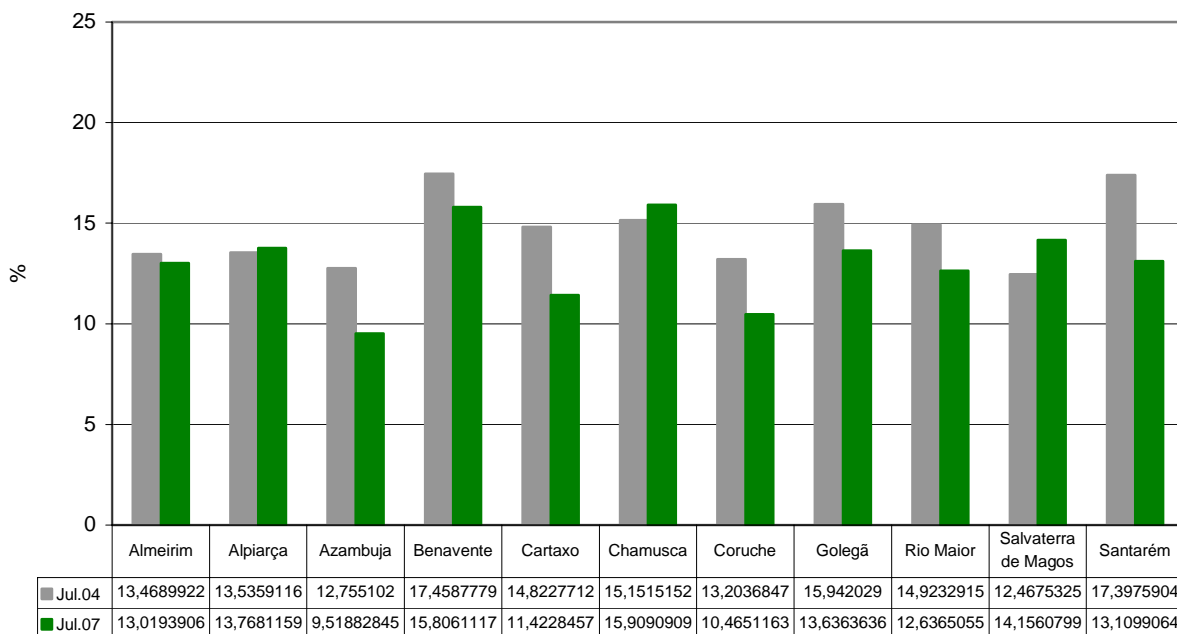
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 115

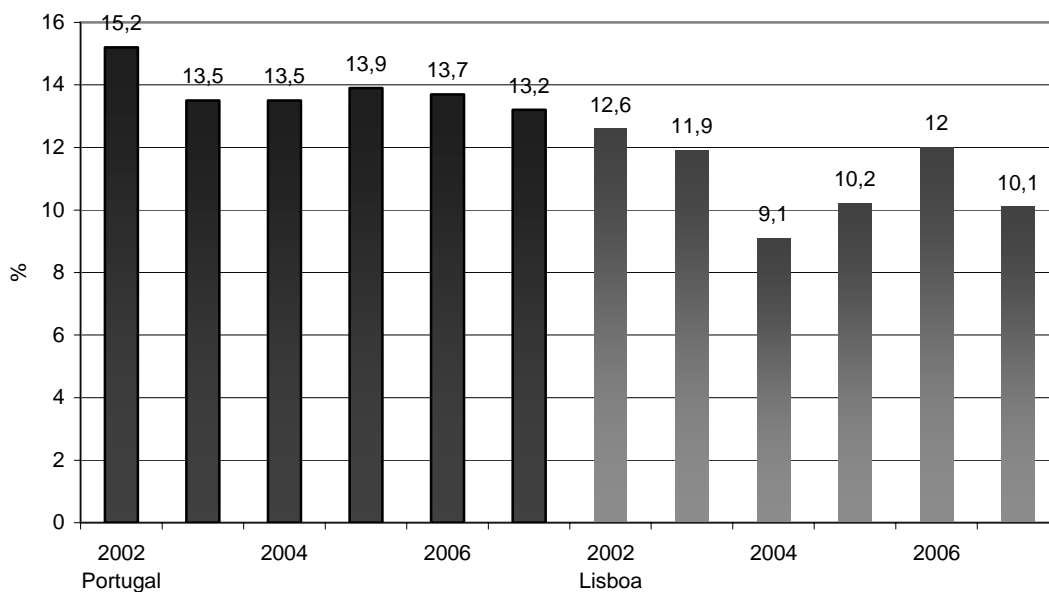
% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, na **Lezíria do Tejo** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 116

% de desempregados à procura do 1º emprego na estrutura de desemprego (2002 a 2007)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 117

% de desempregados há mais de um ano na estrutura de desemprego (2002 a 2007)

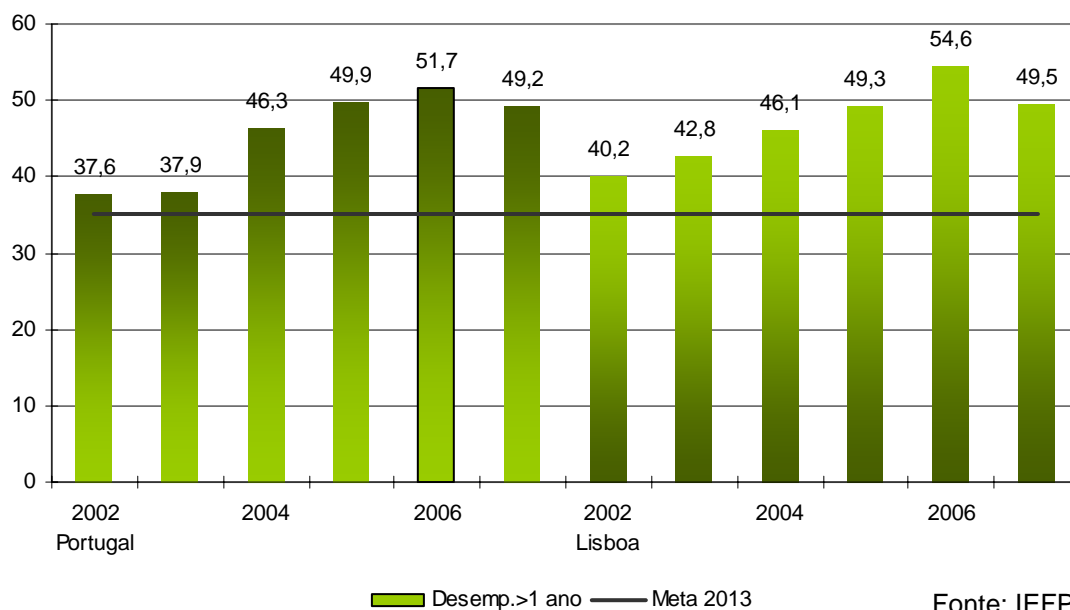
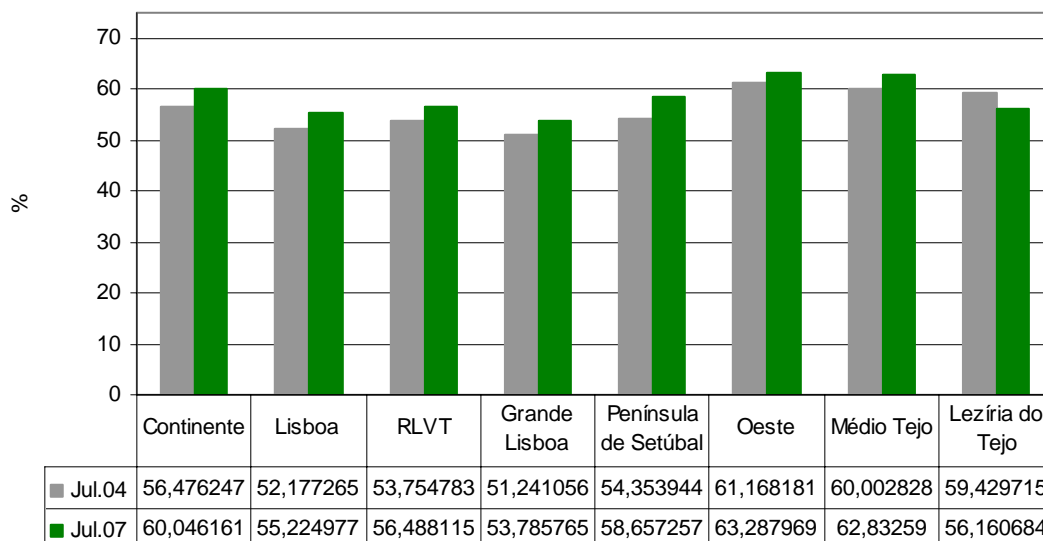


Gráfico 118

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego (Julho de 2004 a Julho de 2007)

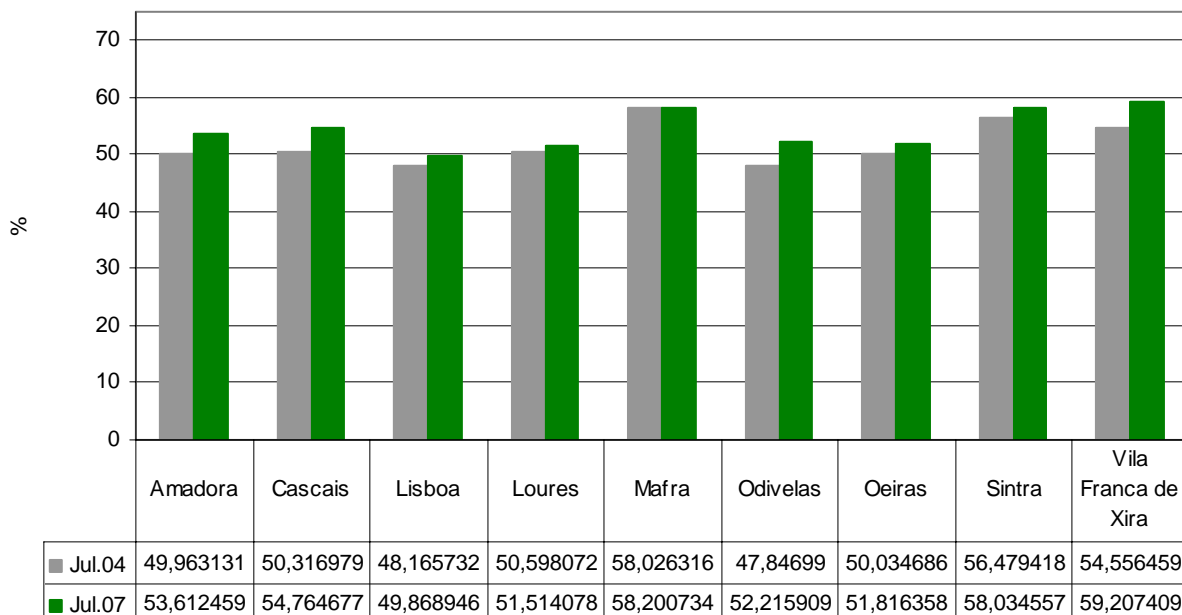


C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 119

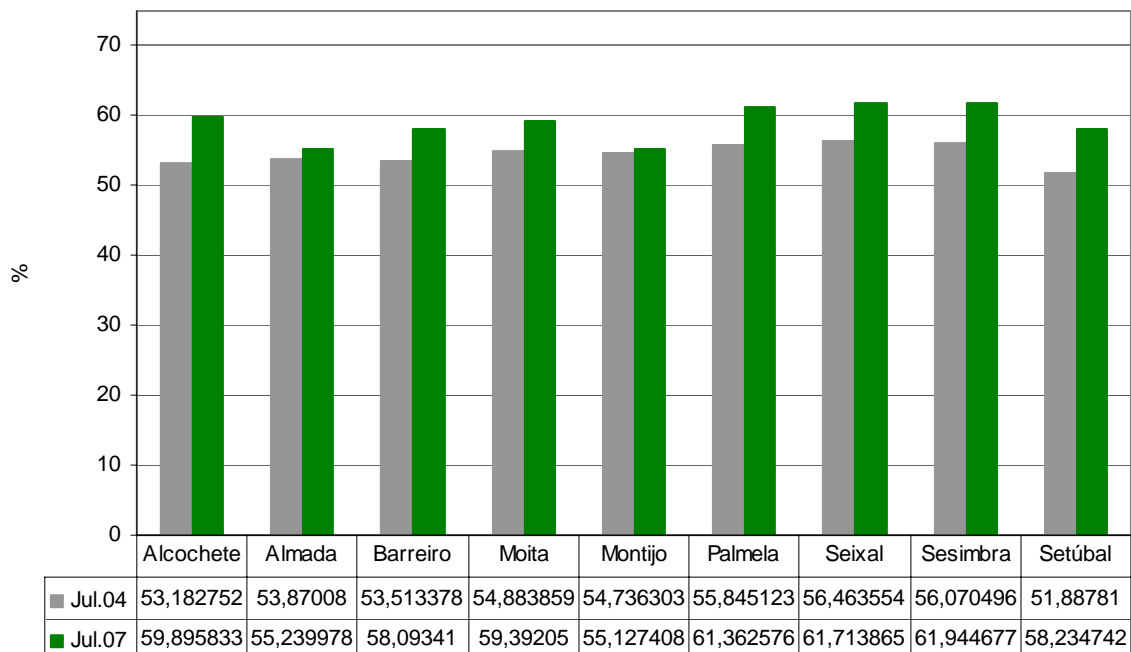
% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, na **Grande Lisboa**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 120

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, na **Península de Setúbal**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



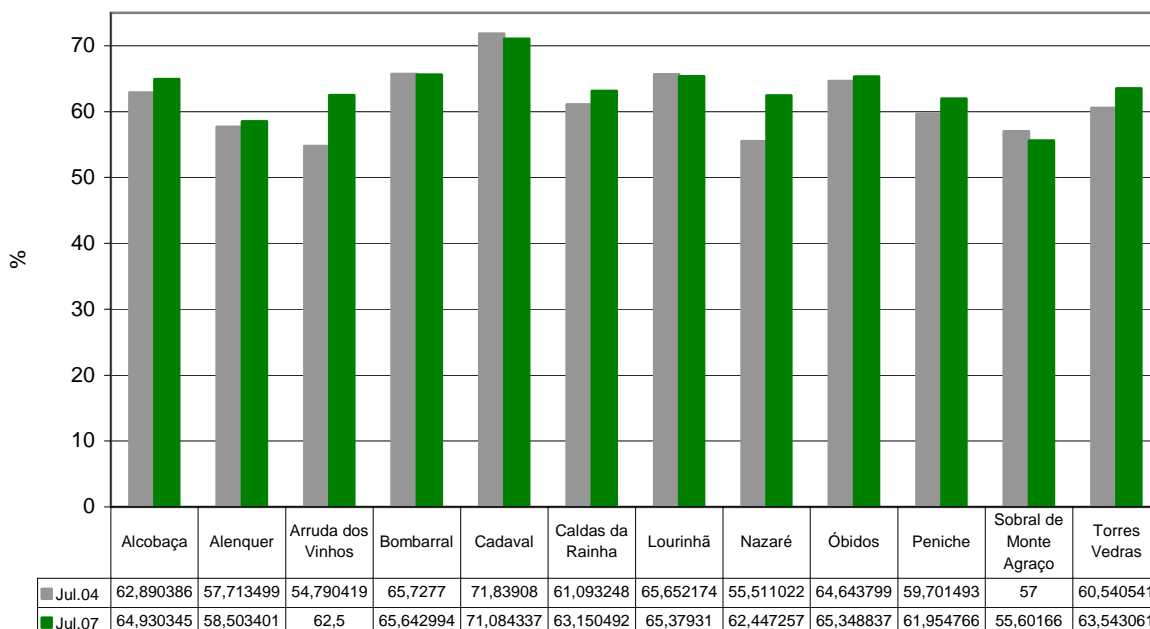
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 121

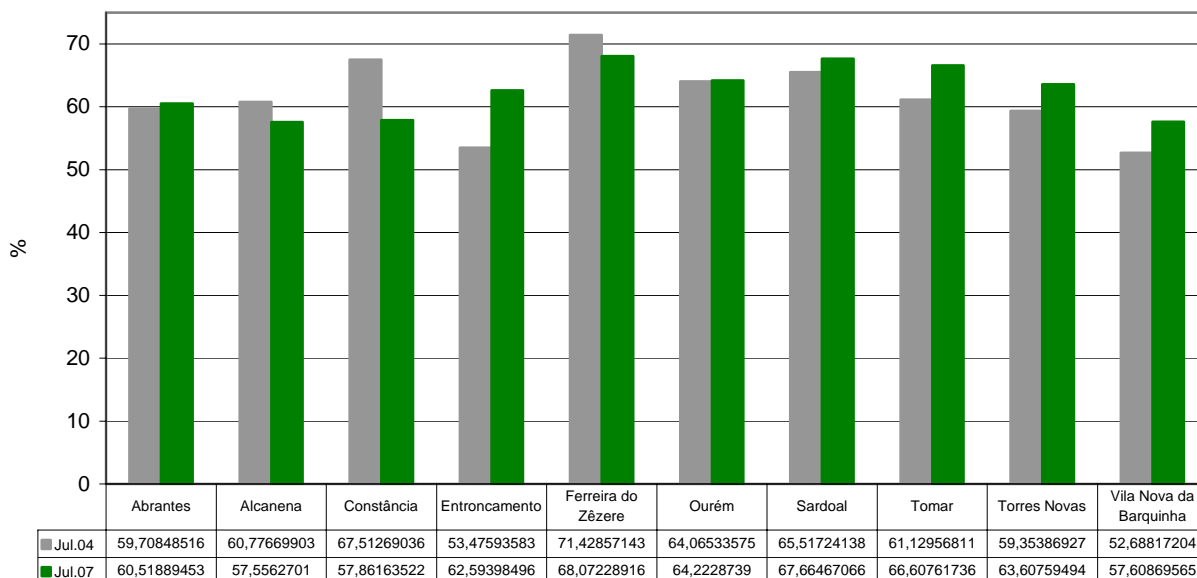
% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, no **Oeste** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 122

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, no **Médio Tejo** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



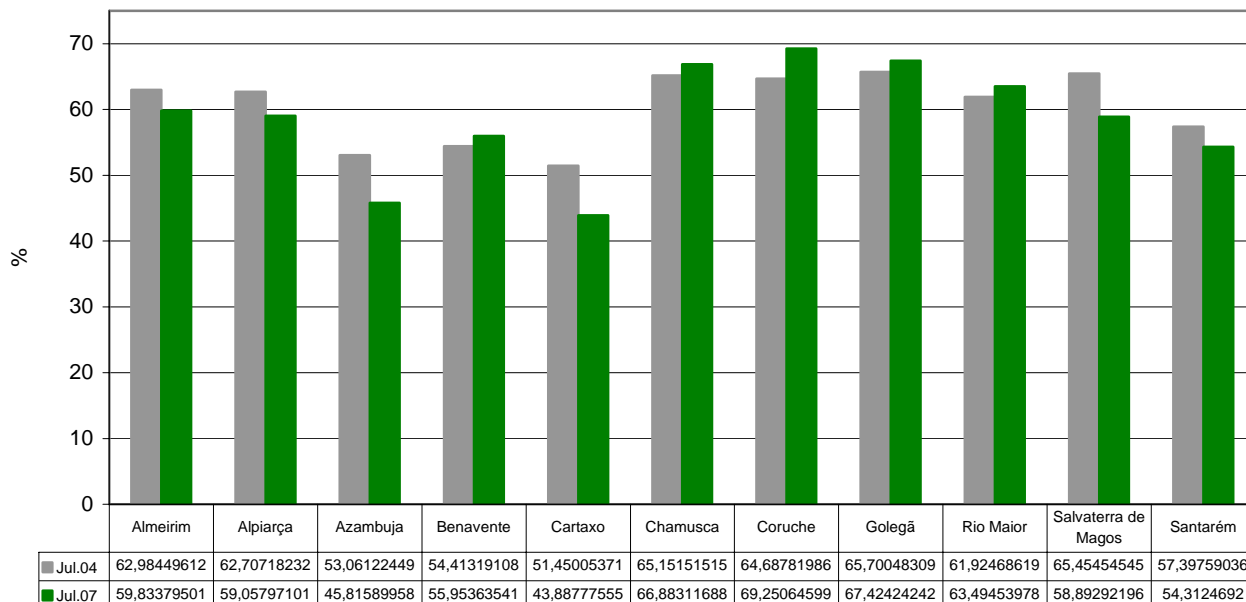
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 123

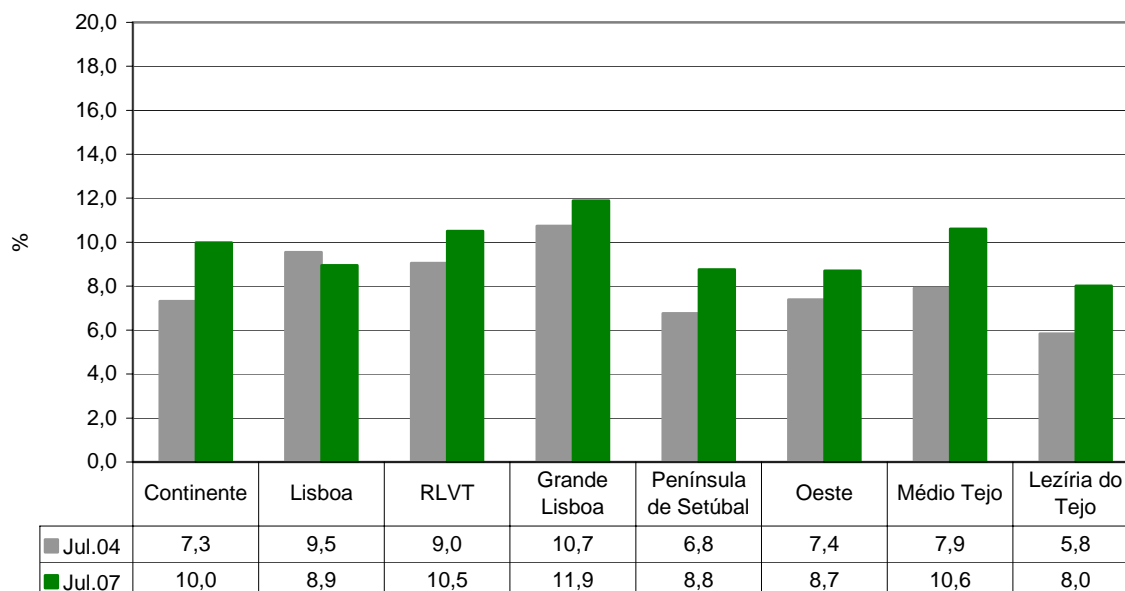
% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, na **Lezíria do Tejo**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 124

% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego (Julho de 2004 a Julho de 2007)



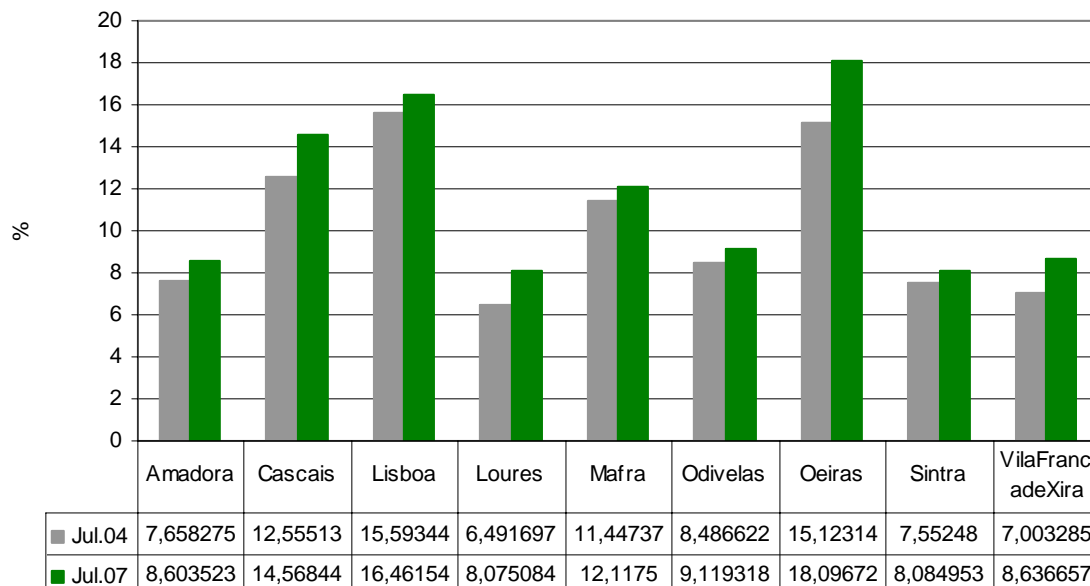
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 125

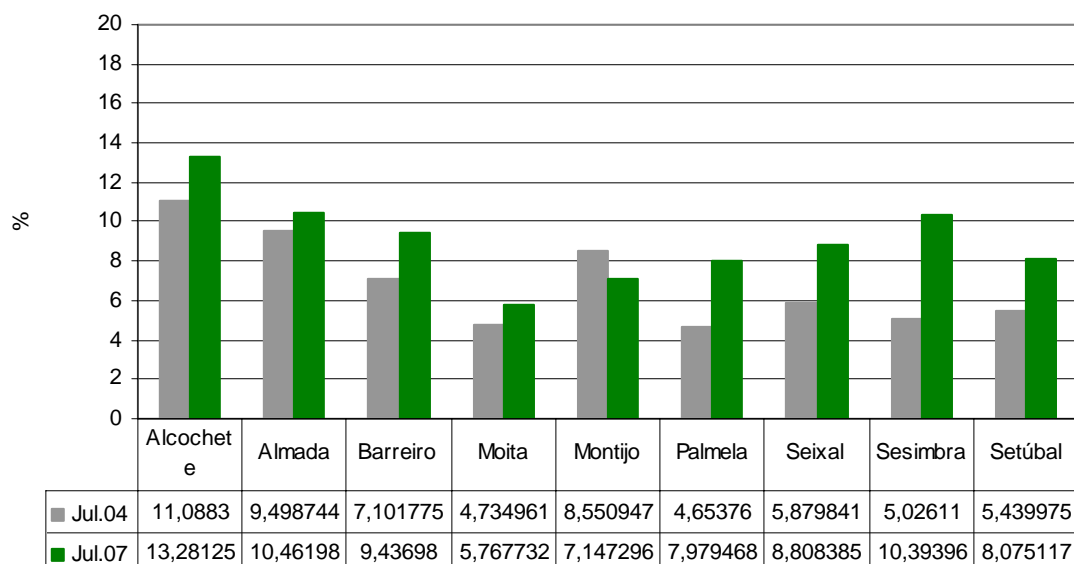
% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego, na **Grande Lisboa** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 126

% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego, na **Península de Setúbal** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



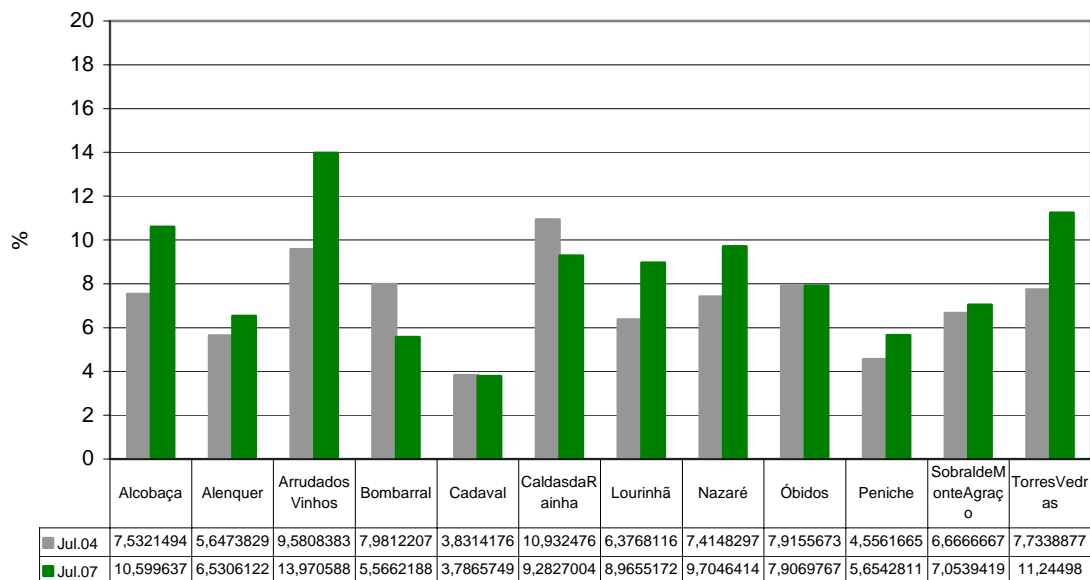
Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS

C.3.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 127

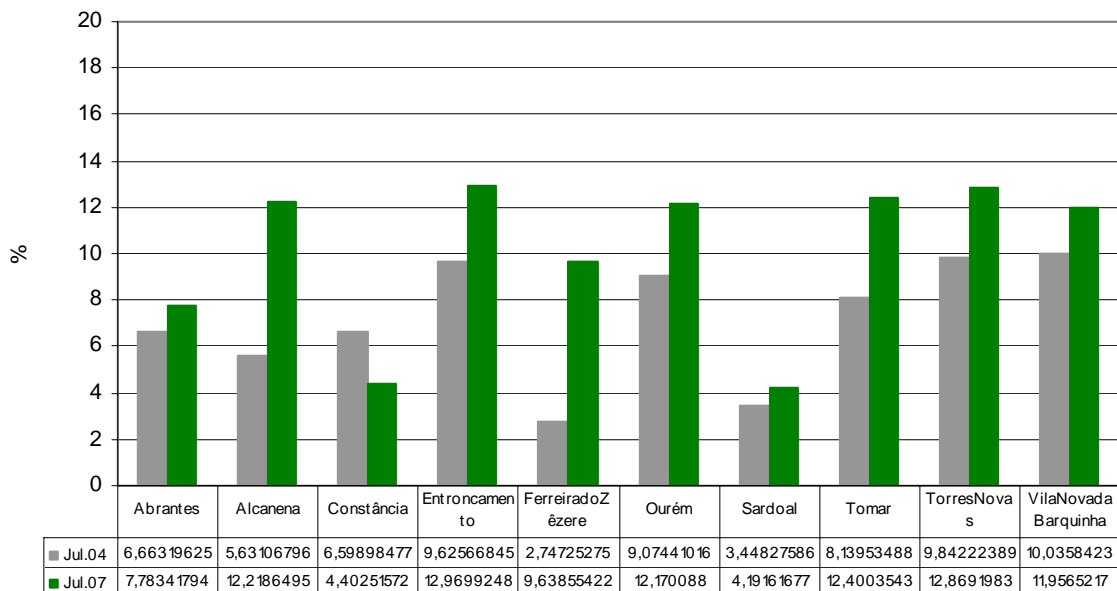
% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego, no **Oeste**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

Gráfico 128

% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego, no **Médio Tejo**
(Julho de 2004 a Julho de 2007)

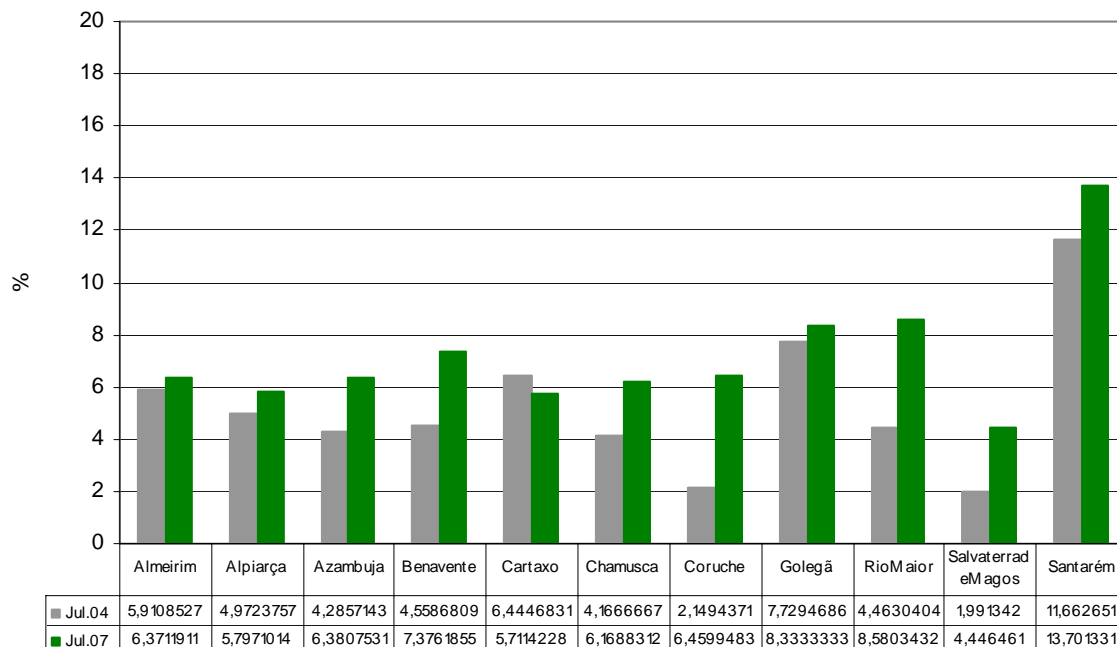


Fonte: IEFP

C.3 – RECURSOS HUMANOS
C.3.3 –Emprego e Desemprego

Gráfico 129

% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego, na **Lezíria do Tejo** (Julho de 2004 a Julho de 2007)



Fonte: IEFP

a) Despesas autárquicas em Actividades Culturais com evolução inconstante

A análise das despesas autárquicas em actividades culturais permite-nos concluir por um maior investimento nas áreas de menor centralidade funcional – caso do Oeste e Vale do Tejo. Há varias explicações potenciais que vão desde a existência de menor dinamismo cultural privado conduzindo à necessidade da prestação pública de serviços nesta área, até a um menor endividamento autárquico , factor que tem sobrecarregado os municípios urbanos.

O último ano em análise, 2004, representa aquele em que mais se investiu em cultura em todas as sub-regiões por relação ao orçamento total das autarquias. A Grande Lisboa mantém-se como a região com menor investimento neste domínio (7,3%) e o Médio Tejo com maior (18%).

As tendências concelhias são, no entanto, bastante variáveis. Constância, Sardoal e Tomar são os concelhos da região onde a percentagem de investimento autárquico em cultura se revelou maior em 2004 – ultrapassando 29% do orçamento total autárquico. Lisboa, Moita e Odivelas são os concelhos com menor investimento em cultura e com tendência de decréscimo desse investimento – todos apresentavam um valor no indicador inferior a 4%.

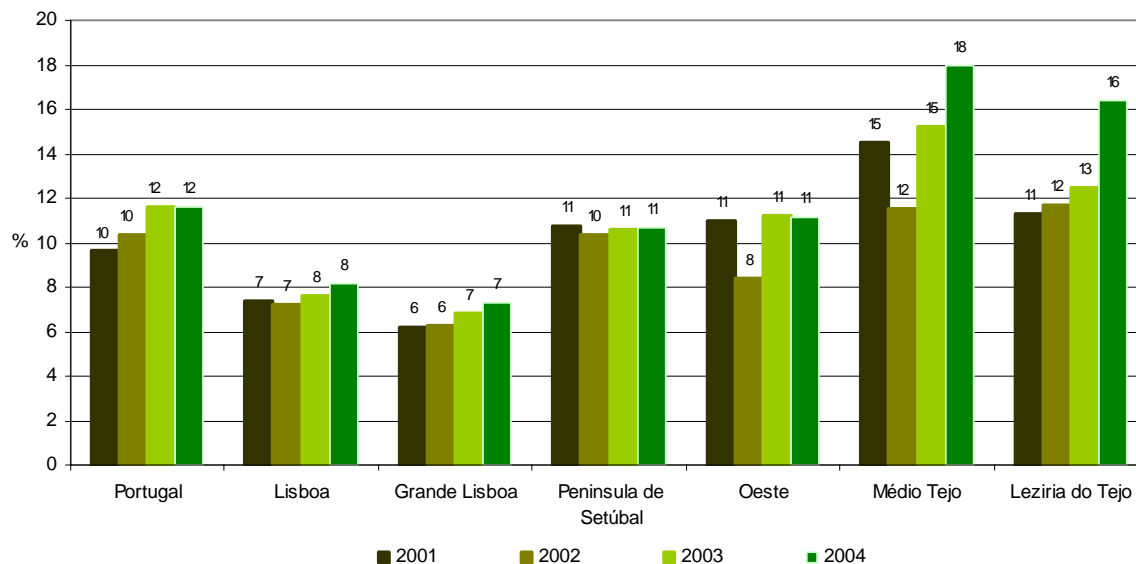
O valor da despesa média anual por habitante apresenta as mesmas tendências do investimento em cultura face ao orçamento total das autarquias. No Vale do Tejo registava-se, em 2004, um investimento médio em cultura superior a 115€/habitante quando, em Lisboa era de 44€/habitante. Odivelas isola-se de todos os restantes concelhos da região – em 2001, a autarquia gastava em cultura, em média, 30,4€/habitante, diminuindo para 7,1€/mês em 2004. Constância e Sardoal também apresentam uma realidade bem distinta da média regional – com uma despesa média em cultura por habitante superior a 530€/mês.

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 130

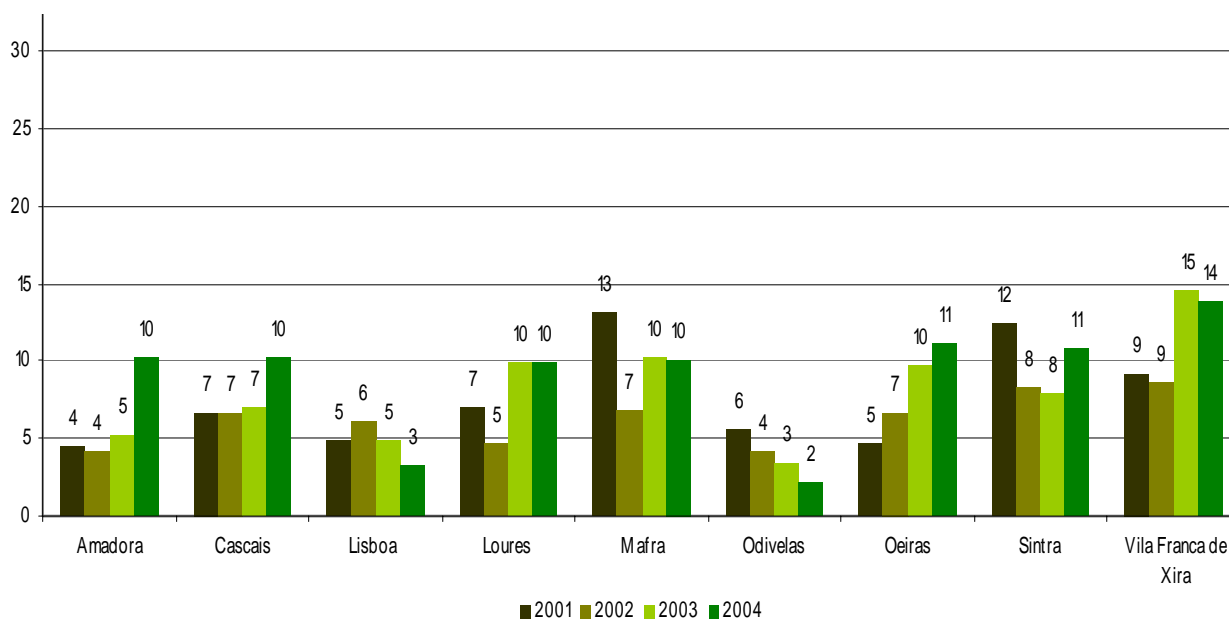
% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2000 a 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 131

% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 a 2004 (concelhos da Grande Lisboa)



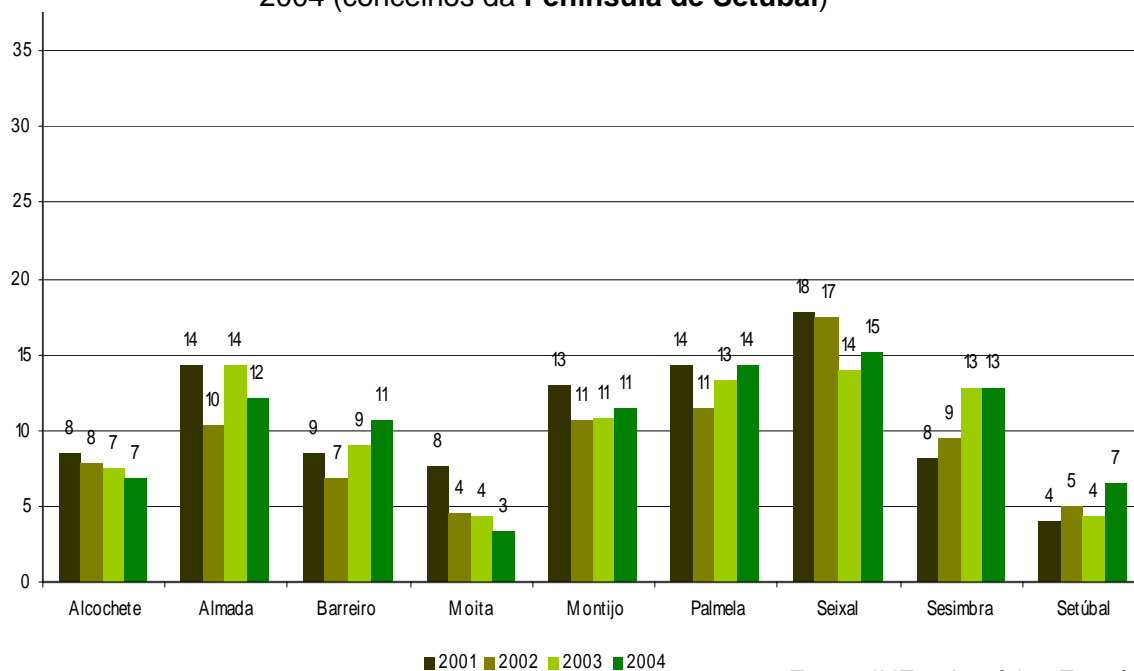
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 132

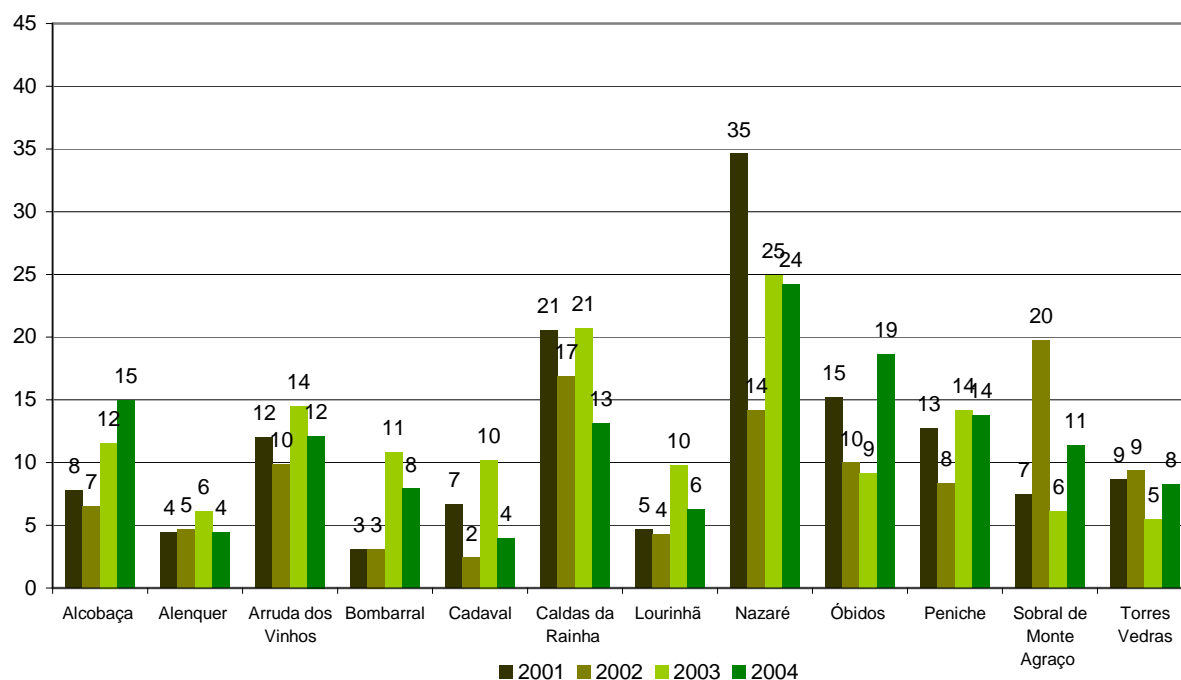
% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 a 2004 (concelhos da **Península de Setúbal**)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 133

% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 a 2004 (concelhos do **Oeste**)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 134

% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 a 2004 (concelhos do **Médio Tejo**)

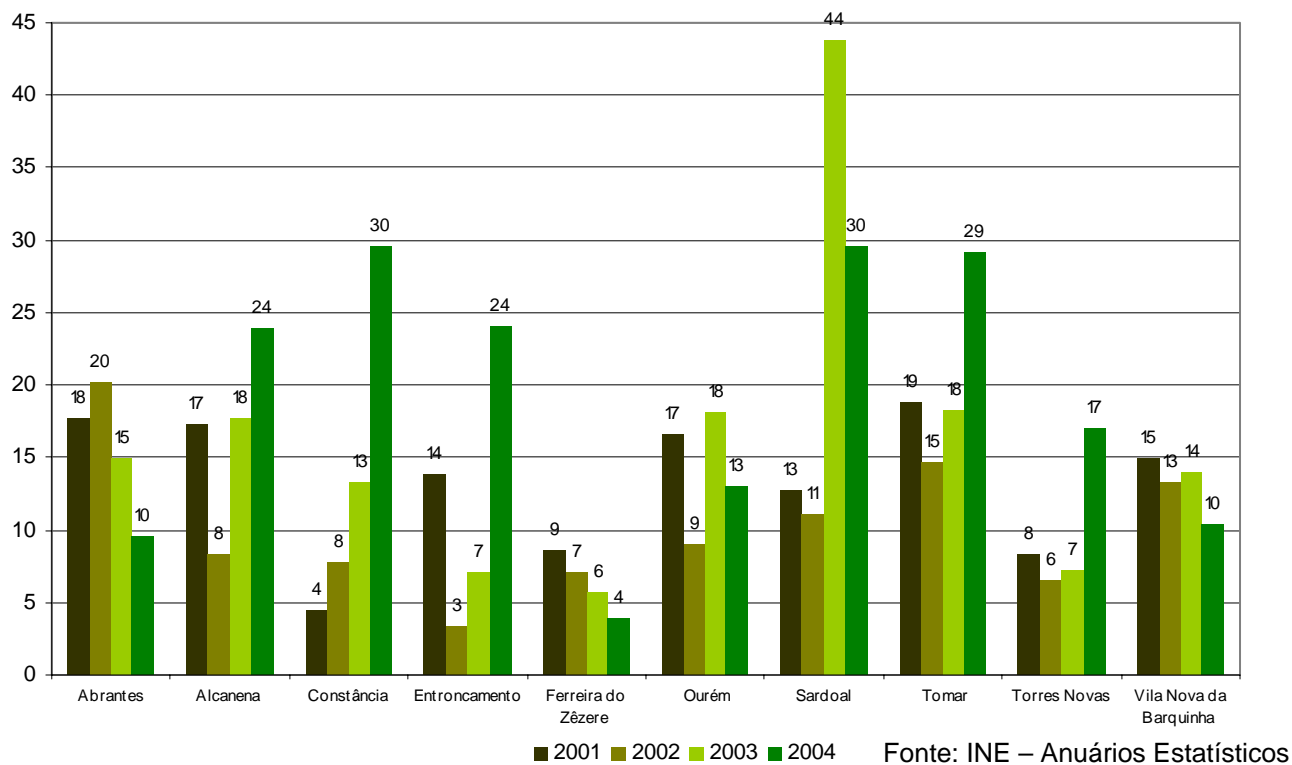
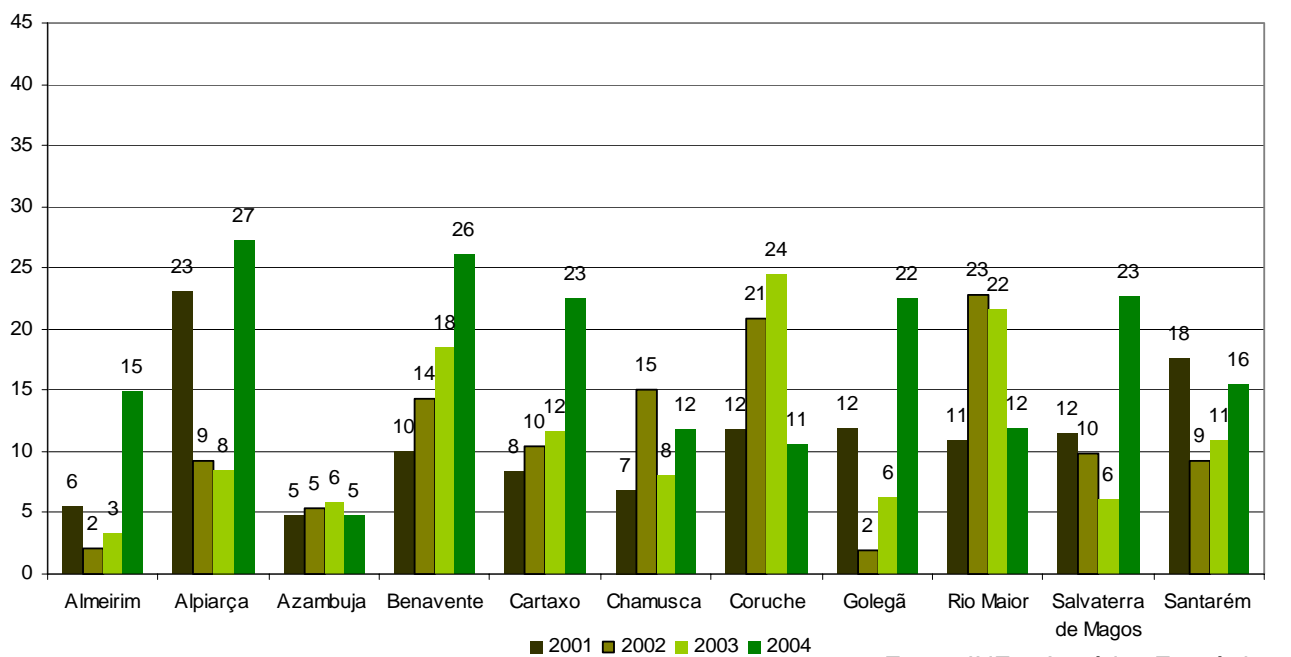


Gráfico 135

% de despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 a 2004 (concelhos da **Lezíria do Tejo**)

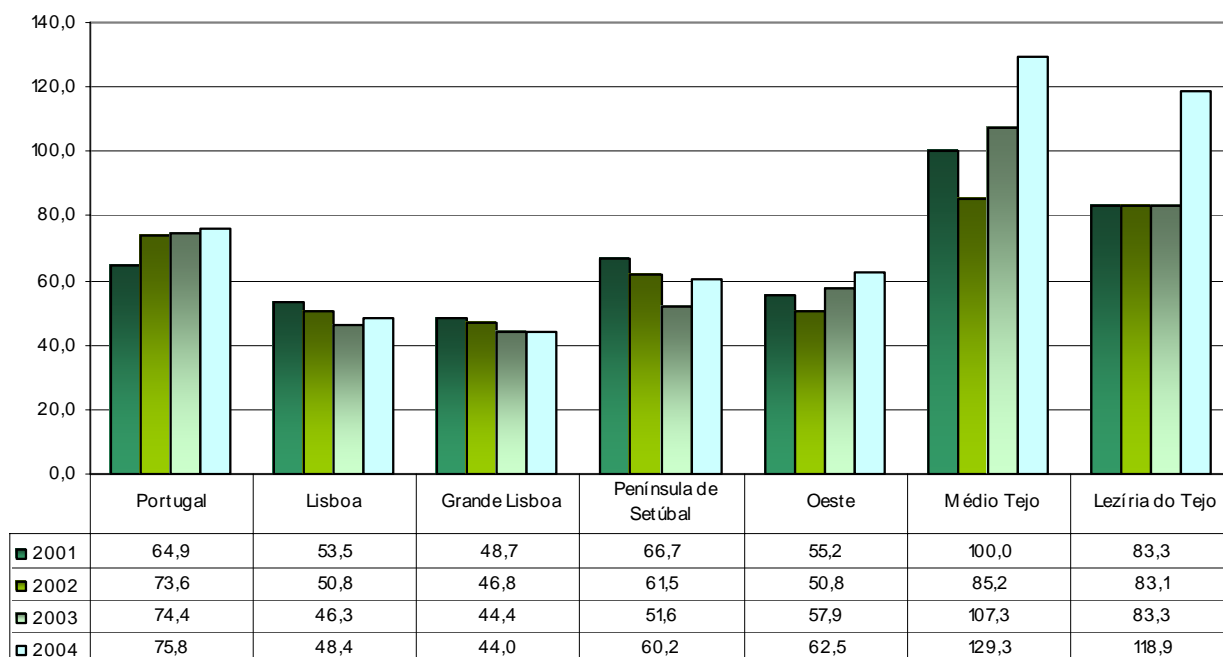


C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 136

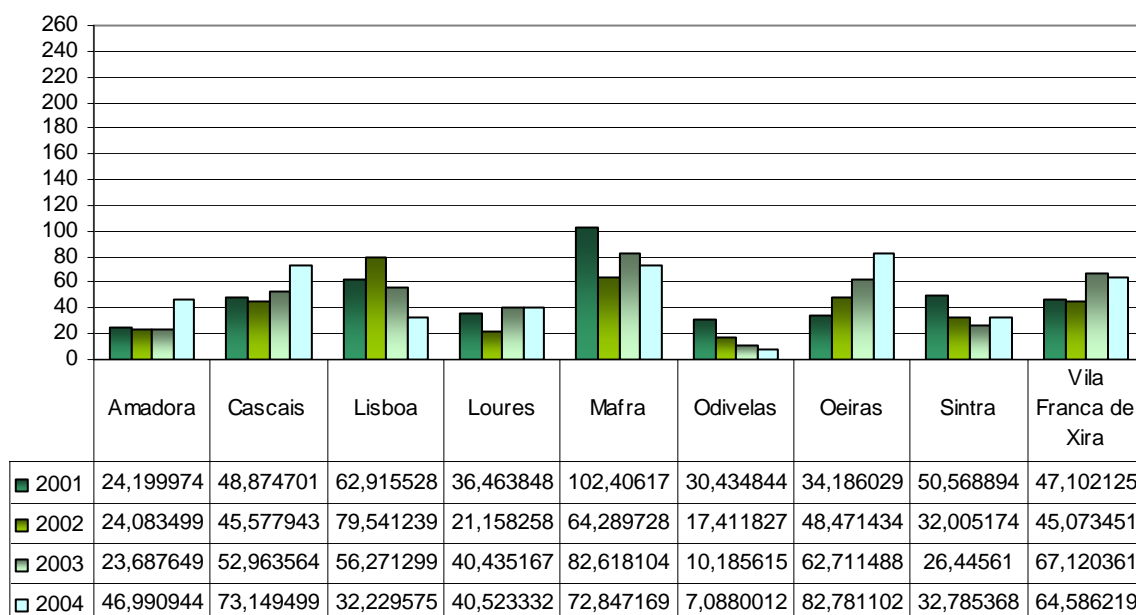
Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004 (€)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 137

Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da Grande Lisboa (€)



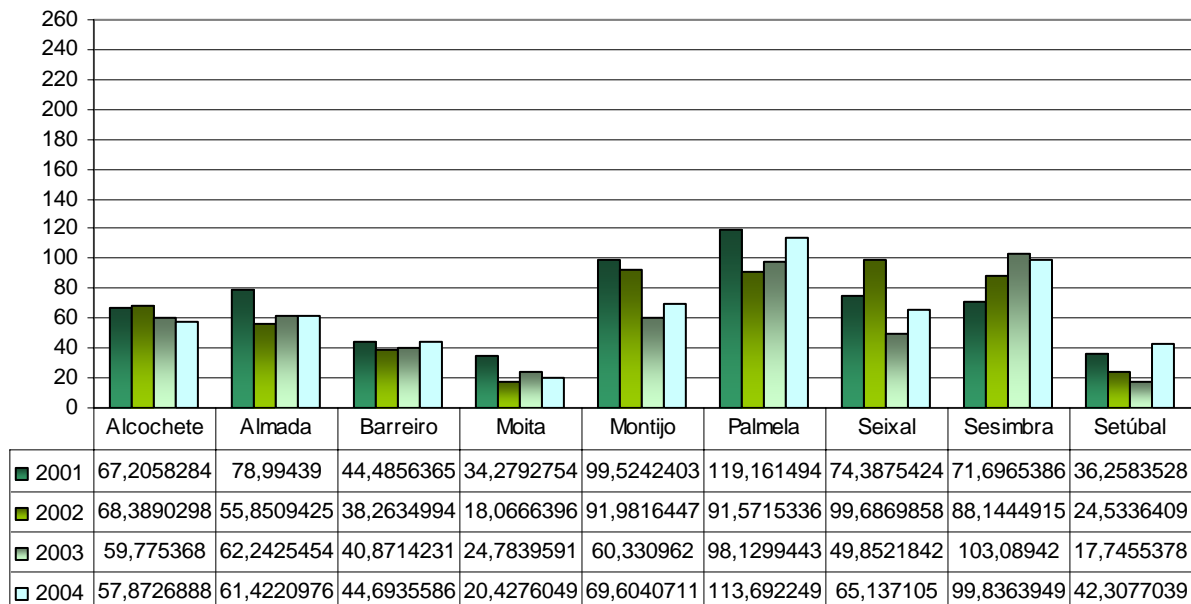
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.I – Cultura

Gráfico 138

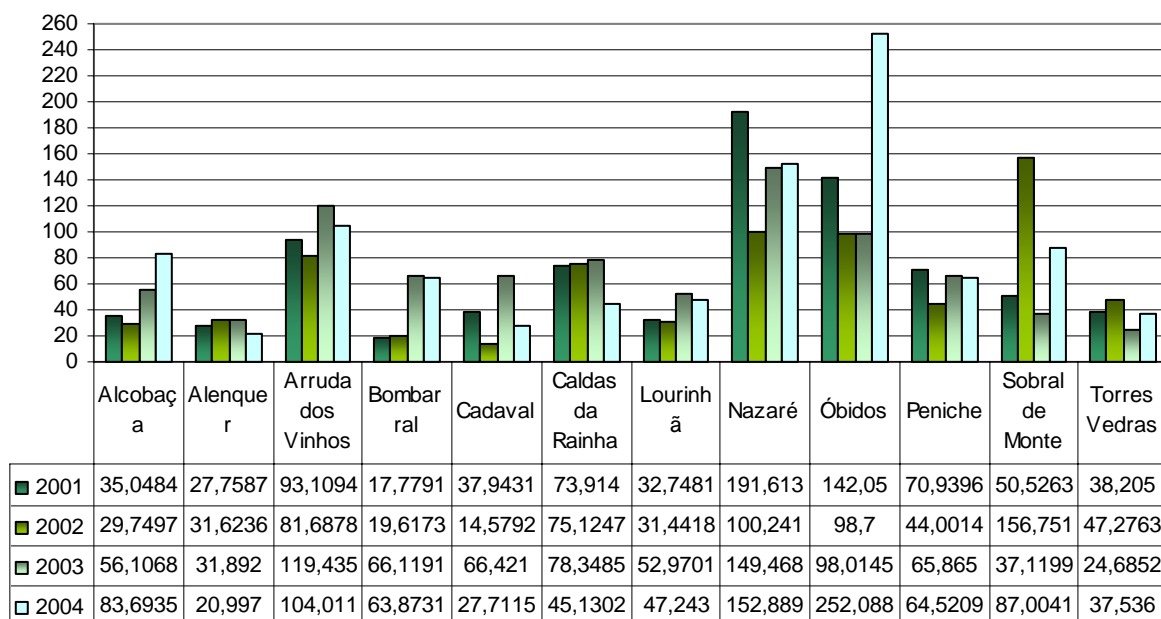
Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da Península de Setúbal (€)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 139

Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos do Oeste (€)



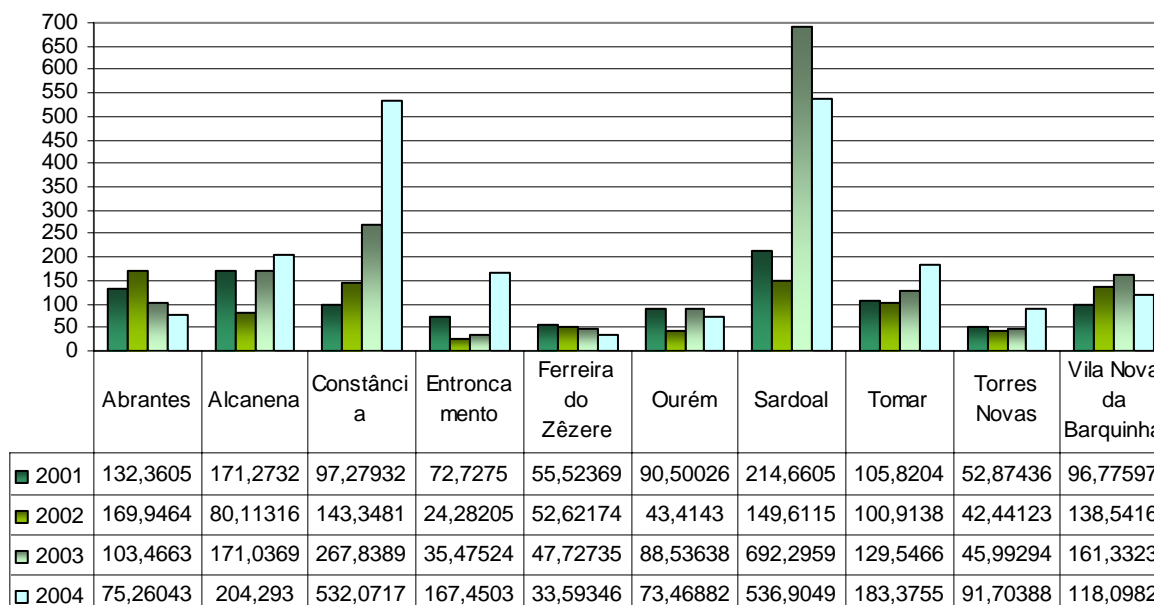
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 140

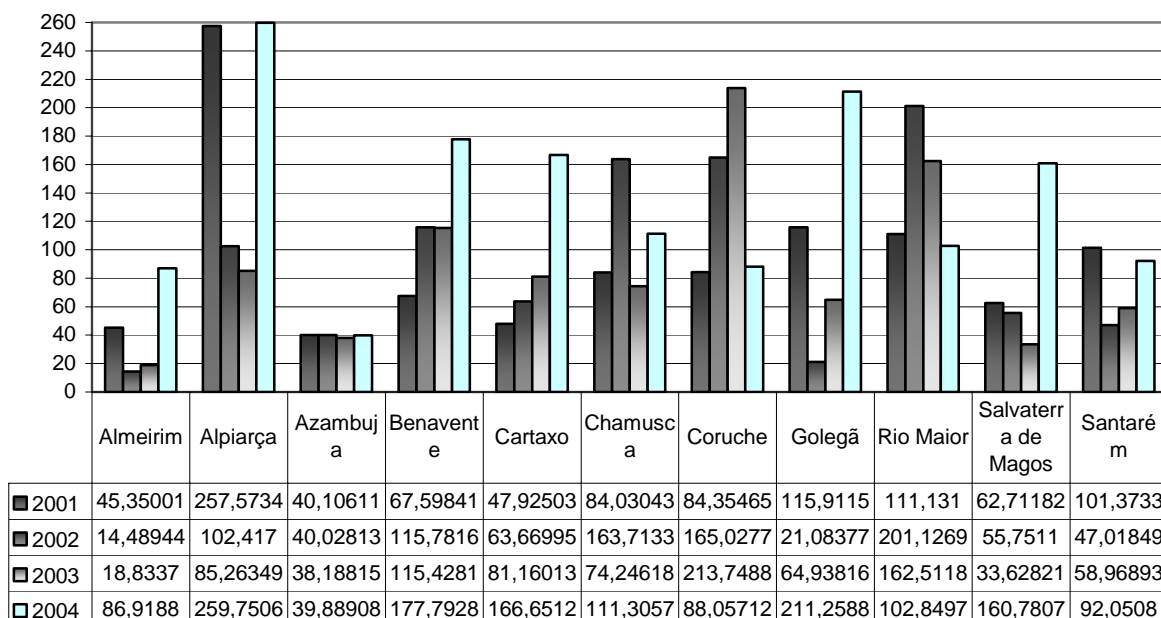
Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos do **Médio Tejo**(€)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 141

Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da **Lezíria do Tejo** (€)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

b) Utilização do equipamento de Cinema

Já no acesso ao cinema se denota uma situação bem diferente do comportamento dos indicadores anteriormente analisados. A valorização desta actividade de lazer parece em crescimento em toda a Europa e a região acompanha essa evolução.

A Grande Lisboa apresenta os maiores índices de acesso ao cinema. Teoricamente⁵ podemos dizer que um residente da Grande Lisboa foi, em média, mais de 3 vezes ao cinema no ano de 2004, quando no Oeste e Vale do Tejo não chegavam a ir uma vez por ano. Denote-se que o número de espectadores por habitante revela uma tendência de diminuição nas várias sub-regiões – só a Península de Setúbal evidencia o contrário e o Oeste mantém estabilidade.

Na análise das taxas de utilização verificamos, no entanto, uma tendência generalizada de diminuição – curiosamente é na Península de Setúbal que se verifica uma taxa de utilização menor – 9,1%, em 2004. Estes resultados são reveladores indirectos das mudanças nos modos de vida dos habitantes da região e mesmo no país. Alguns estudos vêm demonstrando a tendência para a domesticidade das práticas dos indivíduos (cada vez menos sociais), perdendo importância as práticas que são realizadas fora do espaço doméstico. As conclusões que retiramos da análise das tendências de acesso e utilização do cinema apoiam na corroboração da mudança nas práticas e nos estilos de vida dos indivíduos.

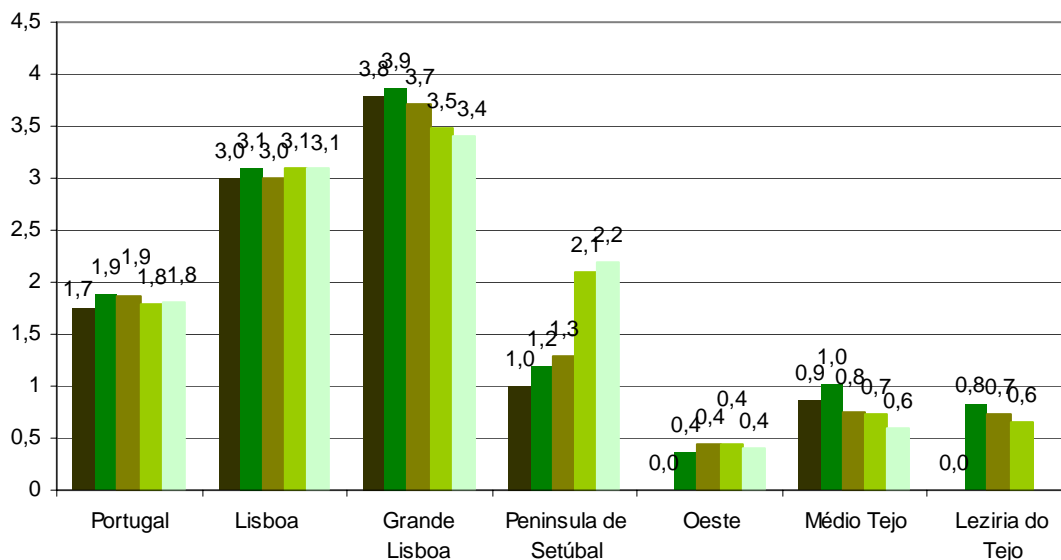
⁵ Referimo-nos a “teoricamente” porque sabemos que nem todos os que vão ao cinema serão necessariamente residentes na região onde a esse acedem.

C.4 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.4.1 – Cultura

Gráfico 142

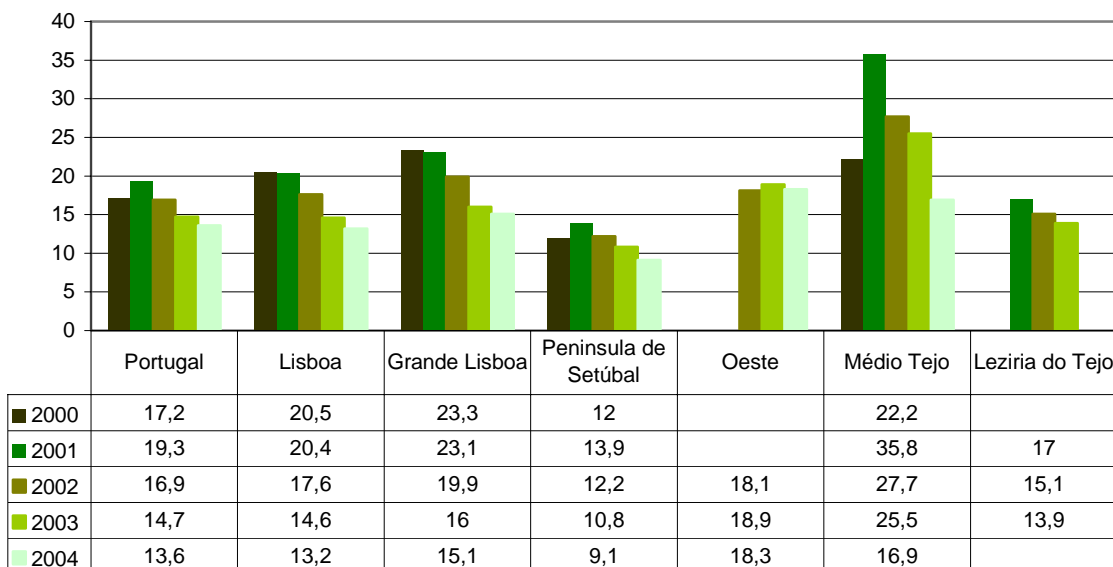
Espectadores de cinema por habitante, 2000 a 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 143

Taxa de utilização do cinema, 2000 a 2004 (%)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Tem vindo a ser realizado um inquérito ao nível europeu sobre a qualidade de vida em diferentes cidades europeias. Na última inquirição incluiu-se Lisboa, pelo que se optou pela utilização dos resultados em comparação com outras capitais europeias em estudo e com Braga, a outra cidade nacional incluída.

Quer na percepção sobre as oportunidades de emprego quer na percepção em encontrar facilmente habitação a um preço razoável se destaca um posicionamento negativo dos lisboetas. Assim, Lisboa é a 3ª capital com menor valor no índice sintético que mede a percepção sobre as oportunidades de emprego (19% em 2006). O maior optimismo no acesso ao emprego era sentido pelos residentes de Praga e Copenhaga.

Na análise da percepção sobre a facilidade em encontrar habitação a um preço razoável, os habitantes de Braga revelam a posição mais optimista, com um índice de 68%, tendo Lisboa um valor baixo no índice – situado em 12% - acompanhando a percepção dos habitantes de outras cidades como Amesterdão, Copenhaga e Londres.

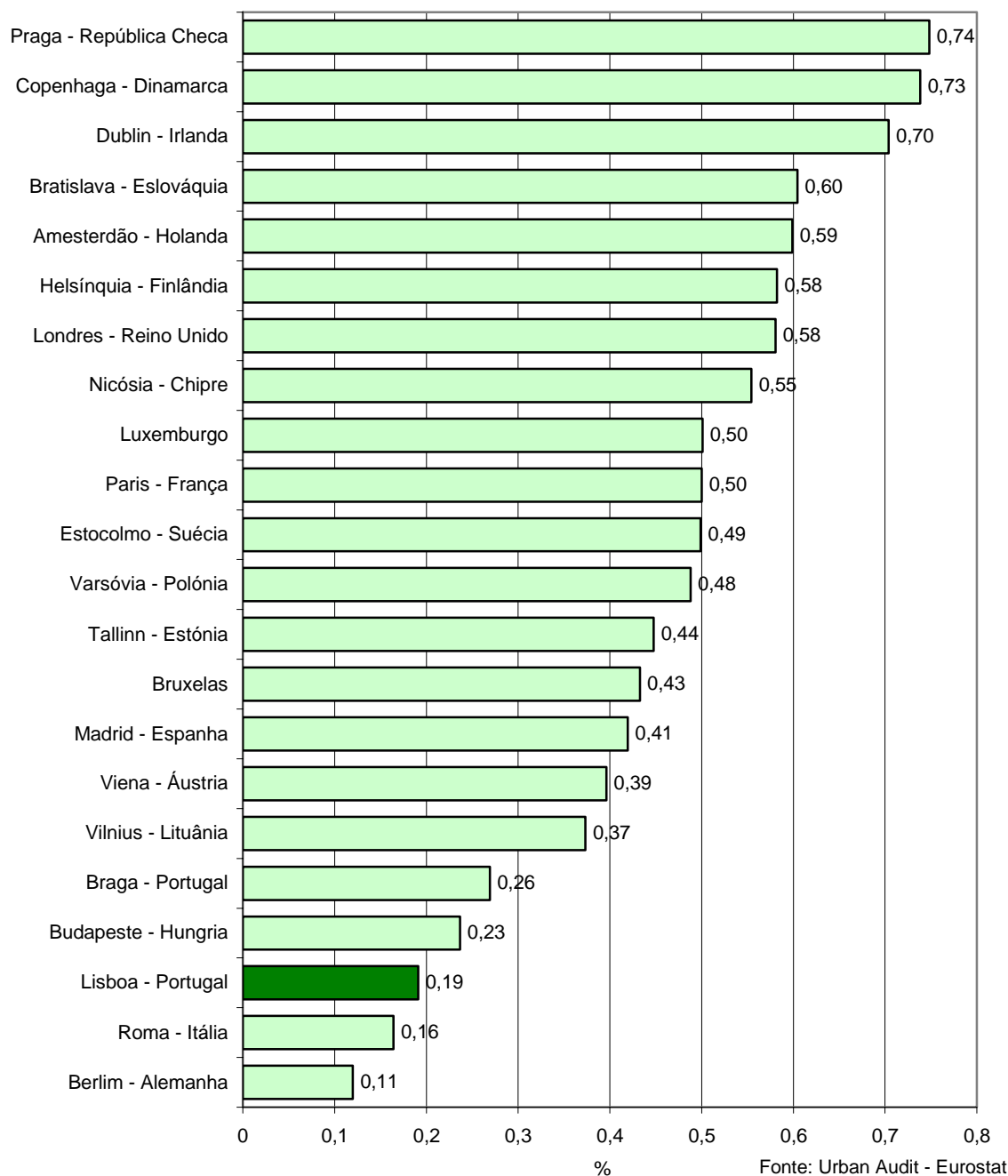
Se é certo que este é o campo das representações não é menos verdade que estas são, muitas vezes, o resultado de condições de vida que se objectivam como sendo menos favoráveis face a outros territórios. Não é novidade que o acesso ao emprego está objectivamente dificultado nesta altura, e também é conhecido que a habitação em Lisboa é cara . Os resultados deste inquérito vêm evidenciar que tal é sentido pelos habitantes de Lisboa e são igualmente reveladores de um pessimismo face a algumas dimensões que lhes poderiam permitir ter uma melhor qualidade de vida.

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 144

Percepção sobre oportunidades de emprego em cidades europeias seleccionadas – índice sintético, 2006

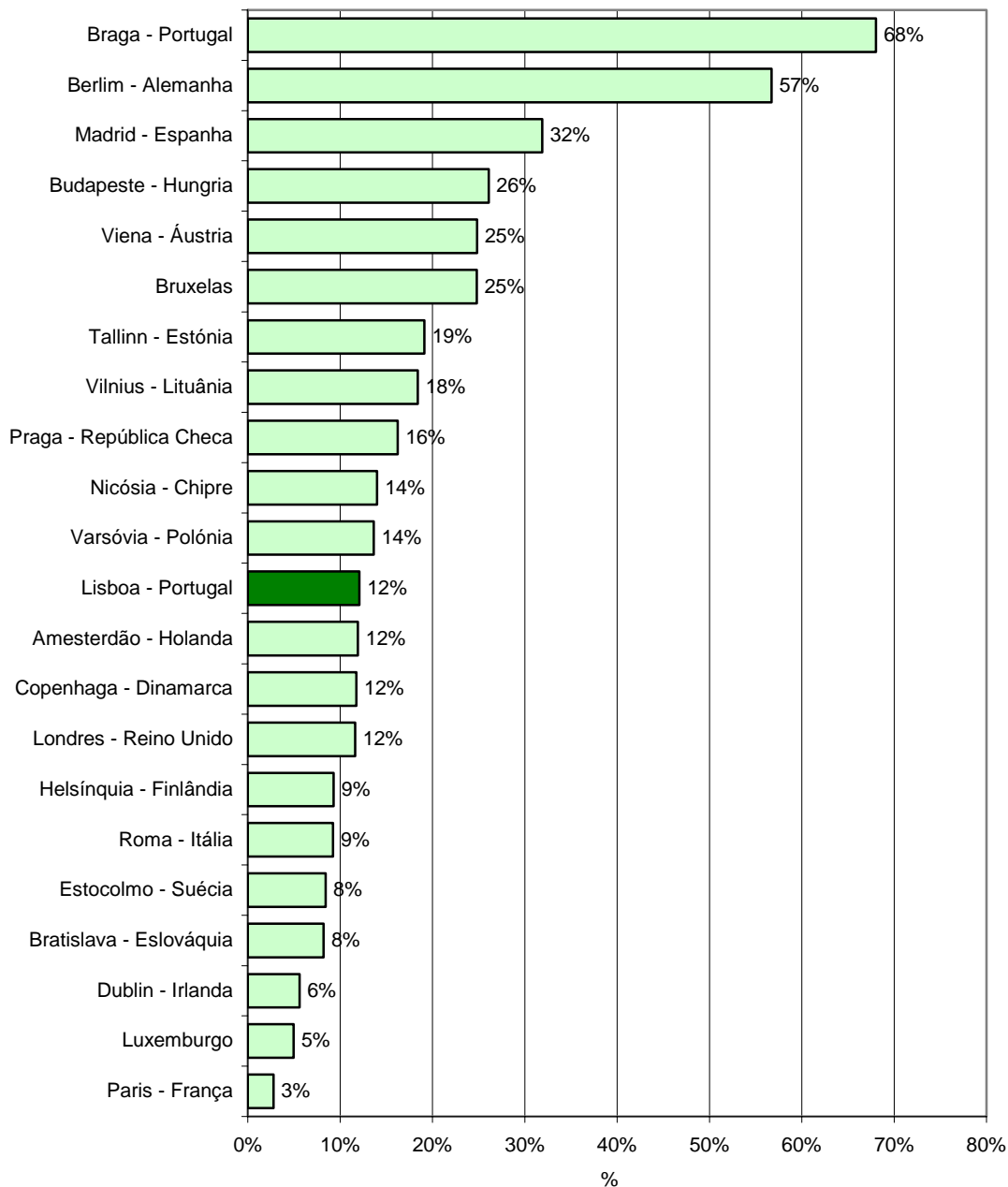


C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 145

Percepção sobre a facilidade em encontrar habitação a um preço razoável em cidades europeias seleccionadas – índice sintético, 2006



C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

a) Taxas de Mortalidade Infantil

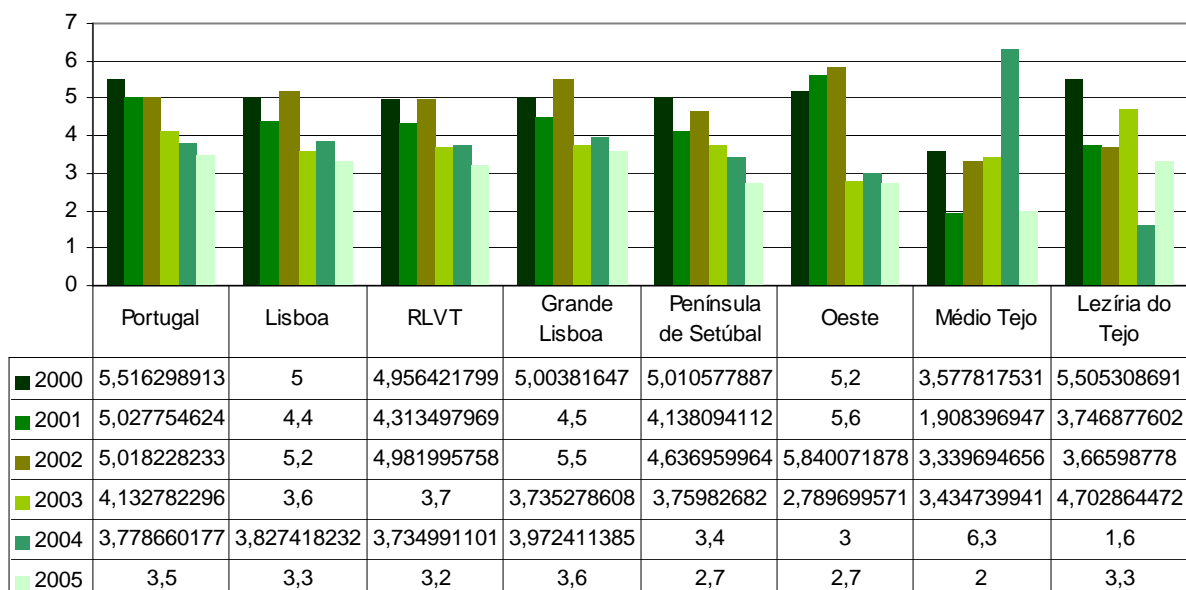
De uma forma global é possível assinalar uma evolução positiva da região ao nível da evolução da taxa de mortalidade infantil. Acompanha a tendência nacional, mas com valores mais baixos no indicador.

Em 2000, a RLVT tinha 5 mortos por cada 1000 nados vivos diminuindo para cerca de 3/1000 em 2005. É na Grande Lisboa que se regista uma taxa de mortalidade infantil superior – o que se justificará pela presença de Hospitais centrais que dão resposta a situações de maior risco. É no Médio Tejo que se regista a maior diminuição no indicador e a taxa de mortalidade infantil mais baixa – passa de 6,3/1000 para 2/1000. A Lezíria do Tejo é a única sub-região que regista um aumento da taxa de mortalidade infantil de 2004 para 2005, mas sem exceder significativamente os valores médios regionais – cerca de 3,3 óbitos de crianças com menos de 1 ano por cada 1000 nados vivos.

Em 2005 a taxa de mortalidade infantil mais elevada registava-se em Alcobça, seguida de Santarém – 7/1000 no primeiro caso e 6,3/1000 no segundo.

Gráfico 146

Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



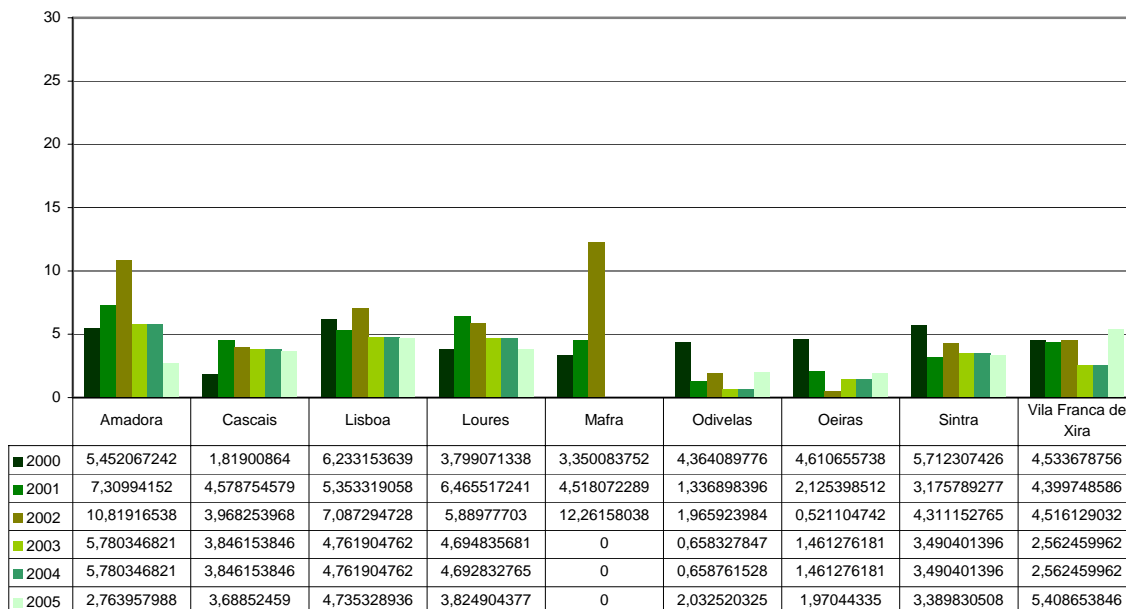
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 147

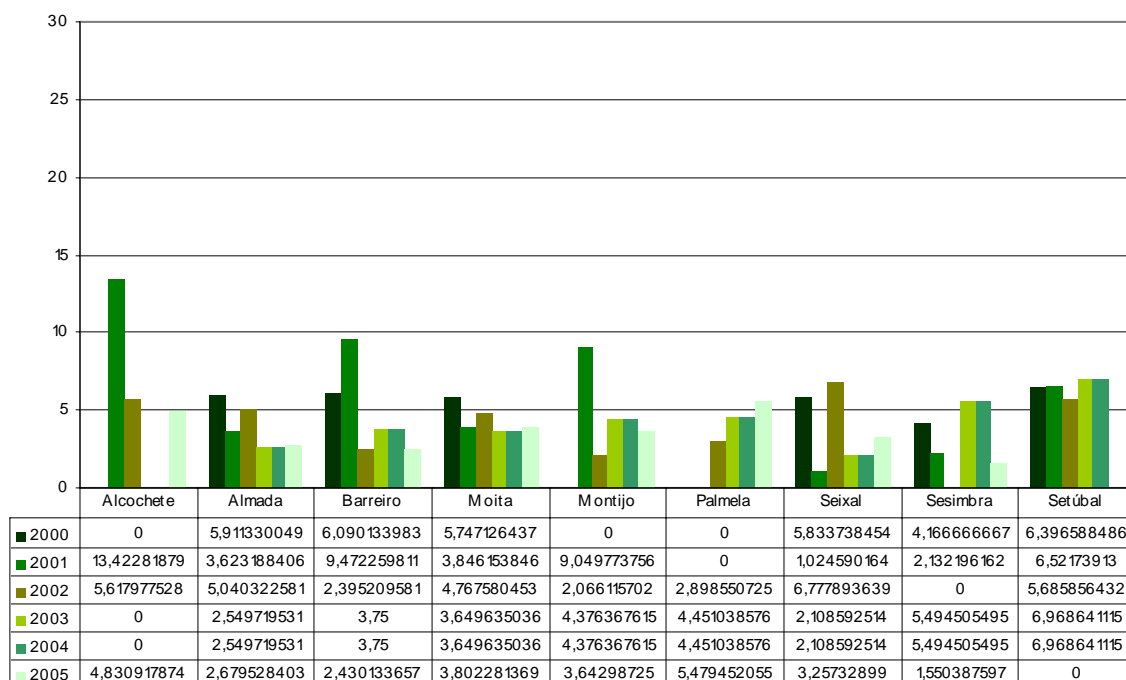
Taxa de mortalidade infantil nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 148

Taxa de mortalidade infantil nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



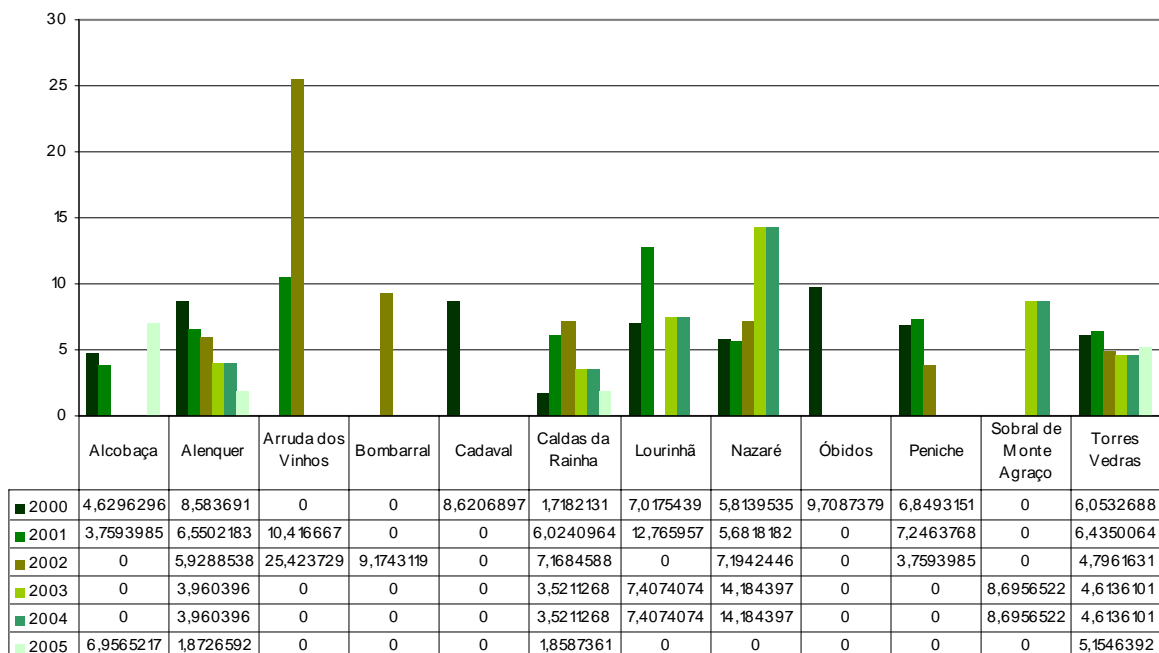
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 149

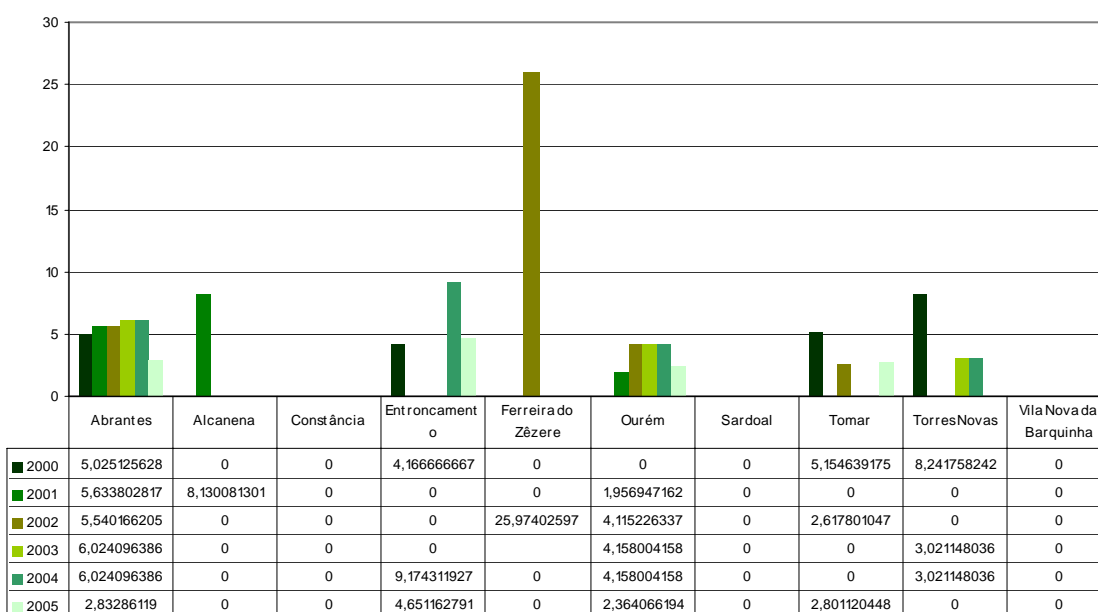
Taxa de mortalidade infantil nos concelhos do **Oeste**, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 150

Taxa de mortalidade infantil nos concelhos do **Médio Tejo**, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



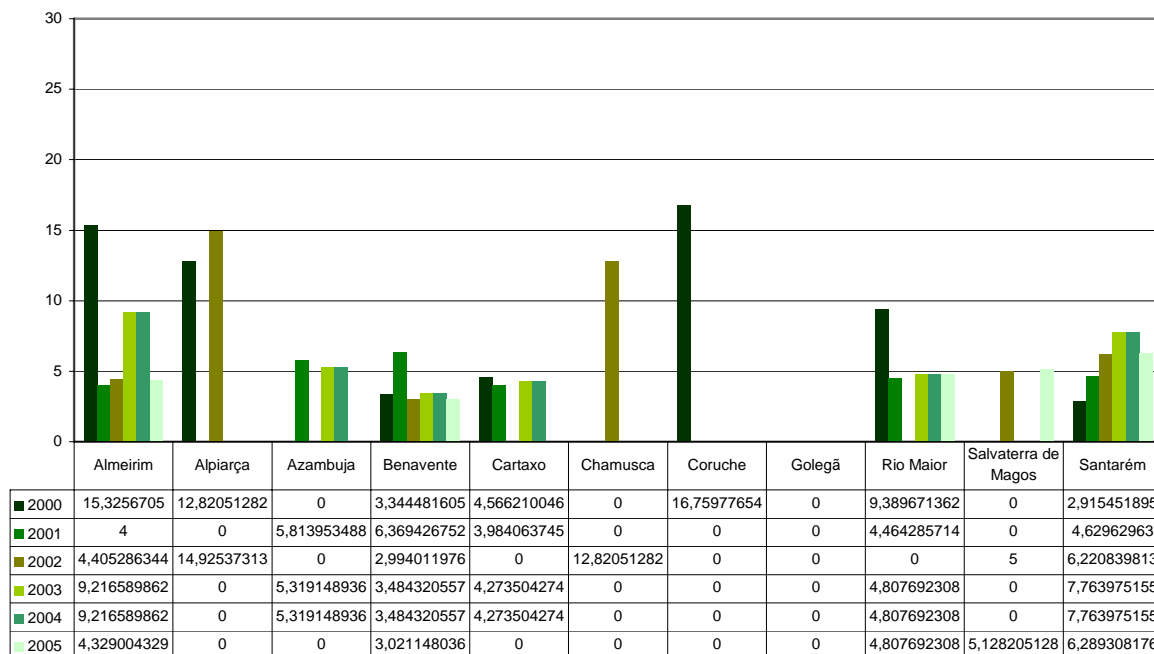
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 151

Taxa de mortalidade infantil nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

b) Médicos

Os indicadores disponíveis sobre os médicos nem sempre nos possibilitam uma leitura aproximada sobre a capacidade de um qualquer território em promover o acesso à saúde dos seus cidadãos e ainda menos a qualidade dos serviços. Os resultados sobre o número de médicos por 1000 habitantes são disso exemplo. Em primeiro lugar não se registavam variações neste indicador de 2002 a 2004. Por outro lado, ressalta sempre o caso da Grande Lisboa com uma média de 6 médicos por 1000 habitantes pelo facto de aí se concentrarem hospitais centrais que dão cobertura para fora da região, mas o indicador tem apenas por base a população regional.

Procurando refinar o indicador, procurou-se calcular o número de habitantes por médico dos centros de saúde. Oficialmente não são disponibilizados os dados sobre os médicos de família, pelo que o indicador é apenas uma aproximação ao acesso que os utentes têm à saúde de proximidade. Sabe-se que a contabilização de outros médicos que existem nos centros de saúde pode enviesar uma leitura mais precisa desse acesso. De qualquer forma, tomaremos por referência o número ideal de utentes por médico de família (1500) para a análise das tendências regionais.

Em todas as sub-regiões é visível o aumento do número de habitantes por médico dos centros de saúde. Na Península de Setúbal e Vale do Tejo ultrapassa-se, em 2004, o rácio de 1500 habitantes por médico.

Destacamos o conjunto dos concelhos da sub-região onde o acesso à saúde de proximidade estará mais dificultado (todos com uma média superior a 2000 habitantes por médico de centro de saúde, em 2004): Mafra (Grande Lisboa); Palmela e Sesimbra (Península de Setúbal); e Alenquer (Oeste). No entanto, são muito mais os concelhos em que há mais de 1500 habitantes por médico.

Os concelhos de Lisboa e Constância são os que apresentam um rácio de habitantes por médico menor – menos de 1000, que revelará condições melhores de acesso.

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 152

Médicos por 1000 habitantes, 2002 a 2004

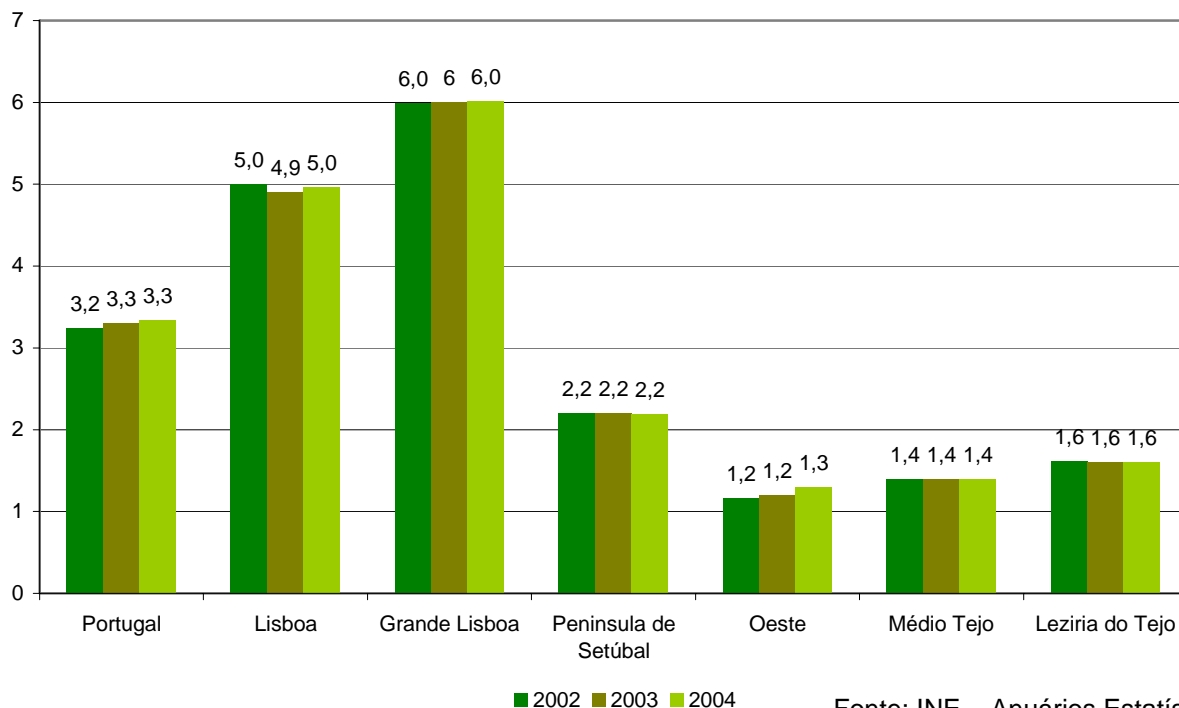
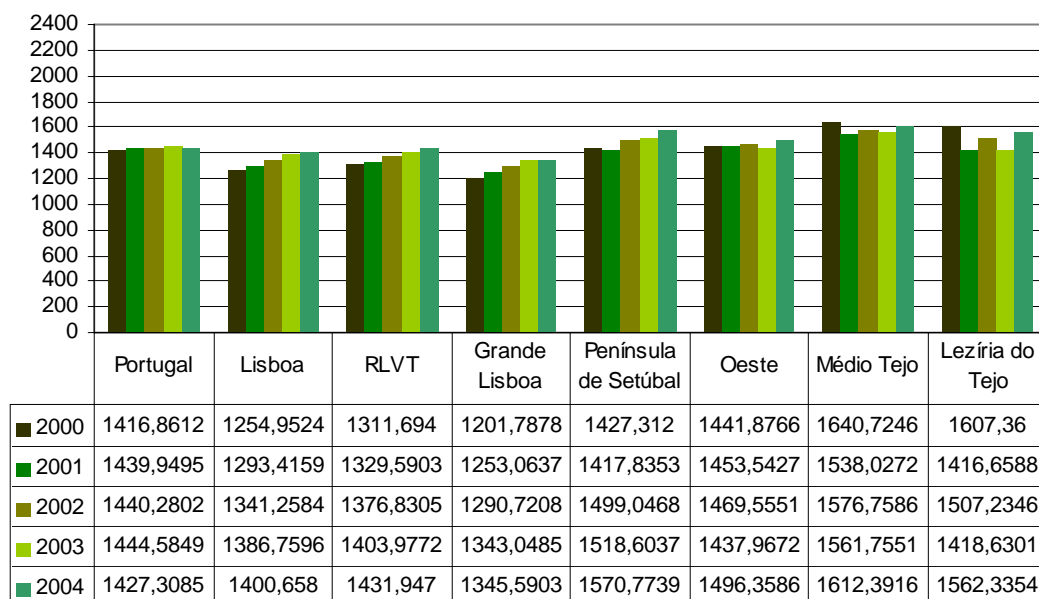


Gráfico 153

Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), 2000 a 2004

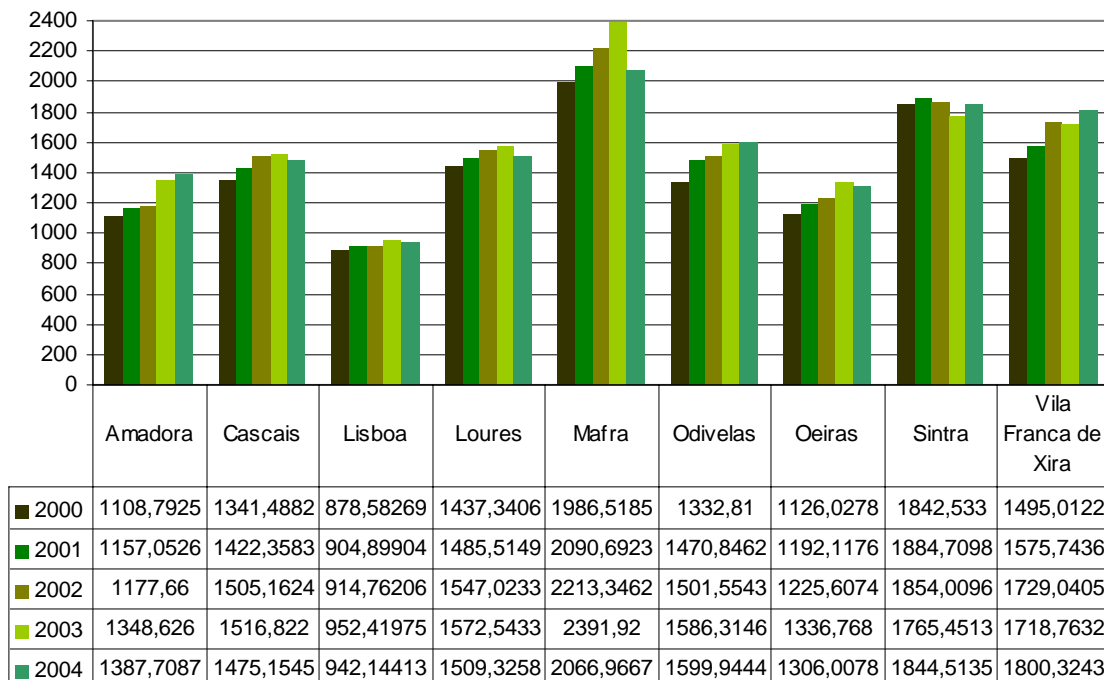


C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 154

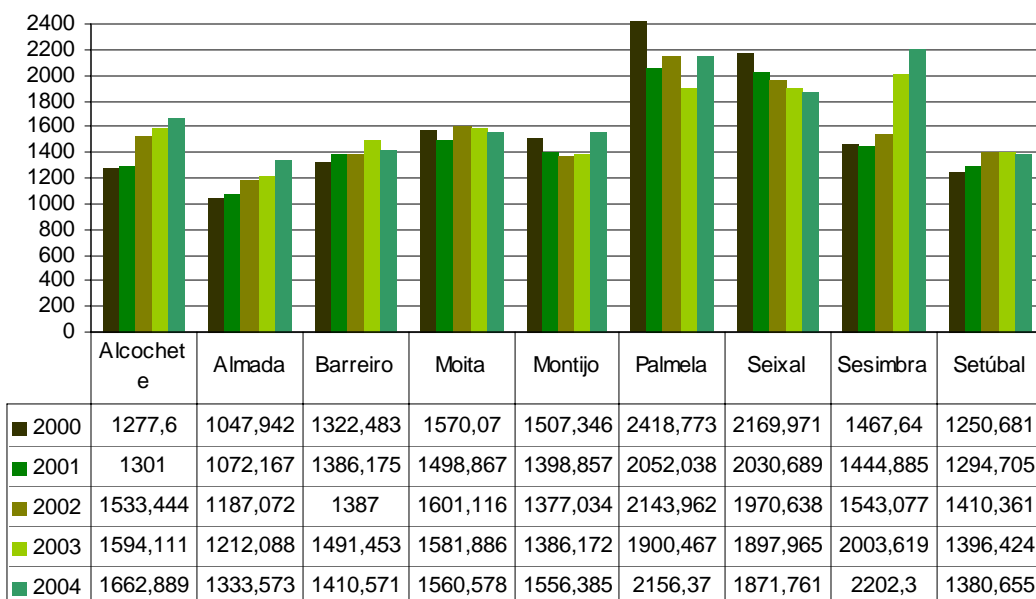
Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2000 a 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 155

Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2000 a 2004



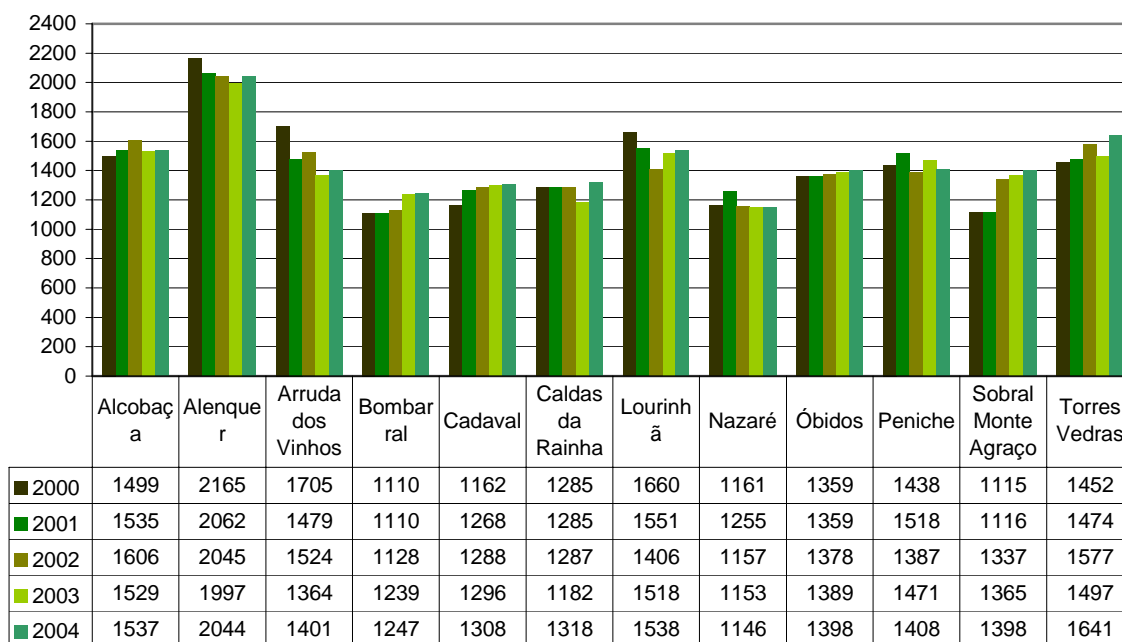
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 156

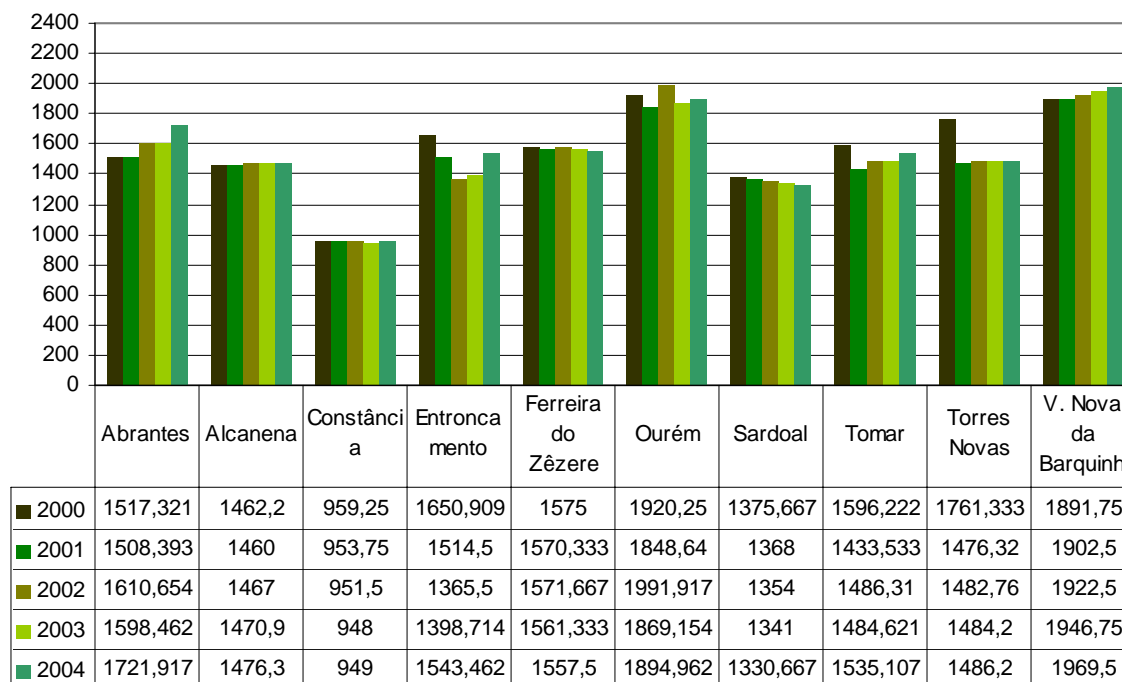
Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), nos concelhos do **Oeste**, 2000 a 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 157

Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), nos concelhos do **Médio Tejo**, 2000 a 2004



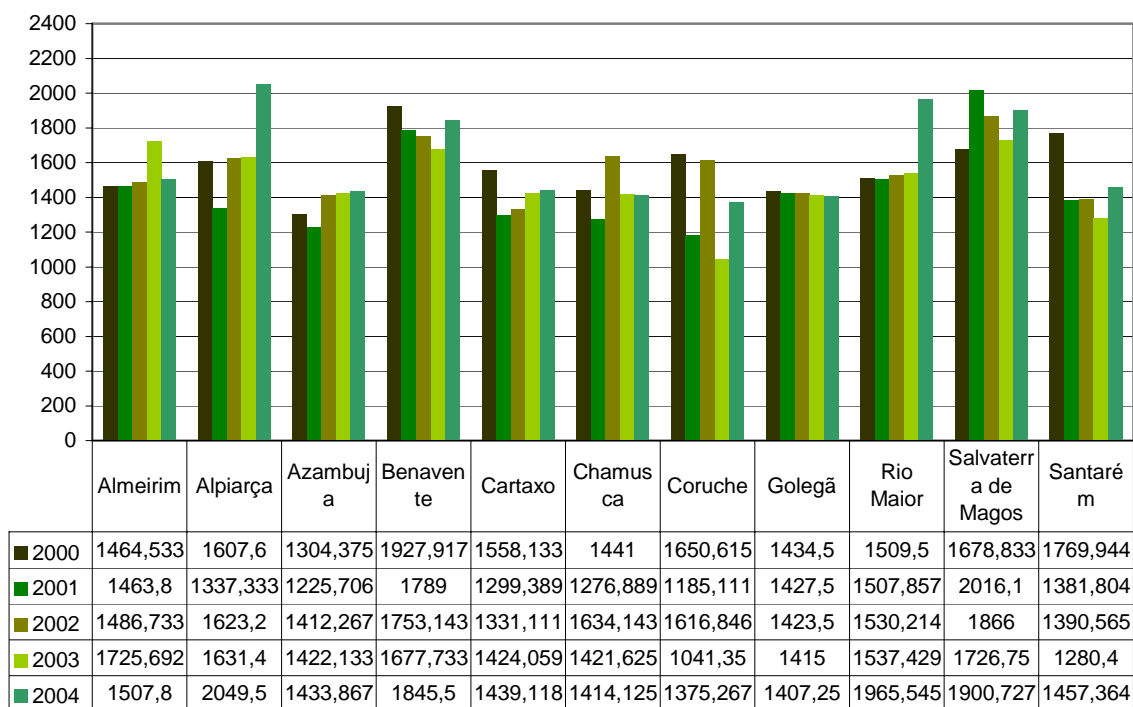
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.I – Bem-Estar Físico

Gráfico 158

Nº de habitantes por médico (dos centros de saúde), nos concelhos da **Lezíria do Tejo**,
2000 a 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

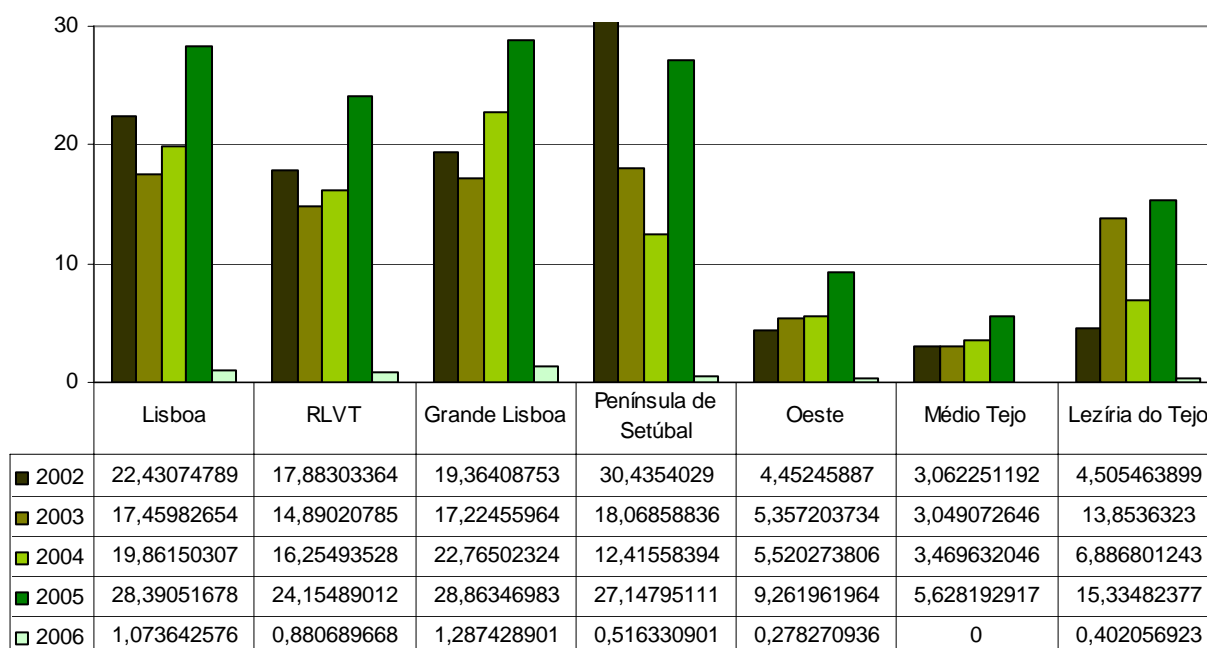
c) Casos de SIDA

A análise dos diferentes indicadores na área da saúde levam-nos a concluir que se as condições de acesso estarão dificultadas, são visíveis, em contrapartida, mais sucessos – verificou-se uma diminuição da taxa de mortalidade infantil a que associamos aqui uma diminuição extraordinária nos novos casos de SIDA. De 2002 a 2005, a RLVT apresentava uma média de 655 novos casos de SIDA por ano. Em 2006, surgiram apenas 32 novos casos, 30 dos quais na AML.

De todos os indicadores analisados em todas as dimensões de análise, este é o que revela um saldo mais positivo para toda a região. Por isso se verifica, em 2006, uma taxa de incidência de novos casos de SIDA muito baixa – inferior a 1 por 100.000 habitantes.

Gráfico 159

Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, 2002 a 2006



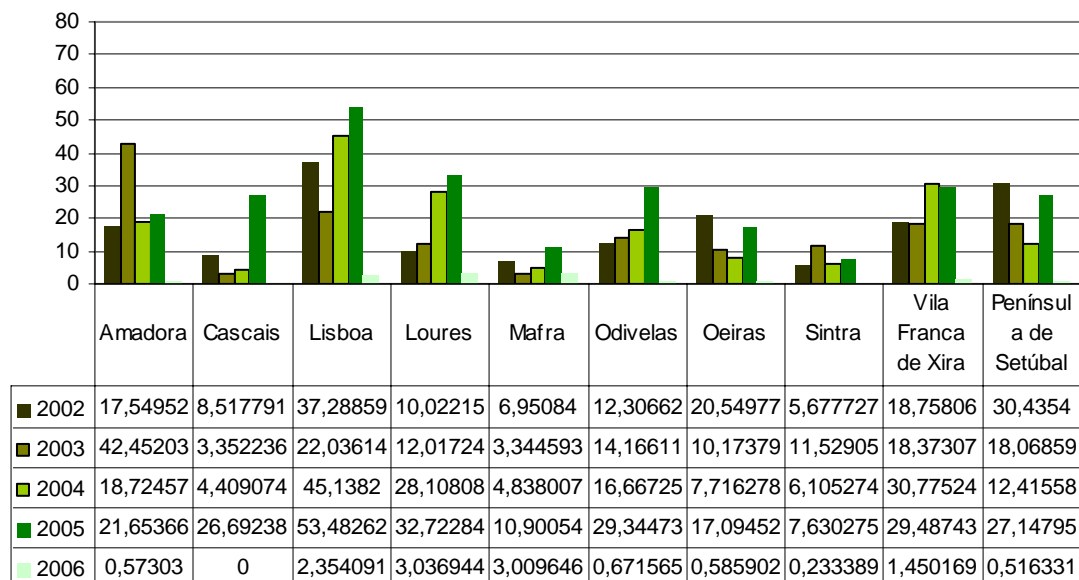
Fonte: CVEDT

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 160

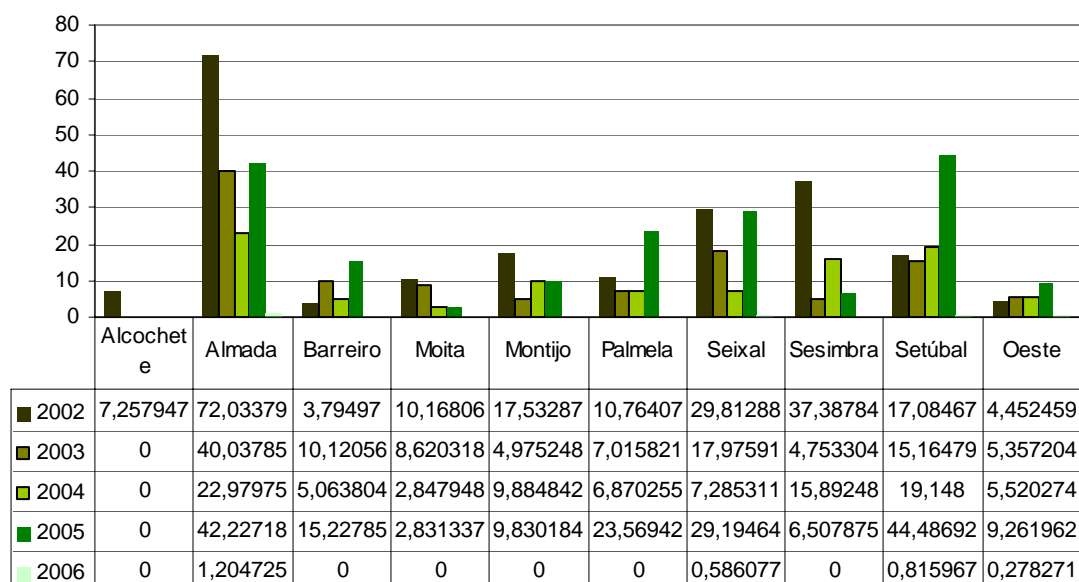
Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2002 a 2006



Fonte: CVEDT

Gráfico 161

Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2002 a 2006

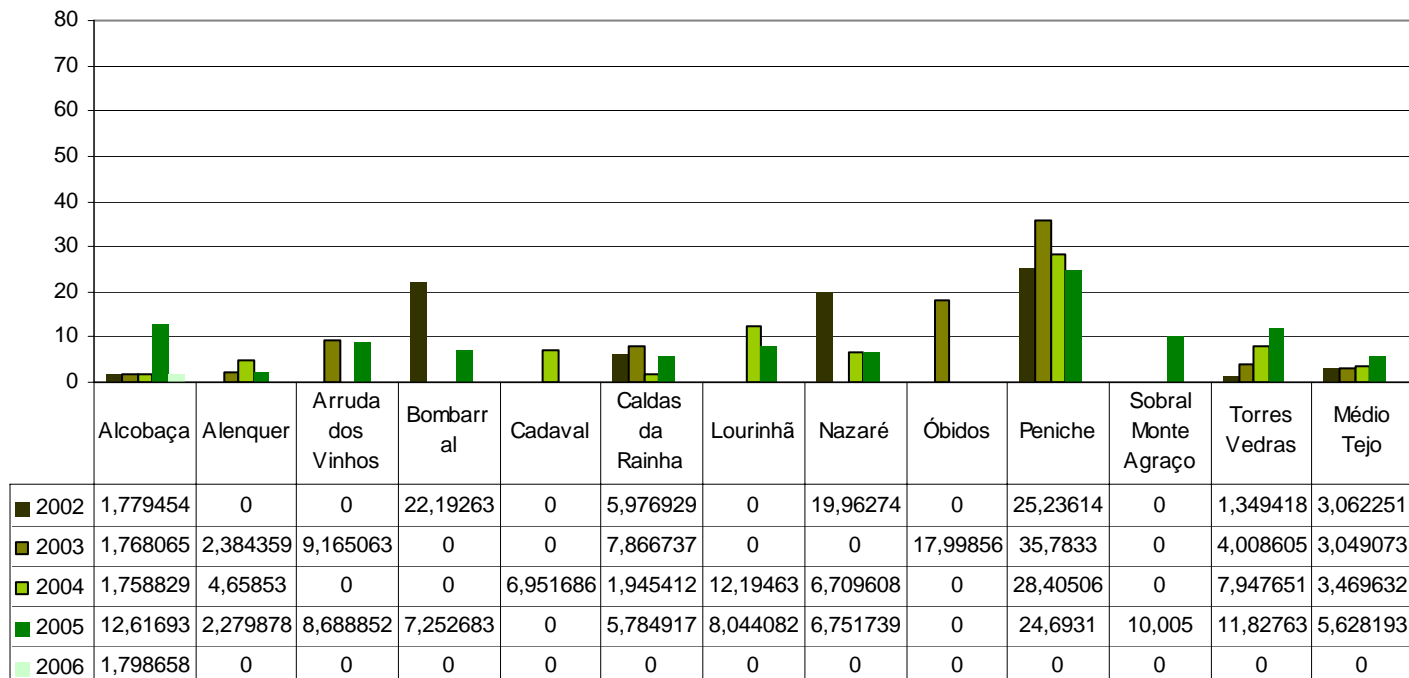


Fonte: CVEDT

C.5 – QUALIDADE DE VIDA
C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 162

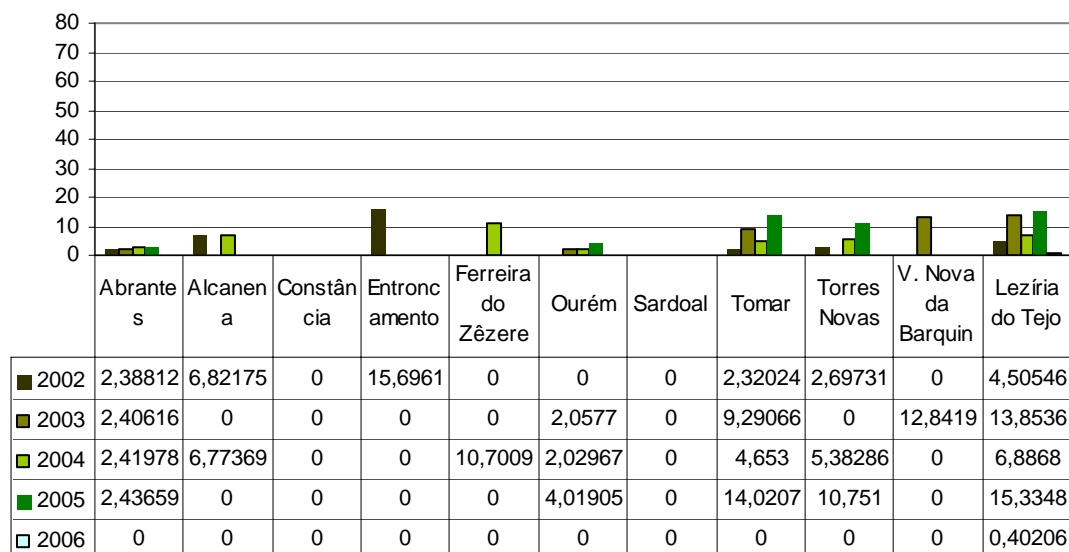
Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, nos concelhos do **Oeste**, 2002 a 2006



Fonte: CVEDT

Gráfico 163

Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, nos concelhos do **Médio Tejo**, 2002 a 2006

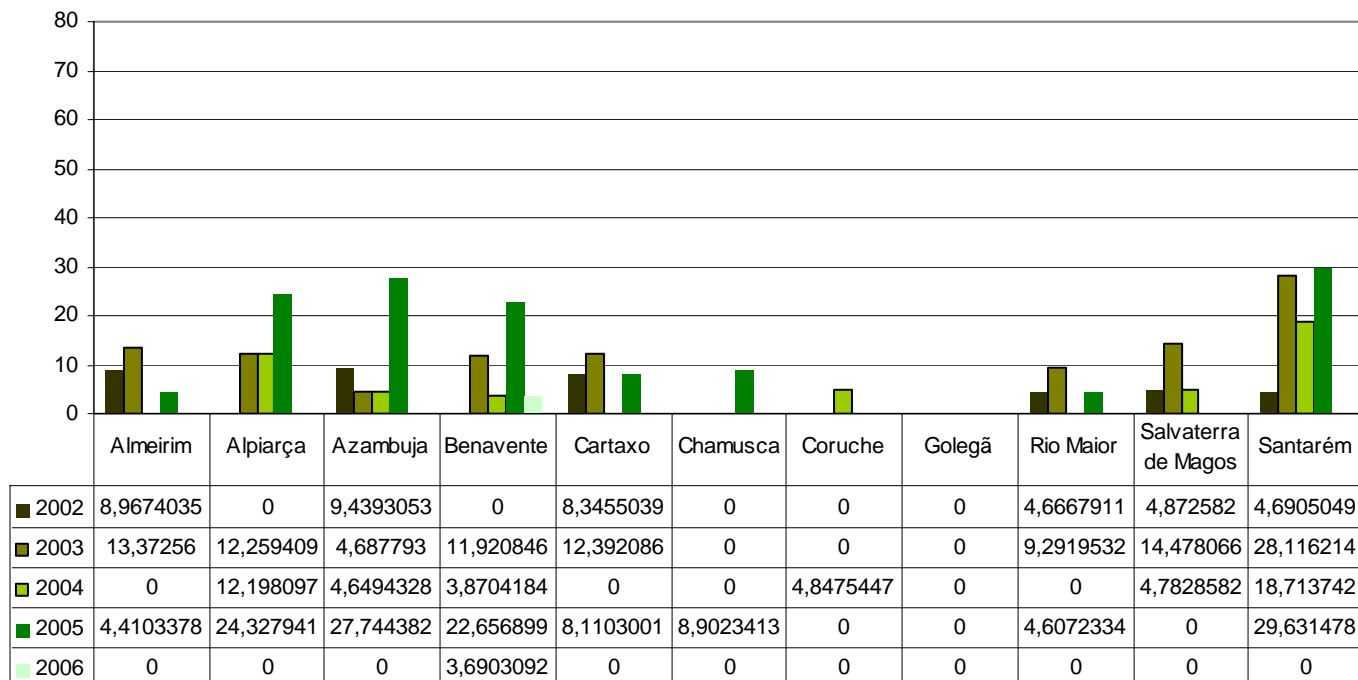


Fonte: CVEDT

C.5 – QUALIDADE DE VIDA
C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 164

Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes, nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2002 a 2006



Fonte: CVEDT

d) Criminalidade

Não foram apresentados novos indicadores de criminalidade em relação ao anterior relatório produzido. Havíamos evidenciado a existência de maiores taxas de criminalidade na Grande Lisboa e Península de Setúbal. Para maior aprofundamento da análise procurou-se apenas analisar o perfil da criminalidade a partir dos crimes com maior incidência, em 2004. Assim, da análise regional conclui-se que a Península de Setúbal tem a maior percentagem de furtos de veículos – 27,8% face ao total de crimes praticados, quando na sub-região com menor valor neste indicador se registava 16,9% (Médio Tejo). De qualquer forma, este é o tipo de crime mais comum em todas as sub-regiões.

Seguem-se os crimes contra a integridade física, onde a Península de Setúbal se destaca novamente com valor mais elevado – 16%. Grande Lisboa e Oeste eram as sub-regiões com valor mais baixo neste indicador – cerca de 11% face ao total de crimes.

No Oeste e Lezíria do Tejo destacam-se os crimes relacionados com a condução sem habitação legal ou com taxa de álcool superior ou igual a 1,2g/l – são as sub-regiões onde a representação destes crimes é superior (mais de 10% em 2004).

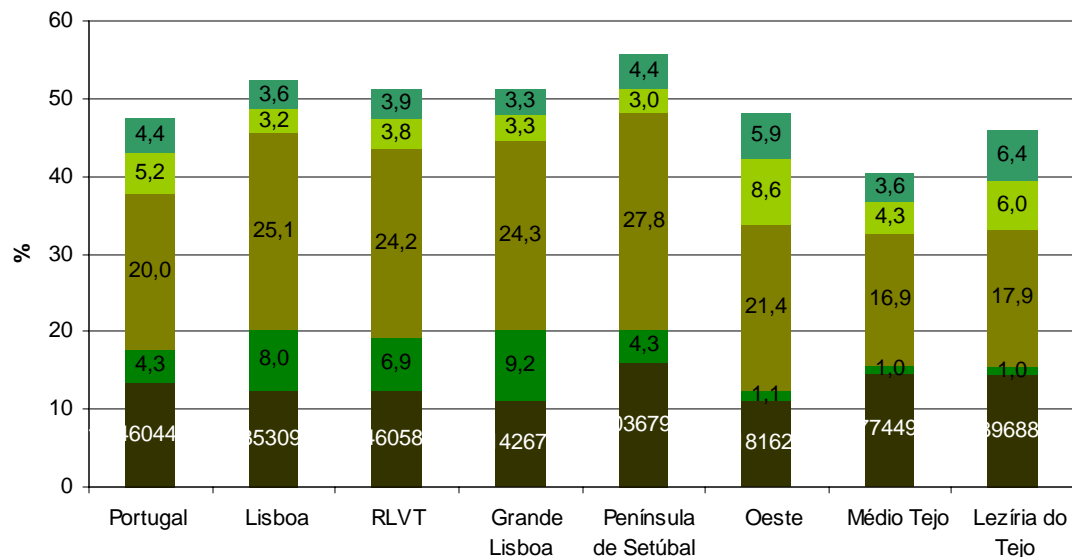
Na análise da estrutura da criminalidade por concelhos verifica-se que há maior representação dos crimes por furto de veículo nos concelhos de Alcochete e Sesimbra (superior a 30% do total de crimes de cada um dos concelhos). Barreiro, Setúbal e Bombarral apresentam a situação mais problemática no que respeita à representação dos crimes contra a integridade física – em 2004 era superior a 20% no total da criminalidade praticada.

Nos crimes relacionados com a condução, Alenquer isola-se dos restantes concelhos – 22,8% dos crimes praticados eram por condução com álcool superior ou igual a 1,2g/l e 10,3% por condução sem habilitação.

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

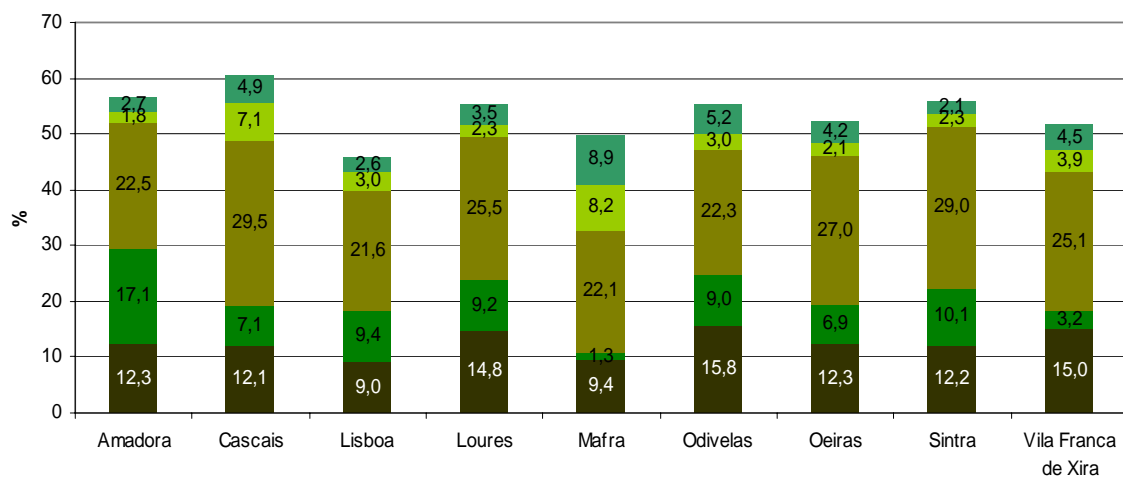
Gráfico 165
Estrutura da criminalidade, 2004



- Condução sem habilitação legal
- Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l
- Furto de veículo e em veículo motorizado
- Furto/roubo por esticção e na via pública
- Contra a integridade física

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 166
Estrutura da criminalidade nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2004



- Contra a integridade física
- Furto/roubo por esticção e na via pública
- Furto de veículo e em veículo motorizado
- Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l
- Condução sem habilitação legal

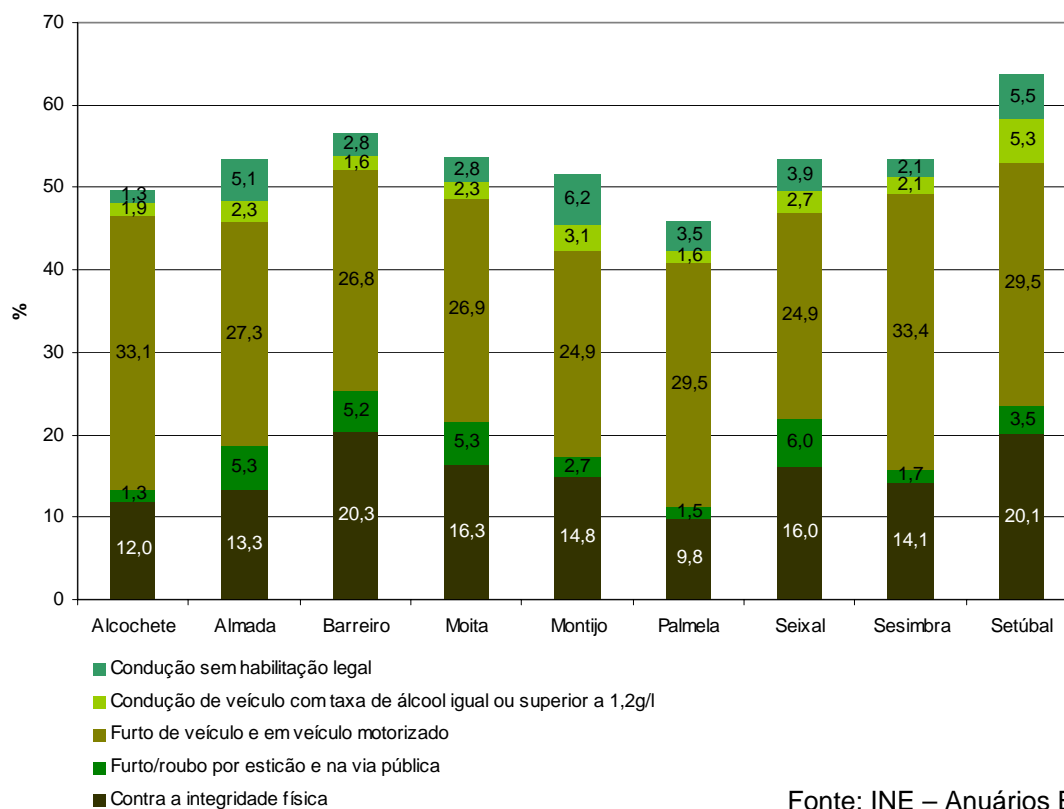
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 167

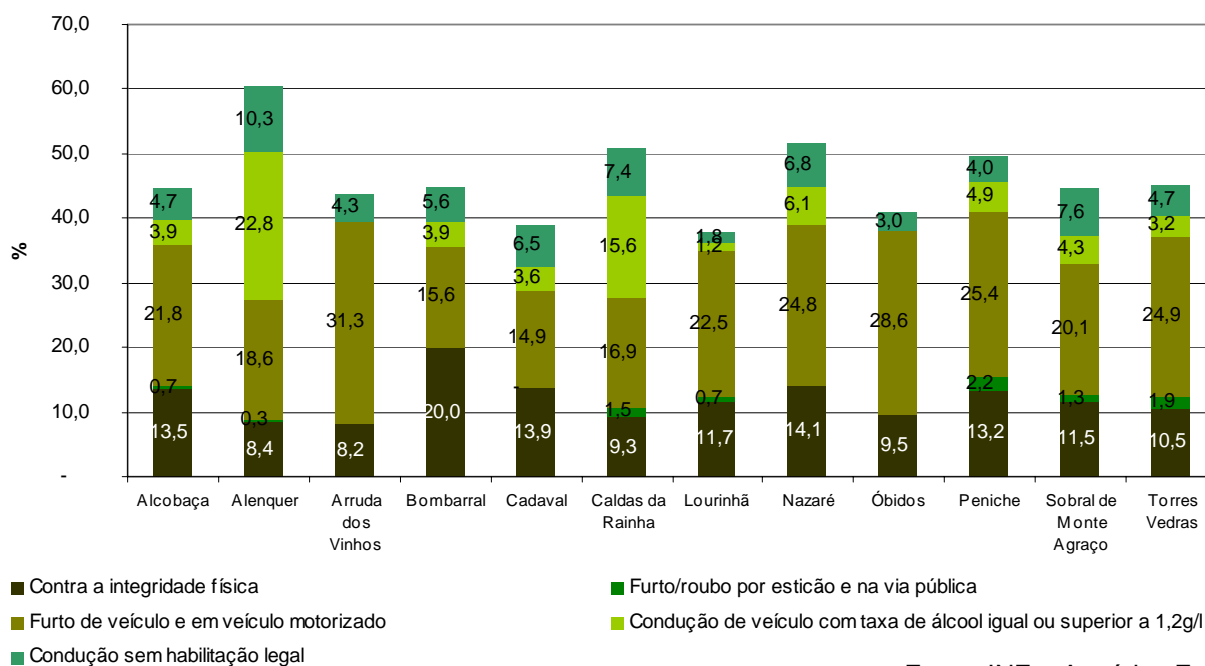
Estrutura da criminalidade nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 168

Estrutura da criminalidade nos concelhos do **Oeste**, 2004



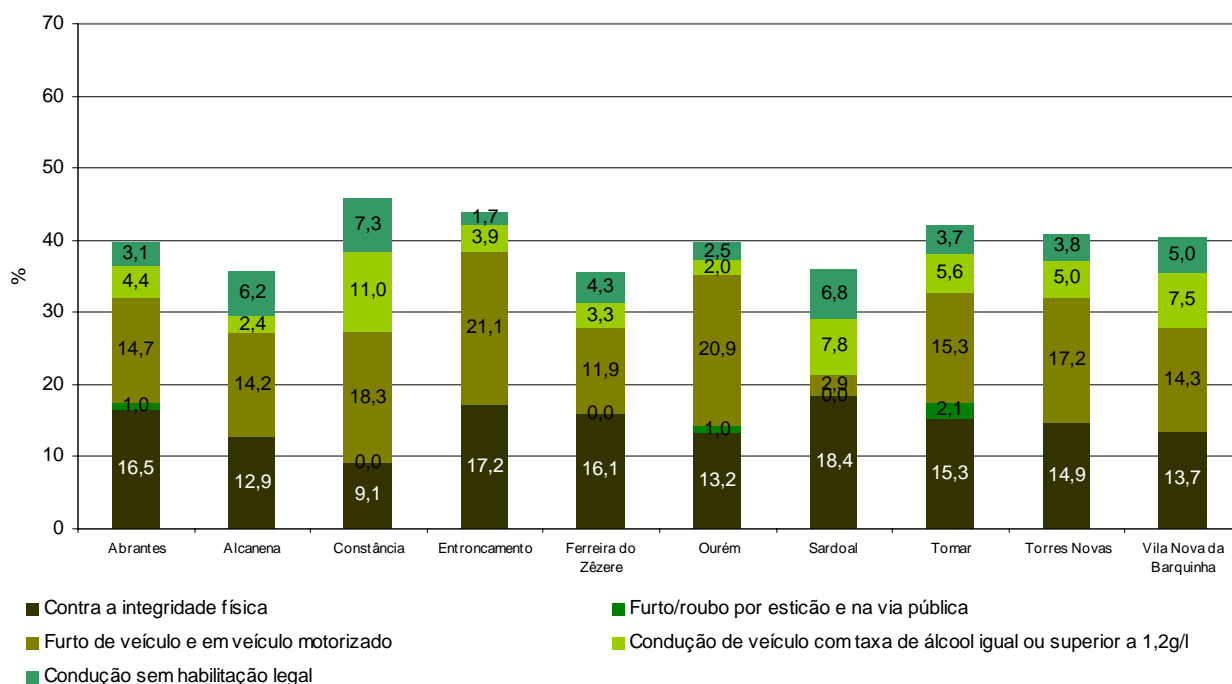
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.5 – QUALIDADE DE VIDA

C.5.1 – Bem-Estar Físico

Gráfico 169

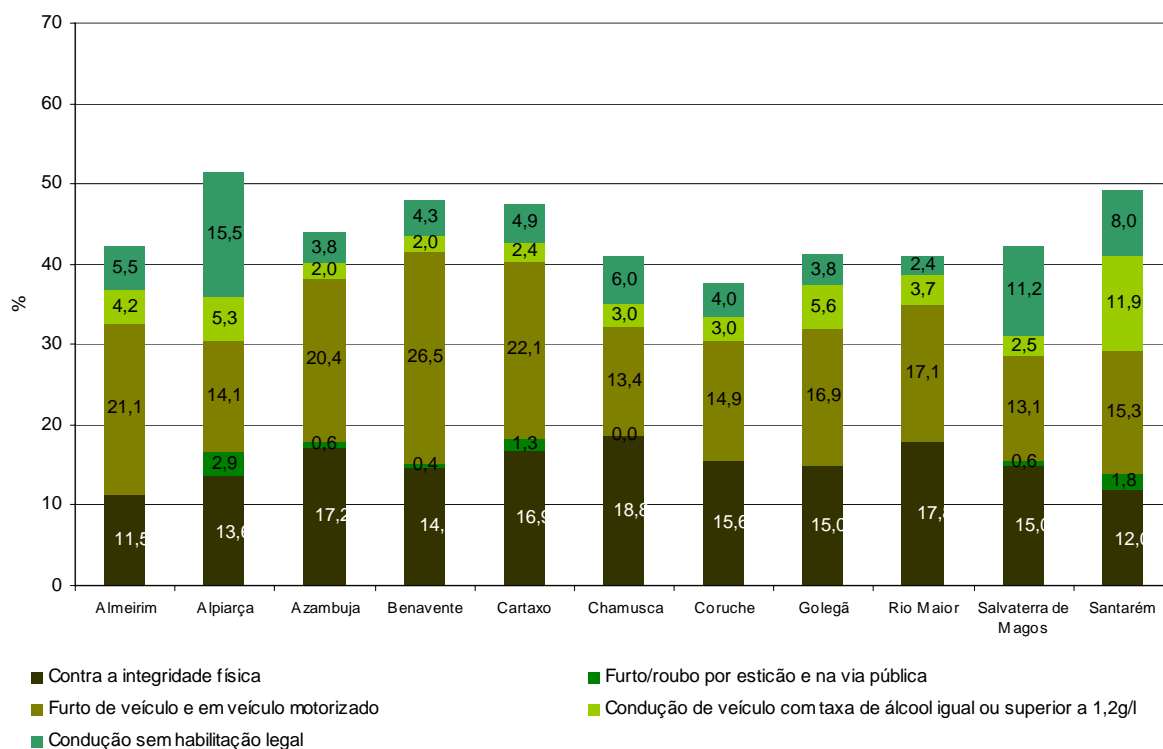
Estrutura da criminalidade nos concelhos do **Médio Tejo**, 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 170

Estrutura da criminalidade nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2004



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

As dificuldades das famílias portuguesas estão bem expressas nos seus níveis de rendimentos que sendo baixos estão ainda em tendência decrescente. Lisboa apresentava a 9ª posição no conjunto das capitais europeias com um rendimento mais baixo, em 2004. No entanto, todas as restantes regiões nacionais apresentavam valores mais baixos. Londres situava-se na primeira posição com um rendimento de 167,8 face à média 100.

Na análise da evolução dos rendimentos das famílias, a região de Lisboa é a segunda que apresentava maiores perdas. De 1999 a 2003, as famílias da região registaram uma perda de 12,7% no seu rendimento. Só a região Centro e do Algarve acompanharam a região de Lisboa ao registarem perdas nos rendimentos, se bem que consideravelmente menos acentuadas. Foi a cidade de Atenas que registou uma variação mais positiva – superior a 40%.

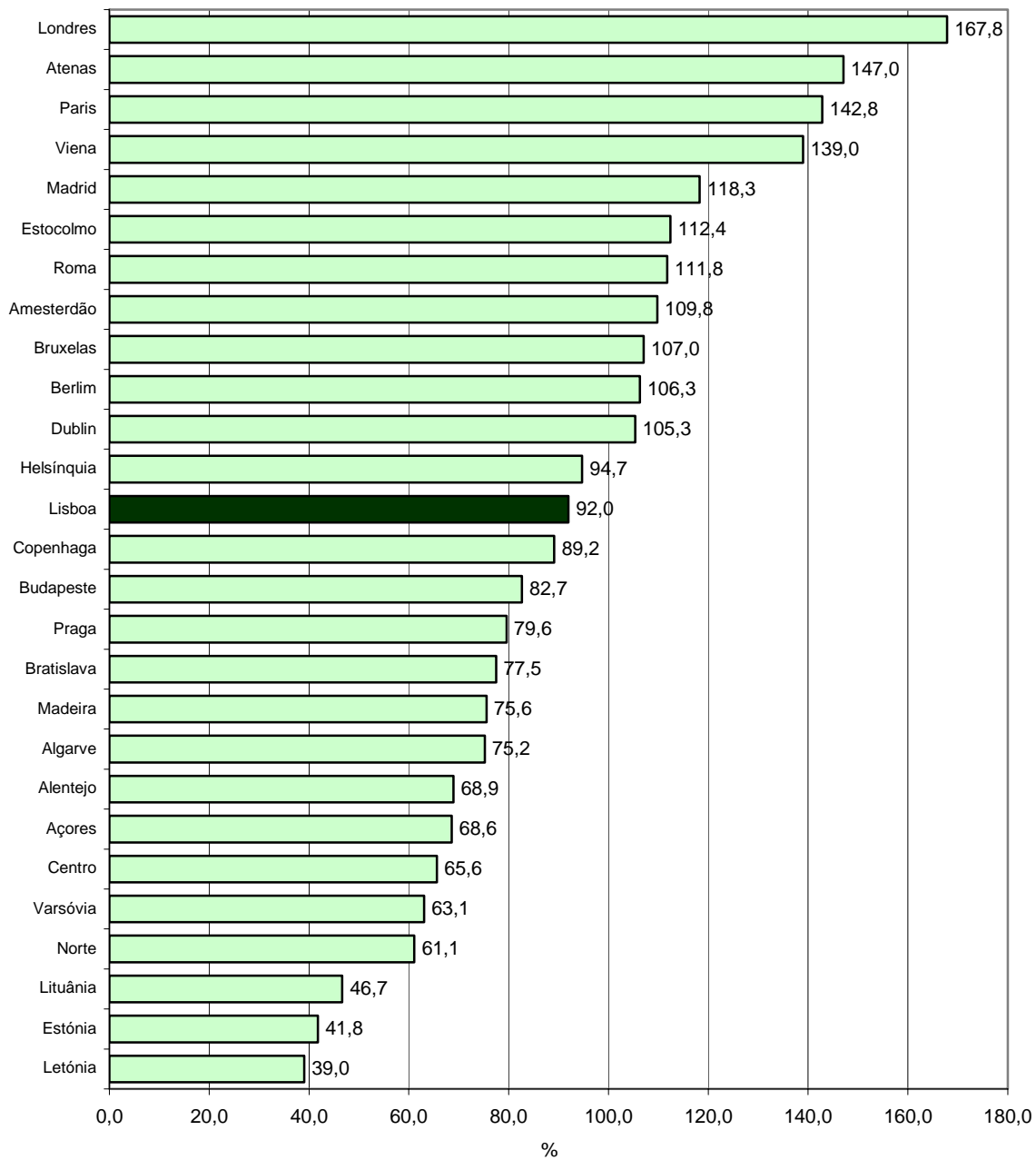
De todas as restantes sub-regiões é o Médio Tejo que mantém valores neste indicador mais baixos (76,6 em 2004) o que significa ter níveis de poder de compra inferiores às médias nacionais (média =100). De ressaltar que, de 2000 para 2002, havia-se notado um crescendo no índice, sendo que nessa altura todas estas sub-regiões ultrapassavam a “barreira” dos 80 em termos de poder de compra. De 2002 para 2004, todas sofrem um ligeiro decréscimo voltando para valores próximos dos registados em 1998.

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 171

Rendimento disponível das famílias em % EU-22=100 nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2004

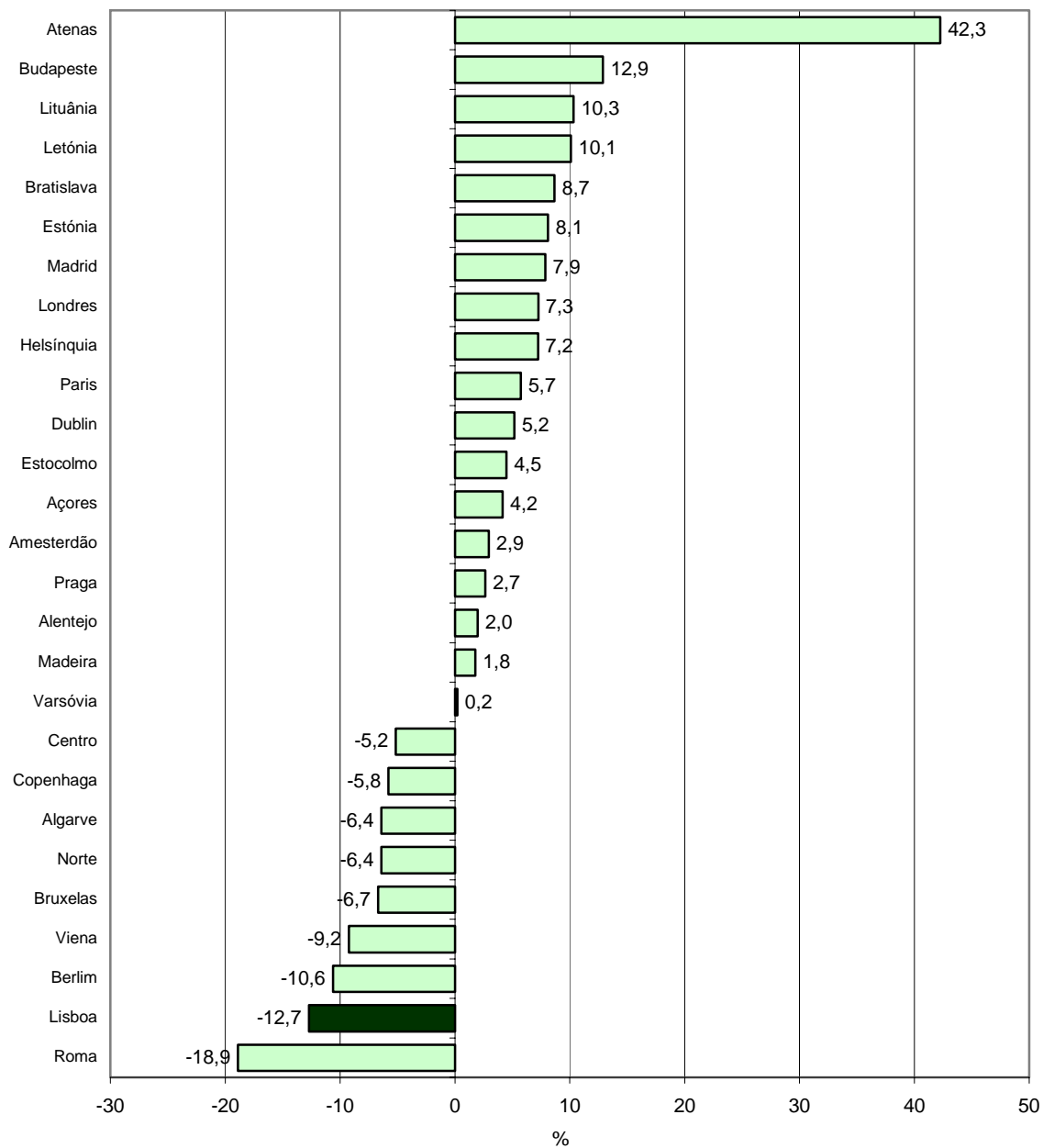


Fonte: Eurostat (Portugal - ano de 2003)

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 172

Variação do rendimento disponível das famílias nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 1999 a 2004



(Portugal - 1999 a 2003; Budapeste - 2000 a 2004)
Fonte: Eurostat

C.6 – COESÃO SOCIAL

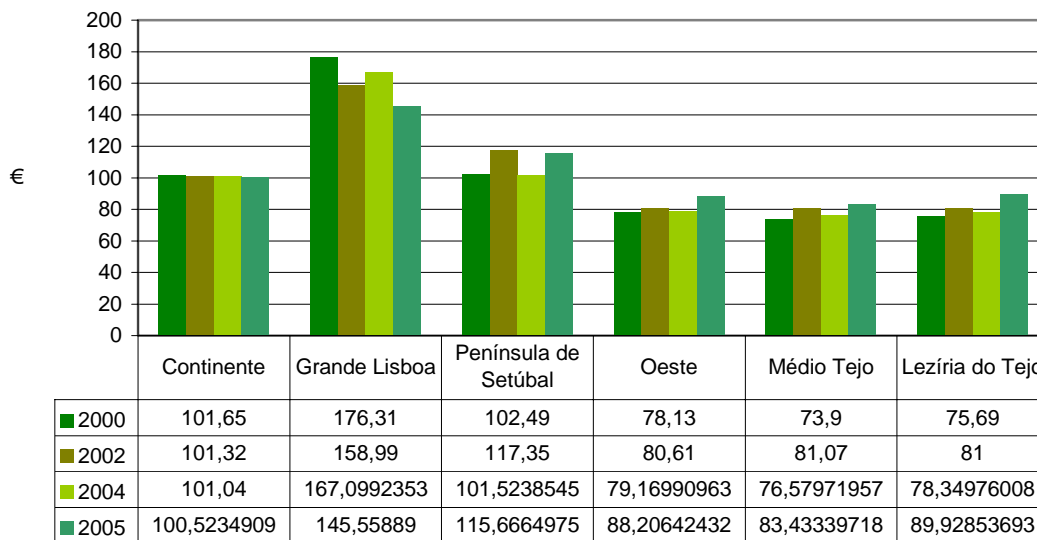
C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

a) Poder de compra

Não é só nos rendimentos que se registam perdas. A Grande Lisboa vem manifestando a tendência de diminuição no poder de compra, se bem que se mantenha com valores bem mais elevados do que as restantes sub-regiões e mesmo do que o país. As sub-regiões Oeste e Vale do Tejo têm poderes de compra muito próximos e registaram um aumento do poder de compra de 2004 para 2005.

Gráfico 173

Poder de compra *per capita*, 2000 a 2005



Fonte: INE – Poder de Compra Concelhio

b) Rendimentos de Pensões

Os valores nas pensões mantêm diferenças entre as sub-regiões. Assim, a Grande Lisboa era aquela em os pensionistas tinham remunerações mais elevadas em 2005, cifrando-se em 408,1€. Oeste e Vale do Tejo têm médias similares nos valores das pensões, entre 285,8€ e 296,8€, situando-se abaixo da média nacional.

No entanto, apesar dos valores reduzidos nas pensões se tivermos por comparação as remunerações dos trabalhadores, a variação das pensões foi superior à variação dos preços em 2005. Para a Grande Lisboa e Oeste denotam-se as maiores diferenças – a variação das pensões, de 2004 para 2005, foi superior em 4,2% ao Índice de Preços no Consumidor.

Na sub-região Oeste e Lezíria do Tejo todos os concelhos revelavam valores médios nas pensões inferiores ao Salário Mínimo Nacional de 2005, que era de 374,7€. No Médio Tejo só o Entroncamento superava este valor – situando-se a médias das pensões em 412,2€.

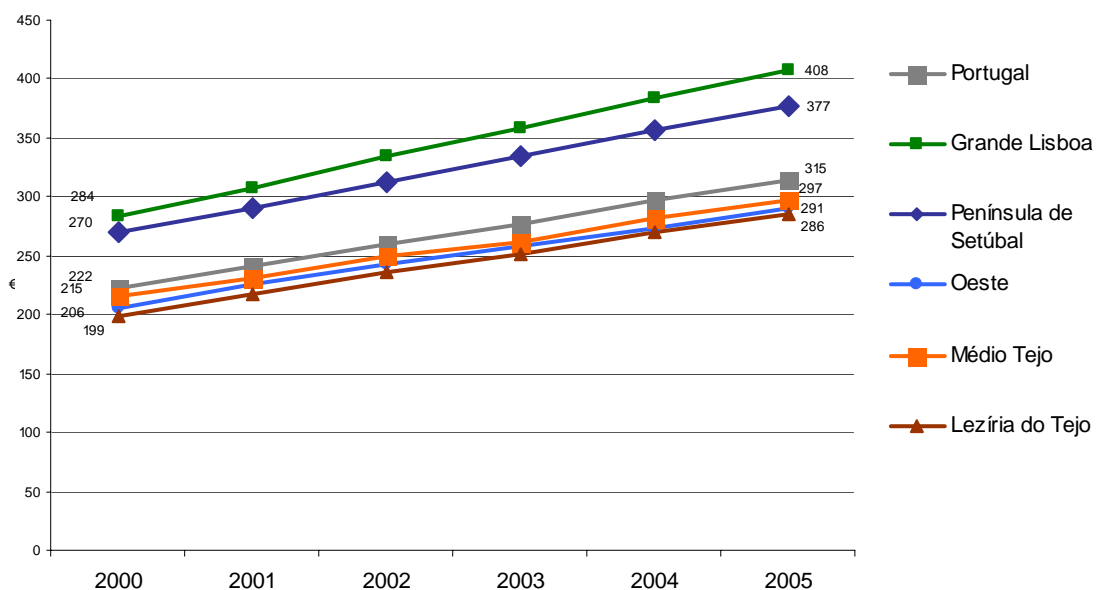
Em toda a região, o concelho que melhor remunerava os seus pensionistas era o de Oeiras com uma média de 489,1€/mês.

Estes dados permitem sedimentar as conclusões que existem sobre a situação de vulnerabilidade em que se encontram os pensionistas.

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 174

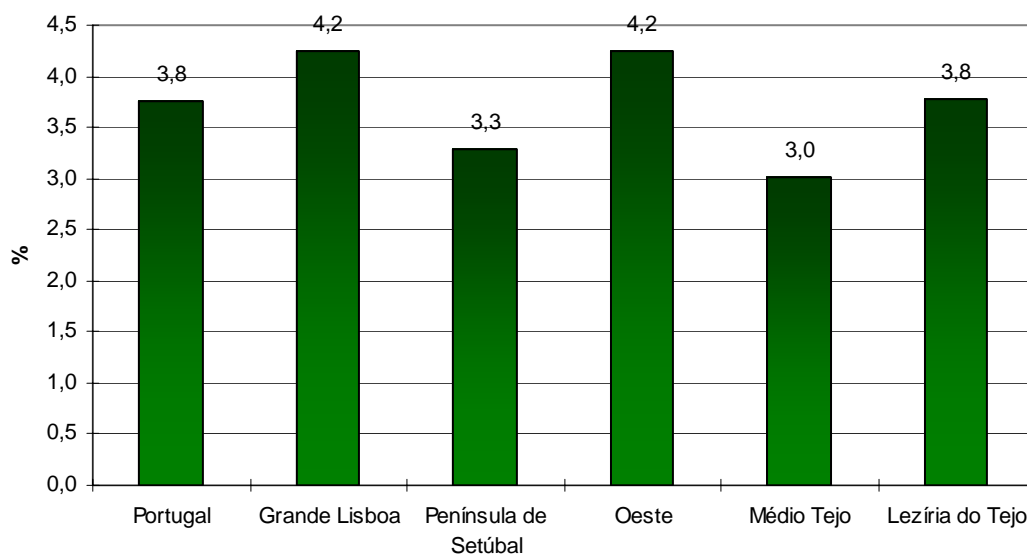
Valor médio das pensões, 2000 a 2005



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 175

Diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005)



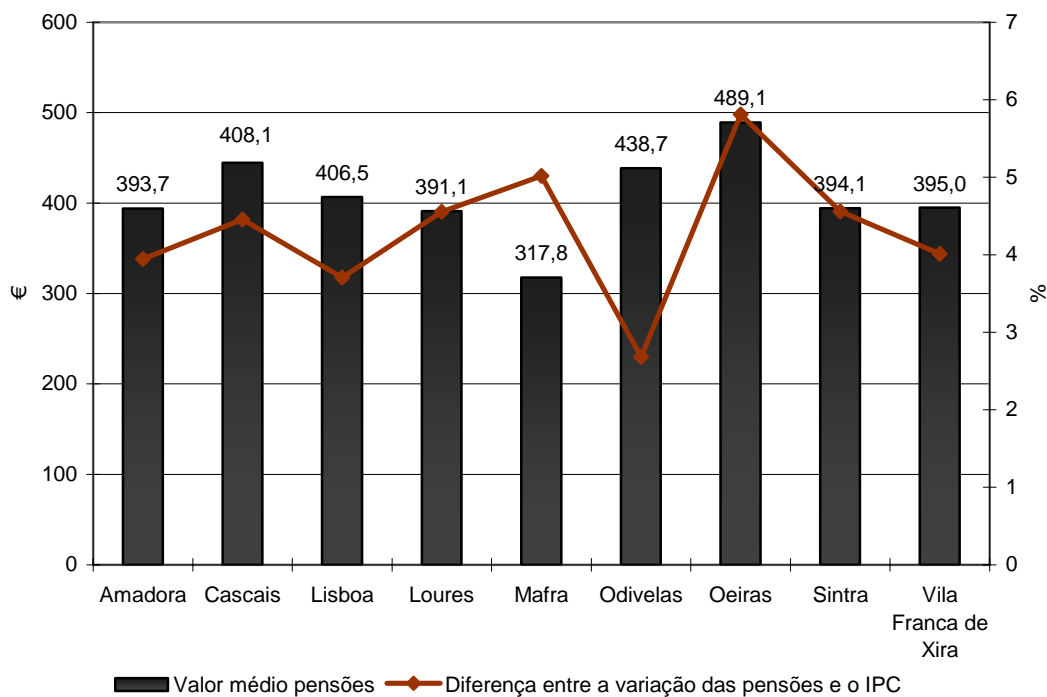
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 176

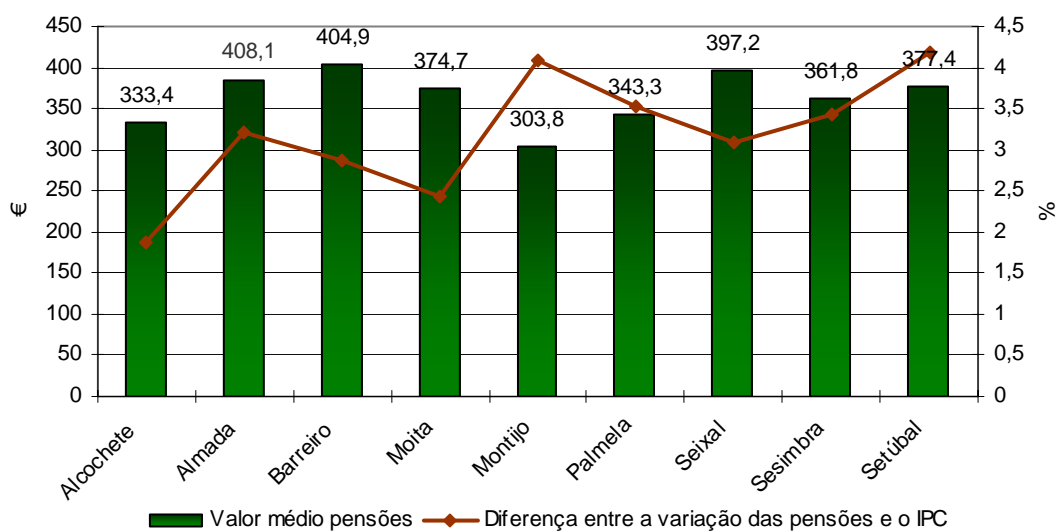
Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da **Grande Lisboa**



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 177

Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da **Península de Setúbal**



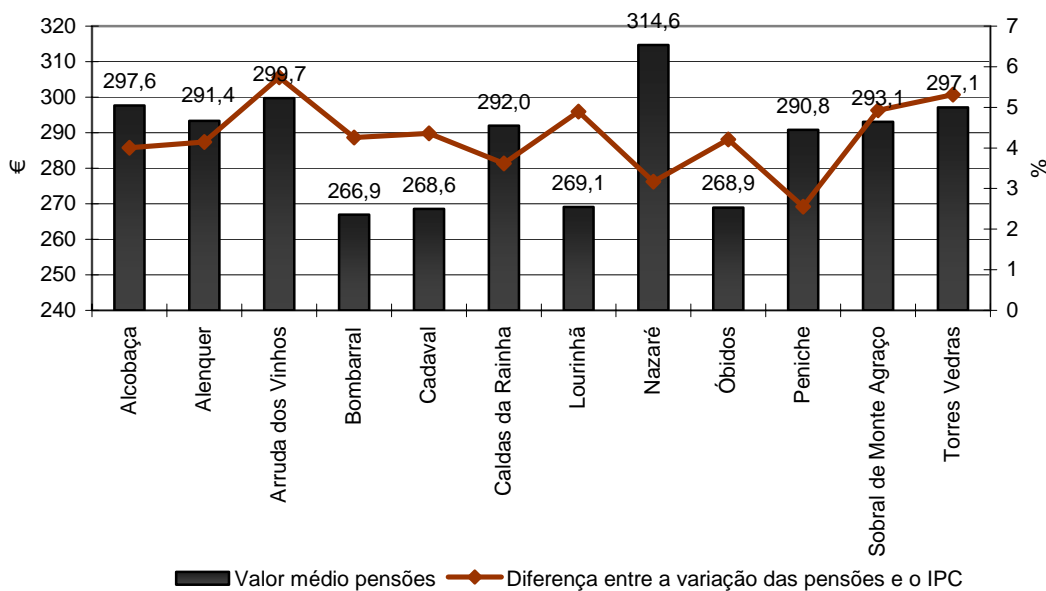
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 178

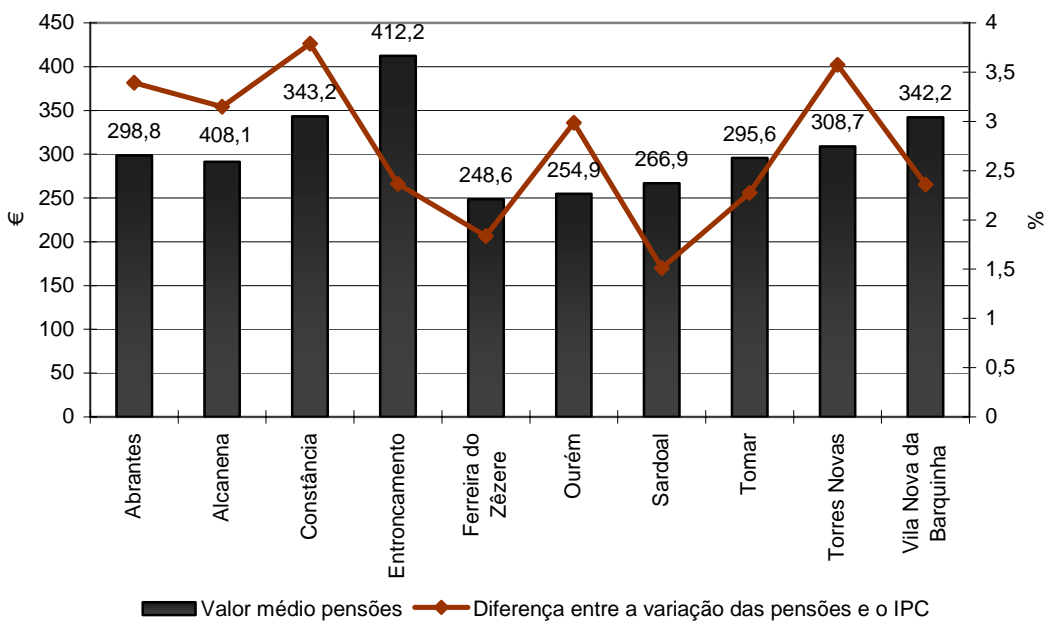
Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos do Oeste



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 179

Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos do Médio Tejo



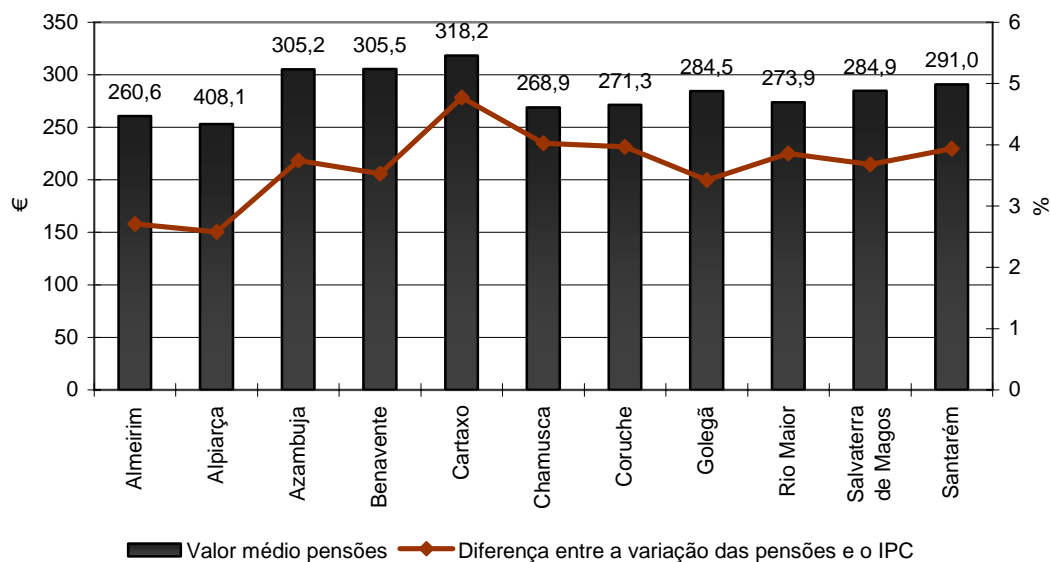
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 180

Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da **Lezíria do Tejo**



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

c) Disparidades dos rendimentos dos trabalhadores segundo o género

Apesar de se verificar uma cada vez maior inserção das mulheres na vida activa, a sua remuneração é sempre mais baixa do que a dos homens.

As maiores disparidades de remuneração segundo o género verificam-se na Grande Lisboa, com tendência para que essas se agudizem – em 2002 um homem ganhava em média mais 295,5€ do que uma mulher, passando essa diferença para 308,1€ em 2003. É na região Oeste que se regista uma menor diferença – em 2003 era de 170,4€

De qualquer forma, conclui-se que a região apresenta maiores disparidades nos rendimentos segundo o género, do que o país. Em 2003, um homem trabalhador da RLVT recebia 1228,4€ e uma mulher 925,7€

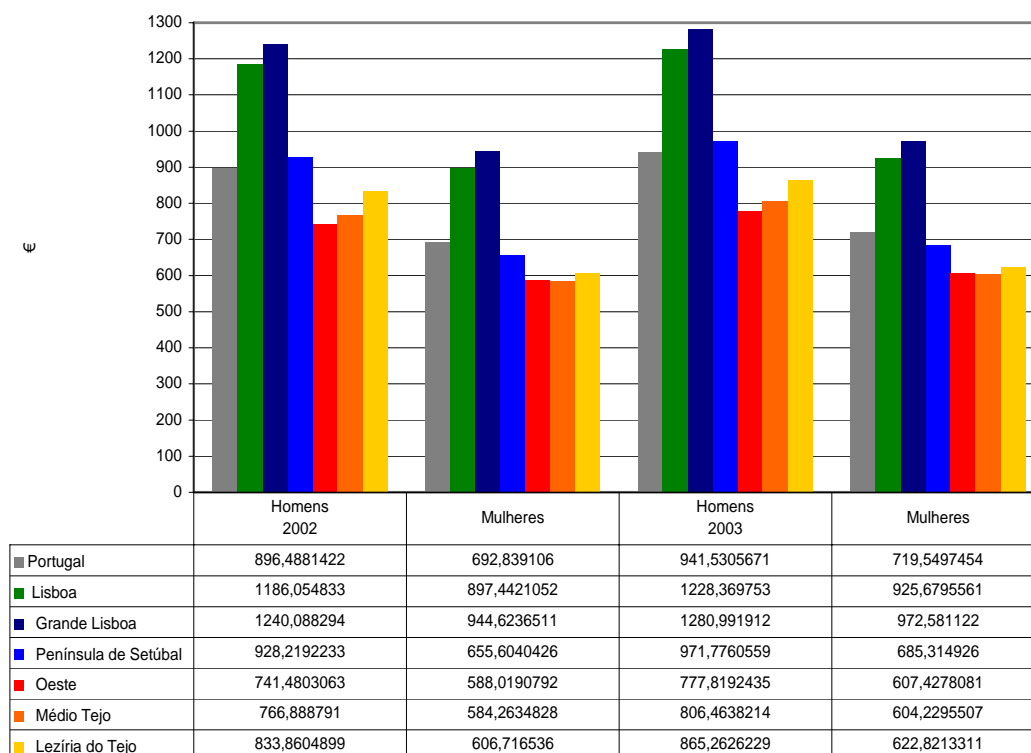
O coeficiente de variação que mede a disparidade dos ganhos mensais dos trabalhadores segundo o género mostrava-se mais elevado na Península de Setúbal e Lezíria do Tejo

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.1 – Polarização dos Rendimentos

Gráfico 181

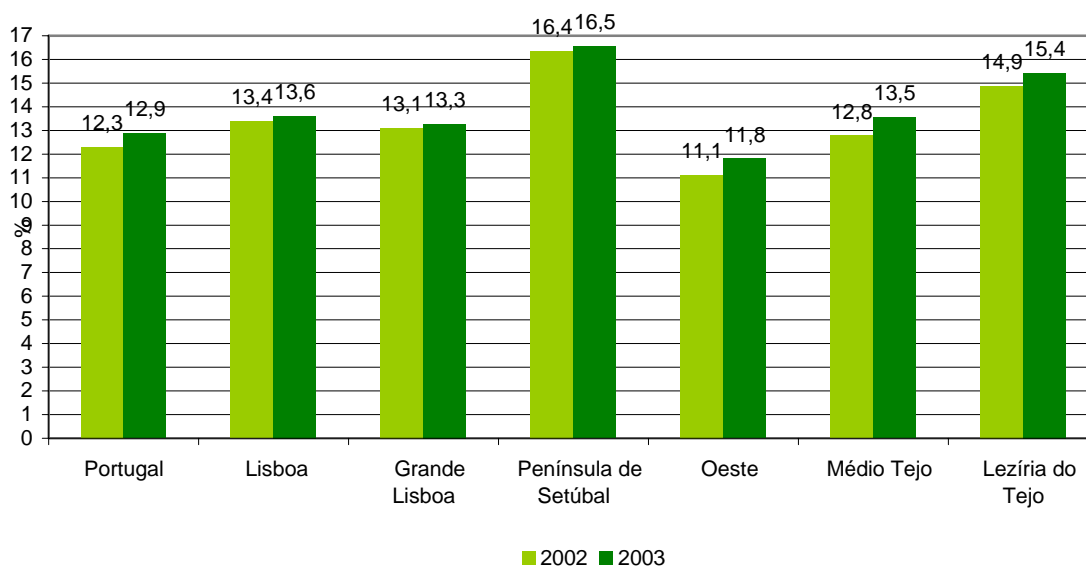
Ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o sexo, 2002 e 2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 182

Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o sexo, 2002 e 2003



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

a) Pensionistas

Fruto da tendência de envelhecimento regional, a percentagem de pensionistas no conjunto da população vai revelando um contínuo aumento. Em comparação com o país, não há diferenças significativas face à média regional.

Ao nível sub-regional é o Vale do Tejo que apresenta uma maior dependência de pensionistas – 28,9% no Médio Tejo e 29,7% na Lezíria, em 2005. A Península de Setúbal é a sub-região com valor mais baixo de pensionistas na população – 22,2%.

No entanto, a análise por concelho revela alguns dados curiosos. Há um conjunto de concelhos onde se verifica a tendência para a diminuição da representação dos pensionistas no conjunto da população, a saber: Mafra (Grande Lisboa); Alcochete e Sesimbra (Península de Setúbal); Alenquer, Arruda dos Vinhos, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço (Oeste); e Azambuja (Médio Tejo).

Encontramos a maior representação de pensionistas no concelho de Sardoal – 45% em 2005 – se bem que com uma ligeira diminuição face a 2000 em que tinha 46,2% de pensionistas no conjunto da população. Tal está, como observado anteriormente, intrinsecamente associado ao envelhecimento.

Estes dados apenas sedimentam as conclusões sobre a dificuldade de garantir os sistemas de protecção social – em particular das reformas.

Construiu-se um indicador que procura aferir da capacidade dos sistemas de protecção social garantirem a remuneração em pensões para os mais velhos – trata-se da percentagem de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos. Obviamente que este é um indicador aproximado na exacta medida em que se podem ter pensionistas de velhice sem terem 65 anos (o que pode elevar o indicador para mais de 100).

Na RLVT, em 2005, tínhamos 92,5% de pensionistas de velhice no total da população com mais de 65 anos. O Médio Tejo era a região com valor mais baixo no indicador.

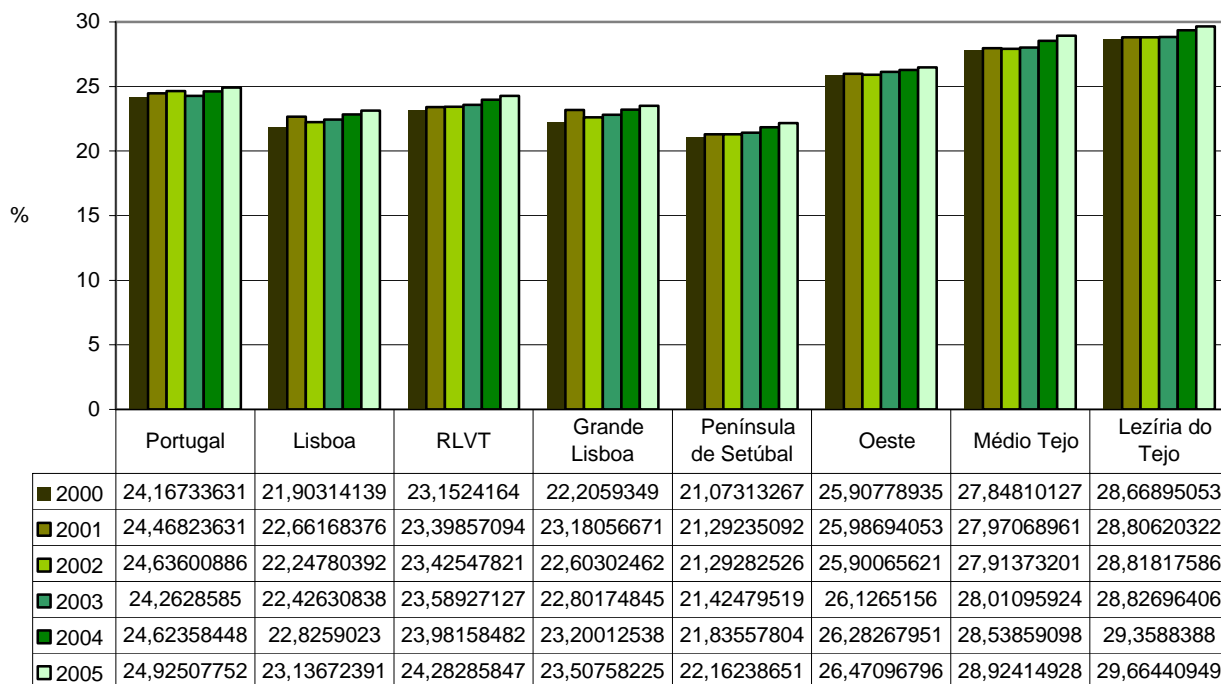
C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

No conjunto dos concelhos da região a situação mais problemática é a do concelho de Odivelas onde os pensionistas de velhice representavam apenas 34,8% do total das pessoas com mais de 65 anos.

Gráfico 183

% de pensionistas na população, 2000 a 2005



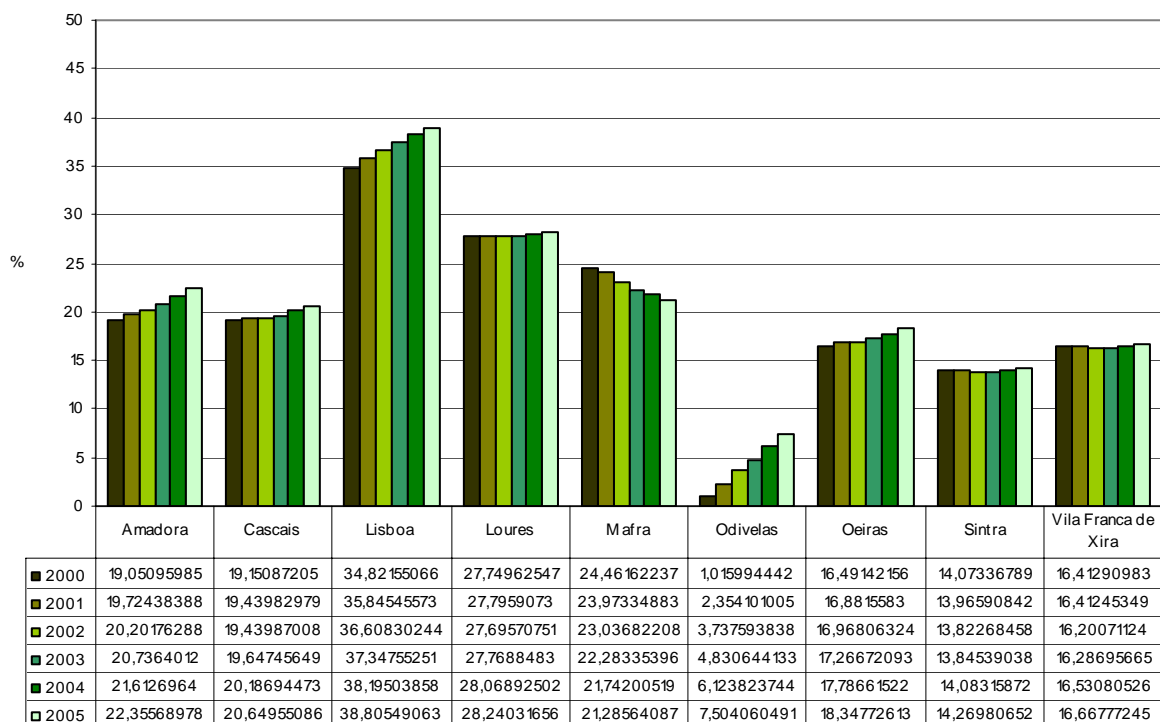
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

Gráfico 184

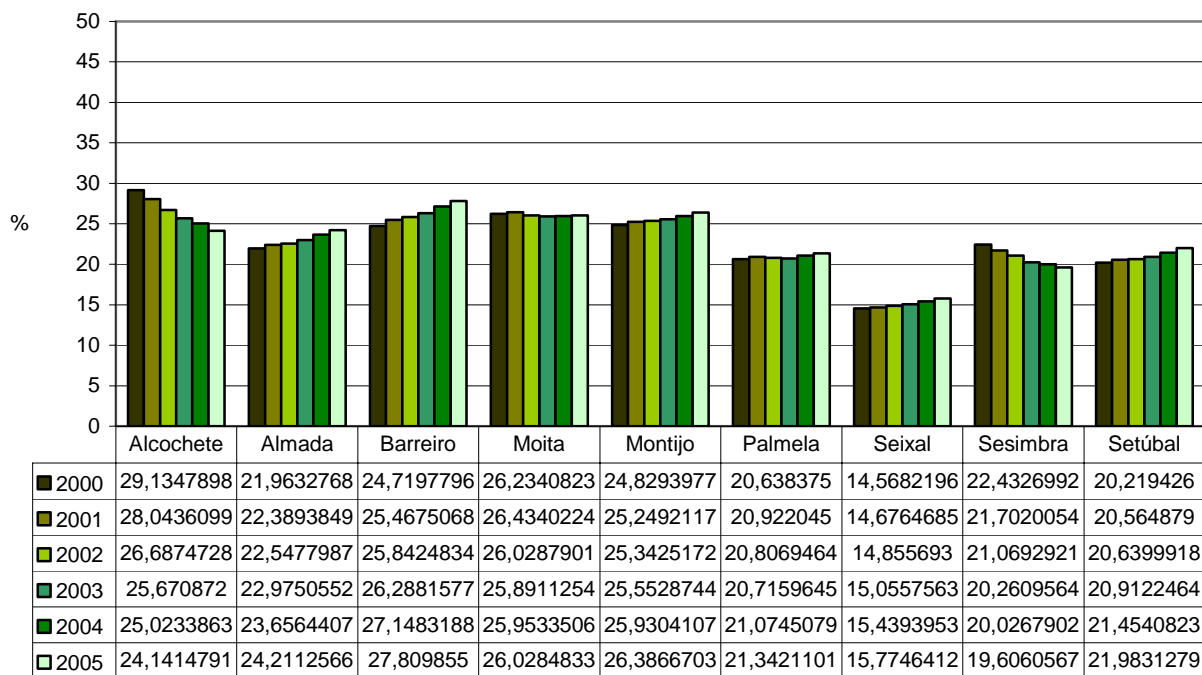
% de pensionistas na população nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2000 a 2005



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 185

% de pensionistas na população nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2000 a 2005



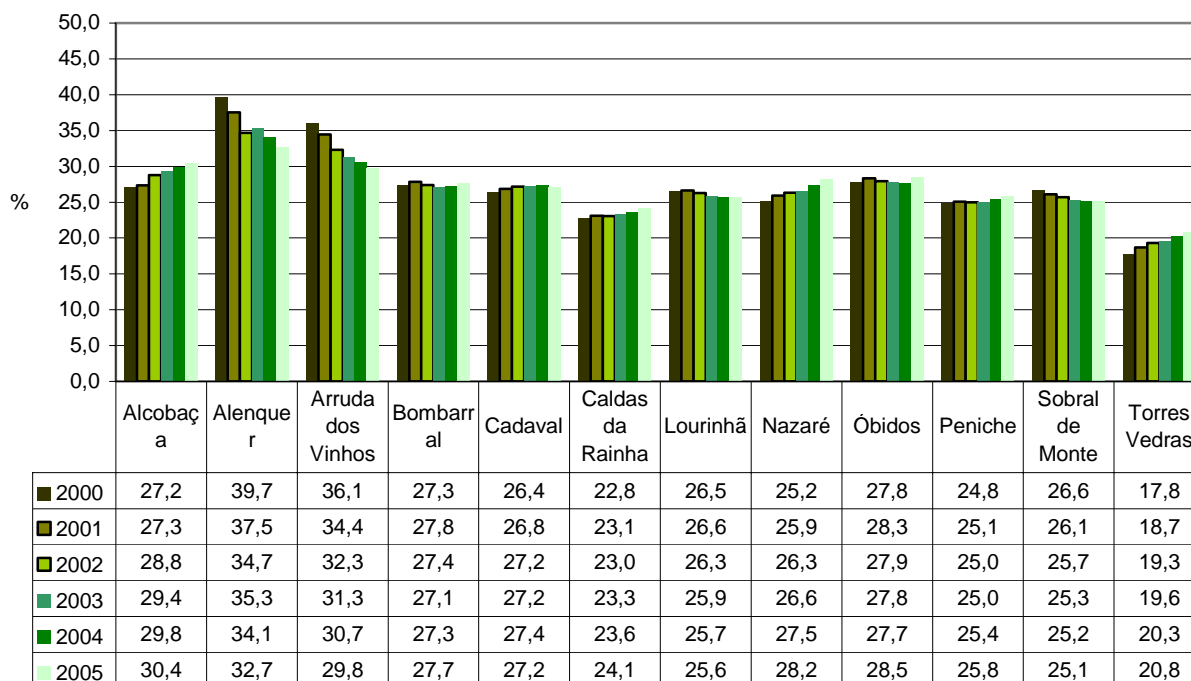
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

Gráfico 186

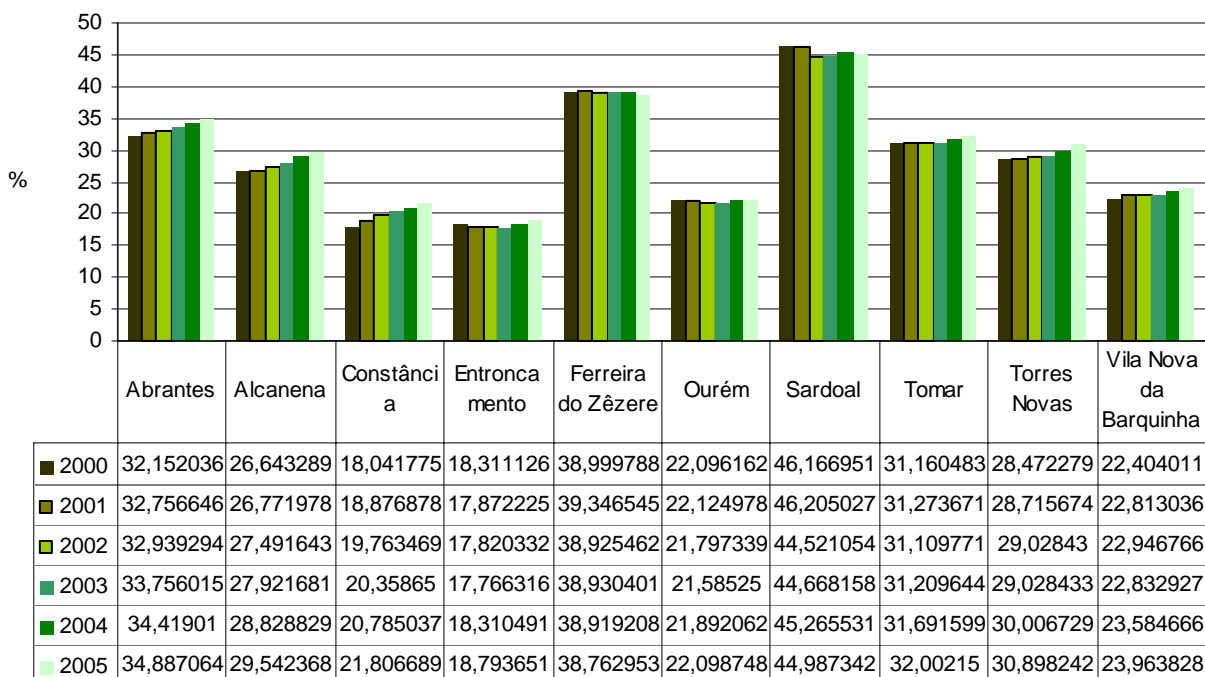
% de pensionistas na população nos concelhos do **Oeste**, 2000 a 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 187

% de pensionistas na população nos concelhos do **Médio Tejo**, 2000 a 2005



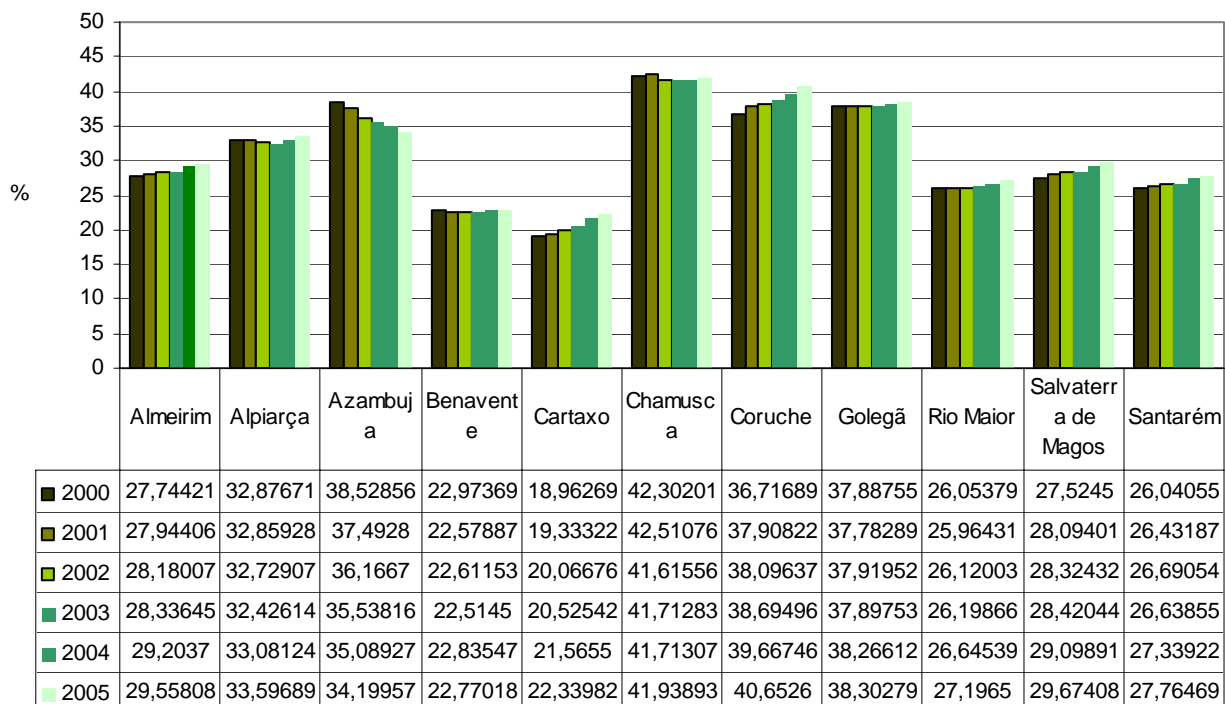
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

Gráfico 188

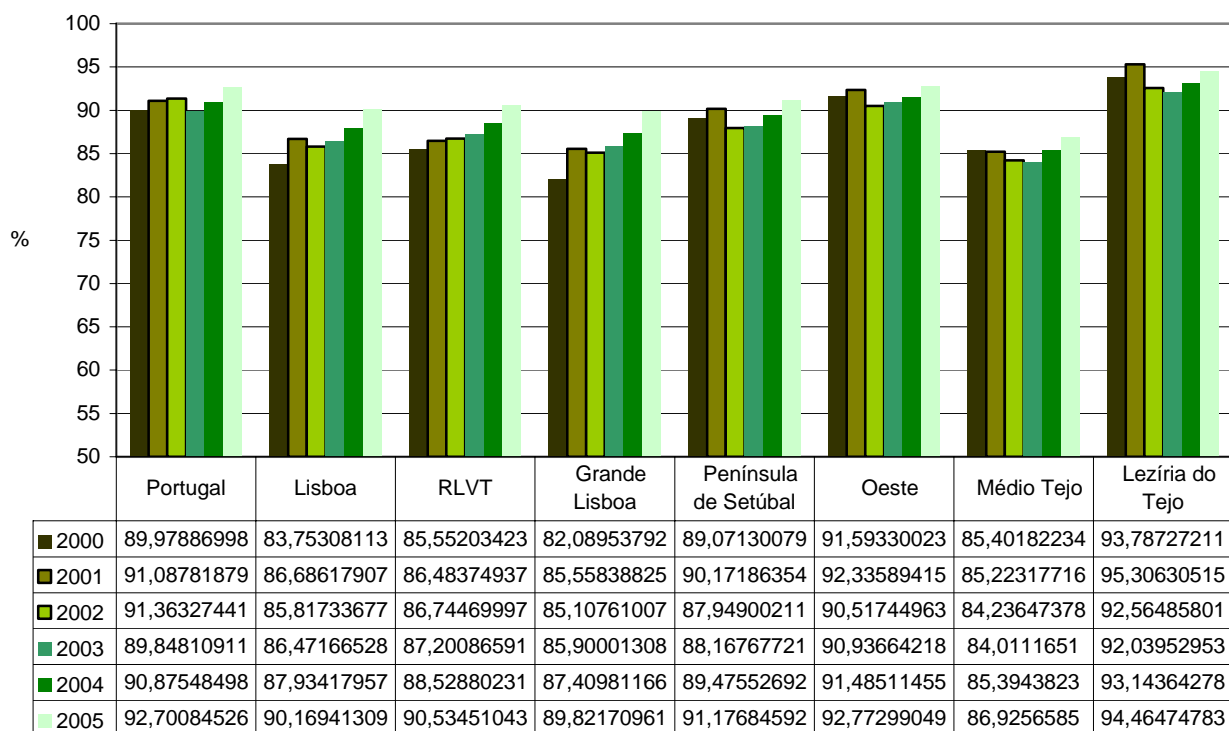
% de pensionistas na população nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2000 a 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 189

% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos, 2000 a 2005



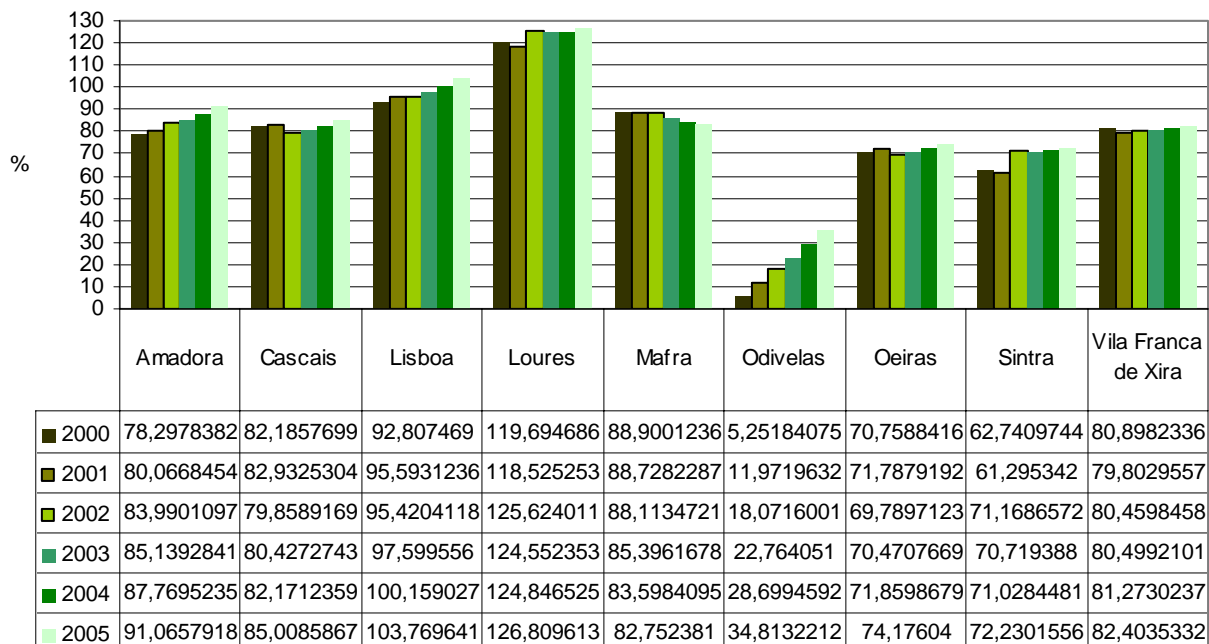
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

Gráfico 190

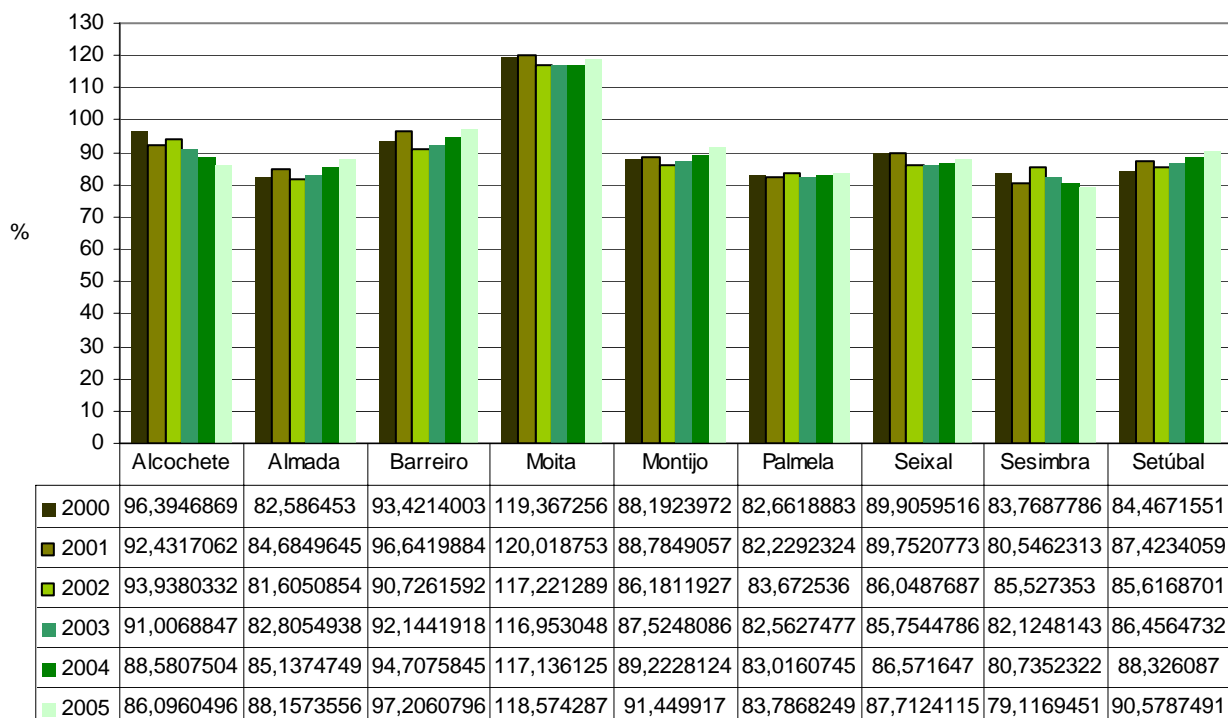
% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da Grande Lisboa, 2000 a 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 191

% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da Península de Setúbal, 2000 a 2005



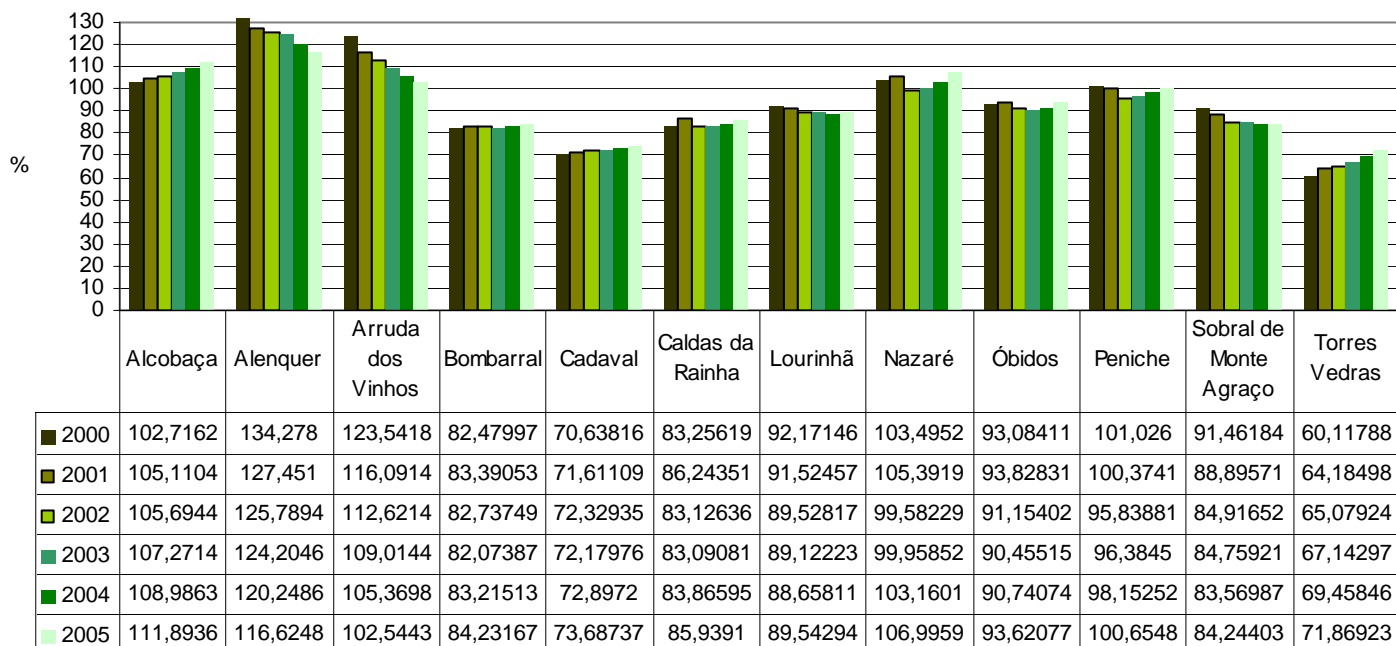
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL

C.6.2 – Pobreza

Gráfico 192

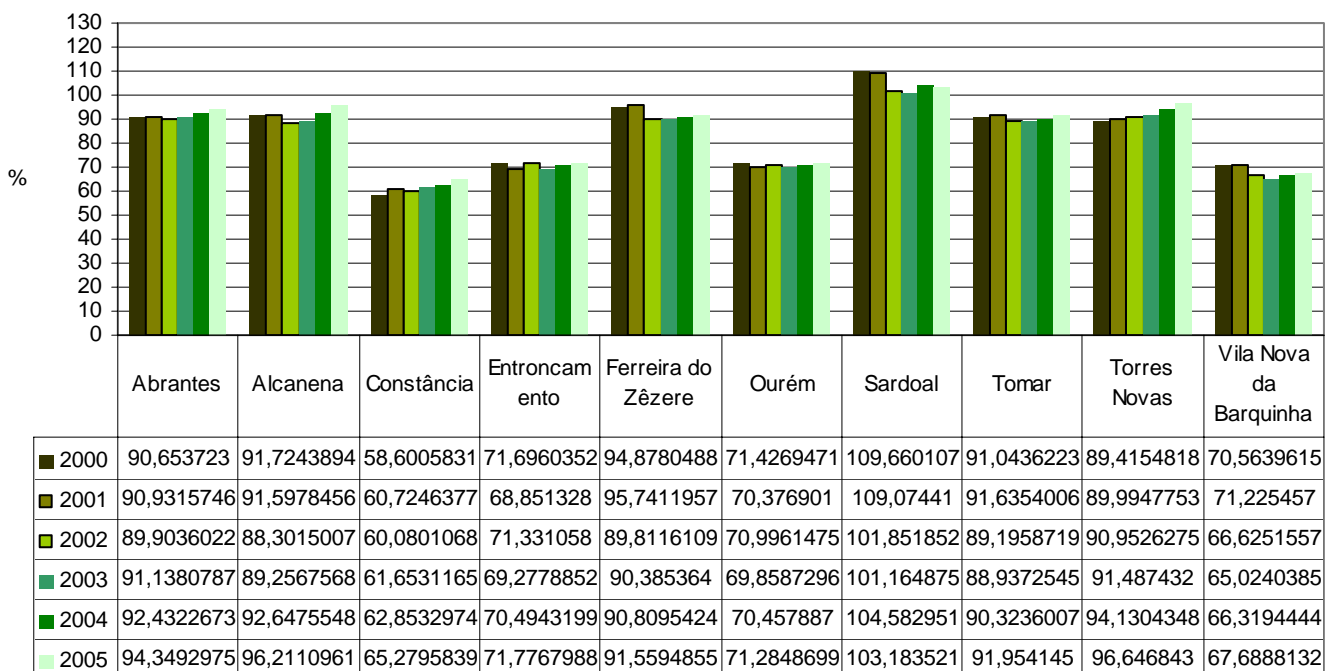
% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos do
Oeste, 2000 a 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 193

% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos do
Médio Tejo, 2000 a 2005

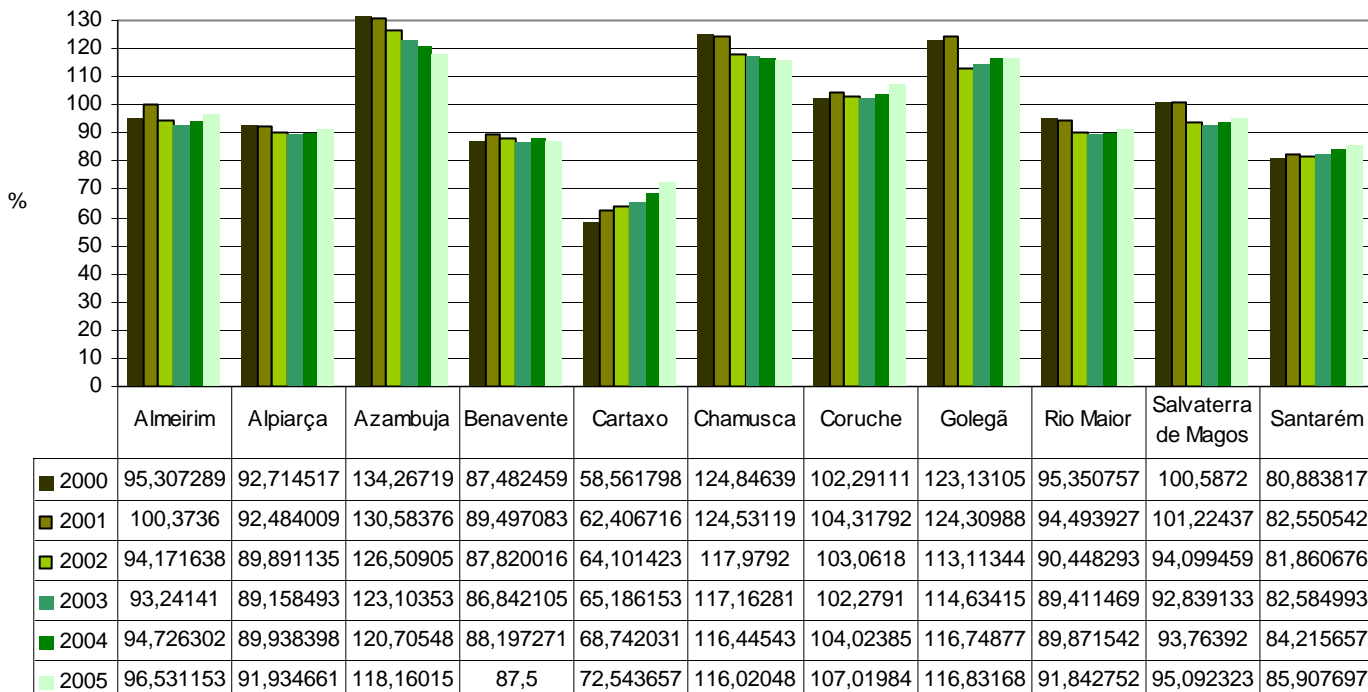


Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.2 – Pobreza

Gráfico 194

% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2000 a 2005



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

b) Beneficiários do RSI

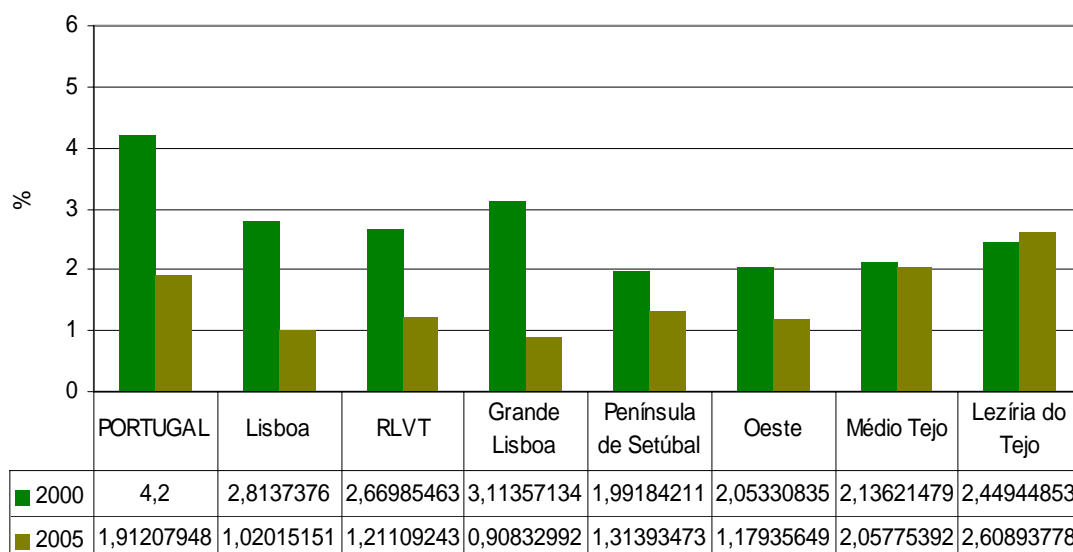
A análise da representação dos beneficiários do RSI é um indicador directo de pobreza, mas muito dependente das condições políticas que permitem os indivíduos acederem ou não à medida. Sabemos que os que recebem o RSI são pobres, mas não sabemos a quantidade de pobres que ficam por medir, porque eventualmente não abrangidos pela medida.

Na região, de 2000 a 2005, denotam-se tendências diferenciadas na evolução deste indicador. Em 2000, a Grande Lisboa era a região com maior percentagem de beneficiários de RSI na população passando, em 2005, para o valor mais baixo ao nível regional – passa de 3,1% para 0,9%. A Lezíria do Tejo revela um aumento de 2,4% para 2,6% sendo a sub-região com valores mais elevados no indicador, no último ano em análise. A RLVT apresenta valores inferiores aos registados ao nível nacional.

Da análise concelhia destacam-se os concelhos com subida no indicador: Mafra, Sesimbra, Alcanena, Entroncamento, Sardoal, Benavente, Golegã, Chamusca e Coruche. Estes dois últimos concelhos são os que apresentavam, em 2005, a maior percentagem de beneficiários de RSI no conjunto da população – 5,2% na Chamusca e 4,4% em Coruche.

Gráfico 195

% de beneficiários do RSI na população, 2000 e 2005

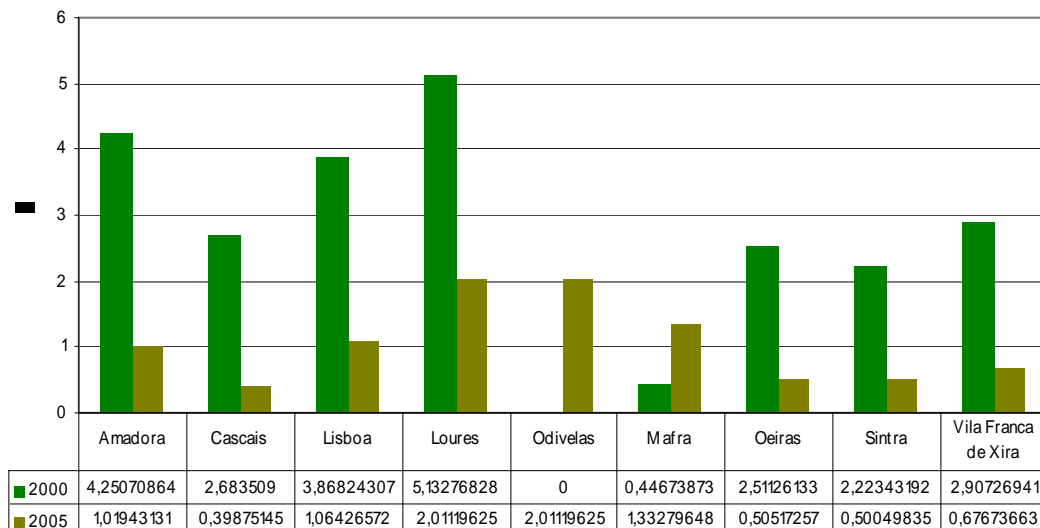


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.2 – Pobreza

Gráfico 196

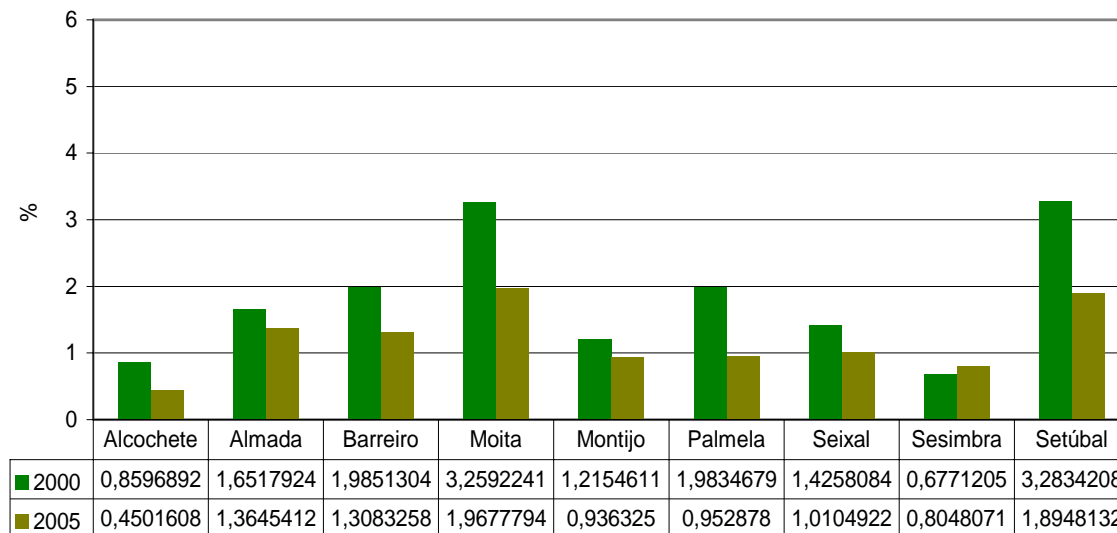
% de beneficiários do RSI na população nos concelhos da **Grande Lisboa**, 2000 e 2005



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 197

% de beneficiários do RSI na população nos concelhos da **Península de Setúbal**, 2000 e 2005

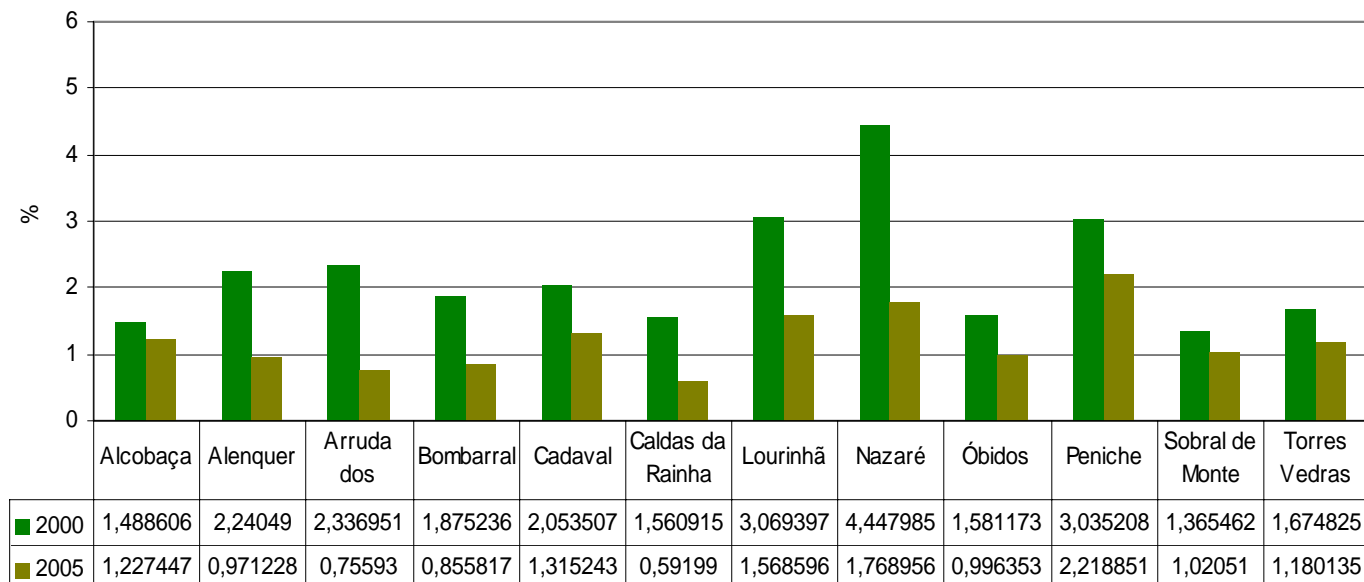


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.2 – Pobreza

Gráfico 198

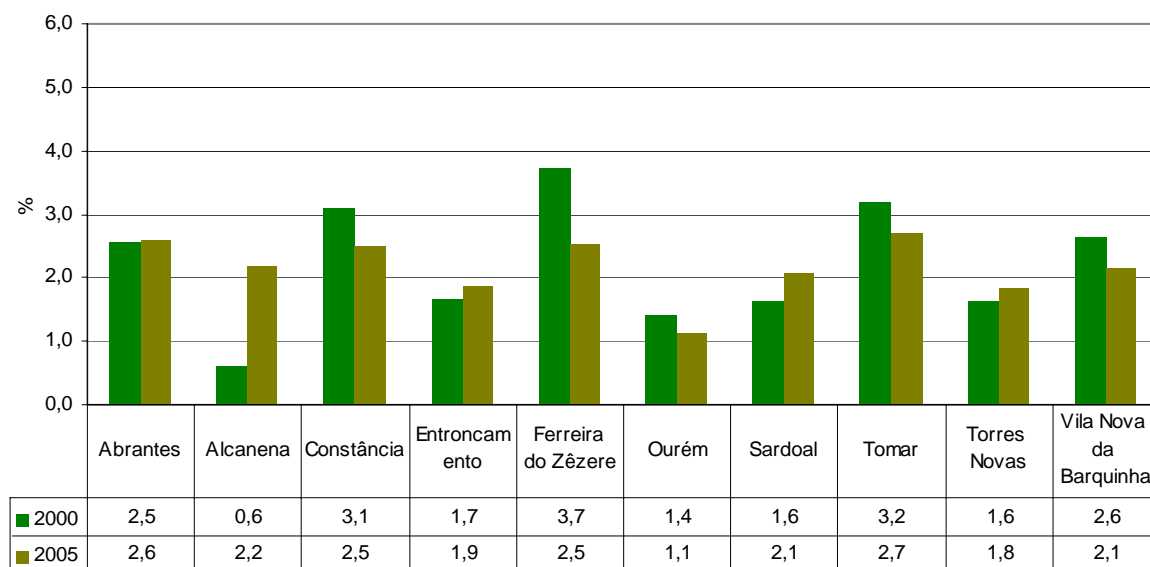
% de beneficiários do RSI na população concelhos do **Oeste**, 2000 e 2005



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 199

% de beneficiários do RSI na população nos concelhos do **Médio Tejo**, 2000 e 2005

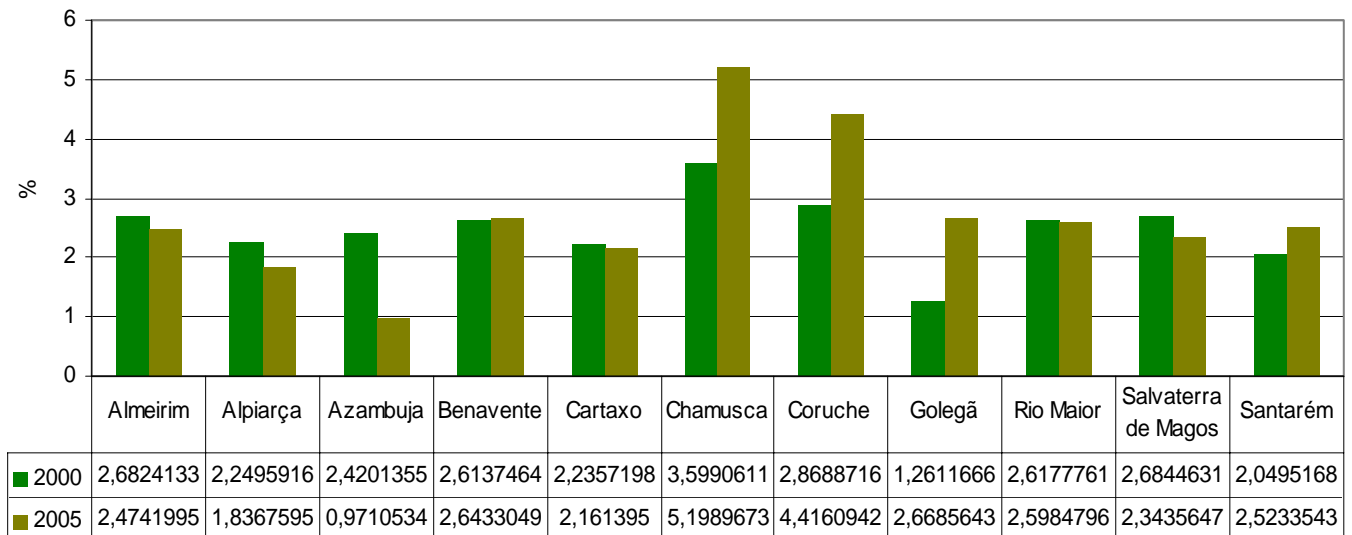


Fonte: INE – Anuários Estatísticos

C.6 – COESÃO SOCIAL
C.6.2 – Pobreza

Gráfico 200

% de beneficiários do RSI na população nos concelhos da **Lezíria do Tejo**, 2000 e 2005



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Taxa de crescimento da população nas regiões europeias e regiões portuguesas (2000-2004)	109
2	Taxa de crescimento natural nas regiões europeias e regiões portuguesas (2000-2004)	110
3	Taxa de crescimento migratório nas regiões europeias e regiões portuguesas (2000-2004)	111
4	Taxa de Variação da População Residente, por regiões (2000 a 2006)	112
5	Taxa Variação da População Residente nos concelhos da sub-região de Grande Lisboa (2000 a 2006)	112
6	Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (2000 a 2006)	113
7	Taxa Variação da População Residente nos concelhos do Oeste (2000 a 2006)	113
8	Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região do Médio Tejo (2000 a 2006)	114
9	Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo (2000 a 2006)	114
10	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente, 2004 e 2005 e taxa de variação 2004/2005	115
11	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, 2004 e 2005	115
12	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da Grande Lisboa , 2004 e 2005	116
13	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da Península de Setúbal 2004 e 2005	116
14	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos do Oeste , 2004 e 2005	117
15	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos do Médio Tejo , 2004 e 2005	117
16	População estrangeira que solicitou o estatuto de residente no conjunto da população, nos concelhos da Lezíria do Tejo , 2004 e 2005	118
17	% de população na Região de Lisboa e na RLVT fase ao País (2000 – 2006)	120
18	Distribuição da População por concelhos da sub-região da Grande Lisboa , (2000 – 2006)	121
19	Distribuição da População por concelhos da sub-região da Península de Setúbal , (2000 – 2006)	121
20	Distribuição da População por concelhos da sub-região Oeste , (2000 – 2006)	122
21	Distribuição da População por concelhos da sub-região do Médio Tejo , (2000 – 2006)	122
22	Distribuição da População por concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo , (2000 – 2006)	123
23	População segundo os grupos etários (2000 – 2006)	124
24	Índice de envelhecimento (2000 – 2006)	125
25	Índice de envelhecimento na Grande Lisboa (2000 – 2006)	126

26	Índice de envelhecimento na Península de Setúbal (2000 – 2006)	126
27	Índice de envelhecimento no Oeste (2000 – 2006)	127
28	Índice de envelhecimento no Médio Tejo (2000 – 2006)	127
29	Índice de envelhecimento na Lezíria do Tejo (2000 – 2006)	128
30	Índice de dependência de jovens nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2005	131
31	Índice de dependência de idosos nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2005	132
32	Índice de dependência total (2000 – 2006)	133
33	Índice de dependência total na sub-região da Grande Lisboa (1999 – 2004)	133
34	Índice de dependência total na sub-região da Península de Setúbal (1999 – 2004)	134
35	Índice de dependência total na sub-região do Oeste (1999 – 2004)	134
36	Índice de dependência total na sub-região do Médio Tejo (1999 – 2004)	135
37	Índice de dependência total na sub-região da Lezíria do Tejo (1999 – 2004)	135
38	idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (2003-2005)	137
39	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos, 2004 e 2005	137
40	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da Grande Lisboa , 2004 e 2005	138
41	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da Península de Setúbal , 2004 e 2005	138
42	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos do Oeste , 2004 e 2005	139
43	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos do Médio Tejo , 2004 e 2005	139
44	% de licenças de paternidade no conjunto das licenças por nascimentos de filhos nos concelhos da Lezíria do Tejo , 2004 e 2005	140
45	Esperança média de vida à nascença (2003-2005)	141
46	Estudantes do ensino superior em % de jovens dos 20 aos 24 anos nas regiões capitais europeias e nas regiões portuguesas (2004)	143
47	% de estudantes de níveis 5 ou 6 no conjunto de estudantes nas regiões capitais europeias e nas regiões portuguesas (2005)	144
48	% de população dos 25 aos 64 anos com ensino superior nas regiões capitais europeias e nas regiões portuguesas (2005)	145
49	% de adultos em educação e formação (25 – 64), nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, em 2005	146
50	% de alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 00/01)	148
51	% de alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 04/05)	148
52	Variação de alunos por ciclo de ensino (Continente)	149
53	Variação de alunos por ciclo de ensino (Região de Lisboa)	149
54	Variação de alunos por ciclo de ensino (RLVT)	150
55	Variação de alunos por ciclo de ensino (Grande Lisboa)	150

56	Variação de alunos por ciclo de ensino (Península de Setúbal)	151
57	Variação de alunos por ciclo de ensino (Oeste)	151
58	Variação de alunos por ciclo de ensino (Médio Tejo)	152
59	Variação de alunos por ciclo de ensino (Lezíria do Tejo)	152
60	Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na Região de Lisboa e na RLVT (96/97 a 04/05)	153
61	Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na Região de Lisboa e na RLVT (96/97 a 04/05)	154
62	Taxa de retenção/desistências no 1º ciclo (99/00 a 04/05)	156
63	Taxa de retenção/desistências no 2º ciclo (99/00 a 04/05)	156
64	Taxa de retenção/desistências no 3º ciclo (99/00 a 04/05)	157
65	% de agregados domésticos com posse de computador, 2004 e 2005	158
66	% de agregados domésticos com acesso à Internet, 2004 e 2005	159
67	% de indivíduos que utilizam o computador, 2004 e 2005	159
68	% de estudantes em ensino vocacional, nas regiões capitais europeias e nas regiões portuguesas (2005)	161
69	% de alunos do 3º ciclo inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 04/05)	162
70	% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 04/05)	162
71	% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino tecnológico (ano lectivo 99/00 a 04/05)	163
72	% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino profissional e ensino tecnológico (ano lectivo 99/00 a 04/05)	163
73	% de população activa total, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)	164
74	% de população activa feminina, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)	165
75	Taxa de actividade média anual (2002 a 2007)	167
76	Taxa de actividade média anual (Homens)	167
77	Taxa de actividade média anual (Mulheres)	168
78	Inactivos por 100 empregados (2002 a 2007)	168
79	Taxa de emprego médio anual (2003 a 2007)	169
80	População activa segundo o nível de instrução (2002 a 2007)	170
81	% de Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população (2004 e 2005)	171
82	% de quadros superiores e especialistas no total da população empregada (2003 a 2007)	172
83	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 e taxa de variação 2002-2003	174
84	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 (Grande Lisboa)	175

ÍNDICE DE GRÁFICOS

85	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 (Península de Setúbal)	175
86	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 (Oeste)	176
87	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 (Médio Tejo)	176
88	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2003 (Lezíria do Tejo)	177
89	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003	178
90	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Grande Lisboa)	178
91	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Península de Setúbal)	179
92	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Oeste)	179
93	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Médio Tejo)	180
94	Diferença entre a média de ganho salarial dos trabalhadores com licenciatura e com escolaridade inferior ao 1º ciclo e taxa de variação dos ganhos <1º ciclo e licenciatura, 2002-2003 (Lezíria do Tejo)	180
95	% de contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem (2004 a 2007)	181
96	Evolução da taxa de desemprego por NUTS II (2002 a 2007)	186
97	Taxa de desemprego total e feminino	186
98	Taxa de desemprego, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)	187
99	Taxa de desemprego feminino, nas regiões europeias capitais e nas regiões portuguesas (2005)	188
100	Evolução do número de desempregados, na Região de Lisboa e na RLVT (2004 a 2007)	189
101	Variação mensal do número de desempregados (Junho a Julho de 2007)	189
102	Variação homóloga do número de desempregados (Julho de 2006 e 2007)	190
103	Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos concelhos da sub-região da Grande Lisboa (Julho de 2007)	190
104	Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (Julho de 2007)	191
105	Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos concelhos da sub-região do Oeste (Julho de 2007)	191
106	Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos concelhos da sub-região do Médio Tejo (Julho de 2007)	192

107	Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo (Julho de 2007)	192
108	Taxa de desemprego Jovem (15 – 24 anos) nas regiões capitais europeias e na regiões portuguesas (2005)	193
109	Taxa de desemprego Jovem (15 – 24 anos)	194
110	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego (Julho 2004 a Julho de 2007)	194
111	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Grande Lisboa (Julho 2004 a Julho de 2007)	195
112	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (Julho 2004 a Julho de 2007)	195
113	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Oeste (Julho 2004 a Julho de 2007)	196
114	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Médio Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007)	196
115	% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007) (197
116	% de desempregados à procura do 1º emprego na estrutura de desemprego (2002 a 2007)	197
117	% de desempregados há mais de um ano, na estrutura de desemprego(2002 a 2007)	198
118	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego (2002 a 2007)	198
119	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Grande Lisboa (Julho 2004 a Julho de 2007)	199
120	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (Julho 2004 a Julho de 2007)	199
121	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Oeste (Julho 2004 a Julho de 2007)	200
122	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Médio Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007)	200
123	% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007)	201
124	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego(Julho 2004 a Julho de 2007)	201
125	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Grande Lisboa (Julho 2004 a Julho de 2007)	202
126	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Península de Setúbal (Julho 2004 a Julho de 2007)	202
127	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Oeste (Julho 2004 a Julho de 2007)	203
128	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região do Médio Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007)	203

129	% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo (Julho 2004 a Julho de 2007)	204
130	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas 2000 - 2004	206
131	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2004 (Grande Lisboa)	206
132	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2004 (Península de Setúbal)	207
133	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2004 (Oeste)	207
134	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2004 (Médio Tejo)	208
135	% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (Lezíria do Tejo)	208
136	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004 (€)	209
137	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da Grande Lisboa (€)	209
138	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da Península de Setúbal (€)	210
139	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos do Oeste (€)	210
140	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos do Médio Tejo (€)	211
141	Despesas municipais em cultura por habitante, 2001 a 2004, nos concelhos da Lezíria do Tejo (211
142	Espectadores de cinema por habitante, 2000 a 2004	213
143	Taxa de utilização do cinema, 2000 a 2004 (%)	213
144	Percepção sobre oportunidades de emprego em cidades europeias seleccionadas – índice sintético, 2006	215
145	Percepção sobre a facilidade em encontrar habitação a um preço razoável em cidades europeias seleccionadas – índice sintético, 2006	216
146	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos)	217
147	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos) (Grande Lisboa)	218
148	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos) (Península de Setúbal)	218
149	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos) (Oeste)	219
150	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos) (Médio Tejo)	219
151	Taxa de mortalidade infantil, 2000 a 2005 (por 1000 nados vivos) (Lezíria do Tejo)	220
152	Número de médicos por 1000 habitantes, 2002 a 2004	222
153	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004	222
154	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004 (Grande Lisboa)	223
155	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004 (Península de Setúbal)	223

ÍNDICE DE GRÁFICOS

156	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004 (Oeste)	224
157	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004 (Médio Tejo)	224
158	Número de habitantes por médico (dos centros de saúde) 2000 a 2004 (Lezíria do Tejo)	225
159	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006)	226
160	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006) Grande Lisboa	227
161	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006) Península de Setúbal	227
162	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006) Oeste	228
163	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006) Médio Tejo	228
164	Novos casos de SIDA por 100.000 habitantes (2002 a 2006) Lezíria do Tejo	229
165	Estrutura da criminalidade 2004	231
166	Estrutura da criminalidade 2004 nos concelhos da Grande Lisboa	231
167	Estrutura da criminalidade 2004 nos concelhos da Península de Setúbal	232
168	Estrutura da criminalidade 2004, nos concelhos do Oeste)	232
169	Estrutura da criminalidade 2004, nos concelhos do Médio Tejo e 2004)	233
170	Estrutura da criminalidade 2004, nos concelhos da Lezíria do Tejo	233
171	Rendimento disponível das famílias em % EU-22=100 nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 2004	235
172	Variação do rendimento disponível das famílias nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas, 1999 a 2004	236
173	Poder de Compra per capita, 2000 a 2005	237
174	Valor médio das pensões (2000 a 2005)	239
175	Diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005)	239
176	Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da Grande Lisboa	240
177	Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da Península de Setúbal	240
178	Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos do Oeste	241
179	Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos do Médio Tejo	241
180	Valor médio das pensões (2005) e diferença entre a taxa de variação do valor das pensões (2004/2005) e o Índice de Preços no Consumidor (IPC - 2005), nos concelhos da Lezíria do Tejo	242
181	Ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o sexo, 2002 e 2003	244
182	Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o sexo, 2002 e 2003	244

183	% de pensionistas no conjunto da população (2000 a 2005)	246
184	% de pensionistas no conjunto da população (Grande Lisboa)	247
185	% de pensionistas no conjunto da população (Península de Setúbal)	247
186	% de pensionistas no conjunto da população (Oeste)	248
187	% de pensionistas no conjunto da população (Médio Tejo)	248
188	% de pensionistas no conjunto da população (Lezíria Tejo)	249
189	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos, 2000 a 2005	249
190	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da Grande Lisboa , 2000 a 2005	250
191	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da Península de Setúbal , 2000 a 2005	250
192	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos do Oeste , 2000 a 2005	251
193	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos do Médio Tejo , 2000 a 2005	251
194	% de pensionistas de velhice na população com mais de 65 anos nos concelhos da Lezíria do Tejo , 2000 a 2005	252
195	% de beneficiários do RSI na população, 2000-2005	253
196	% de beneficiários do RSI no conjunto da população (Grande Lisboa)	254
197	% de beneficiários do RSI no conjunto da população (Península de Setúbal)	254
198	% de beneficiários do RSI no conjunto da população (Oeste)	255
199	% de beneficiários do RSI no conjunto da população (Médio Tejo)	255
200	% de beneficiários do RSI no conjunto da população (Lezíria do Tejo)	256

DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

D

SUB-DOMÍNIO
Competitividade e Internacionalização

D.I

. Apreciação Geral

A superioridade dos níveis do PIB per capita evidenciados pela RLVT, comparativamente com a média nacional, resulta de uma conjugação de níveis de valor acrescentado por trabalhador mais elevados (o nível de produtividade supera a média nacional em valores próximos dos 26,9%), com taxas de emprego/população também mais elevadas (a taxa de utilização dos recursos humanos supera o nível médio nacional, ao longo do período 2000-2004, em cerca de 1,3%). Apesar do posicionamento favorável da RLVT, face à média nacional, em ambas as componentes analisadas, o efeito de estímulo no nível do PIB per capita regional é, fundamentalmente, induzido pelos níveis de produtividade atingidos, uma vez que o distanciamento da taxa de utilização dos recursos humanos face à média nacional é consideravelmente mais baixo do que o registado em termos de produtividade.

Factores relacionados com o nível de escolaridade e com a estrutura das qualificações dos recursos humanos residentes na região contribuem para esta elevada produtividade regional, uma vez que LVT é a região portuguesa onde é mais significativo o peso da população activa com um nível de instrução superior.

A evolução do nível de vida e da produtividade no seio da Região de Lisboa e Vale do Tejo revela diferenças apreciáveis que vão no sentido de uma clara afirmação do dinamismo da Grande Lisboa, de algumas dificuldades da Península de Setúbal e de desequilíbrios, embora com uma tendência positiva moderada, das outras sub-regiões. Estas tendências, que comportam desafios óbvios de coesão económica e social, permitem destacar os seguintes aspectos:

- A Grande Lisboa e a Lezíria do Tejo são as sub-regiões com maiores pesos absoluto e relativo, em termos de PIB per capita. No plano oposto surge a Península de Setúbal, perdendo posições nos contextos regional e nacional. O Oeste e o Médio Tejo registam uma ligeira melhoria dos valores absolutos;

- A Grande Lisboa e a Península de Setúbal são as sub-regiões com maiores pesos absoluto e relativo, em termos de produtividade. No entanto, quer a Península de Setúbal quer a Lezíria do Tejo, perderam posições nos contextos regional e nacional, a primeira de forma mais acentuada. O Oeste e o Médio Tejo, embora com menores valores absolutos e relativos, registam uma evolução positiva nos referidos contextos.

A taxa de actividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo tem registado uma tendência global de evolução crescente, passando de 50,1% em 2000 para 51,4% em 2006, sendo a componente feminina inferior à masculina.

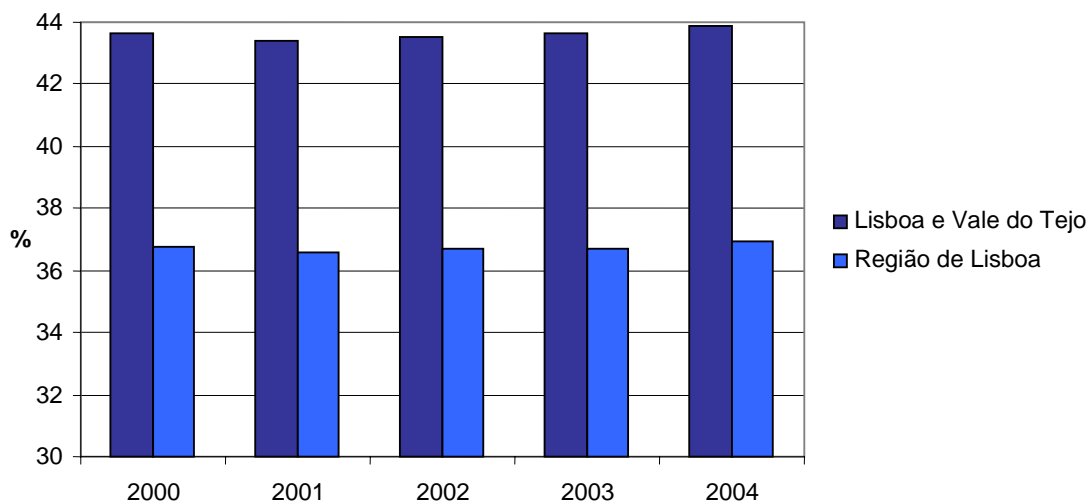
Em 2004, o peso da actividade exportadora no PIB regional era de cerca de 16,4%, número que traduz a capacidade de penetração e afirmação regional para criar valor nos mercados internacionais, predominantemente baseada no material de transporte, nos metais comuns e suas obras e nos produtos das indústrias químicas e das indústrias alimentares.

A valorização ao nível da educação e qualificação dos recursos humanos, em estreita articulação com a aceleração da entrada na utilização intensiva e generalizada das tecnologias de informação e com a adopção de modelos de especialização enraizados nos factores avançados de competitividade, parece surgir como a grande alavanca de obtenção de uma eficácia acrescida no desenvolvimento económico e social da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

a) Dimensão Económica

A Região apresenta uma dimensão económica relativamente estável no contexto nacional, representando cerca de 44% do VAB do País, tomando como referencial a delimitação correspondente à Região de Lisboa e Vale do Tejo e cerca de 37% adoptando o referencial da Região de Lisboa.

Gráfico 1
Dimensão Económica da Região (% do VAB nacional)



Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

D.I. 2 DINÂMICA ECONÓMICA

D.I.2.1 Dinâmica de Desenvolvimento e Produtividade

b) PIB per capita – Comparação com a União Europeia

Em 2004, o PIB per capita da RLVT registou um valor próximo do PIB per capita médio da União Europeia (PPC = 97). Relativamente à média europeia, na RLVT apenas a Grande Lisboa regista índices superiores a 100.

Considerando apenas a área metropolitana de Lisboa, ou seja, a Região de Lisboa, o PIB per capita excede em alguns pontos percentuais o valor médio europeu.

Quadro 1

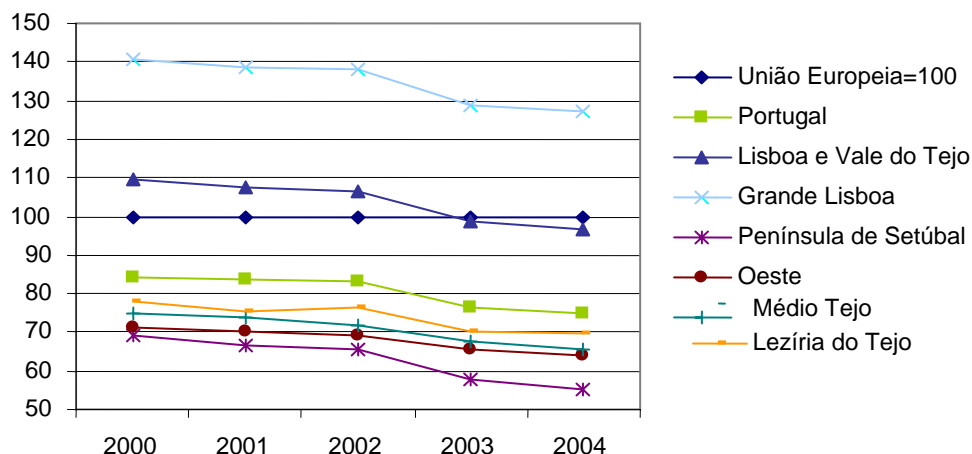
Evolução do PIB per capita em Paridade de Poder de Compra (UE27=100)

Regiões NUTS 1989	PPC_UE27 = 100					Regiões NUTS 2002	PPC_UE27 = 100				
	2000	2001	2002	2003	2004		2000	2001	2002	2003	2004
Portugal	84	84	83	77	75	Portugal	84	84	83	77	75
Lisboa e Vale do Tejo	109	107	107	99	97	Lisboa	120	118	117	108	106
Grande Lisboa	140	139	138	129	127	Grande Lisboa	138	137	136	127	125
Península de Setúbal	69	67	65	58	55	Península de Setúbal	69	67	65	58	55
Oeste	71	70	69	65	64	Oeste	72	71	69	66	64
Médio Tejo	75	74	72	68	66	Médio Tejo	75	74	72	68	66
Lezíria do Tejo	78	75	76	70	69	Lezíria do Tejo	78	75	76	70	69

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 e Eurostat

Gráfico 2

Evolução do PIB per capita em PPC – Regiões NUTS 1989 (UE27=100)



Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

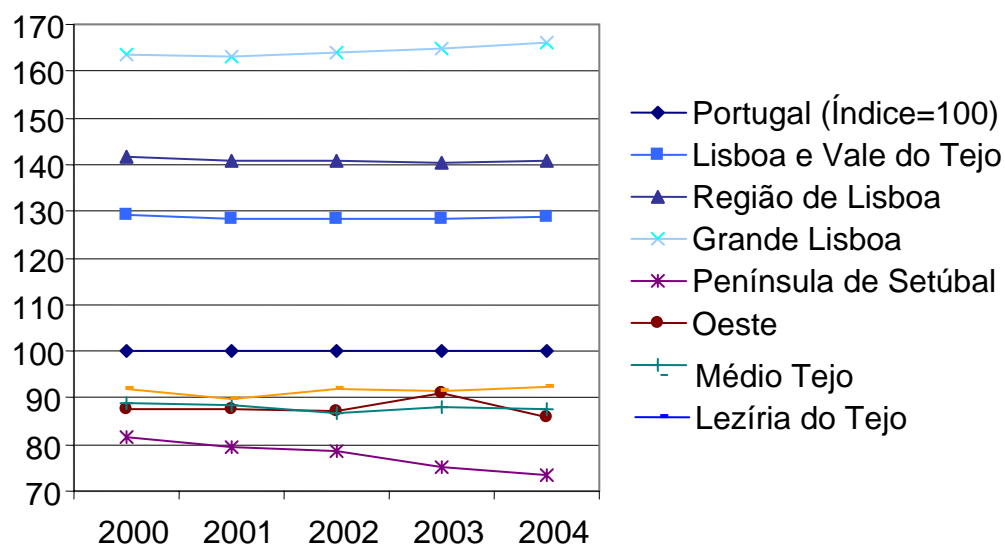
c) PIB per capita

O PIB per capita da região tem registado um valor relativamente estável face à média nacional, cerca de 29 pontos acima da média caso se utilize o referencial da Região de Lisboa e Vale do Tejo e 41 pontos acima caso se adopte o referencial da NUTS II Região de Lisboa.

Internamente, mantém-se uma certa estabilidade na dispersão deste indicador.

Gráfico 3

Evolução do PIB per capita na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: O PIB pc, ao ser encarado como um indicador do nível de vida, pode decompor-se da seguinte forma:
Nível de Vida = Utilização de Recursos Humanos x Produtividade
PIB / População = Emprego / População x PIB / Emprego

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

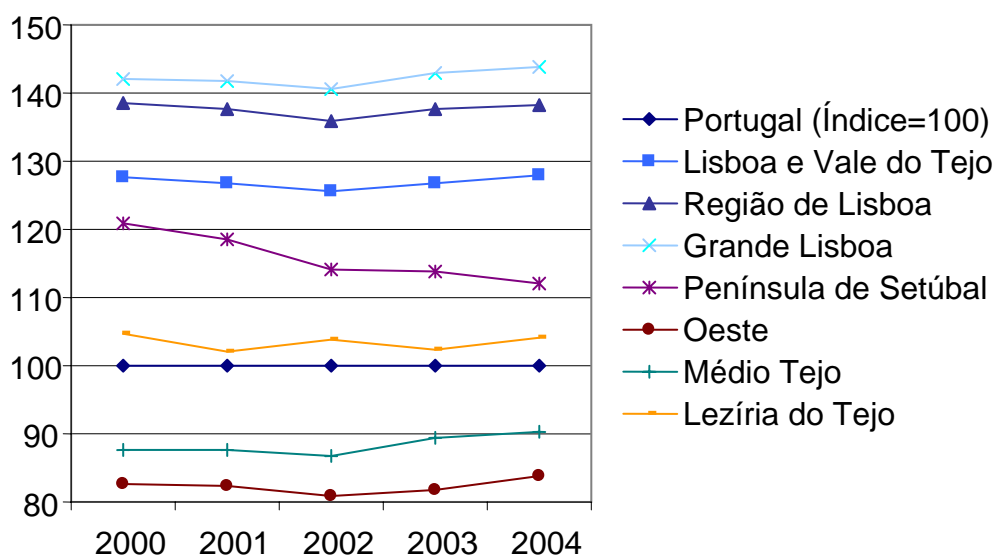
d) Produtividade

Em 2004, a produtividade da Região de Lisboa era cerca de 38 pontos percentuais superior à média nacional, o que representa uma posição semelhante à registada em 2000 e ligeiramente superior aos valores observados nos anos 2001, 2002 e 2003.

A NUTS III Grande Lisboa destaca-se pelos seus elevados níveis de produtividade, os quais, em 2004, superaram em cerca de 44% a média nacional. A NUTS III Península de Setúbal apresentou, a partir de 2000, um declinar dos seus níveis de produtividade, face ao conjunto do país. O Médio Tejo e o Oeste registam valores inferiores à média nacional, de forma mais acentuada na NUTS III Oeste.

Gráfico 4

Evolução da Produtividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: Produtividade = VAB / Emprego

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

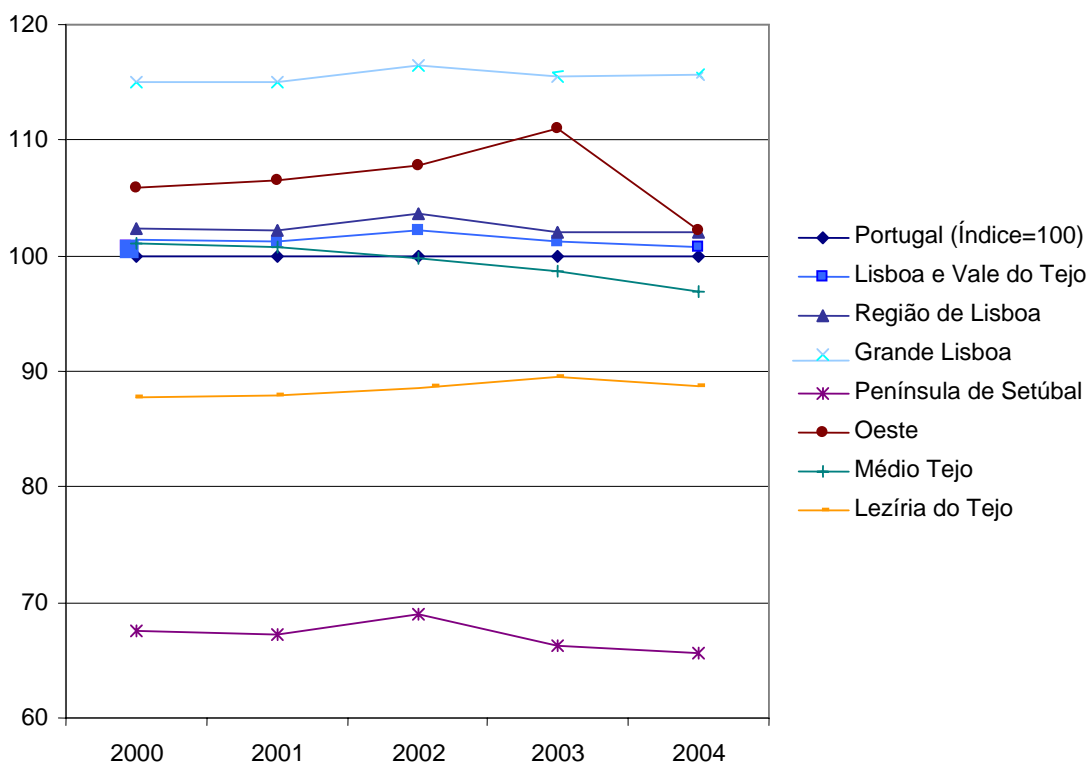
e) Taxa de Utilização de Recursos Humanos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma taxa de utilização de recursos humanos ligeiramente superior à média nacional (em 2004 supera em cerca de 0,7%).

A Península de Setúbal é a NUTS III com a taxa de utilização de recursos humanos mais reduzida no seio da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Por oposição, a Grande Lisboa é a NUTS III com o contributo mais expressivo para os níveis de maior intensidade de utilização de recursos humanos da Região de Lisboa e Vale do Tejo face à média nacional. Este posicionamento é em grande parte explicado pelos movimentos pendulares registados no interior da área metropolitana de Lisboa.

Gráfico 5

Evolução da Taxa de Utilização de Recursos Humanos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: Taxa de Utilização de Recursos Humanos = Emprego / População

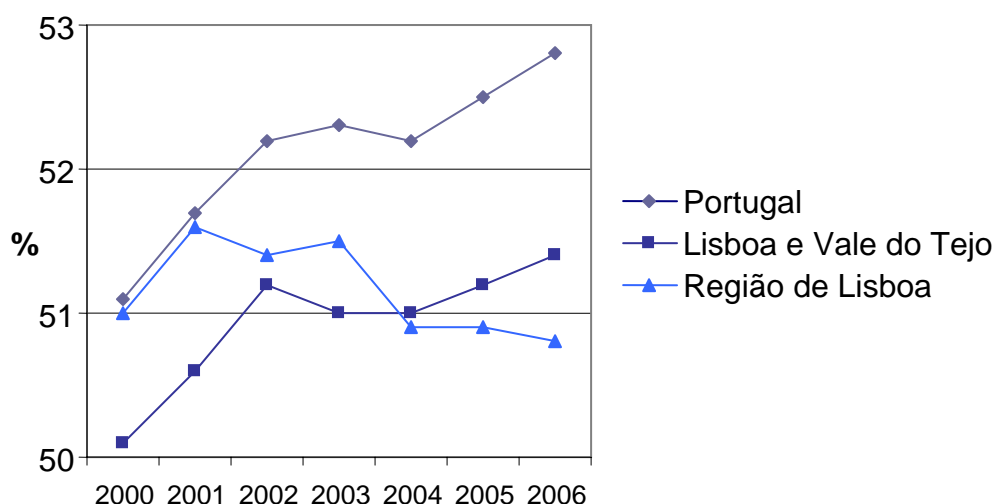
Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

a) Taxa de Actividade

A taxa de actividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo tem registado uma tendência global de evolução crescente no período considerado (passando de 50,1% em 2000 para 51,4% em 2006), acompanhando, desta forma, o padrão comportamental exibido pela taxa de actividade portuguesa.

Considerando a nova agregação da NUTS II, verifica-se que a taxa de actividade da Região de Lisboa, mais elevada que a da RLVT em 2000-2003, registou nos anos 2004-2006 uma queda que se acentuou ligeiramente no último ano. A taxa de actividade aumentou em 2003, tanto em Portugal como na Região de Lisboa (0,1%) e diminuiu em 2004, quer em Portugal quer na Região de Lisboa, embora desta vez a variação regional (-0,6%) tenha sido superior à variação nacional (-0,1%), passando a existir um maior desfasamento entre as duas séries.

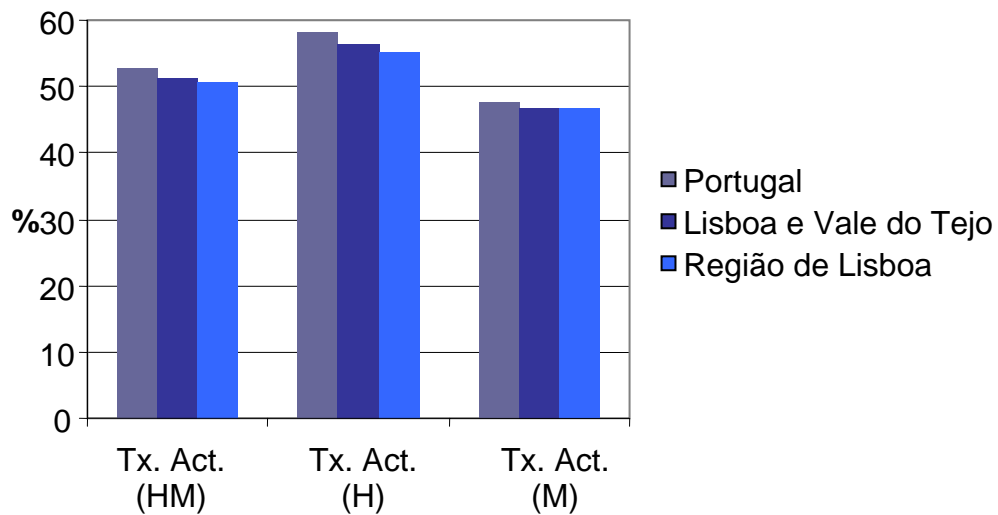
Gráfico 6
Evolução da Taxa de Actividade – em %



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

A decomposição da taxa de actividade por géneros evidencia que a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região de Lisboa registavam, em 2006, uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (46,7% nas mulheres e 56,3% nos homens e 46,8% nas mulheres e 55,2% nos homens, respectivamente), à semelhança do que ocorre no país (47,7% nas mulheres e 58,2% nos homens).

Gráfico 7
Taxa de Actividade (2006) – em %



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

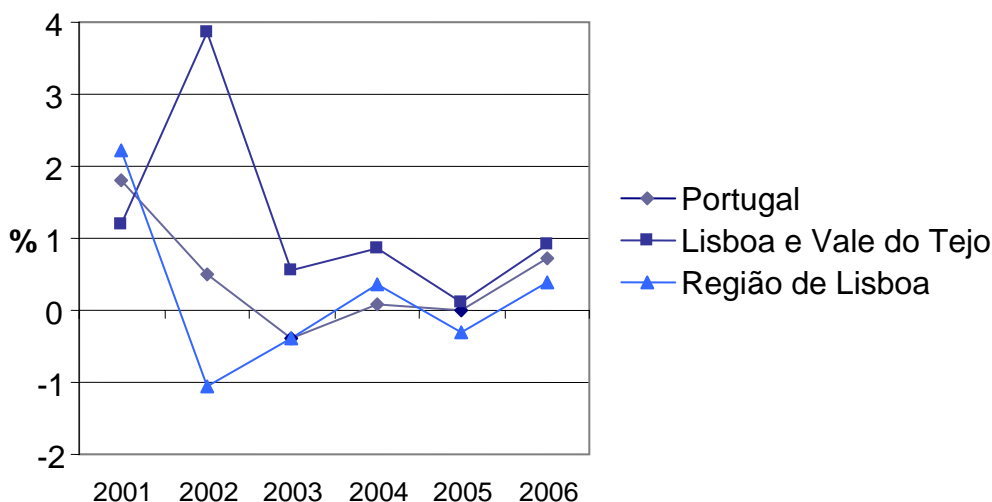
b) Taxa de Variação do Emprego

No período 2000-2003, a taxa de crescimento do emprego nacional registou uma tendência para o decréscimo, surgindo em 2004 uma recuperação relativamente a 2003, que se acentuou em 2006, enquanto a taxa de crescimento do emprego na RLVT evidencia, entre 2000 e 2006, variações anuais mais oscilantes e um menor decréscimo global (-1,1% no país e -0,3% na RLVT).

Com exceção de 2001, as variações positivas da população empregada na RLVT ultrapassaram as variações positivas ocorridas no país, revelando uma maior capacidade de criação de emprego regional.

Gráfico 8

Taxa de Variação do Emprego (Variações face ao ano anterior em %)



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

Desde 2001, verifica-se uma redução na capacidade de criação de emprego, não só ao nível nacional, mas também na Região de Lisboa, onde as variações negativas foram mais frequentes e intensas, sendo que a recuperação existente em 2006 foi ligeiramente superior em Portugal (0,72% no país e 0,70% na RL).

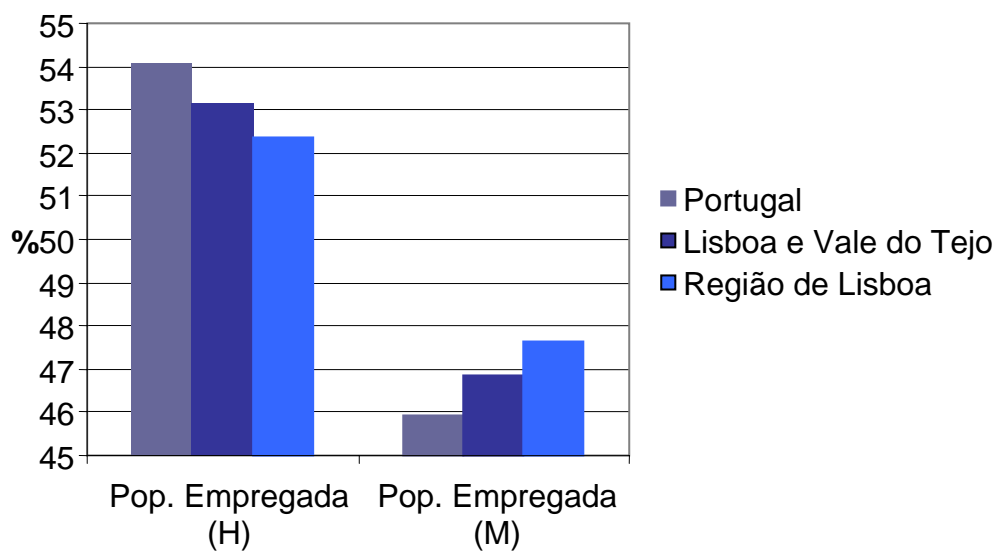
D. I. 2 DINÂMICA ECONÓMICA

D. I. 2.2 Dinâmica Empresarial e de Emprego

A decomposição da população empregada por género permite aferir que, em termos percentuais, no ano de 2006, a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região de Lisboa empregam, proporcionalmente, menos homens que o espaço nacional (53,2% e 52,4% versus 54,1%) e, em concomitância, empregam, proporcionalmente, mais mulheres que o país (46,8% e 47,6% versus 45,9%).

Gráfico 9

Decomposição do Emprego por Género (2006) - em %



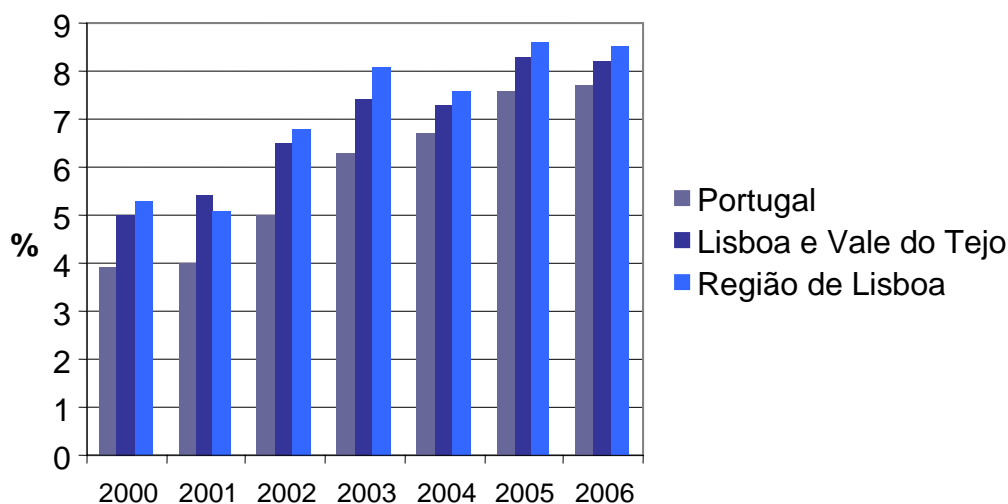
Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

c) Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego registada, quer por parte da RLVT ou da Região de Lisboa, no período 2000-2006, patenteia um registo comportamental de evolução que se assemelha à tendência global de agravamento no território português, mantendo-se, no entanto, sempre com valores acima dos registados em Portugal.

Em 2006, a taxa de desemprego nas duas Regiões permaneceu superior à taxa de desemprego registada em Portugal, tendo, porém, diminuído (de 8,3% em 2005 para 8,2% em 2006 na RLVT e de 8,6% em 2005 para 8,5% em 2006 na Região de Lisboa) enquanto o padrão médio nacional aumentou (de 7,6% para 7,7%).

Gráfico 10
Evolução da Taxa de Desemprego - em %

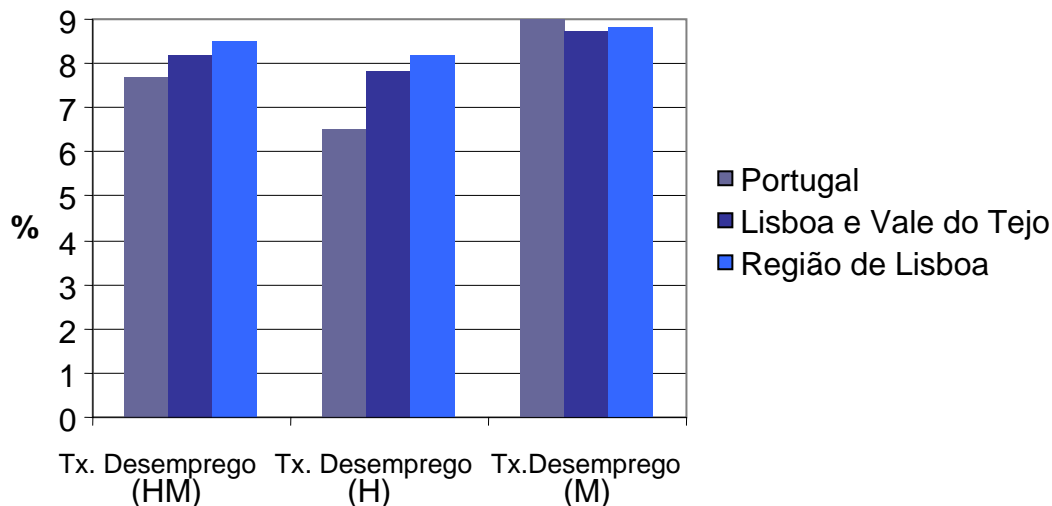


Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

A taxa de desemprego feminino é superior à taxa de desemprego masculino, nomeadamente em 2006, tanto no país como na Região de Lisboa e Vale do Tejo sendo o diferencial maior no primeiro caso. Relativamente ao total nacional, a taxa masculina é superior na RLVT, o que já não sucede quanto à taxa feminina, que é um pouco mais grave no total nacional. As diferenças entre os dois territórios são mais acentuadas no universo dos homens.

Gráfico 11

Decomposição da Taxa de Desemprego por Género (2006)



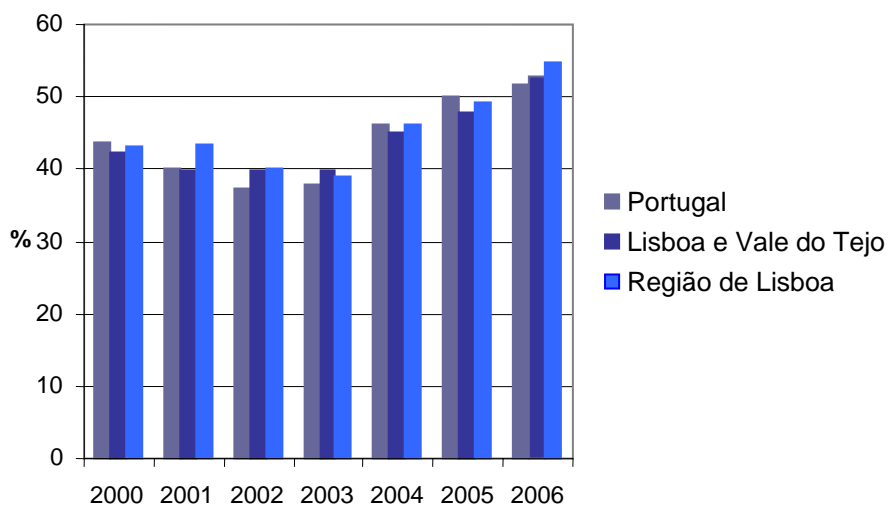
Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

d) Taxa de Desemprego de Longa Duração

Nos anos 2002, 2003 e 2006, o peso do desemprego de longa duração no total do desemprego da Região de Lisboa e Vale do Tejo foi superior ao rácio equivalente registado a nível nacional.

No período 2000-2006, verificaram-se algumas oscilações do peso do desemprego de longa duração no total do desemprego, tanto no espaço nacional, como na RLVT ou na Região de Lisboa, registando-se, em 2004, um acréscimo acentuado da importância deste tipo de desemprego, que continuou a aumentar (passou, de 2003 para 2006, em Portugal, de 37,8% para 51,7%, na RLVT de 39,9% para 52,8% e na Região de Lisboa de 39,0% para 54,6%).

Gráfico 12
Evolução do Desemprego de Longa Duração - em %



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego

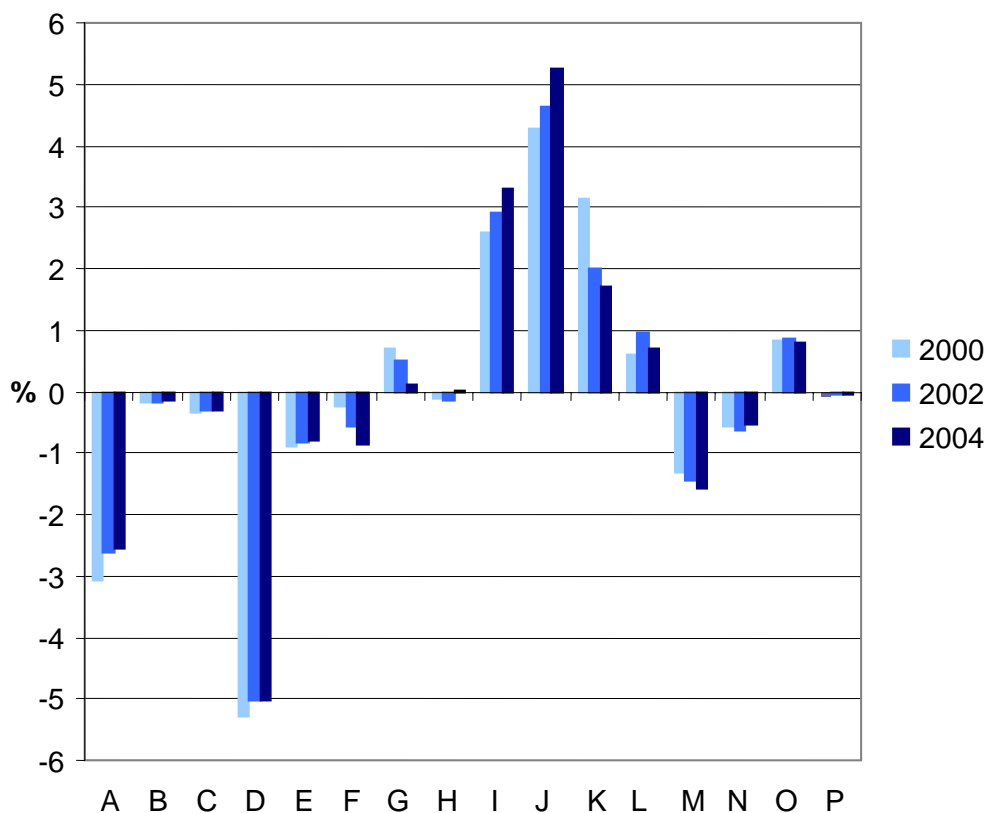
a) Indicador de Especialização Produtiva

A Região mantém um perfil de especialização fortemente centrado no sector de serviços, no qual se salientam as seguintes actividades :

- Actividades financeiras
- Transportes, armazenagem e comunicações
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- Comércio por grosso e a retalho ; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico

Gráfico 13

Especialização produtiva da Região NUTS II Lisboa



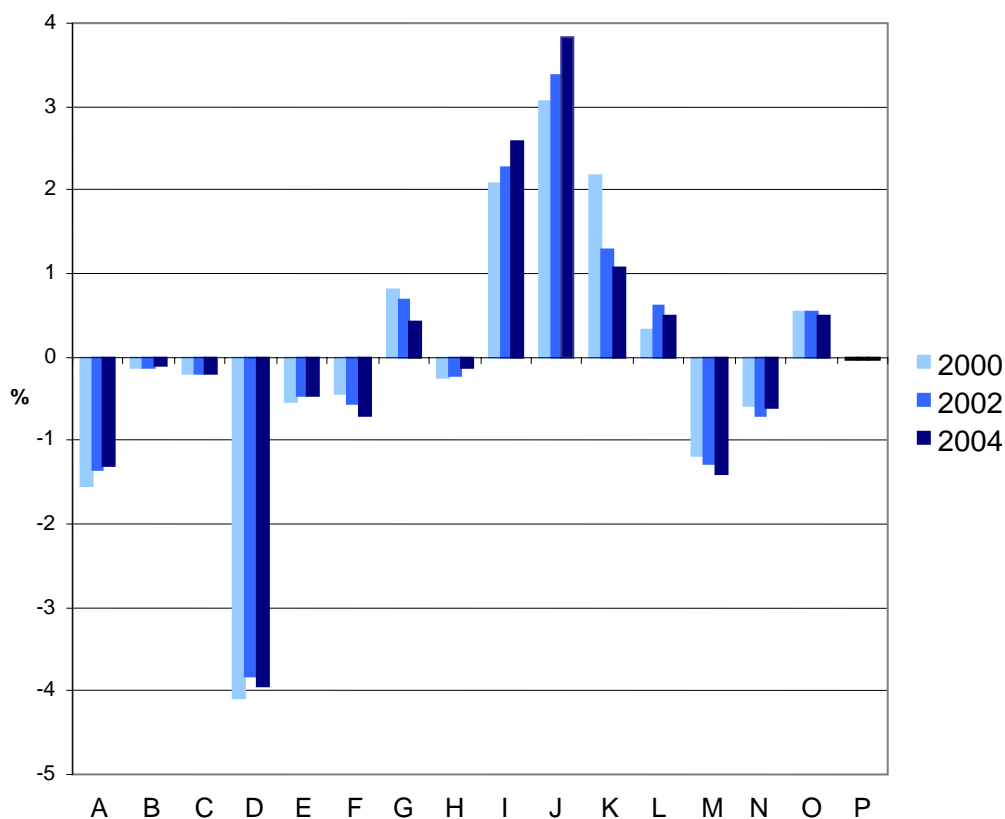
Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

D.1.3 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

D.1.3.1 Especialização Produtiva

Gráfico 14

Especialização produtiva da Região NUTS II Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

Legenda:	
Designação	Sector
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho ; reparação
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e acção social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Famílias com empregados domésticos

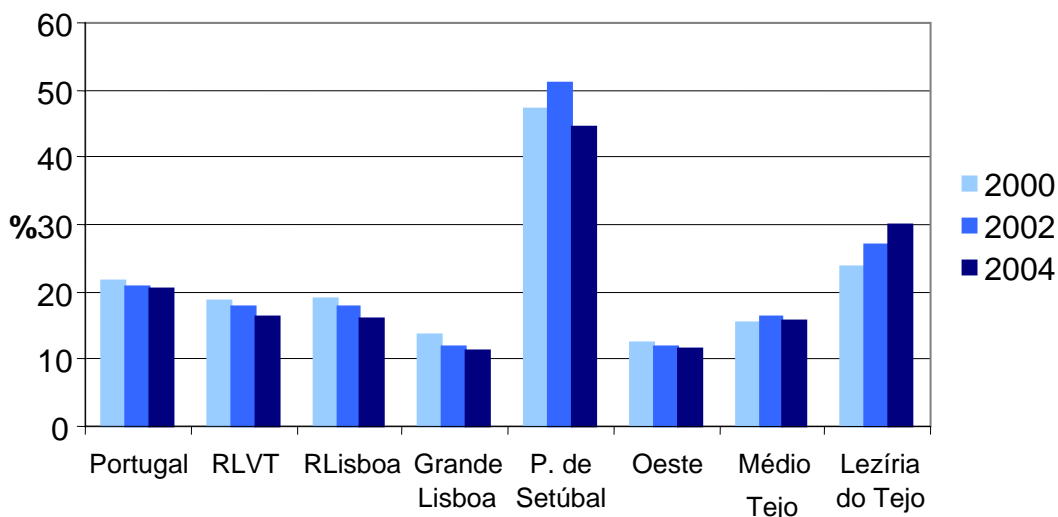
a) Peso das Exportações e Expedições no PIB

A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela um menor grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB do que o espaço nacional, apesar da divergência apresentada não ser muito grande. Ao longo do período 2000-2004, a RLVT declinou o peso evidenciado por este indicador, acompanhando, embora com mais intensidade, a tendência desenhada pelo espaço nacional.

A Península de Setúbal destaca-se no seio da Região de Lisboa e Vale do Tejo pelo seu elevado grau de abertura no que concerne aos fluxos de exportação e expedição (44,6% em 2004). A menor significância dos fluxos comerciais de saídas no PIB é evidenciada, em 2004, pela Grande Lisboa (11,2%).

Gráfico 15

Peso das Exportações e Expedições no PIB (2000-2004)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais e Contas Regionais 2000-2004

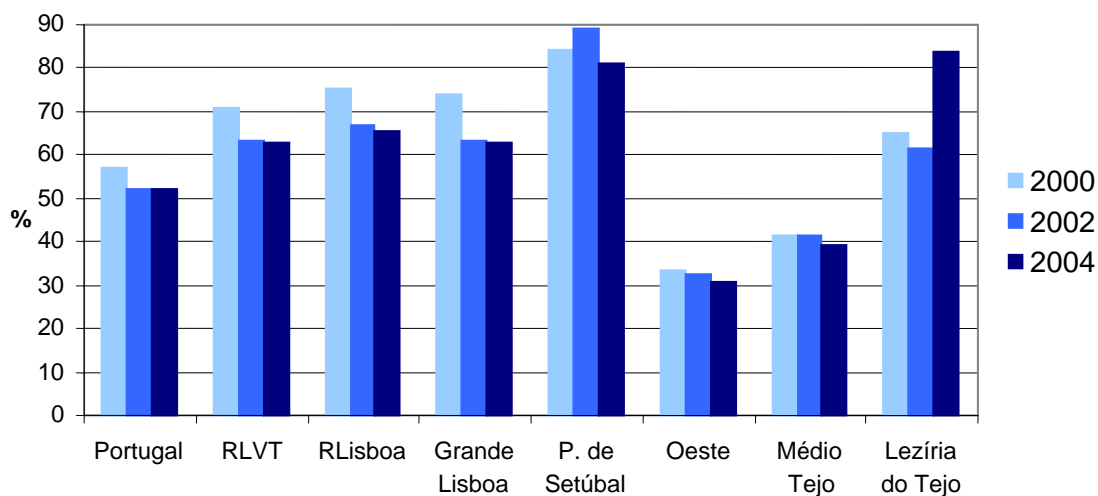
b) Taxa de Abertura

Se considerarmos o peso não apenas dos fluxos de saída (exportações e expedições), mas também dos fluxos de entrada (importações e chegadas) no PIB, verificamos que a RLVT revela um grau de abertura superior à taxa correspondente no espaço nacional (63% e 52,3% respectivamente, em 2004).

Em 2004, as NUTS III Lezíria do Tejo e Península de Setúbal são as regiões com maior grau de abertura ao exterior (83,8% e 81% respectivamente), a primeira com forte expressividade, sobretudo, nos fluxos de entrada do comércio internacional.

Gráfico 16

Taxa de Abertura (2000-2004)



Nota: Taxa de Abertura = Total das Exportações, Expedições, Importações e Chegadas / PIB

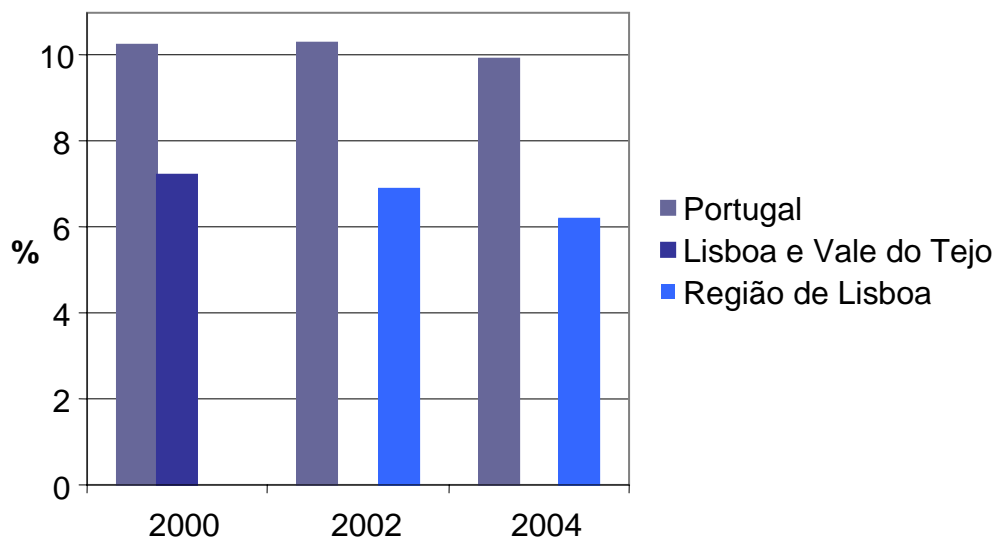
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais e Contas Regionais 2000-2004

c) Orientação para o Mercado Externo

A Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região de Lisboa revelam, nos anos considerados, uma menor orientação para o mercado externo do que o espaço nacional, dado o menor peso das exportações e expedições no total do volume de negócios regionais.

Gráfico 17

Orientação para o Mercado Externo (2000-2004)



Nota: O indicador Orientação para o Mercado Externo é obtido através do peso das exportações e expedições no total do volume de negócios efectuado

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas das Empresas

D.1.3 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

D.1.3.2 Grau de Abertura

d) Peso da Região de Lisboa e Vale do Tejo no País

- Em 2005, o peso da RLVT no país em termos de comércio internacional é consideravelmente mais acentuado ao nível dos fluxos de entrada (65,9%) do que dos fluxos de saída (34,6%).
- Ao longo do período 2000-2005, a Região assistiu a um ligeiro declinar da sua representatividade nos fluxos de comércio internacional nacionais, nomeadamente em relação às saídas.

Quadro 2

Peso da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Região de Lisboa no País em termos de Comércio Internacional (2000-2005)

	Pesos da RLVT no país (em %)		Pesos da Região de Lisboa no país (em %)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
2000	64,4	37,6	58,8	32,2
2002	63,3	37,4	57,6	31,6
2004	64,2	35,0	57,5	28,7
2005	65,9	34,6	59,4	27,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

a) Especialização Relativa do Comércio Internacional da Região face ao País

A análise da especialização relativa do comércio internacional da Região de Lisboa face ao país, utilizando como variável as saídas (exportações e expedições), permite verificar que a região se apresenta como sendo especializada em alguns sectores, uma vez que o peso das exportações destes sectores no total das exportações regionais supera em termos relativos o correspondente peso a nível nacional. Assim, em 2005, destacam-se as seguintes Secções da Nomenclatura Combinada:

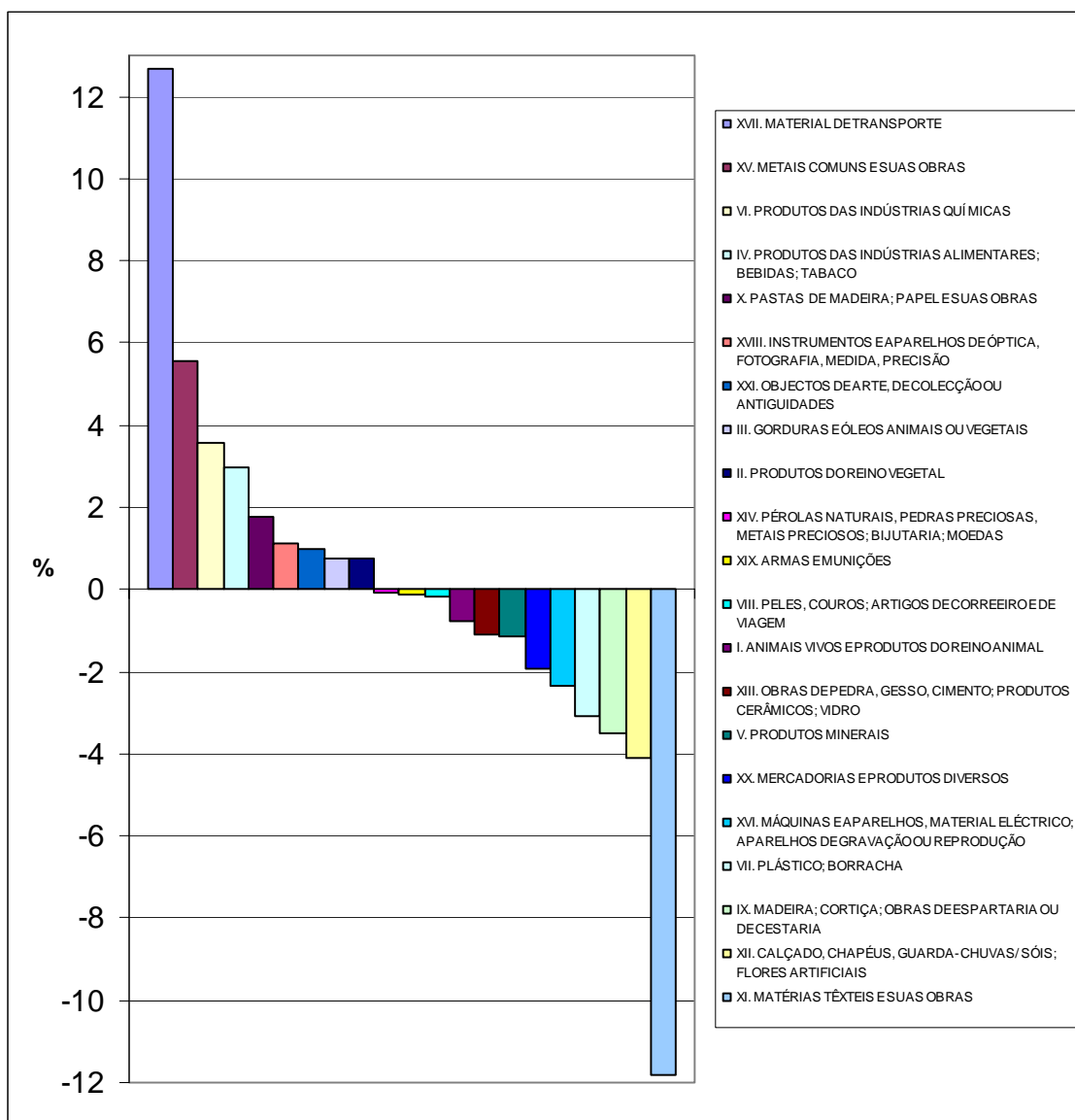
- Material de transporte (com forte expressividade)
- Metais comuns e suas obras
- Produtos das indústrias químicas
- Produtos das indústrias alimentares; bebidas; tabaco
- Pastas de madeira; papel e suas obras
- Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, precisão
- Objectos de arte, de colecção ou antiguidades
- Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras
- Produtos do reino vegetal

D.1.3 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

D.1.3.3 Posição Competitiva

Gráfico 18

Especialização Relativa do Comércio Internacional da Região de Lisboa face ao País
(2005)



Nota: O indicador de especialização relativa em termos de comércio internacional da região face ao país resulta da comparação das diferenças entre as estruturas de exportação da região e do país, exprimindo o grau de importância de cada sector exportador na região tomando como referência o peso que esse mesmo sector tem em termos de exportações no conjunto do país.

Fonte: INE, Anuário Estatístico Regional 2005

D.1.4 FACTORES DE CRESCIMENTO

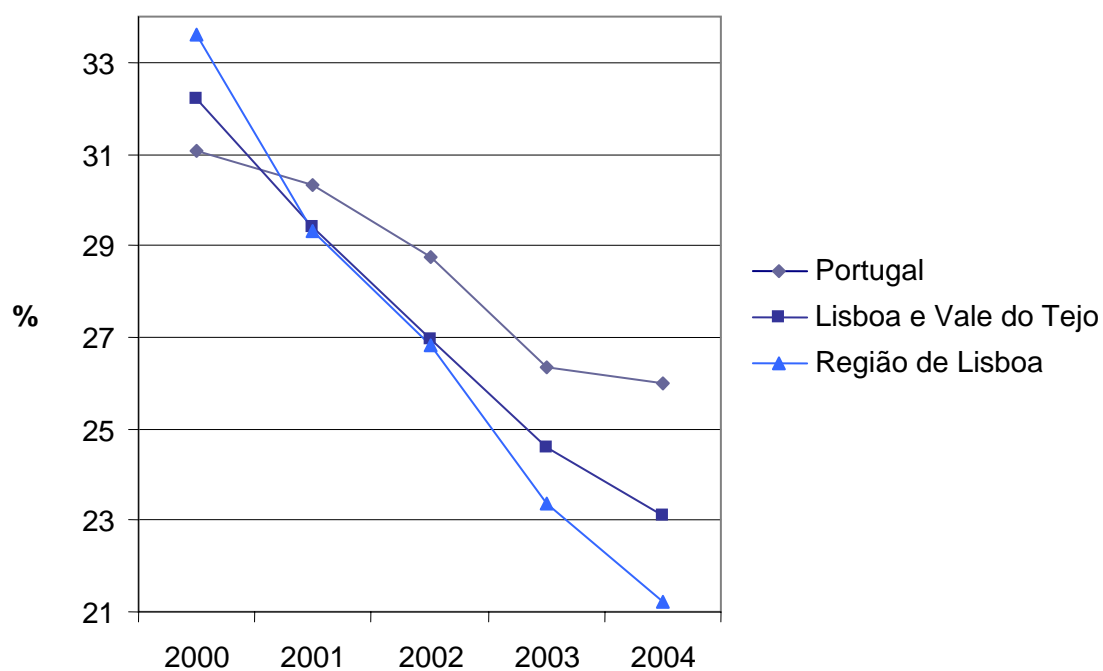
D.1.4.1 Dinâmica de Investimento

a) Perfil do Investimento Regional

No período 2001-2004, a taxa de investimento da região apresentou valores inferiores à média nacional. Nesses quatro anos, a média das percentagens da Formação Bruta de Capital Fixo no Valor Acrescentado Bruto da região rondou os 26% enquanto em Portugal a mesma média foi de cerca de 28%.

Gráfico 19

Taxa de Investimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo
(% FBCF no VAB nacional)



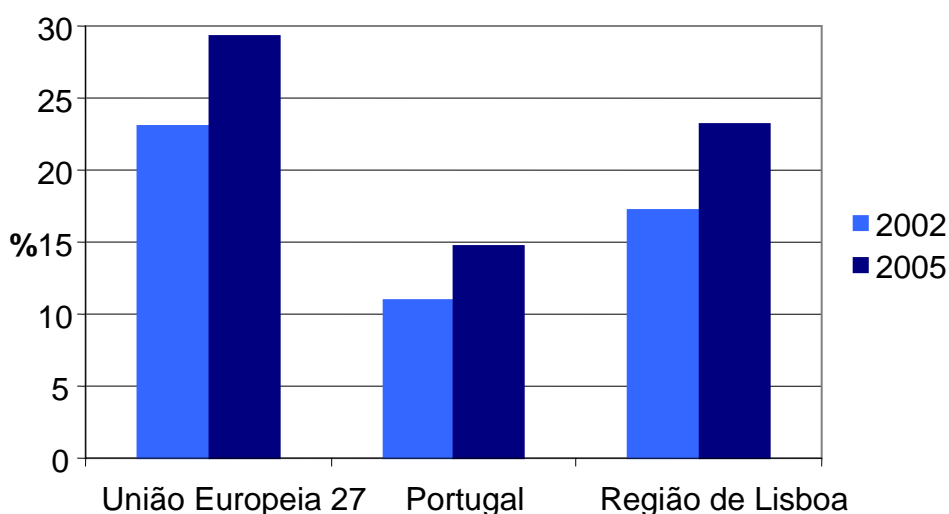
Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004

a) Nível de Habilitações – Comparação com a União Europeia

A Região apresenta um nível educacional mais baixo quando comparada com a União Europeia, uma vez que a percentagem da população activa com o grau de instrução superior é mais baixa do que a média europeia. Regista-se, porém, uma evolução recente positiva que permitiu à Região de Lisboa aumentar os valores dessa percentagem (passou de 17,3% em 2002 para 23,2% em 2005).

Na Região reside a maior parcela da população activa com um nível de instrução superior, a par da existência mais generalizada de estabelecimentos de ensino superior e, consequentemente, as percentagens são mais elevadas do que o total nacional.

Gráfico 20
Percentagem da População Activa com Nível de Instrução Superior
RL – UE (2002 e 2005)



Nota: Nível de Instrução Superior (ISCED 1997 – níveis 5 e 6)

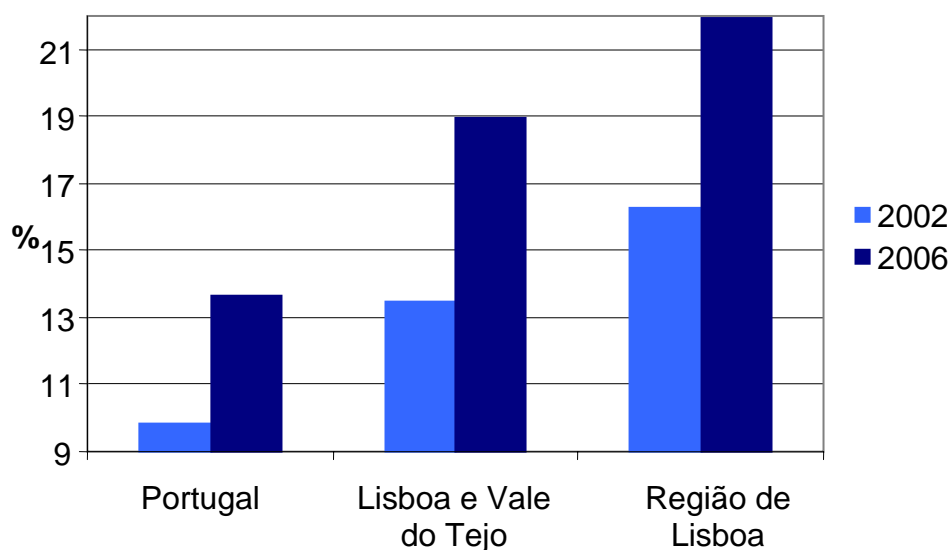
Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

b) Nível de Habilitações da Região de Lisboa e Vale do Tejo

A percentagem da população activa com nível de instrução superior aumentou consideravelmente entre 2002 e 2006, no conjunto do território nacional (3,8%) e com maior incidência na região capital do país, quer no espaço mais alargado de Lisboa e Vale do Tejo (5,5%) quer no espaço predominantemente metropolitano de Lisboa (5,7%), onde reside uma parcela significativa da população activa com um nível educacional mais elevado (21,9% em 2006).

Gráfico 21

Percentagem da População Activa com Nível de Instrução Superior
RLVT (2002 e 2006)



Nota: Nível de Instrução Superior - bacharelato, licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico nº	Designação	Pág.
1	Dimensão económica da Região (% do VAB nacional)	271
2	Evolução do PIB per capita em PPC – Regiões NUTS 1989 (UE27=100)	272
3	Evolução do PIB per capita na RLVT (País = 100)	273
4	Evolução da produtividade na RLVT(País = 100)	274
5	Evolução da taxa de utilização de recursos humanos na RLVT (País = 100)	275
6	Evolução da taxa de actividade	276
7	Taxa de actividade (2006)	277
8	Taxa de variação do emprego (variações face ao ano anterior, em%)	278
9	Decomposição do emprego por género (2006), em %	279
10	Evolução da taxa de desemprego	280
11	Decomposição da taxa de desemprego por género (2006)	281
12	Evolução do desemprego de longa duração, em %	282
13	Especialização produtiva da Região de Lisboa	283
14	Especialização produtiva da RLVT	284
15	Peso das exportações e expedições no PIB (2000–2004)	285
16	Taxa de abertura (2000–2004)	286
17	Orientação para o mercado externo (2000-2004)	287
18	Especialização relativa do comércio internacional da Região face ao País (2005)	290
19	Taxa de investimento da RLVT (% FBCF no VAB nacional)	291
20	Percentagem da População Activa com Nível de Instrução Superior – RL – UE27	292
21	Percentagem da População Activa com Nível de Instrução Superior - RLVT	293

Quadro nº	Designação	Pág.
1	Evolução do PIB per capita em Paridade de Poder de Compra (UE27=100)	272
2	Peso da RLVT no País em termos de comércio internacional (2000 – 2005)	288

SUB-DOMÍNIO
Inovação

D2

. Aspectos metodológicos

No que diz respeito à monitorização do eixo Inovação e desenvolvimento tecnológico e no seguimento dos relatórios anteriores consideram-se, no âmbito deste eixo as seguintes dimensões de análise: actividades de I&D e transferência de tecnologia e inovação.

Actividades de I&D

- Numero de investigadores a trabalhar na região. A comparação com outras regiões Europeias deste indicador pode ser interpretada em termos da evolução da capacidade da região para realizar actividades de I&D.
- Quadro de comparação entre regiões Europeias no que respeita a investigadores a trabalhar em I&D (em percentagem da população activa) e correspondentes despesas regionais com actividades de I&D em percentagem do PIB. A posição relativa das diferentes regiões num quadro com estas duas dimensões mostra como se comparam as regiões no que respeita a recursos regionais empregues em I&D.
- Despesas regionais com I&D do sector empresarial. Evolução no tempo e comparação com outras regiões Europeias. Este quadro complementa os outros dois anteriores, mas ao focalizar-se apenas na I&D empresarial, fornece uma indicação mais precisa quanto ao input da I&D para a inovação de base tecnológica na região.
- Despesas regionais com I&D do sector empresas. Especialização regional de Lisboa comparação com outras regiões nacionais. Esta variável permite ver se existem domínios de Ciência e Tecnologia onde a região seja particularmente especializada no contexto nacional.
- Evolução no tempo e comparação com outras regiões Europeias do número de patentes por milhão de habitantes registadas no EPO (European Patent Office). De certa forma este indicador é uma medida aproximada do output dos esforços de I&D realizados numa região uma vez que, para alguns sectores, os resultados de I&D consistem precisamente em registos de protecção de direitos industriais e intelectuais.
- Evolução de concessão de patentes e de modelos de utilidade, nas regiões Portuguesas - dados recolhidos pelo INPI.

Lembramos que, no seguimento do relatório anterior, devido à nova configuração territorial da região de Lisboa, as comparações longitudinais, que correspondem à monitorização ao longo do tempo, são efectuadas apenas quando a série de dados permita comparar a nova região de Lisboa com a região equivalente em períodos de tempo anteriores.

Transferência de tecnologia e inovação

- Número de projectos consórcio. A contagem do número de projectos consórcio (projectos realizados em parceria entre empresas e universidades ou outras entidades do sistema científico e tecnológico, que receberam apoio comunitários), embora sofrendo do inconveniente de se tratar de um indicador que oscila consoante a disponibilidade dos fundos de apoio, dá ainda assim uma boa ideia da conectividade do sistema de inovação na região de Lisboa.
- Ao contrário do que sucedia com o relatório 3, a recente publicação dos resultados do Inquérito Europeu à Inovação CISIV 2002-2004, com ventilação dos dados por regiões nacionais (**não está disponível a ventilação desses dados em regiões europeias**), permite neste relatório explorar um pouco mais esta dimensão. Assim dos vários indicadores possíveis escolhemos concentrarmo-nos em: Empresas com actividades de inovação, inovação de produto e inovação de processo;
- Despesas com Inovação e partição da despesa com inovação em despesas com I&D intramuros, despesas com I&D extramuros, aquisição de maquinaria, equipamentos e software, aquisição de outros conhecimentos externos.
- Financiamento da inovação por tipo de financiamento, administração local ou regional, administração central e União Europeia
- Fontes de Inovação. Comparação do perfil regional, regiões nacionais, no que respeita ao peso relativo de diferentes fontes de inovação.
- Principais barreiras à inovação. Comparação do perfil regional, regiões nacionais, no que respeita ao peso relativo de diferentes barreiras à inovação.

. Apreciação Geral

A análise da evolução da região de Lisboa e Vale do Tejo no domínio da Inovação e considerando os indicadores atrás referidos, permite tirar as seguintes conclusões:

- Em termos gerais a evolução da região neste domínio ainda que lenta continua a ser positiva.
- No domínio das actividades de I&D, a região de Lisboa e Vale do Tejo sendo claramente a região líder em termos nacionais, é ainda uma região atrasada em termos Europeus. O crescimento sustentado dos recursos humanos em I&D, é indicativo de que a região continuará a crescer em actividades de I&D, sendo muito importante no futuro que consiga manter o mesmo ritmo de crescimento que mostrou no passado.
- O registo de patentes por entidades da região no Instituto Europeu de Patentes (EPO) para este período regista uma diminuição relativamente a outras regiões europeias.
- No que respeita aos indicadores de transferência de tecnologia, no número de empresas com projectos de I&D em parceria com empresas, parece existir uma tendência da região para recuperar os níveis de projectos consórcio que outrora conheceu. As oscilações neste domínio estão muito associadas à disponibilidade de apoios públicos para este tipo de parcerias
- Nas actividades de inovação a região, em termos nacionais, apresenta uma relativa boa performance, sendo necessário melhorar o financiamento da inovação, diversificar as fontes de inovação e atenuar as barreiras à inovação.

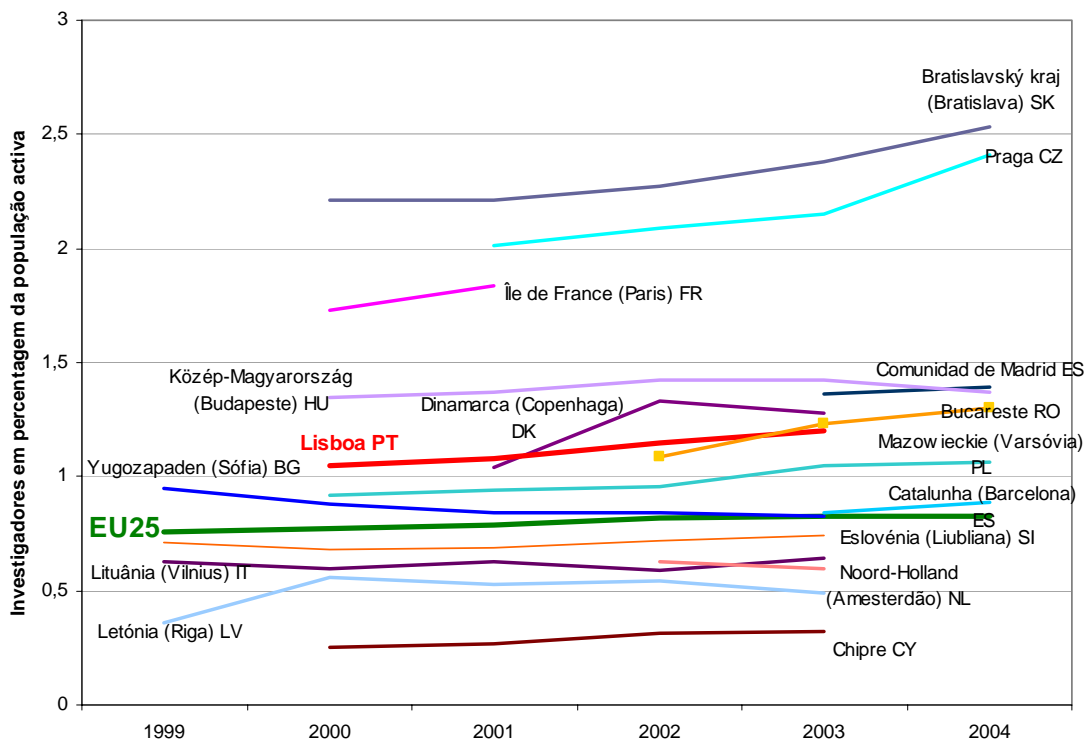
a) Evolução regional dos recursos humanos com I&D

Como de pode ver pela figura 1 a região de Lisboa encontra-se acima da média EU25 no que respeita a número de cientistas investigadores, e à frente de regiões como Amsterdão, Copenhaga ou Barcelona. A região de Lisboa tem mantido uma ligeira tendência de crescimento no número de investigadores. O aumento desejável no número de cientistas investigadores a trabalhar na região significa certamente maiores oportunidades para crescimento das actividades de I&D na região no futuro, bem como possibilidades para maiores benefícios da transferência de tecnologia que possa ocorrer na região.

Note-se que a utilização de Pessoal total em I&D (investigadores e pessoal auxiliar) daria uma posição menos correcta para comparação de Lisboa com outras regiões uma vez que, como se sabe, sendo na região de Lisboa que se localizam a maioria dos maiores laboratórios de estado, tem-se nesta região uma maior proporção de pessoal auxiliar em I&D.

Gráfico 1

Comparação de regiões Europeias no que respeita à evolução no número de investigadores em % da população activa



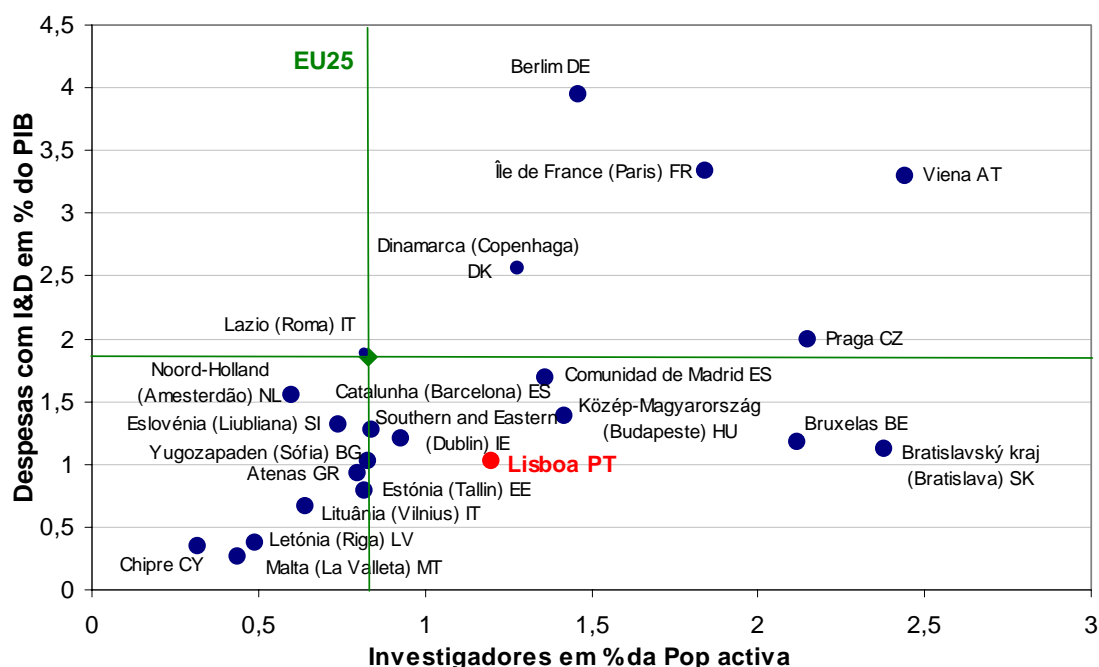
Fonte: EUROSTAT

b) Despesas com I&D em % do PIB e Investigadores em % da população activa

Utilizando os dados Eurostat mais recentes, ano de 2003, que permitem a comparação internacional com outras regiões, pode-se concluir, ver figura 2, que Lisboa e Vale do Tejo, pertence a um grupo de regiões no quadrante inferior direito. Isto é, trata-se de uma região que está a abaixo da média EU25 nas despesas com I&D mas acima da média nos recursos humanos (investigadores com I&D). O facto de, como vimos no ponto anterior a região continuar a evoluir muito favoravelmente no que respeita aos recursos humanos, significa que a despesa com I&D, que nos últimos anos ultrapassou os 1% do PIB regional, irá certamente continuar a aumentar. A progressão mais lenta das despesas com I&D relativamente à progressão dos recursos humanos em I&D deve-se provavelmente, à redução da disponibilidade de financiamentos do quadro comunitário (QCAIII) para actividades de I&D uma vez que no período em causa a região estava já em phasing-out.

Gráfico 2

Comparação de regiões Europeias no que respeita a recursos empregues em I&D: investigadores em % da população activa e despesas em % do PIB



Fonte: EUROSTAT. Dados de 2003, excepto Paris 2001 e Viena 2002

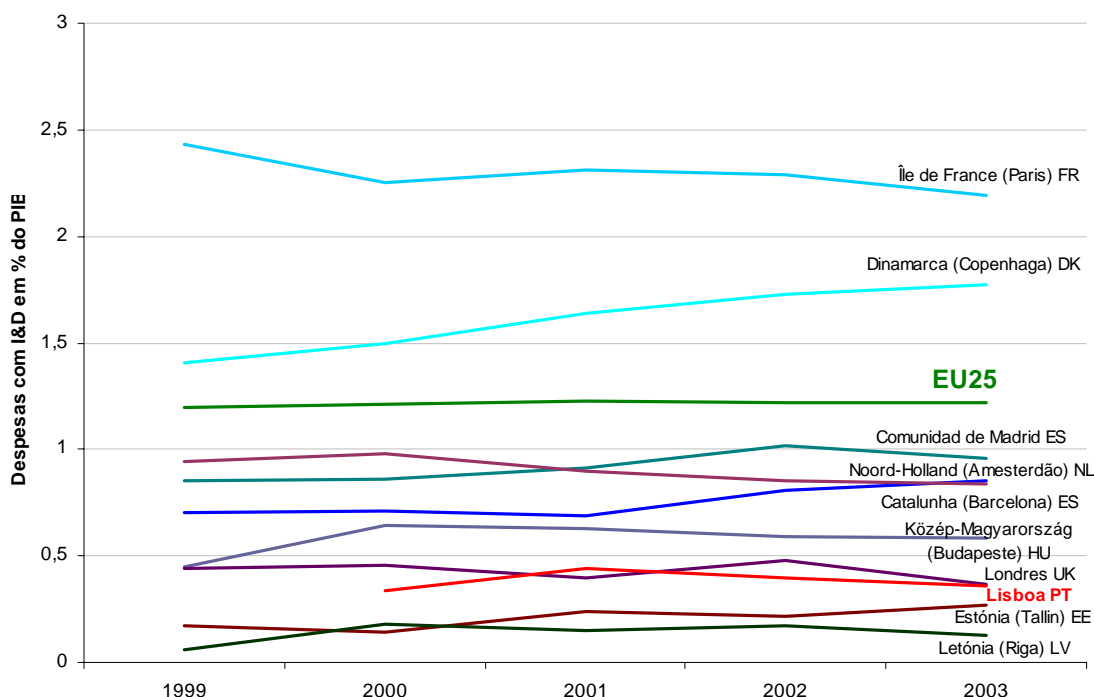
c) Evolução da I&D empresarial na região

No que respeita à evolução da I&D executada pelas empresas da região podemos tirar as seguintes conclusões:

- a I&D realizada pelas empresas da região de Lisboa em proporção do PIB regional tem-se mantido mais ou menos constante. Isto é: não tem havido na região, como seria desejável, um aumento significativo no nível de despesas empresariais com actividade de I&D. Contrastando com a média Europeia EU25 e com outras regiões Europeias – figura 3 – é possível contudo afirmar que também na Europa esta é uma tendência comum. Tirando talvez o caso da região de Copenhaga-Dinamarca onde efectivamente se pode identificar uma tendência de crescimento, em todas as outras regiões as despesas com I&D das empresas mantêm-se mais ou menos constantes no período 1999-2003.

Gráfico 3

Evolução da I&D realizada pelas empresas da região de Lisboa. Comparação com algumas regiões Europeias



Fonte: EUROSTAT. Dados de 2003

D.2.2. ACTIVIDADES DE I&D

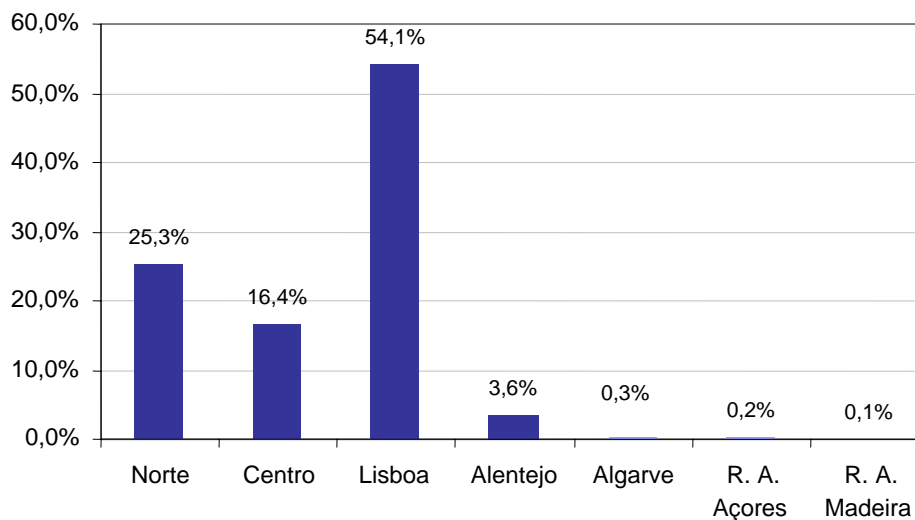
Por outro lado, passando para o plano estritamente nacional, é necessário realçar o seguinte:

- As empresas da região de Lisboa são responsáveis por mais de metade de toda a I&D empresarial nacional – 54,1%, ver figura 4.

- O perfil de especialização de actividades de I&D da região de Lisboa por contraste com os das outras regiões nacionais, apresenta particularidades que importa assinalar. Assim – ver figura 5 – a região de Lisboa apresenta valores de I&D empresarial bastante mais elevados em sectores como a edição e impressão, produtos petrolíferos refinados, máquinas e aparelhos eléctricos, instrumentos de precisão, construção, comércio, transportes, correios e telecomunicações, mediação financeira, serviços às empresas e informática. Note-se que o sector da I&D apresenta também valores mais elevados, o que corresponde à concentração nesta região de organizações públicas de I&D (laboratórios do estado, institutos de base universitária, etc.).

Gráfico 4

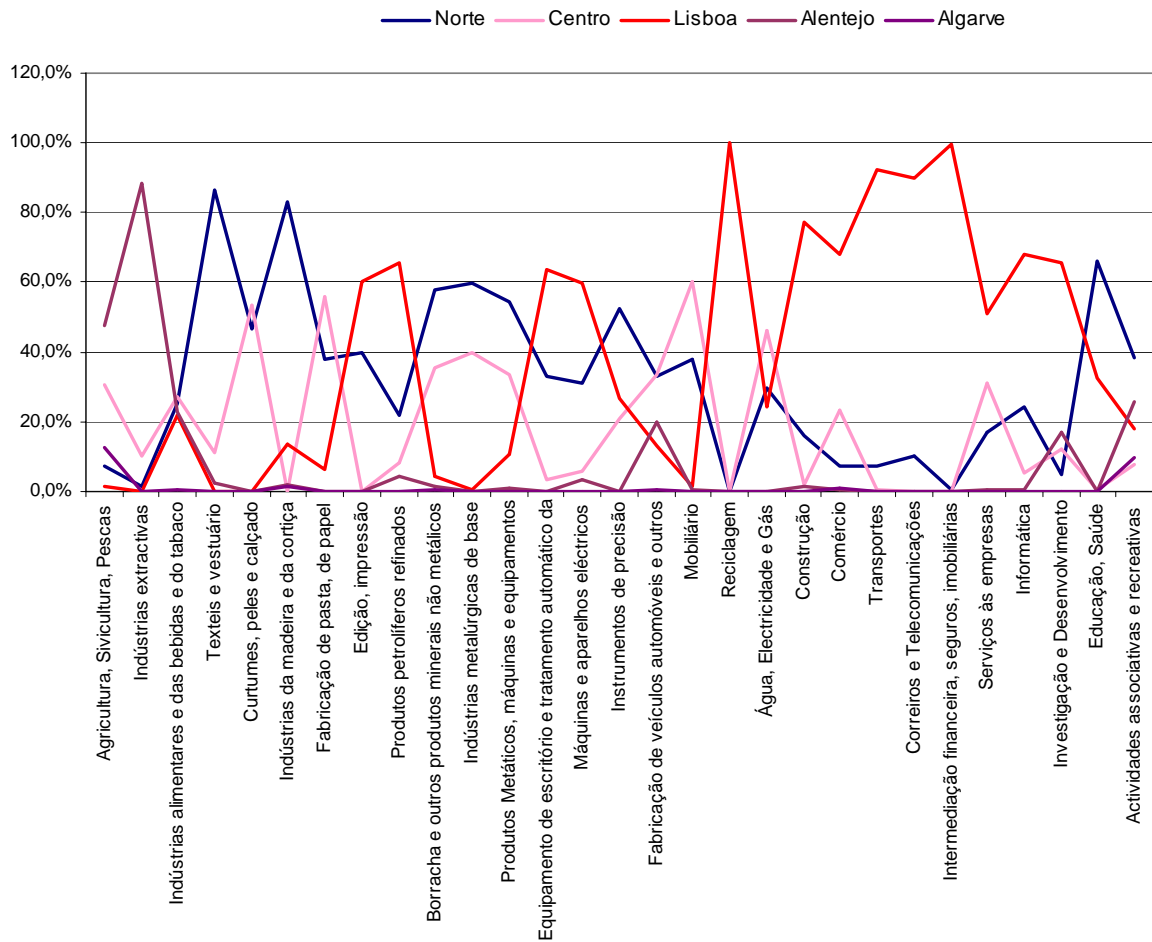
Peso da I&D empresarial da região de Lisboa e comparação com outras regiões Nacionais



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior /
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2003

Gráfico 5

Perfil de especialização das actividades de I&D realizadas pelas empresas. Comparação entre regiões nacionais



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2003

d) Patentes registadas pela Região no EPO e no INPI

No que respeita ao número de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes, a região de Lisboa e Vale do Tejo continua, no contexto das regiões europeias, a apresentar valores extremamente baixos. Trata-se de um indicador que, apresenta flutuações anuais pouco expressivas. No entanto é de assinalar que, compatibilizando as séries estatísticas para que os valores de 1999 correspondam à nova NUTS III Lisboa, o registo de patentes por parte de entidades regionais no EPO tem vindo a decrescer de forma consistente – Tabela 1.

Tabela 1

N.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes

	1999	2000	2001	2002	2003
Viena AT	158,69	148,27	174,93	201,43	118,22
Bruxelas BE	148,08	158,19	173,16	120,42	56,54
Chipre CY	8,42	15,50	24,06	7,56	4,89
Praga CZ	20,26	28,01	32,40	28,28	15,40
Berlim DE	183,74	216,10	199,73	203,90	107,24
Dinamarca (Copenhaga) DK	191,79	220,92	220,68	217,47	110,76
Estonia EE	8,40	9,78	10,14	7,10	4,67
Comunidad de Madrid ES	38,89	38,74	43,14	42,09	17,17
Cataluña (Barcelona) ES	56,49	63,74	69,05	72,80	35,06
Etelä-Suomi (Helsinki) FI	429,56	436,66	443,16	383,68	171,40
Ile de France (Paris) FR	307,05	308,68	313,69	296,18	157,94
Attiki (Atenas) GR	10,88	12,34	17,65	18,60	11,79
Közép-Magyarország (Budapeste) HU	47,50	54,16	49,95	46,57	21,27
Irlanda	80,45	75,00	88,11	79,68	36,89
Lazio (Roma)	41,06	47,39	49,09	44,16	26,82
Lituania (Vilnius) IT	1,04	2,48	2,24	2,78	2,68
Luxembourgo LU	185,99	234,16	179,72	154,55	116,64
Letónia (Riga) LV	2,33	6,45	4,72	5,54	2,67
Malta (La Valleta)	13,21	11,84	16,48	11,83	8,81
Noord-Holland (Amesterdão) NL	119,65	143,33	117,87	130,52	70,02
Mazowieckie (Varsóvia) PL	4,39	6,85	7,11	12,26	3,48
Lisboa PT	10,19	7,22	11,20	5,94	5,42
Estocolmo SE	564,29	607,04	491,96	419,68	183,05
Eslovénia (Liubliana) SI		36,18	29,39	51,69	21,89
Bratislavský kraj (Bratislava) SK	21,03	27,98	18,66	31,88	
Londres UK	150,37	164,54			73,12

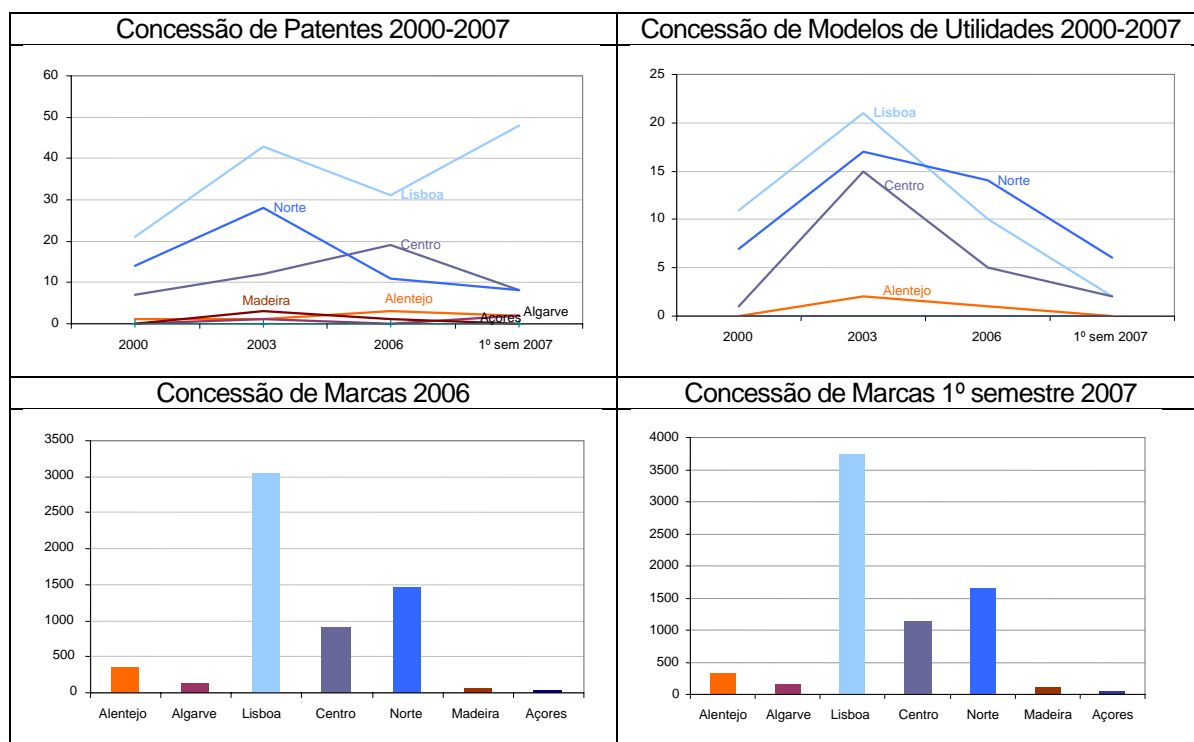
Fonte: EUROSTAT

Nos gráficos seguintes comparam-se as regiões nacionais entre si no que respeita a registo de patentes e modelos de utilidades no INPI, desde 2000 até ao 1º semestre de 2007. Facilmente se vê que Lisboa é a região nacional com maior número de concessões. Sendo que 2006 parece ter sido um ano de fraco desempenho, sobretudo para Lisboa (também para o Norte), os valores do primeiro semestre de 2007 no que respeita a registo de patentes e modelos de utilidade no INPI, deixam antever uma boa recuperação.

Compara-se também as regiões nacionais no que respeita a registo de marcas no INPI. Também aqui a região de Lisboa aparece destacada, sendo de notar que em 2007 este tipo de registo em todas as regiões parece ter disparado para valores que poderão atingir cerca do dobro do dos anos anteriores.

Gráfico 6, 7, 8 e 9

Concessão de patentes, modelo de utilidade e marcas nas regiões nacionais



Fonte: INPI

a) Número de projectos consórcio

Como se pode ver pela Tabela 2, partindo de uma situação em que não havia apoios disponíveis em 2004, a região de Lisboa tem ainda assim um número considerável de projectos de I&D em consórcio quando comparada com outras regiões nacionais. É também uma das regiões mais activas na colaboração inter-regional, o que resulta provavelmente da necessidade de empresas que não são de Lisboa recorrerem a colaborações com Universidades e outras entidades do sistema Científico e Tecnológico que se localizam em Lisboa.

Tabela 2
Projectos consórcio apoiados pelo Programa Prime (QCAIII) no período 2004-2006

	Ano				Total
	2004	2005	2006	2007	
Projectos intra-regionais					
Norte	7	13	4	4	28
Centro	1	8	3	0	12
Lisboa e Vale do Tejo	0	0	9	10	19
Alentejo	0	0	2	0	2
Algarve	0	1	1	0	2
total-intra	8	22	19	14	63
Projectos inter-regionais					
Norte, Centro	0	1	0	2	3
Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo	0	0	1	2	3
Norte, Lisboa e Vale do Tejo	0	0	4	4	8
Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo	0	0	1	0	1
Norte, Algarve	0	1	0	0	1
Centro, Lisboa e Vale do Tejo	0	0	4	1	5
Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo	0	0	1	1	2
total-inter	0	2	11	10	23
total	8	24	30	24	86

Fonte: SiPrime

b) Inovação nas empresas da região (dados do inquérito CIS IV 2002-2004)

Sendo conhecidos os resultados do inquérito europeu à inovação CIS IV, que não estavam disponíveis à altura da elaboração do relatório 3, e havendo uma ventilação desses mesmos resultados nas regiões nacionais (não está disponível a ventilação desses dados em regiões europeias), apresentamos aqui alguns dos resultados mais salientes que ajudam a caracterizar a evolução da região no domínio da inovação.

Da tabela 3 podemos concluir que na região de Lisboa foram inquiridas 5877 empresas e que cerca de 44% (cerca de 2600 empresas) declararam ter actividades de inovação, 26% inovação de produto e 37% inovações de processo. Há porém cerca de 56% de empresas que declaram não ter tido actividades de inovação no período 2002-2004.

Tabela 3

Empresas com actividades de inovação, com inovação de produto, com inovação de processo e actividades de inovação abandonadas ou incompletas, por região, no período de 2002 - 2004 em Portugal

	Total de empresas na população	Empresas com actividades de inovação	Das quais:			Empresas sem actividades de inovação
			Empresas com inovação de produto	Empresas com inovação de processo	Empresas apenas com actividades abandonadas ou incompletas	
	Nº	%	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	23.348	41	23	34	2	59
Região NUTS II						
Norte	10.219	38	20	31	2	62
Centro	5.120	46	25	40	2	54
Lisboa	5.877	44	26	37	1	56
Alentejo	962	40	27	29	1	60
Algarve	484	29	16	26	1	71
Açores	312	40	17	35	0	60
Madeira	372	33	22	26	1	67

Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

D.2.3. TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No que respeita às despesas que as empresas declaram ter com Inovação e com I&D, a tabela 4 mostra que na altura do inquérito as empresas da região de Lisboa assumiam encargos de cerca de 1177 milhões de Euros o que corresponde a cerca de 42% do total nacional (a percentagem mais alta de todas as regiões nacionais), o que mostra bem o peso significativo que a região de Lisboa tem no total nacional de despesas com Inovação e com I&D. Note-se ainda a intensidade de inovação na região de Lisboa é mais baixa que nas regiões do Norte, Centro ou Alentejo. Isso significa que sendo menor o número de empresas que pratica Inovação e I&D nessas regiões, é maior a proporção de despesas nessas empresas relativamente ao seu volume de vendas. Ou seja, em Lisboa há mais empresas a praticar inovação e I&D que nas outras regiões mas, em geral, fazem-no com menos despesas relativamente aos respectivos volumes de vendas.

Tabela 4

Despesas com Inovação e I&D, por região, no período de 2002-2004 em Portugal

	Despesa em inovação	Despesa em inovação / Total Nacional	Intensidade de inovação (1)
	milhões de euros	%	%
TOTAL NACIONAL	2.827	100	2,0
Região NUTS II			
Norte	945	33	2,6
Centro	466	16	2,8
Lisboa	1.177	42	1,5
Alentejo	163	6	4,9
Algarve	48	2	6,9
Açores	12	0	1,1
Madeira	17	1	0,6

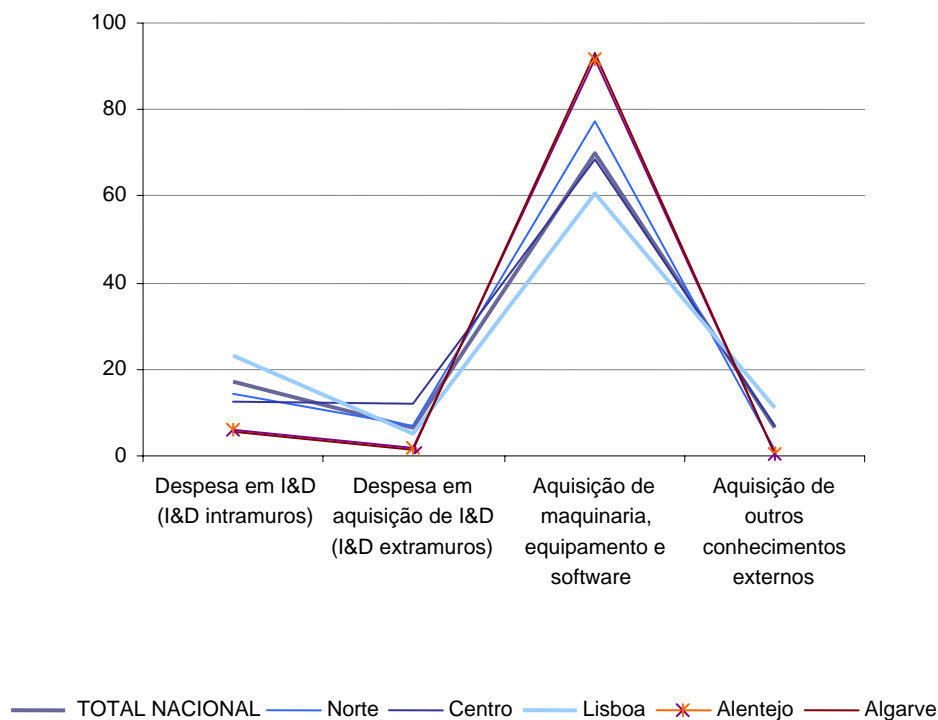
(1) Despesa em inovação em percentagem do volume de negócios das empresas com actividades de inovação.

Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

D.2.3. TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No gráfico 10 mostramos também a partição das despesas com inovação e com I&D nas diferentes regiões do continente. Todas as regiões apresentam um perfil semelhante em que as despesas com *tecnologia materializada*, “aquisição de maquinaria, equipamento e software”, representam a parcela mais elevada e as despesas com *tecnologia imaterial ou intangível* nomeadamente I&D (intramuros e extramuros) e “aquisição de outros conhecimentos externos” representam proporções pouco significativas. Ainda assim, note-se que é na região de Lisboa que as despesas com a componente intangível do processo de inovação atinge valores mais elevados.

Gráfico 10
Partição das Despesa em Inovação e I&D



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

D.2.3. TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Há ainda diferenças importantes no que respeita à captação e utilização de financiamentos públicos para apoio à inovação – ver tabela 5. Com efeito, a região de Lisboa recebeu no período 2002-2004 menos apoios públicos que as outras regiões nacionais. Isto deve-se à diminuição dos apoios dos fundos estruturais por efeito do período de phasing-out, particularmente penalizador para as actividades de I&D e Inovação das empresas na região. Contudo, note-se que a proporção de apoios que a região obtém directamente da UE é semelhante à de outras regiões. Ou seja, a região de Lisboa no período 2002-2004 não parece estar a compensar, por agora, a perda de acesso a financiamentos públicos à inovação a nível nacional, com financiamentos públicos à inovação e à I&D, que pode obter na UE através das várias medidas e programas inseridas nos Programas Quadro de IDT.

Tabela 5

Empresas com actividades de inovação que receberam algum apoio financeiro público para a inovação e tipo de financiamento, por região, no período de 2002 – 2004 em Portugal

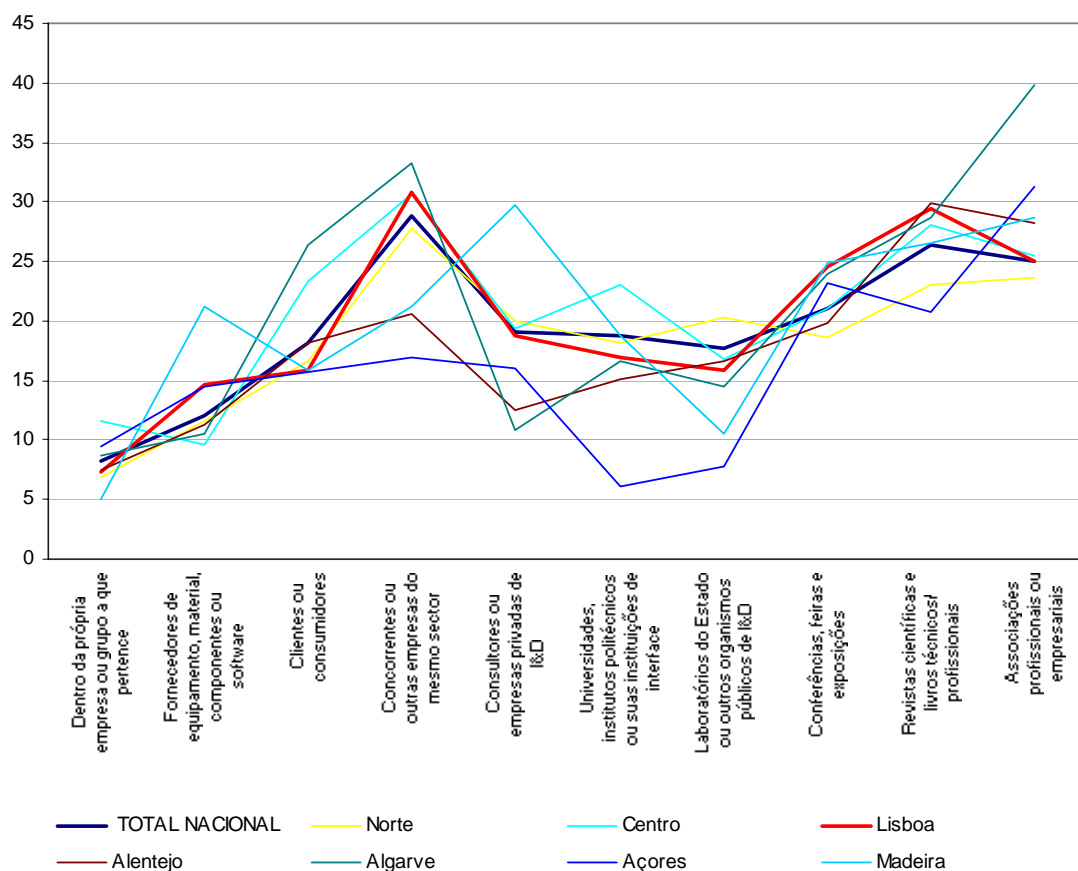
	Qualquer tipo de Financiamento	Tipo de Financiamento		
		Administração Local ou Regional	Administração Central	União Europeia
	%	%	%	%
TOTAL NACIONAL	11	1	7	5
Região NUTS II				
Norte	10	1	6	5
Centro	16	0	11	7
Lisboa	6	1	3	3
Alentejo	14	1	12	3
Algarve	9	0	4	5
Açores	10	8	0	3
Madeira	10	13	2	12

Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

D.2.3. TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No gráfico 11, desenhamos o perfil de cada região nacional no que toca às fontes de inovação. A semelhança entre o perfil nacional e o de Lisboa deve-se, como seria de esperar ao forte peso que as empresas da região têm nos resultados do inquérito. Note-se no perfil de Lisboa algumas diferenças interessantes no que respeita ao menor peso das Associações profissionais ou empresariais e ao maior peso das fontes de informação associadas às publicações de natureza científica. De igual modo sendo na região de Lisboa que se situam quase todos os grandes laboratórios de estado, seria de esperar uma maior importância destes como fonte de inovação nesta região. Ora é na região Norte que os laboratórios de estado parecem assumir uma importância mais relevante. Em geral na região de Lisboa e nas outras regiões, a principal fonte de informação para inovação parecem ser as empresas concorrentes o que de certa forma denota uma tendência para a imitação inovadora que tem como motivação a resposta a concorrentes líder.

Gráfico 11
Fontes de Inovação

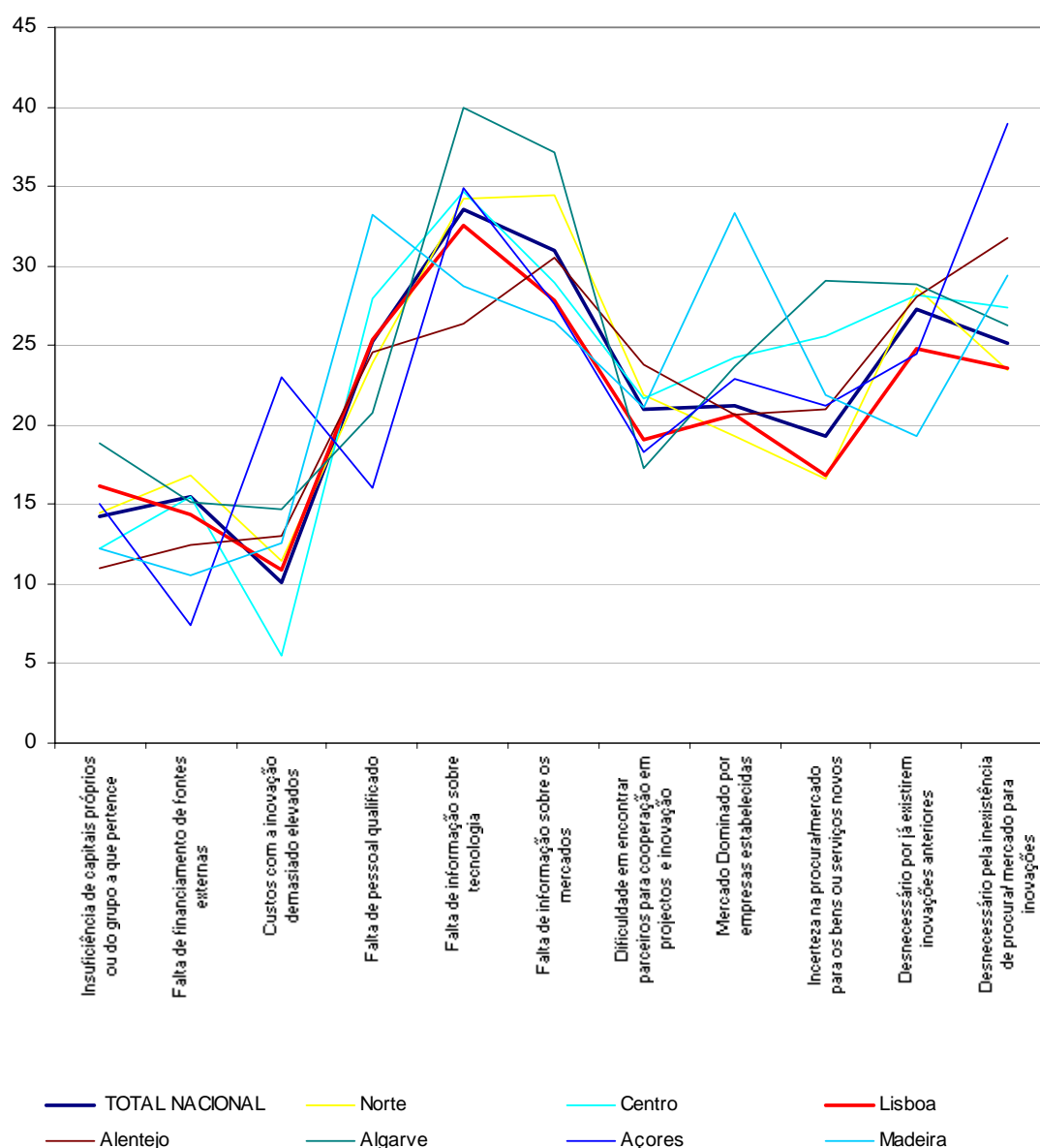


Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

D.2.3. TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No que respeita ao perfil das regiões nacionais no que respeita às barreiras à inovação, gráfico 12, as principais barreiras em todas as regiões parece ser a falta de informação sobre tecnologia, falta de informação sobre mercados e dificuldades em encontrar pessoal qualificado. O perfil da região de Lisboa parece distinguir-se do das outras regiões no que diz respeito às incertezas associadas com o mercado para introdução de produtos novos.

Gráfico 12
Principais barreiras à inovação



Fonte: Observatório da Ciência e do Ensino Superior / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 4º Inquérito Comunitário à Inovação (CIS 4)

INDICE DE FIGURAS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Comparação de regiões Europeias no que respeita à evolução no número de investigadores em % da população activa	300
2	Comparação de regiões Europeias no que respeita a recursos empregues em I&D: investigadores em % da população activa e despesas em % do PIB	301
3	Evolução da I&D realizada pelas empresas da região de Lisboa. Comparação com algumas regiões Europeias	302
4	Peso da I&D empresarial da região de Lisboa e comparação com outras regiões Nacionais	303
5	Perfil de especialização das actividades de I&D realizadas pelas empresas. Comparação entre regiões nacionais	304
6	Concessão de Patentes 2000-2007	306
7	Concessão de Modelos de Utilidades 2000-2007	306
8	Concessão de Marcas 2006	306
9	Concessão de Marcas 1º semestre 2007	306
10	Partição das Despesa em Inovação e I&D	310
11	Fontes de Inovação	312
12	Principais barreiras à inovação	313

Tabela nº	Designação	Pág
1	N.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes	305
2	Projectos consórcio apoiados pelo Programa Prime (QCAIII) no período 2004-2006	307
3	Empresas com actividades de inovação, com inovação de produto, com inovação de processo e actividades de inovação abandonadas ou incompletas, por região, no período de 2002 - 2004 em Portugal	308
4	Despesas com Inovação e I&D, por região, no período de 2002-2004 em Portugal	309
5	Empresas com actividades de inovação que receberam algum apoio financeiro público para a inovação e tipo de financiamento, por região, no período de 2002 – 2004 em Portugal	311